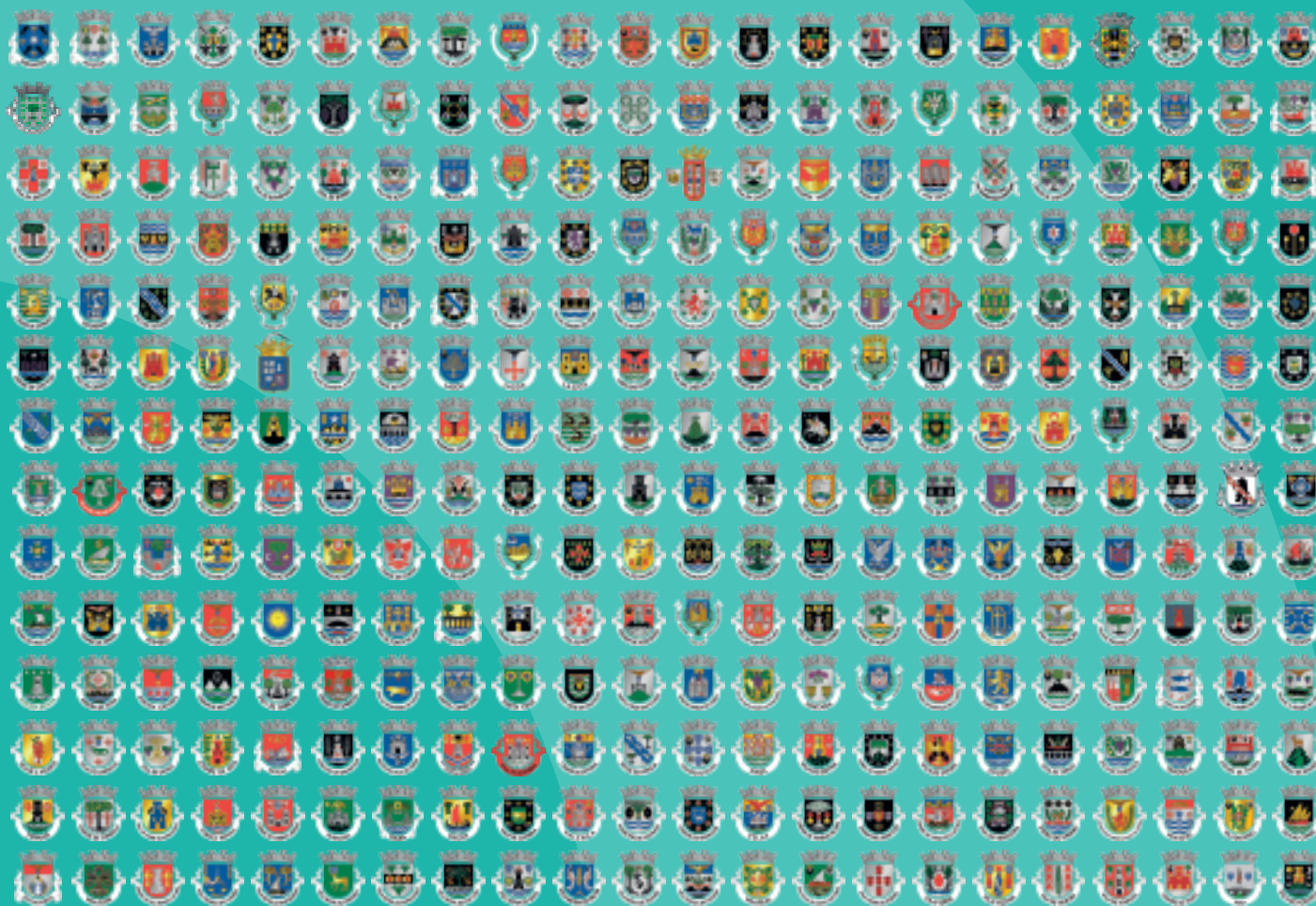


ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2021



Ficha Técnica

Título

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2021

Autores

Maria José da Silva Fernandes

Pedro Jorge Sobral Camões

Susana Jorge

Colaboradores

Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA

Edição

Ordem dos Contabilistas Certificados, novembro 2022

Capa e paginação

DCI, Ordem dos Contabilistas Certificados

ISBN: 978-989-53217-2-8

Depósito Legal:

Índice de abreviaturas

ATU – Apoio Transitório de Urgência
 CCF – Conselho de Coordenação Financeira
 CRP – Constituição da República Portuguesa
 DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
 Dim – Dimensão
 EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
 EEL – Entidades Empresariais Locais
 FAM – Fundo de Apoio Municipal
 FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
 IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
 IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis
 INE – Instituto Nacional de Estatística
 IUC – Imposto Único de Circulação
 LCPA – Leis dos Compromissos e Pagamentos em Atraso
 LFL – Lei das Finanças Locais
 M€ – Milhões de euros
 MLP – Médio e Longo Prazo
 NCP – Norma de Contabilidade Pública
 NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro
 PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira
 PAEL – Programa de Apoio à Economia Local
 PAM – Programa de Ajustamento Municipal

PIB – Produto Interno Bruto
 PMP – Prazo Médio de Pagamentos
 POC – Plano Oficial de Contabilidade
 POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
 PPTH – Programa Pagar a Tempo e Horas
 PREDE – Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado
 RAA – Região Autónoma dos Açores
 RAM – Região Autónoma da Madeira
 RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
 SEE – Setor Empresarial do Estado
 SEL – Setor Empresarial Local
 SMs – Serviços Municipalizados
 SNC – Sistema de Normalização Contabilística
 SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas
 SPA – Setor Público Administrativo

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de caráter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Ao Presidente do Tribunal de Contas, José F. F. Tavares;
- À Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco;
- Ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, Fernando José de Oliveira Silva;
- À Juíza Conselheira Maria dos Anjos Capote;
- Ao Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, João José Medeiros;
- Ao Chefe de Divisão do Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, João Paulo Camilo;
- À Subdiretora-Geral da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, Mafalda Morbey;
- Aos Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA;
- Aos colaboradores do Departamento de Comunicação e Imagem da OCC, Duarte Camacho, Jorge Magalhães e Sara Brás.

Não podemos ainda deixar de prestar o devido reconhecimento àquele que foi o principal mentor e impulsionador do Anuário ao longo de 16 anos de existência: o Professor Doutor João Carvalho! Tendo desenvolvido toda a sua carreira de investigação ligada à contabilidade pública, em particular à contabilidade e finanças locais, é inegável o contributo que deu para a evolução desta área no contexto português. A criação deste projeto em 2002/2003, deu origem ao desenvolvimento e publicação de uma obra de referência na área da contabilidade autárquica, sendo por muitos utilizada, quer ao nível académico e da investigação, quer no contexto das políticas públicas e locais. O grupo de trabalho envolvido no projeto entendeu dar continuidade à sua Obra, como era seu desejo, e em reconhecimento ao seu trabalho, mas o Professor Doutor João Carvalho foi, é e será sempre o criador, o rosto deste Anuário, e a ele se deve o seu enorme sucesso.

Cumpre-nos também deixar os agradecimentos devidos à Ordem dos Contabilistas Certificados, cujo papel tem sido fundamental em todo este processo, e que permitiu a continuidade deste projeto, que consideramos de grande relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

A coordenadora do Anuário Financeiro
Maria José Fernandes

Índice

CAPÍTULO 1. O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	21
1.1 O Setor Local	21
1.2 Freguesias	21
1.3 Municípios	22
1.4 Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu	25
1.5. Grupos Municipais	27
1.6. Independência financeira	27
CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	39
2.1. Introdução	39
2.2. Receitas Municipais	39
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	40
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	51
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos	51
2.2.2.2 Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios	58
2.2.2.3 Evolução das principais componentes da Receita Fiscal	59
2.2.2.3.1. Evolução das componentes dos impostos diretos	66
2.3. Despesas Municipais	107
2.3.1. Classificação económica das Despesas	107
2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa	107
2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica	115
2.3.4. Caracterização das Despesas por natureza económica	123
2.3.4.1. Despesas com Pessoal	124
2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes	132
2.3.4.3. Despesas pagas em Investimentos (aquisição de bens duradouros ou bens de capital)	136
2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos	140
2.3.4.5. Despesa gasta pelos municípios em aquisição de bens de capital e transferências de capital	144
2.3.4.6. Amortização de empréstimos: Passivos Financeiros	146
2.3.4.7. Despesas com juros e outros encargos financeiros	152
2.4. Situação Orçamental Global	159
2.4.1. Orçamentos iniciais	159
2.4.2. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	164
2.4.3. Equilíbrio Orçamental	175
2.4.4. Saldos Orçamentais	179

CAPÍTULO 3. Análise Financeira, Económica e Patrimonial dos Municípios	185
3.1 Introdução	185
3.2 Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	186
3.3 Ativo	187
3.4 Fundos Próprios (Património Líquido) e Rendimentos Diferidos	201
3.5 Passivo	203
3.5.1 Composição e estrutura do Passivo	203
3.5.2 Passivo exigível	203
3.5.3 Passivo eventualmente exigível dos municípios	218
3.5.4 Endividamento das autarquias	220
3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	220
3.5.4.2 Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	223
3.6 Gastos, Rendimentos e Resultados	229
3.6.1 Estrutura e evolução dos gastos	230
3.6.2 Estrutura e evolução dos rendimentos	232
3.6.3 Estrutura dos resultados económicos	233
3.6.4 EBITDA	239
CAPÍTULO 4. O SETOR EMPRESARIAL LOCAL e GRUPOS AUTÁRQUICOS	
4.1 Setor Empresarial Local	244
4.1.1 Introdução	244
4.1.2 Grandes agregados do balanço das entidades do SEL	246
4.1.2.1 Estrutura e evolução do Ativo não corrente	248
4.1.2.2. Estrutura e evolução do Ativo corrente	252
4.1.2.3 Estrutura e evolução do Capital próprio	255
4.1.2.4 Estrutura e evolução do Passivo	257
4.1.3 Rendimentos, Gastos e Resultados das entidades do SEL	265
4.1.3.1 Evolução dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas	265
4.1.3.2 Resultados económicos das entidades empresariais locais	267
4.1.4. Dissolução de empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	270
4.2. Serviços Municipalizados	272
4.2.1 Estrutura do Ativo	273
4.2.3 Passivo dos Serviços Municipalizados	279
4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados dos Serviços Municipalizados	282
4.2.3.1 Gastos dos Serviços Municipalizados	284
4.2.3.2 Rendimentos dos Serviços Municipalizados	285
4.2.3.3 Resultados económicos dos Serviços Municipalizados	287

CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL	
5.1 Enquadramento e Metodologia	289
5.2 Indicadores do Ranking Global	289
I. Índice Liquidez	291
II. Razão entre o EBITDA e os Proveitos Operacionais	292
III. Peso do Passivo exigível no Ativo	293
IV. Passivo por habitante	294
V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida	295
VI. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	296
VII. Índice de Dívida Total	297
VIII. Índice de Superavit	298
IX. Impostos diretos por habitante	299
5.3 Ranking Global dos municípios	300
CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES	
6.1 Independência Financeira	309
6.2 Orçamento e execução orçamental	310
6.3 Balanço orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais.	318
6.4 Setor Empresarial Local (SEL)	323
6.5 Serviços Municipalizados	325
6.6 Ranking global	327
ANEXO I. DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2021	329
ANEXO II. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)	343

Índice de figuras, gráficos, quadros e *rankings*

FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em n.º de habitantes	24
Figura 2 – 100 municípios com melhor eficiência financeira (a verde)	308

GRÁFICOS

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II	23
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções	26
Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios	28
Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma dos Açores	29
Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma da Madeira	29
Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão	30
Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão	31
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão	31
Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2011 a 2021)	32
Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas	42
Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores	43
Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira	44
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2011 e 2021	54
Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada de 2011 a 2021	55
Gráfico 2.02.A – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2011 e 2021	55
Gráfico 2.02.M – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2011 e 2021	56
Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada de 2011 a 2021	55
Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios	59
Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2011 e 2021	67
Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2011 e 2021	67
Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2011 e 2021	68
Gráfico 2.06 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2011 e 2021	110
Gráfico 2.07 – Taxas de Execução das Despesas – 2011 a 2021	111
Gráfico 2.06.A – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma dos Açores, entre 2011 e 2021	112
Gráfico 2.07.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da Região Autónoma dos Açores – 2011 a 2021	113
Gráfico 2.06.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma da Madeira, entre 2011 e 2021	114
Gráfico 2.07.M – Taxas de Execução da Despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira – 2011 a 2021	115
Gráfico 2.08 – Estrutura da despesa paga de 2011 a 2021	123
Gráfico 2.09 – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2011 e 2021	166

Gráfico 2.09.A – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2011 e 2021, nos municípios da R.A. dos Açores	166
Gráfico 2.09.M – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2011 e 2021, nos municípios da R.A. da Madeira	167
Gráfico 2.10 – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, em 2021	167
Gráfico 2.10.A – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, em 2021	168
Gráfico 2.10.M – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, em 2021	168
Gráfico 2.11 – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos	182
Gráfico 2.11.A – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. dos Açores	183
Gráfico 2.11.M – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. da Madeira	183
Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2021	190
Gráfico 3.02 – Valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público – 2020 e 2021	190
Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: outros	193
Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo Exigível 2011-2021	206
Gráfico 3.05 – Estrutura dos gastos de 2020 e 2021 – SNC-AP	231
Gráfico 3.06 – Estrutura dos Rendimentos em 2020 e 2021 – SNC-AP	232
Gráfico 3.07 – Evolução dos resultados	234
Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do balanço do SEL (127 entidades)	247
Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2021 (127 entidades)	248
Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital próprio entre 2011 e 2021	256
Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2021 (127 entidades)	258
Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	275
Gráfico 4.06 – Comparação da dívida e do ativo circulante entre Serviços Municipalizados e municípios que os tutelam	281
Gráfico 4.07 – Estrutura dos Gastos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021	284
Gráfico 4.08 – Estrutura dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021	286

QUADROS

Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios	23
Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada	25
Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local 2021	27
Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2021	33
Quadro 1.05 – O Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios relevantes para os Municípios	34
Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal (DL 26/2002)	40
Quadro 2.02 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP – Classificação das receitas	40
Quadro 2.03 – Previsão e Execução da Receita	41
Quadro 2.04 – Variação da Receita (valores absolutos)	41
Quadro 2.05 – Taxas de Variação da Receita	42
Quadro 2.06.A – Grau de execução da receita cobrada em 2021 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	45
Quadro 2.06.M – Grau de execução da receita cobrada em 2021 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira	46
Quadro 2.07 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica	51

Quadro 2.08 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total	52
Quadro 2.09 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2011 e 2021 – valores absolutos	52
Quadro 2.10 – Taxa de Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2011 e 2021	53
Quadro 2.11 – Evolução das principais receitas entre 2011 e 2021	54
Quadro 2.12 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2011 e 2021	54
Quadro 2.13 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2021 por grupo de municípios	57
Quadro 2.14 – Principais transferências recebidas pelos municípios	58
Quadro 2.15 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios	58
Quadro 2.16 – Valor das componentes da receita fiscal e taxas cobradas entre 2011 e 2021	60
Quadro 2.17 – Grau de execução da receita fiscal em 2021	60
Quadro 2.18 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos entre 2011 e 2021	65
Quadro 2.18.1 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos por grupos de municípios	66
Quadro 2.18.2 – Peso de cada componente dos Impostos Diretos, por grupos de municípios	66
Quadro 2.19 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2021	70
Quadro 2.20 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2021	72
Quadro 2.21 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%	73
Quadro 2.22 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	87
Quadro 2.23 – Municípios que em 2021 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM	99
Quadro 2.24 – Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização do capital em dívida em 2021	103
Quadro 2.24.A – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores	104
Quadro 2.24.M – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira	104
Quadro 2.25 – Classificação económica da Despesa municipal	107
Quadro 2.26 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa do SNC-AP – Classificação das despesas	107
Quadro 2.27 – Despesa Orçada, Comprometida, Paga e Graus de execução da Despesa	108
Quadro 2.28 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	109
Quadro 2.29 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	109
Quadro 2.30.A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores	112
Quadro 2.30.M – Graus de Execução da Despesa considerando a globalidade dos Municípios da Madeira	114
Quadro 2.31 – Despesa Comprometida desagregada pelas diferentes componentes económicas	116
Quadro 2.32 – Despesa Paga desagregada pelas diferentes componentes económicas	116
Quadro 2.33 – Taxas de Variação da Despesa Paga por diferentes componentes económicas	117
Quadro 2.34 – Estrutura da Despesa Paga por natureza económica	117
Quadro 2.35 – Peso da Despesa Paga em relação aos Compromissos Assumidos, por natureza económica	118
Quadro 2.36 – Obrigações desagregadas pelas diferentes componentes económicas, peso das obrigações nas despesas comprometidas e peso das despesas pagas nas obrigações	118
Quadro 2.37 – Excesso da Despesa sobre a Receita	164
Quadro 2.38 – Indicadores da Despesa e da Receita	169
Quadro 2.39 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	170

Quadro 2.40 – Equilíbrio orçamental	175
Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)	180
Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos* (liquidações versus compromissos)	181
Quadro 3.01 – Informação financeira, patrimonial e económica	187
Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço – POCAL 2010-2019	187
Quadro 3.03 – Componentes do Ativo do Balanço – SNC-AP 2020 e 2021	189
Quadro 3.04 – Componentes do Ativo Fixo Tangível – SNC-AP 2020 e 2021	191
Quadro 3.05 – Composição do Imobilizado corpóreo – POCAL 2011-2019	193
Quadro 3.06 – Composição das Dívidas a Receber – POCAL 2011-2019	196
Quadro 3.07 – Composição das Dívidas a Receber – SNC-AP 2020 e 2021	196
Quadro 3.08 – Disponibilidades (caixa e depósitos) e disponibilidades reais	199
Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios – POCAL 2010-2019	201
Quadro 3.10 – Composição do Património Líquido – SNC-AP 2020 e 2021	202
Quadro 3.11 – Componentes do Passivo do Balanço – SNC-AP 2020 e 2021	204
Quadro 3.12 – Componentes do Passivo Exigível – 2011-2021	205
Quadro 3.13 – Variação em valor absoluto das componentes do Passivo Exigível	205
Quadro 3.14 – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível	205
Quadro 3.15 – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	207
Quadro 3.16 – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	208
Quadro 3.17 – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)	209
Quadro 3.18 – Componentes da Dívida a pagar entre 2015 e 2021	209
Quadro 3.19 – Componentes do Passivo eventualmente exigível	218
Quadro 3.20 – Municípios com valor em provisões superior a 5 milhões de euros	219
Quadro 3.21 – Limite à dívida total	222
Quadro 3.22 – Indicadores de sinalização de alerta precoce de saneamento financeiro e de recuperação financeira	223
Quadro 3.23 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	223
Quadro 3.24 – Gastos, rendimentos e resultados – 2020 e 2021	229
Quadro 3.25 – Evolução dos custos no período de 2011 a 2019 – POCAL	230
Quadro 3.26 – Evolução dos proveitos durante o período de 2011 a 2019	232
Quadro 3.27 – Evolução dos resultados económicos no período de 2011 a 2021	234
Quadro 3.28 – Informação de gastos com pessoal e resultados, por dimensão dos municípios, em 2021	235
Quadro 3.29 – Evolução do indicador EBITDA	239
Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2021	245
Quadro 4.02 – Entidades que se extinguiram em 2021	245
Quadro 4.03 – Entidades constituídas em 2021	246
Quadro 4.04 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2021	246
Quadro 4.05 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 144 entidades do SEL em 2021 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias	247
Quadro 4.06 – Evolução do Ativo não corrente das 127 entidades empresariais analisadas	249

Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores superiores a 50 milhões de euros em ativos fixos tangíveis no ano de 2021	250
Quadro 4.08 – Entidades que apresentam valores superiores a 1 milhão de euros em ativos intangíveis em 2021	250
Quadro 4.09 – Entidades com participações financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2021	251
Quadro 4.10 – Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2011 e 2021	252
Quadro 4.11 – Evolução do Ativo corrente das entidades empresariais	252
Quadro 4.12 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Caixa e depósitos bancários em 2021	253
Quadro 4.13 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 500 mil euros em Clientes, contribuintes e utentes em 2021	254
Quadro 4.14 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Outras contas a receber em 2021	254
Quadro 4.15 – Evolução do Capital próprio	256
Quadro 4.16 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 e 2021	258
Quadro 4.17 – Passivo não corrente (médio e longo prazo) das entidades empresariais entre 2011 e 2021	258
Quadro 4.18 – Entidades com diminuição de valor em Financiamentos obtidos de MLP em 2021	260
Quadro 4.19 – Evolução do Passivo corrente das entidades empresariais	261
Quadro 4.20 – Entidades com maior aumento no item Financiamentos obtidos do Passivo corrente entre 2020 e 2021	262
Quadro 4.21 – Desagregação dos rendimentos e gastos das entidades empresariais pelas suas diferentes componentes (127 entidades)	266
Quadro 4.22 – Total dos rendimentos e gastos antes de impostos das entidades empresariais (127 entidades)	266
Quadro 4.23 – Evolução da situação económica das entidades empresariais (127 entidades)	267
Quadro 4.24 – Entidades em processo de dissolução	270
Quadro 4.25 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012	271
Quadro 4.26 – Entidades em incumprimento relativamente a mais do que uma das alíneas do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012	271
Quadro 4.27 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a))	271
Quadro 4.28 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b))	272
Quadro 4.29 – Entidades com Resultado operacional antes de depreciações negativo nos últimos três anos (alínea c))	272
Quadro 4.30 – Entidades com resultado líquido do período negativo nos últimos três anos (alínea d))	272
Quadro 4.31 – Mapa dos SM's e respetivas competências	273
Quadro 4.32 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados e dos municípios a que correspondem – 2021	274
Quadro 4.33 – Evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados entre 2011 e 2019	275
Quadro 4.34 – Estrutura das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021	276
Quadro 4.35 – Evolução das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	277
Quadro 4.36 – Componentes do Património Líquido dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021	278
Quadro 4.37 – Evolução dos Fundos próprios dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	278
Quadro 4.38 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021	279
Quadro 4.39 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	280
Quadro 4.40 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados	281
Quadro 4.41 – Gastos, rendimentos e resultados dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021	283
Quadro 4.42 – Evolução dos Gastos dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	285
Quadro 4.43 – Evolução dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	286

Quadro 4.44 – Informação sobre estrutura económica – 2021	287
Quadro 4.45 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	287
Quadro 4.46 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos – 2021	288
Quadro 4.47 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos – 2021	288
Quadro 5.01 – Indicadores seleccionados para ranking global da situação financeira dos municípios	290
Quadro 5.02 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global	300
Quadro 5.03 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente	304

RANKINGS

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2021	35
R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2021	36
R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2021	37
R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira – 2021	37
R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada* em 2021	47
R3.A – Volume da receita cobrada* pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021	47
R3.M – Volume da receita cobrada* pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2021	48
R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada* em 2021	50
R5 – Municípios que, em 2021, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas e licenças, no total da receita cobrada	61
R5.1 – Municípios que em 2021 apresentaram maior valor de impostos e taxas cobradas	63
R5.A – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	64
R5.M – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira	65
R6 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2021	74
R6.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021	75
R6.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2021	76
R7 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2021	77
R8 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2021	79
R9 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2021	80
R10 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2021 e respetivo peso na receita total	82
R10.A – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021 e respetivo peso na receita total	84
R10.M – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2021 e respetivo peso na receita total	85
R11 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2021 e respetivo peso na receita total	86
R12 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2021	88
R13 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2021	89
R14 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2021	90
R15 – Municípios com maior volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2021	92
R15.A – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros, em 2021, pelos municípios dos Açores	94
R15.M – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2021 pelos municípios da Madeira	94
R16 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2021	96

R16.A – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2021 pelos municípios dos Açores	97
R16.M – Volume de receita da venda de bens e serviços corrente em 2021 pelos municípios da Madeira	98
R17 – Municípios com maior volume de Passivos Financeiros (contração de empréstimos bancários) em 2021	101
R17.A – Volume de Passivos Financeiros registado em 2021 pelos municípios dos Açores	102
R17.M – Volume de Passivos Financeiros registado em 2021 pelos municípios da Madeira	103
R18 – Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos	105
R19 – Municípios com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos	106
R20 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2021	120
R21 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2021	122
R22 – Municípios com maior peso de pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais em 2021*	125
R23 – Municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total em 2021	127
R23.A – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma dos Açores	128
R23.M – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma da Madeira	129
R24 – Municípios com maior volume de despesa com pessoal paga no ano de 2021	130
R25 – Municípios com menor volume pago em despesa com pessoal em 2021	132
R26 – Municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2021*	134
R27 – Municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2021	135
R28 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2021	137
R29 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2021	139
R30 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas em transferências correntes, de capital e subsídios em 2021	141
R31 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes, de capital e subsídios em 2021	143
R32 – Municípios com maior volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital – 2010 a 2021	145
R33 – Municípios com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2021	147
R33.A – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021	148
R33.M – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2021	149
R34 – Municípios com menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos – passivos financeiros – em 2021	151
R35 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2021	153
R36 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2021	155
R37 – Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2021 e simulação desse custo por habitante	157
R38 – Municípios com menor volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2021 e simulação desse custo por habitante	158
R39 – Municípios com maior volume de Orçamento inicial em 2021	160
R40 – Municípios com menor volume de Orçamento inicial em 2021	161
R41 – Municípios com maior aumento do Orçamento inicial em 2021	162
R42 – Municípios com maior diminuição do Orçamento inicial em 2021	163
R43 – Municípios com maior diferença NEGATIVA entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas	171
R43.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. dos Açores	172
R43.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. da Madeira	173
R44 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de receita liquidada e o Grau de execução da despesa comprometida	174

R45 – Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2021	176
R46 – Municípios com menor equilíbrio orçamental em 2021	177
R47 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º do RFALEI, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei	178
R48 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5% das receitas correntes	178
R49 – Municípios com maior valor de Ativos Fixos Tangíveis – 2021	194
R50 – Municípios com maior valor de Participações Financeiras 2021	195
R51 – Municípios com maior valor de dívidas a receber em 2021	198
R52 – Municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2021	200
R53 – Municípios com menor valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2021	210
R54 – Municípios com maior valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2021	211
R54.A – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2021	213
R54.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira ordenados pelo valor do ano de 2021	213
R55 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível em 2021	215
R56 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2021	216
R56.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021	217
R56.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2021	217
R57 – Municípios com melhor índice de dívida total	226
R58 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores	227
R58.A – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores	228
R58.M – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira	228
R59 – Municípios com maiores resultados económicos líquidos em 2021	236
R60 – Municípios com menores resultados económicos líquidos em 2021	237
R61 – Municípios com melhor EBITDA em 2021	240
R62 – Municípios com pior EBITDA em 2021	241
R65 – Entidades do SEL com menor Passivo exigível em 2021	263
R66 – Entidades do SEL com maior Passivo exigível em 2021	264
R67 – Entidades com melhor resultado económico em 2021	268
R68 – Entidades com mais fraco resultado económico em 2021	269
R.69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez	291
R.69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional	292
R.69.C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo	293
R.69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante	294
R.69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas	295
R.69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	296
R.69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município	297
R.69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	298
R.69. I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante	299
R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente	301

R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente	302
R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente	303
R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global	305
R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global	305
R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global	305
R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança com melhor pontuação global	305
R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global	305
R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global	305
R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global	305
R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global	305
R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global	305
R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leiria com melhor pontuação global	306
R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa com melhor pontuação global	306
R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre com melhor pontuação global	306
R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global	306
R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém com melhor pontuação global	306
R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal com melhor pontuação global	306
R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global	306
R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global	306
R71.R – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global	306
R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global	307
R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global	307

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos 308 municípios relativas ao exercício económico de 2021, incluindo ainda uma análise detalhada do setor empresarial local.

Com esta publicação concretiza-se o décimo oitavo anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2021, envolvendo cinco mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2021 resulta de um trabalho em equipa que envolve dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho.

Este décimo oitavo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses analisa as contas individuais da totalidade dos municípios Portugueses (308), de 144 empresas municipais (de um total de 158) e de 23 serviços municipalizados. Assim, o estudo analisa todos os municípios portugueses, uma amostra de 91% das empresas municipais e uma amostra de 100% dos serviços municipalizados.

Tendo-se aplicado aos municípios o Plano Oficial de Contabilidade Pública das Autarquias Locais (POCAL) até dezembro de 2019, este é o segundo Anuário em que a análise das contas individuais dos municípios e dos serviços municipalizados é apresentada em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). O SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, entrou em vigor em 01/01/2020 nas autarquias locais e altera de forma significativa a contabilidade financeira e respetivos mapas, aproximando-se do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aplicado às empresas. Em termos da análise realizada no Anuário, o seu impacto foi menor na análise da execução orçamental, permitindo a comparação com dados de anos anteriores apresentados com base no

POCAL, e maior na análise da situação financeira, apresentada no capítulo 3.

Os dados foram obtidos através da consulta dos websites das entidades referidas, onde, nos termos da lei, estas devem disponibilizar os documentos de prestação de contas. Foram também disponibilizados pelo Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental, e alguns documentos de prestação de contas foram ainda enviados diretamente para nós pelos municípios e serviços municipalizados.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses encontra-se organizado em seis capítulos:

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios.
- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores.
- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios, este ano apresentada pela segunda vez em conformidade com o SNC-AP. Em termos de análise comparativa com exercícios anteriores, considerando que a maioria dos municípios não fez a reexpressão da informação financeira de 2019 em base SNC-AP, a comparação dos valores de 2020 e 2021 com os de exercícios anteriores é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor.

- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial das empresas do setor empresarial local e dos serviços municipalizados, estabelecendo-se comparações com os anos de 2011 a 2021, sendo também analisado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao período em análise.
- No CAPÍTULO 5 é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados no ano de 2021, considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 9 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global.
- No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões do desempenho financeiro e orçamental dos municípios e do setor empresarial local para o exercício económico de 2021.

O presente documento termina com uma secção composta por dois anexos:

- ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2021.
- ANEXO II – Evolução da situação financeira por município (entre 2006 e 2021). Este anexo apresenta um gráfico por cada município considerando diversas variáveis, nomeadamente: orçamento corrigido, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas, dívidas a pagar totais e Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento.

CAPÍTULO 1

O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1.1 O Setor Local

O setor público português assegura a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos, estando, para esse fim, estruturado em vários subsetores (formas organizacionais) com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais. O Setor Público Administrativo (SPA) – o Estado no sentido lato – corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos.

A organização democrática do Estado português compreende também a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), indicando as coordenadas em que o mesmo se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe "Poder Local". Assim, "a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais" (art.º 235.º), estando estas definidas como "pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas" (art.º 236.º), sendo que "no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas", enquanto "as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios".

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de atribuições e competências (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), por um conjunto de princípios que garantem a sua autonomia jurídica e institucional na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP estabelece o princípio da autonomia do poder local no seu art.º 6.º e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o como a "capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e geri-

rem, nos termos da lei, e sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos" (art.º 3.º). As autarquias locais são responsáveis pela gestão dos recursos públicos locais visando os interesses das respetivas populações.

1.2 Freguesias

A freguesia é a autarquia local de menor dimensão que, através órgãos representativos eleitos, visa a prossecução de interesses próprios da população residente numa subdivisão do concelho (circunscrição concelhia). Não obstante a sua grande importância histórica, a relevância do ponto de vista político, económico, administrativo e financeiro da freguesia não equivale à do município. A reorganização administrativa territorial autárquica, concretizada através da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, resultou num processo de extinção e/ou fusão que originou a criação de uniões de freguesias, em que desapareceram 1.068 das 4.159 até então existentes, passando o país a ter 3.091 freguesias ou união de freguesias. Legalmente, "a freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas" (art.º 9º, nº2).

Assim, atualmente existem em Portugal 3.091 freguesias, das quais 2.882 no Continente, 155 nos Açores e 54 na Madeira. As freguesias possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 7.º, n.º 2 do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;

- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

A mesma lei (art.º 5.º) define que os órgãos de governo da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia corresponde ao órgão deliberativo, ou seja, o órgão que define as orientações de plano e execução relativas à freguesia. Entre outras, compete-lhe acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro da freguesia (art.º 9.º).

A Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos seus assuntos. Entre outras funções compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 16.º).

1.3 Municípios

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia mediante órgãos representativos eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais. Atualmente os municípios possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;

- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se releva o princípio da subsidiariedade (art.º 4.º), ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível de governo mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades, o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios.

Tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º).

A Câmara Municipal é o órgão de execução das políticas públicas decididas pela Assembleia Municipal. Entre outras funções, e para além de executar as deliberações do órgão deliberativo, elabora e executa as opções do plano e o orçamento e é responsável pela elaboração e

apresentação à Assembleia Municipal do relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e por Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores do respetivo município.

Analogamente ao que ocorre na Administração Central, na Administração Local coexiste um setor administrativo com outros subsectores, como os serviços municipalizados e, mais recentemente, o Setor Empresarial Local (SEL). Este último é composto essencialmente por empresas públicas municipais e intermunicipais que são sociedades comerciais de direito privado (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) mas de utilidade pública.

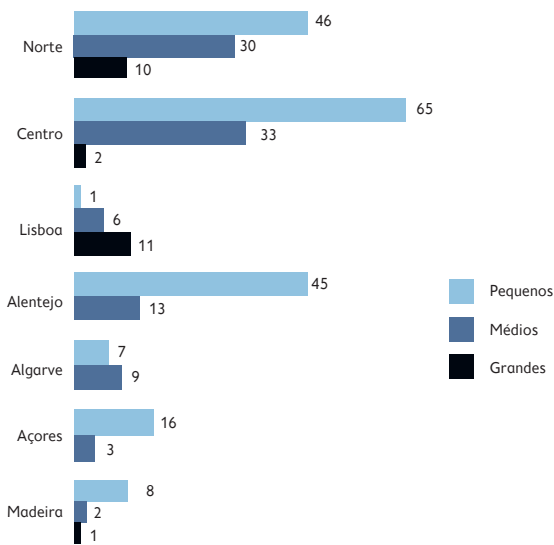
Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é ainda o que tem em conta o número de habitantes. Tal como nas edições anteriores, para efeitos de análise, os municípios portugueses foram agrupados em três categorias distintas quanto à sua dimensão em número de habitantes:

- **Municípios Pequenos** – com população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
- **Municípios Médios** – com população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
- **Municípios Grandes** – com população superior a 100 000 habitantes.

Considerando esta categorização, o número de municípios portugueses em 2021, tendo por base o n.º de habitantes dos resultados dos Censos 2021 publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) distribuiu-se da seguinte forma:

Pequenos < 20 000	Médios 20 000 > <100 000	Grandes > 100 000
188 Municípios	96 Municípios	24 Municípios
Corvo (384 habitantes)		Lisboa (545 923 habitantes)

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II



Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios

Percentagem	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	65%	6%	78%	44%	84%	73%
Médios	35%	33%	33%	22%	56%	16%	18%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

A análise conjunta dos Gráfico 1.01 e Quadro 1.01, permite verificar que é no Alentejo, no Centro e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm maior peso. De facto, 73% (8 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 84% (16 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são de pequena dimensão, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo e 65% (65 em 100) dos municípios do Centro. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região.

Na Figura 1 apresenta-se a tipologia dos municípios distribuídos por todo o país.

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em n.º de habitantes

- 1 Abrantes

2 Águeda

3 Aguiar da Beira

4 Alandroal

5 Albergaria-a-Velha

6 Albufeira

7 Alcacêr do Sal

8 Alcanena

9 Alcobça

10 Alcochete

11 Alcúcutim

12 Alenquer

13 Alfândega da Fé

14 Alijó

15 Aljezur

16 Aljustrel

17 Almada

18 Almeida

19 Almeirim

20 Almodôvar

21 Alpiarça

22 Alter do Chão

23 Alvalázere

24 Alvito

25 Amadora

26 Amarante

27 Amares

28 Anadia

29 Angra do Heroísmo

30 Ansião

31 Arcos de Valdevez

32 Arganil

33 Armamar

34 Arouca

35 Arraiolos

36 Arronches

37 Arruda dos Vinhos

38 Aveiro

39 Avis

40 Azambuja

41 Baião

42 Barcelos

43 Barrancos

44 Barreiro

45 Batalha

46 Beja

47 Belmonte

48 Benavente

49 Bombarral

50 Borba

51 Boticas

52 Braga

53 Bragança

54 Cabeceiras de Basto

55 Cadaval

56 Caldas da Rainha

57 Calheta (R. A. A.)

58 Calheta (R. A. M.)

59 Câmara de Lobos

60 Caminha

61 Campo Maior

62 Cantanhede

63 Carrizada de Ansiães

64 Carregal do Sal

65 Cartaxo

66 Cascais

67 Castanheira de Pera

68 Castelo Branco

69 Castelo de Paiva

70 Castelo de Vide

71 Castro Daire

72 Castro Marim

73 Castro Verde

74 Celorico da Beira

75 Celorico de Basto

76 Chamusca

77 Chaves

78 Cinfaes

79 Coimbra

80 Condeixa-a-Nova

81 Constância

82 Coruche

83 Corvo

84 Covilhã

85 Crato

86 Cuba
- 87 Elvas

88 Entroncamento

89 Espinho

90 Esposende

91 Estarreja

92 Estremoz

93 Évora

94 Fafe

95 Faro

96 Felgueiras

97 Ferreira do Alentejo

98 Ferreira do Zêzere

99 Figueira da Foz

100 Figueira de Castelo Rodrigo

101 Figueiró dos Vinhos

102 Fornos de Algodres

103 Freixo de Espada à Cinta

104 Fronteira

105 Funchal

106 Fundão

107 Gavião

108 Góis

109 Golegã

110 Gondomar

111 Gouveia

112 Grândola

113 Guarda

114 Guimarães

115 Horta

116 Idanha-a-Nova

117 Ilhavo

118 Lagoa (Algarve)

119 Lagoa (R.A.A.)

120 Lagos

121 Lajes das Flores

122 Lajes do Pico

123 Lamego

124 Leiria

125 Lisboa

126 Loulé

127 Loures

128 Lourinhã

129 Louçã

130 Lousada

131 Mação

132 Macedo de Cavaleiros

133 Machico

134 Madalena

135 Mafra

136 Maia

137 Mangualde

138 Manteigas

139 Marco de Canaveses

140 Marinha Grande

141 Matosinhos

142 Mealhada

143 Mealhada

144 Meda

145 Melgaco

146 Mértola

147 Mesão Frio

148 Mira

149 Miranda do Corvo

150 Miranda do Douro

151 Mirandela

152 Mogadouro

153 Moimenta da Beira

154 Moita

155 Monção

156 Monchique

157 Mondim de Basto

158 Monforte

159 Montalegre

160 Montemor-o-Novo

161 Montemor-o-Velho

162 Montijo

163 Mora

164 Mortágua

165 Moura

166 Mourão

167 Murça

168 Murtosa

169 Nazaré

170 Nelas

171 Nisa

172 Nordeste
- 173 Óbidos

174 Odemira

175 Odivelas

176 Oeiras

177 Oleiros

178 Olhão

179 Oliveira de Azeméis

180 Oliveira de Frades

181 Oliveira do Bairro

182 Oliveira do Hospital

183 Ourém

184 Ourique

185 Ovar

186 Paços de Ferreira

187 Palmela

188 Pampilhosa da Serra

189 Paredes

190 Paredes de Coura

191 Pedrógão Grande

192 Penacova

193 Penafiel

194 Penalva do Castelo

195 Penamacor

196 Penedono

197 Penela

198 Peniche

199 Peso da Régua

200 Pinhel

201 Pombal

202 Ponta Delgada

203 Ponta do Sol

204 Ponte da Barca

205 Ponte de Lima

206 Ponte de Sor

207 Portalegre

208 Portel

209 Portimão

210 Porto

211 Porto de Mós

212 Porto Moniz

213 Porto Santo

214 Póvoa de Lanhoso

215 Póvoa de Varzim

216 Povoação

217 Prouença-a-Nova

218 Redondo

219 Reguengos de Monsaraz

220 Resende

221 Ribeira Brava

222 Ribeira de Pena

223 Ribeira Grande

224 Rio Maior

225 Sabrosa

226 Sabugal

227 Salvaterra de Magos

228 Santa Comba Dão

229 Santa Cruz

230 Santa Cruz das Flores

231 Santa Cruz do Sul

232 Santa Maria da Feira

233 Santa Maria de Penaguião

234 Santana

235 Santarém

236 Santiago do Cacém

237 Santo Tirso

238 São Brás de Alportel

239 São João da Madeira

240 São João da Pesqueira

241 São Pedro do Sul

242 São Roque do Pico

243 São Vicente

244 Sãdoal

245 Sãlão

246 Seia

247 Seixal

248 Sernancelhe

249 Serpa

250 Sertã

251 Sesimbra

252 Setúbal

253 Sever do Vouga

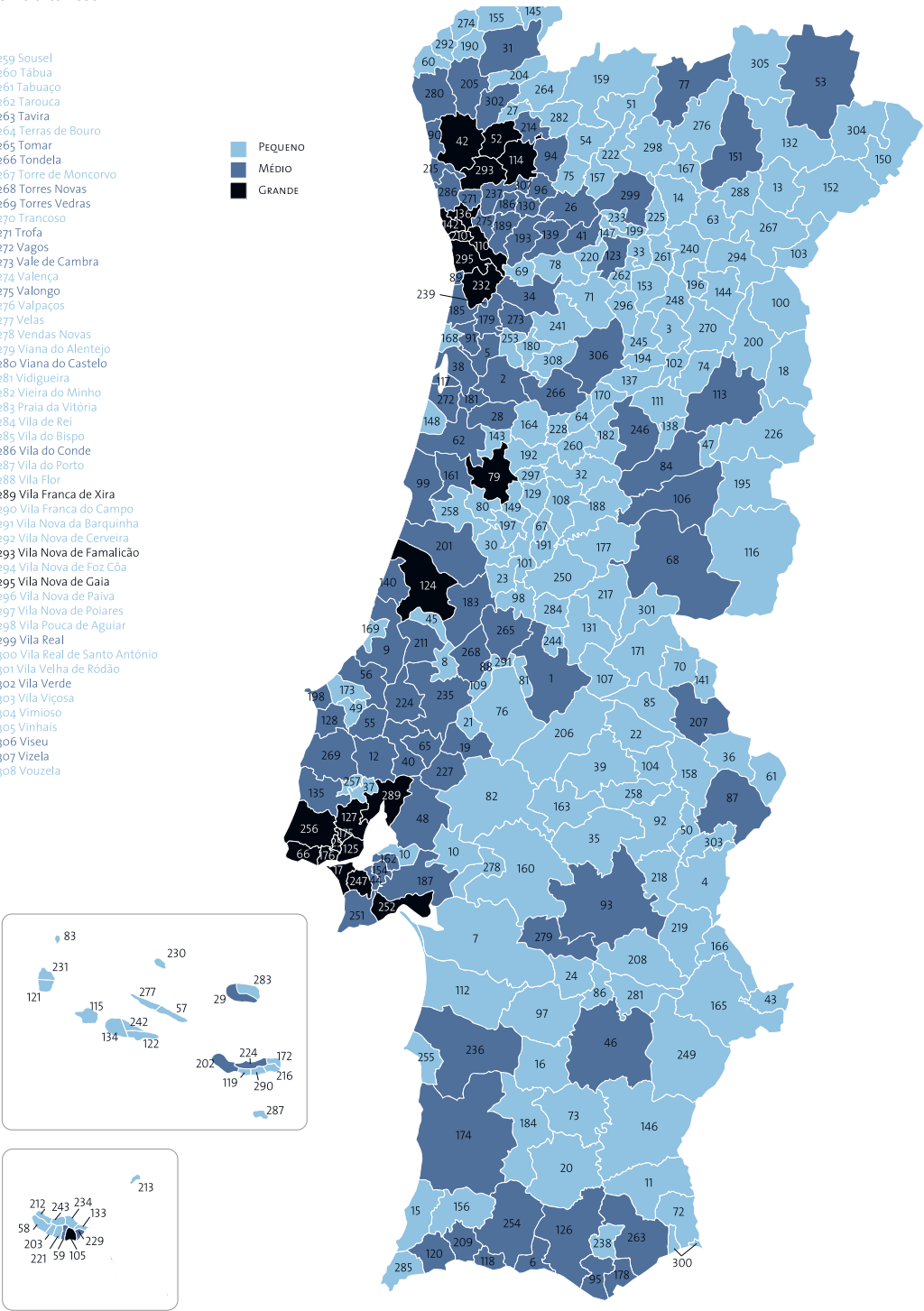
254 Silves

255 Sines

256 Sintra

257 Sobral de Monte Agraço

258 Soure



1.4 Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu

Como se mostra no Quadro 1.02, a dimensão média dos municípios portugueses não é inferior à da maioria dos países europeus, é até ligeiramente superior. Em termos de população, a média portue-

sa (33,5 mil habitantes) é aproximada aos valores da Grécia, Suécia e Holanda sendo largamente ultrapassada apenas, pela Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada

País	População	Nº de municípios	População média	PIB per capita	Despesa Munic. (% Despesa Pública)	Investimento Munic. (% Investimento Público)	Receita Munic. (% Receita Pública)
Alemanha	83 093 000	10 792	7 699	57 558	18,3%	35,6%	18,0%
Áustria	8 877 637	2 095	4 238	60 414	17,4%	29,2%	17,1%
Bélgica	11 489 000	581	19 775	56 324	13,3%	29,2%	13,8%
Dinamarca	5 817 000	98	59 357	62 106	66,2%	42,0%	61,8%
Eslováquia	5 453 244	2 927	1 863	33 521	17,5%	30,1%	18,5%
Eslovénia	2 089 014	212	9 854	42 410	19,4%	40,8%	19,0%
Espanha	47 104 229	8 131	5 793	43 471	14,3%	29,9%	16,1%
Estónia	1 324 800	79	16 770	40 040	25,4%	36,4%	25,1%
Finlândia	5 521 600	309	17 869	53 160	41,2%	58,5%	39,7%
França	67 456 000	34 965	1 929	50 694	20,1%	60,7%	21,2%
Grécia	10 721 550	332	32 294	31 790	7,1%	31,3%	7,0%
Hungria	9 771 112	3 155	3 097	34 962	14,8%	27,0%	15,3%
Irlanda	4 927 173	31	158 941	92 232	10,2%	27,0%	9,6%
Islândia	360 600	69	5 226	61 344	31,3%	39,5%	31,5%
Itália	60 339 000	7 904	7 634	45 691	28,5%	55,9%	29,6%
Luxemburgo	621 500	102	6 093	124 269	11,3%	40,4%	11,7%
Noruega	5 348 000	356	15 022	70 382	34,2%	40,2%	29,0%
Países Baixos	17 345 000	352	49 276	61 242	30,7%	45,6%	29,1%
Polónia	38 390 000	2 477	15 499	34 781	34,3%	49,0%	34,3%
Portugal	10 286 300	308	33 397	37 856	13,5%	48,1%	14,1%
Reino Unido	66 797 000	379	176 245	49 912	22,8%	34,0%	23,0%
República Checa	10 669 324	6 258	1 705	44 299	28,6%	47,1%	30,0%
Suécia	10 278 887	290	35 444	56 701	50,9%	53,6%	48,6%
Suíça	8 575 280	2 172	3 948	75 295	21,6%	30,9%	20,8%
Média	20 527 344	3 516	28 707	55 019	24,7%	40,1%	24,3%

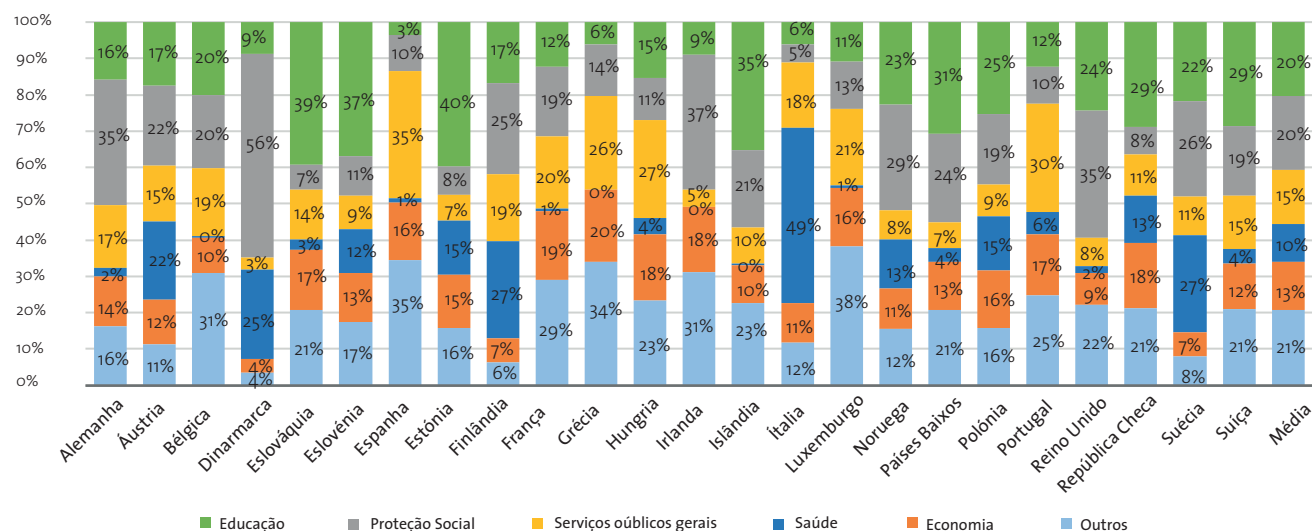
Fonte: Subnational Governments in Oecd Countries: KEY DATA – Dados relativos a 2019

A análise do Quadro 1.02 salienta uma outra característica relevante da Administração Local portuguesa em perspetiva comparada: o elevado grau de centralização financeira do Setor Público Administrativo – as duas últimas colunas. As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 13,5% do total das despesas públicas, valores que são dos mais baixos, quando comparados com a média europeia (24,7%). No que diz respeito ao peso do investimento local no total de investimento público, Portugal apresenta um valor superior (48,1%) à média europeia (40,1%), o que sugere, claramente, uma maior intervenção dos municípios portugueses nas atividades de investimento público. Contudo, as receitas locais dos municípios portugueses correspondem a 14,1% do total das receitas públicas, valores muito abaixo da média europeia (24,3%).

O Gráfico 1.02 mostra a composição funcional das despesas locais do

mesmo grupo de países, o que permite perceber as áreas de atividade local com mais peso nas despesas locais. No que diz respeito à função de educação, cuja média europeia é cerca de um quarto das despesas locais (20%), o peso em Portugal é muito inferior (12%). De forma ainda mais acentuada, o mesmo se passa com as despesas em proteção social e saúde, em que intervenção dos municípios portugueses é bastante reduzida, (no primeiro caso de 10% e no segundo de 6%) e inferior à média europeia, respetivamente, de 20% e 10%. Ao invés, no caso das despesas relacionadas com as atividades económicas, o peso em Portugal (16%) é claramente superior à média (13%) europeia. Finalmente, mais de metade das despesas municipais portuguesas são consumidas com funções gerais (30%) e outras despesas (25%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso somado destas duas funções totaliza os 36%.

Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções



Fonte: Subnational Governments In OECD Countries: KEY DATA – Dados relativos a 2019

1.5. Grupos Municipais

Nos últimos 20 anos tem-se assistido à implementação de um variado conjunto de reconfigurações da forma organizacional de prestação de serviços públicos do setor autárquico, nomeadamente a partir de 2006, ano da publicação do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. Um dos aspetos mais salientes dessa tendência foi a transferência da prestação de bens e serviços para outras entidades do setor público através da criação de empresas municipais ou empresas mistas com forte participação municipal, constituindo-se o SEL (Setor Empresarial Local) que passou a integrar os serviços municipalizados com autonomia administrativa e financeira. O Quadro 1.03 apresenta o número de autarquias que tinham, à data de 2021, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados. Pela análise do Quadro 1.03 verifica-se que, enquanto 50 municípios têm serviços descentralizados apenas numa empresa municipal, 30 municípios descentralizam em duas ou mais empresas municipais, sendo que apenas 5 municípios detêm 4 ou mais empresas. Ao mesmo tempo, 147 municípios participam pelo menos numa empresa intermunicipal (124 apenas numa e 23 em duas). No cômputo geral, dos que descentralizam, a maioria dos municípios tem apenas uma empresa municipal e, ou, participam em apenas uma empresa intermunicipal.

Ao invés, 228 municípios (163 pequenos, 58 médios e 7 grandes) não possuem empresas municipais, 161 municípios (99 pequenos, 48 médios e 14 grandes) não participam em empresas intermunicipais e 283 municípios não possuem serviços municipalizados (187 pequenos, 82 médios e 14 grandes).

A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) impõe, no seu art.º 75º, que os municípios apresentem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo eles a entidade mãe ou consolidante. É ainda referido que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, definindo-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

1.6. Independência financeira

No presente Anuário mantém-se a análise do rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. **Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais.**

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local 2021

	Total	Nº de municípios com:												
		Serviços* Municipalizados		Empresas Municipais							Empresas Intermunicipais			
		0 SM's	1 SM	0 EM's	1 EM	2 EM's	3 EM's	4 EM's	5 EM's	6 EM's	0 EIM's	1 EIM	2 EIM's	3 EIM's
Municípios Pequenos	188	187	1	163	20	4	1	0	0	0	99	74	15	0
Municípios Médios	96	82	14	58	25	11	1	1	0	0	48	42	6	0
Municípios Grandes	24	14	10	7	5	6	2	1	1	2	14	8	2	0
Total de municípios	308	283	25	228	50	21	4	2	1	2	161	124	23	0
Total de Empresas e SM's	181		23		129							29		

* Existem dois Serviços Intermunicipalizados pertencente aos municípios de Loures e Odivelas e Oeiras e Amadora

Para melhor compreender a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparada para os anos compreendidos entre 2011 e 2021 e por grupos de municípios, o peso das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros, nas receitas totais. A análise será sempre realizada considerando os respetivos valores cobrados.

O Gráfico 1.03 mostra a média do Índice de independência financeira dos 308 municípios calculada nos termos atrás referido e para cada um dos municípios.

– **Relativamente ao ano de 2021 verifica-se uma descida de -1,4 pp do índice médio de independência financeira ao atingir o valor médio de 35,0%.** No que concerne aos municípios das Regiões Autónomas (Gráficos 1.03A e 1.03M) a independência financeira tem-se apresentado com valores relativamente baixos, predominantemente nos municípios de pequena dimensão. No período entre

2011 e 2021, na R.A. dos Açores a média deste indicador foi de 26,6% e na R. A. da Madeira foi de 35%, devido ao excessivo peso das transferências no total da receita arrecadada, que representaram, respetivamente, em média, 69,5% e 57,4%. Contudo, neste período, observou-se, em geral, um ligeiro aumento do índice de independência financeira nos municípios na R.A. dos Açores (+2,7 pp) e uma ligeira diminuição na região da Madeira (-1,9 pp) atingindo em 2021, respetivamente, os valores de 26,6% e de 35,0%. Tal variação apareceu associado, em ambas as regiões, à variação do peso das transferências (-0,5% nos Açores e -2,9% na Madeira). O peso dos passivos financeiros foi muito variável em ambas as regiões durante este período de onze anos, sendo que o balanço final foi a diminuição desse peso nos Açores (-2,2 pp) e aumento de importância na Madeira (+4,9pp).

Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios

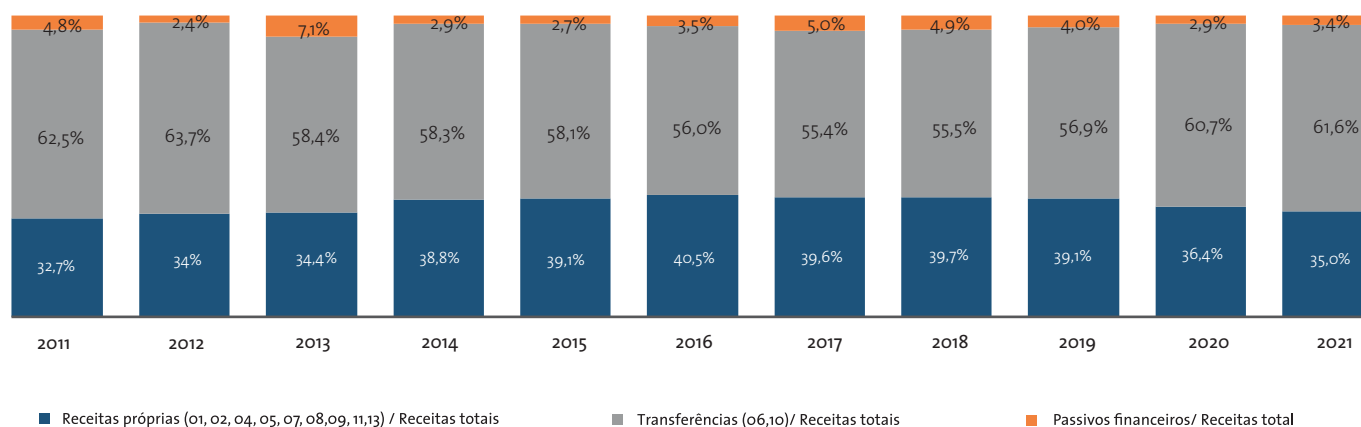
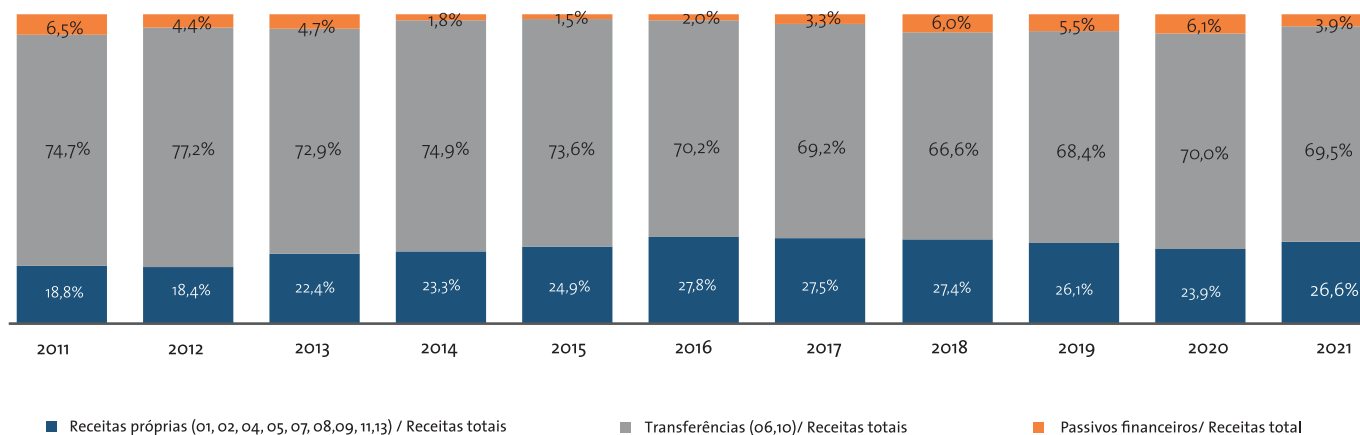
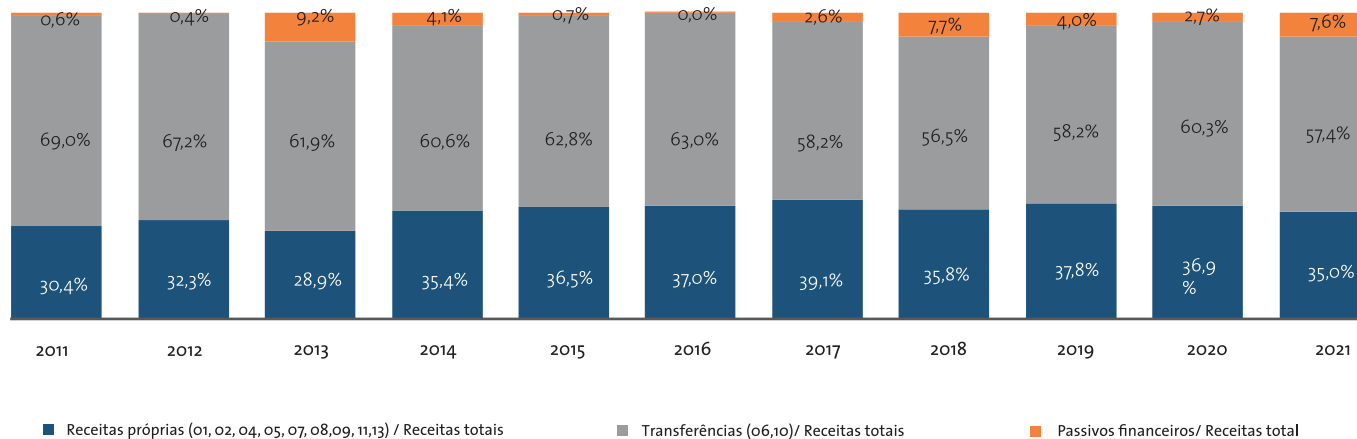


Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma dos Açores**Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma da Madeira**

Analisando a evolução da independência financeira por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumiram um maior peso relativo nos **municípios de grande dimensão** (Gráfico 1.04), representando estas, em 2021, um valor médio de 62,2% das receitas totais, isto é, - 2,4 pp que no ano anterior. Esta descida do nível de independência financeira em 2021 esteve associada, essencialmente, à subida do peso das transferências em +0,3pp e ao crescimento dos passivos financeiros em +2,2pp.

Nos municípios de **média dimensão** (Gráfico 1.05), no mesmo período, as transferências do Estado contribuíram sensivelmente mais que as receitas próprias para a receita total, com o peso médio,

respetivamente, de 50,1% e 46,3%. O peso das transferências do Estado subiu +1,4pp e o peso das receitas próprias desceu -2,3pp.

Os recursos financeiros dos municípios de **pequena dimensão** (Gráfico 1.06) dependeram significativamente das transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), representando em média, 71,1% das receitas totais em 2021. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais, neste mesmo ano, foi de 25,8%, o que significa pouco mais que $\frac{1}{4}$ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. Em 2021, o indicador de independência baixou em relação a 2020, -0,8pp e o peso das transferências cresceu +0,9%.

Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

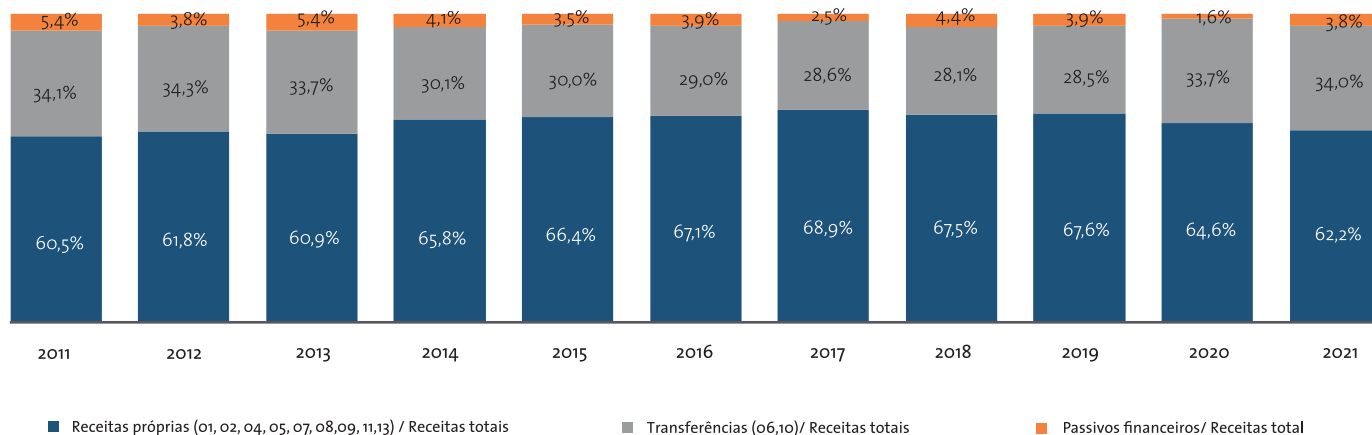
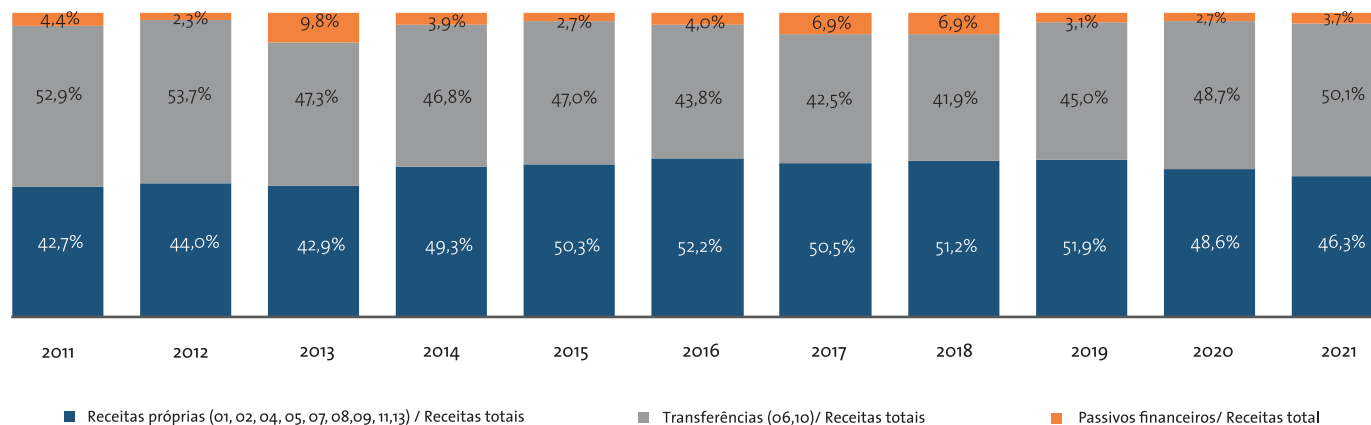
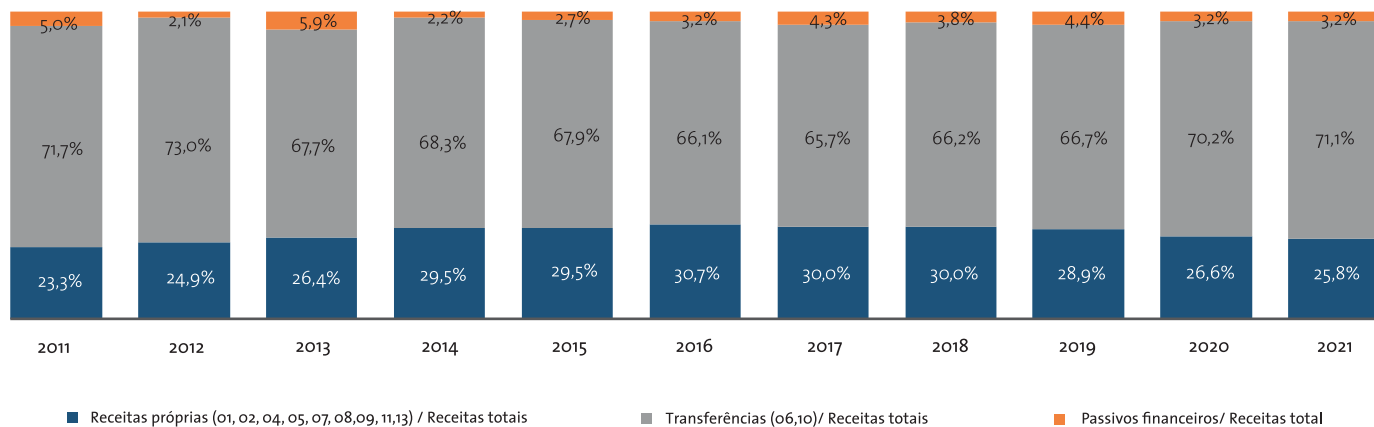
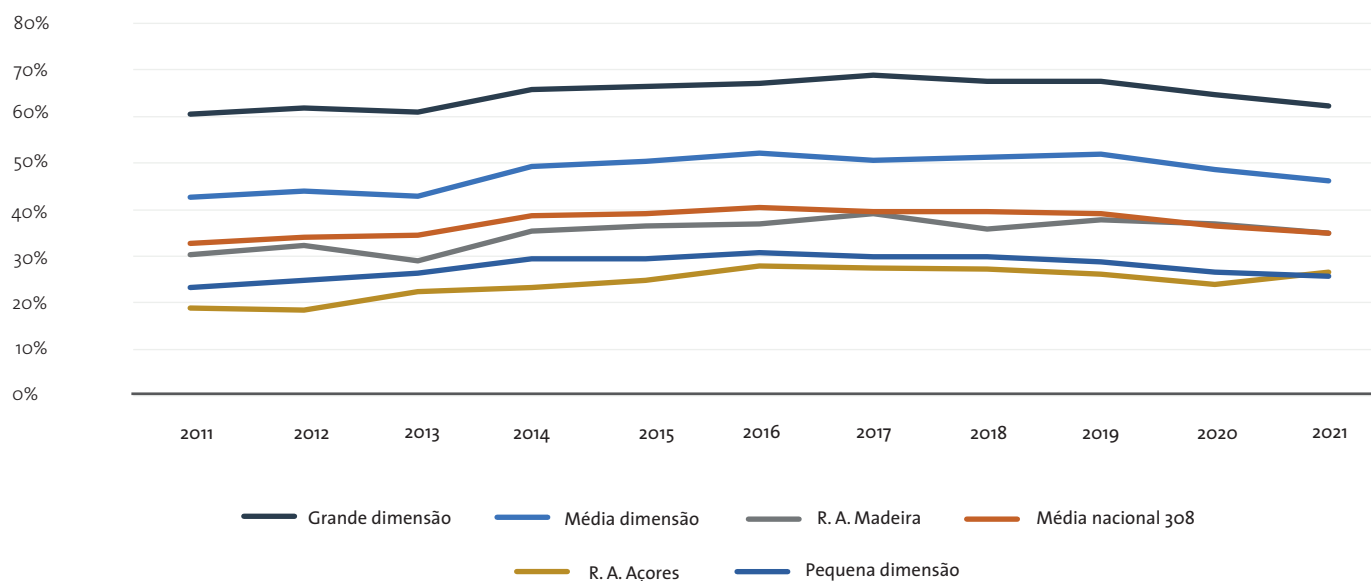


Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão**Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão**

O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica no período de 2011 a 2021, por grupos de municípios. O valor do rácio médio da independência financeira cresceu após 2013 devido, fundamentalmente, à descida das transferências do Estado e à descida do volume de empréstimos de

médio e longo-prazo, tendo em todos os casos baixado ligeiramente em 2021, com exceção para a Região dos Açores, onde cresceu. Atentas às razões apresentadas para a variação global do indicador da independência financeira, no Quadro 1.04, discrimina-se a amplitude de variação dos níveis de independência financeira em 2021.

Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2011 a 2021)



Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2021

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nº de municípios existentes	187	97	24	308
Nº de municípios analisados	187	97	24	308
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	25,8%	46,3%	62,2%	35,0%
% Mínima	3,3%	23,6%	39,8%	3,3%
	Corvo	Arcos de Valdevez	Barcelos	
% Máxima	83,2%	88,5%	82,8%	88,5%
	Vila Real de Sto. António	Lagoa (Algarve)	Cascais	
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	71,1%	50,1%	34,0%	61,6%
% Mínima	15,8%	11,5%	11,6%	11,5%
	Vila Real de Sto. António	Lagoa (Algarve)	Lisboa	
% Máxima	96,7%	73,9%	60,2%	96,7%
	Corvo	Elvas	Barcelos	
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	3,2%	3,7%	3,8%	3,4%
% Mínima	0%	0%	0%	0%
	92 municípios	43 municípios	11 municípios	
% Máxima	44,2%	32,5%	22,3%	44,2%
	Celorico da Beira	Trofa	Seixal	

- Da observação do Quadro 1.05 constata-se que em 2021, 67 municípios apresentaram uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 22 foram municípios de grande dimensão, 31 de média dimensão e 14 de pequena dimensão.
- 64 municípios (mais 1 que em 2020) tiveram receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo todos eles municípios de pequena dimensão.
- Foram identificados, também, 51 municípios (mais 10 que em 2020)

- com grande dependência das transferências para o equilíbrio do seu orçamento, ao representarem esta receita com um valor superior a 80% das receitas totais, sendo que, todos eles pertenciam ao grupo de municípios de pequena dimensão.
- Em 2021 houve 146 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (mais 6 municípios que no ano transato.) Este número foi totalizado por 92 municípios de pequena dimensão, 11 município de grande dimensão e 43 municípios de média dimensão.

Quadro 1.05 – O Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios relevantes para os Municípios

	Dimensão	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenos	7	8	9	14	14	16	17	16	14	12	14
	Médios	28	29	29	35	38	48	41	43	41	36	31
	Grandes	19	22	19	22	22	23	23	23	22	22	22
	Total	54	59	57	71	74	87	81	82	77	70	67
Nº de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	81	65	54	33	35	28	35	32	35	63	64
	Médios	4	1	3	0	0	0	1	2	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	85	66	57	33	35	28	36	34	35	63	64
Nº de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	82	100	102	134	130	124	105	113	94	86	92
	Médios	36	46	37	56	59	57	51	48	49	41	43
	Grandes	3	5	7	12	10	10	11	12	14	14	11
	Total	121	151	146	202	199	191	167	173	157	141	146
Nº de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenos	56	57	37	25	27	21	22	22	21	41	51
	Médios	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	57	57	37	25	27	21	22	22	21	41	51

No *Ranking* R1 são apresentados os 35 municípios com maior independência financeira no ano de 2021 mostrando também o valor do indicador para os onze anos anteriores. São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias, onde os impostos e taxas têm papel central e, onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.

Ao confrontar este ranking com os rankings relativos à receita apresentados no Capítulo 2, verifica-se que se refere, essencialmente, aos municípios de grande e média dimensão que apresentaram maior peso das receitas fiscais na receita total municipal ou, apresentaram maior receita de IMI e IMT ou, ainda, descida de empréstimos bancários.

Em 2021, o município de Lagoa (Algarve) lidera o ranking, com o rácio de independência financeira de 88,5%, tendo apresentado um acréscimo de +1,3 pp.

No *Ranking* R2 figuram os 35 municípios com menor independência

financeira, ou seja, com menos captação de receitas próprias, nomeadamente impostos e taxas e mais dependentes das transferências do Estado. Tratam-se de municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos, o que implica, também, que os empréstimos bancários, quando utilizados, apresentem peso relevante na estrutura da receita, pese embora, em termos de volume tenham menor relevância. Em 2021 este ranking é liderado pelo Corvo com o índice baixíssimo de independência financeira de 3,3%.

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, o município com maior índice de independência financeira em 2021 foi Ponta Delgada (55,3%), que tem liderado este ranking desde 2011.

Na Região Autónoma da Madeira, em 2021, o líder do ranking de maior índice de independência financeira foi Funchal com 73,0%, seguido de mais um município com um índice superior a 50%: Porto Santo, com 54,2%.

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2021

	Município	Dim.	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Lagoa (Algarve)	M	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%	87,0%	90,4%	90,8%	87,2%	88,5%
2	Albufeira	M	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%	90,9%	89,7%	90,5%	85,8%	87,3%
3	Loulé	M	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%	84,2%	85,5%	85,6%	88,1%	85,6%
4	V. Real Sto. António	P	77,9%	74,5%	69,4%	21,4%	81,1%	69,2%	61,3%	81,8%	79,4%	83,2%	83,2%
5	Cascais	G	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%	82,0%	84,8%	84,2%	81,1%	82,8%
6	Lisboa	G	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%	93,7%	92,1%	91,7%	88,2%	82,3%
7	Lagos	M	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%	86,6%	88,1%	88,9%	82,0%	81,8%
8	Almada	G	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%	76,7%	77,7%	74,7%	81,3%
9	Sesimbra	M	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%	82,9%	81,1%	76,7%	78,8%
10	Oeiras	G	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%	76,8%	78,5%	80,6%	77,2%	77,7%
11	Portimão	M	77,0%	76,1%	77,3%	80,6%	82,7%	49,2%	33,1%	84,0%	82,9%	77,9%	74,7%
12	Funchal	G	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%	69,7%	73,0%
13	Vila do Bispo	P	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%	70,1%	73,5%	71,0%	70,5%	73,0%
14	Grândola	P	45,1%	50,5%	52,5%	59,8%	59,3%	54,2%	71,4%	64,9%	61,0%	59,6%	72,8%
15	Mafra	M	68,4%	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%	76,4%	72,0%	73,3%	56,1%	69,7%	72,7%
16	Porto	G	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%	82,1%	82,3%	84,9%	75,9%	70,0%
17	Palmela	M	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%	75,7%	74,2%	70,2%	69,8%
18	Alcochete	P	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%	78,2%	73,9%	72,1%	69,7%
19	Maia	G	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%	74,7%	72,1%	72,6%	66,6%	69,5%
20	Tavira	M	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%	71,6%	74,3%	72,2%	67,7%	69,2%
21	Setúbal	G	68,4%	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%	69,4%	72,8%	64,7%	67,6%	64,7%	67,5%
22	Castro Marim	P	56,2%	61,5%	51,1%	55,9%	62,6%	68,1%	66,6%	60,2%	58,8%	64,5%	67,2%
23	Aveiro	M	65,4%	67,9%	68,2%	60,4%	71,6%	78,8%	34,4%	67,0%	74,0%	72,5%	66,4%
24	Montijo	M	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%	72,7%	71,6%	63,5%	66,3%
25	Óbidos	P	68,5%	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%	67,6%	66,6%	67,9%	64,9%	63,3%	65,9%
26	Vila Nova de Gaia	G	63,0%	54,5%	52,9%	60,3%	64,3%	54,0%	70,0%	64,6%	70,0%	66,5%	65,5%
27	Silves	M	58,6%	60,9%	61,7%	64,5%	64,9%	68,6%	59,5%	67,0%	68,0%	55,5%	65,4%
28	Loures	G	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%	66,6%	66,5%	71,5%	69,8%	63,7%	64,8%
29	Faro	M	67,8%	64,6%	63,6%	44,2%	71,5%	73,3%	52,8%	73,4%	71,4%	66,1%	62,9%
30	Póvoa de Varzim	M	68,2%	67,7%	56,7%	67,1%	64,5%	72,9%	67,9%	64,2%	59,7%	63,0%	61,1%
31	Seixal	G	72,1%	79,2%	81,3%	55,8%	80,8%	59,5%	81,8%	59,3%	67,8%	78,3%	61,1%
32	Sintra	G	60,1%	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%	68,5%	69,2%	68,9%	67,8%	60,5%	61,1%
33	Vila do Conde	M	53,9%	53,7%	35,3%	63,8%	65,1%	67,7%	44,9%	65,6%	65,8%	62,3%	60,6%
34	Santa Maria da Feira	G	46,5%	52,8%	41,1%	55,4%	57,5%	64,0%	63,7%	64,0%	62,2%	57,8%	60,3%
35	Lourinhã	M	48,5%	52,5%	50,7%	59,7%	53,4%	61,2%	47,7%	65,6%	67,8%	60,5%	60,2%

R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2021

Município	Dim.	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Corvo	P	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%	3,1%	3,3%	3,3%
2 Pampilhosa da Serra	P	7,8%	8,5%	10,1%	13,2%	10,2%	10,7%	11,5%	9,2%	7,4%	6,6%	5,3%
3 Lajes das Flores	P	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%	6,7%	7,8%	7,9%
4 Barrancos	P	8,7%	8,3%	9,2%	9,5%	8,7%	11,6%	10,5%	10,3%	10,4%	7,9%	7,1%
5 Santa Cruz das Flores	P	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%	14,9%	9,0%	9,2%
6 Freixo de Espada à Cinta	P	7,8%	9,8%	6,8%	13,7%	16,5%	17,9%	16,7%	17,3%	7,8%	11,2%	11,7%
7 Sardoal	P	23,7%	30,2%	23,8%	28,1%	24,9%	24,2%	21,1%	20,0%	16,9%	11,6%	10,2%
8 Crato	P	21,5%	16,8%	19,2%	24,3%	23,9%	21,4%	19,9%	21,5%	23,5%	12,3%	13,9%
9 Vimioso	P	13,0%	11,2%	13,9%	14,8%	14,4%	17,0%	15,5%	16,7%	12,7%	12,3%	13,1%
10 Alcoutim	P	9,8%	10,9%	9,8%	10,4%	10,6%	11,5%	12,6%	14,6%	12,1%	12,3%	12,7%
11 Mesão Frio	P	21,5%	20,1%	21,9%	27,1%	24,8%	25,6%	14,0%	22,6%	20,3%	12,5%	10,6%
12 Mondim de Basto	P	10,9%	13,8%	15,8%	18,7%	18,1%	17,7%	17,7%	18,9%	17,6%	12,5%	13,1%
13 Vinhais	P	12,7%	9,3%	16,5%	16,3%	15,4%	16,4%	14,7%	16,0%	15,2%	13,0%	11,8%
14 Nordeste	P	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%	18,2%	13,2%	12,8%
15 Almodôvar	P	15,9%	14,3%	15,7%	16,2%	18,6%	17,6%	17,3%	19,6%	20,4%	13,4%	14,3%
16 Monforte	P	10,1%	10,6%	11,5%	15,6%	13,8%	17,0%	14,6%	14,8%	22,9%	13,7%	8,8%
17 Vila de Rei	P	9,5%	15,9%	16,1%	17,3%	16,7%	16,0%	16,5%	16,7%	14,6%	14,2%	16,9%
18 Gavião	P	25,3%	18,9%	21,0%	23,1%	21,6%	24,1%	19,9%	22,7%	20,1%	14,4%	16,0%
19 Santana	P	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%	16,3%	14,4%	14,2%
20 Murça	P	9,2%	15,8%	17,0%	23,5%	18,5%	20,2%	18,5%	19,1%	21,8%	14,5%	11,5%
21 Penedono	P	14,2%	14,7%	16,7%	14,3%	17,0%	15,4%	18,4%	21,1%	15,1%	14,7%	11,1%
22 Torre de Moncorvo	P	10,0%	22,6%	30,6%	28,0%	24,0%	26,9%	16,8%	23,2%	22,4%	14,9%	13,1%
23 Portel	P	16,2%	18,9%	16,5%	22,5%	19,5%	18,4%	22,9%	19,9%	17,1%	15,1%	13,9%
24 Trancoso	P	15,5%	17,5%	15,0%	16,7%	20,7%	21,9%	18,1%	19,0%	18,5%	15,7%	14,6%
25 Vila Flor	P	16,4%	15,9%	18,6%	24,0%	19,6%	21,2%	20,7%	19,6%	17,0%	16,1%	15,7%
26 Ourique	P	15,2%	16,0%	15,1%	19,3%	16,9%	16,3%	15,0%	18,1%	17,5%	16,2%	16,9%
27 Mogadouro	P	12,2%	14,8%	19,8%	21,9%	19,7%	23,7%	22,2%	20,8%	21,3%	16,5%	16,3%
28 Arronches	P	12,3%	14,4%	18,2%	17,8%	13,7%	17,5%	15,0%	13,3%	16,9%	16,6%	14,7%
29 Castanheira de Pera	P	11,6%	11,4%	26,3%	32,0%	32,3%	33,2%	26,4%	24,2%	21,0%	16,8%	17,7%
30 Alvito	P	12,5%	13,7%	18,0%	18,5%	18,7%	20,6%	20,1%	27,9%	19,1%	17,2%	12,9%
31 Calheta (R. A. A.)	P	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%	21,6%	20,6%	19,7%	17,3%	15,6%
32 Castelo de Vide	P	21,3%	20,0%	22,9%	21,1%	22,1%	22,7%	20,9%	20,5%	21,6%	17,4%	13,9%
33 Avis	P	15,7%	14,7%	20,4%	19,0%	20,3%	20,4%	18,9%	20,5%	21,6%	17,6%	17,3%
34 F. de Castelo Rodrigo	P	13,5%	18,8%	19,6%	20,5%	23,1%	19,4%	19,7%	15,8%	15,0%	17,6%	13,6%
35 Paredes de Coura	P	15,3%	15,0%	15,2%	20,7%	22,1%	26,0%	27,1%	19,9%	21,6%	17,9%	17,3%

R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2021

Município		Dim.	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Ponta Delgada	M	49,9%	45,0%	49,3%	46,0%	50,2%	53,4%	57,8%	55,6%	54,6%	52,1%	55,3%
2	Angra do Heroísmo	M	19,5%	29,6%	31,9%	32,7%	28,9%	37,4%	36,0%	38,7%	38,1%	39,4%	50,1%
3	Velas	P	18,8%	15,7%	17,8%	24,0%	22,8%	26,7%	23,3%	22,9%	26,4%	23,2%	48,6%
4	Lagoa (R.A.A)	P	25,2%	30,9%	38,4%	42,7%	45,2%	49,1%	49,1%	49,8%	47,4%	42,1%	36,9%
5	Ribeira Grande	M	27,5%	25,4%	37,7%	37,4%	37,2%	39,3%	41,5%	40,5%	43,0%	36,4%	36,1%
6	Vila Franca do Campo	P	11,3%	15,7%	30,9%	36,2%	35,5%	42,2%	42,1%	41,8%	14,9%	19,5%	33,7%
7	Horta	P	30,4%	32,8%	31,5%	29,3%	35,1%	40,6%	37,6%	40,6%	33,7%	36,9%	33,4%
8	Lajes do Pico	P	14,0%	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%	21,3%	20,9%	22,9%	21,5%	23,1%	27,8%
9	Vila do Porto	P	16,8%	15,4%	20,9%	20,5%	26,2%	30,7%	26,7%	26,3%	27,7%	25,7%	25,1%
10	Santa Cruz da Graciosa	P	13,2%	11,3%	18,3%	18,1%	23,2%	23,4%	22,9%	22,1%	22,4%	21,1%	23,6%
11	Povoação	P	31,1%	20,3%	28,9%	22,0%	26,7%	29,2%	28,1%	31,0%	30,0%	25,1%	23,1%
12	São Roque do Pico	P	11,0%	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%	21,5%	22,0%	21,0%	22,9%	19,3%	22,4%
13	Madalena	P	19,0%	19,8%	23,1%	19,4%	21,6%	24,8%	26,6%	23,1%	24,9%	21,7%	22,0%
14	Praia da Vitória	P	27,6%	16,6%	25,8%	29,8%	25,6%	26,1%	24,0%	28,3%	25,5%	18,7%	18,0%
15	Calheta (R. A. A.)	P	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%	21,6%	20,6%	19,7%	17,3%	15,6%
16	Nordeste	P	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%	18,2%	13,2%	12,8%
17	Santa Cruz das Flores	P	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%	14,9%	9,0%	9,2%
18	Lajes das Flores	P	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%	6,7%	7,8%	7,9%
19	Corvo	P	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%	3,1%	3,3%	3,3%

R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira – 2021

Município		Dim.	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Funchal	G	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%	69,7%	73,0%
2	Porto Santo	P	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%	53,9%	55,2%	66,9%	42,7%	58,9%	54,2%
3	Santa Cruz	M	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%	68,0%	63,3%	49,6%
4	Ponta do Sol	P	25,5%	31,5%	28,9%	34,2%	27,1%	32,9%	36,9%	39,1%	39,6%	36,5%	37,5%
5	Calheta (R. A. M.)	P	20,2%	21,8%	20,4%	27,7%	27,3%	31,9%	36,9%	37,0%	38,3%	35,3%	37,4%
6	Câmara de Lobos	M	37,0%	27,0%	15,1%	23,4%	30,1%	29,5%	23,7%	23,7%	28,4%	28,1%	30,1%
7	Machico	P	29,6%	32,1%	30,1%	61,0%	32,7%	33,4%	34,9%	36,1%	33,3%	41,7%	29,3%
8	Ribeira Brava	P	21,5%	20,9%	19,4%	20,8%	29,6%	26,4%	34,2%	19,9%	32,5%	19,8%	24,3%
9	Porto Moniz	P	9,8%	14,7%	12,8%	22,1%	21,9%	23,2%	29,4%	28,0%	29,1%	18,6%	23,3%
10	Santana	P	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%	16,3%	14,4%	14,2%
11	São Vicente	P	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%	16,4%	18,1%	17,9%	19,7%	12,5%

CAPÍTULO 2.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1. Introdução

No presente capítulo pretende-se evidenciar a execução orçamental dos Municípios¹, apresentando referenciais financeiros reportados a 2020 para o universo dos 308 Municípios portugueses. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução e privilegiando-se para o efeito, o período entre 2011 e 2021.

Este Anuário mantém, no essencial, a metodologia adotada nos últimos anos, pelo que, em relação à receita se analisam: a previsão orçamental, a liquidação², a cobrança e os saldos orçamentais.

Relativamente à despesa, os factos financeiros objeto de análise e de comparação são as despesas previstas³, os compromissos assumidos (no exercício e para exercícios futuros), os pagamentos efetuados e os compromissos assumidos por pagar.

Os montantes são examinados, globalmente, considerando o universo dos 308 municípios, por natureza económica, tanto no que respeita à receita como à despesa, com especial atenção para a respetiva estrutura e evolução, quer em termos absolutos quer em termos relativos.

Sempre que possível é prestada informação organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios, adotados nos anteriores anuários, de subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão⁴. Sempre

que a situação o justifique, apresenta-se informação discriminada por conjunto de municípios, hierarquizados de acordo com critérios apresentados e/ou indicadores aferidos para análise.

Com as referidas listagens hierarquizadas de municípios (rankings) relativas a rácios ou indicadores da receita e da despesa, pretende-se, essencialmente, facilitar a perceção de diversas problemáticas do sector municipal relacionadas com a gestão orçamental, através de elementos concretos e contáveis.

2.2. Receitas Municipais

De acordo com os documentos constantes da prestação de contas dos municípios, a inscrição orçamental e registo contabilístico da receita municipal obedeceu, na sua generalidade, ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/20025, de 14 de fevereiro, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos a receita foi classificada por capítulos, conforme se apresenta no Quadro 2.01.

A aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações públicas (SNC-AP) pelas autarquias permite a normalização de rubricas para as demonstrações orçamentais, tal como existem rubricas normalizadas para as demonstrações financeiras. No quadro 2.02 apresentam-se as rubricas normalizadas que constam no orçamento e plano orçamental plurianual.

Estas rubricas têm correspondência com o classificador económico das receitas publicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, mantendo-se a classificação das receitas e das despesas em função do mesmo na elaboração dos mapas de demonstração da execução orçamental.

¹ A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira do sector empresarial local ou de outras entidades com participação municipal. Num capítulo autónomo, Capítulo 4, e no anexo I, constará a informação económico-financeira considerada mais relevante que relaciona os municípios com as suas participadas.

² Corresponde à receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra através de uma nota de liquidação ou de cobrança).

³ Também correntemente referidas como despesas orçadas.

⁴ Conforme classificados no Capítulo 1 do presente Anuário.

⁵ Com a atualização efetuada em setembro de 2019 resultante da transferência de competências operada pela Lei N.º 50/2018.

Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal (DL 26/2002)

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 – Impostos diretos	09 – Venda de bens de investimento	15 – Reposições não abatidas nos pagamentos
02 – Impostos indiretos	10 – Transferências de capital	16 – Saldo da gerência anterior
04 – Taxas, multas e outras penalidades	11 – Ativos Financeiros	
05 – Rendimentos de propriedade	12 – Passivos Financeiros	
06 – Transferências correntes	13 – Outras receitas de capital	
07 – Venda de bens e serviços correntes		
08 – Outras receitas correntes		

Quadro 2.02 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP – Classificação das receitas

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
R1 Receita fiscal	R8 Venda de bens de investimento	R14 Saldo da gerência anterior – operações orçamentais
R11 Impostos diretos	R9 Transferências de Capital	
R12 Impostos indiretos	R91 Administrações Públicas	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde (Não aplicável aos municípios)	R911 Administração Central – Estado	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	R912 Administração Central – Outras entidades	
R4 Rendimentos de propriedade	R913 Segurança Social	
R5 Transferências Correntes	R914 Administração Regional	
R51 Administrações Públicas	R915 Administração Local	
R511 Administração Central – Estado	R92 Exterior – UE	
R512 Administração Central – Outras entidades	R93 Outras	
R513 Segurança Social	R10 Outras receitas de capital	
R514 Administração Regional	R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	
R515 Administração Local	R12 Ativos financeiros	
R52 Exterior – UE	R13 Passivos financeiros	
R53 Outras		
R6 Venda de bens e serviços		
R7 Outras receitas correntes		

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.03 apresentam-se os montantes globais de receita prevista, liquidada e cobrada pelo total dos municípios entre 2011 e 2021⁶. Conforme referido, a análise evolutiva das diferentes com-

ponentes orçamentais far-se-á tendo como comparação os últimos dez anos de atividade dos municípios, identificados por períodos de mandato municipal.

⁶ Só se dispõem de informação sobre receitas previstas iniciais a partir de 2017.

Quadro 2.03 – Previsão e Execução da Receita⁷

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receitas previstas iniciais	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	9 269,1	9 594,7	10 318,4	10 588,5	11 565,6
Receitas previstas corrigidas ⁸ (a)	12 595,6	11 674,3	10 855,5	9 323,9	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9	10 017,5	9 993,3	11 134,3
Receitas liquidadas ⁹ (b)	7 887,7	7 699,3	7 806,2	7 465,9	7 525,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1	9 181,4	8 855,7	9 898,2
Receitas por cobrar no início do ano (c)	713,5	789,2	777,6	750,1	858,2	809,2	834,7	738,4	693,6	736,1	792,7
Receitas cobradas líquidas ¹⁰ (d)	7 771,6	7 683,4	7 806,3	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1	9 918,8
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	4 824,1	3 990,8	3 049,1	1 986,8	1 265,5	1 064,2	965,0	947,3	976,4	1 220,2	1 215,5
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a-b)	4 707,9	3 974,9	3 049,2	1 858,0	1 259,0	1 002,8	887,5	775,8	836,1	1 137,5	1 236,2
Receita por cobrar no final do ano (b+c)-d	829,7	805,1	777,5	878,8	864,8	870,6	912,2	909,9	833,9	818,8	772,0
Receitas cobradas/(receitas liquidadas + receitas por cobrar no início do ano) (d/(b+c))	90,4%	90,5%	90,9%	89,3%	89,7%	89,9%	90,1%	90,4%	91,6%	91,5%	92,8%
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	62,6%	66,0%	71,9%	80,1%	85,7%	88,6%	90,4%	91,8%	91,7%	88,6%	88,9%
Grau de execução da receita cobrada (d/a)	61,7%	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%	89,1%

Nos Quadros 2.04 e 2.05 apresentam-se as variações das receitas suprarreferidas, para o período considerado em análise.

Quadro 2.04 – Variação da Receita (valores absolutos)

Unidade: milhões de euros

Variação das Receitas	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Variação da Receita prevista inicial	--	--	--	--	--	--	325,6	723,7	270,1	977,0
Variação da Receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais	-921,4	-818,8	-1 531,5	-540,0	18,2	474,3	210,4	530,6	-24,3	1 141,1
Variação da Receita liquidada ¹¹	-188,4	106,9	-340,3	59,1	274,4	589,6	322,1	470,3	-325,7	1 042,5
Variação da Receita cobrada	-88,1	122,9	-469,1	181,3	219,6	573,5	228,1	501,5	-268,0	1 145,8

⁷ Os valores apresentados neste quadro, para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior. Essa informação será incluída aquando da comparação entre a receita obtida e a despesa assumida ou paga.

⁸ Montantes de receita prevista englobando todas as alterações ou revisões orçamentais realizadas no ano económico.

⁹ Montantes deduzidos das liquidações anuladas.

¹⁰ Correspondem ao montante de receita cobrada bruta deduzida dos reembolsos e restituições efetuadas no respetivo ano económico.

¹¹ Deduzidas das anulações de liquidações.

Da observação dos quadros e gráficos anteriores entende-se que, no ano económico de 2021, se confirma, na globalidade, a melhoria do comportamento orçamental da receita, realçando-se o seguinte:

A receita inicialmente estimada foi corrigida no sentido negativo, sendo o impacto no orçamento final de aproximadamente -431,3 milhões de euros, querendo isto significar que a receita prevista inicialmente, baixou durante o ano económico 3,7%, reajustando-se a novas previsões de cobrança;

O montante global de receita liquidada em 2021 foi de 9 898,2 milhões de euros, ou seja, +1 042, milhões de euros (+11,8%) que em 2020;

A receita cobrada, neste mesmo ano, cresceu 13,1% (+1 145,8 milhões de euros que em 2020) apresentando o montante de 9 918,8 milhões de euros;

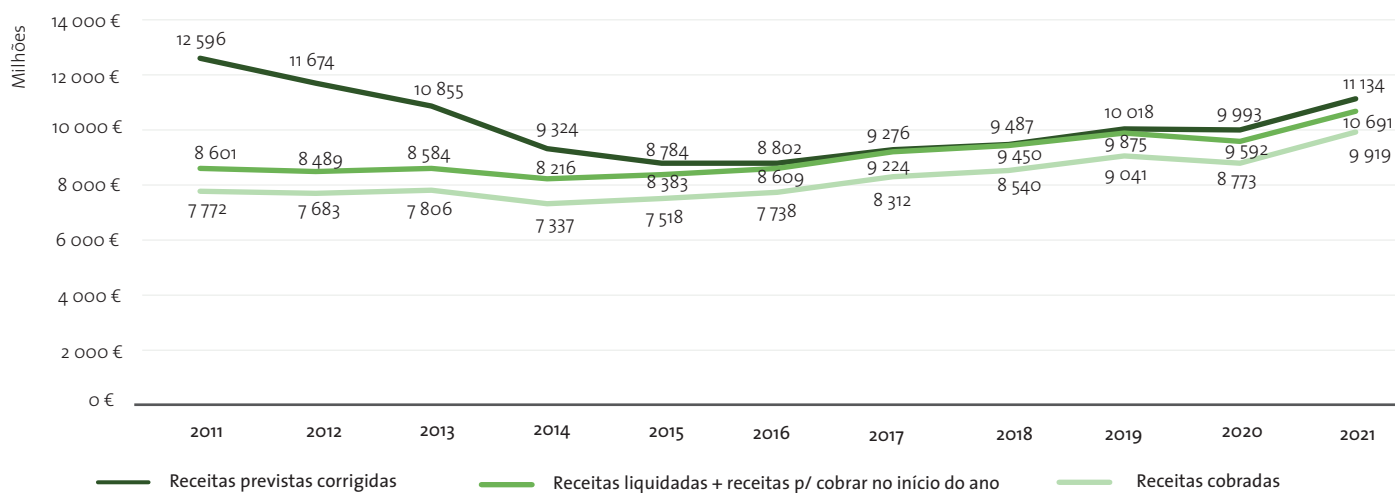
Entre 2011 e 2021 a cobrança líquida da receita aumentou 27,6%, isto é, +2 147,3 milhões de euros; O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos quadros anteriores, permitindo uma melhor perceção da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2011 e 2021.

O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos quadros anteriores, permitindo uma melhor perceção da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2011 e 2021.

Quadro 2.05 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Variação da Receita prevista inicial	-	-	-	-	-	-	3,5%	7,5%	2,6%	9,2%
Variação da Receita prevista corrigida ¹²	-7,3%	-7,0%	-14,1%	-5,8%	0,2%	5,4%	2,3%	5,6%	-0,2%	11,4%
Variação da Receitas liquidadas	-2,4%	1,4%	-4,4%	0,8%	3,6%	7,6%	3,8%	5,4%	-3,5%	11,8%
Variação da Receitas cobradas	-1,1%	1,6%	-6,0%	2,5%	2,9%	7,4%	2,7%	5,9%	-3,0%	13,1%

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas¹³



¹² Corrigida das alterações e revisões orçamentais efetuadas ao longo do ano económico em apreço.

¹³ Não incluem o saldo da gerência anterior.

O ano de 2021 registou um grau de execução da receita cobrada¹⁴ de 89,1%, superior ao grau de execução de 2020 em 1,3%. O aumento progressivo do valor deste rácio acima dos 70% a partir de 2013 revela uma procura de maior rigor na elaboração dos orçamentos e um maior afastamento de orçamentos inflacionados de receita;

Também, em 2021 se verificou um elevado rácio de execução da receita liquidada¹⁵ ao registar-se 88,9% (+0,3pp que em 2020, e +26,3pp que em 2011) da receita prevista;

Em 2021 o montante de receita prevista corrigida e não liquidada foi de 1 236,2 milhões de euros (+98,6 milhões de euros que em 2020). Anota-se que, em 2011, o montante de receita orçada e não liquidada atingiu

¹⁴ Peso da receita cobrada líquida na receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais.

¹⁵ Razão entre a receita liquidada e a receita prevista. O nível crescente deste indicador revela um maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um melhor cumprimento das regras orçamentais de previsão das receitas, pois, de outra forma, não seria possível reduzir tão drasticamente a diferença entre os três níveis de receita: prevista, liquidada e cobrada. A diminuição drástica de excedente orçamental da receita prevista sobre a efetivamente liquidada, protagoniza um novo período de vida na gestão financeira municipal, verificada a partir de 2014 e mais acentuadamente depois de 2016, traduzido numa maior atenção dada à sustentabilidade financeira e um maior esforço de redução de um dos principais fatores indutores do desequilíbrio da mesma – a inflação do orçamento.

o valor mais elevado nos últimos dez anos ao totalizar 4.707,9 milhões de euros pelo que pode afirmar-se que o inflacionamento orçamental nos últimos dez anos se reduziu em 3.471,8 milhões de euros;

Em 2021, ao aumento da receita prevista inicial de +9,2% (+977,0 milhões de euros) face a 2020, correspondeu um acréscimo de receita cobrada em 13,1% (+1 145,8 milhões de euros).

Retomando a análise global do universo autárquico municipal e comparando as receitas autárquicas de 2011 com as homólogas de 2021, reafirma-se:

Uma diminuição significativa do total de receita prevista que, em dez anos, reduziu cerca de 1,5 mil milhões de euros, isto é -11,6%;

Um aumento significativo da receita cobrada, que cresceu, neste período, 2,1 mil milhões de euros (+27,6%);

Uma diminuição significativa da diferença entre a receita orçada e a receita cobrada, a qual passou de um diferencial de 4 824,1 milhões de euros em 2011, para 1 215,5 milhões de euros em 2021. Isto é, nestes onze anos, a diferença entre a receita orçada e a receita cobrada diminuiu 74,8% (-3,6 mil milhões de euros).

Os Gráficos 2.01.A e 2.01.M mostram a evolução da receita orçada, liquidada e cobrada, no período entre 2011 e 2021, nas Regiões Autónomas, permitindo apreciar a evolução dos seus indicadores homólogos.

Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores

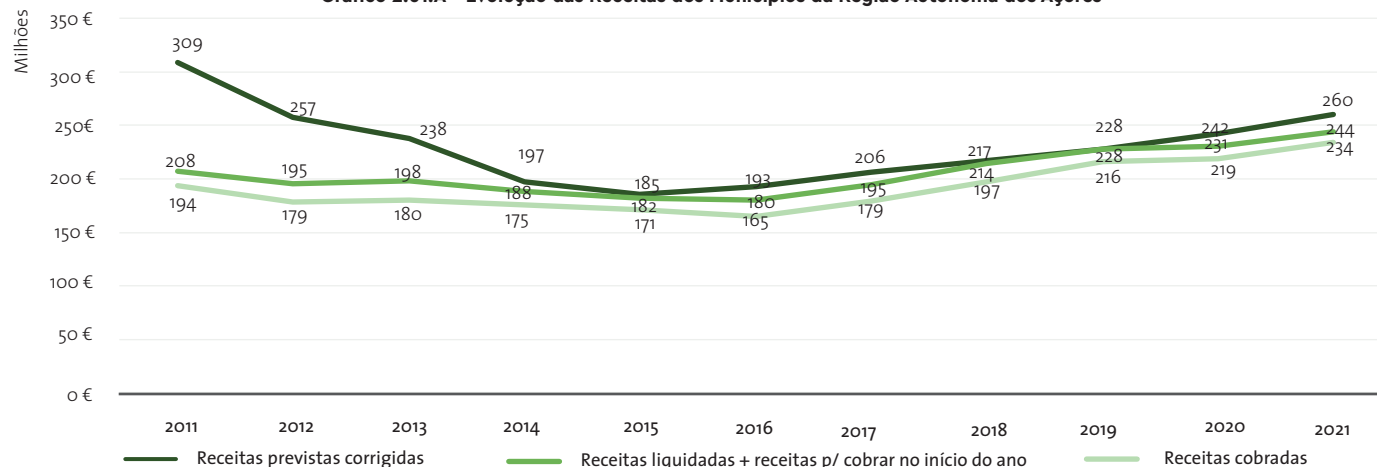
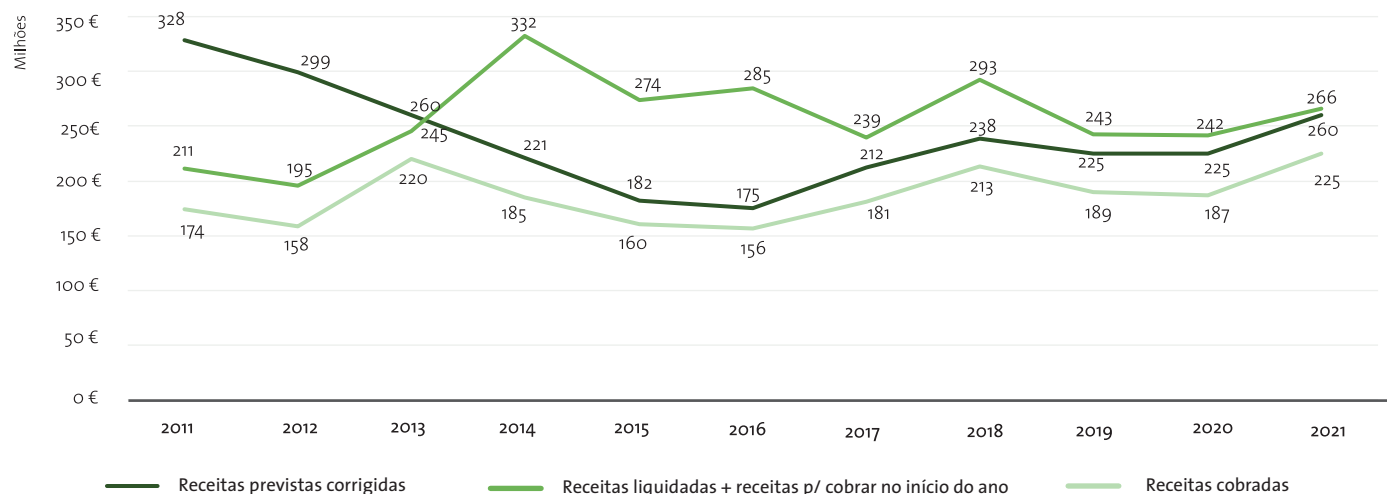


Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira

O Gráfico 2.01.A revela o contínuo esforço desenvolvido pela Região Autónoma dos Açores, no ajustamento da previsão das receitas à real capacidade de cobrança e à obtenção das mesmas, reduzindo ao longo do tempo a diferença entre a receita prevista e a liquidada e aumentando o montante de receita cobrada, pese embora em 2021, se tenha notado um ligeiro aumento da diferença entre receita prevista e receita liquidada, bem como entre a receita prevista e a receita cobrada.

O Gráfico 2.01.M mostra, para a Região Autónoma da Madeira, em 2021 um acréscimo significativo do nível da receita prevista, da receita liquidada e da receita cobrada, tendo a receita liquidada aproximado da receita prevista, mantendo-se, no entanto, ligeiramente acima desta. Desde 2014 que a receita liquidada excede a estimada, ainda que com oscilações significativas ao longo dos anos e com uma tendência decrescente.

Da análise do grau de execução da receita dos municípios açorianos resultou o Quadro 2.06.A, do qual se observa:

Na Região dos Açores, dez (mais dois que em 2020) dos dezanove municípios apresentaram um grau de execução superior a 90%, sendo o grau médio de execução global na Região, superior ao da média nacional em 1pp. Contudo, apenas quatro municípios apresentam um grau de execução da receita inferior a 80%.

Quadro 2.06.A – Grau de execução da receita cobrada em 2021 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

Município		D/M	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Angra do Heroísmo	M	76,1%	79,9%	83,5%	84,3%	96,0%	90,4%	87,5%	98,3%	97,4%	93,0%	104,6%
2	Ponta Delgada	M	64,0%	70,9%	73,2%	91,2%	93,9%	91,5%	101,5%	95,7%	100,5%	99,8%	101,3%
3	Ribeira Grande	M	59,5%	68,7%	91,4%	106,6%	102,3%	92,7%	101,4%	103,5%	102,3%	98,2%	100,3%
4	Lagoa (R.A.A.)	P	71,3%	77,6%	83,1%	86,8%	93,9%	95,6%	94,9%	97,8%	93,2%	86,6%	98,0%
5	São Roque do Pico	P	64,8%	58,9%	62,2%	100,4%	97,5%	92,7%	71,0%	97,0%	96,6%	98,5%	95,2%
6	Vila do Porto	P	74,8%	92,5%	94,6%	99,4%	69,9%	42,0%	57,6%	62,4%	85,8%	78,0%	93,8%
7	Santa Cruz das Flores	P	99,1%	89,2%	70,0%	88,8%	89,5%	83,9%	87,6%	90,5%	87,6%	90,9%	93,8%
8	Velas	P	71,6%	73,5%	88,4%	100,7%	104,8%	96,1%	79,9%	99,0%	98,1%	95,6%	92,6%
9	Corvo	P	72,7%	79,4%	63,7%	97,0%	83,8%	74,5%	74,1%	74,5%	93,8%	87,2%	90,2%
10	Calheta (R.A.A.)	P	75,8%	81,7%	50,9%	98,6%	101,6%	106,1%	87,5%	98,5%	92,5%	86,3%	90,2%
11	Santa Cruz da Graciosa	P	72,8%	79,5%	68,8%	91,2%	89,6%	83,1%	92,5%	88,7%	90,2%	88,2%	89,8%
12	Povoação	P	70,1%	61,5%	75,1%	76,7%	81,1%	94,4%	95,0%	88,0%	92,3%	82,2%	85,4%
13	Lajes das Flores	P	80,5%	60,1%	52,4%	79,5%	85,5%	85,4%	89,8%	96,2%	90,3%	83,2%	83,7%
14	Lajes do Pico	P	57,8%	50,6%	82,3%	71,5%	83,5%	76,2%	77,3%	74,7%	76,5%	70,8%	82,3%
15	Horta	P	65,3%	69,1%	67,2%	83,3%	82,6%	71,3%	74,1%	71,6%	88,9%	78,3%	80,2%
16	Vila Franca do Campo	P	48,5%	76,7%	90,0%	86,4%	101,1%	98,6%	92,9%	98,0%	102,9%	98,1%	77,3%
17	Nordeste	P	31,6%	40,4%	77,2%	104,8%	99,7%	95,1%	79,4%	100,1%	101,0%	92,5%	74,1%
18	Madalena	P	54,9%	56,2%	62,0%	69,4%	78,1%	76,4%	62,3%	76,3%	72,0%	74,4%	73,3%
19	Praia da Vitória	P	69,9%	68,6%	82,9%	89,2%	91,7%	86,6%	85,6%	80,6%	87,9%	86,9%	71,1%
Grau execução Receita – Açores			62,8%	69,5%	76,0%	89,0%	92,2%	85,6%	86,9%	90,6%	94,6%	90,4%	90,1%
Grau execução Receita – Nacional			61,7%	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%	89,1%

Relativamente aos municípios da Região da Madeira apresenta-se, de seguida, o quadro 2.06.M com o grau de execução das receitas.

Quadro 2.06.M – Grau de execução da receita cobrada em 2021 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Porto Santo	P	55,8%	52,0%	84,9%	99,1%	106,0%	96,0%	94,9%	101,4%	92,8%	98,0%	114,6%
2 Ponta do Sol	P	65,3%	75,9%	96,4%	98,6%	93,5%	80,4%	78,0%	100,1%	103,2%	99,4%	105,2%
3 Santana	P	52,2%	64,1%	83,0%	102,0%	102,4%	89,0%	86,7%	93,3%	97,7%	97,8%	100,7%
4 Santa Cruz	M	44,5%	47,1%	74,1%	64,8%	74,9%	95,0%	100,0%	101,7%	73,0%	79,6%	95,6%
5 Machico	P	46,5%	36,1%	89,9%	93,6%	92,4%	96,7%	101,3%	103,9%	100,2%	96,5%	88,9%
6 Ribeira Brava	P	30,5%	37,3%	50,2%	63,3%	83,9%	90,3%	69,7%	76,1%	85,2%	85,9%	86,1%
7 Câmara de Lobos	M	34,4%	34,0%	74,0%	101,6%	82,6%	79,0%	88,3%	85,1%	83,7%	89,0%	85,6%
8 São Vicente	P	47,2%	54,0%	56,6%	70,5%	94,1%	94,5%	96,2%	89,5%	88,6%	86,3%	83,4%
9 Porto Moniz	P	57,2%	52,3%	94,3%	91,3%	99,8%	84,4%	71,7%	71,7%	81,1%	75,9%	83,3%
10 Funchal	G	71,8%	66,9%	97,4%	88,7%	88,4%	93,9%	79,4%	85,7%	80,7%	80,0%	82,6%
11 Calheta (R.A.M.)	P	46,8%	46,7%	73,9%	89,6%	98,4%	63,9%	99,3%	106,4%	103,4%	72,0%	78,8%
Grau execução Receita – Madeira		53,1%	53,0%	84,5%	83,3%	88,2%	89,2%	85,2%	89,6%	84,0%	83,2%	86,6%
Grau execução Receita – Nacional		61,7%	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%	89,1%

Da observação do quadro anterior releva-se:

A taxa média de execução do orçamento da receita, em 2021, para municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de 86,6%, valor abaixo da média nacional em cerca de 2,5pp;

Apenas um município apresentou uma execução da receita inferior a 80% da receita prevista e quatro municípios apresentaram um grau de execução da receita superior à média nacional.

Antes de se passar para a análise da estrutura da receita desagregando-a pelas suas diferentes componentes orçamentais, dada a discrepância significativa do montante de receita recebida entre os municípios de grande dimensão e os restantes, bem como o elevado diferencial entre o município de Lisboa e os outros municípios, apresenta-se o Ranking R3 relativo aos 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2021, com informação relativa aos anos anteriores. Nesta listagem encontram-se todos os municípios de grande dimensão.

Reportando ao *Ranking R3* e relativamente ao ano de 2021, poder-se-á observar:

A amplitude da receita recebida entre o primeiro e o trigésimo quinto município foi de 764,3 milhões de euros. O trigésimo quinto município deste ranking – Município de Lagos – arrecadou apenas 7,2% da receita cobrada por Lisboa. Anota-se que a população residente em Lagos representa 6% da população residente em Lisboa;

A diferença de receita cobrada entre o primeiro município do *Ranking R3* (Lisboa) e o segundo (Porto) foi de 556,7 milhões de euros, sendo que, no ano anterior, a diferença homóloga entre os mesmos municípios foi ligeiramente inferior, ao totalizar 503,8 milhões de euros. Em 2021, a receita cobrada pelo Porto representou 32,4% da receita arrecadada por Lisboa. No entanto a população residente no Porto corresponde a 43,4% da população residente em Lisboa;

A receita cobrada por Lisboa em 2021, após um acréscimo extraordinário em 2019 de 29,6% (+238,8 milhões de euros), apresentou um acréscimo de 12,2% (+89,5 milhões de euros). Anota-se, ainda, que a receita cobrada por Lisboa representou 17,7% da receita cobrada pela totalidade dos municípios;

O município do Porto, que apresentou em 2021 o maior volume de receita auferida nos últimos dez anos ao arrecadar 267,1 milhões de euros, traduziu um acréscimo de 36,6 milhões de euros em relação ao ano precedente, isto é, +15,9% de receita auferida no ano anterior; Dos 35 municípios hierarquizados com maior volume de receita, apenas um (Amadora), apresentou em 2021, decréscimo de receita cobrada;

Observando este mesmo ranking, constata-se um aumento significativo de receita cobrada de alguns municípios, nomeadamente: Seixal (+49,1%); Almada (+41,4%); Coimbra (+36,0%) e Funchal (+32,2%).

R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada* em 2021

Unidade: euros

		Dim.	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21 %
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	579 701 291	832 666 402	546 365 853	623 142 075	710 672 378	659 639 515	817 137 507	805 585 216	1044337884	734 327 955	823 847 909	12,2%
2	Porto	G	190 929 393	164 847 332	189 546 233	176 337 104	169 516 522	223 596 824	214 065 558	225 199 501	251 214 697	230 492 640	267 098 878	15,9%
3	Cascais	G	153 953 892	142 244 106	129 649 858	143 391 161	149 473 597	160 779 651	215 120 348	219 372 109	214 251 456	210 492 183	254 309 901	20,8%
4	Sintra	G	160 095 417	167 535 394	157 458 501	147 526 734	155 295 805	158 331 191	168 112 165	173 164 829	188 183 676	199 432 466	212 133 674	6,4%
5	Vila Nova de Gaia	G	133 914 620	123 619 408	138 673 073	129 121 724	123 231 383	162 967 720	131 585 597	147 466 624	145 634 010	145 157 405	172 981 150	19,2%
6	Oeiras	G	111 162 197	109 570 322	107 509 349	116 634 387	119 639 044	127 621 156	151 246 286	148 588 244	159 490 556	169 445 960	172 277 224	1,7%
7	Matosinhos	G	117 087 294	110 137 105	101 641 884	86 592 708	108 244 567	121 813 021	127 347 319	113 818 670	117 222 557	118 422 119	147 561 630	24,6%
8	Loures	G	103 021 209	109 517 801	104 454 727	100 216 564	104 619 446	104 996 997	114 221 872	112 255 836	122 014 658	118 099 347	147 155 173	24,6%
9	Seixal	G	74 581 783	79 245 204	80 835 117	110 988 443	81 133 474	119 995 532	92 609 459	126 113 295	123 628 789	97 638 497	145 533 894	49,1%
10	Loulé	M	89 377 818	91 120 229	111 290 200	95 727 486	105 481 768	112 091 586	109 341 104	103 711 923	112 587 204	109 773 980	139 252 927	26,9%
11	Almada	G	82 854 306	78 593 908	77 445 956	76 922 784	83 085 546	81 532 714	87 748 867	96 876 284	102 445 465	93 299 909	131 970 456	41,4%
12	Braga	G	87 573 099	84 166 068	99 302 205	86 282 035	85 646 061	84 357 269	90 343 199	99 253 851	109 961 437	109 809 570	118 193 735	7,6%
13	Guimarães	G	101 099 635	91 654 325	78 095 383	76 515 936	86 156 289	84 355 525	85 196 727	83 311 414	87 775 779	94 759 199	117 241 099	23,7%
14	Coimbra	G	97 785 788	94 017 940	87 122 861	78 971 387	77 996 805	87 200 186	83 992 826	81 612 065	80 986 000	84 869 813	115 445 000	36,0%
15	V. N. Famalicão	G	82 439 666	86 571 160	63 124 314	71 988 888	71 680 267	88 620 604	86 468 808	89 113 004	93 032 311	97 152 705	111 245 808	14,5%
16	Funchal	G	77 748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	87 117 372	77 422 584	102 381 191	32,2%
17	Setúbal	G	61 968 623	66 324 518	63 932 384	64 507 413	81 429 935	83 277 495	81 115 194	88 766 607	91 740 783	94 506 887	101 464 207	7,4%
18	Odivelas	G	64 281 981	61 892 911	57 892 182	65 176 852	65 748 421	64 396 095	72 240 739	78 148 019	80 160 475	83 873 501	94 303 547	12,4%
19	Gondomar	G	86 729 131	70 390 999	77 240 134	58 023 031	63 815 799	65 472 443	68 638 720	73 151 072	106 669 468	84 916 072	93 422 431	10,0%
20	Amadora	G	90 626 292	84 526 479	74 200 232	77 341 786	76 357 139	78 728 326	84 280 082	88 161 710	93 216 486	93 061 125	92 047 304	-1,1%
21	Leiria	G	61 070 182	57 981 088	60 475 151	63 505 479	64 474 204	69 461 292	68 089 790	78 455 407	71 314 515	72 410 529	86 499 217	19,5%
22	V.F. Xira	G	69 109 435	67 718 373	64 142 072	59 538 460	54 441 425	57 632 774	68 493 648	65 603 844	76 051 838	77 063 356	82 471 230	7,0%
23	Maia	G	61 814 950	61 200 579	55 655 128	55 563 240	74 488 712	66 584 618	66 299 132	73 980 309	73 465 126	79 942 229	80 549 646	0,8%
24	Barcelos	G	53 357 653	56 165 224	60 971 630	59 187 087	54 261 876	52 688 127	52 846 643	56 289 476	59 926 542	62 335 162	76 521 041	22,8%
25	Viana do Castelo	M	54 695 299	50 757 348	55 543 588	48 329 520	61 076 345	55 354 154	63 932 864	64 295 931	70 159 731	70 272 640	76 135 567	8,3%
26	Albufeira	M	58 974 432	61 037 177	78 750 705	79 429 527	87 033 773	78 340 890	83 313 575	75 343 902	78 992 032	64 812 482	75 084 098	15,8%
27	Mafra	M	49 095 697	50 240 535	47 542 538	51 999 270	56 340 133	57 506 913	62 145 533	66 637 727	88 272 781	70 878 210	74 649 387	5,3%
28	S.M. Feira	G	63 978 681	57 386 848	76 760 634	63 821 043	58 896 465	59 289 187	62 703 329	60 720 680	66 248 052	70 704 267	74 507 860	5,4%
29	Aveiro	M	39 058 422	40 175 129	42 909 858	48 046 087	52 805 662	54 039 391	116 014 516	79 110 073	65 996 237	65 109 787	73 076 825	12,2%
30	Viseu	M	53 955 169	48 789 993	49 488 083	45 360 314	48 166 438	48 675 168	50 555 032	51 458 048	55 805 160	64 128 368	71 687 208	11,8%
31	Torres Vedras	M	51 879 386	46 661 223	44 720 680	41 019 870	54 005 995	47 594 181	45 160 298	48 461 195	54 146 870	57 290 316	67 525 614	17,9%
32	Palmela	M	40 964 835	40 979 810	43 764 131	39 680 685	40 863 057	40 548 099	41 891 989	46 430 366	49 604 012	50 203 300	63 077 501	25,6%
33	Portimão	M	45 596 590	38 730 473	42 996 870	45 033 466	51 033 342	82 670 958	139 994 530	59 267 914	56 315 102	57 081 533	61 745 631	8,2%
34	Póvoa de Varzim	M	42 975 272	40 716 611	46 003 070	40 152 917	43 152 323	41 554 588	45 288 430	49 882 063	55 584 578	54 514 231	59 564 372	9,3%
35	Lagos	M	37 825 225	40 264 512	49 549 992	42 215 573	46 629 202	47 898 042	51 315 666	54 208 131	58 871 228	52 506 627	59 542 647	13,4%

*Não inclui saldos de gerências anteriores.

R3.A – Volume da receita cobrada* pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21				Δ 20–21 %
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Ponta Delgada	M	33 147 869	33 694 117	31 748 683	34 236 559	33 108 780	31 749 454	38 271 620	36 659 871	42 630 291	40 657 401	44 158 855	8,6%
2 Angra do Heroísmo	M	19 098 785	16 878 471	17 363 073	17 296 146	19 404 607	17 186 013	17 018 154	20 463 303	19 372 559	22 468 509	28 991 310	29,0%
3 Ribeira Grande	M	21 460 188	20 386 492	17 795 784	18 629 750	20 382 617	19 996 674	20 274 843	21 583 409	21 975 936	24 555 633	25 184 474	2,6%
4 Praia da Vitória	P	14 195 835	11 383 376	12 207 504	10 409 738	11 523 037	12 068 128	14 405 784	13 364 334	14 836 028	17 785 397	19 053 358	7,1%
5 Lagoa (R.A.A.)	P	13 586 149	11 266 521	9 441 816	9 589 844	9 918 050	9 924 215	10 314 151	10 957 961	11 772 985	12 688 477	14 634 287	15,3%
6 Horta	P	10 562 819	9 193 258	10 319 075	11 639 617	10 433 501	9 975 866	10 945 522	11 036 392	12 030 698	11 818 940	12 985 863	9,9%
7 V. Franca do Campo	P	21 528 256	21 664 464	9 517 390	8 652 197	9 211 891	8 050 211	8 497 704	9 080 313	29 153 008	22 846 035	11 945 039	-47,7%
8 Velas	P	5 682 203	5 300 271	5 061 339	5 650 309	6 030 869	6 090 414	7 276 052	7 210 911	6 186 679	6 347 876	11 185 124	76,2%
9 Madalena	P	5 910 486	5 317 535	6 923 218	7 192 593	6 870 391	7 248 784	7 301 001	8 817 788	7 881 490	8 530 037	9 256 508	8,5%
10 Vila do Porto	P	4 875 758	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	6 323 947	7 021 189	8 320 296	18,5%
11 Povoação	P	7 447 351	5 015 673	5 796 545	6 511 186	5 978 985	6 034 548	6 208 177	6 927 614	7 121 699	7 172 867	7 935 797	10,6%
12 Lajes do Pico	P	5 232 151	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	6 330 048	6 186 651	7 450 686	20,4%
13 Nordeste	P	5 116 734	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	6 305 942	6 293 909	6 682 894	6,2%
14 Calheta (R.A.A.)	P	4 094 239	3 853 750	4 057 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	4 983 421	5 137 406	5 818 173	13,3%
15 São Roque do Pico	P	6 139 237	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	4 587 819	5 551 049	5 468 542	-1,5%
16 Sta. Cruz da Graciosa	P	5 555 483	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	5 031 542	4 817 476	5 230 079	8,6%
17 Lajes das Flores	P	3 344 670	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	4 078 597	3 741 272	3 945 400	5,5%
18 Sta. Cruz das Flores	P	3 650 257	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	3 287 319	3 562 040	3 811 696	7,0%
19 Corvo	P	3 225 308	2 474 129	2 436 674	1 996 330	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	2 114 771	1 872 247	2 152 948	15,0%
Total – Açores		193 853 775	178 818 351	180 433 956	175 361 794	170 855 989	165 054 962	178 955 473	196 929 630	216 004 779	219 054 411	234 211 330	6,9%
Açores/Total Nacional (%)		2,49%	2,33%	2,31%	2,39%	2,27%	2,13%	2,15%	2,31%	2,39%	2,50%	2,36%	-5,4%

* Não inclui saldo das gerências anteriores.

Seguindo a metodologia adotada nos anuários precedentes, apresenta-se, hierarquizada pelo volume de receita, a situação dos municípios das Regiões Autónomas reportada ao ano de 2021, embora com o histórico dos dez anos anteriores. Da análise ao quadro do *Ranking R3.A*, verifica-se que em 2021:

A receita dos municípios dos Açores aumentou 15,2 milhões de euros (+6,9%), mantendo a tendência de crescimento revelada desde 2017, apresentando, em 2021, o maior volume de coleta auferido no período entre 2011–2021 ao arrecadarem cerca de 234,2 milhões de euros; Houve um município da Região dos Açores (Velas) que apresentou um aumento de receita, em 2021, na ordem dos 76,2% e outros dois municípios da mesma Região que apresentaram um aumento de re-

ceita superior a 20%: Angra do Heroísmo que registou uma taxa de crescimento de 29% e Lajes do Pico com 20,4%. No entanto, outros municípios apresentaram taxas de crescimento da receita superiores a 10% sem, contudo, tal refletir valores relevantes de coleta.

Outros nove municípios açorianos apresentam taxas de crescimento da receita embora em percentagens inferiores a 10%;

Anotam-se, finalmente, os dois municípios açorianos cujas receitas baixaram em 2021: Vila Franca do Campo (-47,7%) e São Roque do Pico (-1,5%).

O quadro a seguir apresentado mostra a evolução da receita total, nos últimos dez anos, dos municípios da Região da Madeira

R3.M – Volume da receita cobrada* pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2021

Unidades: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21 %
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Funchal	G	77 748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	87 117 372	77 422 584	102 381 191	32,2%
2 Santa Cruz	M	17 515 589	17 220 539	18 344 290	32 902 855	20 236 621	19 056 181	25 534 188	33 379 323	21 836 093	25 346 988	29 631 066	16,9%
3 Câmara de Lobos	M	13 852 328	11 960 007	23 488 586	16 142 877	12 772 572	11 411 363	20 548 032	15 352 022	17 886 996	16 594 927	16 038 023	-3,4%
4 Calheta (R.A.M.)	P	10 502 044	9 687 450	13 907 407	10 535 260	11 812 304	9 656 879	11 682 316	10 837 751	11 165 578	10 999 090	13 903 395	26,4%
5 Machico	P	14 474 197	10 877 578	11 091 147	16 282 812	9 442 406	9 152 818	9 640 308	9 861 271	10 137 736	12 523 424	13 894 554	10,9%
6 Ribeira Brava	P	9 360 217	7 169 777	8 822 929	8 599 404	6 764 956	7 021 408	7 907 274	10 623 474	9 390 831	11 651 281	12 139 866	4,2%
7 São Vicente	P	5 714 182	6 766 456	5 432 329	5 361 290	6 081 231	5 353 158	5 889 263	6 601 439	6 005 872	7 400 842	9 162 984	23,8%
8 Santana	P	7 061 092	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	6 119 752	6 760 780	7 141 533	7 366 746	7 483 434	8 178 878	9,3%
9 Ponta do Sol	P	7 130 649	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	6 296 308	6 842 908	6 776 002	6 843 079	7 896 743	15,4%
10 Porto Moniz	P	5 501 838	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	5 770 541	5 934 659	6 415 841	8,1%
11 Porto Santo	P	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	5 843 735	5 068 144	5 518 154	8,9%
Total – Madeira		174 372 586	158 416 994	220 087 800	184 581 837	160 446 496	156 188 746	180 561 326	213 448 496	189 297 503	187 268 452	225 160 694	20,2%
Madeira/Total Nacional (%)		2,24%	2,06%	2,82%	2,52%	2,13%	2,02%	2,17%	2,50%	2,09%	2,13%	2,27%	6,3%

* Não inclui saldo das gerências anteriores.

Quanto ao Ranking R3.M relativo à Região da Madeira há a referir, com reporte ao ano económico de 2021:

A receita global cobrada pelos municípios da Região da Madeira aumentou 20,2% (+37,9 milhões de euros), retomando a tendência manifestada em 2017 (+24,4 milhões de euros, +15,6%) e 2018 (+32,8 milhões de euros, +15,6%), após descidas consecutivas anotadas entre 2013 e 2016;

O montante de 225,2 milhões de euros coletado em 2021 pela totalidade dos municípios madeirenses é a maior colecta desde 2011, ultrapassando esta em 50,8 milhões de euros (+29,1%), apresentando-se como principal razão o acréscimo das transferências correntes e dos impostos diretos;

Seis dos onze municípios contribuíram mais para o aumento global da receita desta região autónoma. Foram eles: Funchal com +24,9 milhões de euros (+32,2%); Santa Cruz com +4,3 milhões de euros (+16,9%); Calheta com +2,9 milhões de euros (+26,4%); São Vicente com +1,8 milhões de euros (+23,8%); Machico com +1,4 milhões de euros (+10,9%) e Ponta do Sol com +1,1 milhões de euros (+15,4%);

Regista-se também que apenas a receita de um dos onze municípios da Madeira baixou e na ordem dos -3,4% (-556 milhares de euros). Tal aconteceu com o município de Câmara de Lobos.

Retomando a análise em termos nacionais, apresentam-se no Ranking R4 os 35 municípios com menor volume de receita arrecadada em 2021, comparando com os montantes arrecadados nos dez anos anteriores. Nestes dados há a assinalar:

Todos os municípios que constituem este ranking são de pequena dimensão, sendo que o município com menor receita (Corvo) arrecadou, para realizar as suas atividades, um montante que representou, apenas, 0,3% do montante coletado por Lisboa;

Apenas cindo destes trinta e cinco municípios apresentaram, em 2021, diminuição de receita cobrada. As descidas foram protagonizadas pelos municípios de: Castanheira de Pera (-3,9%, -221,8 milhares de euros); Mourão (-5,7%, -421 milhares de euros); Góis (-5,5%, -460 milhares de euros); São Roque do Pico (-1,5%, -82,5 milhares de euros) e Vila Nova da Barquinha (-0,8%, -62,9 milhares de euros).

R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada* em 2021

Unidades: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21 %
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Corvo	P	3 225 308	2 474 129	2 436 674	1 996 330	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	2 114 771	1 872 247	2 152 948	15,0%
2 Sta. Cruz das Flores	P	3 650 257	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	3 287 319	3 562 040	3 811 696	7,0%
3 Lajes das Flores	P	3 344 670	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	4 078 597	3 741 272	3 945 400	5,5%
4 Barrancos	P	4 018 765	3 571 423	3 735 480	3 522 046	3 760 321	3 954 952	4 055 636	3 833 793	4 219 660	4 412 844	5 099 067	15,6%
5 Sta C. da Graciosa	P	5 555 483	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	5 031 542	4 817 476	5 230 079	8,6%
6 Castanheira de Pera	P	8 045 361	8 825 154	4 324 786	4 372 517	4 565 782	4 789 443	5 010 359	5 221 571	5 835 779	5 681 539	5 459 710	-3,9%
7 São Roque do Pico	P	6 139 237	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	4 587 819	5 551 049	5 468 542	-1,5%
8 Porto Santo	P	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	5 843 735	5 068 144	5 518 154	8,9%
9 Calheta (R.A.A.)	P	4 094 239	3 853 750	4 057 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	4 983 421	5 137 406	5 818 173	13,3%
10 Manteigas	P	5 409 101	5 997 370	5 914 082	5 508 470	8 053 996	5 450 233	5 293 698	5 296 038	7 267 271	6 179 138	6 260 928	1,3%
11 Fronteira	P	6 694 000	5 036 169	5 382 803	5 238 131	4 744 481	5 284 370	5 886 891	4 969 959	5 544 565	6 142 840	6 338 525	3,2%
12 Porto Moniz	P	5 501 838	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	5 770 541	5 934 659	6 415 841	8,1%
13 Penedono	P	6 511 136	5 249 414	5 641 789	6 158 095	5 310 597	5 602 792	5 651 348	5 679 832	5 957 561	6 234 587	6 564 976	5,3%
14 Nordeste	P	5 116 734	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	6 305 942	6 293 909	6 682 894	6,2%
15 Constância	P	6 797 557	7 510 150	6 225 364	5 091 034	5 345 900	5 739 846	6 403 905	6 420 983	6 084 413	6 083 658	6 981 155	14,8%
16 Mourão	P	4 651 168	4 840 155	6 314 851	5 216 331	5 329 835	5 438 367	5 636 392	5 883 650	10 415 387	7 438 733	7 017 647	-5,7%
17 Alvito	P	5 814 518	4 614 460	4 255 170	4 240 368	4 466 326	4 989 585	4 755 699	5 710 052	4 973 623	6 040 554	7 089 751	17,4%
18 Marvão	P	7 246 552	5 736 877	4 979 928	4 905 966	4 907 469	5 598 729	5 961 141	5 463 731	6 021 129	5 936 552	7 318 674	23,3%
19 V. N. da Barquinha	P	9 676 703	12 281 053	8 852 553	7 463 603	7 283 469	6 963 659	6 315 394	7 902 437	8 180 231	7 405 210	7 342 275	-0,8%
20 Lajes do Pico	P	5 232 151	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	6 330 048	6 186 651	7 450 686	20,4%
21 Golegã	P	6 231 936	7 663 182	7 232 522	5 856 380	6 762 141	6 487 002	6 564 819	7 479 043	7 306 226	7 488 845	7 672 188	2,4%
22 Mesão Frio	P	6 227 663	6 703 842	5 272 943	4 936 438	5 204 366	4 991 318	7 992 644	5 280 048	5 892 392	6 501 310	7 673 585	18,0%
23 Pedrógão Grande	P	7 552 753	6 590 592	5 391 756	5 864 007	5 538 342	5 391 036	5 907 553	6 883 828	7 869 267	6 893 142	7 674 136	11,3%
24 Fornos de Algodres	P	7 100 310	5 794 570	6 241 513	5 405 984	5 757 730	5 798 113	33 484 665	7 030 624	6 439 177	6 860 556	7 727 397	12,6%
25 Góis	P	8 244 564	8 568 493	7 217 508	6 974 258	7 405 030	7 317 092	8 416 745	8 159 787	9 159 932	8 304 950	7 844 941	-5,5%
26 Ponta do Sol	P	7 130 649	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	6 296 308	6 842 908	6 776 002	6 843 079	7 896 743	15,4%
27 Arronches	P	6 840 696	5 500 774	5 438 472	5 711 708	6 569 663	6 016 893	5 814 133	6 022 907	6 072 875	6 227 280	7 903 162	26,9%
28 Povoação	P	7 447 351	5 015 673	5 796 545	6 511 186	5 978 985	6 034 548	6 208 177	6 927 614	7 121 699	7 172 867	7 935 797	10,6%
29 Vila Nova de Paiva	P	6 758 603	6 583 956	7 093 141	6 248 838	7 179 404	6 131 281	6 546 858	6 380 664	6 676 108	7 414 240	7 956 217	7,3%
30 Alter do Chão	P	7 439 703	7 483 201	5 773 928	5 876 246	6 135 963	5 989 207	6 286 772	6 677 356	6 736 430	7 307 864	8 077 586	10,5%
31 Santana	P	7 061 092	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	6 119 752	6 760 780	7 141 533	7 366 746	7 483 434	8 178 878	9,3%
32 F. de Espada à Cinta	P	9 639 987	8 576 028	13 962 792	9 379 042	7 427 040	7 322 275	6 502 369	6 961 812	14 427 651	7 913 862	8 279 094	4,6%
33 Vila do Porto	P	4 875 758	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	6 323 947	7 021 189	8 320 296	18,5%
34 Mora	P	6 959 475	6 724 834	5 910 758	6 190 900	7 861 765	6 960 440	7 827 514	7 097 927	7 197 799	7 801 269	8 332 919	6,8%
35 Gavião	P	7 496 752	6 539 592	6 196 285	6 271 001	5 961 609	6 323 343	6 239 723	7 387 112	6 568 812	8 289 156	8 453 323	2,0%

* Não inclui saldos de gerências anteriores.

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal,
por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se observar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, por natureza económica, tendo em atenção o seu peso no cômputo total da receita autárquica, as taxas de variação mais significativas e pontos de inflexão dos valores das receitas mais relevantes.

Nos Quadros 2.07 e 2.08 apresentam-se, respetivamente, a receita cobrada entre 2011 e 2021, por rubricas económicas, e o respetivo peso na receita total. Nos Quadros 2.9 e 2.10 apresentam-se as correspondentes variações dos montantes de receita cobrada para o mesmo período.

Quadro 2.07 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Impostos e taxas	2 482,0	2 425,7	2 468,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	3 569,6	3 446,7	3 806,6
Rendimentos de propriedade	259,5	266,3	253,1	271,1	253,5	295,0	274,0	255,0	282,9	281,4	280,6
Transferências correntes	2 137,3	2 071,8	2 400,9	2 411,9	2 501,8	2 551,5	2 593,9	2 644,0	2 724,3	3 043,7	3 346,2
Vendas de bens e serviços	704,7	738,6	750,8	752,2	809,6	861,1	885,4	911,4	948,1	782,6	810,7
Outras receitas correntes	62,0	62,0	62,4	63,1	75,1	73,3	71,9	73,1	80,3	62,5	67,7
Total receitas correntes	5 645,6	5 564,3	5 935,3	6 214,8	6 516,4	6 775,9	7 154,5	7 353,7	7 605,2	7 616,9	8 311,8
Venda de bens duradouros	84,2	68,8	52,4	81,2	108,4	67,5	93,6	98,2	311,6	67,0	73,3
Transferências de capital	1 522,6	1 512,3	981,1	604,7	585,8	426,1	461,8	514,9	711,5	825,3	1 066,8
Ativos financeiros	14,0	18,6	15,7	5,1	11,5	26,0	8,2	4,1	5,2	6,6	40,1
Passivos financeiros	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	538,2	382,6	225,1	393,2
Outras receitas de capital	17,8	290,4	32,0	29,8	22,5	48,6	28,2	24,4	16,8	19,0	17,6
Total receitas de capital	2 112,9	2 110,2	1 857,5	1 113,6	991,9	956,4	1 148,5	1 179,8	1 427,7	1 143,1	1 591,0
Reposições não abatidas aos pagamentos	13,1	9,0	13,6	8,8	10,1	5,7	8,5	6,0	8,2	13,1	16,1
Receita total	7 771,6	7 683,4	7 806,3	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1	9 918,8
Receita total efetiva	7 283,2	7 444,7	7 014,3	6 939,3	7 243,2	7 323,7	7 746,7	7 997,3	8 653,3	8 541,3	9 485,5
Receita total efetiva – Açores	171,9	161,3	166,7	171,8	167,0	159,9	172,9	180,6	191,8	219,1	217,9
Receita total efetiva – Madeira	169,5	154,8	176,7	169,9	158,9	155,9	173,4	176,7	178,8	187,3	207,7

Quadro 2.08 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total

Receitas	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Impostos e taxas	31,9%	31,6%	31,6%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%	38,4%
Rendimentos de propriedade	3,3%	3,5%	3,2%	3,7%	3,4%	3,8%	3,3%	3,0%	3,1%	3,2%	2,8%
Transferências correntes	27,5%	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	33,0%	31,2%	31,0%	30,1%	34,7%	33,7%
Vendas de bens e serviços	9,1%	9,6%	9,6%	10,3%	10,8%	11,1%	10,7%	10,7%	10,5%	8,9%	8,2%
Outras receitas correntes	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,7%	0,7%
Total receitas correntes	72,6%	72,4%	76,0%	84,7%	86,7%	87,6%	86,1%	86,1%	84,1%	86,8%	83,8%
Venda de bens duradouros	1,1%	0,9%	0,7%	1,1%	1,4%	0,9%	1,1%	1,2%	3,4%	0,8%	0,7%
Transferências de capital	19,6%	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	5,5%	5,6%	6,0%	7,9%	9,4%	10,8%
Ativos financeiros	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,3%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,4%
Passivos financeiros	6,1%	2,9%	9,9%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	4,2%	2,6%	4,0%
Outras receitas de capital	0,2%	3,8%	0,4%	0,4%	0,3%	0,6%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%
Total receitas de capital	27,2%	27,5%	23,8%	15,2%	13,2%	12,4%	13,8%	13,8%	15,8%	13,0%	16,0%
Reposições não abatidas aos pagamentos	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Receita total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Receita efetiva	93,7%	96,9%	89,9%	94,6%	96,3%	94,6%	93,2%	93,6%	95,7%	97,4%	95,6%

Quadro 2.09 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2011 e 2021 – valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Receita	Variação da receita em milhões de euros									
	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Impostos e taxas	-56,3	42,4	248,4	159,9	118,6	334,2	141,0	99,4	-122,9	359,9
Rendimentos de propriedade	6,8	-13,2	18,0	-17,6	41,5	-20,9	-19,1	28,0	-1,5	-0,8
Transferências correntes	-65,5	329,1	11,0	89,9	49,8	42,4	50,1	80,3	319,4	302,5
Vendas de bens e serviços	33,8	12,3	1,4	57,4	51,4	24,4	26,0	36,6	-165,5	28,2
Outras receitas correntes	-0,1	0,4	0,7	12,0	-1,9	-1,4	1,2	7,2	-17,8	5,2
Total receitas correntes	-81,3	371,0	279,5	301,7	259,4	378,6	199,2	251,5	11,7	694,9
Venda de bens duradouros	-15,4	-16,4	28,9	27,2	-40,9	26,1	4,7	213,4	-244,6	6,3
Transferências de capital	-10,3	-531,1	-376,4	-18,9	-159,7	35,7	53,1	196,6	113,8	241,4
Ativos financeiros	4,6	-2,9	-10,7	6,5	14,4	-17,8	-4,1	1,1	1,4	33,4
Passivos financeiros	-254,2	556,2	-383,5	-129,1	124,6	168,4	-18,5	-155,6	-157,4	168,1
Outras receitas de capital	272,6	-258,5	-2,2	-7,3	26,1	-20,4	-3,8	-7,6	2,1	-1,4
Total receitas de capital	-2,7	-252,7	-743,9	-121,7	-35,5	192,0	31,4	247,9	-284,6	447,9
Reposições não abatidas aos pagamentos	-4,1	4,6	-4,7	1,2	-4,4	2,9	-2,5	2,2	4,9	3,0
Receita Total	-88,1	122,9	-469,1	181,3	219,6	573,5	228,1	501,5	-268,0	1 145,8
Receita efetiva	161,5	-430,4	-75,0	303,9	80,5	422,9	250,6	656,0	-112,0	944,3

Quadro 2.10 – Taxa de Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2011 e 2021

Receita	Variação da receita em %									
	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Impostos e taxas	-2,3%	1,7%	10,1%	5,9%	4,1%	11,2%	4,2%	2,9%	-3,4%	10,4%
Rendimentos de propriedade	2,6%	-5,0%	7,1%	-6,5%	16,4%	-7,1%	-7,0%	11,0%	-0,5%	-0,3%
Transferências correntes	-3,1%	15,9%	0,5%	3,7%	2,0%	1,7%	1,9%	3,0%	11,7%	9,9%
Vendas de bens e serviços	4,8%	1,7%	0,2%	7,6%	6,4%	2,8%	2,9%	4,0%	-17,5%	3,6%
Outras receitas correntes	-0,1%	0,7%	1,2%	19,1%	-2,5%	-1,8%	1,6%	9,9%	-22,2%	8,4%
Total receitas correntes	-1,4%	6,7%	4,7%	4,9%	4,0%	5,6%	2,8%	3,4%	0,2%	9,1%
Venda de bens duradouros	-18,3%	-23,9%	55,1%	33,5%	-37,8%	38,7%	5,0%	217,2%	-78,5%	9,4%
Transferências de capital	-0,7%	-35,1%	-38,4%	-3,1%	-27,3%	8,4%	11,5%	38,2%	16,0%	29,3%
Ativos financeiros	32,9%	-15,6%	-67,9%	127,8%	125,3%	-68,4%	-49,4%	25,6%	27,6%	502,9%
Passivos financeiros	-53,6%	252,7%	-49,4%	-32,9%	47,3%	43,4%	-3,3%	-28,9%	-41,1%	74,7%
Outras receitas de capital	1529,8%	-89,0%	-6,9%	-24,5%	116,3%	-41,9%	-13,4%	-31,1%	12,8%	-7,1%
Total receitas de capital	-0,1%	-12,0%	-40,0%	-10,9%	-3,6%	20,1%	2,7%	21,0%	-19,9%	39,2%
Reposições não abatidas aos pagamentos	-31,6%	51,5%	-34,8%	14,1%	-43,6%	50,2%	-29,4%	35,8%	59,6%	23,0%
Receita Total	-1,1%	1,6%	-6,0%	2,5%	2,9%	7,4%	2,7%	5,9%	-3,0%	13,1%
Receita efetiva	2,2%	-5,8%	-1,1%	4,4%	1,1%	5,8%	3,2%	8,2%	-1,3%	11,1%

Da observação dos quadros antecedentes conclui-se, relativamente ao ano de 2021:

Ao registar-se o total de 9.918,8 milhões de euros de receita cobrada, verifica-se um acréscimo de +1 145,8 milhões de euros da receita municipal (+13,1%) em relação ao ano precedente, para o qual contribuíram, fundamentalmente as seguintes receitas: Impostos e taxas em +359,9 milhões de euros (+10,4%), Transferências correntes em +302,5 milhões de euros (+9,9%), Transferências de capital em +241,4 milhões de euros (+29,2%) e Passivos financeiros em 168,1 milhões de euros (+74,7%);

Observando o peso relativo de cada receita, verifica-se que as receitas fiscais continuam a ser a maior parcela de receita autárquica, apresentando o peso de 38,4% na receita total. A receita proveniente das transferências correntes, com o peso de 33,7%, mantém o segundo lugar na estrutura da receita. Estas duas receitas juntas representaram 72,1% do total da receita; O peso dos passivos financeiros (empréstimos obtidos) na receita total foi de 4,0%, apresentando um aumento de importância relativa em 1,4pp, em relação ao ano anterior;

A receita efetiva¹⁶ cresceu menos que a receita total ao aumentar +11,1%

(menos 2pp que a receita total), face ao acréscimo dos passivos financeiros. O acréscimo em termos absolutos, da receita efetiva, cifrou-se em +944,3 milhões de euros. O montante de 9.485,5 milhões de euros de receita efetiva assinalado em 2021 foi o mais elevado e por isso superior a qualquer das receitas efetivas registadas entre 2011e 2020, representando 95,6% da receita total auferida pelos municípios e mantendo, assim a sustentabilidade do sector autárquico considerado na sua globalidade; Observando a evolução dos dois grandes grupos em que a receita se agrega, receita corrente e receita de capital, constata-se que, em 2021, o aumento conjugado das transferências de capital e dos passivos financeiros, contribuíram para o aumento percentualmente relevante da receita de capital em +39,2% (+447,9 milhões de euros). Relativamente à receita corrente, anota-se que esta cresceu na globalidade 9,1% (+694,9 milhões de euros), tendo contribuído para este acréscimo, essencialmente, o aumento de valor das transferências correntes contrariado e o aumento de valor das receitas fiscais;

Referenciando-se a evolução da receita ao período dos onze anos em apreço, anota-se que entre 2011 e 2021, a receita total dos municípios cresceu 27,6% (+2 147,3 milhões de euros) e a receita efetiva aumentou 30,2% (+2 202,3 milhões de euros).

¹⁶ Receita total deduzida de ativos financeiros e de passivos financeiros.

Principais grandes grupos de receita cobrada

O comportamento das receitas compreender-se-á melhor através da análise mais particularizada das suas componentes económicas, leitura proporcionada pelos quadros a seguir apresentados.

Agregando as receitas correntes e de capital da mesma natureza económica, apresenta-se um quadro evolutivo das diferentes tipologias de receita e outro relativo à estrutura das mesmas.

Quadro 2.11 – Evolução das principais receitas entre 2011 e 2021

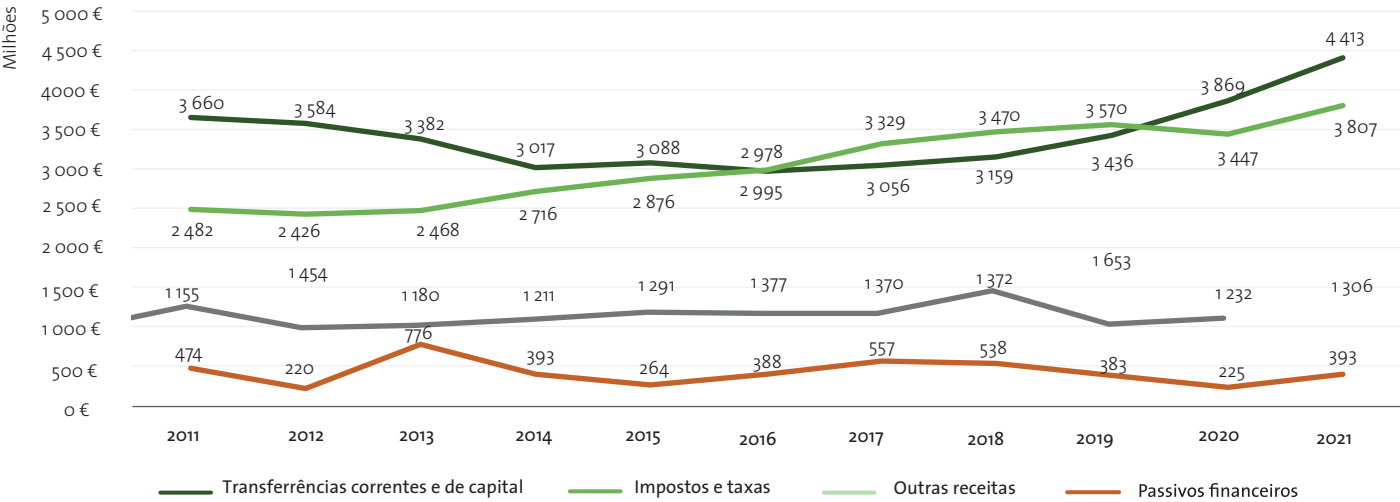
Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21 %
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Impostos e taxas	2 482,0	2 425,7	2 468,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	3 569,6	3 446,7	3 806,6	10,4%
Transferências Totais	3 659,9	3 584,0	3 382,0	3 016,7	3 087,6	2 977,7	3 055,7	3 158,9	3 435,8	3 869,0	4 413,0	14,1%
Passivos Financeiros	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	538,2	382,6	225,1	393,2	74,7%
Outras Receitas	1 155,4	1 453,6	1 179,9	1 211,2	1 290,7	1 377,1	1 369,9	1 372,3	1 653,1	1 232,2	1 306,1	6,0%
Total	7 771,6	7 683,4	7 806,3	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1	9 918,8	13,1%

Quadro 2.12 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2011 e 2021

Receitas	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Impostos e taxas	31,9%	31,6%	31,6%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%	38,4%	-0,9%
Transferências Totais	47,1%	46,6%	43,3%	41,1%	41,1%	38,5%	36,8%	37,0%	38,0%	44,1%	44,5%	0,4%
Passivos Financeiros	6,1%	2,9%	9,9%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	4,2%	2,6%	4,0%	1,4%
Outras Receitas	14,9%	18,9%	15,1%	16,5%	17,2%	17,8%	16,5%	16,1%	18,3%	14,0%	13,2%	-0,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0,0%

Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2011 e 2021



Da observação dos Quadros 2.11 e 2.12 e dos Gráficos 2.02 e 2.03 acresce dizer em relação ao ano de 2021:

O montante total de Transferências Correntes e de Capital superou o valor das receitas provenientes de Impostos e Taxas, em cerca de 606,4 milhões de euros. Anota-se que entre 2016 e 2019 inclusive a relação entre estes dois agregados de receita alterou-se, tendo o valor

dos impostos e taxas superado o valor total das transferências;

As receitas fiscais que desde 2013 revelaram um crescimento contínuo, apresentaram em 2020, uma descida de 3,4% ao registarem o volume de 3 446,7 milhões de euros. No entanto em 2021 voltaram a crescer atingindo o valor de 3 806,6 milhões de euros, isto é, +10,4% que no ano transato;

Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada de 2011 a 2021

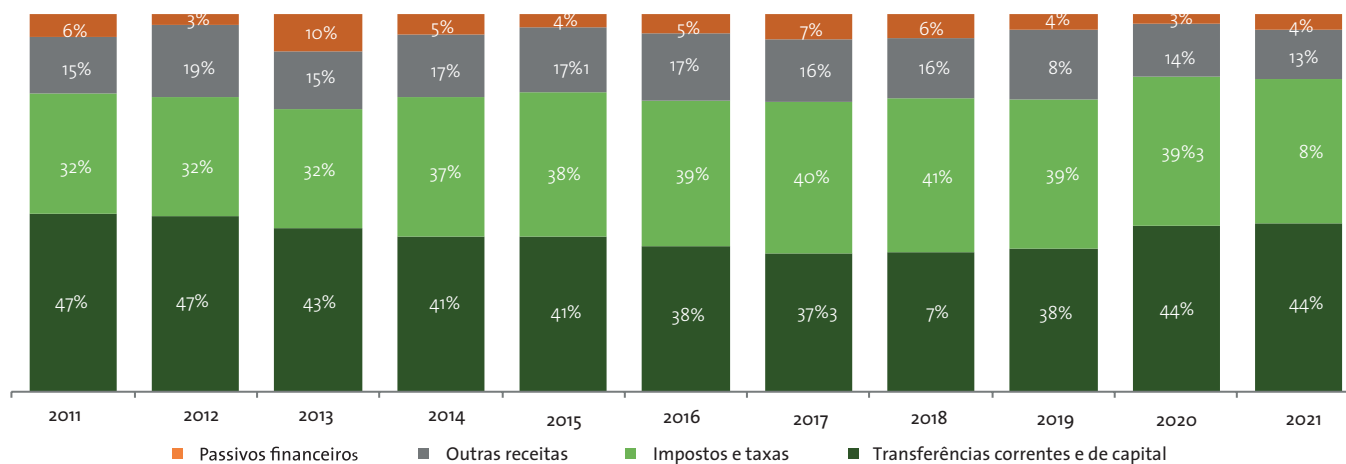
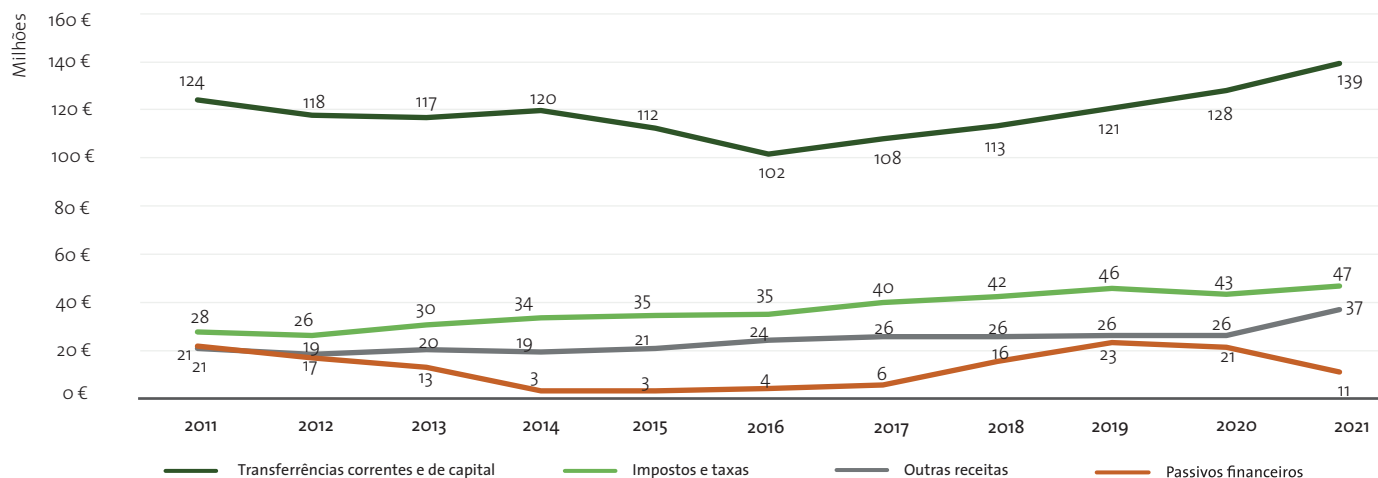
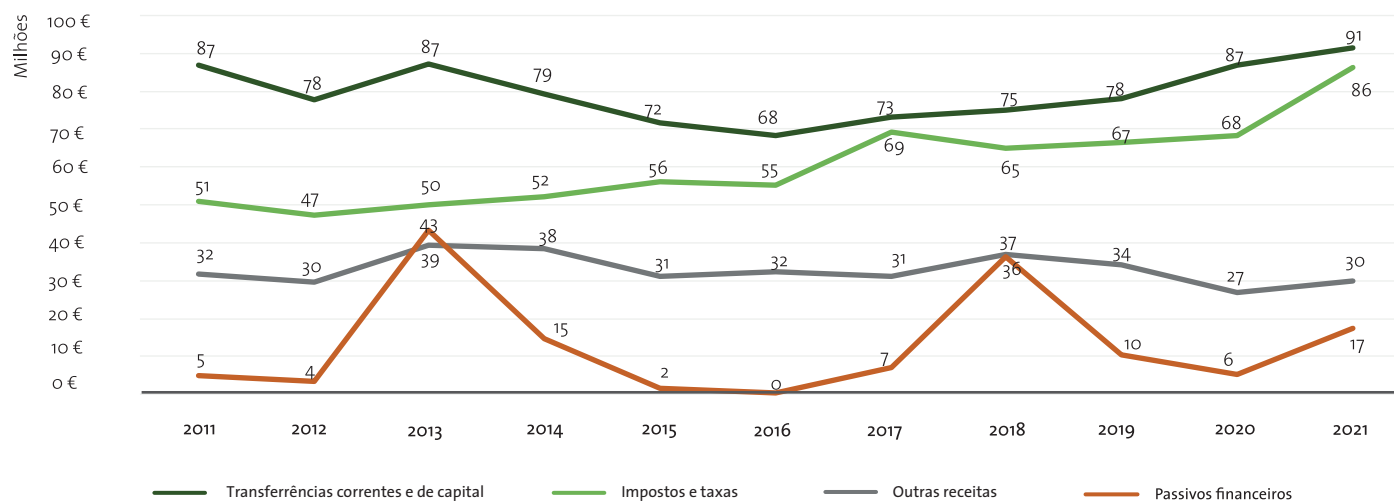


Gráfico 2.02.A – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2011 e 2021



Seguindo o procedimento de anuários anteriores, apresenta-se, desagregada por natureza económica, a receita das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, nos Gráficos 2.02.A e 2.02.M.

Gráfico 2.02.M – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2011 e 2021



Os Gráficos 2.02.A e 2.02.M mostram a evolução das componentes da receita das Regiões Autónomas, podendo-se constatar a diferença de comportamento dos diferentes grupos de receita entre as duas regiões, nomeadamente no que se refere à variação dos passivos financeiros.

Da observação daqueles gráficos assinala-se:

Aumento das transferências do Orçamento de Estado quer para os municípios açorianos, quer para os municípios madeirenses, com maior taxa de crescimento para a Região dos Açores;

Um aumento ligeiro das receitas fiscais na Região dos Açores (+4 milhões, +9,3%) e um aumento bastante significativo desta receita na

Região Madeira (+18 milhões, +26,5%);

Diminuição do volume de empréstimos bancários na Região dos Açores (-10 milhões de euros, -47,6%) e acentuado aumento dos mesmos na Região da Madeira (+12 milhões de euros, +240%).

Estrutura das receitas cobradas por grupos de municípios, em termos nacionais

O Quadro 2.13 mostra o valor e o peso da receita cobrada em cada rubrica económica no total da receita cobrada, por grupo de municípios, revelando a importância que cada uma dessas rubricas reveste em cada um desses agrupamentos.

Quadro 2.13 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2021 por grupo de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Todos os municípios	
Nº de municípios	188	–	96	–	24	–	308	–
Impostos e taxas	394,7	16,3%	1 330,6	36,2%	2 081,2	54,5%	3 806,6	38,4%
Rendimentos de propriedade	72,9	3,0%	105,6	2,9%	102,0	2,7%	280,6	2,8%
Transferências correntes	1 231,1	50,8%	1 267,4	34,5%	847,7	22,2%	3 346,2	33,7%
Vendas de bens e serviços	171,3	7,1%	358,3	9,8%	281,1	7,4%	810,7	8,2%
Outras receitas correntes	12,0	0,5%	13,6	0,4%	42,1	1,1%	67,7	0,7%
Total de Receitas Correntes	1 882,0	77,7%	3 075,5	83,7%	3 354,3	87,8%	8 311,8	83,8%
Venda de bens de investimento	26,2	1,1%	18,3	0,5%	28,8	0,8%	73,3	0,7%
Transferências de capital	420,5	17,4%	429,8	11,7%	216,4	5,7%	1 066,8	10,8%
Ativos financeiros	4,8	0,2%	3,3	0,1%	31,9	0,8%	40,1	0,4%
Passivos financeiros	85,9	3,5%	138,1	3,8%	169,2	4,4%	393,2	4,0%
Outras receitas de capital	2,4	0,1%	6,0	0,2%	9,2	0,2%	17,6	0,2%
Total de Receitas de Capital	539,8	22,3%	595,7	16,2%	455,5	11,9%	1 591,0	16,0%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1,6	0,1%	3,0	0,1%	11,4	0,3%	16,1	0,2%
Total de Receitas	2 423,4	100%	3 674,2	100%	3 821,2	100%	9 918,8	100%
% do Total da Receita Autárquica	24,4%	–	37,0%	–	38,5%	–	100%	–
Total das Receitas Efetivas	2 332,7	96,3%	3 532,8	96,1%	3 620,1	94,7%	9 485,5	95,6%

Analisando os dados constantes do Quadro 2.13 verifica-se, em relação à receita total autárquica do ano de 2021, que:

A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão são as transferências correntes e de capital que, agregadas, representaram 68,2% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a receita fiscal representou apenas 16,3% do valor total arrecadado e os passivos financeiros 3,5%;

Situação inversa ocorreu com os municípios de grande dimensão, nos quais 54,5% da receita proveio da receita fiscal e 27,8% do conjunto das transferências;

Relativamente aos municípios de média dimensão constata-se que o peso das receitas fiscais foi inferior ao peso da totalidade das transferências em 10% com as primeiras a representarem 36,2% da receita auferida pelo conjunto destes municípios, e as segundas a representarem, no conjunto de transferências correntes e de capital, 46,2% da receita total; A comparação do peso das duas principais componentes da receita:

impostos e taxas e transferências correntes e de capital, entre os municípios de grande e os de pequena dimensão, revela a grande diferença de independência financeira existente entre estes grupos. Efetivamente, enquanto o peso da receita proveniente do total das transferências representou, para os municípios de pequena dimensão, 68,2% da receita total, para os municípios de grande dimensão representou apenas 27,8%, sendo que para os primeiros o montante das receitas fiscais representou 16,3% da receita total e para os segundos 54,5% da mesma;

No conjunto dos municípios de média dimensão, o peso das transferências no volume de receitas totais cobradas (46,2%) está mais próximo do peso das receitas fiscais (36,2%).

Ainda se poderá concluir dos dados apresentados, que:

Os 24 municípios de grande dimensão contribuíram para 38,5% da receita total autárquica, sendo o peso da sua população residente

43,7% da população total. Participaram, ainda, para 38,2% do total das receitas efetivas;

Os 96 municípios de média dimensão obtiveram 37,0% da receita total autárquica, quando o peso da sua população residente é de 46,6% da população total. Contribuíram com igual peso de 37,2% para o total das receitas efetivas;

Os 188 municípios de pequena dimensão auferiram 24,4% de toda a receita municipal, sendo que o peso da sua população residente representa 15,7% da população total. Relativamente às receitas efetivas, auferiram de 24,6% das mesmas.

2.2.2.2 Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios

Sendo as transferências essencialmente compostas por transferências do Orçamento de Estado (OE) e por Fundos Comunitários, entende-se pertinente apresentar o desdobramento destas duas componentes, analisando também a sua evolução e respetivas taxas de variação.

O Quadro 2.14 mostra a evolução das Transferências do Orçamento de Estado e das Transferências Comunitárias entre 2011 e 2021, sendo que o Quadro 2.15 mostra as respetivas variações.

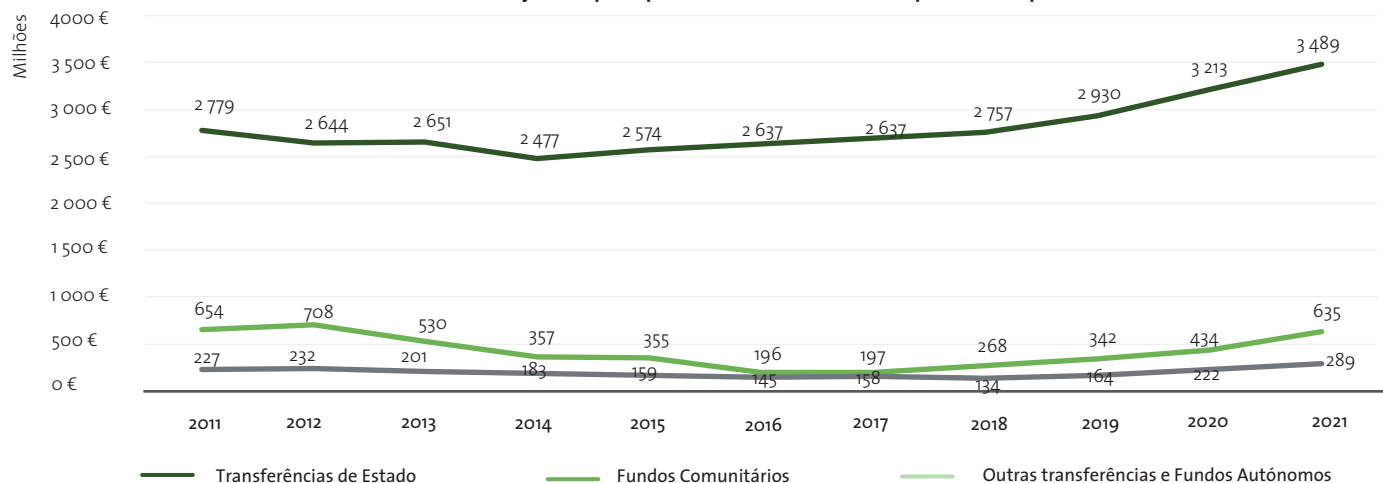
Quadro 2.14 – Principais transferências recebidas pelos municípios

Unidade: milhões de euros

Transferências Totais	Montantes Recebidos (milhões de euros)										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Transferências do Estado	2.779,2	2.644,0	2.650,6	2.477,0	2.574,2	2.637,0	2.700,6	2.757,5	2 929,5	3 213,0	3 489,3
Fundos Comunitários	653,5	707,9	530,2	357,1	354,6	195,9	197,5	267,6	342,5	434,0	634,5
Fundos Autónomos	77,1	66,5	64,1	72,3	58,0	56,6	56,7	64,3	94,7	140,2	174,9
Outras transferências	150,1	165,6	137,2	110,3	100,8	88,1	101,0	69,5	69,1	81,8	114,2
Total Transferências	3.659,9	3.584,0	3.382,0	3.016,7	3.087,6	2.977,7	3.055,7	3.158,9	3 435,8	3 869,0	4 413,0

Quadro 2.15 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios

Transferências totais	Variação da receita em milhões de euros									
	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Transferências do Estado	-135,2	6,5	-173,5	97,2	62,9	63,5	56,9	172,0	283,4	276,4
Fundos Comunitários	54,4	-177,8	-173,1	-2,5	-158,7	1,6	70,1	74,9	91,6	200,5
Fundos Autónomos	-10,6	-2,4	8,2	-14,2	-1,4	0,1	7,6	30,4	45,5	34,6
Outras transferências	15,5	-28,4	-26,9	-9,5	-12,7	12,9	-31,4	-0,4	12,7	32,4
Total Transferências	-75,9	-202,0	-365,4	70,9	-109,9	78,1	103,2	276,9	433,2	543,9
Transferências totais	Taxa de variação da receita									
	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Transferências do Estado	-4,9%	0,2%	-6,5%	3,9%	2,4%	2,4%	2,1%	6,2%	9,7%	8,6%
Fundos Comunitários	8,3%	-25,1%	-32,6%	-0,7%	-44,8%	0,8%	35,5%	28,0%	26,7%	46,2%
Fundos Autónomos	-13,7%	-3,6%	12,8%	-19,7%	-2,4%	0,2%	13,4%	47,3%	48,1%	24,7%
Outras transferências	10,3%	-17,1%	-19,6%	-8,6%	-12,6%	14,6%	-31,1%	-0,6%	18,4%	39,6%
Total Transferências	-2,1%	-5,6%	-10,8%	2,4%	-3,6%	2,6%	3,4%	8,8%	12,6%	14,1%

Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios

Em relação aos quadros e gráfico apresentados pode-se concluir:

As transferências do Orçamento de Estado (OE), na sua globalidade, apresentaram uma forte descida em 2012 (-4,9%) e em 2014 (-6,5%). Têm crescido desde 2015 até ao ano económico em apreço, atingindo em 2020 a taxa de crescimento mais elevada dos últimos onze anos (+9,7%). Em 2021 cresceu 8,6%, apresentando o volume de 3 489,3 milhões de euros; As transferências provenientes dos Fundos Comunitários baixaram consideravelmente em 2013 e 2014 (-25,1% e -32,6%) após um valor máximo de, aproximadamente, 708 milhões de euros, conhecendo a menor redução da década em 2015 (-0,7%) e registando-se, em 2016, no universo dos 308 municípios a menor receita de Fundos Comunitários nos últimos onze anos (196 milhões de euros). Em 2018 voltam a apresentar um acréscimo significativo (+35,5%), reforçado em 2019 (+28%) e 2020 (+26,7%). Em 2021 cresceram 46,2% e registaram no conjunto de municípios a utilização de 634,5 milhões de euros de fundos comunitários; As restantes transferências provenientes de Outras Transferências e de Fundos Autônomos, associadas essencialmente ao desenvolvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, aumentaram em 2021, em conjunto, 30,2% (+67,1 milhões de euros). Na totalidade foi auferida pelos municípios nestas duas rubricas, em 2021, a verba de 289,1 milhões de euros.

2.2.2.3 Evolução das principais componentes da Receita Fiscal

Sendo a Receita Fiscal a segunda maior categoria de receita autárquica para a globalidade dos municípios e, em alguns casos, a maior categoria de receita, importará verificar também como se comportaram as suas principais variáveis, sendo que, em pontos subsequentes deste Anuário procederemos à análise da evolução dos impostos diretos que mais têm contribuído financeiramente para a atividade municipal, dando-se especial destaque ao IMI e IMT.

O Quadro 2.16 mostra a evolução das receitas fiscais desagregadas pelas suas três componentes: impostos diretos¹⁷; impostos indiretos¹⁸ e taxas, multas e outras penalidades. O Quadro 2.17 realça o valor da diferença entre o montante previsto e o cobrado em 2021, nas três rubricas económicas que compõem a receita fiscal.

¹⁷ Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Impostos Municipais sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Derrama, Impostos abolidos e Impostos diretos diversos.

¹⁸ Impostos indiretos específicos das autarquias locais são taxas e licenças aplicadas a empresas e outras entidades coletivas. Tratam-se de taxas como: relativas a mercados e feiras, loteamentos e licenças de obras, ocupação da via pública, publicidade, saneamento, utilização da rede viária municipal ou arrendamento urbano, entre outros.

Quadro 2.16 – Valor das componentes da receita fiscal e taxas cobradas entre 2011 e 2021

Unidade: milhões de euros

Receita Fiscal	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21 %
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Impostos diretos	2.113,7	2.088,9	2.158,1	2.424,2	2.566,0	2.664,1	2.897,9	3.100,3	3 142,1	3 103,8	3 414,4	-1,2%
Impostos indiretos	134,1	134,9	129,8	107,1	121,6	118,8	132,3	149,8	165,9	41,0	36,2	-75,3%
Taxas, multas e outras penalidades	234,2	201,9	180,2	185,1	188,7	212,0	299,0	220,1	261,6	301,9	356,0	15,4%
Total	2.482,0	2.425,7	2.468,1	2.716,5	2.876,4	2.995,0	3.329,2	3.470,2	3 569,6	3 446,7	3 806,6	-3,4%

Quadro 2.17 – Grau de execução da receita fiscal em 2021

Unidade: milhões de euros

Receita fiscal	Receita prevista	Receita cobrada	Diferença	Grau de execução
Impostos diretos	3 129,6	3 414,4	284,8	109,1%
Impostos indiretos	36,5	36,2	-0,3	99,2%
Taxas, multas e outras penalidades	379,4	356,0	-23,5	93,8%
Total	3 545,5	3 806,6	261,0	107,4%

Os valores apresentados merecem os seguintes comentários:

O ano de 2021 foi um bom ano de receita fiscal, com uma taxa de crescimento de 10,4% (+359,9 milhões de euros) e uma execução orçamental de 107,4%, arrecadando na totalidade 3 806,6 milhões de euros, isto é, +261,0 milhões de euros que o previsto. Para esta boa realização fiscal contribuíram, essencialmente, os impostos diretos que ao registarem a coleta de 3.414,4 milhões de euros, apresentaram um acréscimo de valor em 10,0% em relação ao ano transato. Esta componente da receita fiscal apresentou, ainda, uma taxa de execução orçamental de 109,1%;

A coleta dos impostos indiretos com o total de 36,2 milhões de euros e um decréscimo de 11,7% teve uma repercussão negativa no total da coleta fiscal, tendo, todavia, apresentado uma taxa de execução de 99,2%, pois a diminuição desta receita foi perspetivada em sede de previsões orçamentais. O peso desta receita no total da receita fiscal arrecadada foi de apenas 1%;

Anota-se que o volume de taxas, multas e outras penalidades aumentou 54,0 milhões de euros (+17,9%) face ao ano de 2020 e apresentou uma execução orçamental de 93,8%. O volume arrecada-

dado em 2021 foi de 356,0 milhões de euros;

Já em pontos anteriores se referiu a importância da receita fiscal no total da receita autárquica ao contribuir, em média, para 38,4% da mesma, pese embora este peso varie com a dimensão do município. Em 2021, nos municípios de pequena dimensão esta média situou-se em 16,3% da receita total, nos municípios de média dimensão subiu para 36,2% e nos de grande dimensão para 54,5%. São situações, como se pode apreciar, consideravelmente díspares, que diferenciam bastante os municípios quanto à sua independência e sustentabilidade financeira;

Analisando a estrutura da receita fiscal, no ano de 2021, os impostos diretos contribuíram para 89,7% da mesma (3 414,4 milhões de euros), tendo os impostos indiretos pesado apenas 1,0% (36,2 milhões de euros) e as taxas, multas e outras penalidades 9,4% (356,0 milhões de euros). Face a esta situação, interessará analisar mais pormenorizadamente, mais adiante, as componentes dos impostos diretos.

O *Ranking R5* hierarquiza os 35 municípios que, em 2021, apresentaram maior peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças na receita total cobrada.

R5 – Municípios que, em 2021, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas e licenças, no total da receita cobrada

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Cascais	G	57,9%	57,4%	70,1%	75,7%	81,2%	79,5%	72,2%	69,7%	71,2%	67,0%	72,8%
2 Loulé	M	55,8%	55,2%	51,6%	68,7%	67,7%	63,5%	65,9%	66,4%	65,8%	69,8%	70,9%
3 Grândola	P	29,6%	35,5%	40,0%	46,8%	45,1%	40,1%	58,8%	54,7%	51,1%	51,7%	65,9%
4 Portimão	M	54,8%	60,2%	64,3%	67,2%	64,9%	41,4%	28,0%	72,9%	70,0%	67,0%	65,5%
5 Lisboa	G	63,4%	42,0%	52,8%	58,5%	58,8%	68,4%	68,1%	67,7%	51,0%	69,3%	65,4%
6 Lagos	M	50,5%	54,3%	42,2%	58,5%	57,9%	59,8%	61,7%	61,5%	64,6%	63,2%	65,2%
7 Vila Real de Santo António	P	33,1%	41,4%	48,1%	13,4%	50,9%	38,7%	48,2%	56,3%	50,5%	63,6%	64,6%
8 Mafra	M	44,9%	45,1%	42,4%	51,4%	53,6%	55,3%	56,8%	57,8%	45,9%	59,2%	64,0%
9 Porto	G	54,2%	56,9%	51,6%	61,9%	58,7%	52,8%	58,9%	70,0%	71,6%	64,5%	61,6%
10 Maia	G	57,9%	62,2%	61,2%	59,9%	51,6%	66,2%	64,8%	63,3%	61,8%	59,6%	60,4%
11 Oeiras	G	66,0%	61,6%	67,7%	67,7%	62,9%	59,2%	62,3%	66,4%	64,1%	56,8%	58,8%
12 Tavira	M	40,7%	47,5%	45,5%	51,3%	51,9%	56,8%	56,8%	63,0%	60,3%	52,9%	58,8%
13 Albufeira	M	48,8%	46,3%	43,6%	52,6%	60,3%	51,0%	56,5%	55,4%	57,2%	53,7%	58,2%
14 Vila Nova de Gaia	G	44,6%	46,3%	43,4%	49,8%	54,8%	42,6%	60,5%	56,4%	62,1%	59,7%	57,7%
15 Lagoa (Algarve)	M	53,5%	52,6%	41,3%	50,7%	55,7%	53,3%	52,1%	56,7%	54,8%	55,5%	57,1%
16 Faro	M	45,0%	53,0%	51,6%	38,1%	57,1%	62,2%	42,8%	64,9%	63,8%	58,1%	56,0%
17 Sintra	G	54,7%	50,8%	53,5%	56,7%	59,8%	58,5%	60,7%	60,0%	57,0%	54,6%	54,8%
18 Montijo	M	47,9%	50,1%	48,5%	49,6%	49,1%	49,9%	52,3%	61,2%	56,6%	50,1%	53,6%
19 Sesimbra	M	41,8%	36,5%	33,0%	45,1%	48,1%	46,9%	49,2%	52,2%	49,6%	48,3%	53,2%
20 Alcochete	P	35,8%	37,5%	44,4%	46,6%	54,5%	49,4%	51,8%	57,7%	52,4%	55,6%	53,1%
21 Almada	G	49,4%	52,1%	51,7%	55,7%	53,8%	56,8%	59,0%	59,9%	63,3%	64,0%	52,5%
22 Funchal	G	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%	45,7%	49,6%	34,6%	42,3%	45,8%	52,3%
23 Palmela	M	48,6%	45,5%	48,9%	55,6%	54,7%	52,3%	53,4%	52,9%	53,3%	49,9%	52,1%
24 Aveiro	M	53,2%	48,4%	48,8%	46,5%	51,9%	62,7%	27,6%	50,5%	54,2%	51,3%	51,8%
25 Porto Santo	P	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%	51,5%	62,7%	41,4%	57,8%	51,6%
26 Braga	G	43,7%	42,5%	37,6%	43,0%	45,5%	50,7%	53,1%	50,8%	48,3%	50,3%	51,1%
27 Vila do Bispo	P	31,1%	24,5%	28,9%	36,0%	35,7%	30,5%	36,0%	47,7%	39,4%	45,7%	50,3%
28 Odívetas	G	51,8%	48,4%	53,2%	49,5%	52,2%	52,1%	52,3%	54,9%	53,6%	52,3%	50,1%
29 Seixal	G	56,4%	63,1%	63,7%	43,2%	62,3%	39,3%	55,7%	40,9%	46,9%	54,4%	49,8%
30 Nazaré	P	36,5%	34,5%	36,6%	48,4%	26,9%	52,6%	51,2%	33,3%	21,6%	51,1%	49,7%
31 Setúbal	G	45,9%	46,1%	52,6%	58,8%	52,0%	51,6%	55,2%	47,5%	49,9%	48,2%	49,7%
32 Óbidos	P	48,2%	46,7%	33,4%	42,4%	40,9%	37,8%	41,6%	45,8%	42,0%	41,1%	48,7%
33 Figueira da Foz	M	24,6%	46,0%	40,3%	51,3%	45,7%	50,6%	56,0%	39,1%	51,9%	47,8%	47,9%
34 Santa Maria da Feira	G	37,1%	41,1%	32,6%	41,1%	44,1%	47,0%	48,6%	51,2%	48,3%	45,4%	47,6%
35 Loures	G	48,4%	44,6%	45,4%	48,5%	47,9%	51,6%	52,0%	55,8%	55,8%	52,1%	47,3%
Peso médio dos 308 Municípios		31,9%	31,6%	31,6%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%	38,4%

Do *Ranking R5* há a anotar que:

Nesta lista dos 35 municípios com maior peso de receitas fiscais, no total da receita cobrada, vinte e oito apresentam este rácio com valor superior a 50%. Quer isto dizer que para os restantes municípios do universo autárquico o peso destas receitas é inferior a 50%, recordando que o peso médio para os municípios de pequena dimensão é de 16,3% e para os municípios de média dimensão é de 36,2%. Considerando o universo global dos municípios, o peso médio da receita fiscal na receita autárquica é de 38,4% e todos os municípios deste ranking se situam acima desta média nacional;

O município de Cascais surge na primeira posição desta lista, fruto do aumento da receita fiscal em 31,3%, devido ao crescimento do IMT (+39,7 milhões de euros, +61,9%).

Outros municípios aparecem nesta lista com uma alteração significativa do peso da receita fiscal na receita total, de 2020 para 2021, sendo de relevar os casos de Grândola cujo peso da receita fiscal aumentou em 14,3pp e, de Almada, cujo peso da receita fiscal baixou 11,5%. Anota-se que mais quatro municípios apresentaram uma variação positiva em mais de 5% do peso das receitas fiscais (Óbidos, Funchal, Tavira e Cascais). Os restantes municípios variam na sua maioria num intervalo inferior a 5%.

O *Ranking R5.1* hierarquiza os 35 municípios que, em 2021, apresentaram maior volume de receita proveniente de impostos e taxas.

R5.1 – Municípios que em 2021 apresentaram maior valor de impostos e taxas cobradas

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Lisboa	G	367 261 836	349 755 177	288 711 400	364 474 899	417 963 622	451 136 155	556 136 495	545 645 744	532 336 981	508 549 639	538 488 502
2	Cascais	G	89 081 816	81 712 132	90 869 368	108 540 848	121 310 172	127 832 233	155 228 471	152 820 815	152 522 546	141 068 024	185 214 517
3	Porto	G	103 540 586	93 749 142	97 839 454	109 090 757	99 455 756	118 049 111	126 161 541	157 734 639	179 850 240	148 714 312	164 489 260
4	Sintra	G	87 630 803	85 037 358	84 205 067	83 676 971	92 914 624	92 616 895	102 035 708	103 974 380	107 309 716	108 814 353	116 292 156
5	Oeiras	G	73 321 406	67 491 830	72 806 701	78 932 196	75 193 951	75 558 890	94 221 067	98 664 614	102 256 645	96 216 400	101 359 204
6	V. N. de Gaia	G	59 748 721	57 261 956	60 251 685	64 252 779	67 506 117	69 474 331	79 562 083	83 229 923	90 489 340	86 600 518	99 808 414
7	Loulé	M	49 889 638	50 303 058	57 432 284	65 781 068	71 372 390	71 147 646	72 006 606	68 874 049	74 034 702	76 646 769	98 667 114
8	Seixal	G	42 081 629	49 972 214	51 511 116	47 982 534	50 531 810	47 120 984	51 566 295	51 589 325	57 922 661	53 099 726	72 508 878
9	Loures	G	49 876 962	48 824 727	47 431 010	48 642 156	50 135 002	54 147 941	59 387 044	62 662 193	68 059 446	61 512 644	69 545 845
10	Almada	G	40 912 421	40 921 826	40 014 499	42 815 997	44 676 799	46 301 995	51 793 188	58 009 314	64 886 837	59 678 014	69 221 700
11	Matosinhos	G	47 374 725	48 280 807	48 468 079	43 559 421	55 941 429	52 872 399	58 970 156	61 029 799	65 504 278	62 402 028	66 870 929
12	Braga	G	38 233 962	35 739 885	37 372 620	37 091 264	38 973 277	42 731 690	47 981 657	50 405 305	53 079 133	55 186 671	60 418 827
13	Funchal	G	33 574 158	28 439 621	29 702 926	31 079 422	33 475 351	33 432 908	37 989 782	35 390 071	36 868 949	35 453 335	53 583 514
14	Coimbra	G	44 516 792	41 309 531	43 329 327	45 617 809	45 872 671	50 758 037	55 887 408	50 220 726	53 174 602	51 655 612	51 287 164
15	Setúbal	G	28 456 183	30 571 811	33 621 994	37 926 573	42 328 259	42 995 031	44 777 353	42 145 797	45 812 517	45 595 231	50 402 325
16	Maia	G	35 795 749	38 047 257	34 045 767	33 286 367	38 429 166	44 066 260	42 945 934	46 840 940	45 425 503	47 631 470	48 637 236
17	Mafra	M	22 052 804	22 657 054	20 176 243	26 703 406	30 194 023	31 788 757	35 308 709	38 510 239	40 496 996	41 979 995	47 787 966
18	Odivelas	G	33 306 149	29 951 678	30 775 602	32 284 910	34 308 546	33 518 922	37 799 693	42 919 245	42 962 281	43 886 502	47 209 908
19	Albufeira	M	28 801 541	28 282 965	34 354 651	41 813 841	52 464 490	39 987 222	47 101 407	41 768 870	45 173 218	34 775 862	43 732 651
20	Guimarães	G	27 462 055	28 083 391	27 715 425	31 040 880	32 312 063	35 616 855	37 186 578	37 094 031	38 728 923	39 464 780	41 508 216
21	Portimão	M	25 007 875	23 310 883	27 633 914	30 247 529	33 122 998	34 201 983	39 170 192	43 224 459	39 396 640	38 247 958	40 423 018
22	Lagos	M	19 088 908	21 871 966	20 905 334	24 682 845	26 993 257	28 645 703	31 669 492	33 354 351	38 033 711	33 206 092	38 822 954
23	Leiria	G	26 706 062	25 867 859	28 287 299	31 770 940	32 514 339	33 847 864	36 243 202	42 586 750	36 062 739	35 856 557	38 611 933
24	Amadora	G	33 186 050	34 482 759	28 595 697	31 441 092	34 974 480	33 184 230	37 517 171	38 597 786	40 881 551	40 303 303	38 602 313
25	Aveiro	M	20 770 362	19 445 935	20 928 043	22 352 372	27 432 444	33 899 926	31 962 071	39 987 214	35 780 858	33 385 723	37 817 927
26	V. F. de Xira	G	26 273 605	26 343 833	23 720 581	25 887 656	25 269 640	26 899 835	31 736 453	34 942 568	36 328 921	36 400 256	36 197 641
27	Gondomar	G	26 269 958	25 211 360	23 446 679	22 194 081	22 328 939	24 387 301	26 921 121	30 284 403	32 749 145	34 430 432	35 816 795
28	V. N. de Famalicão	G	25 212 569	29 845 764	19 749 923	28 150 977	22 623 712	29 319 887	31 741 930	31 682 025	34 151 945	33 559 115	35 797 863
29	Sta. M. da Feira	G	23 707 900	23 608 701	25 060 274	26 253 186	26 000 728	27 839 635	30 466 965	31 074 574	32 019 861	32 117 876	35 450 846
30	Palmela	M	19 905 610	18 634 327	21 391 422	22 068 063	22 361 815	21 220 348	22 352 421	24 583 624	26 436 837	25 047 829	32 891 844
31	Sesimbra	M	16 219 443	15 636 007	17 807 016	19 379 797	19 576 032	20 125 133	22 211 099	24 835 088	25 054 829	24 520 883	30 363 359
32	Viseu	M	20 281 170	18 989 723	19 733 509	20 895 085	20 632 643	21 218 145	24 418 759	23 590 799	26 671 129	27 800 970	28 680 698
33	Torres Vedras	M	14 884 801	16 236 152	18 319 233	18 829 248	20 215 921	21 387 659	23 102 955	23 841 711	25 501 623	26 184 181	28 174 078
34	Faro	M	18 437 549	17 583 835	15 646 140	21 565 749	21 672 015	24 314 049	22 802 956	26 759 574	26 159 533	26 096 162	27 635 011
35	Vila do Conde	M	23 094 138	17 397 480	20 850 212	23 727 473	24 402 332	24 584 405	25 595 163	24 183 444	26 320 970	28 252 473	26 122 801

Observando o ranking anterior verifica-se que apenas cinco municípios auferiram, em 2021, de um volume de receita fiscal superior a 100 milhões de euros, sendo de anotar o volume coletado por Lisboa, incomparável com os restantes municípios. A lista inclui todos os municípios de grande dimensão. Mais se verifica que a amplitude de valores entre o primeiro da lista e o último da mesma é de 512,4 milhões de euros, sendo que o segundo da lista dos municípios com maior receita fiscal, o município do Cascais, auferiu a coleta de 185,2 milhões de euros.

Os quadros seguintes mostram para as Regiões Autónomas, o peso da coleta dos impostos na restante receita autárquica regional. O Ranking R5.A refere-se à situação nos municípios açorianos e o Ranking R5.M, aos municípios madeirenses.

Observando a informação prestada para 2021 anota-se:

Em relação aos municípios dos Açores, a receita municipal, na sua generalidade, dependeu muito pouco das receitas de impostos e taxas, sendo exceção o município de Ponta Delgada que apresentou um peso de receitas fiscais de 39,4%, valor superior ao índice nacional de 38,4%.

Também os municípios de Horta, Vila Franca do Campo, Angra de Heroísmo e Lagoa (R.A.A.) apresentaram um peso de receita fiscal superior à média regional que se cifrou nos 20%. Em todos os restantes municípios desta Região, a importância da receita de impostos ficou aquém do peso médio regional;

Relativamente aos municípios da Madeira, anota-se que apresentaram, em 2021, uma estrutura de receita em que o peso médio da receita fiscal se apresenta igual ao peso médio nacional ao cifrar-se em 38,4%. Releva-se, pela positiva, o peso da receita fiscal em dois dos onze municípios. A saber: Funchal, com o peso de 52,3% (+6,5pp do que o apresentado em 2020) e Porto Santo com o peso de 51,6% (-6,2pp que o peso apresentado em 2020). Todos os restantes municípios Madeirenses apresentaram uma estrutura de receita cujo peso da receita fiscal foi manifestamente inferior ao peso médio nacional;

Releva-se, ainda, o facto de os municípios de Machico e Santa Cruz apresentarem uma descida significativa do peso das receitas fiscais, respetivamente em -12,5% e -11,6%.

R5.A – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Ponta Delgada	M	38,2%	33,4%	38,0%	37,9%	38,3%	37,4%	39,3%	40,7%	39,8%	41,4%	39,4%
2 Horta	P	16,4%	17,7%	17,4%	18,2%	21,2%	24,7%	23,1%	25,8%	22,0%	25,3%	23,0%
3 Vila Franca do Campo	P	5,8%	5,8%	17,7%	21,5%	21,9%	27,1%	27,5%	26,1%	9,6%	11,3%	22,5%
4 Lagoa (R.A.A.)	P	12,1%	15,1%	19,1%	18,7%	19,5%	22,6%	24,5%	25,6%	23,4%	22,9%	21,1%
5 Angra do Heroísmo	M	15,0%	21,1%	19,2%	21,7%	20,7%	26,6%	28,3%	26,8%	29,2%	19,3%	21,1%
6 Ribeira Grande	M	11,8%	9,0%	16,3%	16,7%	16,6%	15,6%	16,0%	18,8%	19,6%	16,8%	16,5%
7 Madalena	P	8,1%	8,7%	9,4%	10,2%	11,8%	13,6%	13,8%	14,2%	14,7%	14,6%	15,2%
8 Praia da Vitória	P	11,8%	12,7%	15,4%	22,0%	20,5%	18,4%	17,2%	19,0%	20,8%	14,8%	14,1%
9 São Roque do Pico	P	4,6%	7,4%	10,3%	12,5%	10,6%	12,4%	12,6%	13,1%	13,8%	12,1%	13,7%
10 Santa Cruz da Graciosa	P	6,7%	5,5%	10,3%	11,6%	15,3%	14,6%	16,0%	14,4%	14,4%	14,1%	13,6%
11 Povoação	P	5,7%	8,7%	11,9%	10,9%	11,7%	15,1%	16,2%	17,0%	15,4%	16,1%	13,1%
12 Nordeste	P	4,9%	4,6%	2,6%	6,9%	13,0%	12,6%	15,4%	5,4%	12,8%	12,1%	11,9%
13 Vila do Porto	P	8,3%	7,6%	12,2%	11,8%	13,0%	12,4%	13,0%	11,9%	12,2%	9,4%	10,2%
14 Lajes do Pico	P	5,5%	4,0%	3,9%	6,4%	8,4%	8,3%	8,1%	8,9%	11,4%	8,0%	9,6%
15 Calheta (R.A.A.)	P	5,7%	7,2%	10,7%	11,4%	10,6%	10,7%	10,5%	9,8%	9,4%	7,6%	6,7%
16 Santa Cruz das Flores	P	5,2%	6,0%	5,7%	5,4%	6,7%	7,1%	7,0%	7,8%	7,6%	5,6%	5,9%
17 Velas	P	7,2%	6,3%	9,5%	9,3%	10,5%	8,7%	7,9%	8,2%	8,9%	8,4%	5,1%
18 Lajes das Flores	P	2,8%	2,0%	2,9%	2,8%	5,4%	5,1%	4,6%	5,1%	4,0%	5,1%	4,3%
19 Corvo	P	0,5%	0,6%	1,2%	1,3%	1,4%	1,4%	4,1%	1,5%	1,2%	1,3%	1,5%
Peso médio municípios da R.A.A.		14,3%	14,5%	16,8%	19,1%	20,3%	21,1%	22,2%	21,6%	21,1%	19,8%	20,0%
Peso médio dos 308 Municípios		31,9%	31,6%	31,6%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%	38,4%

R5.M – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

Município		Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Funchal	G	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%	45,7%	49,6%	34,6%	42,3%	45,8%	52,3%
2	Porto Santo	P	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%	51,5%	62,7%	41,4%	57,8%	51,6%
3	Santa Cruz	M	32,6%	37,1%	36,2%	20,9%	38,7%	44,2%	48,8%	35,6%	47,0%	47,5%	35,9%
4	Calheta (R.A.M.)	P	13,1%	13,7%	11,3%	16,0%	16,4%	18,5%	25,1%	24,4%	25,8%	25,4%	29,2%
5	Ponta do Sol	P	15,1%	19,6%	15,7%	21,0%	16,7%	21,0%	25,0%	28,4%	28,2%	26,7%	28,2%
6	Câmara de Lobos	M	18,9%	22,6%	12,3%	19,2%	25,5%	25,3%	21,3%	20,5%	25,0%	24,6%	27,1%
7	Machico	P	16,6%	25,8%	25,9%	13,9%	23,4%	24,7%	26,7%	28,2%	25,7%	37,6%	25,1%
8	Ribeira Brava	P	11,5%	14,2%	14,6%	15,0%	21,9%	19,1%	28,1%	14,8%	26,8%	16,8%	20,4%
9	Santana	P	8,0%	11,5%	10,3%	11,1%	12,5%	11,3%	17,7%	14,2%	15,5%	13,4%	13,1%
10	Porto Moniz	P	3,3%	4,6%	4,9%	7,7%	7,8%	7,2%	16,1%	12,8%	12,4%	12,7%	12,0%
11	São Vicente	P	8,3%	7,5%	12,1%	13,4%	12,4%	13,6%	11,9%	11,3%	12,3%	10,4%	9,5%
Peso médio municípios da R.A.M.			29,3%	29,9%	22,7%	28,2%	35,0%	35,4%	38,3%	30,5%	35,1%	36,5%	38,4%
Peso médio dos 308 Municípios			31,9%	31,6%	31,6%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%	38,4%

Quadro 2.18 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos entre 2011 e 2021

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21 %
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	1 167,9	1 229,2	1 304,5	1 467,1	1 533,2	1 487,9	1 456,2	1 509,9	1 489,0	1 497,2	1 480,3	-1,1%
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	501,5	385,9	382,0	487,7	583,0	655,5	853,4	1 003,9	1 010,4	974,6	1 344,9	38,0%
IUC (Imposto Único de Circulação)	183,8	207,9	260,2	248,5	240,5	244,5	260,5	276,3	287,2	283,7	291,0	2,6%
Derrama	251,7	261,2	207,6	212,3	208,4	275,0	323,9	308,4	354,1	346,8	297,5	-14,2%
Impostos abolidos	7,3	3,4	3,2	8,1	0,8	0,8	3,5	1,4	1,1	1,0	0,2	-81,3%
Impostos diretos diversos	1,1	0,7	0,5	0,6	0,1	0,3	0,4	0,3	0,2	0,5	0,5	4,6%
Total Impostos diretos (a)	2 113,2	2 088,3	2 158,1	2 424,2	2 566,0	2 664,1	2 897,9	3 100,3	3 142,1	3 103,8	3 414,4	10,0%
IMT/ IMI	42,9%	31,4%	29,3%	33,2%	38,0%	44,1%	58,6%	66,5%	67,9%	65,1%	90,9%	39,6%
IMI / Total Impostos Diretos	55,3%	58,9%	60,4%	60,5%	59,7%	55,9%	50,2%	48,7%	47,4%	48,2%	43,4%	-10,1%
IMT / Total Impostos Diretos	23,7%	18,5%	17,7%	20,1%	22,7%	24,6%	29,5%	32,4%	32,2%	31,4%	39,4%	25,4%
(IUC + Derrama + outros) / Total Impostos Diretos	21,0%	22,7%	21,9%	19,4%	17,5%	19,5%	20,3%	18,9%	20,5%	20,4%	17,3%	-15,2%
Total Impostos indiretos e taxas (b)	368,3	336,8	310,0	292,3	310,4	330,9	431,3	369,9	427,5	342,9	392,1	14,4%
Total Impostos e taxas (c = a+b)	2 481,6	2 425,1	2 468,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	3 569,6	3 446,7	3 806,6	10,4%
IMI / Total de Impostos e taxas	47,1%	50,7%	52,9%	54,0%	53,3%	49,7%	43,7%	43,5%	41,7%	43,4%	38,9%	-10,5%
IMT / Total de Impostos e taxas	20,2%	15,9%	15,5%	18,0%	20,3%	21,9%	25,6%	28,9%	28,3%	28,3%	35,3%	25,0%

Quadro 2.18.1 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos por grupos de municípios

Unidade: euros

	Grandes	Médios	Pequenos	Total Geral
IMI	701 983 240	601 430 403	176 845 508	1 480 259 151
IUC	138 727 359	113 204 700	39 116 034	291 048 093
IMT	812 049 168	418 249 538	114 638 852	1 344 937 559
Derrama	206 059 141	74 816 414	16 583 046	297 458 601
Impostos abolidos	112 900	57 576	10 847	181 323
Impostos diretos diversos	407 549	8 502	119 971	536 022
Impostos Diretos – cobrados	1 859 339 357	1 207 767 134	347 314 258	3 414 420 748

Quadro 2.18.2 – Peso de cada componente dos Impostos Diretos, por grupos de municípios

	Grandes	Médios	Pequenos	Total Geral
IMI	37,8%	49,8%	50,9%	43,4%
IUC	7,5%	9,4%	11,3%	8,5%
IMT	43,7%	34,6%	33,0%	39,4%
Derrama	11,1%	6,2%	4,8%	8,7%
Impostos abolidos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos diretos diversos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos Diretos – cobrados	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

2.2.2.3.1. Evolução das componentes dos impostos diretos

Face ao peso que os impostos diretos têm assumido no total das receitas autárquicas, apresenta-se, no Quadro 2.18, a evolução da cobrança de cada uma das suas componentes entre 2011 e 2021. A informação prestada no Quadro 2.18 foi transcrita para Gráfico 2.05 com vista a permitir uma melhor perceção da evolução das principais componentes da receita fiscal. Assim, a leitura conjugada de ambos permite concluir que:

Em 2021, o valor do IMI retomou o sentido descendente baixando cerca de 1,1% ao registar-se a receita de 1.480,3 milhões de euros (-16,9 milhões de euros). Após a descida no biénio 2016/2017, tinha registado, em 2018, um acréscimo de, aproximadamente, 54 milhões de euros (+3,7%), ficando, no entanto, aquém do valor coletado em 2015, para voltar a descer cerca de 20,9 milhões de euros em 2019. Em 2020 o IMI tinha crescido 0,6%. Em 2021 o IMI contribuiu para 434% dos impostos diretos; A recuperação acentuada do IMT a partir 2014, com reforço extraordinário dessa tendência em 2017 (+30,2%, +198 milhões de euros), con-

firmou-se em 2018 com um novo acréscimo de 17,6% de receita (+150 milhões de euros), ultrapassando a fasquia de 1.000 milhões de euros ao registar-se a receita de 1.003,9 milhões de euros. Em 2019 consolida-se o crescimento do IMT com uma coleta a cifrar-se em 1.010,4 milhões de euros (+0,6%, +6,5 milhões de euros). Todavia em 2020, voltou a baixar 35,8 milhões de euros (-3,5%) descendo da fasquia dos mil milhões de euros ao totalizar 974,6 milhões de euros. Em 2021 cresceu 38% (+370,3 milhões de euros) ao apresentar a colecta de 1 344,9 milhões de euros. O IMT, que esteve em riscos de desaparecer como receita municipal, tem-se aproximado do valor do IMI, representando, no ano económico em apreço, 39,4% do total dos impostos diretos obtidos pelo conjunto dos municípios;

O valor do IUC, em 2021 retoma uma variação positiva de +2,6% (+7,4 milhões de euros), ao totalizar 291,0 milhões de euros após um decréscimo apresentado em 2020;

Depois de um relevante aumento em 2017 do montante da Derrama

(+17,8%, +48,9 milhões de euros) atestando o impacto do crescimento económico na economia municipal, em 2018 verificou-se um ligeiro decréscimo global desta receita (-16 milhões de euros, -4,8%) ao registar-se o montante 308,4 milhões de euros. Todavia, em 2019, apresenta novo crescimento de 14,9% (+45,8 milhões de euros) implicando um peso na

receita fiscal de 11,3%. Em 2020, a Derrama, volta a descer (-2,1%, -7,4 milhões de euros), ao apresentar o volume de coleta de 346,8 milhões de euros, representando 11,2% do total dos impostos diretos. Em 2021 a Derrama apresenta uma descida de valor em cerca de 14,2% (- 49,3 milhões de euros) ao totalizar 297,5 milhões de euros.

Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2011 e 2021

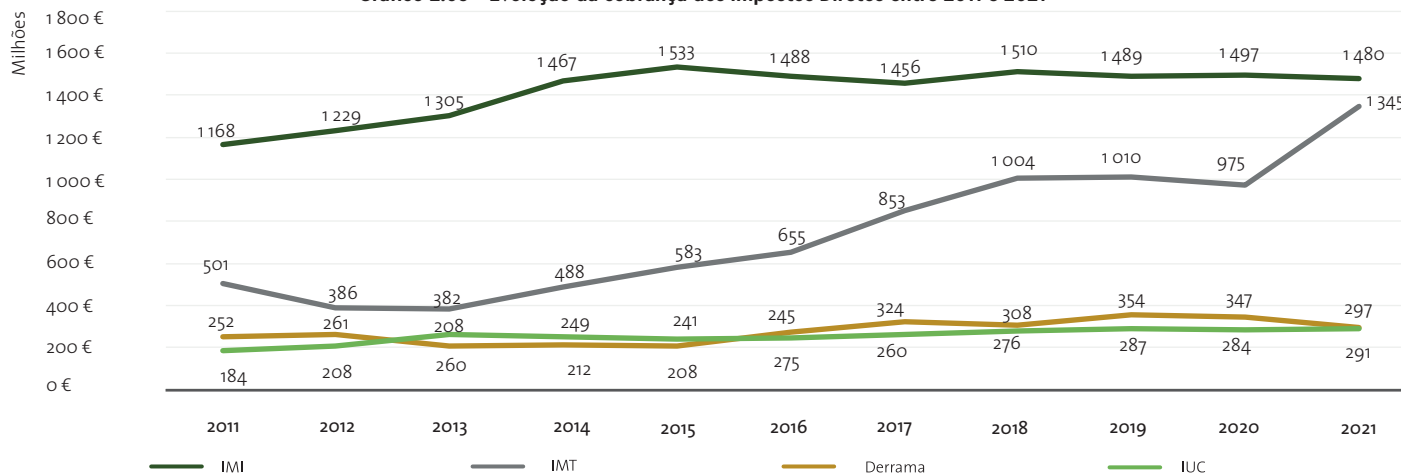
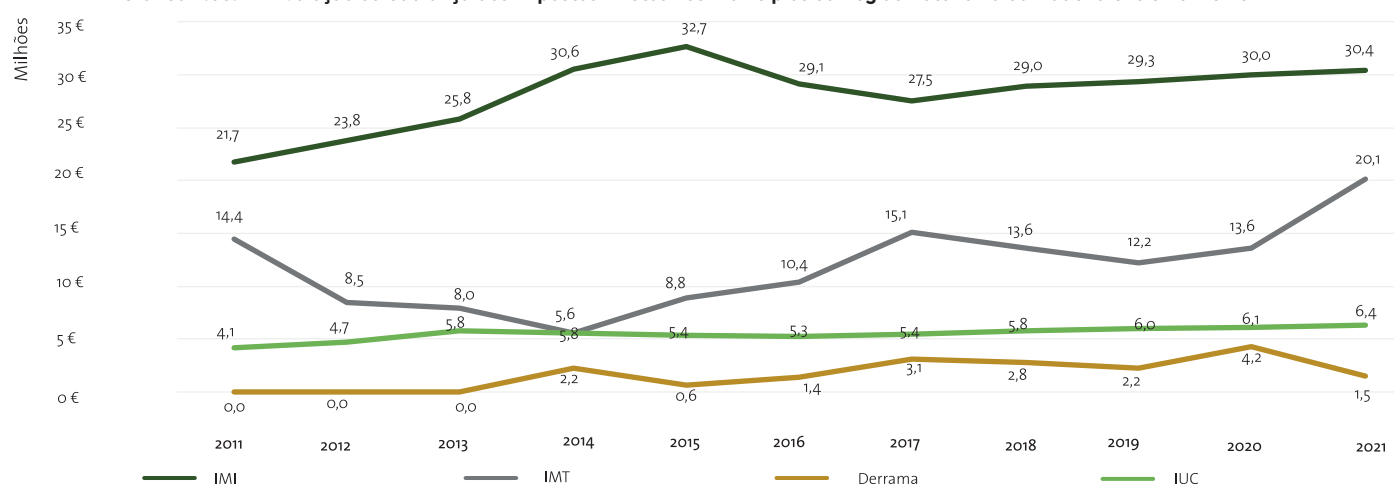
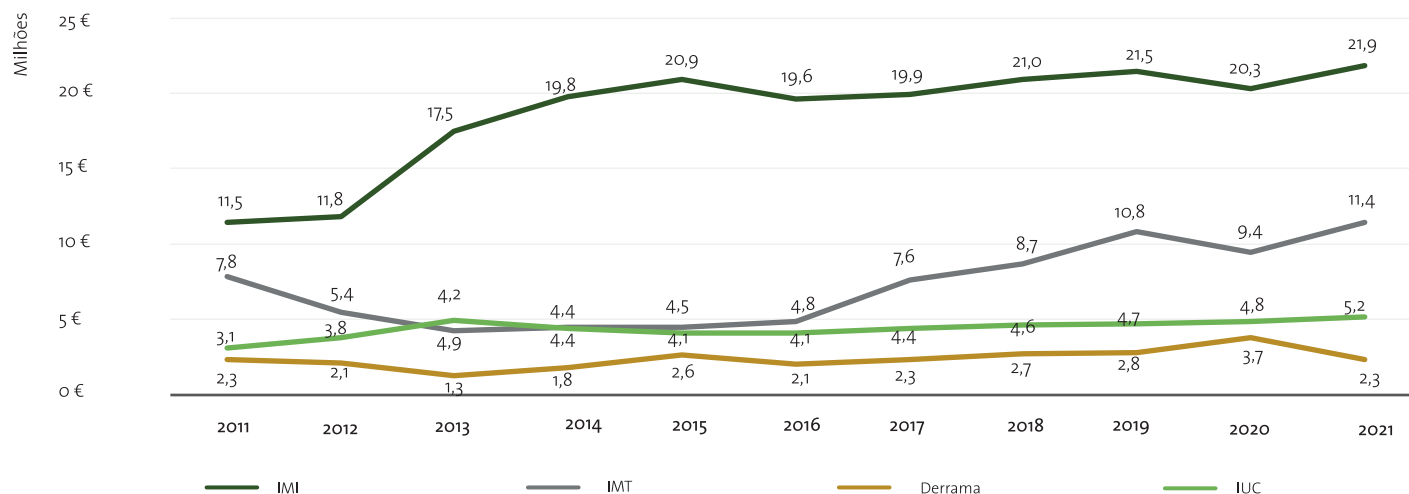


Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2011 e 2021



Nos Gráficos 2.05.A e 2.05.M apresenta-se o comportamento das diferentes componentes da receita fiscal auferida pelo conjunto dos municípios das Regiões Autónomas, reportados ao período de 2011–2021.

Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2011 e 2021



Da observação dos gráficos anteriores pode-se concluir, em relação ao ano económico de 2021, para as Regiões Autónomas:

O montante de IMI, em ambas as regiões, cresceu continuamente entre 2011 e 2015, diminuindo pela primeira vez em 2016. Em 2017, aumentou na Região dos Açores 1,7% (+0,3 milhões de euros) continuando a baixar na Região da Madeira 5,5% (-1,6 milhões de euros). Em 2018, os valores de cobrança de IMI nas duas Regiões Autónomas cresceram a taxas superiores às apresentadas nos anos anteriores; na Região dos Açores +5,1% (+1,0 milhões de euros) e na Região da Madeira +5,2% (+1,5 milhões de euros). Em 2019, os valores de cobrança de IMI nas duas Regiões Autónomas continuaram a crescer mantendo a tendência ascendente desta receita; na Região dos Açores +1,8% (+0,4 milhões de euros) ao totalizar 21,5 milhões de euros, e na Região da Madeira +1,3% (+0,4 milhões de euros) ao registar-se um total de 29,3 milhões de euros. Em 2020 o IMI baixa ligeiramente na Região dos Açores (-1,2 milhões de euros) e cresce ligeiramente na Região da Madeira (+0,7 milhões de euros). Em 2021 a coleta de IMI cresceu

em ambas as regiões, tendo aumentado mais na Região dos Açores (+1,6 milhões de euros) que na Região da Madeira (+0,4 milhões de euros);

Entre 2016 e 2019, a coleta de IMT cresceu na Região dos Açores, tendo apresentado em 2020 uma descida de 1,4 milhões de euros ao totalizar 9,4 milhões de euros. Em 2021, nesta região, a cobrança e IMT voltou a crescer cerca de 2 milhões de euros ao somar 11,4 milhões de euros;

Relativamente à Região da Madeira constata-se que, depois de um acréscimo da coleta de IMT em 2017 de 45,2% (+4,7 milhões de euros), em 2018 o montante arrecadado de IMT voltou a diminuir em 6,4% (-1,5 milhões de euros), ao registar-se a coleta global de 13,6 milhões de euros. Esta tendência descendente do IMT, manteve-se nesta região considerando a totalidade da coleta dos municípios madeirenses em 2019. Efetivamente, neste ano económico, esta receita fiscal baixou na globalidade 10,2% (-1,4 milhões de euros) ao totalizar 12,2 milhões de euros. Todavia, em 2020, voltou a apresentar um

sentido ascendente ao crescer 1,4 milhões de euros totalizando 13,6 milhões de euros. Em 2021 o IMT na Região da Madeira apresentou um crescimento extraordinário de 47,8% (+6,5 milhões de euros) ao totalizar 20,1 milhões de euros;

O valor da Derrama, depois de um crescimento em ambas as Regiões em 2017, em 2018, continuou a evoluir positivamente na Região dos Açores (+17,4%, +0,4 milhões de euros), mas diminuindo na Região da Madeira (-9,7%, -3 milhões de euros). Em 2019 manteve a tendência apresentada no ano anterior com um crescimento de 3,7% nos Açores e um decréscimo de 21,4% na Madeira, totalizando respetivamente 2,8 milhões de euros e 2,2 milhões de euros. Em 2020 a Derrama cresce tanto na Região dos Açores como na Região da Madeira à taxa de 32,1% na primeira e à taxa de 90,9% na segunda, ao totalizarem, respetivamente, o montante de 3,7 milhões de euros e 4,2 milhões de euros. Em 2021 o montante de Derrama arrecadado desceu significativamente em ambas as regiões. Desceu mais na Madeira (-2,7 milhões de euros, -64%) e menos nos Açores (-1,4 milhões de euros, -37,8%) quedando-se as respetivas coletas em 1,5 milhões de euros e 2,3 milhões de euros;

A receita do IUC apresentou a mesma tendência de ligeiro crescimento na Madeira (+4,9%, +0,3 milhões de euros) e nos Açores (+8,3%, +0,4 milhões de euros), apresentando uma variação ligeiramente superior à da receita homóloga no conjunto dos municípios a nível nacional. O valor total desta receita em 2021, na Região dos Açores e na Região da Madeira, foi respetivamente de 5,2 milhões de euros e 6,4 milhões de euros.

Nos pontos anteriores apresentou-se uma análise global do comportamento das componentes da receita fiscal. Nos pontos subsequentes, apresentar-se-ão os impactos mais relevantes desses comportamentos em diferentes grupos de municípios.

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: Análise do impacto da sua variação por grupos de municípios e repercussões decorrentes da aplicação de taxas mais reduzidas

Da correlação entre a decisão dos municípios sobre a taxa de IMI a aplicar em 2021 – aplicação de um coeficiente de redução da taxa – e a variação do montante total de IMI cobrado, pode-constatar-se que¹⁹: 223 Municípios não diminuíram a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2021. No entanto, destes, 39 municípios apresentaram diminuição do montante cobrado;

85 Municípios decidiram baixar a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2021, sendo que 72 apresentaram consequente diminuição do valor total cobrado;

13 dos municípios que decidiram baixar a taxa de IMI apresentaram aumento do valor desta coleta;

Nenhum município aumentou a taxa de IMI aplicada nas cobranças de 2021.

No Quadro 2.19 apresentam-se os municípios que, tendo decidido reduzir a taxa do IMI, apresentaram diminuição global desta receita em 2021. Estiveram nesta situação 72 municípios com diferentes variações negativas da receita, sendo de anotar que a amplitude das mesmas foi de -0,004% a -0,1%. Da análise dos Relatórios de Gestão não foi possível identificar qual o impacto desta descida de receita na atividade do município.

¹⁹ Face aos dados expostos, pode-se concluir que, embora aparentemente haja uma correlação forte entre a descida da coleta global de IMI e a descida do correspondente valor da taxa aplicada, haverá outras razões que condicionaram negativamente o montante arrecadado da coleta, fazendo-o baixar.

Quadro 2.19 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2021

Unidade: euros

	Município	D.M.	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2020	2021	Variação 20-21 (%)	2019	2020	Variação 19-20
1	Mêda	P	523 274	398 692	-23,8%	0,400%	0,300%	-0,100%
2	Moimenta da Beira	P	1 151 754	944 593	-18,0%	0,375%	0,300%	-0,075%
3	Montemor-o-Velho	M	2 954 002	2 633 390	-10,9%	0,391%	0,340%	-0,051%
4	Oliveira de Azeméis	M	7 210 742	6 267 170	-13,1%	0,350%	0,300%	-0,050%
5	Torres Vedras	M	13 489 724	12 023 929	-10,9%	0,400%	0,350%	-0,050%
6	Santa Comba Dão	P	1 464 691	1 340 191	-8,5%	0,450%	0,400%	-0,050%
7	Resende	P	1 049 622	961 790	-8,4%	0,450%	0,400%	-0,050%
8	Alijó	P	981 579	864 338	-11,9%	0,400%	0,360%	-0,040%
9	Ourique	P	498 189	466 174	-6,4%	0,400%	0,360%	-0,040%
10	Vila do Bispo	P	2 161 669	2 041 190	-5,6%	0,340%	0,300%	-0,040%
11	Mangualde	P	2 107 287	1 960 586	-7,0%	0,375%	0,340%	-0,035%
12	Sintra	G	47 089 015	42 879 929	-8,9%	0,330%	0,300%	-0,030%
13	Paredes	M	6 887 980	6 291 592	-8,7%	0,330%	0,300%	-0,030%
14	Paredes de Coura	P	771 574	708 025	-8,2%	0,330%	0,300%	-0,030%
15	Odemira	M	3 282 005	3 014 183	-8,2%	0,330%	0,300%	-0,030%
16	Faro	M	11 550 919	10 851 066	-6,1%	0,380%	0,350%	-0,030%
17	Mourão	P	279 718	259 739	-7,1%	0,400%	0,375%	-0,025%
18	Matosinhos	G	24 949 252	23 425 761	-6,1%	0,350%	0,325%	-0,025%
19	Guarda	M	6 504 550	6 156 286	-5,4%	0,400%	0,375%	-0,025%
20	Peso da Régua	P	1 476 533	1 418 945	-3,9%	0,400%	0,375%	-0,025%
21	Redondo	P	423 402	386 526	-8,7%	0,325%	0,300%	-0,025%
22	Paços de Ferreira	M	4 920 073	4 646 891	-5,6%	0,325%	0,300%	-0,025%
23	Mirandela	M	2 251 206	2 126 999	-5,5%	0,325%	0,300%	-0,025%
24	Reguengos de Monsaraz	P	1 270 748	1 216 823	-4,2%	0,375%	0,350%	-0,025%
25	Vizela	M	2 494 903	2 385 464	-4,4%	0,398%	0,375%	-0,023%
26	Benavente	M	4 557 836	4 330 273	-5,0%	0,350%	0,330%	-0,020%
27	Guimarães	G	19 522 866	18 556 027	-5,0%	0,350%	0,330%	-0,020%
28	Oeiras	G	31 132 469	29 596 779	-4,9%	0,320%	0,300%	-0,020%
29	Figueiró dos Vinhos	P	552 477	526 212	-4,8%	0,320%	0,300%	-0,020%
30	Amadora	G	18 419 750	17 622 807	-4,3%	0,320%	0,300%	-0,020%
31	Celorico de Basto	P	1 291 636	1 241 430	-3,9%	0,320%	0,300%	-0,020%
32	Alcobaca	M	6 840 271	6 578 814	-3,8%	0,320%	0,300%	-0,020%
33	Olhão	M	6 865 258	6 614 675	-3,7%	0,400%	0,380%	-0,020%
34	Seia	M	2 511 851	2 427 591	-3,4%	0,400%	0,380%	-0,020%
35	Ílhavo	M	7 273 733	7 055 628	-3,0%	0,350%	0,330%	-0,020%
36	Ovar	M	8 394 305	8 169 295	-2,7%	0,370%	0,350%	-0,020%
37	Vila Nova de Gaia	G	42 962 023	42 138 648	-1,9%	0,400%	0,380%	-0,020%

Município		Dim	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2020	2021	Variação 20-21 (%)	2019	2020	Variação 19-20
38	Vila do Conde	M	11 787 235	11 196 420	-5,0%	0,340%	0,320%	-0,020%
39	Fornos de Algodres	P	529 240	504 905	-4,6%	0,450%	0,430%	-0,020%
40	Portimão	M	23 025 572	22 291 507	-3,2%	0,450%	0,430%	-0,020%
41	Valongo	M	11 075 127	10 648 904	-3,8%	0,409%	0,390%	-0,019%
42	Alcochete	P	3 972 235	3 824 540	-3,7%	0,399%	0,380%	-0,019%
43	Sines	P	2 595 209	2 565 875	-1,1%	0,355%	0,340%	-0,015%
44	Ourém	M	6 675 652	6 497 514	-2,7%	0,325%	0,310%	-0,015%
45	Lamego	M	2 829 779	2 755 540	-2,6%	0,380%	0,365%	-0,015%
46	Alfândega da Fé	P	411 383	402 446	-2,2%	0,425%	0,410%	-0,015%
47	Seixal	G	26 386 025	25 865 694	-2,0%	0,380%	0,365%	-0,015%
48	Chaves	M	4 226 282	4 016 808	-5,0%	0,313%	0,300%	-0,013%
49	Almeirim	M	2 595 583	2 266 627	-12,7%	0,400%	0,390%	-0,010%
50	Covilhã	M	6 254 444	5 916 554	-5,4%	0,370%	0,360%	-0,010%
51	Lagos	M	12 700 735	12 204 032	-3,9%	0,350%	0,340%	-0,010%
52	Évora	M	6 721 826	6 494 890	-3,4%	0,440%	0,430%	-0,010%
53	Gouveia	P	1 292 152	1 260 693	-2,4%	0,370%	0,360%	-0,010%
54	Alpiarça	P	924 135	902 011	-2,4%	0,400%	0,390%	-0,010%
55	Cascais	G	49 925 315	49 111 924	-1,6%	0,350%	0,340%	-0,010%
56	Viana do Castelo	M	12 358 645	12 171 258	-1,5%	0,370%	0,360%	-0,010%
57	Odivelas	G	20 839 413	20 601 817	-1,1%	0,370%	0,360%	-0,010%
58	Braga	G	24 849 176	24 600 938	-1,0%	0,350%	0,340%	-0,010%
59	Santarém	M	8 744 390	8 725 407	-0,2%	0,428%	0,418%	-0,010%
60	Coruche	P	1 572 506	1 528 480	-2,8%	0,340%	0,330%	-0,010%
61	Tavira	M	7 295 235	7 097 829	-2,7%	0,360%	0,350%	-0,010%
62	Santiago do Cacém	M	3 802 452	3 723 818	-2,1%	0,360%	0,350%	-0,010%
63	Felgueiras	M	4 355 658	4 281 474	-1,7%	0,310%	0,300%	-0,010%
64	Póvoa de Lanhoso	M	2 449 823	2 424 994	-1,0%	0,330%	0,320%	-0,010%
65	Santa Maria da Feira	G	17 241 761	17 076 079	-1,0%	0,375%	0,365%	-0,010%
66	Azambuja	M	3 016 032	2 997 834	-0,6%	0,360%	0,350%	-0,010%
67	Montijo	M	8 012 386	7 974 496	-0,5%	0,380%	0,370%	-0,010%
68	Alenquer	M	5 917 786	5 903 460	-0,2%	0,390%	0,380%	-0,010%
69	Setúbal	G	23 598 053	23 365 587	-1,0%	0,450%	0,440%	-0,010%
70	Vila Real	M	6 349 691	6 325 119	-0,4%	0,395%	0,390%	-0,005%
71	Moita	M	6 939 066	6 730 912	-3,0%	0,375%	0,370%	-0,005%
72	Loures	G	29 683 770	29 501 772	-0,6%	0,374%	0,370%	-0,004%

Quadro 2.20 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2021

Unidade: euros

Município		Dim.	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2020	2021	Variação 20-21 (%)	2019	2020	Variação 19-20 (%)
1	Penela	P	566 622	580 524	2,5%	0,400%	0,375%	-0,025%
2	Bombarral	P	1 519 779	1 545 076	1,7%	0,340%	0,320%	-0,020%
3	Arcos de Valdevez	M	2 162 158	2 171 395	0,4%	0,350%	0,340%	-0,010%
4	Borba	P	640 752	645 066	0,7%	0,410%	0,400%	-0,010%
5	Beja	M	3 353 365	3 354 743	0,0%	0,330%	0,320%	-0,010%
6	Torres Novas	M	4 287 353	4 295 462	0,2%	0,380%	0,370%	-0,010%
7	Palmela	M	11 084 179	11 139 993	0,5%	0,360%	0,350%	-0,010%
8	Grândola	P	4 208 831	4 435 205	5,4%	0,360%	0,350%	-0,010%
9	São Brás de Alportel	P	1 886 134	1 893 874	0,4%	0,420%	0,410%	-0,010%
10	Sobral de Monte Agraço	P	1 130 746	1 152 409	1,9%	0,395%	0,390%	-0,005%
11	Peniche	M	4 042 608	4 050 399	0,2%	0,325%	0,320%	-0,005%
12	Maia	G	21 654 610	21 716 529	0,3%	0,375%	0,370%	-0,005%
13	Alcanena	P	1 895 558	1 944 735	2,6%	0,405%	0,400%	-0,005%

O Quadro 2.20 apresenta os municípios que tendo decidido reduzir o valor da taxa do IMI, apresentaram, todavia, acréscimo global desta receita em 2021. Estiveram nesta situação 13 municípios, não sendo, contudo, possível recolher qualquer informação no Relatório de Gestão sobre eventual impacto do custo ou benefício resultante desta redução de taxa. Para melhor comparar o impacto da descida da taxa de IMI decidida pelos municípios, apresenta-se o Quadro 2.21 que mostra a diferença entre o valor de IMI efetivamente cobrado e o valor de IMI que poderia ser cobrado, se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%.

Da leitura deste quadro identifica-se o montante que cada um dos municípios em questão deixou de cobrar de IMI e a poupança média que daí resulta por residente. Esta poupança traduz um valor estatístico, meramente indicativo, pois não está referenciada apenas ao número de proprietários pagadores de IMI, mas ao total de população residente, incluindo não proprietários de imóveis e, por isso, não sujeitos a IMI. Por outro lado, conforme referenciado supra, não foi refletido nos respetivos relatórios de Relatório de Gestão a avaliação do impacto da redução da taxa deste imposto direto na atividade dos municípios.

Quadro 2.21 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%

Unidade: euros

	Município	Dim.	Taxa aplicada (2021)	IMI cobrado c/ taxa aplicada	IMI cobrado se aplicada taxa 0,50%	Diferença (perda para o município)	Nº de habitantes (Censos 2021)	Poupança por cidadão*
1	Lisboa	G	0,30%	124 251 807 €	207 086 346 €	82 834 538 €	545 923	152 €
2	Sintra	G	0,30%	42 879 929 €	71 466 548 €	28 586 619 €	385 654	74 €
3	Cascais	G	0,34%	49 111 924 €	72 223 418 €	23 111 494 €	214 158	108 €
4	Porto	G	0,32%	40 981 753 €	63 243 445 €	22 261 693 €	231 828	96 €
5	Oeiras	G	0,30%	29 596 779 €	49 327 964 €	19 731 186 €	171 767	115 €
6	Loulé	M	0,30%	28 218 949 €	47 031 581 €	18 812 632 €	72 348	260 €
7	Coimbra	G	0,30%	25 340 313 €	42 233 856 €	16 893 542 €	140 838	120 €
8	Vila Nova de Gaia	G	0,38%	42 138 648 €	55 445 590 €	13 306 942 €	303 854	44 €
9	Matosinhos	G	0,33%	23 425 761 €	36 039 632 €	12 613 871 €	172 586	73 €
10	Albufeira	M	0,30%	18 824 102 €	31 373 503 €	12 549 401 €	44 168	284 €
11	Almada	G	0,36%	31 155 588 €	43 271 650 €	12 116 062 €	177 268	68 €
12	Amadora	G	0,30%	17 622 807 €	29 371 345 €	11 748 538 €	171 500	69 €
13	Braga	G	0,34%	24 600 938 €	36 177 850 €	11 576 912 €	193 349	60 €
14	Leiria	G	0,30%	17 251 712 €	28 752 853 €	11 501 141 €	128 616	89 €
15	Funchal	G	0,30%	16 740 115 €	27 900 192 €	11 160 077 €	105 795	105 €
16	Vila Franca de Xira	G	0,30%	16 396 309 €	27 327 182 €	10 930 873 €	137 540	79 €
17	Loures	G	0,37%	29 501 772 €	39 867 260 €	10 365 488 €	201 632	51 €
18	Seixal	G	0,37%	25 865 694 €	35 432 457 €	9 566 763 €	166 525	57 €
19	Guimarães	G	0,33%	18 556 027 €	28 115 193 €	9 559 166 €	156 849	61 €
20	Viseu	M	0,30%	13 592 566 €	22 654 277 €	9 061 711 €	99 561	91 €
21	Odivelas	G	0,36%	20 601 817 €	28 613 634 €	8 011 818 €	148 058	54 €
22	Maia	G	0,37%	21 716 529 €	29 346 660 €	7 630 132 €	134 988	57 €
23	Vila Nova de Famalicão	G	0,35%	15 372 246 €	21 960 351 €	6 588 105 €	133 574	49 €
24	Póvoa de Varzim	M	0,30%	9 855 801 €	16 426 335 €	6 570 534 €	64 257	102 €
25	Santa Maria da Feira	G	0,37%	17 076 079 €	23 391 889 €	6 315 810 €	136 715	46 €
26	Vila do Conde	M	0,32%	11 196 420 €	17 494 406 €	6 297 986 €	80 831	78 €
27	Lagos	M	0,34%	12 204 032 €	17 947 106 €	5 743 074 €	33 500	171 €
28	Torres Vedras	M	0,35%	12 023 929 €	17 177 042 €	5 153 112 €	83 075	62 €
29	Ponta Delgada	M	0,30%	7 567 900 €	12 613 166 €	5 045 266 €	67 233	75 €
30	Silves	M	0,30%	7 477 926 €	12 463 210 €	4 985 284 €	37 776	132 €
31	Palmela	M	0,35%	11 139 993 €	15 914 276 €	4 774 283 €	68 856	69 €
32	Viana do Castelo	M	0,36%	12 171 258 €	16 904 525 €	4 733 267 €	85 784	55 €
33	Faro	M	0,35%	10 851 066 €	15 501 523 €	4 650 457 €	67 650	69 €
34	Caldas da Rainha	M	0,30%	6 956 767 €	11 594 611 €	4 637 844 €	50 917	91 €
35	Aveiro	M	0,40%	18 455 662 €	23 069 577 €	4 613 915 €	80 978	57 €

* Este valor é subjetivo e deve ser interpretado com cuidado. De facto, nem todos os residentes são sujeitos de IMI e, por isso, este valor não representa uma poupança para os não sujeitos, mas pode, contrariamente até ser visto como um custo, pois deixam de beneficiar da aplicação destes recursos que seriam obtidos pelos municípios, na prestação de serviços e bens públicos.

R6 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				IMI / Rec. total
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	123 062 580	124 645 533	124 251 807	15,1%
2	Cascais	G	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	50 778 344	49 925 315	49 111 924	19,3%
3	Sintra	G	48 442 202	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	46 487 787	47 089 015	42 879 929	20,2%
4	V. N. de Gaia	G	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	44 974 213	42 962 023	42 138 648	24,4%
5	Porto	G	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	40 675 816	41 441 710	40 981 753	15,3%
6	Almada	G	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	30 688 466	30 876 150	31 155 588	23,6%
7	Oeiras	G	30 015 085	31 671 424	28 376 284	31 207 701	32 016 641	31 892 724	30 981 893	31 288 384	31 180 155	31 132 469	29 596 779	17,2%
8	Loures	G	27 064 278	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	29 477 117	29 683 770	29 501 772	20,0%
9	Loulé	M	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	28 421 181	28 463 190	28 218 949	20,3%
10	Seixal	G	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	26 786 753	26 386 025	25 865 694	17,8%
11	Coimbra	G	24 377 807	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	27 994 287	28 054 565	27 603 358	25 304 797	25 339 918	25 340 313	22,0%
12	Braga	G	19 724 557	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24 210 263	24 849 176	24 600 938	20,8%
13	Matosinhos	G	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	26 455 924	24 949 252	23 425 761	15,9%
14	Setúbal	G	15 639 409	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	25 538 648	24 056 013	24 182 970	23 551 671	23 598 053	23 365 587	23,0%
15	Portimão	M	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	23 441 530	23 025 572	22 291 507	36,1%
16	Maia	G	19 105 995	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	21 313 443	21 039 491	21 895 457	21 910 027	21 654 610	21 716 529	27,0%
17	Odivelas	G	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	20 585 006	20 839 413	20 601 817	21,8%
18	Mafra	M	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	18 831 251	19 090 441	19 194 561	25,7%
19	Albufeira	M	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	18 726 443	18 592 087	18 824 102	25,1%
20	Guimarães	G	15 600 068	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	19 153 256	19 522 866	18 556 027	15,8%
21	Aveiro	M	9 704 525	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	21 301 080	19 468 494	20 605 279	18 335 582	18 440 831	18 455 662	25,3%
22	Gondomar	G	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	17 649 305	17 927 648	18 037 845	19,3%
23	Amadora	G	19 549 027	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	18 610 423	18 419 750	17 622 807	19,1%
24	Leiria	G	12 961 418	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	16 959 644	17 013 306	17 251 712	19,9%
25	Sta M. da Feira	G	12 975 905	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	16 309 749	17 241 761	17 076 079	22,9%
26	Funchal	G	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	16,4%
27	V. F. de Xira	G	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	15 940 896	16 147 831	16 396 309	19,9%
28	V. N. de Famalicão	G	11 042 787	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	15 058 368	15 517 947	15 372 246	13,8%
29	Sesimbra	M	8 877 510	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	13 575 355	13 575 969	13 688 109	24,0%
30	Viseu	M	10 068 514	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	13 392 915	13 615 006	13 592 566	19,0%
31	Figueira da Foz	M	7 779 221	8 114 501	9 868 999	11 882 061	12 476 859	12 086 006	11 994 428	12 615 042	12 622 526	12 791 150	13 059 962	26,8%
32	Lagos	M	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	12 520 846	12 700 735	12 204 032	20,5%
33	Viana do Castelo	M	8 794 549	9 228 746	9 997 611	11 155 354	11 675 371	11 333 334	11 644 702	11 987 653	11 986 460	12 358 645	12 171 258	16,0%
34	Torres Vedras	M	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	12 864 985	13 440 150	12 816 845	13 489 724	12 023 929	17,8%
35	Vila do Conde	M	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	12 518 221	11 787 235	11 196 420	20,0%
Total 308 municípios			1 167 882 783	1 229 170 885	1 304 513 761	1 467 060 887	1 533 173 843	1 487 946 582	1 456 156 291	1 510 872 783	1 488 978 069	1 497 206 773	1 480 259 151	14,9%

Face ao peso do IMI nas receitas municipais, apresentam-se no Ranking R6 os 35 municípios com maior volume desta receita em 2021, apresentando-se, para cada caso, o peso do IMI na receita total do município. Anota-se que, em 2021, o peso médio do IMI na receita total autárquica foi de 14,9%.

Do *Ranking dos 35* municípios com maior coleta de IMI, em 2021, pode concluir-se:

Com exceção do município de Vila Nova de Famalicão, todos os restantes 34 desta lista apresentaram um valor do IMI cujo peso na receita total do município ultrapassou a média nacional deste rácio de

14,9%. Anota-se o facto de Lisboa ser o município que mais IMI arrecadou em termos absolutos, mas que apresenta, simultaneamente, um dos menores pesos desta receita na receita total (15,1%); Relevam-se os municípios para os quais a receita do IMI representou uma parcela muito significativa dos recursos auferidos, ultrapassando os 25% da receita total cobrada – Portimão (36,1%), Maia (27,0%), Figueira da Foz (26,8%), Mafra (25,7%), Aveiro (25,3%), Albufeira (25,1%).

Os *Rankings R6.A* e *R6.M* ilustram a variação da coleta do IMI nos municípios das Regiões Autónomas entre 2011 e 2021.

R6.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				IMI / Rec. total
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Ponta Delgada	M	5 264 034	5 281 957	6 678 746	7 089 651	7 094 669	6 740 522	6 937 149	7 410 995	7 433 234	7 511 214	7 567 900	17,1%
2 A. do Heroísmo	M	1 175 041	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	2 278 614	2 439 762	2 550 568	2 756 208	1 493 384	2 906 153	10,0%
3 Ribeira Grande	M	805 658	872 283	1 536 470	1 838 000	1 933 246	1 793 762	1 819 971	1 953 488	1 975 732	2 004 881	2 015 681	8,0%
4 Praia da Vitória	P	593 216	632 155	1 126 690	1 354 210	1 457 394	1 340 158	1 374 656	1 486 778	1 479 138	1 534 693	1 557 161	8,2%
5 V. F. do Campo	P	591 916	652 178	1 080 781	1 178 963	1 425 647	1 431 658	1 350 451	1 349 550	1 399 265	1 489 721	1 389 143	11,6%
6 Lagoa (R.A.A)	P	715 574	734 137	952 076	1 154 929	1 259 824	1 230 135	1 233 362	1 290 405	1 307 183	1 334 274	1 357 319	9,3%
7 Horta	P	785 477	831 749	1 059 428	1 201 277	1 272 170	1 205 932	1 190 333	1 262 687	1 248 869	1 281 754	1 289 810	9,9%
8 Madalena	P	210 178	209 650	420 255	401 552	530 653	491 690	509 775	541 572	568 140	575 575	584 376	6,3%
9 Povoação	P	174 595	188 659	387 278	465 266	494 323	470 879	474 234	495 096	489 543	507 869	462 029	5,8%
10 Vila do Porto	P	175 040	203 598	330 576	422 255	454 294	393 978	391 487	407 135	427 654	361 950	450 506	5,4%
11 Nordeste	P	99 102	102 911	234 827	416 017	509 569	494 915	445 701	458 820	443 126	447 802	448 358	6,7%
12 Sta. C. da Graciosa	P	160 038	133 520	309 385	368 748	402 611	348 841	357 853	368 669	370 733	371 951	375 575	7,2%
13 São R. do Pico	P	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	295 928	329 530	318 823	332 081	347 490	6,4%
14 Velas	P	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	289 737	311 910	317 597	319 562	319 064	2,9%
15 Lajes do Pico	P	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	306 882	4,1%
16 Calheta (R.A.A.)	P	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	222 058	3,8%
17 Sta. C. das Flores	P	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	127 074	126 961	132 068	131 704	136 786	3,6%
18 Lajes das Flores	P	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	89 536	94 821	96 818	99 440	101 516	2,6%
19 Corvo	P	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	14 098	15 422	15 780	15 439	15 811	0,7%
IMI Total (Açores)		11 464 132	11 792 486	17 499 692	19 765 934	20 927 009	19 619 632	19 949 031	21 087 241	21 477 022	20 339 770	21 853 619	9,3%
Total 308 municípios		1 167 882 783	1 229 170 885	1 304 513 761	1 467 060 887	1 533 173 843	1 487 946 582	1 456 156 291	1 510 872 783	1 488 978 069	1 497 206 773	1 480 259 151	14,9%
(%) IMI Açores / IMI total		0,98%	0,96%	1,34%	1,35%	1,36%	1,32%	1,37%	1,40%	1,44%	1,36%	1,48%	--

R6.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2021

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				IMI / Rec. total
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Funchal	G	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	16,4%
2 Santa Cruz	M	2 916 293	3 273 161	3 277 296	4 111 432	4 558 287	4 240 488	4 253 864	4 662 472	4 601 879	4 690 568	4 745 824	16,0%
3 Câmara de Lobos	M	1 384 948	1 452 891	1 708 983	2 116 570	2 223 324	1 921 174	1 853 042	1 488 315	1 905 534	2 061 699	1 992 485	12,4%
4 Machico	P	1 100 375	1 297 069	1 588 475	1 683 370	1 688 938	1 568 355	1 622 785	1 759 181	1 701 562	1 710 206	1 738 370	12,5%
5 Porto Santo	P	1 308 842	1 326 218	1 871 528	2 178 770	2 395 552	1 545 436	1 410 013	1 474 824	1 347 630	1 391 856	1 484 651	26,9%
6 Calheta (R.A.M.)	P	610 863	628 146	809 514	986 771	1 021 061	908 083	866 934	959 912	962 587	1 004 782	1 057 172	7,6%
7 Ribeira Brava	P	496 425	439 928	619 702	790 608	872 029	760 315	728 211	782 645	788 112	804 135	818 672	6,7%
8 Ponta do Sol	P	417 630	430 641	455 784	645 174	700 794	566 663	576 102	622 539	615 216	632 994	652 602	8,3%
9 São Vicente	P	208 132	239 631	360 921	473 985	486 038	424 814	434 163	449 651	460 421	470 160	481 382	5,3%
10 Santana	P	315 233	393 046	435 626	520 927	537 129	423 624	400 308	424 038	413 248	421 699	415 329	5,1%
11 Porto Moniz	P	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	264 130	4,1%
IMI Total – Madeira		21 740 790	23 765 797	25 795 368	30 574 807	32 672 208	29 122 897	27 519 415	28 956 297	29 332 587	29 962 501	30 390 732	13,5%
Total 308 municípios		1 167 882 783	1 229 170 885	1 304 513 761	1 467 060 887	1 533 173 843	1 487 946 582	1 456 156 291	1 510 872 783	1 488 978 069	1 497 206 773	1 480 259 151	14,9%
(%) IMI Madeira / IMI total		1,86%	1,93%	1,98%	2,08%	2,13%	1,96%	1,89%	1,92%	1,97%	2,00%	2,05%	--

Sobre a hierarquização dos municípios das Regiões Autónomas relativamente à coleta do IMI refere-se:

Ponta Delgada foi o município dos Açores que apresentou uma receita de IMI com maior peso na respetiva receita total (17,1%), ultrapassando a média nacional, sendo que, para o município do Corvo a coleta do IMI apenas representou 0,7% da sua receita total. Na generalidade destes municípios, o peso do IMI na receita total, foi muito pouco significativo não chegando, na maioria dos casos, a 10% da respetiva receita municipal. Apenas três municípios apresentam um peso do IMI na receita total igual ou superior a 10%, isto é, superior à média regional que se cifrou nos 9,3%.

Comparando ainda os montantes cobrados em 2021 pode-se concluir em relação à Região dos Açores, que quatro dos dezanove municípios açorianos apresentaram diminuição da receita do IMI. A saber: Vila Franca do Campo (-6,8%); Povoação (-9,0%); Velas (-0,2%) e Calheta (-0,03%). Todos os restantes municípios açorianos apresentaram crescimento do montante arrecadado de IMI;

Quanto à Região da Madeira pode referir-se que excetuando dois mu-

nicipios, todos os restantes apresentaram, ainda que em alguns casos apenas ligeiro, aumento de coleta de IMI. Apresentaram descida do valor da colecta, Câmara de Lobos (-3,4%) e Santana (-1,5%).

Na Região da Madeira o peso médio da receita do IMI na receita total foi de 13,5%, sendo que três destes municípios apresentaram um peso superior à média regional e à média nacional. Foram eles: Porto Santo (26,9%); Funchal (16,4%) e Santa Cruz (16,0%).

Face ao reconhecimento do impacto negativo na gestão financeira dos municípios, da descida da coleta do IMI, apresenta-se uma listagem – Ranking R7 – com os municípios que conheceram maior decréscimo desta receita, tendo por referência o ano de 2021.

Da observação do Quadro 2.22, apresentado mais à frente, pode-se verificar que, em 2021, ocorreu um aumento significativo do número de municípios que apresentaram descida do montante global de IMI (+39,0%, +31 municípios), passando esse número, no universo autárquico, de 80 para 111 municípios.

R7 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Sintra	G	48 442 202	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	46 487 787	47 089 015	42 879 929	-4 209 087
2	Oeiras	G	30 015 085	31 671 424	28 376 284	31 207 701	32 016 641	31 892 724	30 981 893	31 288 384	31 180 155	31 132 469	29 596 779	-1 535 690
3	Matosinhos	G	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	26 455 924	24 949 252	23 425 761	-1 523 491
4	Torres Vedras	M	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	12 864 985	13 440 150	12 816 845	13 489 724	12 023 929	-1 465 795
5	Guimarães	G	15 600 068	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	19 153 256	19 522 866	18 556 027	-966 838
6	Oliveira de Azeméis	M	5 237 087	5 488 988	6 186 519	6 868 260	7 115 350	7 092 747	7 105 608	7 467 217	7 544 648	7 210 742	6 267 170	-943 573
7	Vila Nova de Gaia	G	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	44 974 213	42 962 023	42 138 648	-823 375
8	Cascais	G	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	50 778 344	49 925 315	49 111 924	-813 390
9	Amadora	G	19 549 027	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	18 610 423	18 419 750	17 622 807	-796 943
10	Portimão	M	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	23 441 530	23 025 572	22 291 507	-734 064
11	Faro	M	9 934 121	10 273 009	9 958 005	13 213 650	13 993 742	14 113 472	12 659 873	11 927 621	11 920 040	11 550 919	10 851 066	-699 853
12	Paredes	M	5 832 383	6 036 143	6 251 610	7 057 584	8 916 707	9 066 813	7 624 637	7 917 968	7 583 915	6 887 980	6 291 592	-596 388
13	Vila do Conde	M	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	12 518 221	11 787 235	11 196 420	-590 815
14	Seixal	G	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	26 786 753	26 386 025	25 865 694	-520 331
15	Lagos	M	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	12 520 846	12 700 735	12 204 032	-496 703
16	Porto	G	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	40 675 816	41 441 710	40 981 753	-459 957
17	Valongo	M	8 335 790	8 716 611	8 107 392	8 891 536	9 015 786	8 868 612	8 923 984	10 998 570	10 941 186	11 075 127	10 648 904	-426 223
18	Lisboa	G	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	123 062 580	124 645 533	124 251 807	-393 726
19	Guarda	M	4 258 599	4 500 656	5 298 625	5 943 692	7 299 288	6 859 373	6 239 617	6 287 970	6 508 290	6 504 550	6 156 286	-348 264
20	Covilhã	M	4 489 703	4 736 428	4 769 791	5 179 209	5 365 294	5 133 737	5 333 581	6 050 601	6 087 216	6 254 444	5 916 554	-337 891
21	Almeirim	M	1 624 245	1 686 954	2 099 383	2 474 219	2 553 146	2 411 920	2 405 879	2 653 387	2 592 145	2 595 583	2 266 627	-328 955
22	Montemor-o-Velho	M	1 527 164	1 622 321	2 130 943	2 601 007	2 760 212	3 204 240	2 735 369	2 949 712	2 885 337	2 954 002	2 633 390	-320 612
23	Paços de Ferreira	M	3 339 665	3 663 544	4 409 041	3 990 961	4 088 612	3 989 722	4 027 291	4 692 328	4 835 939	4 920 073	4 646 891	-273 182
24	Odemira	M	2 424 717	2 505 784	2 797 686	3 143 497	3 303 804	3 056 907	3 062 747	3 209 466	3 220 354	3 282 005	3 014 183	-267 822
25	Alcobaça	M	5 882 280	6 149 879	6 835 399	7 779 421	7 678 671	7 475 073	7 706 072	7 413 203	7 206 037	6 840 271	6 578 814	-261 457
26	Olhão	M	4 573 238	4 977 998	6 467 981	6 095 814	6 432 445	6 344 185	6 420 596	7 012 885	6 890 247	6 865 258	6 614 675	-250 583
27	Braga	G	19 724 557	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24 210 263	24 849 176	24 600 938	-248 239
28	Castro Marim	P	2 106 599	2 229 260	2 469 050	2 732 394	2 939 158	3 186 118	2 662 420	2 617 232	3 055 540	3 702 446	3 455 355	-247 090
29	Loulé	M	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	28 421 181	28 463 190	28 218 949	-244 242
30	Odivelas	G	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	20 585 006	20 839 413	20 601 817	-237 596
31	Setúbal	G	15 639 409	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	25 538 648	24 056 013	24 182 970	23 551 671	23 598 053	23 365 587	-232 466
32	Benavente	M	3 744 628	3 808 089	4 470 824	5 014 214	4 612 991	4 454 805	4 464 941	4 436 585	4 333 031	4 557 836	4 330 273	-227 563
33	Évora	M	3 967 572	4 817 376	4 980 693	6 700 771	7 261 236	7 254 301	6 653 536	7 161 401	7 107 317	6 721 826	6 494 890	-226 935
34	Ovar	M	6 144 283	6 557 818	7 367 240	8 318 160	8 422 522	8 136 507	8 320 393	8 453 246	8 548 306	8 394 305	8 169 295	-225 010
35	Ílhavo	M	4 437 721	4 694 887	5 792 107	7 254 756	7 834 907	7 843 131	7 696 527	7 807 734	7 686 145	7 273 733	7 055 628	-218 106

Tendo em atenção a análise já apresentada sobre o comportamento da receita proveniente do IMI no geral dos municípios, em relação ao *Ranking R7* pouco haverá para salientar para além do que é observável na própria listagem. Releva-se, contudo:

A diminuição significativa do valor da coleta de IMI em mais de 1 milhão de euros em quatro municípios, com especial relevância para a diminuição do montante no município de Sintra (-4,2 milhões de euros) que decidiu aplicar taxa de IMI com redução;

Quatro municípios com percentagens de decréscimo de IMI, superiores a 10% embora dois deles com valores pouco relevantes em termos absolutos: Torres Vedras (-11,0%, -1,4 milhões de euros); Oliveira de Azeméis (-13,0%, -943,6 milhares de euros); Almeirim (-13,0%, -329 milhares de euros) e Montemor o Velho (-11,0%, -320,6 milhares de euros).

O *Ranking R8* hierarquiza os 35 municípios que apresentaram maior aumento da coleta de IMI em 2021, destacando-se que:

Em 2021, 197 municípios apresentaram acréscimo de IMI. Através deste ranking anota-se aumentos pouco significativos desta receita fiscal, sendo de relevar apenas o aumento de 1,4 milhões de euros (+94,6%) apresentado por Angra de Heroísmo. Apresentaram ainda um crescimento de IMI superior a 10% os seguintes municípios Vila do Porto (+24,5%), São Pedro do Sul (+14,8%), Macedo de Cavaleiros (+10,4%), e Mortágua (+10,2%).

R8 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				Δ 20-21
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Angra do Heroísmo	M	1 175 041	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	2 278 614	2 439 762	2 550 568	2 756 208	1 493 384	2 906 153	1 412 769
2	Barcelos	G	6 643 004	6 639 501	8 385 094	9 044 248	9 220 428	8 621 503	8 748 177	9 487 206	9 693 040	10 094 911	10 395 263	300 352
3	Almada	G	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	30 688 466	30 876 150	31 155 588	279 438
4	Figueira da Foz	M	7 779 221	8 114 501	9 868 999	11 882 061	12 476 859	12 086 006	11 994 428	12 615 042	12 622 526	12 791 150	13 059 962	268 812
5	V. Real Sto. António	P	4 912 073	5 023 721	6 408 742	7 328 771	7 636 981	7 832 052	7 326 001	7 399 055	8 233 064	8 560 720	8 817 993	257 272
6	Vila Franca de Xira	G	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	15 940 896	16 147 831	16 396 309	248 478
7	Leiria	G	12 961 418	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	16 959 644	17 013 306	17 251 712	238 406
8	Albufeira	M	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	18 726 443	18 592 087	18 824 102	232 015
9	Grândola	P	2 650 038	2 855 537	3 220 384	3 324 841	3 313 297	3 816 183	4 498 093	4 422 308	3 808 258	4 208 831	4 435 205	226 374
10	Funchal	G	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	216 303
11	São Pedro do Sul	P	825 521	873 606	1 181 425	1 316 946	1 404 263	1 289 792	1 251 452	1 355 037	1 367 222	1 254 573	1 440 123	185 550
12	Santo Tirso	M	4 368 464	4 696 778	5 590 623	6 612 059	6 940 382	7 036 886	7 144 007	7 428 276	7 384 804	7 629 734	7 806 086	176 352
13	Óbidos	P	2 456 577	2 437 597	2 675 843	2 913 648	3 045 612	3 126 461	3 163 314	3 507 619	3 500 533	3 431 293	3 605 152	173 859
14	Penafiel	M	3 817 516	4 448 731	4 377 511	4 885 288	4 978 957	5 038 298	5 167 337	5 574 828	5 638 385	5 892 102	6 034 998	142 897
15	Lagoa (Algarve)	M	7 486 615	7 729 101	8 396 065	9 170 610	9 317 819	9 088 894	8 900 077	9 657 730	9 439 587	9 592 429	9 734 870	142 441
16	Nazaré	P	2 622 467	2 805 513	3 174 581	4 225 501	4 567 263	4 557 143	4 406 317	4 491 747	4 552 980	4 575 898	4 712 466	136 568
17	Vila Verde	M	1 774 417	1 931 877	2 431 546	2 754 343	2 869 445	2 638 411	2 706 135	3 038 638	3 035 660	3 204 729	3 332 202	127 472
18	Macedo de Cavaleiros	P	1 030 474	1 125 525	1 494 808	1 376 538	1 420 261	1 396 407	1 275 793	1 289 123	1 249 888	1 216 807	1 343 476	126 669
19	Pombal	M	4 371 930	4 526 822	5 791 943	6 523 803	6 467 984	5 814 601	5 943 452	6 248 388	6 247 097	6 537 104	6 657 440	120 336
20	Abrantes	M	3 218 221	3 220 951	3 537 718	3 737 337	4 020 913	3 781 455	3 885 506	4 086 791	3 972 034	4 058 307	4 177 715	119 408
21	Sesimbra	M	8 877 510	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	13 575 355	13 575 969	13 688 109	112 141
22	Gondomar	G	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	17 649 305	17 927 648	18 037 845	110 197
23	Mafra	M	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	18 831 251	19 090 441	19 194 561	104 120
24	Mortágua	P	599 507	664 690	867 476	1 014 416	809 256	1 165 523	967 922	996 808	1 011 952	1 015 445	1 118 898	103 453
25	Barreiro	M	7 811 922	8 140 807	8 470 252	10 391 412	10 585 371	10 787 284	10 671 051	10 996 703	10 453 152	10 267 276	10 369 167	101 891
26	Póvoa de Varzim	M	7 623 698	7 488 348	7 607 028	8 596 678	8 977 429	8 945 561	8 944 622	9 453 763	9 403 192	9 753 949	9 855 801	101 852
27	Marco de Canaveses	M	3 518 949	2 483 931	3 712 466	4 501 562	4 930 387	4 704 846	4 496 529	3 269 486	3 271 129	3 333 152	3 431 113	97 961
28	Águeda	M	4 425 062	4 572 857	4 401 646	4 869 948	5 115 740	4 907 635	5 085 277	5 189 602	5 277 189	5 336 323	5 432 014	95 690
29	Silves	M	6 039 415	6 322 051	6 427 219	6 947 858	7 173 672	6 915 175	6 847 801	7 486 100	7 212 718	7 384 897	7 477 926	93 029
30	Porto Santo	P	1 308 842	1 326 218	1 871 528	2 178 770	2 395 552	1 545 436	1 410 013	1 474 824	1 347 630	1 391 856	1 484 651	92 795
31	Lousada	M	2 508 050	2 608 205	2 644 481	2 908 220	2 836 680	2 642 402	2 693 433	2 745 905	2 703 256	2 849 335	2 939 853	90 517
32	Vila do Porto	P	175 040	203 598	330 576	422 255	454 294	393 978	391 487	407 135	427 654	361 950	450 506	88 556
33	Tondela	M	2 240 413	2 253 596	2 593 933	2 610 626	2 680 606	2 447 677	2 478 355	2 578 708	2 629 498	2 681 573	2 769 678	88 105
34	Amares	P	754 461	796 709	1 390 167	1 604 457	1 615 338	1 545 216	1 603 248	1 657 952	1 686 133	1 700 065	1 787 462	87 397
35	Caldas da Rainha	M	5 792 925	5 561 361	5 634 804	6 307 217	6 576 387	6 333 157	6 340 827	6 688 693	6 669 263	6 869 966	6 956 767	86 801

R9– Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2021

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				IMI / Rec. total
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Corvo	P	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	14 098	15 422	15 780	15 439	15 811	0,7%
2 Lajes das Flores	P	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	89 536	94 821	96 818	99 440	101 516	2,6%
3 Barrancos	P	40 305	40 345	94 652	104 240	108 138	98 045	96 979	98 515	102 228	103 652	103 685	2,0%
4 Santa Cruz das Flores	P	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	127 074	126 961	132 068	131 704	136 786	3,6%
5 Penedono	P	100 237	89 224	229 728	256 464	266 013	236 044	152 224	155 840	166 183	169 766	174 278	2,7%
6 Arronches	P	129 799	131 200	169 574	180 414	185 411	164 246	176 379	181 819	181 801	178 925	181 978	2,3%
7 Alvito	P	102 444	105 724	166 221	192 283	200 168	195 235	188 531	198 214	197 059	195 870	190 599	2,7%
8 Alcoutim	P	231 613	241 616	228 822	242 699	254 804	166 047	176 374	186 030	192 462	191 679	193 734	2,0%
9 Calheta (R.A.A.)	P	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	222 058	3,8%
10 Mesão Frio	P	151 639	156 394	195 104	209 386	272 570	218 167	211 923	225 570	225 430	219 879	230 059	3,0%
11 Fronteira	P	190 047	196 706	223 771	251 232	241 907	222 776	228 731	238 037	229 068	238 112	237 730	3,8%
12 Monforte	P	97 802	91 229	186 001	196 186	230 712	221 610	203 531	202 496	241 411	247 313	252 548	2,2%
13 Freixo de E. à Cinta	P	107 639	108 799	268 170	237 070	387 402	358 696	347 315	351 833	350 252	248 064	259 348	3,1%
14 Mourão	P	151 281	167 481	201 350	218 790	227 990	311 721	195 575	211 421	300 093	279 718	259 739	3,7%
15 Porto Moniz	P	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	264 130	4,1%
16 Vila de Rei	P	142 787	172 701	279 887	290 849	303 771	277 420	286 671	265 977	273 970	275 984	274 463	3,1%
17 Cuba	P	209 887	221 127	235 159	255 357	262 717	241 833	254 134	311 699	305 961	289 225	288 725	3,4%
18 Oleiros	P	198 049	205 977	349 963	466 430	391 189	621 931	312 208	153 401	331 459	368 243	291 670	2,2%
19 Marvão	P	154 059	194 982	265 456	294 648	301 021	279 666	287 737	296 691	296 460	297 878	293 286	4,0%
20 Sardoal	P	241 627	250 054	308 245	310 036	316 093	275 444	287 954	294 509	291 162	291 450	295 500	3,5%
21 Manteigas	P	132 828	128 369	241 628	279 008	292 530	267 649	275 589	286 788	290 633	293 777	299 234	4,8%
22 Crato	P	167 259	138 589	256 994	289 647	300 465	269 122	279 756	290 169	289 011	295 385	301 094	3,5%
23 Lajes do Pico	P	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	306 882	4,1%
24 Avis	P	239 268	238 050	268 395	277 727	279 456	242 483	261 122	268 816	269 226	292 737	307 978	3,2%
25 Castanheira de Pera	P	188 052	201 543	343 183	408 102	421 894	586 587	376 252	265 846	290 852	298 526	308 132	5,6%
26 Gavião	P	216 696	224 113	281 320	302 354	296 161	285 927	286 184	304 701	298 046	302 785	308 214	3,6%
27 Velas	P	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	289 737	311 910	317 597	319 562	319 064	2,9%
28 Alter do Chão	P	240 539	238 963	276 831	293 443	298 038	278 062	292 434	318 372	310 377	316 199	319 663	4,0%
29 Mora	P	242 156	241 157	317 679	348 751	353 653	321 338	335 084	338 690	342 775	324 231	327 320	3,9%
30 Portel	P	254 842	245 592	324 400	348 553	359 658	314 231	297 018	325 301	324 826	324 061	328 557	2,8%
31 Castelo de Vide	P	228 042	267 487	297 526	328 952	342 364	320 646	335 026	339 178	335 863	336 801	340 354	3,5%
32 São Roque do Pico	P	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	295 928	329 530	318 823	332 081	347 490	6,4%
33 Vidigueira	P	287 063	300 143	384 544	423 229	439 107	358 642	353 562	362 816	338 681	348 568	352 558	4,0%
34 Sta Marta de Penaguião	P	231 626	243 093	389 421	347 747	349 196	296 579	301 342	339 567	329 827	339 986	356 997	3,9%
35 Pampilhosa da Serra	P	228 426	229 569	373 477	423 411	391 567	332 547	336 361	350 282	309 060	342 204	357 205	3,1%

No *Ranking R9* a seguir apresentado, listam-se os 35 municípios com menor receita cobrada de IMI em 2021. Pela análise desta lista de 35 municípios, constata-se que:

Todos os municípios são de pequena dimensão e apresentam na generalidade pequenos valores de coleta de IMI tendo o município com maior coleta arrecadado 357,2 milhares de euros;

Para além destes 35 municípios com uma receita de IMI bastante inferior a meio milhão de euros, existiram mais 31 municípios nesta situação e outros 58 municípios com receita de IMI entre 0,5 milhões de euros e 1 milhão de euros.

IMT – IMPOSTO SOBRE TRANSAÇÕES DE IMÓVEIS

Conforme se verificou supra, em 2021, o volume de IMT arrecadado a nível nacional aumentou cerca de 38,0% traduzindo um acréscimo líquido de 370,3 milhões de euros para todo o setor autárquico. Recordar-se que o montante total arrecado pelos 308 municípios foi de 1 344,9 milhões de euros.

Para muitos municípios esta fonte de receita tem-se tornando mais relevante, nomeadamente para os municípios de grande dimensão, atingindo, em média, 43,7% do montante de impostos diretos cobrados em 2021. Para os municípios de média dimensão, o volume desta coleta pesou 34,6% nos impostos diretos tendo, para os municípios de pequena dimensão, pesado 33%.

Sendo o IMT uma das receitas fiscais com impacto significativo na receita municipal, apresentam-se de seguida quadros e rankings com informação que se considerou relevante assinalar.

R10 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2021 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21				IMT / Rec. total
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	86 171 239	62 977 020	70 299 382	119 373 175	174 508 596	177 906 151	224 560 754	255 005 664	204 128 056	210 831 866	264 065 290	32,1%
2	Cascais	G	30 945 600	17 341 612	21 974 950	32 304 094	40 987 996	43 905 818	66 769 814	73 526 539	68 282 236	64 056 286	103 727 733	40,8%
3	Porto	G	23 831 732	18 354 224	19 379 598	31 433 398	26 145 320	34 330 079	44 331 643	61 616 809	66 211 236	54 445 210	69 385 097	26,0%
4	Loulé	M	16 756 549	12 658 328	16 067 544	21 996 208	25 804 936	29 601 467	36 899 315	35 556 082	40 811 645	44 143 553	66 166 148	47,5%
5	Sintra	G	10 077 943	8 958 727	12 503 016	11 130 201	14 289 693	15 580 918	23 302 856	27 890 553	27 650 121	30 366 082	42 116 304	19,9%
6	Oeiras	G	11 565 083	8 599 763	7 846 639	22 309 700	12 443 476	13 225 749	27 768 547	32 890 545	33 492 141	29 187 012	37 969 463	22,0%
7	V. N. de Gaia	G	11 143 366	6 155 843	7 218 703	7 050 266	9 205 187	10 590 596	16 145 671	18 653 251	23 880 209	24 441 778	36 928 249	21,3%
8	Almada	G	6 754 363	5 144 343	5 846 959	4 918 637	6 265 744	6 841 665	10 605 457	15 568 932	22 321 510	17 790 376	25 655 548	19,4%
9	Seixal	G	4 786 389	3 487 992	7 036 226	3 150 812	4 315 472	6 129 445	7 735 400	9 481 307	15 982 404	12 922 300	24 106 557	16,6%
10	Matosinhos	G	8 740 257	7 646 927	4 418 524	4 640 808	6 639 469	8 687 251	12 355 369	13 874 070	17 953 148	17 852 000	23 911 610	16,2%
11	Loures	G	9 491 880	6 878 707	6 559 549	8 765 870	8 021 707	9 063 339	14 426 980	15 588 264	19 575 540	15 894 235	23 709 470	16,1%
12	Albufeira	M	7 646 737	5 619 023	5 820 095	9 173 408	17 808 068	12 676 285	20 415 844	15 627 392	20 839 423	12 845 187	21 922 409	29,2%
13	Lagos	M	4 975 358	5 650 021	4 958 230	7 379 083	9 028 693	11 071 491	13 353 063	16 173 962	19 878 859	15 782 416	21 862 634	36,7%
14	Grândola	P	1 422 803	2 169 090	3 357 559	4 754 862	3 499 610	3 172 112	10 837 979	8 692 475	8 236 639	9 103 830	17 527 221	47,4%
15	Braga	G	7 773 343	5 805 864	6 116 182	5 121 598	6 101 040	8 162 521	10 774 503	10 795 970	12 592 594	13 420 389	17 193 824	14,5%
16	Odivelas	G	5 291 686	3 343 941	3 405 046	4 926 068	5 516 979	5 765 878	8 460 826	12 339 319	12 487 853	13 588 539	16 885 101	17,9%
17	Mafra	M	4 151 611	3 576 049	2 287 755	2 248 741	3 115 582	4 294 397	8 130 952	9 995 639	10 414 084	12 208 377	16 423 589	22,0%
18	Setúbal	G	4 201 597	4 737 137	2 903 077	3 300 884	8 872 922	7 592 020	7 894 785	6 623 703	9 806 821	11 001 663	16 162 491	15,9%
19	Coimbra	G	8 104 170	6 620 486	6 838 587	7 186 105	6 201 261	9 143 480	8 570 188	9 608 929	11 513 669	11 634 116	15 200 938	13,2%
20	Portimão	M	6 703 328	4 172 835	3 887 343	3 627 159	5 495 571	6 326 172	11 488 029	15 050 683	10 612 673	9 856 869	13 622 068	22,1%
21	Maia	G	4 610 306	4 557 612	3 365 476	2 784 297	4 711 048	8 903 318	6 455 134	9 971 598	8 794 765	10 578 356	13 021 500	16,2%
22	Sesimbra	M	3 292 223	2 364 111	3 376 598	3 207 611	3 135 047	3 347 320	4 673 521	6 833 643	6 930 378	6 905 389	12 030 623	21,1%
23	Funchal	G	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	8 108 024	8 040 282	11 863 885	11,6%
24	Lagoa (Algarve)	M	4 086 713	5 829 393	3 631 845	4 774 288	8 313 366	7 575 091	8 029 010	11 016 416	10 263 263	8 832 626	11 746 148	28,0%
25	Amadora	G	2 949 903	5 967 185	2 906 478	4 223 829	5 046 829	5 474 104	7 984 073	9 528 017	11 344 028	11 827 251	11 321 622	12,3%
26	Faro	M	3 931 683	2 617 330	1 874 408	4 055 857	3 287 791	4 734 842	4 952 796	7 990 566	8 011 784	7 021 817	10 845 909	22,0%
27	V. F. de Xira	G	4 397 404	3 558 597	4 055 508	4 230 796	4 103 762	4 643 662	7 824 721	12 116 852	10 369 540	9 568 472	10 018 961	12,1%
28	Guimarães	G	4 084 173	3 676 223	2 633 597	3 331 594	3 725 203	5 674 782	6 078 214	6 041 628	6 869 724	5 793 092	9 519 083	8,1%
29	Tavira	M	2 082 200	2 838 242	2 517 369	3 201 475	4 311 076	6 336 831	6 565 671	8 771 784	8 306 177	6 100 695	9 273 427	29,3%
30	Palmela	M	2 491 787	2 992 628	3 355 855	3 476 877	2 728 342	3 450 915	4 080 116	5 930 123	6 844 682	6 642 231	9 154 529	14,5%
31	Aveiro	M	4 442 137	3 816 310	3 218 922	2 788 612	3 034 417	5 169 004	3 815 821	8 233 033	7 164 127	5 531 933	9 035 905	12,4%
32	Torres Vedras	M	3 267 522	2 912 392	3 592 016	1 731 752	2 441 392	2 744 870	3 842 250	4 140 975	5 613 291	6 184 108	8 952 402	13,3%
33	Sta. M. da Feira	G	3 883 114	2 581 021	2 615 544	2 347 306	2 586 553	3 213 207	3 747 927	3 983 028	6 147 736	5 545 945	8 780 501	11,8%
34	Gondomar	G	3 322 893	2 678 672	1 863 427	1 957 555	2 115 266	2 584 835	3 782 688	3 673 187	4 746 727	6 711 049	8 662 935	9,3%
35	Leiria	G	5 447 770	3 716 014	3 119 808	3 622 634	4 057 815	4 601 070	5 597 042	9 644 153	6 650 542	5 949 039	8 544 930	9,9%

Observando o *Ranking* R10, com a listagem dos 35 municípios com maior receita cobrada de IMT em 2021, conclui-se:

Embora esta lista de municípios corresponda aos que apresentaram maior volume de receita de IMT, o seu peso na receita total foi muito variável verificando-se uma amplitude entre o máximo de 47,5% (Loulé) e o mínimo de 8,1% (Guimarães). Anota-se que o peso médio do IMT na receita total dos municípios nacionais foi, em 2021, de 13,6%, quando, em 2020, foi de 17,1% e 2019, tinha sido de 11,2%;

Destes 35 municípios com maior receita de IMT, apenas um apresentou descida do volume total desta coleta: Amadora (-505,6 milhares de euros, -4,3%), sendo que todos os restantes apresentaram aumento de IMT, vinte e oito deles com taxas de crescimento superiores a 30%. Anota-se que destes, nove apresentaram taxas de crescimento superiores a 50%, a saber: Grândola (+92,5%), Seixal (+86,6%), Sesimbra (+74,2%), Albufeira (+70,7%), Aveiro (+63,3%), (Cascais (+61,9%), Santa Maria da Feira (+58,3%), Faro (+54,5%) e Vila Nova de Gaia (+51,1%);

A exceção de Lisboa não pode deixar de ser aqui assinalada, pois apresentou um volume de receita que representou 19,6% do total de IMT cobrado a nível nacional. Mais se refere que após os extraordinários aumentos de IMT que Lisboa apresentou em 2015 (+46,2%, +55,2 milhões de euros), 2017 (+46,7 milhões de euros, +26,2%), 2018 (+31,7%, +30,4 milhões de euros), 2019 (+50,9 milhões de euros, +20,0%) e 2020 (este ano com crescimento inferior: +6,7 milhões de euros, +3,3%) voltou em 2021 a apresentar um acréscimo de receita de IMT de valor significativo (+53,2 milhões de euros, +25,2%);

Os *Rankings* R10.A e R10.M permitem ver como variaram as receitas de IMT dos municípios das Regiões Autónomas, sendo que o valor desta receita cresceu, em 2021, mais na Madeira que nos Açores embora em ambos os casos com montantes relevantes. Assim na Madeira cresceu +48,2% (+6,5 milhões de euros) e nos Açores, cresceu +20,9%, isto é, +2,0 milhões de euros. Mais se verifica que o total do IMT nos Açores correspondeu a 0,85% do IMT nacional enquanto que na Madeira o valor homólogo de IMT correspondeu a 1,5% do total de IMT nacional.

R10.A – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21				IMT / Rec. total
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Ponta Delgada	M	3 656 656	2 152 944	2 107 998	2 024 265	1 597 912	1 691 510	3 685 400	3 586 817	4 905 296	4 302 433	5 027 667	11,4%
2 Ribeira Grande	M	974 949	222 728	564 878	457 527	691 590	599 889	629 987	1 100 988	1 360 767	1 103 478	1 219 204	4,8%
3 Angra do Heroísmo	M	732 784	1 342 719	0	251 111	487 541	591 401	612 066	884 673	941 543	895 420	1 034 453	3,6%
4 Lagoa (R.A.A.)	P	466 972	519 486	443 156	244 431	266 197	389 172	543 392	679 951	626 097	652 621	918 118	6,3%
5 V. F. do Campo	P	208 070	223 177	203 198	181 436	188 141	179 647	343 367	329 844	676 460	412 768	606 728	5,1%
6 Horta	P	332 228	165 671	125 561	213 206	190 294	244 985	253 702	399 171	332 074	465 764	603 801	4,6%
7 Praia da Vitória	P	530 967	253 032	177 309	300 395	232 369	214 325	374 149	366 421	807 324	428 230	564 750	3,0%
8 Madalena	P	149 808	114 968	62 101	172 754	111 899	140 776	118 527	264 690	167 096	254 531	380 316	4,1%
9 Povoação	P	104 301	105 940	150 810	115 182	86 798	163 104	232 661	290 392	271 426	269 255	170 882	2,2%
10 São Roque do Pico	P	79 433	66 354	52 968	98 465	65 219	74 800	75 081	131 111	81 067	115 855	169 404	3,1%
11 Vila do Porto	P	109 771	45 899	62 967	67 446	98 255	119 533	107 872	97 062	146 468	103 202	167 188	2,0%
12 Lajes do Pico	P	46 474	26 650	26 437	53 912	39 950	69 547	52 030	69 460	59 316	81 195	145 445	2,0%
13 Velas	P	131 474	41 812	81 180	57 782	180 126	115 481	139 225	131 862	91 901	76 715	107 797	1,0%
14 Nordeste	P	71 846	57 573	76 115	77 303	84 308	79 724	166 054	118 012	117 589	82 772	107 498	1,6%
15 Calheta (R.A.A.)	P	29 090	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	77 485	69 757	68 538	89 975	63 197	1,1%
16 Sta. Cruz da Graciosa	P	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	43 643	56 248	79 614	38 098	60 888	1,2%
17 Sta. Cruz das Flores	P	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	50 786	56 651	58 704	17 251	34 414	0,9%
18 Lajes das Flores	P	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	18 511	38 036	30 614	56 385	29 939	0,8%
19 Corvo	P	5 167	0	3 979	530	298	3 775	61 173	4 342	1 297	930	5 557	0,3%
IMT Total Açores		7 843 099	5 443 873	4 241 816	4 440 186	4 486 941	4 844 133	7 585 111	8 675 489	10 823 193	9 446 877	11 417 246	4,9%
(%) IMT Açores / IMT total		1,56%	1,41%	1,11%	0,91%	0,77%	0,74%	0,89%	0,86%	1,07%	0,97%	0,85%	-

R10.M – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2021 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				IMT / Rec. total
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Funchal	G	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	8 108 024	8 040 282	11 863 885	11,6%
2 Santa Cruz	M	919 842	963 469	624 728	681 254	967 851	1 647 432	1 647 231	2 081 140	952 642	2 010 356	2 270 370	7,7%
3 Calheta (R.A.M.)	P	472 159	234 303	336 231	281 021	492 778	440 284	631 341	860 742	935 076	855 754	1 994 845	14,3%
4 Ponta do Sol	P	191 908	167 151	98 445	91 300	68 833	234 734	235 236	309 276	485 879	404 112	789 257	10,0%
5 Machico	P	425 394	877 006	583 174	92 509	0	209 363	352 994	507 614	346 832	333 884	728 491	5,2%
6 Ribeira Brava	P	192 377	188 521	151 298	113 714	215 983	220 969	149 212	368 006	301 123	395 407	699 927	5,8%
7 Porto Santo	P	446 411	627 259	337 599	340 857	240 656	306 096	309 430	294 806	320 947	700 491	677 418	12,3%
8 Câmara de Lobos	M	228 608	275 508	224 552	250 911	271 258	226 446	335 759	814 555	441 907	477 956	587 830	3,7%
9 São Vicente	P	63 956	58 210	55 641	55 472	84 844	126 695	82 446	125 098	106 684	123 860	212 177	2,3%
10 Santana	P	73 104	61 359	35 263	50 743	33 434	40 222	51 953	58 233	139 500	102 165	180 957	2,2%
11 Porto Moniz	P	25 901	46 649	35 727	11 266	17 666	19 092	43 038	43 347	36 167	143 982	131 933	2,1%
IMT Total Madeira		14 431 315	8 503 378	7 953 214	5 586 076	8 841 641	10 368 368	15 053 520	13 555 484	12 174 779	13 588 251	20 137 090	8,9%
(%) IMT Madeira / IMT total		2,88%	2,20%	2,08%	1,15%	1,52%	1,58%	1,76%	1,35%	1,20%	1,39%	1,50%	--

A observação dos dois rankings anteriores referentes à evolução do IMT nas Regiões Autónomas, permite ainda concluir:

Nos Açores, apenas três municípios apresentaram decréscimo de receita de IMT: Lajes das Flores (-46,9%), Povoação (-36,5%) e Calheta (-29,8%). Os restantes dezasseis municípios açorianos apresentaram crescimento do IMT, sendo de referir dez municípios apresentaram taxas de crescimento superior a 40%. Destes relevam-se os que apresentaram taxas de crescimento superiores a 50%. A saber: Santa Cruz das Flores (+99,5%), Lajes do Pico (+79,1%), Vila do Porto (+62,0%) e Santa Cruz da Graciosa (+59,8%). Anota-se o extraordinário aumento do IMT no Corvo (+497,2%), pese embora o valor monetário tenha sido diminuto (4,6 milhares de euros) . Na globalidade a receita do IMT nos Açores cresceu 20,9%, isto é, + 2,0 milhões de euros;

Em relação aos municípios da Madeira, anota-se que apenas dois municípios apresentaram taxas de evolução negativa: Porto Moniz (-8,4%, -12,1 milhares de euros) e Porto Santo (-3,3%, -23,1 milhares de euros). Os restantes municípios madeirenses aumentaram o volume de receita de IMT, sendo de relevar o acréscimo apresentado por: Funchal (+47,6%, +3,8 milhões de euros), Calheta (+133,1%, +1,1 milhões de euros) e Machico (+118,2%, +394,6 milhares de euros). No

geral a colecta de IMT na Madeira cresceu +48,2%, isto é +6,5 milhões de euros

Retomando a análise do comportamento do IMT, a nível nacional, apresenta-se o Ranking R11 com os 35 municípios com menor cobrança de IMT em 2021.

Anota-se que dos 35 municípios elencados 34 são de pequena dimensão e um de média dimensão, sendo de relevar o facto de três municípios não apresentarem, em 2021 cobrança de IMT (Vila Velha de Rodão, Vila Real e Alcoutim²⁰) e outros onze municípios desta listagem, apresentarem diminuição do volume desta coleta, sendo de relevar a descida apresentada por: Monforte (-87%), Ribeira da Pena (-67%) e Aguiar da Beira (-50%). Anota-se os dez destes municípios apresentaram uma taxa de crescimento superior a 50%.

²⁰ Alcoutim apenas em 2021 não apresenta colecta de IMT. Em anos anteriores apresentou cobrança desta receita

R11 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2021 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21				IMT / Rec. total
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Vila Velha de Ródão	P	206 400	168 591	140 139	96 098	56 641	948 985	32 441	0	0	0	0	0,0%
2 Vila Real	M	936 235	940 692	660 045	773 322	992 675	1 726 633	1 195 578	1 691 483	1 831 552	0	0	0,0%
3 Alcoutim	P	44 219	22 615	23 981	40 722	54 086	63 281	198 832	383 905	107 093	88 634	0	0,0%
4 Corvo	P	5 167	0	3 979	530	298	3 775	61 173	4 342	1 297	930	5 557	0,3%
5 Barrancos	P	20 637	5 510	28 808	9 198	6 684	6 509	15 420	8 738	55 200	6 714	9 465	0,2%
6 Lajes das Flores	P	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	18 511	38 036	30 614	56 385	29 939	0,8%
7 Santa Cruz das Flores	P	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	50 786	56 651	58 704	17 251	34 414	0,9%
8 Monforte	P	124 753	58 278	51 720	200 524	57 806	63 836	35 706	131 073	168 937	292 637	38 880	0,3%
9 Manteigas	P	54 606	22 295	19 752	56 687	38 160	23 195	66 096	26 603	32 546	33 094	42 013	0,7%
10 Pampilhosa da Serra	P	84 348	58 907	26 133	28 561	34 460	41 012	40 482	32 155	48 493	42 645	46 038	0,4%
11 Vila Nova de Paiva	P	59 096	38 589	89 690	37 097	51 215	55 807	36 609	44 321	35 277	50 141	46 849	0,6%
12 Aguiar da Beira	P	59 776	90 651	48 328	40 185	60 637	56 974	62 772	72 434	91 607	104 110	51 664	0,6%
13 Penedono	P	71 713	30 057	48 866	15 498	30 879	44 423	24 171	45 918	51 828	59 614	52 892	0,8%
14 Vila de Rei	P	60 252	37 640	35 232	31 756	42 027	47 575	28 517	46 215	65 283	43 205	56 916	0,6%
15 Freixo de Espada à Cinta	P	57 268	30 139	25 683	44 057	57 307	101 489	43 088	54 572	99 118	71 079	58 846	0,7%
16 Santa Cruz da Graciosa	P	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	43 643	56 248	79 614	38 098	60 888	1,2%
17 Calheta (R.A.A.)	P	29 090	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	77 485	69 757	68 538	89 975	63 197	1,1%
18 Oleiros	P	54 012	44 992	34 665	40 222	62 633	41 973	35 706	53 554	68 998	76 097	70 409	0,5%
19 Castanheira de Pera	P	43 003	25 257	31 737	67 947	46 115	41 821	38 396	49 192	60 478	38 962	71 880	1,3%
20 Fornos de Algodres	P	89 915	67 595	48 104	35 160	82 850	66 294	40 394	41 767	61 136	53 336	72 967	0,9%
21 Sernancelhe	P	54 448	41 279	65 062	67 317	34 849	65 290	85 594	77 441	74 800	81 780	75 641	0,7%
22 Sardoal	P	92 751	126 021	66 068	67 294	33 782	26 472	28 586	26 414	57 890	37 358	79 715	0,9%
23 Murça	P	91 742	45 379	82 747	50 222	33 122	51 443	46 449	48 140	149 303	39 829	81 771	0,9%
24 Alter do Chão	P	126 288	287 851	84 429	95 783	0	0	0	91 340	46 777	47 107	81 858	1,0%
25 Vinhais	P	50 109	41 304	42 151	58 056	40 225	56 563	39 751	95 707	56 345	64 526	81 904	0,5%
26 Ribeira de Pena	P	78 810	68 189	67 176	50 835	70 357	73 737	98 593	167 858	193 313	248 130	82 334	0,5%
27 Vimioso	P	81 450	24 976	39 530	24 671	73 389	44 231	70 389	80 184	59 361	46 338	89 916	0,8%
28 Fronteira	P	64 449	103 340	40 909	22 821	44 215	75 657	115 088	37 316	29 891	65 255	94 724	1,5%
29 Alfândega da Fé	P	106 409	120 144	65 804	53 987	72 364	77 273	55 249	71 329	108 014	70 843	96 213	1,0%
30 Gavião	P	233 407	53 937	41 885	19 946	49 800	80 892	39 040	418 150	50 453	53 214	104 380	1,2%
31 Portel	P	180 925	207 523	301 054	455 483	155 693	299 908	691 715	340 323	274 666	114 840	104 612	0,9%
32 Góis	P	64 233	67 162	53 580	66 436	64 612	54 056	84 674	58 087	105 357	59 027	104 641	1,3%
33 Almeida	P	71 226	40 803	63 129	43 063	52 233	104 189	78 300	76 900	115 902	85 842	106 593	0,8%
34 Nordeste	P	71 846	57 573	76 115	77 303	84 308	79 724	166 054	118 012	117 589	82 772	107 498	1,6%
35 Velas	P	131 474	41 812	81 180	57 782	180 126	115 481	139 225	131 862	91 901	76 715	107 797	1,0%

Quadro 2.22 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Com diminuição do IMI	23	49	30	13	44	265	135	56	185	80	111
Com diminuição do IMT	188	228	180	152	121	93	99	93	118	149	45
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	17	36	18	6	16	78	48	14	72	45	14

Ainda sobre a variação das duas principais receitas fiscais – IMI e IMT – apresenta-se o Quadro 2.22 com o número de municípios que apresentaram, entre 2011 e 2021, descida da coleta de IMI ou de IMT e descida conjugada destas duas receitas.

Da análise do Quadro 2.22 constata-se em relação a 2021:
O número de municípios que apresentaram diminuição de IMI aumentou significativamente (+39,0%, +31 municípios), tendo 111 municípios apresentado decréscimo do valor desta coleta;
Em relação ao IMT, verifica-se que apenas 45 municípios apresentaram diminuição desta receita, isto é, menos 104 municípios que os contabilizados em 2020 (-70%);
Diminuiu significativamente (-69%, -31 municípios) o número de municípios que apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT.

IUC (IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO) E DERRAMA

No que se refere à coleta do IUC e da Derrama, verifica-se que o seu peso médio na receita fiscal dos municípios foi respetivamente 8,5% e 8,7%, em 2021, tendo no caso do IUC melhorado a performance em cerca de 0,2pp, relativamente ao ano anterior e no caso da Derrama piorado a prestação em 2pp.
Observando a evolução destas receitas em 2021, constata-se que o montante cobrado de IUC aumentou na globalidade dos municípios 2,6% (+7,4 milhões de euros) e a Derrama baixou 14,2% (-49,3 milhões de euros).

Anota-se que 96 municípios do universo autárquico não apresentaram registo de valor da Derrama em 2021, mas todos apresentaram registo de IUC.
Reportado a 2021, apresenta-se o Ranking R12 com os 35 municípios que receberam maior valor de Derrama.

R12 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Lisboa	G	72 302 326	93 374 749	55 173 667	59 611 292	57 471 495	67 483 751	97 829 675	78 542 449	96 070 120	96 595 250	77 904 248
2	Porto	G	14 094 445	10 346 662	16 654 349	15 069 432	11 102 356	20 860 133	17 882 303	16 924 485	30 797 982	20 895 619	19 389 912
3	Oeiras	G	15 418 320	13 820 447	22 185 870	10 976 819	15 342 152	15 338 002	18 033 968	16 564 877	18 959 616	18 730 263	16 648 165
4	Sintra	G	5 835 709	6 011 969	6 751 699	4 446 280	8 541 423	7 867 446	7 680 944	8 190 770	9 575 183	10 080 328	10 068 682
5	Maia	G	5 076 979	5 604 062	5 315 095	3 752 412	6 365 321	7 959 509	8 014 078	8 167 628	8 278 475	9 053 531	7 598 564
6	Matosinhos	G	5 749 285	7 500 403	5 249 751	4 572 732	5 484 004	4 619 528	6 621 169	6 840 636	6 598 325	8 037 233	7 486 326
7	Braga	G	3 759 727	3 804 487	2 774 041	3 502 429	4 009 208	4 953 554	4 942 781	6 069 756	6 325 653	7 304 521	6 947 273
8	Vila Nova de Gaia	G	5 192 776	4 552 420	3 868 402	4 652 993	4 656 326	5 779 980	6 507 377	6 645 130	8 424 692	7 306 416	6 298 676
9	Cascais	G	0	0	0	2 387 455	1 500 879	5 494 596	4 438 331	5 860 657	7 391 172	7 756 182	6 152 980
10	V. N. de Famalicao	G	5 918 772	10 233 817	0	6 754 339	0	6 089 191	6 219 746	6 042 160	6 425 143	6 124 600	5 421 614
11	Loures	G	5 096 311	4 833 561	4 596 574	2 939 362	4 071 446	5 924 182	5 905 148	6 058 203	6 863 996	4 942 877	4 879 973
12	Guimarães	G	2 157 916	2 142 678	1 973 542	2 590 761	2 983 420	3 991 282	4 082 862	4 031 317	4 370 963	4 215 145	4 655 406
13	Leiria	G	3 087 427	2 732 435	2 612 160	3 095 854	3 188 557	3 966 028	4 187 865	4 341 147	4 956 432	5 126 021	4 615 014
14	Santa Maria da Feira	G	2 164 993	2 114 327	2 563 203	2 884 026	2 380 400	3 426 340	4 445 061	4 120 236	3 878 333	4 005 439	4 217 823
15	Aveiro	M	2 863 021	2 418 083	2 317 453	2 014 812	2 764 569	2 958 770	3 600 373	4 004 979	4 233 351	4 093 383	3 649 093
16	Coimbra	G	3 862 064	3 139 381	2 368 437	1 736 080	1 214 317	5 240 206	9 192 342	2 887 843	3 977 630	4 749 865	3 399 561
17	Amadora	G	5 472 051	3 050 493	2 339 952	1 990 585	2 596 479	2 764 502	2 932 373	3 297 073	4 024 825	3 807 430	3 212 032
18	Palmela	M	2 357 515	2 993 097	2 346 285	2 278 903	2 836 669	2 256 597	2 002 217	2 705 567	3 767 540	3 915 031	3 121 667
19	Setúbal	G	3 989 160	3 974 790	3 691 339	4 438 972	2 152 930	3 545 717	5 704 615	4 527 987	4 619 781	3 968 440	2 883 911
20	Barcelos	G	2 103	810 628	917 399	1 247 456	1 500 793	1 686 675	1 884 329	2 158 674	2 280 439	2 331 849	2 769 676
21	Viseu	M	2 889 199	3 232 495	1 684 449	2 638 917	1 346 950	2 134 092	2 207 998	2 084 984	2 674 976	2 703 153	2 737 585
22	Figueira da Foz	M	3 873 462	4 719 017	1 438 661	1 403 270	2 439 564	2 839 057	4 620 116	3 979 524	5 057 538	3 309 598	2 642 522
23	Santo Tirso	M	1 188 579	982 836	1 134 099	1 160 751	1 122 949	1 566 162	1 730 198	1 618 385	1 670 552	2 168 842	2 615 776
24	Vila do Conde	M	2 092 799	1 853 015	1 153 155	2 118 112	1 894 872	1 996 649	2 064 153	2 311 237	2 245 766	2 485 288	2 542 562
25	Vila Franca de Xira	G	2 241 205	2 029 488	2 023 496	2 146 469	2 448 014	2 780 404	2 562 223	2 628 864	2 786 816	3 217 206	2 496 949
26	Gondomar	G	2 640 518	2 280 350	2 090 434	1 667 001	1 479 886	2 393 428	2 574 129	3 170 797	3 027 824	3 248 338	2 281 809
27	Torres Vedras	M	1 141 035	1 097 698	886 510	1 709 726	503 970	2 185 713	1 683 906	2 155 039	2 465 431	2 682 032	2 268 584
28	Viana do Castelo	M	2 957 880	2 319 138	2 850 664	2 513 837	2 475 863	3 269 542	3 222 416	4 720 784	4 384 572	3 758 678	2 259 038
29	Odivelas	G	1 560 720	1 136 571	886 903	1 189 538	1 128 816	1 443 460	1 425 732	1 573 851	1 914 299	1 995 583	2 036 394
30	Seixal	G	1 743 857	1 047 268	848 871	1 950 348	1 450 402	1 281 300	2 076 876	2 312 516	2 607 474	1 665 186	1 938 467
31	Alenquer	M	2 041 886	1 541 567	633 902	736 501	152 629	1 445 533	1 646 014	1 827 378	2 001 496	2 130 126	1 930 416
32	Marinha Grande	M	1 158 111	1 119 106	915 893	1 300 307	1 976 446	1 778 733	1 892 235	2 179 419	2 127 079	2 038 867	1 851 001
33	Valongo	M	1 470 672	1 215 763	1 123 434	1 503 898	1 541 085	1 411 629	1 461 465	975 498	2 092 936	1 937 219	1 739 072
34	Águeda	M	1 234 023	943 861	795 028	1 104 232	1 196 927	1 351 938	1 481 515	1 631 004	1 770 330	1 704 891	1 736 471
35	Mafra	M	1 050 492	866 639	775 662	906 386	869 507	1 258 331	964 559	1 299 551	1 300 208	1 481 335	1 650 338

Também reportado a 2021 apresenta-se o Ranking R13 com os 35 municípios com maior coleta de IUC.

R13 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Lisboa	G	14 555 684	15 846 624	19 434 189	18 730 547	17 927 774	18 179 130	19 430 625	20 354 330	20 273 778	19 001 560	18 277 098
2	Sintra	G	7 446 314	8 261 409	10 096 148	10 226 286	10 121 033	10 458 914	11 525 745	12 271 426	13 235 883	12 975 483	13 385 615
3	Oeiras	G	8 826 210	9 275 219	10 735 838	10 903 529	11 860 076	12 073 793	13 123 949	13 334 677	12 790 074	12 389 216	12 203 916
4	Vila Nova de Gaia	G	4 976 581	5 651 218	7 299 496	7 536 385	7 234 436	7 112 130	7 507 544	8 329 570	8 849 299	8 889 488	9 359 649
5	Cascais	G	4 386 327	5 118 006	6 422 512	6 121 292	5 808 788	5 884 859	6 326 753	6 703 881	6 855 338	6 733 490	7 315 632
6	Porto	G	4 506 697	5 023 923	6 488 934	6 279 762	5 627 328	5 781 375	6 293 240	6 477 108	6 593 056	6 620 171	6 609 342
7	Loures	G	3 732 854	4 080 825	4 912 457	5 216 453	5 025 128	4 789 743	4 936 439	5 803 016	6 825 225	6 177 834	6 170 635
8	Braga	G	3 105 318	3 531 567	4 440 130	4 300 411	4 227 296	4 262 227	4 436 605	4 748 764	5 027 197	4 908 133	5 201 376
9	Amadora	G	2 896 382	3 182 465	3 616 589	3 286 605	3 183 052	3 508 277	3 994 698	4 295 975	4 358 715	4 395 442	4 399 630
10	Matosinhos	G	3 211 135	3 576 708	4 330 668	3 858 920	3 693 859	3 720 845	3 973 159	4 179 698	4 216 615	4 276 631	4 279 456
11	Almada	G	2 747 547	3 060 963	3 818 337	3 590 068	3 401 329	3 412 275	3 713 776	3 879 417	4 043 882	4 004 723	4 183 544
12	Seixal	G	2 555 900	2 904 456	3 569 982	3 402 793	3 277 680	3 304 356	3 578 109	3 773 884	3 972 933	3 969 556	4 151 503
13	Leiria	G	2 523 298	2 933 413	3 655 925	3 360 317	3 257 436	3 355 254	3 595 867	3 855 585	4 037 705	3 975 463	4 086 689
14	Guimarães	G	2 415 157	2 773 101	3 582 685	3 527 256	3 374 818	3 433 827	3 594 097	3 820 483	3 961 429	3 896 168	3 892 659
15	Coimbra	G	2 612 083	2 914 375	3 740 260	3 568 091	3 403 451	3 388 886	3 494 182	3 668 508	3 764 777	3 725 045	3 882 205
16	Santa Maria da Feira	G	2 284 220	2 634 518	3 291 748	3 034 906	2 989 599	3 077 477	3 295 429	3 518 651	3 710 384	3 762 760	3 710 752
17	V. Nova de Famalicão	G	2 158 501	2 469 565	3 120 258	3 087 219	3 003 415	3 043 968	3 217 324	3 397 958	3 571 018	3 428 869	3 703 963
18	Maia	G	2 398 317	2 722 852	3 382 185	3 192 792	3 068 351	3 128 533	3 394 830	3 560 797	3 686 740	3 706 835	3 675 727
19	Odivelas	G	2 207 432	2 485 741	3 108 963	3 027 498	2 874 353	2 905 070	3 173 037	3 330 918	3 455 487	3 506 863	3 674 947
20	Gondomar	G	2 366 163	2 682 856	3 400 533	3 105 452	3 022 722	3 082 219	3 280 096	3 497 142	3 649 137	3 651 755	3 674 136
21	Vila Franca de Xira	G	2 180 422	2 392 891	2 921 697	2 821 583	2 711 165	2 736 098	2 946 907	3 101 768	3 222 105	3 238 796	3 405 915
22	Setúbal	G	2 162 330	2 401 948	3 004 186	2 970 806	2 847 258	2 790 038	2 872 712	3 049 665	3 476 626	3 206 218	3 348 831
23	Barcelos	G	1 914 219	2 198 239	2 683 408	2 583 604	2 528 875	2 624 871	2 795 146	3 012 745	3 142 079	3 052 774	3 213 000
24	Funchal	G	2 012 393	2 217 266	2 718 990	2 716 742	2 609 780	2 526 054	2 559 756	2 720 086	2 812 088	2 797 367	2 921 139
25	Loulé	M	1 678 642	1 955 118	2 463 440	2 326 955	2 176 362	2 267 610	2 505 290	2 675 967	2 809 362	2 778 868	2 837 468
26	Viseu	M	1 724 478	1 963 571	2 376 104	2 208 610	2 155 140	2 224 983	2 359 138	2 513 627	2 647 340	2 696 243	2 702 006
27	Mafra	M	1 421 758	1 649 817	2 027 960	1 951 400	1 901 054	1 934 838	2 125 853	2 288 088	2 431 460	2 536 162	2 611 225
28	Viana do Castelo	M	1 505 961	1 722 251	2 070 849	1 990 897	1 921 838	1 941 957	2 056 406	2 187 335	2 275 964	2 335 249	2 467 223
29	Torres Vedras	M	1 349 838	1 537 174	1 877 694	1 779 796	1 717 648	1 739 367	1 772 664	2 068 192	2 171 343	2 151 359	2 313 361
30	Faro	M	1 517 438	1 710 739	2 145 281	2 103 578	1 987 148	1 933 400	2 003 039	2 139 129	2 226 249	2 276 245	2 294 643
31	Aveiro	M	1 466 606	1 639 929	1 981 087	1 893 011	1 832 082	1 876 617	2 018 106	2 107 650	2 212 777	2 231 166	2 202 927
32	Valongo	M	1 356 985	1 552 007	1 992 196	1 817 550	1 760 827	1 805 600	1 935 044	2 093 723	2 197 253	2 194 992	2 197 545
33	Vila do Conde	M	1 235 874	1 424 769	1 821 781	1 702 233	1 652 763	1 679 754	1 799 364	1 918 073	1 998 504	2 035 019	2 161 044
34	Paredes	M	1 245 319	1 328 341	1 739 012	1 611 261	1 565 977	1 626 461	1 793 005	2 023 248	2 122 960	2 146 038	2 068 154
35	Oliveira de Azeméis	M	1 120 346	1 273 512	1 595 711	1 526 560	1 526 490	1 586 141	1 702 197	1 820 963	1 933 981	1 949 188	2 055 721

O Ranking R14 mostra os 35 municípios com menor valor cobrado de IUC em 2021.

R14 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Corvo	P	3 133	5 152	8 823	8 108	7 125	6 673	5 419	7 632	7 517	7 364	9 297
2	Barrancos	P	20 403	25 779	31 262	26 011	23 890	25 449	26 600	27 102	28 406	28 712	30 253
3	Lajes das Flores	P	17 103	20 714	33 864	30 659	28 975	29 004	29 890	30 248	32 213	32 927	34 469
4	Penedono	P	37 013	48 611	56 770	57 807	53 672	53 118	55 878	62 413	62 215	73 919	35 737
5	Alvito	P	28 187	34 008	45 406	39 973	36 334	36 496	40 195	44 396	45 011	45 288	45 791
6	Santa Cruz das Flores	P	28 611	37 074	46 244	40 870	40 617	39 954	42 258	43 314	44 536	43 501	48 775
7	Alcoutim	P	31 446	33 737	50 498	41 974	40 941	40 412	43 057	46 643	50 986	48 332	51 506
8	Porto Moniz	P	26 886	32 919	41 378	39 620	37 573	37 155	42 124	46 294	48 323	49 538	51 817
9	Mourão	P	30 996	36 152	46 932	42 836	39 521	37 542	45 714	47 503	51 039	49 516	56 700
10	Monforte	P	37 072	39 759	53 756	45 573	45 998	46 774	52 350	55 203	58 266	52 791	56 848
11	Vila Velha de Ródão	P	36 097	41 636	53 431	46 547	45 054	48 716	50 302	51 240	53 241	54 968	59 536
12	Manteigas	P	45 228	49 111	56 638	57 361	57 141	57 431	58 318	61 731	64 144	56 988	60 016
13	Gavião	P	40 487	43 437	57 544	56 742	52 406	56 661	54 163	58 192	58 693	55 913	61 721
14	Vila de Rei	P	36 309	44 053	48 038	46 325	45 586	46 478	49 028	52 524	55 804	57 078	62 145
15	Pampilhosa da Serra	P	41 588	50 004	60 205	56 382	55 486	54 995	58 738	62 022	63 641	62 770	63 332
16	Fronteira	P	42 680	53 151	63 454	60 899	52 845	53 505	51 900	58 882	60 254	62 534	65 388
17	Castelo de Vide	P	44 786	49 141	69 102	61 416	60 644	60 229	61 375	61 877	62 661	65 131	65 740
18	Freixo de Espada à Cinta	P	36 572	41 396	59 028	56 488	0	53 885	49 927	58 536	58 211	60 113	65 941
19	Arronches	P	38 297	47 074	58 795	54 951	53 231	52 567	54 049	59 570	61 100	59 453	66 210
20	Castanheira de Pera	P	39 793	46 198	64 311	58 881	50 576	53 024	59 094	61 263	63 422	62 349	66 375
21	Alter do Chão	P	47 752	49 813	62 590	56 249	52 662	50 047	58 209	61 981	65 010	63 053	66 580
22	Crato	P	44 106	51 569	66 865	56 629	56 253	55 027	58 668	59 753	60 289	61 341	67 237
23	Marvão	P	42 361	51 394	70 149	57 228	61 088	57 572	61 774	62 796	65 664	65 522	68 277
24	Nordeste	P	39 521	48 545	69 256	56 499	55 950	57 946	62 078	65 432	69 726	67 944	74 642
25	Mesão Frio	P	48 989	55 078	73 690	64 456	65 094	67 320	69 179	72 768	76 890	72 586	75 633
26	Calheta (R.A.A.)	P	45 303	57 039	70 407	66 351	61 273	60 383	56 355	67 977	77 804	60 671	77 124
27	Sardoal	P	55 801	59 898	75 181	72 145	66 036	58 843	64 625	73 867	76 173	73 598	79 210
28	Penamacor	P	56 718	68 309	87 989	82 038	78 027	78 504	81 016	83 840	87 984	85 616	82 293
29	Avis	P	55 292	62 030	81 711	81 267	75 958	76 374	80 048	86 446	87 648	84 537	85 329
30	Vimioso	P	52 396	72 016	85 458	84 979	78 927	76 211	79 648	82 786	85 472	79 305	87 378
31	Oleiros	P	50 675	57 380	73 498	77 948	69 540	70 391	67 713	72 830	88 391	81 753	87 983
32	Góis	P	49 724	56 083	82 344	74 961	71 378	71 775	73 338	81 092	87 064	80 220	88 694
33	Mora	P	63 577	74 963	91 396	89 673	85 122	86 019	87 732	88 847	92 790	91 608	93 789
34	Alfândega da Fé	P	54 833	65 641	92 694	81 547	79 038	77 614	82 667	89 011	79 499	88 163	93 886
35	Lajes do Pico	P	48 804	69 509	89 923	77 214	70 223	74 005	77 161	85 183	89 851	88 400	94 442

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES E VENDA DE BENS DURADOUROS

Outra receita autárquica com significado no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da venda de bens e serviços correntes²¹ e da venda de bens duradouros. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, estas duas categorias de receita autárquica constituem, em conjunto, o montante arrecadado com maior significado, apresentando um valor bastante superior ao dos passivos financeiros.

Em 2021, em conjunto, o valor destas duas rubricas orçamentais cresceu 4,1% e passou a representar 8,9% da receita total, como resultado da venda de bens e serviços correntes no valor de 810,7 milhões de euros (+3,6%) e da venda de bens duradouros (ativos fixos) em cerca de 73,3 milhões de euros (+9,4%).

Enquanto o volume da venda de bens e serviços correntes apresentou um crescimento contínuo desde 2013 até ano económico em apreço, com um interregno em 2020, ano em que baixou (-17,5%), o produto da venda de bens de capital foi variando ao longo dos últimos onze anos, tendo registado um elevado montante em 2019 e baixado drasticamente em 2020 (-244,6 milhões de euros, -78,5%), mas retomando o crescimento em 2021.

Em 2021, 60 Municípios não apresentaram qualquer valor de receita proveniente da Venda de Bens Duradouros.

Venda de bens duradouros

O *Ranking R15* apresenta os municípios com maior volume de receita proveniente da venda de bens de capital, que compreendem a venda de terrenos, habitações, edifícios e outros bens tais como equipamentos de transportes, maquinarias e equipamentos. Recorde-se que o valor arrecadado em 2021, pelo universo dos municípios, foi de 73,3 milhões de euros.

²¹ Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e, por isso, na produção de bens e serviços realizados pelos serviços municipais, não se reflete nesta estrutura da receita o valor da produção e venda de bens e serviços realizados pelas estruturas municipais desconcentradas, isto é, pelo sector empresarial local ou serviços municipalizados.

R15 – Municípios com maior volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2021

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Oeiras	G	310 609	258 380	93 744	233 971	479 601	652 875	189 756	624 778	1 961 602	15 285 740	12 953 166
2 Sines	P	437 170	3 356 852	525 520	376 757	1 464 320	162 950	1 148 724	1 559 000	1 502 120	4 872 141	7 315 273
3 Alcácer do Sal	P	122 075	263 713	60 676	18 981	328 192	166 042	20 837	104 245	7 753	142 074	7 210 479
4 Lisboa	G	14 794 713	28 991 270	14 823 787	46 283 250	72 717 796	22 855 069	45 553 521	44 396 753	261 566 650	2 996 496	5 031 549
5 Aveiro	M	1 402 180	1 083 030	298 863	55 140	553 055	20 497	33 786	5 157 691	1 317 026	6 880 933	2 520 863
6 Maia	G	148 613	19 731	103 838	6 680	57 310	126 090	1 501	46 145	769 374	995 179	2 180 745
7 Cascais	G	2 168 770	631 913	727 115	291 200	460 855	403 965	7 845 189	7 208 941	1 726 149	1 710 304	1 942 073
8 Valpaços	P	6 229	9 735	35 730	82 089	134 329	5 943	6 827	37 612	69 115	2 000	1 815 667
9 Sintra	G	1 614 564	167 959	492 418	373 275	571 273	506 047	1 561 851	805 109	3 863 458	415 688	1 413 214
10 Vila Velha de Ródão	P	265 884	102 926	12 671	5 053	12 437	4 329	20 752	387 988	17 475	102 172	1 323 208
11 Paredes	M	0	32 098	0	5 662	5 838	126 337	248 556	8 130	2 913	30 000	1 304 637
12 Vila do Conde	M	112 942	66 546	1 795 689	2 810	19 738	120 149	767 553	0	42 536	19 660	1 188 675
13 Braga	G	812 906	65 111	314 606	106 009	45 325	40 815	14 972	36 523	42 428	413 798	1 068 484
14 Tomar	M	275 740	262 302	214 294	263 494	87 671	9 271	233 354	343 121	189 922	129 119	1 053 855
15 Cantanhede	M	87 416	579 375	192 118	66 336	96 000	313 378	494 769	1 744 747	982 392	90 547	997 185
16 Castelo Branco	M	337 978	803 701	580 752	146 218	233 741	22 944	1 578 017	381 407	952 698	69 344	955 139
17 Figueira da Foz	M	141 280	346 007	461 764	1 005 579	180 493	561 217	551 481	519 000	581 506	23 188	856 891
18 Viana do Castelo	M	356 131	1 978 681	1 013 498	309 885	247 030	1 943 847	4 784 148	931 164	210 152	545 022	746 715
19 Santa Maria da Feira	G	623 334	363 600	426 907	700 802	697 356	617 193	747 386	120 097	262 165	302 679	733 663
20 Porto	G	9 499 682	2 083 564	11 609 308	9 009 247	4 172 605	4 164 103	5 778 784	5 322 546	8 764 807	5 608 204	731 358
21 Guimarães	G	596 791	195 382	62 348	8 508	5 305	8 604	17 765	182 872	184 919	187 024	632 576
22 Seixal	G	987 850	3 000	0	109 133	900 000	900 000	0	8 750	553 378	8 090	623 754
23 Santiago do Cacém	M	186 650	735 221	144 557	86 197	80 378	183 148	1 251 339	101 334	137 976	191 864	582 149
24 Tondela	M	15 188	21 330	64 700	12 592	815	288 502	80 163	5 980	29 395	67 508	561 569
25 Olhão	M	6	0	56 400	0	0	0	213	1 524 500	57 240	3 502 000	531 200
26 Covilhã	M	340 989	58 596	160 000	546 730	146 818	170	36 810	163 278	643 410	475 939	490 343
27 Faro	M	1 825 025	139 424	24 899	0	1 714 367	45 887	0	20 240	34 070	591 348	484 133
28 Mira	P	190 924	108 985	150 378	296 628	268 107	58 878	203 401	130 453	1 248 901	0	480 785
29 Vila de Rei	P	38 556	157 560	41 149	49 841	10 530	70 549	16 027	136 420	113 861	218 989	459 243
30 V. Nova de Famalicão	G	20 420	61 460	29 000	51 002	63 851	673 840	322 625	241 627	535 030	230 430	428 609
31 V- Nova da Barquinha	P	14 811	0	0	71 000	52 500	0	0	24 605	52 257	329 874	416 944
32 Redondo	P	79 200	59 800	9 339	20 974	50 840	37 820	35 735	106 353	96 869	78 664	393 244
33 Mafra	M	1 920	36 973	1 700	806 101	2 100	1 112 376	5 377	650 000	980 000	1 422 111	380 786
34 Portimão	M	3 641 606	83 980	52 500	13 269	73 119	82 440	259 516	118 068	92 388	41 176	379 258
35 Almada	G	6 000	0	172 121	44 114	12 249	37 113	3 697	2 489	5 535	83 492	376 826

Da observação do *Ranking* R15, reportado a 2021, pode-se inferir:

Um número significativo de municípios deste ranking apresentou um crescimento extraordinário do produto da venda de bens de capital, tendo onze deles apresentado um aumento superior a 500%;

Lisboa que apresentou em 2020, em venda de bens de investimento, uma receita extraordinariamente baixa²² em relação ao registado em anos anteriores, melhorou a sua performance nesta rubrica económica em 2021 em +67,9%, estando, no entanto, ainda muito longe da receita arrecadada nos anos normais anteriores a 2019²³. Face a esta situação Lisboa, que se tem situado na primeira posição desta listagem até 2019, passou em 2020 para a sexto lugar e em 2021 para quarta posição;

Nesta listagem, na primeira posição mantém-se o município de Oeiras com uma receita proveniente da venda de bens duradouros no valor de 12,9 milhões de euros e uma taxa de variação de -15,3% (-2,3 milhões de euros).

Em segunda e terceira posição, na lista dos municípios com maior volume arrecadado na venda de bens de investimento, mas bastante abaixo do valor cobrado por Oeiras, apontam-se os municípios de Sines e Alcácer do Sal, respetivamente, com o crescimento extraordinário desta receita em 50,1% (+2,4 milhões de euros) e 4 975,2% (+7,1 milhões de euros);

Na vigésima posição aparece o município do Porto, que manteve um valor elevado de venda de bens de investimento e uma notável estabilidade de valores arrecadados até 2020. Em 2021, apresenta um decréscimo desta receita de 87% (-4,9 milhões de euros);

Para além dos quatro primeiros municípios assinalados neste ranking, mais dez apresentaram uma receita de venda de bens de investimento superior a 1 milhão de euros, sendo que três deles apresentaram um crescimento extraordinário desta receita: Valpaços (+90 683,3%, +1,8 milhões de euros); Vila Velha de Rodão (+1 195,1%, +1,2 milhões de euros); Paredes (+4 248,8%, +1,3 milhões de euros) e Vila do Conde

(+5 946,3%, +1,2 milhões de euros). Para além destes municípios mais quatro apresentaram taxas de crescimento superior a 1000%; Resta referir o decréscimo extraordinário de receita desta ordem, apresentado, para além do município do Porto já referido supra, por Aveiro (-63,4%, -4,4 milhões de euros), Olhão (-84,8%, -3 milhões de euros) e Mafra (-73,2% , -1 milhões de euros).

Os *Rankings* R15.A e R15.M apresentam o volume de receitas provenientes da venda de bens de capital pelos municípios dos Açores e da Madeira.

²² Em 2020 Lisboa apresentou uma variação negativa de receita da venda de bens duradouros em 258,6 milhões de euros

²³ Em 2019, Lisboa apresentou uma receita extraordinária nesta rubrica orçamental de mais de 200 milhões de euros

R15.A – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros, em 2021, pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Lajes do Pico	P	1 325	0	0	5 688	182 113	9 450	0	0	1 500	150 000	202 610
2 Horta	P	42 884	9 733	10 011	6 035	375	1 912	17 044	17 397	21 003	22 883	137 732
3 Angra do Heroísmo	M	0	100 955	56 595	120 295	0	114 459	61 023	453 905	600	2 211	115 955
4 Ribeira Grande	M	20 444	38 682	38 201	18 875	50 080	58 096	479 763	35 885	19 456	39 224	65 064
5 Praia da Vitória	P	1 745 000	240 116	1 027 400	585 601	211 301	297 501	252 500	391 502	21 900	70 378	57 987
6 Lajes das Flores	P	29 500	42 500	109 500	261 111	0	0	5 000	83 653	0	0	40 000
7 Vila Franca do Campo	P	0	963 846	69 793	50 000	0	0	49 920	159 832	5 305	0	29 000
8 São Roque do Pico	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27 600
9 Madalena	P	19 281	5 481	351 896	34 574	20 246	59 847	175 824	81 711	57 965	16 002	9 958
10 Povoação	P	947 250	1 460	447 950	173 175	182 400	183 845	5 650	1 485	1 620	1 215	6 110
11 Ponta Delgada	M	4 770	5 465	3 478	3 731	3 877	8 162	8 287	5 687	137 686	6 208	5 724
12 Calheta (R.A.A.)	P	2 421	2 275	1 908	5 738	3 505	3 707	3 105	2 301	2 566	17 725	1 425
13 Sta. Cruz da Graciosa	P	10 100	0	4 593	0	0	0	0	0	0	0	944
14 Lagoa (R.A.A.)	P	57 861	11 584	34 602	6 120	68 770	28	33	53 733	9 185	40	0
15 Santa Cruz das Flores	P	0	0	0	12 700	0	0	0	0	97 840	0	0
16 Nordeste	P	122	41	14 995	0	0	47 500	0	1 758	8 148	0	0
17 Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18 Velas	P	143 958	70 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Vila do Porto	P	0	6 960	0	0	0	0	0	0	0	0	0

R15.M – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2021 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Santa Cruz	M	18 827	56 480	1 650	6 128	0	0	0	5 224	0	31 645	28 395
2 Câmara de Lobos	M	17 041	4 071	39 145	6 482	14 303	19 478	850	1 940	0	5 020	14 500
3 Calheta (R.A.M.)	P	0	0	129 837	0	0	0	31 829	0	0	4 695	500
4 São Vicente	P	0	0	0	0	0	0	0	140 951	0	0	0
5 Machico	P	0	0	0	0	0	0	25 250	0	0	0	0
6 Funchal	G	132 136	52 677	0	29 257	0	87 853	9 100	0	0	0	0
7 Santana	P	17 620	3 500	0	3 500	0	3 550	3 500	0	0	0	0
8 Porto Moniz	P	8 014	0	0	0	605	1 815	0	0	0	0	0
9 Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10 Porto Santo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Relativamente à receita de venda de bens de capital obtida pelos municípios açorianos, anota-se que seis municípios não apresentam movimento nesta rubrica, sendo que os restantes treze, apresentam valores muito pouco significativos. Anota-se contudo, o acréscimo de receita apresentado por Lajes do Pico (+35%, +52,6 milhares de euros), Horta (+502%, +114,8 milhares de euros) e Angra de Heroísmo (+5 144%, +113,7 milhares de euros). Ainda em relação aos municípios açorianos, releva-se o facto de quatro municípios que não tinham faturado qualquer receita deste tipo em 2020, apresentam receita de venda de bens duradouros em 2021, a saber, pese embora com valores pouco significativos: Lajes das Flores, Vila Franca do Campo, São Roque do Pico (este município, não apresentou registo nesta rubrica orçamental nos últimos dez anos) e Santa Cruz da Graciosa (este município não apresentava desde 2014 qualquer registo de receita nesta rubrica económica);

Em relação aos municípios madeirenses, é de referir o facto de só três dos municípios terem apresentado produto da venda de bens de investimento, ainda que com valores insignificantes, no biénio 2020/2021.

Venda de bens e serviços correntes

Dada a relevância do produto da venda de bens e serviços correntes na receita total dos municípios, nomeadamente nos municípios de maior dimensão, apresenta-se o Ranking R16 correspondente aos 35 municípios com maior volume obtido nesta rubrica económica da receita.

R16 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2021

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Lisboa	G	54 695 076	64 884 084	72 154 233	67 549 839	94 908 941	96 170 229	122 297 286	124 687 948	119 855 437	100 413 207	92 401 149
2 Funchal	G	19 437 651	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192	23 283 648	18 262 393	19 994 783
3 Albufeira	M	17 366 713	20 943 223	21 909 808	20 671 700	23 171 433	25 865 381	25 223 853	22 967 131	22 332 066	18 145 208	19 411 966
4 Cascais	G	8 457 955	7 719 474	7 441 429	6 606 002	6 583 861	7 365 286	7 653 504	20 353 619	21 897 707	20 364 610	18 531 623
5 V. Nova de Famalicão	G	13 260 428	13 716 357	13 988 938	14 172 420	15 092 562	14 085 451	15 493 901	16 472 720	16 455 749	17 110 913	17 034 753
6 Seixal	G	10 152 304	12 390 255	13 916 496	13 311 877	13 554 636	22 397 825	23 608 310	22 754 123	25 086 427	23 000 981	15 127 018
7 Loulé	M	6 771 031	7 110 994	7 221 472	7 359 037	7 736 638	11 156 925	14 417 332	14 310 617	15 764 745	13 889 454	15 093 417
8 Oeiras	G	7 760 012	15 339 804	13 938 599	14 374 156	14 575 963	17 200 713	17 729 303	13 489 071	20 417 908	13 717 553	14 813 551
9 Póvoa de Varzim	M	13 136 080	12 741 512	12 011 615	11 935 784	12 486 663	13 676 385	13 121 371	13 095 222	13 188 668	12 878 549	13 306 564
10 Sesimbra	M	9 923 220	11 031 933	11 185 730	11 274 596	11 609 796	12 361 395	13 128 070	12 909 205	14 212 797	13 131 878	13 300 082
11 Lagoa (Algarve)	M	6 190 203	7 602 699	8 960 205	9 200 515	9 760 750	10 426 963	11 274 212	11 711 765	13 201 360	10 037 770	12 075 349
12 Palmela	M	7 823 621	7 872 853	8 355 813	8 859 968	9 377 913	9 582 489	9 934 166	10 387 909	10 288 682	10 105 676	11 046 525
13 Matosinhos	G	6 797 339	6 757 704	5 621 323	6 803 593	8 139 939	9 242 792	9 359 770	10 386 066	10 861 745	10 373 774	10 785 820
14 Gondomar	G	8 428 120	7 485 212	7 188 311	7 858 792	11 246 614	8 782 839	9 240 019	9 800 095	10 374 269	10 261 432	10 629 990
15 Almada	G	9 675 560	9 757 841	10 807 033	10 931 500	11 550 164	11 927 734	10 024 626	13 604 970	13 416 803	6 434 440	9 848 471
16 Lagos	M	10 013 393	11 518 079	10 677 114	11 011 573	11 069 067	11 890 102	12 013 099	10 605 670	11 480 468	8 732 916	8 972 094
17 Barreiro	M	7 521 197	7 771 280	7 739 718	9 126 837	8 769 509	8 888 373	9 017 848	8 988 446	9 326 737	8 888 392	8 894 283
18 Vila Franca de Xira	G	10 301 795	10 264 975	11 622 431	10 767 627	10 992 089	10 151 785	9 287 697	8 288 461	10 656 118	8 142 103	8 805 142
19 Guarda	M	3 378 940	3 608 834	3 892 484	4 108 969	4 515 425	4 742 338	4 665 069	8 821 036	9 335 937	8 582 035	8 801 843
20 Amadora	G	10 117 014	9 598 701	9 026 797	9 886 840	8 136 746	7 310 709	7 937 912	7 185 683	9 081 493	8 034 668	8 688 847
21 Setúbal	G	5 788 346	5 184 678	4 295 061	5 728 718	6 221 097	7 313 153	8 161 918	8 913 328	8 964 239	8 657 384	7 709 705
22 Porto	G	21 987 053	19 117 370	15 469 387	15 111 871	14 981 743	16 142 891	17 684 244	7 163 199	6 969 301	5 425 810	7 401 753
23 Évora	M	6 459 615	6 586 701	5 886 493	7 032 966	6 164 654	8 506 332	8 641 786	9 284 068	7 472 186	6 622 153	7 239 858
24 Angra do Heroísmo	M	434 047	402 423	701 670	808 617	603 247	628 235	588 071	552 546	753 482	3 745 781	6 901 352
25 Moita	M	6 049 697	7 140 707	7 028 534	7 003 716	7 001 601	7 041 660	6 988 878	7 036 533	7 032 585	6 406 761	6 791 029
26 Silves	M	4 737 530	4 327 326	4 471 234	4 294 701	4 884 493	4 662 785	4 919 045	5 108 859	6 739 584	6 440 694	6 537 030
27 Vila do Conde	M	5 780 805	6 731 650	6 406 489	6 180 974	5 696 355	7 106 531	6 775 362	7 097 852	7 052 370	6 319 941	6 528 495
28 Marinha Grande	M	6 360 118	6 031 603	6 150 692	6 052 802	6 418 735	6 573 420	6 902 188	6 721 217	6 777 894	6 024 366	6 510 873
29 Pombal	M	5 340 956	5 872 546	5 716 432	5 835 122	6 212 163	6 290 672	6 208 431	6 132 259	6 088 660	4 979 488	6 458 941
30 Aveiro	M	1 212 850	1 818 019	1 307 721	4 255 588	6 570 802	6 108 101	5 806 218	5 793 179	8 048 889	4 815 018	6 442 403
31 Leiria	G	4 847 490	2 728 993	3 696 980	4 583 713	4 685 172	6 195 085	5 882 400	7 230 353	7 248 468	5 188 750	6 094 917
32 Espinho	M	4 450 062	4 292 232	4 493 215	4 301 719	4 667 023	4 707 426	4 651 705	4 644 676	4 789 064	4 322 989	6 049 481
33 Felgueiras	M	4 963 583	5 529 756	5 252 958	5 519 575	5 733 282	5 811 212	6 016 617	5 861 638	6 348 872	4 913 491	5 685 202
34 Bragança	M	5 458 115	5 174 580	5 721 580	5 615 960	5 693 222	6 234 271	5 535 391	5 987 755	6 304 713	5 852 602	5 566 239
35 Loures	G	5 486 278	8 022 731	6 219 766	5 792 704	5 653 925	5 618 302	5 602 772	6 095 572	5 986 799	4 775 393	5 369 485

Da observação do *Ranking* R16 infere-se em relação ao ano económico de 2021:

Tal como tem acontecido nas restantes rúbricas orçamentais da receita, Lisboa destaca-se dos restantes municípios pelo volume de receita apresentada. O produto da venda de bens e serviços correntes do município de Lisboa, no montante de 92,4 milhões de euros representou, em 2021, 11,4% do total das receitas de vendas correntes efetuadas pelo conjunto de municípios, apresentando, no entanto, uma descida de produto de 8% (-8,0 milhões de euros). Nesta listagem dos 35 municípios com maior volume de venda de bens e serviços correntes, a amplitude de valores registados é considerável uma vez que, o último da mesma, arrecadou apenas 5,4 milhões de euros;

O segundo município desta lista – Funchal – registou apenas 21,6% do produto obtido por Lisboa ao apurar 19,9 milhões de euros em 2021, tendo ocupado esta mesma posição no biénio 2018/2019. Assim, face

aos valores apurados conclui-se que 307 municípios apresentam uma receita em venda de bens e serviços correntes, de montante inferior a 20 milhões de euros, sendo que 294 municípios apresentaram um resultado inferior a 10 milhões de euros;

Um município desta listagem apresentou uma diminuição de receita superior a -30%. Trata-se de Seixal que apresentou um decréscimo de receita de 34,2% (-7,9 milhões de euros). Outros cinco municípios apresentaram um acréscimo desta receita superior a 30%. Estiveram nesta situação os municípios de: Angra do Heroísmo (+84,2%, +3,2 milhões de euros), Almada (+53,1%, +3,4 milhões de euros), Espinho (+39,9%, +1,7 milhões de euros), Porto (+36,4%, +2 milhões de euros) e Aveiro (+33,8%, +1,6 milhões de euros).

O *Ranking* R16.A apresentado abaixo é homólogo ao ranking R16, mas relativo ao montante da venda de bens e serviços correntes de todos os municípios da Região dos Açores.

R16.A – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2021 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Angra do Heroísmo	M	434 047	402 423	701 670	808 617	603 247	628 235	588 071	552 546	753 482	3 745 781	6 901 352
2 Ribeira Grande	M	3 294 141	3 298 883	3 501 243	3 666 319	4 064 648	4 260 983	4 128 632	3 970 883	4 437 048	3 846 892	4 321 921
3 Ponta Delgada	M	2 840 432	2 803 093	2 664 195	2 662 589	2 671 408	3 290 393	3 342 197	3 444 247	3 511 720	2 464 022	3 120 554
4 Lagoa (R.A.A)	P	1 689 008	1 731 002	1 764 465	2 262 900	2 438 150	2 416 697	2 482 460	2 518 727	2 427 775	2 117 896	2 194 020
5 Horta	P	1 426 194	1 371 815	1 433 205	1 284 525	1 440 115	1 581 311	1 561 015	1 605 275	1 370 301	1 346 925	1 201 054
6 Vila Franca do Campo	P	1 186 381	1 178 319	1 176 742	1 223 459	1 246 091	1 191 194	1 189 606	1 243 667	1 279 324	1 142 439	1 140 878
7 Vila do Porto	P	350 009	377 174	365 310	436 836	445 767	460 522	494 851	583 734	738 776	907 295	1 013 203
8 Lajes do Pico	P	411 085	490 608	501 650	494 279	557 780	545 660	553 592	576 063	632 382	636 199	1 010 828
9 Povoação	P	548 459	528 540	534 787	522 483	677 424	666 768	678 972	943 142	1 005 599	588 460	764 544
10 Velas	P	512 541	424 782	413 984	601 280	646 704	755 673	826 061	774 060	827 053	652 469	630 233
11 Madalena	P	594 905	578 324	597 470	619 586	645 025	750 639	756 794	699 355	742 716	594 553	622 072
12 São Roque do Pico	P	394 291	384 604	383 085	385 199	391 143	408 061	403 717	429 911	414 781	383 807	428 156
13 Calheta (R.A.A.)	P	395 737	309 525	327 476	399 667	398 076	394 979	408 238	392 409	390 101	356 711	394 973
14 Sta. Cruz da Graciosa	P	349 013	303 211	358 689	301 300	301 027	329 003	302 700	367 901	387 437	328 512	314 421
15 Praia da Vitória	P	290 807	182 425	207 372	213 064	232 996	218 602	353 527	322 828	262 442	180 651	253 298
16 Nordeste	P	27 811	12 906	31 152	28 580	31 878	42 066	33 717	46 210	59 314	61 245	43 483
17 Lajes das Flores	P	237 017	122 587	64 658	151 841	66 000	39 874	51 122	41 819	43 598	33 142	39 649
18 Santa Cruz das Flores	P	19 698	33 373	22 172	19 466	22 419	19 841	25 840	27 736	30 167	29 059	27 363
19 Corvo	P	18 494	13 513	12 854	14 593	15 697	15 987	15 803	15 513	19 500	5 782	4 284

Da observação da lista antecedente, R16.A, constata-se que: Três municípios açorianos, Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa (R.A.A), têm obtido um resultado relevante com a venda de bens e serviços correntes desde 2011. Em 2020 entrou para este grupo, o município de Angra de Heroísmo ao arrecadar 3,7 milhões de euros (+397%, +3 milhões de euros). Este município em 2021 apresentou um crescimento extraordinário de 84,2% (+3,2 milhões de euros), sendo que Ponta Delgada, também apresentou o aumento significativo desta receita em 26,6% (+656,5 milhares de euros). Dos restantes municípios mais quatro apresentaram, em 2021, valores superiores a 1 milhão de euros: Horta (1,2 milhões de euros) e Vila Franca do Campo (1,1 milhões de euros), Vila do Porto (1,0 milhões de euros) e Lajes do Pico (1,0 milhões de euros e um acréscimo de receita de +58,9%); O último município desta listagem, município do Corvo apesar da exígua receita que aufer, apresentou em 2020 um decréscimo da mesma na ordem dos 70% e em 2021 um decréscimo de 25,9%. O Ranking R16.M, homólogo ao anterior, respeita ao montante da

venda de bens e serviços correntes de todos os municípios da Região da Madeira.

Da observação do *Ranking* R16.M, observa-se uma considerável distância que separa o município do Funchal dos restantes municípios madeirenses, no que respeita ao resultado da venda de bens e serviços correntes. A receita do município de Funchal, em termos de volume apresenta-se como a segunda maior a nível nacional. Assinala-se, ainda, a receita obtida pelo município de Santa Cruz, que tendo registado níveis superiores aos 4 milhões de euros desde 2012, em 2020 apresenta uma descida de 11% (-493,3 milhares de euros), baixando o seu nível de receita para 3,9 milhões de euros, nível que manteve em 2021 ao crescer 1.2%. O município da Calheta apresenta um relevante nível de receita de bens e serviços correntes ao faturar 1,1 milhões de euros em 2021 e um acréscimo de 4,3%. De apontar também o aumento acentuado de receita apresentado pelos municípios de: Porto Moniz (+104%), Porto Santo (+171,3%) e São Vicente (+45,5%).

R16.M – Volume de receita da venda de bens e serviços corrente em 2021 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Funchal	G	19 437 651	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192	23 283 648	18 262 393	19 994 783
2 Santa Cruz	M	3 338 635	4 335 031	3 798 873	4 083 309	4 326 336	4 172 663	4 397 295	4 310 385	4 371 199	3 877 932	3 925 902
3 Calheta (R.A.M.)	P	719 827	767 146	1 118 179	1 178 218	1 220 189	1 266 020	1 316 392	1 338 226	1 372 380	1 071 615	1 117 789
4 Porto Moniz	P	348 751	451 344	432 740	668 724	682 602	762 729	712 406	807 367	959 396	352 716	720 080
5 Ponta do Sol	P	706 032	636 882	625 414	656 387	712 815	704 622	725 204	711 352	736 502	661 836	712 529
6 Machico	P	1 787 317	635 210	294 463	201 144	552 531	642 025	699 359	723 238	679 473	375 321	466 062
7 Ribeira Brava	P	892 214	404 542	402 346	466 868	491 789	457 980	437 408	498 780	510 530	340 085	465 618
8 Câmara de Lobos	M	1 743 816	438 799	499 521	508 534	444 380	409 780	415 087	411 067	517 378	460 765	409 425
9 São Vicente	P	249 407	232 461	265 967	253 159	246 873	269 430	256 961	300 041	335 120	191 688	278 977
10 Porto Santo	P	325 608	80 887	2 166 246	150 462	127 999	159 096	142 571	84 785	61 684	43 357	117 650
11 Santana	P	366 202	64 423	45 964	153 251	53 474	53 939	50 493	53 138	48 827	71 743	83 495

PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS OBTIDOS)

Relativamente a outra componente da receita autárquica denominada por passivos financeiros²⁴, que durante um largo período de anos apresentou elevado peso nas receitas totais das autarquias portuguesas, apenas se apresentam, nesta secção, breves referências uma vez que será um tema a explorar na análise do endividamento no Capítulo 3 deste Anuário.

O volume de passivos financeiros contraídos em 2021 representou apenas 4% da receita total cobrada pelo conjunto dos 308 municípios, tendo aumentado de importância, neste ano económico, em 1,4 pp face a 2020.

Assim, em 2021, considerando a totalidade dos municípios, o volume de passivos financeiros (recurso a empréstimos financeiros) atingiu

o montante de 393,2 milhões de euros, aumentando 168,1 milhões de euros (+74,7%) relativamente a 2020. Deste volume de passivos financeiros, apenas 3,4 milhões de euros se reportaram, em 2021, à utilização de financiamentos ao abrigo do programa Fundo de Apoio Municipal (FAM)²⁵.

No Quadro 2.23 apresentam-se os três municípios que utilizaram empréstimos ao abrigo do FAM em 2021, de entre os treze beneficiários deste Fundo.

²⁴ Resultante da contratualização de empréstimos bancários e outros financiamentos obtidos, tanto de médio e longo prazo, como de curto prazo.

²⁵ O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a prevenção de situações de rutura financeira, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

Quadro 2.23 – Municípios que em 2021 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM

Unidade: euros

Município	Dim.	Fundo de Apoio Municipal (FAM)										Passivos Financeiros 2021 (totais)
		Total Contratual.	Utilizado	Amortização 2021	Dívida final 2021	Recebido em 2016	Recebido em 2017	Recebido em 2018	Recebido em 2019	Recebido em 2020	Recebido em 2021	
1 Portimão	M	137 361 827	118 149 857	4 044 385	110 018 414	33 234 497	84 915 360	0	0	0	0	4 469 219
2 Aveiro	M	85 511 149	78 161 188	4 010 694	64 171 111	0	64 515 171	13 646 016	0	0	0	6 033 922
3 Cartaxo	M	52 035 855	51 465 430	45 768	49 994 989	0	49 082 856	2 370 574	12 000	0	0	140 906
4 Fundão	M	66 017 852	46 064 445	0	44 078 039	0	0	31 816 596	14 247 849	0	0	1 850 475
5 Paços de Ferreira	M	35 122 915	32 272 915	0	31 376 445	0	18 022 915	14 250 000	0	0	0	1 322 119
6 Vila Franca do Campo	P	34 126 638	31 838 515	443 658	31 838 515	0	0	0	19 231 372	12 607 143	1 300 000	709 847
7 Nazaré	P	35 242 012	30 958 306	520 000	28 673 165	0	0	0	29 108 306	0	1 850 000	716 000
8 Fornos de Algodres	P	32 620 057	28 705 594	4 100	26 870 612	0	27 555 031	1 150 564	0	0	0	4 100
9 Alandroal	P	16 579 276	16 097 117	0	14 810 535	11 425 000	2 905 000	750 000	1 017 117	0	0	141 868
10 V. Real de Sto. António	P	19 619 907	14 540 182	0	13 158 249	5 541 756	6 043 059	175 896	2 521 693	0	257 777	2 242 970
11 Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	14 113 948	200 000	12 993 394	11 423 784	2 152 131	298 835	239 198	0	0	489 829
12 Nordeste	P	11 255 515	10 288 239	530 508	9 283 883	0	0	9 327 289	70 073	151 774	0	940 177
13 Alfândega da Fé	P	1 502 819	1 382 819	0	880 036	1 382 819	0	0	0	0	0	842 269
Total		541 109 768	474 038 554	9 799 114	438 147 386	63 007 856	255 191 522	73 785 770	66 447 609	12 758 917	3 407 777	19 903 701

Regressando à análise dos passivos financeiros na sua totalidade, após observação das contas dos 308 municípios portugueses, conclui-se que 146 municípios, em 2021, não apresentaram qualquer valor de passivos financeiros ou porque prescindiram do recurso ao crédito bancário, ou porque não teriam condições para acesso ao mesmo. Não foi possível, pela informação disponibilizada, identificar essas possíveis razões. Salienta-se ainda que, destes municípios, 112 também não tinham recorrido a qualquer forma de crédito bancário em 2020. Mais se verificou, pela análise das contas, que outros 79 municípios apresentaram diminuição de passivos financeiros em 2021 face ao ano anterior.

No *Ranking* R17 apresentam-se os municípios com maior volume de receita creditícia em 2021, permitindo a sua análise constatar que:

Oito dos municípios apresentados na lista R17 não tinham recorrido a empréstimos bancários no ano anterior. Outros vinte e um apresentaram, em 2021, um crescimento desta receita superior a 100%;

Lisboa foi o município com maior volume de empréstimos contrai-dos em 2021 (50,5 milhões de euros, +274,1% relativamente a 2020), seguindo-se o município de Seixal (32,5 milhões de euros, sendo que no ano transato não auferiu desta receita) e Porto (16,7 milhões de euros e +133,2% que no ano anterior). Com contratação de financiamentos de valor superior a 10 milhões de euros encontraram-se mais sete municípios.

R17 – Municípios com maior volume de Passivos Financeiros (contração de empréstimos bancários) em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Lisboa	G	43 137 500	8 990 000	59 000 000	60 730 348	46 686 135	7 320 213	6 745 839	18 000 000	27 250 000	13 500 000	50 500 000
2	Seixal	G	4 000 000	0	0	33 334 459	0	31 296 162	0	35 000 000	20 938 938	0	32 525 752
3	Porto	G	5 252 764	1 735 432	5 569 972	1 047 940	5 007 560	1 000 000	6 333 679	6 064 069	0	7 180 037	16 746 828
4	Trofa	M	500 000	0	23 716 361	6 603 252	0	0	0	24 133 940	1 009 113	1 393 329	13 357 546
5	Matosinhos	G	10 787 873	6 306 714	3 134 116	2 845 225	6 541 538	14 276 572	6 703 102	1 889 998	0	0	11 536 689
6	Guimarães	G	9 000 000	0	0	0	7 000 000	0	0	0	0	1 000 000	11 000 000
7	Viana do Castelo	M	5 418 161	633 681	5 359 410	2 600 000	6 240 185	3 702 961	6 493 845	5 547 068	9 120 763	4 997 139	10 744 847
8	Vila Nova de Gaia	G	8 425 320	9 280 389	24 647 957	14 420 165	7 946 706	41 406 880	5 618 658	17 693 721	3 000 000	3 986 370	10 296 713
9	Espinho	M	1 000 000	950 000	9 126 751	950 000	1 500 000	1 000 000	600 000	0	1 000 000	7 149 877	10 220 555
10	Setúbal	G	1 750 000	72 247	1 000 000	0	12 500 000	10 000 000	6 615 801	11 590 000	10 750 506	14 483 066	10 177 950
11	Celorico da Beira	P	350 000	0	0	0	0	0	0	11 530 422	0	0	9 178 422
12	Braga	G	3 000 000	3 000 000	5 000 000	8 000 000	5 000 000	4 000 000	4 900 000	5 000 000	12 376 007	9 600 669	8 942 504
13	Lamego	M	600 000	750 000	15 882 365	50 297	700 000	600 000	450 000	700 000	0	294 467	7 627 314
14	Amarante	M	2 051 246	1 323 412	825 401	0	500 000	2 355 670	3 576 601	2 994 698	3 977 804	2 623 334	6 785 175
15	Póvoa de Varzim	M	0	0	7 380 944	0	0	0	0	4 529 234	5 084 090	1 062 830	6 048 181
16	Palmela	M	2 475 793	2 829 637	3 123 190	0	0	0	0	998 446	849 986	0	5 773 799
17	Santa Cruz	M	0	0	0	14 674 908	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398	233 587	1 585 267	5 367 459
18	Funchal	G	4 871 183	3 576 584	31 910 797	0	0	293 809	1 135 428	21 892 051	7 569 990	699 409	5 020 304
19	V. Nova de Famalicão	G	5 640 877	4 050 225	3 963 106	4 933 816	5 634 104	2 653 298	2 839 900	7 580 410	5 260 910	2 439 041	4 950 064
20	Coimbra	G	10 461 000	13 009 582	6 751 199	1 548 801	437 063	3 556 264	996 111	0	0	0	4 901 621
21	Mirandela	M	0	0	7 600 000	0	3 000 000	0	0	0	0	911 955	4 893 676
22	Barreiro	M	0	81 866	10 201 380	163 732	0	11 651 035	665 110	2 448 387	11 366 943	1 900 000	4 855 704
23	Praia da Vitória	P	1 803 500	1 367 334	1 086 000	240 000	850 000	1 550 000	2 153 894	1 000 000	1 911 745	3 321 611	4 717 369
24	Torres Vedras	M	10 183 854	3 583 197	2 100 000	2 400 000	5 300 000	2 500 000	378 000	51 670	1 076 563	659 652	4 094 260
25	Vila Real	M	990 000	0	200 000	0	0	0	0	0	4 320 000	0	3 575 790
26	Penafiel	M	1 072 096	0	1 736 014	0	0	0	0	0	0	2 000 000	3 390 553
27	Viseu	M	1 201 597	1 211 571	320 444	24 190	1 863 170	0	20 875	435 279	133 650	1 044 630	3 286 364
28	Cantanhede	M	1 700 000	0	0	0	0	0	0	0	0	212 040	3 239 514
29	Belmonte	P	0	0	494 465	0	500 000	930 000	1 593 320	504 726	500 000	686 849	3 136 909
30	Ourém	M	1 857 660	500 000	4 118 153	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	3 000 000
31	Paredes	M	10 519 367	1 247 714	22 088 491	2 400 349	2 800 000	12 204 046	1 915 000	29 504 878	587 559	1 181 295	2 851 898
32	Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	2 622 556	0	0	2 429 233
33	Santa Comba Dão	P	500 000	460 000	0	2 017 294	2 098 733	672 250	0	0	0	0	2 395 203
34	Loures	G	4 761 159	8 135 219	6 000 000	6 000 000	6 908 943	4 715 370	5 093 503	0	1 430 390	982 115	2 361 400
35	Peso da Régua	P	1 500 000	25 643	4 961 948	0	529 707	600 000	600 000	9 898 671	800 000	1 014 554	2 360 304

R17.A – Volume de Passivos Financeiros registado em 2021 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Praia da Vitória	P	1 803 500	1 367 334	1 086 000	240 000	850 000	1 550 000	2 153 894	1 000 000	1 911 745	3 321 611	4 717 369
2 Ribeira Grande	M	1 136 500	2 782 759	668 893	241 000	1 152 001	1 638 094	766 661	1 997 597	273 608	2 783 669	1 596 051
3 Lagoa (R.A.A)	P	400 000	400 000	400 000	400 000	400 000	0	0	0	0	515 500	1 333 930
4 Vila Franca do Campo	P	14 357 651	11 534 168	0	0	0	0	0	0	19 231 372	12 607 143	1 300 000
5 Madalena	P	0	0	430 000	0	603 000	1 130 000	1 000 000	1 556 128	800 000	1 180 000	838 546
6 Horta	P	1 023 978	0	0	0	0	0	149 092	0	500 571	600 000	600 000
7 Sta. Cruz da Graciosa	P	500 000	0	0	0	0	0	600 000	0	0	0	359 000
8 Lajes do Pico	P	0	0	0	200 000	100 000	25 000	0	0	0	0	92 025
9 Lajes das Flores	P	0	0	0	300 000	0	0	0	0	305 000	44 599	66 000
10 São Roque do Pico	P	501 960	0	28 172	0	0	0	8 766	891 234	61 795	227 981	0
11 Nordeste	P	0	0	10 490 442	1 520 987	0	0	0	10 066 391	70 073	151 774	0
12 Angra do Heroísmo	M	978 814	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13 Calheta (R.A.A.)	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14 Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15 Ponta Delgada	M	697 200	650 200	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16 Povoação	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17 Santa Cruz das Flores	P	91 280	0	0	0	0	0	131 505	0	0	0	0
18 Velas	P	0	0	0	0	0	0	816 667	0	0	0	0
19 Vila do Porto	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Açores		21 490 882	16 734 461	13 103 508	2 901 987	3 105 001	4 343 094	5 626 584	15 511 350	23 154 165	21 432 277	10 902 920
% Açores/Nacional		4,53%	7,60%	1,69%	0,74%	1,18%	1,12%	1,01%	2,88%	6,05%	9,52%	2,77%

Nos *Rankings* R17.A e R17.M apresentam-se o volume de receitas resultantes de empréstimos bancários obtidos pelos municípios dos Açores e da Madeira. De realçar, em 2021, o baixo peso da receita de passivos financeiros em ambas as Regiões Autónomas, em relação ao total nacional. Observando o quadro anterior e o subsequente conclui-se que o volume global de empréstimos diminuiu na Região dos Açores em 49,1% (-10,5 milhões de euros) e na Região da Madeira

aumentou 293,4% (+12,3 milhões de euros);

Em ambas as regiões verificou-se, em 2021, a utilização de empréstimos bancários por parte de municípios que não tinham recorrido aos mesmos no ano anterior. No caso da Região dos Açores aconteceu tal situação com dois municípios e na Região da Madeira com três municípios, sendo que um deles não tinha recorrido ao crédito bancário nos últimos dez anos (município de Machico).

R17.M – Volume de Passivos Financeiros registado em 2021 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Santa Cruz	M	0	0	0	14 674 908	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398	233 587	1 585 267	5 367 459
2	Funchal	G	4 871 183	3 576 584	31 910 797	0	0	293 809	1 135 428	21 892 051	7 569 990	699 409	5 020 304
3	Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	2 622 556	0	0	2 429 233
4	Machico	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 893 667
5	Câmara de Lobos	M	0	0	5 815 459	0	0	0	3 990 051	900 000	1 000 000	2 100 000	1 329 000
6	São Vicente	P	0	0	0	0	0	0	0	0	177 881	753 831	1 000 000
7	Porto Santo	P	0	0	1 471 209	0	0	0	0	0	1 500 000	0	400 233
8	Calheta (R.A.M.)	P	0	0	4 232 882	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Porto Moniz	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Santana	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Madeira			4 871 183	3 576 584	43 430 346	14 674 908	1 556 310	293 809	7 183 873	36 267 005	10 481 459	5 138 507	17 439 896
% Madeira/Nacional			1,03%	1,63%	5,59%	3,74%	0,59%	0,08%	1,29%	6,74%	2,74%	2,28%	4,43%

Quadro 2.24 – Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização do capital em dívida em 2021

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(a) Receitas: novos empréstimos	474,285	220,067	776,260	392,800	263,690	388,290	556,679	538,157	382,571	225,150	393,235
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	615,023	890,319	639,840	679,086	665,999	751,801	737,285	775,394	587,945	433,190	419,521
Diferença (b-a)	140,738	670,252	-136,420	286,285	402,308	363,511	180,606	237,237	205,374	208,040	26,286

Com o propósito de relacionar o volume de empréstimos contraídos, com as amortizações de capital realizadas no mesmo ano, apresentam-se de seguida os Quadros 2.24, 2.24.A e 2.24.M (os dois últimos associados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) e os *Rankings* R18 e R19, nos quais se poderá observar, respetivamente, os 35 municípios com maior diferença positiva entre o volume de amortizações e o montante de novos empréstimos e os 35 municípios com maior diferença negativa entre estes dois montantes. Relativamente ao total nacional, verifica-se que:

Em 2021, a diferença entre o volume de amortizações de capital em dívida e o montante de novos empréstimos foi positiva e de 26,3 milhões

de euros, contribuindo, assim, o sector autárquico para a diminuição líquida do passivo financeiro do Estado;

Contudo, em 2021, a utilização de novos empréstimos, ao somar 393,2 milhões de euros, cresceu 168,1 milhões de euros (+74,7%) sendo que, embora o montante de amortização de capital tenha baixado em 13,7 milhões de euros, isto é, -3,2% ao totalizar 419,5 milhões de euros, foi suficiente para contrariar o volume de empréstimos assumidos. No período entre 2011 e 2021, só em 2013 é que o total de novos empréstimos foi superior ao volume de amortizações em 136,4 milhões de euros.

Quadro 2.24.A – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(a) Receitas: novos empréstimos	21,491	16,734	13,104	2,902	3,105	4,343	5,627	15,511	23,154	21,432	10,903
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	24,830	24,265	18,590	16,378	17,876	14,466	14,918	25,856	34,351	25,486	12,731
Diferença (b-a)	3,339	7,530	5,487	13,476	14,771	10,123	9,291	10,345	11,197	4,054	1,828

Quadro 2.24.M – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(a) Receitas: novos empréstimos	4,871	3,577	43,430	14,675	1,556	0,294	7,184	36,267	10,481	5,139	17,440
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	17,851	19,277	22,446	19,996	20,774	17,848	21,836	42,131	11,641	10,913	8,597
Diferença (b-a)	12,980	15,700	-20,985	5,321	19,217	17,554	14,652	5,864	1,159	5,775	-8,842

Na Região Autónoma dos Açores em 2021, o volume de amortização foi ainda superior ao montante de contratação de novos empréstimos, pese embora tenha decrescido em cerca de 50% (-12,8 milhões de euros) uma vez que a utilização de empréstimos bancários também baixou significativamente (-49,1%, -10,5 milhões de euros). Considerando o conjunto dos municípios açorianos, entre 2011 e 2021 a diferença entre as amortizações de capital e o montante de novos empréstimos foi sempre positiva e por isso as amortizações ultrapassaram sempre o volume de novos empréstimos.

Em relação ao conjunto dos municípios madeirenses, em 2021 o volume de amortizações foi inferior ao volume de empréstimos bancário utilizados em cerca de 8,8 milhões de euros. Esta situação só tinha ocorrido em 2013, ano em que o volume de novos empréstimos ultrapassou, também, o montante global das amortizações de dívida. Mais se anota que na Região da Madeira o volume de crédito bancário utilizado em 2021 aumentou 239,4% (+12,3 milhões de euros), tendo o volume de amortizações diminuído em 21,25% (-2,3 milhões de euros). Na listagem R18 apresentam-se, referenciados ao ano de 2021, os 35 municípios com maior diferença positiva entre o montante de amor-

tizações e o montante de empréstimo anual utilizado, isto é, situação em que o volume das amortizações é superior ao volume de novos empréstimos.

De realçar que:

O ranking inclui municípios que mais contribuíram para a diminuição da dívida pública ao precederem a amortizações superiores ao volume de empréstimos utilizados. Deste ranking constam 13 municípios de grande dimensão, 20 de média dimensão e 2 de pequena dimensão;

Em 2021, o município que mais contribuiu para o abate da dívida pública foi Vila Nova de Gaia com o excedente de amortização de 8,8 milhões de euros.

Na listagem subsequente R19 apresentam-se, referenciados ao ano de 2021, os 35 municípios com maior diferença negativa entre o montante de amortizações e o montante de empréstimo anual contraído, isto é, situação em que o volume de novos empréstimos é superior ao volume de amortizações.

R18 – Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Vila Nova de Gaia	G	15 391 649	13 486 709	360 550	11 338 932	16 338 660	-19 436 694	16 681 867	16 277 805	14 479 848	13 413 615	8 841 288
2	Gondomar	G	-1 265 156	4 065 736	2 436 147	3 394 169	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874	4 386 860	6 062 254	6 358 180
3	Aveiro	M	2 232 603	9 290 418	6 431 818	4 082 182	6 575 857	8 982 696	-28 282 430	-11 158 605	7 642 197	11 862 657	6 033 922
4	Portimão	M	2 555 944	1 218 673	4 114 244	3 154 728	1 905 388	-30 139 907	-61 911 034	5 961 934	4 721 558	555 992	4 469 219
5	Cascais	G	-7 498 505	-8 312 094	3 569 023	2 487 228	4 164 031	3 725 663	-8 772 978	5 306 979	5 303 017	4 068 665	4 019 638
6	Évora	M	4 056 295	4 672 986	-18 653 486	-1 783 190	4 872 416	-29 159 419	3 404 423	5 184 933	3 740 197	3 956 120	3 965 042
7	Santarém	M	1 937 520	4 793 279	-23 121 580	-4 108 191	4 372 957	6 151 599	6 498 622	5 970 473	4 278 013	2 355 800	3 685 752
8	Covilhã	M	1 605 030	3 646 672	1 997 994	4 604 329	4 796 163	4 772 777	4 778 969	-9 219 879	78 313	3 112 241	3 673 689
9	Leiria	G	6 214 628	6 186 305	6 621 134	8 444 190	6 770 798	7 370 360	5 112 989	3 707 317	8 264 463	3 479 665	3 547 044
10	Loulé	M	657 627	2 479 708	-8 203 616	15 784 579	3 834 522	3 971 897	6 240 760	3 646 636	3 648 574	3 650 732	3 412 598
11	Vila Franca de Xira	G	1 429 183	-743 072	1 865 946	2 608 691	2 975 119	2 419 581	-6 319 364	631 351	-2 592 184	1 568 766	3 306 029
12	Almada	G	-2 052 794	1 141 408	1 661 476	3 807 592	388 219	3 757 649	1 537 234	1 538 702	3 009 340	3 256 508	3 166 410
13	Seia	M	-34 609 303	-1 414 253	352 011	1 469 476	2 499 508	2 549 914	3 142 838	2 715 804	3 041 653	3 086 287	3 140 987
14	Maia	G	7 462 375	7 468 908	7 494 849	7 253 041	-4 687 556	6 568 609	5 557 360	1 578 619	6 760 868	2 529 749	3 079 274
15	Braga	G	6 348 221	6 340 830	6 488 739	6 440 751	6 288 210	6 319 443	6 340 498	6 349 418	-305 999	1 947 092	2 875 177
16	Santa Maria da Feira	G	1 322 029	3 235 557	-7 649 527	4 673 177	4 836 365	9 194 256	8 387 651	3 589 103	3 028 377	2 584 532	2 764 030
17	Vila do Conde	M	2 195 931	2 926 579	-23 544 153	4 242 386	8 558 399	4 070 158	3 617 054	3 028 564	2 944 850	2 869 896	2 671 430
18	Ferreira do Zêzere	P	73 519	470 654	564 889	567 486	574 611	579 090	540 765	533 027	535 430	424 192	2 589 123
19	Amadora	G	3 370 399	3 395 669	3 517 721	3 531 269	3 562 138	3 581 791	3 591 500	3 594 420	3 595 719	3 216 303	2 581 676
20	Chaves	M	2 069 930	1 799 310	-4 952 610	-11 292 490	2 469 404	2 801 872	3 299 042	3 098 723	2 441 028	1 481 436	2 349 289
21	Sesimbra	M	-1 692 189	-705 544	-7 586 404	1 747 226	1 963 601	1 631 562	1 512 533	2 473 339	1 067 710	1 350 586	2 061 633
22	Odivelas	G	4 672 914	4 743 317	3 718 314	4 957 991	3 006 349	4 508 535	4 309 270	3 379 976	4 279 583	3 149 912	2 032 148
23	Guarda	M	4 382 665	4 557 585	-7 486 081	3 606 010	-662 286	3 128 324	3 485 648	3 362 708	2 699 182	2 072 156	2 012 437
24	V. Real de Sto. António	P	744 547	483 831	626 537	-54 222 502	2 780 783	-2 195 006	-3 561 565	2 485 559	979 748	2 538 354	1 985 193
25	Portalegre	M	1 064 362	2 027 655	2 717 345	3 344 426	3 157 712	3 692 612	2 151 782	1 818 023	1 764 666	1 604 355	1 941 324
26	Lamego	M	1 441 464	1 718 347	-13 593 809	3 009 406	2 565 043	2 460 484	3 089 328	3 097 792	2 653 771	2 248 682	1 912 961
27	Barcelos	G	2 771 310	2 585 597	598 082	902 641	2 882 207	2 971 510	2 979 287	2 944 341	2 152 980	2 151 652	1 859 220
28	Figueira da Foz	M	-26 907 340	4 170 932	6 289 954	6 325 796	4 512 257	4 665 516	4 817 820	4 862 046	1 808 158	1 819 577	1 827 441
29	Ponta Delgada	M	1 258 538	1 025 169	1 803 183	3 053 243	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	1 663 812
30	Fundão	M	2 147 523	2 923 528	-41 509 318	4 655 138	4 927 882	5 390 064	4 392 103	2 947 632	-1 709 366	3 694 249	1 650 475
31	Angra do Heroísmo	M	724 490	1 655 869	1 762 364	1 656 478	1 347 327	1 372 840	1 389 491	1 398 160	1 401 607	1 242 162	1 504 710
32	Ílhavo	M	1 784 871	-4 584 234	918 486	2 231 770	2 114 282	1 323 425	2 300 585	2 178 255	2 051 443	1 673 018	1 451 474
33	Azambuja	M	1 031 546	969 123	-1 979 049	1 131 966	1 732 264	1 755 115	1 763 133	1 716 920	1 589 049	1 448 926	1 451 135
34	Sintra	G	7 725 679	33 402 681	11 052 664	11 833 658	34 552 005	18 327 405	4 000 194	3 030 709	2 643 209	1 837 337	1 442 850
35	Olhão	M	1 743 819	1 473 120	-2 164 594	1 682 080	1 714 151	536 652	925 619	284 560	1 467 506	1 609 946	1 435 471

R19 – Municípios com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos

Unidade: euros

Município	Dím	Mandato 10–13			Mandato 14–17				Mandato 18–21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Seixal	G	-2 113 577	6 000 924	5 121 655	-29 857 367	5 440 477	6 433 945	6 451 938	-28 513 992	7 579 611	7 925 793	-19 690 825
2 Lisboa	G	53 046 511	336 299 264	10 840 325	48 855 234	7 146 028	37 726 945	32 578 162	22 844 087	11 249 402	19 665 531	-19 485 299
3 Porto	G	6 810 121	7 807 409	4 574 143	9 218 334	6 567 757	46 223 002	-3 001 644	18 491 510	12 761 487	-7 180 037	-9 566 791
4 Espinho	M	1 170 790	1 112 361	-6 771 811	1 451 856	1 388 800	1 390 787	1 341 226	1 200 773	968 783	-6 017 240	-7 954 252
5 Matosinhos	G	-4 710 464	1 337 172	4 701 097	1 234 841	-2 714 571	-9 194 495	-1 827 129	7 648 832	5 301 421	5 102 072	-6 681 020
6 Guimarães	G	-3 862 687	5 090 494	6 012 517	5 799 338	7 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008	5 330 721	4 349 395	-5 632 960
7 Amarante	M	-520 683	342 149	1 033 210	1 608 720	764 787	-1 163 880	-2 398 879	-1 447 782	-1 529 430	-909 142	-5 167 828
8 Póvoa de Varzim	M	1 867 678	1 867 906	-4 970 233	2 426 689	2 110 421	2 110 646	2 110 749	2 011 987	-3 593 306	20 890	-5 102 691
9 Viana do Castelo	M	-2 706 951	2 313 350	-495 117	3 181 483	8 301	1 989 197	-959 561	-227 936	-3 075 568	1 500 459	-4 080 461
10 Santa Cruz	M	1 593 169	1 630 997	1 694 903	-12 332 257	847 455	2 291 332	2 382 964	1 706 808	2 027 423	682 633	-4 016 120
11 Palmela	M	1 225 564	238 212	-1 018 220	1 920 479	1 854 833	2 572 206	1 822 106	834 044	1 059 920	1 961 974	-3 828 331
12 Torres Vedras	M	-2 583 880	558 206	2 548 079	1 618 507	-523 024	3 528 796	836 832	1 171 386	209 995	610 942	-2 747 579
13 Vila Nova de Famalicão	G	1 902 075	310 294	1 949 713	2 116 272	2 435 339	-335 991	-158 665	2 449 548	-2 602 772	185 015	-2 206 154
14 Praia da Vitória	P	13 218	-14 560	229 697	843 854	856 988	563 974	-34 635	793 889	821 014	-562 152	-1 912 369
15 Vila Real	M	165 809	1 217 288	2 024 935	2 598 541	1 497 958	1 513 040	1 554 081	1 555 540	-2 708 964	1 712 403	-1 812 530
16 Machico	P	733 068	1 361 635	1 486 664	1 499 275	1 521 764	1 439 667	1 200 225	999 397	954 851	960 258	-1 766 317
17 Ribeira Brava	P	734 525	748 738	1 425 898	1 448 092	1 433 122	1 323 131	1 201 952	704 096	655 639	655 639	-1 697 751
18 Peniche	M	259 336	206 247	-1 075 800	-165 823	414 204	151 046	759 674	19 590	180 877	627 196	-1 639 210
19 Gouveia	P	1 526 544	1 387 272	437 678	1 361 592	1 038 683	964 364	-628 412	-234 891	337 803	-524 883	-1 531 000
20 Belmonte	P	369 017	220 733	-273 042	252 191	194 593	-172 666	-830 822	316 841	304 187	81 809	-1 527 944
21 Coimbra	G	993 181	672 835	-351 393	1 973 687	4 407 543	3 587 807	7 607 979	3 640 592	3 641 409	3 642 231	-1 420 016
22 Funchal	G	5 122 320	6 448 078	-20 300 345	8 665 145	8 059 270	6 962 673	5 693 100	18 930	-3 527 559	3 206 236	-1 365 875
23 Viseu	M	1 620 037	1 542 681	2 349 495	2 519 903	599 440	2 457 757	2 224 768	1 535 817	1 871 785	912 477	-1 319 299
24 Monforte	P	503 198	391 940	-10 252	466 159	477 910	63 648	322 128	139 210	174 204	-410 557	-1 251 826
25 Alcácer do Sal	P	190 569	190 815	145 501	110 093	69 282	61 730	61 951	32 795	-410 713	-643 866	-1 203 819
26 Nazaré	P	1 314 528	870 064	626 130	1 165 861	-5 208 997	196 143	196 026	195 725	-18 523 845	195 919	-1 134 000
27 Ribeira de Pena	P	540 139	645 308	-1 198 824	772 865	731 119	697 720	763 789	486 119	-1 282 387	235 131	-1 074 234
28 Arganil	P	525 585	521 752	749 529	977 308	967 336	964 220	964 220	655 556	455 556	-1 644 444	-994 839
29 Paredes	M	-6 976 538	1 929 533	-16 552 090	1 548 881	5 376 175	-6 175 791	3 129 330	1 861 591	1 396 591	446 471	-970 241
30 Esposende	M	701 364	724 282	942 052	1 270 122	781 715	808 700	842 368	-2 650 045	1 009 072	751 137	-969 174
31 Póvoa de Lanhoso	M	460 388	342 694	-2 006 134	724 785	607 121	620 641	577 714	-261 337	-409 976	-1 029 500	-920 120
32 Benavente	M	616 094	710 439	518 061	469 212	762 760	47 384	134 924	-672 686	180 308	-136 145	-915 996
33 Felgueiras	M	628 393	1 340 718	1 359 479	1 362 064	1 480 790	1 316 716	472 695	-2 392 170	545 445	-69 972	-906 567
34 Mirandela	M	713 604	999 551	-6 569 385	1 445 563	1 393 386	1 528 847	1 542 657	1 556 040	1 329 249	370 235	-858 721
35 Vizela	M	243 137	445 626	464 746	-8 118 889	-4 652 386	2 504 075	2 501 542	972 207	917 024	722 332	-838 509

Observe-se que:

Apesar de predominarem municípios de média dimensão, nesta listagem existem oito municípios de grande dimensão que, em 2021, contraíram um volume de novos empréstimos superior ao volume de amortizações. Trata-se de municípios que agravaram a dívida pública nacional em 2021;

Os municípios que em 2021 mais agravaram a dívida pública nacional, com volume de empréstimos superior às amortizações, foram: Seixal com 19,7 milhões de euros, Lisboa com 19,5 milhões de euros e Porto com 9,6 milhões de euros;

Considerando o universo autárquico, 96 municípios apresentaram, em 2021, um volume de amortização de capital inferior ao volume de novos empréstimos contraídos.

2.3. Despesas Municipais

2.3.1. Classificação económica das Despesas

Com o presente ponto deste capítulo pretende-se analisar e comparar informação disponível sobre a execução e evolução da despesa global no universo dos 308 municípios, bem como a situação de cada rubrica da classificação económica e sua variação, considerando o período entre 2011 e 2021, apresentado por mandatos autárquicos. Em certos pontos, comparam-se particularmente os valores de 2021 com os de 2020, apreciando a evolução dos diversos indicadores e componentes orçamentais e, sempre que se considere pertinente, individualizam-se situações de municípios que ilustrem a influência nas dinâmicas em apreço, ou que resultem das mesmas.

À semelhança do que se fez para o ponto 2.2. Receitas Municipais e seguindo a metodologia dos anuários anteriores, apresentam-se listagens hierarquizadas (rankings) de municípios para cada tipo de despesa municipal, de modo a evidenciar as contribuições mais representativas para cada situação em apreço.

A análise particularizada das despesas incidirá sobre cada agregado das mesmas, por natureza económica, segundo a denominação normalizada no classificador do Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, cujas principais rubricas se apresentam no quadro 2.25.

Quadro 2.25 – Classificação económica da Despesa municipal

Despesas correntes	Despesas de capital
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital
02 – Aquisições de bens e serviços	08 – Transferências de capital
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital
06 – Outras despesas correntes	

Quadro 2.26 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa do SNC-AP – Classificação das despesas

Despesas correntes	Despesas de capital
D1 Despesas com o pessoal	D7 Investimento
D11 Remunerações Certas e Permanentes	D8 Transferências de capital
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	D81 Administrações Públicas
D13 Segurança social	D811 Administração Central – Estado
D2 Aquisição de bens e serviços	D812 Administração Central – Outras entidades
D3 Juros e outros encargos	D813 Segurança Social
D4 Transferências correntes	D814 Administração Regional
D41 Administrações Públicas	D815 Administração Local
D411 Administração Central – Estado	D82 Instituições sem fins lucrativos
D412 Administração Central – Outras entidades	D83 Famílias
D413 Segurança Social	D84 Outras
D414 Administração Regional	D9 Outras despesas de capital
D415 Administração Local	D10 Ativos financeiros
D42 Instituições sem fins lucrativos	D11 Passivos financeiros
D43 Famílias	
D44 Outras	
D5 Subsídios	
D6 Outras despesas correntes	

2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa

O Quadro 2.27 apresenta a evolução da despesa global municipal entre 2011 e 2021, nas suas diferentes fases. Os quadros subsequentes (Quadro 2.28 e Quadro 2.29) completam esta informação com as taxas de variação da despesa orçada, comprometida e paga, bem como os valores absolutos dessa variação.

No Quadro 2.27 inclui-se pela segunda vez as Obrigações do exercício²⁶ e as Obrigações por pagar resultantes da implementação do SNC-AP, que permite obter esta informação. De igual modo apresenta-se para este ano económico o indicador que representa a razão entre as obrigações do exercício e os compromissos do exercício: Grau de execução das obrigações em relação aos compromissos assumidos.

Quadro 2.27 – Despesa Orçada, Comprometida, Paga e Graus de execução da Despesa

Unidade: milhões de euros

Despesas		Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	9 267,6	9 632,5	10 368,8	10 659,0	11 565,6
(a)	Despesas previstas corrigidas	12 832,9	11 991,2	11 257,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8	11 622,2	11 968,0	13 183,8
(b)	Compromissos do exercício	10 481,6	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2	11 801,7
(c)	Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9 003,5	10 203,1
(d)	Despesas pagas no exercício	7 720,2	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6	9 946,6
(e)=(c-d)	Obrigações por pagar	--	--	--	--	--	--	--	--	--	226,9	256,5
(f)=(b-d)	Compromissos do exercício por pagar ²⁷	2 761,4	2 217,8	1 705,0	1 293,2	988,5	992,4	1 221,2	1 264,9	1 410,1	1 662,6	1 855,0
(g)	Compromisso a pagar em exercícios futuros ²⁸	4 042,8	4 912,8	5 810,2	6 153,1	6 796,6	8 396,1	8 766,2	8 849,5	9 829,9	10 272,3	10 832,8
(b)/(a)	Grau de execução da despesa comprometida em relação à despesa prevista corrigida	81,7%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	87,1%	88,5%	88,4%	87,0%	87,2%	89,5%
(d)/(b)	Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%	86,8%	86,9%	86,1%	84,1%	84,3%
(d)/(a)	Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista corrigida	60,2%	63,3%	68,7%	73,5%	76,9%	76,9%	76,9%	76,7%	74,9%	73,3%	75,4%
(d)/(c)	Grau de execução da despesa paga em relação às obrigações do exercício.	--	--	--	--	--	--	--	--	--	97,5%	97,5%
(c)/(a)	Grau de execução das obrigações em relação à despesa prevista corrigida	--	--	--	--	--	--	--	--	--	75,2%	77,4%

²⁶ Compromissos orçamentais que se constituem, no exercício, em contas a pagar.

²⁷ Compromissos que se previam regularizar no exercício e que não se pagaram.

²⁸ Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida, mas apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos futuros.

Quadro 2.28 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	364,9	736,3	290,3	906,5
Despesas previstas corrigidas	-841,6	-733,7	-1 440,5	-414,9	308,3	775,5	405,8	730,4	345,8	1 215,8
Compromissos do exercício	-676,7	-369,2	-923,6	-292,6	239,4	821,6	343,6	490,1	325,1	1 362,5
Obrigações do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 199,7
Despesas pagas no exercício	-133,1	143,6	-511,9	12,0	235,5	592,8	299,8	345,0	72,5	1 170,1
Obrigações por pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29,6
Compromissos do exercício por pagar	-543,6	-512,8	-411,7	-304,7	3,8	228,8	43,8	145,1	252,6	192,4
Compromisso a pagar em exercícios futuros	870,0	897,5	342,9	643,5	1 599,5	370,1	83,4	980,4	442,4	560,5

Quadro 2.29 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	3,9%	7,6%	2,8%	8,5%
Despesas previstas corrigidas	-6,6%	-6,1%	-12,8%	-4,2%	3,3%	8,0%	3,9%	6,7%	3,0%	10,2%
Compromissos do exercício	-6,5%	-3,8%	-9,8%	-3,4%	2,9%	9,7%	3,7%	5,1%	3,2%	13,1%
Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	--	13,3%
Despesas pagas no exercício	-1,7%	1,9%	-6,6%	0,2%	3,3%	7,9%	3,7%	4,1%	0,8%	13,3%
Obrigações por pagar	--	--	--	--	--	--	--	--	--	13,1%
Compromissos do exercício por pagar	-19,7%	-23,1%	-24,1%	-23,6%	0,4%	23,1%	3,6%	11,5%	17,9%	11,6%
Compromisso a pagar em exercícios futuros	21,5%	18,3%	5,9%	10,5%	23,5%	4,4%	1,0%	11,1%	4,5%	5,5%

Da observação dos três quadros anteriores pode-se concluir que:

Em 2021, os totais da despesa orçada, realizada e paga apresentaram um crescimento bastante superior ao verificado em 2020. A despesa inicialmente orçada cresceu 8,5% (+906,5 milhões de euros), a despesa realizada²⁹ evoluiu 13,1% (+1 362,5 milhões de euros) e a despesa paga aumentou 13,3% (+1 170,1 milhões de euros). Confrontando os níveis de variação da despesa com os níveis de variação da receita verificados em 2021 e constatando-se que a receita liquidada cresceu 11,8% (+1 042,5 milhões de euros) e a receita cobrada³⁰ cresceu 13,1%

(+1 145,8 milhões de euros), verifica-se que a despesa cresceu a um ritmo superior ao crescimento da receita, sendo que, nos fluxos de caixa, o volume das despesas pagas superou em 27,8 milhões de euros o volume de receitas cobradas, devido à utilização dos saldos de gerência para pagamentos. Assim o equilíbrio de caixa ocorre com a mobilização do saldo da gerência anterior;

Contudo, não foram pagos 15,7% (1.855,0 milhões de euros) dos compromissos assumidos em 2021, tendo este valor aumentado 192,4 milhões de euros (+11,6%) em relação ao ano anterior, em que a taxa de crescimento já tinha sido de 19,9%. Considerando que o valor registrado na receita deste ano, incluindo o saldo de gerência, foi de 11.973,5 milhões de euros e que o montante de despesa paga foi 9.946,6 mi-

²⁹ Compromissos do exercício: compromissos assumidos no ano, mais os transitados dos anos anteriores.

³⁰ Excluindo os saldos de gerências anteriores.

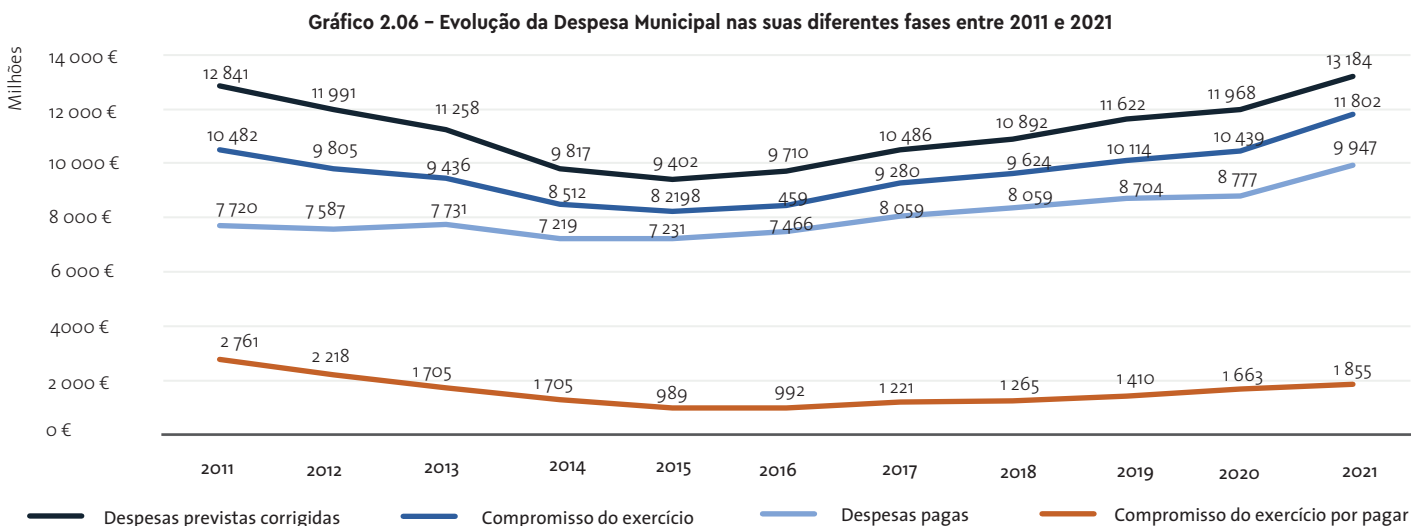
lhões de euros, conclui-se que no final do ano económico de 2021 existiu um saldo de receita de 2.026,9 milhões de euros, na globalidade do sector autárquico. Ora, este saldo de receita foi superior em 171,8 milhões de euros ao total de compromissos por pagar contabilizados no final de 2021, pelo que se poderá concluir que o sector autárquico apresentou, neste ano, um superavit³¹ correspondente aquele valor. Anota-se, contudo que nem todos os compromissos assumidos se transformaram, neste mesmo ano, em obrigações a pagar, pelo que em bom rigor, apenas estas deverão ser consideradas para efeito de dívidas a liquidar. Assim, o superavit do exercício resultará da diferença entre o valor da receita incluindo saldo da gerência anterior (11.973,5 milhões de euros) e o total das obrigações do exercício (10.203,1 milhões de euros), isto é, no valor de 1.770,4 milhões de euros. Mais se anota que o total das obrigações que ficaram por pagar no exercício de 2021 foi de 256,5 milhões de euros decorrendo essencialmente de faturações e operações de final do ano que não permitiram, ainda dentro do período do exercício, proceder à

respetiva liquidação. Este valor traduzirá a real dívida comercial constituída no final do ano económico de 2021;

Em resumo, no ano de 2021, o total da despesa comprometida no valor de 11.801,7 milhões de euros, bem como o total das obrigações do exercício no montante de 10.203,1 milhões de euros foram inferiores à soma do montante de receita cobrada (9.918,8 milhões de euros) com o saldo de gerência (2.054,7 milhões de euros), que totalizou 11.973,5 milhões de euros;

Em 2021, o volume de compromissos assumidos no exercício representou 89,5% da despesa prevista corrigida das alterações e revisões efetuadas ao longo do ano económico. Quer isto dizer que, na globalidade, 10,5% da dotação orçamental para a despesa ficou por realizar, significando tal situação uma tendência para a adequação da despesa à receita, já que esta ao nível das cobranças apresentou apenas um grau de realização de 89,1%.

O Gráfico 2.06 permite visualizar a evolução da despesa, nas diferentes fases (orçada, comprometida e paga), no período dos últimos onze anos. Desde 2015 as despesas previstas corrigidas, comprometidas e pagas têm evoluído a um ritmo semelhante.



Da observação do Quadro 2.27 há ainda a realçar:

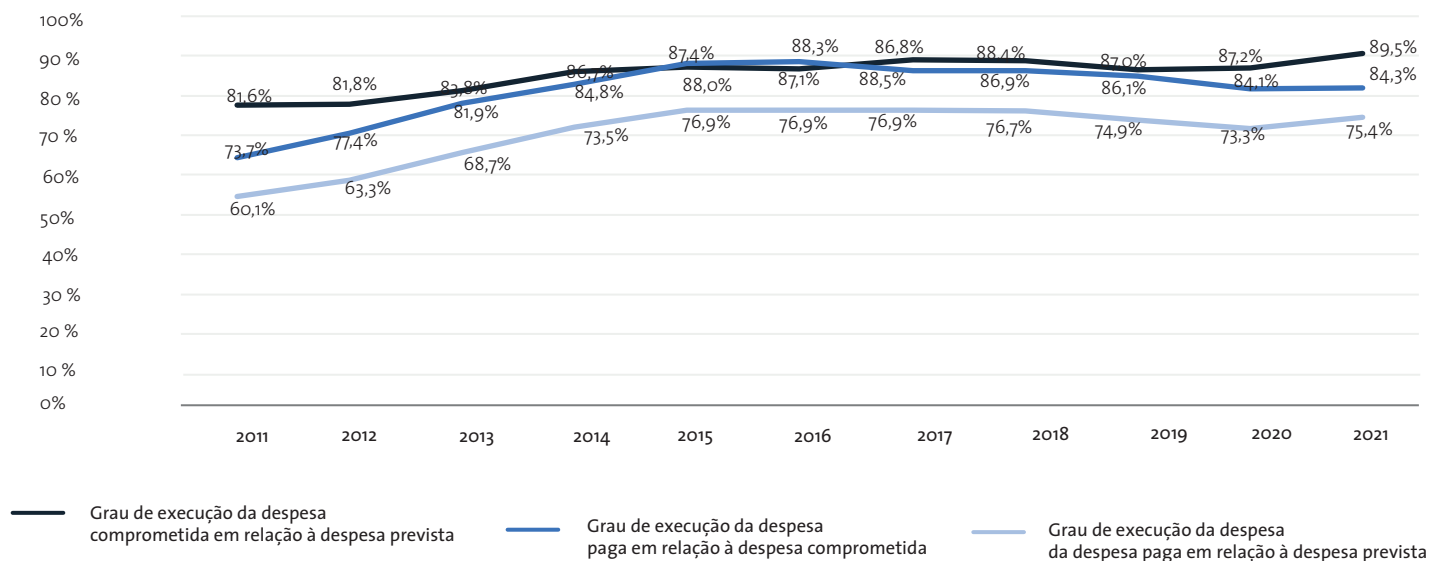
O grau de execução da despesa paga³² no final de 2021 foi de 75,4%, apresentando o acréscimo de 2,1pp face ao índice do ano anterior. Todavia entre 2011 e 2021, este indicador cresceu 15,3pp como resultado da conjugação da do aumento da receita (+27,6%, +2.147,3 milhões de euros) com o aumento do volume da despesa paga (+28,8%, +2 226,5 milhões de euros);

De igual modo, é de assinalar, para o período entre 2011 e 2021, o aumento em 10,6pp do peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos. Efetivamente, em 2011 só foram pagos 73,7% dos encargos assumidos, enquanto em 2021 foram pagos 84,3% dos mesmos. Até à data este era um dos indicadores mais importantes da

execução da despesa e do controlo orçamental. Todavia, com o reconhecimento do valor global das obrigações do exercício, informação possível de obter com o SNC-AP passar-se-á a ter uma perceção mais realista do esforço dos municípios para pagar atempadamente os seus compromissos, ao relacionar-se o valor das obrigações com a despesa paga. Assim, pode-se verificar pelos dados apresentados neste quadro, que foram pagas, em 2021, 97,5% das obrigações geradas no mesmo período e efetivamente executadas 77,4 % das despesas previstas ao relacionar-se o volume das obrigações do exercício com o volume de despesa prevista corrigida de alterações e revisões.

O Gráfico 2.07 mostra a evolução do grau da execução da despesa paga, tanto em relação aos compromissos assumidos, como em relação às despesas previstas corrigidas, bem como o grau de execução dos compromissos em relação à despesa prevista corrigida.

Gráfico 2.07 – Taxas de Execução das Despesas – 2011 a 2021

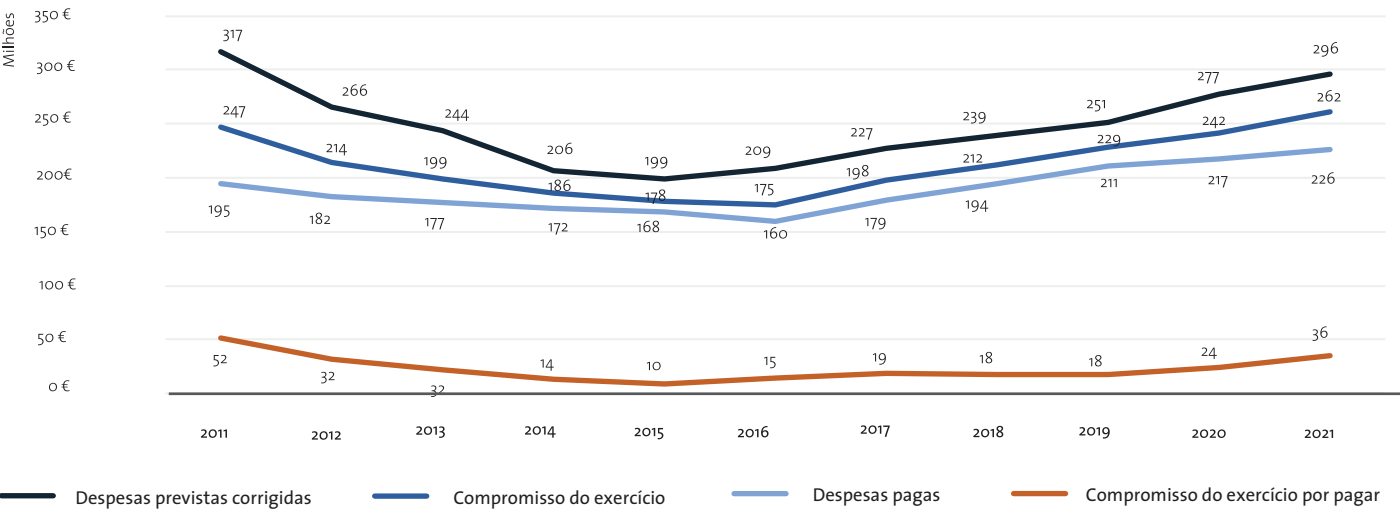


³² É considerado o Grau de execução da despesa, a razão entre a despesa paga e a despesa orçada após correções.

Especificando a análise para os municípios das Regiões Autónomas, apresentam-se de seguida o Gráfico 2.06.A, Quadro 2.30.A e Gráfico 2.07.A, que mostram a evolução das diversas componentes da des-

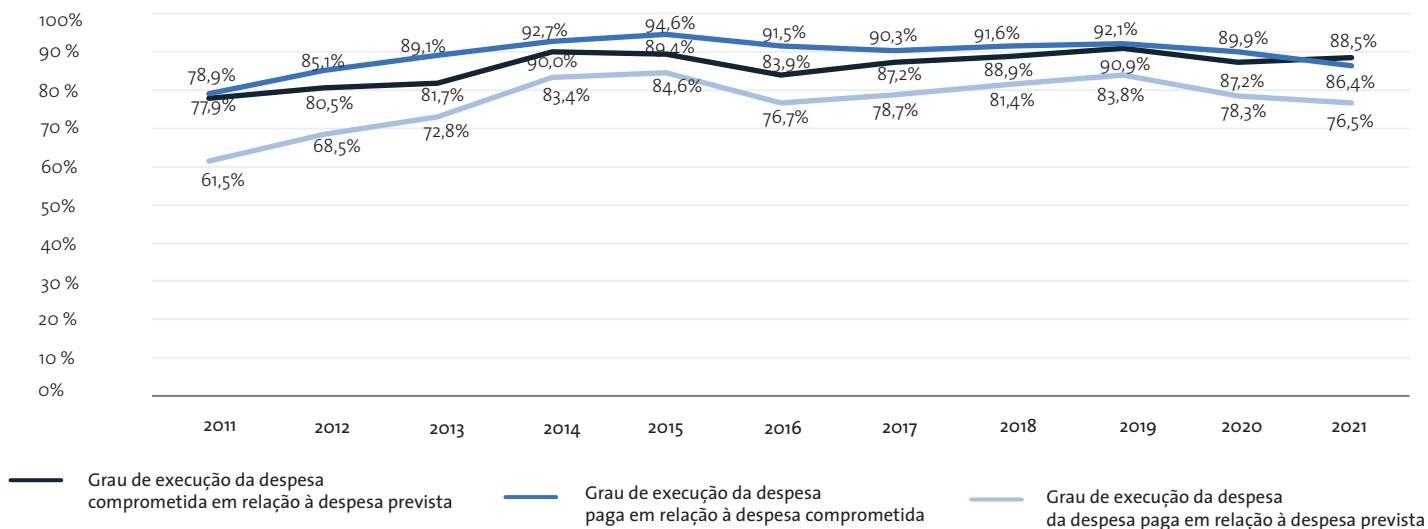
pesa e respetiva execução dos municípios dos Açores, e o Gráfico 2.06.M, Quadro 2.30.M e Gráfico 2.07.M, que evidenciam a mesma informação para os municípios da Madeira.

Gráfico 2.06.A – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma dos Açores, entre 2011 e 2021



Quadro 2.30.A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores

		Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	77,9%	80,5%	81,7%	90,0%	89,4%	83,9%	87,2%	88,9%	90,9%	87,2%	88,5%
	Despesa paga / Despesa prevista	61,5%	68,5%	72,8%	83,4%	84,6%	76,7%	78,7%	81,4%	83,8%	78,3%	76,5%
	Despesa paga / Despesa comprometida	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%	92,1%	89,9%	86,4%
	Despesa paga / Obrigações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	98,3%	97,4%
	Obrigações / Despesa comprometida	--	--	--	--	--	--	--	--	--	91,4%	88,7%
	Obrigações / Despesa prevista	--	--	--	--	--	--	--	--	--	79,7%	78,5%

Gráfico 2.07.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da Região Autónoma dos Açores – 2011 a 2021

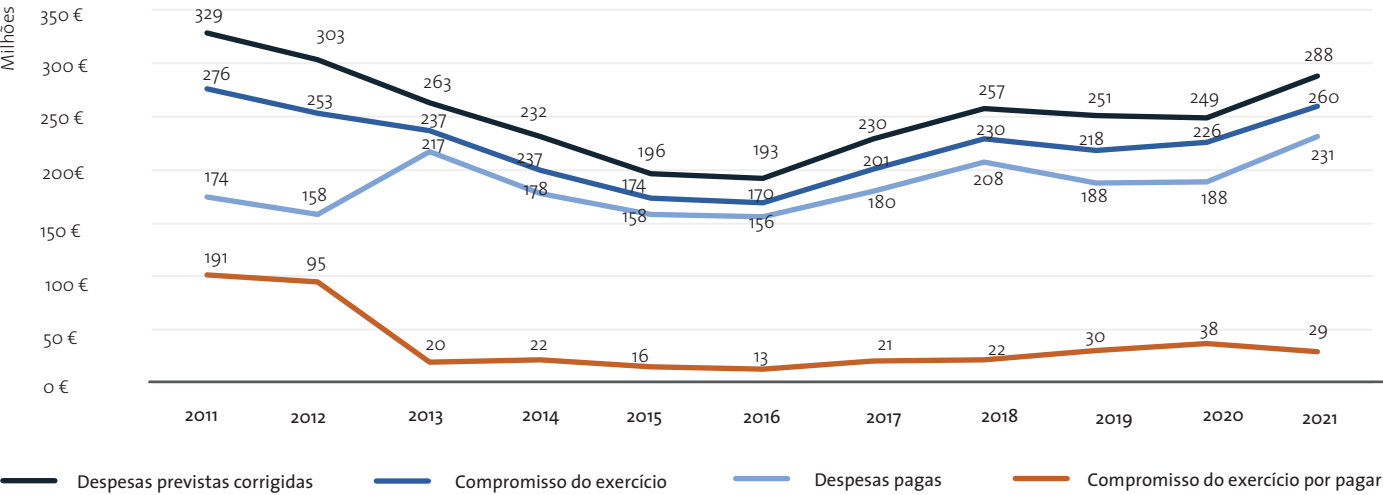
Pela observação dos gráficos e quadros antecedentes constata-se, em relação ao comportamento financeiro dos municípios da Região Autónoma dos Açores, em 2021, que:

O total da despesa orçada dos municípios açorianos cresceu 6,6% (+18,4 milhões de euros). Por sua vez, a despesa paga cresceu apenas 4,1% (+8,9 milhões de euros) não conseguindo assim acompanhar o ritmo da despesa orçada;

Apesar do volume de compromissos assumidos ter aumentado 8,3% (+20,0 milhões de euros), o montante de pagamentos efetuados representou 86,4% do total comprometido, ultrapassando o grau de execução homóloga da despesa no universo dos municípios, o qual se fixou em 84,3%.

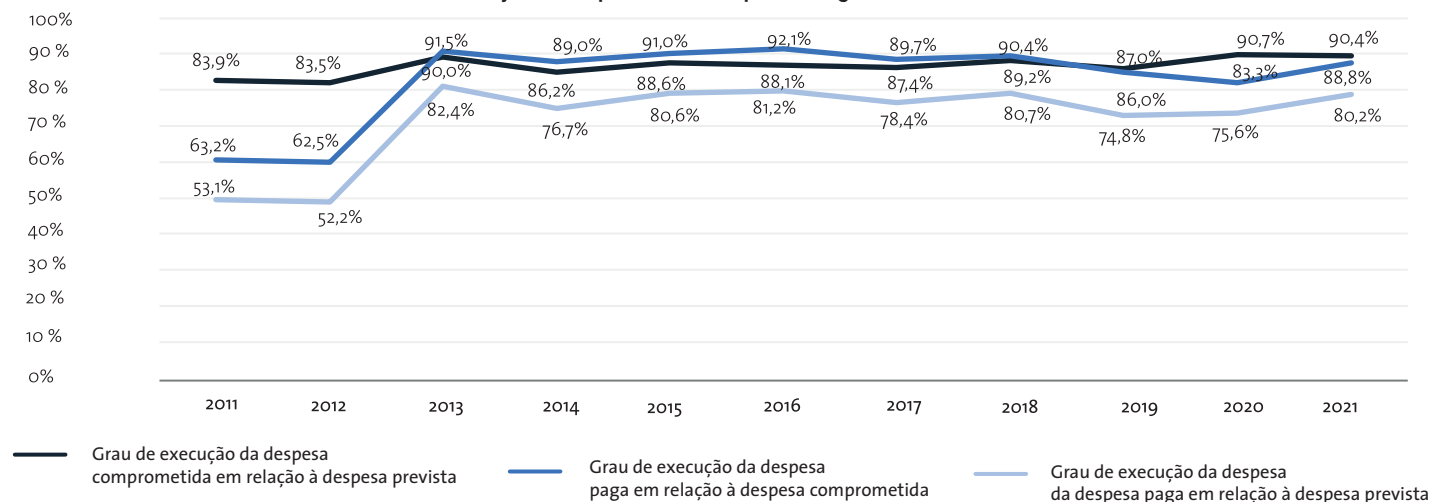
Apresentam-se de seguida quadros e gráficos que mostram a evolução da despesa e respetivos graus de execução, considerando a globalidade dos municípios da região da Madeira.

Gráfico 2.06.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma da Madeira, entre 2011 e 2021



Quadro 2.30.M – Graus de Execução da Despesa considerando a globalidade dos Municípios da Madeira

		Mandato 10-13			Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	83,9%	83,5%	90,0%	86,2%	88,6%	88,1%	87,4%	89,2%	87,0%	90,7%	90,4%
	Despesa paga / Despesa prevista	53,1%	52,2%	82,4%	76,7%	80,6%	81,2%	78,4%	80,7%	74,8%	75,6%	80,2%
	Despesa paga / Despesa comprometida	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	86,0%	83,3%	88,8%
	Despesa paga / Obrigações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	98,0%	99,0%
	Obrigações / Despesa comprometida	--	--	--	--	--	--	--	--	--	85,0%	89,6%
	Obrigações / Despesa prevista	--	--	--	--	--	--	--	--	--	77,1%	81,0%

Gráfico 2.07.M – Taxas de Execução da Despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira – 2011 a 2021

Reportando a análise aos gráficos relativos ao comportamento financeiro dos municípios da Região Autónoma da Madeira, constata-se:

Em 2021, verificou-se, no conjunto dos municípios madeirenses um aumento do montante global da despesa orçada (+15,5%, +38,6 milhões de euros) invertendo-se a tendência para a manutenção da extraordinária deflação orçamental verificada entre 2008 e 2016, com retoma no biénio 2019/2020;

Em 2021, na Região da Madeira o volume de pagamentos (+22,6%) cresceu mais que o volume de compromissos (+15,1%). Efetivamente, no que se refere à despesa comprometida, a subida do seu volume em 2021 (+34,2 milhões de euros), representou a retoma do acréscimo verificado no biénio 2017-2018, e contraria o sentido descendente verificado com a enorme descida desta despesa entre 2011 e 2016 (-38,4%, -106,0 milhões de euros). Contudo, observando a percentagem de compromissos pagos, verifica-se um enorme esforço de adequação da despesa comprometida à receita cobrada ao passar-se de 63,2% de pagamento da despesa assumida em 2011, para 88,8% em 2021, com este indicador, neste ano, a crescer 5,4pp.

2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2011 e 2021, por rubrica económica, nas suas diferentes fases de execução: despesa comprometida ou compromissos do exercício, despesa paga³³ e compromissos por pagar.

Nos Quadros 2.31 e 2.32 apresenta-se a evolução da despesa comprometida e paga, por rubrica de classificação económica. Nos Quadros 2.33 e 2.34 são apresentadas respetivamente as taxas de variação da despesa paga, permitindo observar quais as rubricas económicas sujeitas a variações mais significativas, e a estrutura da despesa paga, tendo em conta a organização da informação financeira por rubricas de natureza económica. No Quadro 2.35 mostra-se o peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos, por natureza económica. No Quadro 2.36 apresentam-se as obrigações geradas no exercício e desagregadas pelas diferentes componentes económicas, bem como o peso das obrigações nas despesas comprometidas e o peso das despesas pa-

³³ O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas de compromissos dos exercícios anteriores que transitaram de ano.

gas em relação ao volume de obrigações. A análise conjunta destes quadros permite verificar, por natureza económica, quais as despesas autárquicas mais representativas na despesa total, constatando-se que o seu peso se altera conforme se trate da estrutura da despesa assumida (compromissos) ou da estrutura da despesa paga.

Quadro 2.31 – Despesa Comprometida desagregada pelas diferentes componentes económicas

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 18-21			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas com pessoal	2 396,1	2 124,7	2 285,4	2 252,5	2 238,5	2 270,6	2 337,6	2 465,9	2 658,5	2 792,7	3 009,5
Aquisição de bens e serviços	2 606,3	2 602,1	2 640,5	2 528,2	2 460,3	2 555,6	2 606,0	2 667,2	2 806,4	2 755,8	2 927,8
Juros e outros encargos	186,7	192,1	166,6	171,2	141,5	121,8	88,7	97,5	63,1	51,0	42,2
Transferências correntes	570,3	548,1	571,5	574,5	590,1	635,7	683,4	723,0	810,9	929,9	1 069,8
Subsídios	238,8	223,2	195,8	158,2	94,7	87,0	120,3	116,5	161,6	204,4	267,6
Outras despesas correntes	112,8	110,4	116,6	109,1	106,2	138,0	141,4	197,1	161,5	110,6	112,6
Total despesas correntes	6 111,1	5 800,7	5 976,5	5 793,8	5 631,2	5 808,5	5 977,4	6 267,1	6 662,0	6 844,4	7 429,5
Aquisição de bens de capital	3 187,7	2 614,0	2 360,2	1 663,9	1 524,3	1 479,6	2 127,5	2 137,6	2 405,0	2 720,0	3 487,1
Transferências de capital	464,6	390,4	363,1	280,9	253,3	288,3	346,1	304,6	380,5	369,1	415,9
Ativos financeiros	42,9	34,1	30,4	31,4	73,0	57,1	52,8	43,7	35,2	54,5	25,3
Passivos financeiros	626,3	905,9	672,5	704,0	704,4	788,9	746,2	781,4	594,8	435,6	427,8
Outras despesas de capital	49,0	59,8	33,0	38,0	33,2	36,4	30,4	89,5	36,6	15,6	15,9
Total de despesas de capital	4 370,5	4 004,2	3 459,2	2 718,2	2 588,2	2 650,3	3 303,1	3 356,9	3 452,1	3 594,8	4 372,2
Total da Despesa	10 481,6	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2	11 801,7
Total municípios R.A. Açores	246,5	214,0	199,0	185,6	177,9	175,1	198,1	212,3	228,6	241,6	261,6
Total municípios R.A. Madeira	275,6	252,9	236,9	199,8	173,7	169,6	200,7	229,5	218,3	226,0	260,1

Quadro 2.32 – Despesa Paga desagregada pelas diferentes componentes económicas

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 18-21			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas com pessoal	2 365,0	2 089,7	2 256,0	2 227,4	2 216,5	2 252,1	2 320,1	2 446,9	2 635,8	2 736,2	2 952,1
Aquisição de bens e serviços	1 789,4	1 852,3	2 064,9	2 037,9	2 052,3	2 171,2	2 210,9	2 224,9	2 341,0	2 201,1	2 390,1
Juros e outros encargos	141,5	148,5	128,3	131,8	112,0	100,7	77,0	92,2	56,7	47,9	35,9
Transferências correntes	477,8	467,6	497,7	526,6	549,1	599,3	635,4	682,8	765,1	868,1	1 004,5
Subsídios	163,5	149,2	117,8	101,7	74,3	76,0	112,4	110,6	152,1	187,4	244,5
Outras despesas correntes	95,5	93,4	102,2	97,0	93,6	126,5	131,4	185,4	150,7	97,8	100,9
Total despesas correntes	5 032,7	4 800,8	5 166,7	5 122,4	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	6 138,5	6 727,8
Aquisição de bens de capital	1 670,2	1 535,6	1 603,3	1 140,5	1 175,9	1 053,6	1 473,8	1 483,2	1 639,5	1 838,5	2 425,7
Transferências de capital	335,2	284,6	280,2	221,5	204,5	247,6	286,5	231,6	313,4	300,4	334,3
Ativos financeiros	30,1	20,6	11,9	18,6	58,0	53,2	49,4	41,6	33,3	52,0	24,5
Passivos financeiros	615,0	890,3	639,5	679,1	666,0	751,8	737,3	775,4	587,9	433,2	419,5
Outras despesas de capital	37,0	55,1	29,0	36,7	28,7	34,5	25,2	84,6	28,6	14,0	14,7
Total de despesas de capital	2 687,5	2 786,2	2 564,0	2 096,4	2 133,1	2 140,7	2 572,2	2 616,4	2 602,7	2 638,1	3 218,8
Total da Despesa	7 720,2	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6	9 946,6
Total municípios R.A. Açores	194,5	182,1	177,4	172,1	168,4	160,1	178,8	194,5	210,6	217,2	226,1
Total municípios R.A. Madeira	174,3	158,2	216,8	177,8	158,0	156,3	180,0	207,5	187,8	188,3	230,9

Quadro 2.33 – Taxas de Variação da Despesa Paga por diferentes componentes económicas

DESPESAS	Variação da Despesa Paga (%)									
	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
Despesas com pessoal	-11,6%	8,0%	-1,3%	-0,5%	1,6%	3,0%	5,5%	7,7%	3,8%	7,9%
Aquisição de bens e serviços	3,5%	11,5%	-1,3%	0,7%	5,8%	1,8%	0,6%	5,2%	-6,0%	8,6%
Juros e outros encargos	4,9%	-13,6%	2,7%	-15,0%	-10,1%	-23,6%	19,8%	-38,5%	-15,6%	-25,0%
Transferências correntes	-2,1%	6,4%	5,8%	4,3%	9,1%	6,0%	7,5%	12,1%	13,5%	15,7%
Subsídios	-8,7%	-21,1%	-13,6%	-26,9%	2,2%	48,0%	-1,6%	37,5%	23,3%	30,4%
Outras despesas correntes	-2,1%	9,4%	-5,1%	-3,5%	35,2%	3,9%	41,1%	-18,7%	-35,1%	3,2%
Total despesas correntes	-4,6%	7,6%	-0,9%	-0,5%	4,5%	3,0%	4,7%	6,2%	0,6%	9,6%
Aquisição de bens de capital	-8,1%	4,4%	-28,9%	3,1%	-10,4%	39,9%	0,6%	10,5%	12,1%	31,9%
Transferências de capital	-15,1%	-1,5%	-21,0%	-7,7%	21,1%	15,7%	-19,2%	35,3%	-4,1%	11,3%
Ativos financeiros	-31,5%	-42,1%	56,2%	211,2%	-8,4%	-7,1%	-15,9%	-20,0%	56,3%	-52,9%
Passivos financeiros	44,8%	-28,2%	6,2%	-1,9%	12,9%	-1,9%	5,2%	-24,2%	-26,3%	-3,2%
Outras despesas de capital	48,8%	-47,5%	26,9%	-21,8%	20,0%	-26,8%	235,3%	-66,2%	-51,0%	5,4%
Total das despesas de capital	3,7%	-8,0%	-18,2%	1,8%	0,4%	20,2%	1,7%	-0,5%	1,4%	22,0%
Total das despesas pagas	-1,7%	1,9%	-6,6%	0,2%	3,3%	7,9%	3,7%	4,1%	0,8%	13,3%
Total da despesa paga nos municípios da R. A. Açores	-6,4%	-2,6%	-3,0%	-2,1%	-4,9%	11,7%	8,7%	8,3%	3,1%	4,1%
Total da despesa paga nos municípios R. A. Madeira	-9,2%	37,0%	-18,0%	-11,1%	-1,1%	15,2%	15,3%	-9,5%	0,3%	22,6%

Quadro 2.34 – Estrutura da Despesa Paga por natureza económica

DESPESAS	Despesa Paga em cada rubrica / Total da despesa paga (%)										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas com pessoal	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%
Aquisição de bens e serviços	23,2%	24,4%	26,7%	28,2%	28,4%	29,1%	27,4%	26,6%	26,9%	25,1%	24,0%
Juros e outros encargos	1,8%	2,0%	1,7%	1,8%	1,5%	1,3%	1,0%	1,1%	0,7%	0,5%	0,4%
Transferências correntes	6,2%	6,2%	6,4%	7,3%	7,6%	8,0%	7,9%	8,2%	8,8%	9,9%	10,1%
Subsídios	2,1%	2,0%	1,5%	1,4%	1,0%	1,0%	1,4%	1,3%	1,7%	2,1%	2,5%
Outras despesas correntes	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,7%	1,6%	2,2%	1,7%	1,1%	1,0%
Total despesas correntes	65,2%	63,3%	66,8%	71,0%	70,5%	71,3%	68,1%	68,7%	70,1%	69,9%	67,6%
Aquisição de bens de capital	21,6%	20,2%	20,7%	15,8%	16,3%	14,1%	18,3%	17,7%	18,8%	20,9%	24,4%
Transferências de capital	4,3%	3,8%	3,6%	3,1%	2,8%	3,3%	3,6%	2,8%	3,6%	3,4%	3,4%
Ativos financeiros	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,8%	0,7%	0,6%	0,5%	0,4%	0,6%	0,2%
Passivos financeiros	8,0%	11,7%	8,3%	9,4%	9,2%	10,1%	9,1%	9,3%	6,8%	4,9%	4,2%
Outras despesas de capital	0,5%	0,7%	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%	0,3%	1,0%	0,3%	0,2%	0,1%
Total de despesas de capital	34,8%	36,7%	33,2%	29,0%	29,5%	28,7%	31,9%	31,3%	29,9%	30,1%	32,4%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.35 – Peso da Despesa Paga em relação aos Compromissos Assumidos, por natureza económica

DESPESAS	Despesa Paga / Compromissos Assumidos (%)										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas com pessoal	98,7%	98,4%	98,7%	98,9%	99,0%	99,2%	99,2%	99,2%	99,1%	98,0%	98,1%
Aquisição de bens e serviços	68,7%	71,2%	78,2%	80,6%	83,4%	85,0%	84,8%	83,4%	83,4%	79,9%	81,6%
Juros e outros encargos	75,8%	77,3%	77,0%	77,0%	79,2%	82,7%	86,8%	94,6%	89,9%	93,8%	85,0%
Transferências correntes	83,8%	85,3%	87,1%	91,7%	93,0%	94,3%	93,0%	94,4%	94,4%	93,4%	93,9%
Subsídios	68,5%	66,8%	60,1%	64,3%	78,5%	87,3%	93,4%	94,9%	94,1%	91,7%	91,4%
Outras despesas correntes	84,6%	84,6%	87,6%	88,9%	88,1%	91,6%	92,9%	94,1%	93,3%	88,4%	89,6%
Total despesas correntes	82,4%	82,8%	86,5%	88,4%	90,5%	91,7%	91,8%	91,6%	91,6%	89,7%	90,6%
Aquisição de bens de capital	52,4%	58,7%	67,9%	68,5%	77,1%	71,2%	69,3%	69,4%	68,2%	67,6%	69,6%
Transferências de capital	72,1%	72,9%	77,2%	78,8%	80,7%	85,9%	82,8%	76,0%	82,4%	81,4%	80,4%
Ativos financeiros	70,1%	60,5%	39,3%	59,3%	79,5%	93,2%	93,5%	95,0%	94,6%	95,3%	96,7%
Passivos financeiros	98,2%	98,3%	95,1%	96,5%	94,6%	95,3%	98,8%	99,2%	98,9%	99,4%	98,1%
Outras despesas de capital	75,5%	92,2%	87,7%	96,7%	86,6%	94,6%	82,9%	94,5%	78,0%	89,6%	92,5%
Total de despesas de capital	61,5%	69,6%	74,1%	77,1%	82,4%	80,8%	77,9%	77,9%	75,4%	73,4%	73,6%
Total da Despesa	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%	86,8%	86,9%	86,1%	84,1%	84,3%
Peso da despesa paga total nos municípios da R. A. Açores	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%	92,1%	89,9%	86,4%
Peso da despesa paga total nos municípios R. A. Madeira	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	86,0%	83,3%	88,8%

Quadro 2.36 – Obrigações desagregadas pelas diferentes componentes económicas, peso das obrigações nas despesas comprometidas e peso das despesas pagas nas obrigações

Unidade: milhões de euros

Receitas	Obrigações 2021		Despesas comprometidas 2021		Despesas pagas 2021		
	Valor (a)	%	Valor (b)	Peso (a)/(b)	Valor (c)	Peso (c)/(a)	Peso(c)/(a)
Despesas com pessoal	2 989,6	29,3%	3 009,5	99,3%	2 952,1	98,7%	98,1%
Aquisição de bens e serviços	2 491,8	24,4%	2 927,8	85,1%	2 390,1	95,9%	81,6%
Juros e outros encargos	39,8	0,4%	42,2	94,4%	35,9	90,1%	85,0%
Transferências correntes	1 011,7	9,9%	1 069,8	94,6%	1 004,5	99,3%	93,9%
Subsídios	246,1	2,4%	267,6	92,0%	244,5	99,3%	91,4%
Outras despesas correntes	103,4	1,0%	112,6	91,8%	100,9	97,6%	89,6%
Total despesas correntes	6 882,4	67,5%	7 429,5	92,6%	6 727,8	97,8%	90,6%
Aquisição de bens de capital	2 515,9	24,7%	3 487,1	72,1%	2 425,7	96,4%	69,6%
Transferências de capital	339,5	3,3%	415,9	81,6%	334,3	98,5%	80,4%
Ativos financeiros	24,7	0,2%	25,3	97,4%	24,5	99,3%	96,7%
Passivos financeiros	425,7	4,2%	427,8	99,5%	419,5	98,5%	98,1%
Outras despesas de capital	15,0	0,1%	15,9	94,2%	14,7	98,2%	92,5%
Total despesas de capital	3 320,8	32,5%	4 372,2	76,0%	3 218,8	96,9%	73,6%
Despesa Total	10 203,1	100,0%	11 801,7	86,5%	9 946,6	97,5%	84,3%
Total municípios R.A. Açores	232,0	--	261,6	88,7%	226,1	97,4%	86,4%
Total municípios R.A. Madeira	233,2	--	260,1	89,6%	230,9	99,0%	88,8%

Da informação dos quadros anteriores pode-se observar que:

Em 2021 a despesa assumida (compromissos) reparte-se 63,0% em despesa corrente e 37,0% em despesa de capital, tendo esta crescido apenas 0,04% (+ 1,7 milhão de euros) em relação a 2011. Já a despesa corrente em relação a 2011, cresceu 21,6% (+1 318,5 milhões de euros); Em 2021 as componentes mais representativas da despesa comprometida são a despesa com pessoal com o peso de 25,5% no total da despesa realizada, e a aquisição de bens e serviços com o peso de 24,8%. Neste ano económico a despesa corrente cresceu +8,5% (+585,1 milhões de euros) e a despesa de capital evoluiu no mesmo sentido, mas relativamente mais (+21,6%, +777,4 milhões de euros); Analisando-se a estrutura económica das obrigações constituídas no total de 10.203,1 milhões de euros, constata-se que 67,5% das mesmas se alocaram às despesas correntes e só 32,5% às despesas de capital. Mais se verifica que o total das obrigações corresponderam a 86,5% do valor total dos compromissos assumidos para o exercício; Observando-se a estrutura da despesa paga, por natureza económica, constata-se que foram priorizados os pagamentos da despesa corrente em detrimento da despesa de capital, relativamente aos compromissos assumidos. Assim, em 2021, foi pago 90,6% da despesa corrente assumida e apenas 73,6% da despesa de capital. Por esta razão, na estrutura da despesa paga, o total da despesa corrente assumiu o peso de 67,6% e a despesa de capital o peso de 32,4%; Observando-se o Quadro 2.36 e o peso das despesas pagas no total de obrigações registadas por natureza económica, verifica-se que este indicador foi de 97,8% para as despesas correntes e de 96,9% para as despesas de capital; Em complemento ao referido no parágrafo anterior e observando os quadros da despesa paga, constata-se que, em 2021, o montante pago de despesa corrente aumentou 9,6% (+589,3 milhões de euros) e o montante pago de despesa de capital cresceu 22,0% (+580,7 milhões de euros); Pela análise das contas dos 308 municípios verificou-se que 270 municípios apresentaram, em 2021, um acréscimo de volume de despesa paga; Continuando a reportar ao ano de 2021, a estrutura do peso dos pa-

gamentos realizados, nas despesas comprometidas (Quadro 2.36), mostra que apenas foram pagos 69,6% das despesas de investimento, 80,4% das transferências de capital e 81,6% das despesas assumidas com a aquisição de bens e serviços, tendo por contraponto níveis de pagamento superiores a 90% nas outras rubricas económicas da despesa.

O Ranking R20 apresenta os 35 municípios com maior volume de despesa paga em 2021, bem como o peso dos pagamentos efetuados na despesa comprometida – recorda-se que a média nacional deste rácio, em 2021, foi de 84,3%.

R20 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
1	Lisboa	G	582 668 079	833 555 985	544 333 264	640 000 249	597 776 675	686 603 489	705 884 879	867 142 484	820 122 567	842 188 884	960 159 679	89,2%	99,6%
2	Porto	G	186 010 713	154 672 864	182 352 337	154 654 855	165 833 768	206 781 960	191 686 791	228 025 199	239 375 230	231 753 467	273 267 320	89,2%	99,4%
3	Cascais	G	153 972 020	141 882 806	130 063 830	143 460 719	149 543 257	158 069 764	178 181 432	191 450 397	207 010 773	222 724 919	256 490 281	88,2%	99,6%
4	Oeiras	G	110 331 788	103 392 070	103 054 125	108 812 708	106 311 161	115 171 511	114 798 229	122 751 182	162 557 687	189 142 437	217 847 009	90,2%	99,4%
5	Sintra	G	161 373 341	181 601 800	148 000 070	122 911 236	147 463 011	139 715 780	135 023 098	140 919 465	157 445 555	185 039 036	195 297 633	85,9%	99,6%
6	V.N. Gaia	G	134 698 499	126 902 668	137 387 666	130 861 596	123 091 075	151 371 984	130 127 195	146 970 097	139 542 119	154 260 051	168 915 065	76,5%	94,1%
7	Matosinhos	G	120 281 151	108 847 800	98 465 019	88 661 754	101 835 239	116 948 414	116 167 155	113 124 203	113 687 214	126 639 087	147 478 866	85,1%	99,0%
8	Loures	G	105 109 265	110 933 432	106 117 064	102 581 278	102 014 152	102 042 252	107 253 238	102 680 060	117 825 109	144 110 088	141 886 850	82,8%	94,0%
9	Seixal	G	74 579 870	79 191 317	79 998 309	108 617 095	75 637 901	112 198 606	90 550 107	125 558 340	122 907 915	99 684 920	141 413 912	93,7%	98,2%
10	Loulé	M	91 172 451	91 444 929	102 097 314	92 128 839	86 472 174	91 051 312	102 147 508	108 916 249	127 289 795	125 644 287	132 063 703	82,7%	99,3%
11	Coimbra	G	99 067 893	93 242 765	83 769 203	71 173 341	77 545 590	78 577 699	80 621 540	80 379 898	87 721 004	96 196 375	126 148 517	83,3%	98,3%
12	Braga	G	84 297 180	87 260 723	99 120 469	87 136 871	85 429 759	82 452 326	93 348 327	99 700 859	113 235 119	109 711 968	117 243 221	89,2%	98,9%
13	Almada	G	73 857 052	78 070 954	75 228 442	73 367 924	82 705 206	89 639 915	93 284 471	84 453 320	93 467 782	113 223 678	114 834 192	84,4%	98,7%
14	V.N. Famalicão	G	82 490 543	81 378 872	68 334 360	68 684 935	69 415 464	78 957 364	87 517 482	88 723 418	91 072 195	91 691 937	111 345 095	92,7%	98,2%
15	Guimarães	G	101 745 628	92 687 224	63 003 509	72 794 510	78 567 063	80 568 122	94 531 324	92 103 512	86 606 335	90 383 494	110 898 669	82,6%	98,4%
16	Funchal	G	77 237 983	73 869 441	110 516 842	74 125 736	70 579 811	71 760 032	74 641 068	98 519 054	84 016 398	82 210 480	105 408 076	87,2%	99,5%
17	Amadora	G	88 405 219	76 573 653	79 962 825	74 619 402	70 301 881	75 305 777	81 144 300	78 373 295	85 245 762	92 776 447	100 084 088	88,7%	99,2%
18	Setúbal	G	61 248 139	67 301 022	62 182 369	65 613 320	77 652 513	88 118 335	82 214 780	88 794 206	91 793 805	93 201 451	99 646 052	73,1%	83,7%
19	Gondomar	G	87 121 552	71 458 616	72 242 287	63 157 168	63 484 060	63 811 529	72 486 448	69 923 925	102 062 283	76 613 165	98 845 698	82,1%	99,0%
20	Albufeira	M	59 972 026	62 070 568	73 586 868	77 834 083	59 662 600	63 017 046	68 611 926	76 255 632	84 398 719	79 798 339	95 373 904	79,9%	97,7%
21	Odivelas	G	63 741 311	61 136 415	56 548 832	64 417 082	63 114 143	64 545 787	69 522 355	69 825 559	72 109 379	76 924 105	91 465 912	81,4%	98,0%
22	Leiria	G	62 750 261	55 773 101	55 212 680	57 243 922	54 140 383	57 753 974	68 293 263	68 747 342	78 360 473	70 569 819	89 880 177	80,0%	98,8%
23	V.F. Xira	G	61 709 934	59 526 537	69 873 884	59 116 731	55 296 775	56 319 401	69 073 173	62 073 130	75 680 760	86 413 977	85 828 116	97,0%	100%
24	Aveiro	M	44 262 156	40 897 204	39 931 518	44 831 326	48 268 605	48 477 741	97 790 270	68 845 596	59 546 663	69 136 221	84 249 276	72,1%	97,8%
25	Viseu	M	53 518 561	42 277 733	43 836 823	42 452 176	43 052 795	45 865 496	53 258 344	59 061 361	56 468 126	60 690 396	76 406 092	77,0%	98,2%
26	Viana do Castelo	M	55 118 426	51 017 454	55 761 648	48 617 066	61 142 316	55 680 024	64 188 578	64 575 283	70 532 089	70 186 145	76 300 305	82,1%	90,8%
27	Mafra	M	49 996 431	52 901 528	50 777 593	52 140 609	50 934 263	55 925 359	61 342 385	62 871 087	93 028 483	68 535 102	75 166 885	93,9%	99,0%
28	Maia	G	62 102 736	56 388 539	56 266 483	59 462 432	67 135 282	62 364 844	67 688 906	69 196 632	72 596 497	66 157 652	75 145 323	81,3%	99,7%
29	Sta. Maria da Feira	G	63 577 773	57 673 932	74 566 864	57 422 776	51 719 491	54 890 524	57 270 412	56 870 293	59 442 547	60 284 215	73 486 445	76,0%	98,1%
30	Barcelos	G	54 118 752	56 082 948	61 285 264	58 579 955	51 733 847	47 571 519	50 571 443	50 170 903	63 939 985	54 148 863	69 798 033	85,0%	98,6%
31	Torres Vedras	M	53 070 051	47 266 742	45 155 764	41 464 072	53 856 134	46 043 230	43 338 376	48 325 297	54 720 061	54 634 612	65 215 181	91,1%	99,0%
32	Portimão	M	45 774 935	39 617 629	43 572 561	44 867 790	51 790 945	77 628 844	136 954 142	47 153 475	55 291 397	53 278 188	64 037 962	82,8%	97,3%
33	Lagos	M	38 505 609	39 769 440	48 537 215	41 553 897	44 115 335	42 336 038	47 338 853	44 303 562	50 878 485	52 841 244	62 327 279	85,0%	99,7%
34	Póvoa de Varzim	M	42 924 007	40 282 417	45 529 171	40 017 777	43 113 681	37 897 424	46 500 847	52 666 008	55 545 820	54 600 534	59 143 592	93,8%	99,4%
35	Valongo	M	37 225 834	29 898 884	49 441 335	30 705 937	31 268 922	31 778 263	34 459 280	61 117 982	44 637 561	47 962 594	58 598 780	87,7%	99,9%

A observação do *Ranking* R20 permite referir o seguinte, reportando a análise ao ano de 2021:

A listagem abrange todos os municípios de grande dimensão;

De igual modo, estes 35 municípios apresentaram, na sua maioria, um rácio de pagamento da despesa assumida próximo ou superior ao rácio médio nacional de 84,3% ultrapassando, sete deles, 90% de pagamento da despesa comprometida. Quanto ao rácio do pagamento das obrigações constituídas no exercício, o mesmo situa-se em todos os 35 municípios muito acima dos 90%, sendo que em Vila Franca de Xira apresenta o rácio de 100%. A média de pagamentos das obrigações a nível nacional, foi de 97,5%;

Referem-se, com rácio de pagamento de despesa bastante inferior à média, os municípios de: Vila Nova de Gaia (76,5%), Setúbal (73,1%), Albufeira (79,9%), Aveiro (72,1%), Viseu (77,0%) e Santa Maria da Feira (76,0%);

Verifica-se que apenas dois destes 35 municípios com maior volume de despesa, apresentaram descida do montante global de pagamentos: Loures (-2,2 milhões de euros, -1,5%) e Vila Franca de Xira (-585,9 milhares de euros, -0,7%);

Constata-se ainda que vinte e três municípios apresentaram acréscimos de pagamentos superiores a 10%, sendo que onze ultrapassaram os 20% e dois municípios apresentam taxas de crescimento superiores a 30%: Seixal (+41,9%) e Coimbra (+31,1%);

Como complemento à informação prestada no *Ranking* R20, anota-se que 65 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos superior a 90% e 289 municípios apresentam uma taxa de pagamentos de obrigações superior a 90%.

No *Ranking* R21 apresenta-se a listagem ordenada, pelo ano de 2021, dos municípios com menor volume de despesa paga bem como, a taxa de pagamento das despesas comprometidas, recordando que a média nacional da mesma foi de 84,3%.

R21 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
1	Corvo	P	3 185 036	2 414 276	2 474 895	1 776 445	1 747 264	2 241 675	1 770 633	2 338 463	1 941 263	1 560 377	1 778 526	91,4%	99,5%
2	Sta. Cruz das Flores	P	3 520 595	2 862 650	3 312 676	4 188 648	2 396 829	2 503 069	3 135 072	2 576 994	2 654 521	3 190 213	3 640 177	92,1%	99,9%
3	Lajes das Flores	P	3 654 866	4 131 905	5 247 235	4 991 107	3 003 143	3 044 636	3 210 168	3 120 582	3 652 182	3 708 014	4 100 570	79,5%	98,9%
4	Castanheira de Pera	P	7 039 137	9 278 024	3 553 614	4 654 603	4 737 879	4 377 599	4 190 033	5 188 671	6 832 469	4 882 138	4 589 326	81,5%	98,5%
5	Porto Santo	P	5 433 171	4 356 998	7 659 415	3 699 143	6 021 483	4 458 656	3 988 500	5 150 818	6 387 847	4 139 571	5 244 270	90,7%	98,8%
6	Sta Cruz da Graciosa	P	5 469 515	5 417 787	4 607 162	4 483 071	3 985 410	3 468 880	4 817 113	5 101 937	4 943 899	4 329 671	5 254 624	91,4%	99,6%
7	Manteigas	P	5 411 626	5 796 949	5 977 429	5 118 927	8 447 249	5 224 956	5 705 228	5 371 543	7 047 684	5 514 173	5 331 856	93,7%	98,2%
8	Barrancos	P	3 951 156	3 589 018	3 709 953	3 639 534	3 593 952	3 620 990	4 077 594	3 745 148	4 258 268	4 326 944	5 376 647	86,8%	99,6%
9	Calheta (R.A.A.)	P	3 919 653	4 319 646	4 125 360	4 527 920	4 896 569	3 915 880	5 072 853	4 797 527	5 360 287	5 519 693	5 580 700	91,4%	99,8%
10	Porto Moniz	P	5 365 746	4 222 016	5 098 198	3 800 325	4 029 324	5 046 681	6 737 813	5 653 446	5 914 260	5 631 945	5 696 767	77,7%	99,7%
11	Pedrógão Grande	P	7 485 776	5 753 589	6 183 940	5 927 544	4 603 951	4 884 742	6 041 871	6 833 798	8 143 530	6 765 743	5 864 141	88,9%	98,5%
12	Nordeste	P	5 195 610	5 666 138	15 729 068	6 928 266	5 393 405	5 221 020	5 834 764	15 072 017	5 495 895	7 295 898	6 079 764	83,0%	99,7%
13	São Roque do Pico	P	6 442 781	4 315 947	4 054 507	4 058 980	4 494 659	4 409 248	4 403 866	5 076 789	4 523 240	5 611 134	6 220 678	98,2%	99,6%
14	Fronteira	P	6 382 840	5 207 342	5 442 780	5 353 374	4 712 681	5 238 378	6 039 021	4 986 315	5 442 924	6 006 616	6 402 478	85,6%	97,5%
15	Constância	P	7 230 482	7 674 792	6 213 879	5 207 011	5 286 483	5 434 678	6 762 500	6 152 956	6 120 037	6 036 135	6 882 125	90,9%	98,4%
16	Góis	P	8 430 659	8 529 856	7 510 818	6 909 624	7 153 141	7 170 387	8 141 399	9 050 052	9 329 809	7 578 320	6 974 710	90,5%	99,3%
17	Mourão	P	4 880 531	4 686 399	6 394 302	5 016 501	5 204 673	5 281 068	5 831 358	5 544 421	10 370 541	7 100 280	7 053 822	87,4%	97,9%
18	Vila Nova Barquinha	P	10 079 690	12 012 785	8 348 094	7 937 938	7 350 083	6 343 136	6 601 536	8 356 617	8 334 464	6 556 859	7 061 154	91,9%	99,5%
19	Penedono	P	6 028 132	5 608 589	7 111 583	6 303 731	6 667 952	4 335 307	5 221 749	5 458 577	5 975 256	5 258 565	7 190 545	100%	100%
20	Alter do Chão	P	7 623 864	7 592 155	5 476 291	6 219 273	5 939 502	5 751 395	6 278 447	6 386 945	6 870 792	6 680 068	7 279 625	85,0%	99,1%
21	Arronches	P	5 355 920	4 729 588	4 783 425	5 150 062	6 669 097	5 020 352	6 841 358	5 132 184	5 717 470	5 142 752	7 339 767	91,5%	99,3%
22	Vila Nova de Paiva	P	7 000 874	6 716 650	6 630 635	6 170 742	7 446 507	5 755 520	6 432 256	6 412 952	5 917 389	6 992 130	7 386 979	81,3%	98,5%
23	Alvito	P	6 082 718	4 321 163	3 959 208	4 102 362	4 029 334	4 296 576	4 207 729	5 358 962	5 195 105	6 494 690	7 530 939	89,9%	98,0%
24	Golegã	P	6 307 217	7 734 224	7 220 873	5 886 697	6 765 282	6 472 911	6 507 697	7 541 472	7 150 404	7 544 432	7 582 457	93,5%	98,0%
25	Fornos de Algodres	P	7 312 672	5 723 508	6 305 757	5 439 094	5 579 781	5 820 135	32 917 071	7 565 751	6 343 984	6 120 599	7 600 693	87,2%	99,3%
26	Vila do Porto	P	5 067 344	5 202 181	4 482 194	5 585 594	5 085 226	4 873 077	6 266 654	6 169 085	6 042 016	6 834 486	7 619 978	86,5%	100%
27	Mesão Frio	P	6 726 834	6 694 172	5 293 468	4 989 859	5 203 729	4 939 075	8 049 697	5 282 590	5 865 670	6 477 393	7 626 009	81,3%	95,5%
28	Lajes do Pico	P	6 004 637	6 719 575	10 077 631	7 030 978	5 740 522	5 300 504	5 391 901	5 410 647	6 310 197	5 807 975	7 736 354	91,1%	100%
29	Marvão	P	7 008 975	4 673 052	5 531 365	5 108 976	5 108 794	5 374 395	6 513 865	5 399 540	6 023 412	6 648 329	7 824 407	96,0%	99,1%
30	Mora	P	6 328 309	6 683 644	6 244 095	5 633 074	7 843 256	6 724 700	7 282 951	7 204 271	7 173 597	6 404 161	7 959 517	77,7%	95,5%
31	Alvaiázere	P	9 976 525	9 679 939	10 119 509	7 753 484	10 293 579	7 178 304	6 504 016	8 333 891	8 136 060	7 774 643	7 986 142	74,6%	95,9%
32	Freixo Espada à Cinta	P	10 180 887	8 879 895	13 321 749	9 700 456	7 351 758	7 449 708	6 539 267	6 924 062	14 267 060	7 962 783	8 058 986	66,8%	74,7%
33	Ponta do Sol	P	7 316 602	5 546 372	5 720 402	4 919 199	6 074 302	6 105 614	6 662 963	6 078 934	6 053 795	7 783 116	8 164 472	86,3%	99,4%
34	Povoação	P	7 521 755	5 082 970	5 551 173	6 767 580	5 956 385	5 831 810	6 227 362	6 962 040	7 248 737	6 692 213	8 280 463	85,8%	92,4%
35	Sardoal	P	5 929 284	6 102 647	6 367 800	5 745 709	6 101 354	6 128 193	7 003 395	6 998 377	8 008 399	9 244 942	8 290 730	91,4%	94,6%

Da observação deste *Ranking* R21 verifica-se, reportando a análise ao ano de 2021, que:

Da listagem de municípios com menor volume de pagamentos constam exclusivamente municípios de pequena dimensão tendo sido verificado, para a maior parte deles, um rácio de pagamento de compromissos superior à média nacional. Anota-se que o município de Penedono continua a apresentar uma taxa de pagamento dos compromissos de 100%³⁴. Também se constata nesta listagem, que cinco municípios, apresentaram uma taxa de pagamento dos compromissos inferior a 80%, tendo quinze municípios apresentado taxas de pagamento dos compromissos superiores a 90%;

Ainda em relação ao pagamento das despesas, verifica-se que em relação ao rácio correspondente à liquidação das obrigações, o mesmo,

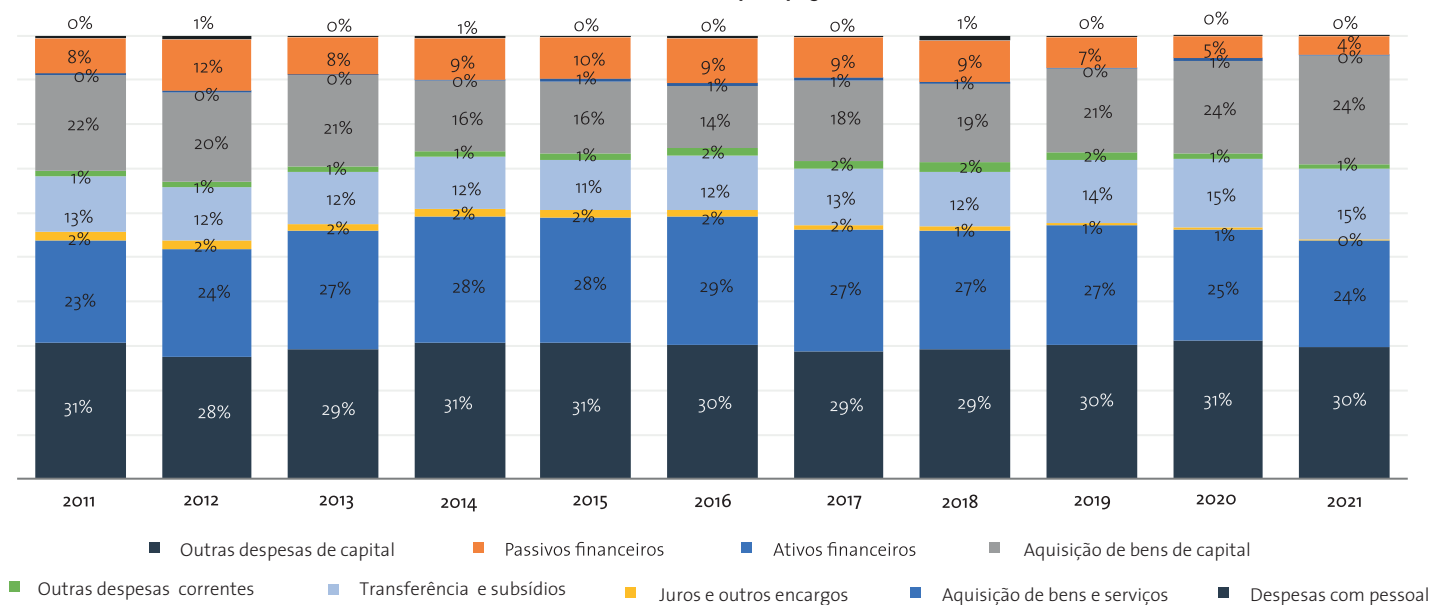
³⁴ Já nos anos económicos de 2018, 2019 e 2020 apresentou uma taxa de 100% de pagamento dos compromissos assumidos.

ultrapassou, em muito, os 90%, com exceção do município de Freixo de Espada à Cinta que apresentou 74,7%. Demonstram uma execução de 100% do pagamento das despesas, os municípios de Vila do Porto e de Penedono;

Da listagem em apreço (R21) constata-se que sete municípios baixaram o volume de pagamentos face a 2020, tendo vinte e um municípios apresentado taxas de crescimento superiores a 10%, sendo expressivos os aumentos de pagamento apresentados por: Penedono (+36,7%), Arronches (+42,7%), Lajes do Pico (+33,2%) e Porto Santo Sousel (+26,7%).

A estrutura da despesa municipal, considerando o peso das diferentes rubricas na despesa global e sua evolução entre 2011e 2021, foi o tema central do presente capítulo deste Anuário. Antes de se passar para uma análise individualizada da despesa por natureza económica, importará apresentar o Gráfico 2.08 com que sintetiza a estrutura da despesa paga entre 2011 e 2021.

Gráfico 2.08 – Estrutura da despesa paga de 2011 a 2021



2.3.4. Caracterização das Despesas por natureza económica

Nesta secção apresentam-se, com maior detalhe, particularidades relativas às principais rubricas económicas da despesa municipal, especialmente um conjunto de rankings que hierarquizam os valores das mesmas em lotes de 35 municípios.

Tal como nos anuários anteriores, as rubricas económicas que, pela sua materialidade, se entendeu analisar autonomamente foram: Despesas com Pessoal, Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes e Despesas de Investimentos. Pelo significado económico que revestem apresentam-se, ainda, detalhadas as seguintes despesas: Despesas com Transferências e Subsídios, Despesas com juros e outros encargos financeiros e Amortização de empréstimos (Passivos Financeiros).

2.3.4.1. Despesas com Pessoal

Tendo em atenção a natureza das Despesas com Pessoal, pela qual não poderá resultar encargos por pagar no final de cada ano económico, estas serão analisadas na ótica dos pagamentos. Como se pode observar no Quadro 2.32 as Despesas com Pessoal, em 2021, constituem a rubrica de despesa com maior volume de pagamentos e, consequentemente, com maior peso na despesa paga.

Em 2016, contrariando a tendência dos anos anteriores³⁵, verificou-se uma retoma de crescimento da Despesa com Pessoal com um aumento, ainda que ligeiro nesse ano (+35,6 milhões de euros, +1,6%), um acréscimo mais acentuado em 2017 (+67,9 milhões de euros, +3%), um reforço em 2018 (+126,9 milhões de euros³⁶, +5,5%), em 2019 o aumento significativo de 7,7% traduzido num acréscimo de 188,8 milhões de euros e, em 2020, o aumento de 3,8% (+100,4 milhões de euros). Em 2021 o aumento das Despesas com Pessoal foi de 7,9% (+215,9 milhões de euros). Apresentaram aumento desta

despesa, neste ano, 283 municípios.

Sendo o peso das despesas com pessoal na despesa total paga de cada autarquia, um indicador importante de análise e de condicionamento económico-financeiro da sua atividade, apresentam-se a seguir duas listagens hierarquizadas: uma, dos 35 municípios com maior valor neste indicador e outra, dos 35 municípios com menor valor.

Anota-se que o peso médio nacional das despesas com pessoal na despesa total paga, em 2021, foi de 29,7%, inferior em 1,5pp à média obtida no ano anterior. Considerando o universo total dos municípios, verificou-se que 179 municípios apresentaram um peso médio de despesas com pessoal superior ao peso da média nacional.

O *Ranking* R22 apresenta os 35 municípios com maior peso das despesas pagas com pessoal na despesa total.

³⁵ Depois de uma queda abrupta em 2012 (-275,2 milhões de euros, -11,6%), face aos cortes nos salários e subsídios da função pública, as despesas com pessoal apresentaram uma subida em 2013 devido, essencialmente, à reposição do subsídio de Natal (+166,2 milhões de euros, +8%). Em 2014 e em 2015 esta despesa voltou a apresentar sucessivas descidas, 0,9% e 0,5% respetivamente.

³⁶ A este aumento de despesa não será estranho o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos, o que permitiu reposicionamentos e progressões na mesma.

R22 – Municípios com maior peso de pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais em 2021*

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Redondo	P	40,5%	43,9%	50,5%	48,4%	45,5%	47,1%	48,2%	52,0%	56,2%	56,2%	49,9%
2	Cartaxo	M	35,1%	37,2%	40,0%	23,8%	29,9%	37,9%	9,8%	43,0%	39,8%	48,9%	47,6%
3	Góis	P	32,5%	31,0%	37,3%	42,6%	38,0%	36,5%	35,5%	31,7%	36,4%	44,0%	46,6%
4	Porto Santo	P	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%	36,7%	57,5%	46,4%
5	Sardoal	P	55,5%	47,1%	45,9%	48,1%	44,4%	46,7%	41,8%	43,4%	44,1%	37,5%	46,1%
6	Vidigueira	P	35,1%	35,3%	44,7%	44,3%	33,1%	42,9%	45,9%	45,2%	46,2%	41,2%	45,6%
7	Freixo de Espada à Cinta	P	28,1%	29,1%	21,2%	30,1%	36,0%	34,3%	40,6%	42,1%	21,4%	41,5%	45,5%
8	Borba	P	44,7%	31,7%	19,4%	41,4%	41,6%	38,1%	27,6%	46,2%	49,8%	45,9%	44,9%
9	Ourique	P	45,4%	41,0%	40,5%	40,3%	40,3%	44,7%	42,7%	49,0%	47,3%	41,1%	44,6%
10	Alfândega da Fé	P	31,3%	27,8%	10,9%	31,7%	13,0%	10,9%	30,0%	33,8%	42,8%	41,9%	43,9%
11	Vila Nova da Barquinha	P	28,9%	21,7%	34,9%	37,3%	37,6%	40,2%	40,6%	34,4%	36,8%	44,1%	43,7%
12	Serpa	P	30,2%	31,7%	40,9%	44,6%	35,9%	42,4%	37,0%	39,5%	40,6%	43,7%	43,6%
13	Mourão	P	57,6%	55,0%	42,8%	60,4%	55,4%	52,3%	46,2%	48,9%	27,6%	40,8%	43,3%
14	Tarouca	P	36,3%	39,9%	47,9%	46,0%	42,8%	44,3%	28,4%	44,9%	49,1%	45,4%	42,4%
15	São Brás de Alportel	P	40,8%	40,5%	41,3%	37,2%	35,2%	38,7%	34,9%	36,4%	41,9%	41,7%	42,0%
16	Ferreira do Alentejo	P	44,3%	41,2%	42,4%	43,1%	46,1%	47,2%	35,8%	40,8%	41,8%	39,0%	41,9%
17	Alcochete	P	55,4%	49,8%	52,9%	54,6%	48,5%	49,3%	50,0%	45,6%	40,5%	37,7%	41,9%
18	Moita	M	45,7%	44,4%	45,6%	46,1%	45,0%	44,3%	45,3%	45,6%	45,5%	46,2%	41,8%
19	Resende	P	34,6%	34,3%	41,8%	44,2%	41,1%	43,6%	42,2%	41,2%	44,0%	47,3%	41,7%
20	Alenquer	M	38,1%	37,7%	42,0%	37,7%	40,6%	40,6%	41,7%	45,3%	41,2%	44,3%	41,4%
21	Estremoz	P	35,1%	25,2%	25,3%	32,4%	25,8%	25,3%	29,1%	38,5%	36,4%	40,9%	41,4%
22	Castro Verde	P	27,9%	29,9%	39,0%	33,6%	35,1%	39,0%	38,8%	39,1%	37,7%	37,0%	41,0%
23	Pedrógão Grande	P	24,3%	26,5%	25,5%	24,2%	31,3%	29,1%	24,1%	23,2%	27,4%	33,6%	40,9%
24	Alpiarça	P	32,0%	45,5%	36,9%	46,0%	47,0%	39,1%	41,1%	39,8%	29,9%	40,5%	40,9%
25	Peniche	M	39,4%	34,8%	38,8%	39,5%	37,5%	36,7%	34,1%	38,5%	35,5%	42,4%	40,8%
26	Mêda	P	28,8%	24,4%	27,6%	39,0%	36,4%	39,7%	37,4%	40,5%	40,6%	41,3%	40,8%
27	Coruche	P	31,5%	33,5%	40,7%	35,1%	34,3%	36,2%	33,7%	32,5%	33,8%	39,7%	40,6%
28	Vendas Novas	P	46,8%	38,8%	38,4%	46,7%	43,7%	36,6%	38,0%	42,7%	42,8%	42,5%	40,4%
29	Sesimbra	M	45,6%	36,8%	35,3%	40,5%	41,4%	40,8%	39,1%	39,6%	40,3%	41,0%	40,3%
30	Montijo	M	52,4%	47,8%	51,5%	52,7%	51,7%	52,2%	50,3%	52,8%	44,7%	45,1%	40,0%
31	Mesão Frio	P	29,2%	26,4%	35,2%	40,1%	38,4%	40,9%	25,2%	41,3%	41,6%	42,5%	39,6%
32	Moura	P	33,1%	29,5%	35,1%	41,4%	37,9%	38,7%	39,3%	44,0%	43,2%	37,8%	39,5%
33	Tomar	M	27,6%	31,7%	39,0%	38,5%	39,9%	41,9%	39,5%	38,1%	38,1%	40,8%	39,1%
34	Sobral de Monte Agraço	P	36,7%	34,9%	35,3%	39,5%	37,6%	36,3%	34,2%	36,5%	38,6%	38,4%	39,1%
35	Golegã	P	36,6%	26,7%	30,2%	35,7%	31,6%	33,1%	32,8%	33,8%	39,8%	36,8%	39,1%
Total 308 municípios			30,6%	27,5%	29,5%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%

*Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, mas apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

Da listagem supra anota-se:

Na listagem obtida dos 35 municípios com maior peso de pagamentos em despesas com o pessoal em 2021, trinta apresentaram valores acima dos 40%, bastante superiores à média nacional, revelando uma elevada concentração de despesa nesta rubrica económica. Nesta listagem, só cinco municípios apresentam um peso das despesas de pessoal compreendido entre 39% e 40%. Anota-se que este grupo de municípios aparece constituído, na sua maioria, por municípios de pequena dimensão (vinte e oito) sendo sete de média dimensão. No ano em apreço, não constou nesta listagem nenhum município de grande dimensão;

Poderá ser preocupante para o desenvolvimento da atividade municipal nos diversos domínios das suas competências, a situação dos municípios que afetam metade ou mais dos seus recursos financeiros a despesas com pessoal. Estiveram nesta situação ou muito próxima dela, em 2020: Porto Santo (57,5%), Redondo (56,2%), Cartaxo (48,9%) e Resende (47,3%). Três destes municípios apresentam, em 2021 uma notável descida de despesa de pessoal, a saber: Redondo 49,9% (-6,3%), Porto Santo, 46,4% (-11,1%) e Resende 41,7% (-5,6%).

O Ranking R23 mostra os 35 municípios com menor peso das despesas com pessoal pagas, na despesa total.

R23 – Municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total em 2021

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	São Vicente	P	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%	21,6%	18,6%	15,5%
2	Trofa	M	35,0%	31,6%	14,5%	19,2%	25,4%	30,1%	22,9%	13,7%	29,0%	29,5%	17,4%
3	Ribeira Brava	P	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%	21,9%	17,5%	18,3%
4	Velas	P	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%	29,6%	35,5%	19,3%	18,4%
5	Cascais	G	21,5%	20,6%	24,2%	22,7%	21,6%	23,7%	22,4%	22,4%	22,8%	21,6%	19,3%
6	Sernancelhe	P	19,6%	18,9%	21,1%	23,8%	20,8%	27,4%	22,2%	19,6%	21,5%	22,7%	20,1%
7	Celorico da Beira	P	45,5%	31,9%	34,2%	34,8%	36,2%	39,3%	40,2%	17,9%	40,2%	43,7%	20,1%
8	Ponta do Sol	P	22,2%	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%	24,3%	19,1%	20,1%
9	Lamego	M	18,4%	16,0%	11,5%	21,3%	17,6%	22,8%	25,1%	25,9%	28,2%	28,4%	20,3%
10	Penamacor	P	20,5%	19,0%	26,6%	23,8%	17,3%	20,3%	18,9%	22,2%	23,0%	23,3%	20,8%
11	Lagoa (Algarve)	M	27,0%	22,5%	23,8%	25,5%	21,5%	18,4%	18,5%	22,2%	22,6%	23,2%	20,8%
12	Praia da Vitória	P	24,7%	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%	23,9%	26,3%	25,4%	21,2%	21,0%
13	Belmonte	P	18,4%	17,2%	15,6%	18,8%	16,0%	14,7%	15,4%	18,2%	24,5%	25,6%	21,0%
14	Arganil	P	27,2%	23,9%	34,0%	30,5%	29,1%	27,9%	25,3%	26,6%	22,2%	23,3%	21,2%
15	Arcos de Valdevez	M	24,1%	21,0%	24,0%	23,5%	22,6%	22,2%	20,4%	20,6%	21,8%	21,3%	21,3%
16	Bragança	M	21,4%	17,3%	18,7%	25,8%	23,4%	21,3%	20,5%	23,2%	22,2%	20,8%	21,4%
17	Aveiro	M	27,2%	24,9%	28,5%	26,1%	26,7%	27,7%	13,2%	19,4%	23,6%	21,5%	21,7%
18	Nordeste	P	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%	24,9%	18,6%	21,7%
19	Mogadouro	P	17,0%	16,2%	23,6%	22,3%	17,0%	21,4%	19,1%	22,7%	27,0%	25,1%	22,0%
20	Calheta (R.A.M.)	P	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%	27,1%	28,2%	22,0%
21	Pombal	M	17,4%	16,7%	13,4%	17,1%	19,6%	19,7%	18,2%	23,9%	23,7%	22,6%	22,1%
22	Murtosa	P	20,9%	16,0%	23,8%	25,6%	26,6%	26,4%	22,3%	21,8%	23,9%	21,7%	22,2%
23	Santana	P	21,2%	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%	28,5%	21,8%	24,5%	29,4%	28,2%	22,3%
24	Póvoa de Varzim	M	30,4%	29,1%	27,2%	30,4%	27,5%	31,1%	26,0%	23,2%	22,9%	24,0%	22,5%
25	Santa Maria da Feira	G	24,3%	20,6%	18,8%	24,1%	26,7%	24,8%	24,6%	25,5%	25,9%	25,7%	22,6%
26	Vila Verde	M	31,1%	27,4%	21,1%	28,0%	25,1%	24,7%	28,1%	26,8%	27,7%	28,3%	22,6%
27	Esposende	M	20,2%	19,6%	20,7%	26,1%	24,2%	27,2%	22,8%	23,3%	25,9%	25,5%	23,0%
28	Penedono	P	25,3%	25,4%	23,6%	26,5%	21,8%	30,3%	27,1%	29,0%	28,0%	31,8%	23,2%
29	Torre de Moncorvo	P	18,9%	24,8%	21,0%	24,7%	22,6%	24,3%	15,9%	23,3%	24,4%	24,8%	23,2%
30	Ponte de Sor	P	28,9%	21,6%	21,8%	28,1%	26,3%	24,9%	25,2%	30,6%	29,5%	28,4%	23,3%
31	Paredes de Coura	P	23,5%	21,8%	18,7%	26,5%	23,0%	27,7%	26,9%	22,3%	27,1%	26,3%	23,3%
32	Alvaiázere	P	16,3%	15,6%	15,9%	19,9%	14,2%	21,4%	23,7%	18,8%	19,8%	20,7%	23,4%
33	Tondela	M	27,1%	20,4%	21,2%	21,6%	22,2%	26,6%	23,2%	27,5%	25,2%	26,9%	23,5%
34	Leiria	G	20,5%	19,9%	21,9%	21,5%	22,7%	21,0%	18,5%	19,4%	17,8%	20,2%	23,5%
35	Penafiel	M	29,9%	24,4%	26,8%	30,3%	31,3%	32,4%	30,9%	31,4%	31,7%	27,2%	23,6%

Da análise do *Ranking* R23 apresentado supra resulta a seguinte apreciação relativamente ao ano económico de 2021:

A grande maioria dos municípios deste ranking, apresentam descida de peso das despesas com pessoal, apesar de já apresentarem as taxas mais baixas, sendo de relevar a descida de peso dos pagamentos a pessoal apresentada pelo município de Celorico da Beira (-23,6pp), Trofa (-12,2pp), Penedono (-8,6pp) e Lamego (-8,1pp);

Apenas três destes 35 municípios são de grande dimensão. Tratam-se dos municípios de Cascais, cujo peso das despesas com pessoal foi de 19,3% (-2,3pp que o apresentado em 2020), San-

ta Maria da Feira com um peso de 22,6%, valor ligeiramente inferior ao apresentado no ano anterior (-3,1pp) e Leiria com um peso das despesas com pessoal de 23,5% (+3,4pp que o apresentado em 2020); Desta listagem, cinco municípios apresentaram despesas com pessoal com um peso inferior a 20% da despesa total, sendo que um deles é de grande dimensão (Cascais) e outro de média dimensão (Trofa).

Nos Rankings seguintes R23.A e R23.M apresentam-se hierarquizados os municípios por ordem crescente do peso da despesa com pessoal, respetivamente nas Regiões dos Açores e da Madeira.

R23.A – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma dos Açores

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Ponta Delgada	M	32,3%	29,9%	35,5%	34,8%	36,0%	37,8%	35,7%	32,5%	33,8%	36,5%	38,5%
2 Calheta (R.A.A.)	P	44,4%	36,5%	41,9%	37,4%	33,7%	41,6%	32,4%	36,8%	34,9%	33,8%	36,7%
3 Lajes das Flores	P	29,7%	25,0%	19,7%	22,1%	37,1%	31,7%	36,5%	43,2%	38,2%	37,6%	36,2%
4 Corvo	P	18,3%	21,7%	20,7%	27,8%	27,5%	21,8%	31,5%	26,4%	34,1%	40,9%	35,3%
5 Santa Cruz das Flores	P	32,2%	34,9%	33,2%	24,1%	40,4%	37,9%	30,2%	36,7%	36,8%	37,3%	31,9%
6 Vila do Porto	P	35,0%	31,1%	39,4%	31,9%	36,8%	36,5%	30,1%	35,0%	38,6%	33,9%	31,7%
7 Povoação	P	32,0%	49,3%	46,0%	40,7%	33,9%	38,5%	37,5%	33,1%	31,9%	36,6%	30,0%
8 Lajes do Pico	P	24,4%	19,3%	16,8%	24,6%	28,5%	30,5%	30,3%	33,5%	33,7%	36,9%	29,0%
9 Madalena	P	31,7%	33,5%	31,2%	31,5%	31,5%	29,6%	27,8%	24,1%	27,4%	25,1%	28,5%
10 Santa Cruz da Graciosa	P	21,6%	19,8%	25,1%	25,9%	28,0%	32,1%	25,4%	25,1%	28,0%	30,2%	28,0%
11 Horta	P	33,0%	33,7%	33,8%	29,4%	31,9%	32,6%	25,7%	27,9%	25,0%	30,8%	27,8%
12 Vila Franca do Campo	P	12,1%	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%	30,4%	26,8%	30,0%	10,0%	12,7%	25,9%
13 Angra do Heroísmo	M	23,1%	20,6%	31,0%	26,6%	24,4%	26,8%	24,2%	25,9%	25,9%	25,5%	25,3%
14 Ribeira Grande	M	23,2%	21,6%	26,9%	29,6%	23,1%	23,6%	25,5%	24,1%	24,0%	25,1%	24,4%
15 Lagoa (R.A.A)	P	17,6%	19,1%	24,9%	28,3%	26,6%	27,3%	24,6%	26,6%	24,4%	24,9%	24,3%
16 São Roque do Pico	P	16,1%	21,7%	27,0%	28,5%	23,2%	24,4%	24,8%	22,5%	26,6%	23,8%	23,9%
17 Nordeste	P	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%	24,9%	18,6%	21,7%
18 Praia da Vitória	P	24,7%	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%	23,9%	26,3%	25,4%	21,2%	21,0%
19 Velas	P	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%	29,6%	35,5%	19,3%	18,4%
Total Municípios da R.A.A.		25,5%	24,6%	28,3%	30,1%	29,6%	30,7%	28,0%	27,5%	26,8%	27,2%	28,2%
Total 308 municípios		30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%

R23.M – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma da Madeira

Município		Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Porto Santo	P	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%	36,7%	57,5%	46,4%
2	Funchal	G	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%	40,3%	31,9%	39,3%	41,4%	35,2%
3	Machico	P	27,1%	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%	39,2%	39,4%	40,0%	39,9%	34,0%	31,2%
4	Porto Moniz	P	22,4%	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%	24,7%	19,1%	23,8%	28,0%	28,9%	29,7%
5	Câmara de Lobos	M	29,5%	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%	31,2%	17,1%	26,9%	24,6%	29,1%	28,7%
6	Santa Cruz	M	36,5%	36,4%	36,0%	20,2%	31,2%	36,6%	27,8%	22,5%	30,6%	33,0%	28,2%
7	Santana	P	21,2%	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%	28,5%	21,8%	24,5%	29,4%	28,2%	22,3%
8	Calheta (R.A.M.)	P	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%	27,1%	28,2%	22,0%
9	Ponta do Sol	P	22,2%	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%	24,3%	19,1%	20,1%
10	Ribeira Brava	P	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%	21,9%	17,5%	18,3%
11	São Vicente	P	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%	21,6%	18,6%	15,5%
Total Municípios da R.A.M.			31,9%	32,6%	25,9%	31,4%	34,7%	35,6%	31,6%	28,4%	33,3%	34,3%	30,1%
Total 308 municípios			30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%

Da observação aos *Rankings* R23.A e R23.M conclui-se, em relação ao ano de 2021:

O peso médio dos encargos com pessoal nas despesas totais dos municípios foi de 28,2% na Região Autónoma dos Açores, índice ligeiramente inferior à média nacional (29,7%), e de 30,1% na Região Autónoma da Madeira, índice ligeiramente superior à média nacional. Todavia, se na R.A.A. o peso das despesas com pessoal variou entre 18,4% e 38,5%, na R.A.M. a amplitude de variação foi entre 15,5% e 46,4%;

Na região dos Açores, sete dos dezanove municípios apresentaram um peso das despesas com pessoal, superior ao peso médio nacional e na Região Madeirense apenas três municípios estiveram nessa situação;

Releva-se na Região da Madeira a descida do peso das despesas com pessoal, ocorridas nos municípios de Porto Santo (-11,1%), Funchal (-6,2%) e Calheta (-6,2%).

Apresenta-se, de seguida, o *Ranking* R24 com os 35 municípios com maior volume pago de despesa com pessoal, em 2021.

R24 – Municípios com maior volume de despesa com pessoal paga no ano de 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021				Varia. 20-21 %
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	242 755 702	208 623 845	227 899 869	216 512 163	213 264 687	216 259 993	226 896 376	234 438 031	241 638 759	254 505 227	265 362 059	4,3%
2	Porto	G	58 249 917	50 567 299	56 993 588	56 303 553	58 505 841	61 392 672	65 797 918	70 081 396	74 270 942	74 351 247	79 641 531	7,1%
3	Sintra	G	45 289 295	41 065 997	43 622 288	45 871 474	47 471 815	49 116 802	51 019 357	54 356 338	56 112 571	61 267 335	65 366 314	6,7%
4	Oeiras	G	34 361 676	30 822 274	33 460 085	33 125 802	34 650 282	40 594 366	42 070 685	44 761 954	51 200 384	53 860 598	59 955 543	11,3%
5	Loures	G	38 172 285	34 940 433	38 272 874	38 008 151	38 666 786	38 829 142	40 399 340	43 090 099	45 877 215	48 130 063	49 567 653	3,0%
6	Cascais	G	33 138 642	29 242 029	31 525 130	32 494 974	32 331 722	37 454 229	39 873 923	42 861 624	47 226 775	48 123 104	49 565 188	3,0%
7	Vila Nova de Gaia	G	33 146 276	29 458 504	33 177 657	34 354 474	35 123 005	36 445 219	37 162 503	39 432 938	42 598 484	43 516 651	46 155 609	6,1%
8	Matosinhos	G	31 147 123	28 300 088	29 748 856	29 702 028	29 687 470	32 198 538	33 062 801	34 786 331	37 072 473	39 138 611	41 499 822	6,0%
9	Seixal	G	35 604 507	30 395 964	32 664 712	32 811 186	32 827 140	32 434 828	32 949 520	34 302 344	36 956 426	37 680 425	39 973 966	6,1%
10	Almada	G	27 958 489	25 021 957	27 639 772	28 169 770	29 833 061	30 940 505	32 737 589	34 966 928	37 247 545	36 812 479	39 399 240	7,0%
11	Loulé	M	28 902 427	25 552 196	25 897 673	25 771 146	26 027 320	25 645 104	26 921 799	29 588 821	33 243 755	34 854 495	39 387 483	13,0%
12	Coimbra	G	28 282 050	25 108 042	26 615 284	26 111 049	25 737 994	25 627 032	26 002 074	26 693 601	29 646 014	29 792 883	38 837 680	30,4%
13	Funchal	G	29 822 565	28 947 972	31 180 527	30 407 728	29 270 676	29 731 966	30 089 561	31 452 315	32 994 046	34 045 107	37 097 355	9,0%
14	Braga	G	26 211 997	23 648 923	25 186 802	24 503 120	23 723 998	24 790 603	26 417 583	26 838 599	30 358 796	31 406 523	34 477 660	9,8%
15	Amadora	G	28 008 606	24 805 860	26 947 613	26 644 145	27 249 877	28 824 511	29 193 524	30 556 862	31 214 076	31 158 540	33 536 740	7,6%
16	Setúbal	G	26 114 814	22 919 094	25 073 071	24 222 936	25 121 947	25 454 595	26 090 421	29 040 972	31 626 202	30 769 105	31 884 315	3,6%
17	V. N. de Famalicão	G	18 733 411	16 265 023	17 509 951	18 039 739	19 977 548	23 531 355	25 015 405	26 679 809	28 700 019	29 467 833	31 611 176	7,3%
18	Vila Franca de Xira	G	17 072 464	14 831 475	16 279 784	16 306 625	16 264 790	16 581 776	17 291 550	18 142 200	19 904 311	27 835 847	30 603 129	9,9%
19	Odivelas	G	22 760 094	21 147 636	22 652 739	22 733 104	23 642 979	22 385 431	22 791 023	23 403 270	25 417 455	26 999 615	29 487 559	9,2%
20	Gondomar	G	25 183 764	24 254 927	23 769 940	22 214 723	22 666 666	22 333 468	22 456 628	23 032 253	24 385 055	25 795 800	28 404 446	10,1%
21	Guimarães	G	25 014 198	22 696 154	23 474 583	23 350 740	22 895 238	23 459 014	24 458 769	25 911 428	27 693 753	27 319 096	28 228 706	3,3%
22	Viana do Castelo	M	16 883 363	14 845 260	16 016 733	15 793 297	15 869 957	16 394 959	16 671 499	18 004 563	19 262 964	22 406 566	24 280 272	8,4%
23	Barcelos	G	13 335 500	11 878 919	13 524 811	14 458 009	13 691 542	12 856 604	12 944 584	15 107 301	16 710 778	16 733 381	23 118 405	38,2%
24	Albufeira	M	22 749 447	19 779 010	20 860 863	20 124 778	19 859 464	19 736 348	20 108 530	20 666 959	21 986 364	22 836 368	23 102 123	1,2%
25	Sesimbra	M	17 683 894	15 760 272	19 042 086	17 414 285	16 724 431	17 064 715	17 502 446	18 219 032	20 357 724	20 834 568	21 864 380	4,9%
26	Viseu	M	13 721 571	11 694 341	12 302 868	12 022 679	11 694 505	11 916 952	12 540 003	13 744 879	15 417 920	15 554 850	21 544 596	38,5%
27	Leiria	G	12 841 965	11 072 798	12 081 085	12 320 471	12 273 780	12 118 742	12 602 624	13 324 569	13 976 463	14 247 621	21 163 333	48,5%
28	Palmela	M	18 281 770	16 347 521	18 416 307	17 606 604	17 265 660	17 479 719	17 809 101	18 052 075	19 274 880	19 901 401	20 931 916	5,2%
29	Maia	G	19 373 082	17 575 332	19 098 164	18 567 367	18 535 977	18 868 519	18 653 167	19 154 529	20 183 049	19 980 562	20 647 357	3,3%
30	Torres Vedras	M	12 162 032	10 972 536	11 654 721	11 593 071	12 403 919	11 528 331	12 058 516	13 303 265	14 732 319	18 016 812	20 144 262	11,8%
31	Évora	M	19 050 623	16 879 562	18 020 985	18 166 398	17 711 101	17 744 882	17 657 553	18 651 929	19 257 127	18 750 967	19 100 045	1,9%
32	Mafra	M	14 463 606	13 552 392	14 364 693	13 929 910	14 055 555	14 484 161	14 995 105	16 034 337	17 712 956	17 748 969	19 092 738	7,6%
33	Valongo	M	13 636 025	11 341 563	11 755 228	11 335 793	11 348 062	11 070 383	11 260 670	12 149 525	12 468 359	17 532 477	18 778 756	7,1%
34	Portimão	M	15 780 331	13 152 074	14 489 922	14 009 673	14 627 444	15 171 035	14 865 777	15 448 302	16 463 160	18 204 633	18 741 273	2,9%
35	Faro	M	14 912 816	12 704 079	13 445 188	13 714 459	13 264 135	12 998 185	13 881 411	14 733 509	15 772 779	17 093 783	18 718 945	9,5%

Da observação do *Ranking* R24 releva-se, com referência ao ano económico de 2021:

Todos os municípios deste ranking apresentaram aumento de despesa com pessoal, sendo que treze deles aumentaram acima da média nacional a qual se fixou em 7,9 %. Deste grupo de municípios releva-se o facto de alguns deles terem apresentado aumento de despesa de pessoal acima dos 20%: Coimbra (+30,4%, +9,0 milhões de euros; Barcelos (+38,2%, +6,4 milhões de euros); Viseu (+38,5%, +6,0 milhões de euros) e Leiria (+48,5%, +6,9 milhões de euros);

Desta listagem constam 23 municípios de grande dimensão não se encontrando na mesma o município de Santa Maria da Feira;

O valor da despesa com pessoal, no município de Lisboa (265,4 milhões de euros) correspondeu a 9,0% das despesas pagas a pessoal pela totalidade dos municípios portugueses, sendo que o número de trabalhadores do Município de Lisboa corresponde a 4,9% do total dos trabalhadores dos 308 municípios.

Relativamente ao *Ranking* R25, que apresenta os 35 municípios com menor volume pago de despesa com pessoal, verifica-se:

São todos municípios de pequena dimensão, tendo sete deles apresentado descida de encargos com pessoal. O aumento do montante de encargos com pessoal verificado nos restantes municípios foi pouco relevante em termos absolutos, salientando-se, contudo, os aumentos acima dos 10%, dos municípios de Santa Cruz da Graciosa (+12,5%), São Roque do Pico (+11,6%), Ponta do Sol (+10,7%), Alvaiázere (+16,2%) e Marvão (+17,3%).

R25 – Municípios com menor volume pago em despesa com pessoal em 2021

Unidade: euros

Município		Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Varia. 20–21 %
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Corvo	P	581 778	522 768	511 744	493 276	481 035	488 269	557 521	616 925	661 899	637 956	628 550	–1,5%
2	Sta. Cruz das Flores	P	1 135 170	1 000 115	1 100 754	1 010 373	968 094	948 177	946 665	945 102	976 421	1 191 040	1 159 565	–2,6%
3	Nordeste	P	1 673 403	1 515 060	1 540 762	1 505 856	1 391 709	1 351 345	1 314 054	1 322 762	1 366 905	1 356 837	1 321 885	–2,6%
4	São Vicente	P	1 404 194	1 184 472	1 297 266	1 287 078	1 279 222	1 318 610	1 375 003	1 379 757	1 370 812	1 375 678	1 423 095	3,4%
5	Sta Cruz da Graciosa	P	1 179 384	1 075 305	1 155 502	1 160 977	1 116 069	1 112 886	1 221 339	1 282 279	1 382 038	1 307 783	1 470 787	12,5%
6	Lajes das Flores	P	1 085 234	1 034 086	1 033 572	1 102 795	1 113 489	963 737	1 172 106	1 347 920	1 396 886	1 394 277	1 483 649	6,4%
7	São Roque do Pico	P	1 039 671	938 406	1 094 686	1 156 062	1 040 696	1 075 474	1 091 061	1 143 022	1 201 839	1 335 165	1 489 741	11,6%
8	Manteigas	P	1 410 486	1 217 600	1 433 558	1 300 145	1 304 790	1 281 624	1 315 339	1 300 769	1 391 478	1 408 237	1 496 000	6,2%
9	Castanheira de Pera	P	1 638 218	1 336 878	1 428 271	1 371 009	1 316 919	1 270 719	1 311 628	1 429 496	1 540 954	1 524 818	1 567 438	2,8%
10	Ponta do Sol	P	1 623 824	1 414 507	1 577 338	1 524 456	1 504 900	1 527 316	1 521 841	1 466 142	1 468 458	1 484 006	1 643 372	10,7%
11	Penedono	P	1 522 888	1 424 391	1 677 001	1 669 857	1 455 933	1 311 846	1 414 479	1 585 207	1 671 602	1 672 382	1 670 191	–0,1%
12	Porto Moniz	P	1 200 440	1 066 589	1 164 688	1 255 543	1 215 396	1 244 649	1 288 104	1 346 255	1 654 494	1 630 103	1 693 005	3,9%
13	Velas	P	1 661 166	1 373 489	1 541 250	1 581 875	1 596 176	1 523 132	1 526 073	1 548 813	1 802 696	1 840 997	1 783 350	–3,1%
14	Alvaiázere	P	1 627 854	1 508 164	1 608 990	1 541 059	1 458 588	1 536 753	1 541 552	1 566 424	1 607 333	1 609 157	1 869 384	16,2%
15	Santana	P	1 607 598	1 320 598	1 468 916	1 431 385	1 559 163	1 675 202	1 678 335	1 793 319	1 818 144	1 820 464	1 916 648	5,3%
16	Murtosa	P	1 777 789	1 529 814	1 649 845	1 734 600	1 750 778	1 690 455	1 662 502	1 720 034	1 842 134	1 826 583	2 002 924	9,7%
17	Arronches	P	1 704 073	1 557 864	1 763 010	1 790 710	1 766 276	1 847 754	1 943 534	1 903 891	1 968 415	1 905 542	2 028 319	6,4%
18	Penamacor	P	2 091 247	1 844 804	2 038 044	2 041 741	1 894 715	1 861 223	1 846 285	1 781 543	2 014 405	2 045 288	2 034 202	–0,5%
19	Calheta (R.A.A.)	P	1 741 342	1 575 204	1 730 067	1 693 438	1 651 451	1 627 711	1 643 334	1 766 251	1 871 335	1 866 553	2 048 350	9,7%
20	Barrancos	P	2 076 578	1 840 869	1 924 514	1 827 295	1 846 856	1 821 807	1 816 892	1 882 266	2 028 331	2 012 566	2 059 248	2,3%
21	Ribeira Brava	P	1 675 162	1 473 241	1 473 691	1 591 994	1 698 809	1 591 347	1 772 915	1 906 308	2 101 168	2 030 691	2 195 846	8,1%
22	Penela	P	2 036 481	1 908 785	1 941 754	1 921 622	1 937 005	1 955 444	1 975 411	2 098 780	2 284 762	2 187 163	2 214 233	1,2%
23	Sernancelhe	P	1 760 530	1 507 066	1 647 531	1 727 674	1 820 626	1 938 512	1 971 418	1 964 319	2 043 168	2 095 811	2 227 928	6,3%
24	Lajes do Pico	P	1 462 193	1 296 556	1 697 714	1 729 303	1 638 591	1 617 461	1 632 927	1 814 799	2 123 784	2 142 652	2 245 077	4,8%
25	Fronteira	P	1 684 564	1 512 868	1 617 032	1 654 836	1 689 243	1 676 895	1 791 555	1 913 625	2 115 389	2 143 147	2 280 776	6,4%
26	Vila Nova de Poiares	P	3 086 654	2 220 895	2 369 540	2 298 024	2 203 114	2 107 222	2 177 698	2 258 940	2 379 901	2 400 380	2 343 947	–2,4%
27	Aguiar da Beira	P	1 865 634	1 658 053	1 804 810	1 975 710	1 933 848	1 951 242	1 934 929	1 918 004	2 105 534	2 167 643	2 363 757	9,0%
28	Pedrógão Grande	P	1 818 738	1 521 923	1 575 605	1 433 592	1 442 871	1 423 638	1 456 267	1 587 433	2 230 680	2 271 404	2 399 235	5,6%
29	Vila do Porto	P	1 771 464	1 616 642	1 767 309	1 782 401	1 870 830	1 778 776	1 883 691	2 156 736	2 330 886	2 318 927	2 414 068	4,1%
30	Porto Santo	P	1 527 765	1 300 354	1 787 352	2 122 848	2 041 695	2 258 102	2 315 416	2 263 169	2 345 625	2 379 425	2 434 819	2,3%
31	Marvão	P	1 905 403	1 630 015	1 757 230	1 736 929	1 639 610	1 669 393	1 761 085	1 832 525	1 985 692	2 093 289	2 455 031	17,3%
32	Sever do Vouga	P	2 092 536	1 849 810	1 958 639	2 018 710	1 959 340	2 050 650	2 051 790	2 092 839	2 303 265	2 273 329	2 475 333	8,9%
33	Povoação	P	2 405 120	2 504 985	2 554 813	2 753 579	2 022 186	2 247 185	2 334 985	2 303 505	2 315 034	2 452 691	2 484 502	1,3%
34	Belmonte	P	1 188 363	972 664	1 029 865	1 148 520	1 123 877	1 126 518	1 133 504	1 426 191	1 740 501	2 278 594	2 493 372	9,4%
35	Penalva do Castelo	P	2 150 013	1 842 673	2 071 947	2 250 644	1 920 559	1 874 529	1 859 838	2 032 466	2 351 813	2 340 901	2 508 885	7,2%

2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

Em relação à despesa paga com aquisição de bens e serviços correntes entende-se referir, para o ano de 2021:

Pela observação dos quadros apresentados na secção 2.3.3 deste capítulo constatou-se que a despesa com aquisição de bens e serviços correntes em 2021, cresceu 6,2%, retomando a tendência de crescimento apresentada no quadriénio 2015-2019 e interrompida em 2020 ano em que decresceu 1,8% considerando a despesa assumida e não a despesa paga;

Mais se verificou que o peso dos encargos assumidos em aquisição de bens e serviços correntes, no total da despesa assumida, foi de 24,8%, sendo que, em relação ao total da despesa corrente esse valor foi de 39,4%;

O peso da despesa paga com aquisição de bens e serviços, no total da despesa autárquica, foi de 24,0%, ao apresentar o valor total de 2.390,1 milhões de euros. Em 2021, a subida do valor dos pagamentos de bens e serviços foi de 8,6% (+188,9 milhões de euros) e traduziu uma aceleração dos pagamentos em relação aos anos precedentes entre 2011 e 2019 em que se verificou também acréscimo de pagamentos. Anota-se ainda que, o montante pago correspondeu a 81,6% dos encargos assumidos nesta rubrica orçamental ficando por pagar, na totalidade dos municípios, 537,7 milhões de euros de compromissos assumidos no ano económico em apreço (ver Quadro 2.36). Considerando a nova informação obtida pelo SNC-AP, constata-se que o volume de obrigações geradas em aquisições de bens e serviços se cifrou em 2.291,8 milhões de euros, pelo que a dívida comercial resultante do volume de pagamentos efetuados será de apenas 101,7 milhões de euros, no que se reporta a aquisição de bens e serviços correntes;

Em 2021, 64 municípios apresentaram diminuição de encargos pagos com aquisição de bens e serviços correntes.

Apresentam-se de seguida os Rankings R26 e R27 dos 35 municípios

com, respetivamente, maior e menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, em 2021.

De notar que:

O volume da despesa paga pelo município de Lisboa na aquisição de bens e serviços correntes representou 5,7% do total dos encargos pagos pela totalidade do setor autárquico municipal³⁷ nesta rubrica orçamental. Comparando o valor dos encargos pagos pelo segundo município desta listagem – Cascais – verifica-se que o mesmo apresentou uma despesa cujo valor foi 66,4% do valor pago por Lisboa; Relativamente à listagem destes 35 municípios com maior despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, apontam-se apenas dois municípios com diminuição desta despesa: Loures (-7%) e Vila

Nova de Gaia (-8,5%), sendo que dezassete deles apresentaram um crescimento igual ou superior a 10%, destacando-se com crescimento superior a 20%: Oeiras (+28,4%, +13,4 milhões de euros); Funchal (+68,9%, +13,7 milhões de euros); Coimbra (+23,7%, +5,7 milhões de euros); Vila Franca de Xira (+21,2%, +4,4 milhões de euros); Guimarães (+28,0%, +5,4 milhões de euros); Leiria (+24,7%, +4,7 milhões de euros); Aveiro (+29,3%, +4,5 milhões de euros) e Maia (+23,8%, +3,5 milhões de euros);

Nesta listagem dos municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços, encontram-se 23 grandes municípios faltando apenas o município de Barcelos.

No *Ranking* R27 são ordenados por ordem crescente de valor relativo ao ano de 2021, os municípios com menor volume de encargos pagos em aquisição de bens e serviços correntes.

³⁷ De referir que Lisboa representa 4,9% da população de Portugal.

R26 – Municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2021*

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Varia. 20–21 %
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	108 197 506	94 850 551	97 684 851	132 540 525	125 467 340	130 998 622	129 778 149	131 447 599	134 386 103	136 423 141	136 673 125	0,2%
2	Cascais	G	52 023 664	52 278 428	50 071 593	63 928 827	75 430 371	76 611 800	64 685 244	56 524 301	68 286 568	84 161 955	90 776 108	7,9%
3	Oeiras	G	36 038 385	37 087 552	32 476 257	29 998 859	33 128 240	31 122 444	32 249 445	35 281 997	41 533 120	47 178 346	60 561 728	28,4%
4	Sintra	G	23 271 604	38 834 864	27 291 651	33 719 888	37 490 917	41 914 090	38 273 426	39 250 438	42 848 697	49 930 814	51 023 027	2,2%
5	Porto	G	44 996 314	44 892 315	47 549 064	46 679 683	49 670 454	50 164 905	54 240 232	43 530 913	46 953 096	42 363 474	47 372 861	11,8%
6	Loulé	M	21 933 759	32 327 744	36 293 632	26 582 007	31 052 854	33 174 258	37 045 849	37 221 939	39 007 264	38 073 838	39 918 092	4,8%
7	Albufeira	M	21 775 547	29 110 963	41 937 555	28 316 961	23 415 487	24 769 315	27 861 783	29 338 224	32 945 464	31 481 145	33 828 419	7,5%
8	Funchal	G	15 528 317	12 335 191	38 970 292	23 147 048	21 991 455	23 145 568	20 080 258	24 580 423	21 915 790	19 872 472	33 561 586	68,9%
9	Seixal	G	6 657 430	12 036 674	26 648 239	33 322 494	18 387 545	24 301 658	26 479 702	29 774 503	30 198 992	29 769 667	32 779 548	10,1%
10	Loures	G	29 603 917	32 994 814	32 691 192	32 103 516	33 562 202	34 416 002	29 341 134	29 042 859	31 145 579	34 412 469	32 001 408	–7,0%
11	Vila Nova de Gaia	G	28 186 002	25 608 770	27 782 026	33 891 438	35 872 846	38 029 361	37 500 543	31 611 756	33 370 993	34 732 525	31 789 287	–8,5%
12	Coimbra	G	22 283 886	22 119 771	20 560 384	19 851 752	18 177 734	20 934 065	21 581 668	23 068 160	26 012 133	24 145 420	29 863 901	23,7%
13	Matosinhos	G	30 254 772	30 875 162	27 992 347	25 465 525	27 704 793	28 549 885	27 423 759	28 715 647	29 101 084	28 453 366	29 776 748	4,7%
14	V. N. de Famalicao	G	21 984 047	22 185 448	20 993 386	23 005 147	23 304 862	26 253 061	26 723 840	27 075 613	29 733 405	27 845 067	29 693 723	6,6%
15	Odivelas	G	14 254 621	17 617 944	15 234 031	23 897 826	23 184 552	23 296 749	23 945 241	22 615 110	21 781 184	23 934 790	25 783 305	7,7%
16	Setúbal	G	12 191 058	14 978 880	13 268 149	21 944 676	24 772 094	24 855 058	26 132 505	25 206 856	24 690 661	24 803 304	25 614 593	3,3%
17	Vila Franca de Xira	G	16 263 744	18 659 481	18 125 536	18 433 820	19 413 671	16 848 492	17 086 650	17 610 111	19 507 156	20 914 977	25 353 976	21,2%
18	Almada	G	19 917 357	20 358 587	21 060 963	21 682 918	22 916 313	26 367 032	26 083 169	23 356 950	22 682 767	22 077 414	25 044 967	13,4%
19	Guimarães	G	18 818 200	17 065 630	16 804 865	18 508 094	18 501 631	20 596 830	21 011 886	20 012 497	21 576 574	19 339 947	24 760 382	28,0%
20	Gondomar	G	17 554 458	17 887 358	19 332 549	19 795 448	21 722 937	22 679 518	22 872 621	21 831 473	23 588 596	22 905 699	24 752 151	8,1%
21	Braga	G	14 186 682	15 207 769	16 679 315	17 076 189	18 815 809	18 693 350	20 569 398	20 705 012	24 874 924	22 147 593	24 738 472	11,7%
22	Mafra	M	17 736 072	18 157 741	15 168 603	21 843 672	19 750 656	21 143 967	22 812 192	24 219 571	25 776 184	22 663 710	24 344 567	7,4%
23	Amadora	G	31 678 763	29 094 175	31 166 574	27 494 953	22 845 748	19 810 292	20 227 008	19 901 237	19 246 275	20 795 462	24 050 116	15,7%
24	Leiria	G	16 675 843	17 294 244	16 204 834	14 605 739	15 120 854	16 690 174	18 434 759	19 272 544	21 256 841	18 875 853	23 542 655	24,7%
25	Lagos	M	12 603 542	15 104 217	20 775 564	17 811 452	20 182 394	17 349 742	18 628 018	19 142 585	20 420 495	20 632 418	21 319 119	3,3%
26	Aveiro	M	6 851 934	5 264 693	6 190 304	7 316 424	11 810 527	12 721 233	15 633 699	14 599 523	14 713 726	15 454 892	19 987 006	29,3%
27	Sta. Maria da Feira	G	16 359 547	18 264 616	24 286 084	17 205 445	16 528 195	15 855 837	17 114 363	18 588 837	19 350 004	17 448 084	19 674 496	12,8%
28	Lagoa (Algarve)	M	12 526 170	15 171 466	15 915 859	12 066 053	12 752 200	15 322 233	15 333 846	16 259 667	16 634 752	16 009 426	18 626 257	16,3%
29	Maia	G	15 382 071	15 832 493	13 942 798	15 434 196	16 281 316	16 280 697	15 896 612	15 571 594	16 794 143	14 629 525	18 117 484	23,8%
30	Viseu	M	10 397 048	11 313 516	11 632 428	12 381 933	13 528 481	15 201 798	15 911 968	21 220 843	18 570 595	16 844 858	17 653 198	4,8%
31	Vila do Conde	M	14 974 158	13 372 362	26 220 925	12 066 647	12 762 871	14 031 131	14 910 649	14 396 688	15 976 583	15 775 289	17 031 421	8,0%
32	Portimão	M	10 644 279	8 120 870	6 718 117	6 451 206	13 157 355	23 565 553	22 378 800	13 555 776	16 616 145	16 351 553	16 845 028	3,0%
33	Póvoa de Varzim	M	14 608 200	13 715 684	14 232 774	13 382 694	13 934 155	14 004 059	14 775 842	15 579 582	18 409 436	16 020 158	16 809 697	4,9%
34	Évora	M	8 984 675	8 653 752	20 052 998	18 597 762	9 229 674	37 112 876	16 477 033	14 673 495	15 512 006	14 022 610	16 420 008	17,1%
35	Palmela	M	11 432 809	12 601 775	13 398 125	13 219 782	15 066 469	14 234 116	14 600 096	14 402 156	14 235 452	14 050 803	15 950 486	13,5%

* Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município, excluindo, portanto, as entidades do SEL.

R27 – Municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Varia. 20–21 %
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Corvo	P	239 746	242 804	278 128	325 368	388 486	451 924	511 908	567 208	457 422	465 059	522 953	12,4%
2	Sta. Cruz das Flores	P	530 201	496 161	470 918	522 448	547 553	606 552	614 590	649 417	561 629	581 752	629 340	8,2%
3	Barrancos	P	753 270	537 134	505 511	451 194	449 943	578 906	581 120	623 852	655 751	557 554	708 196	27,0%
4	Castanheira de Pera	P	1 249 392	2 164 092	962 863	960 947	1 046 143	1 111 358	1 176 238	1 428 318	1 619 760	1 051 128	884 332	–15,9%
5	Povoação	P	616 184	353 776	477 923	480 870	624 992	825 080	950 961	968 260	1 163 659	1 014 066	966 278	–4,7%
6	Calheta (R.A.A.)	P	712 236	656 268	634 383	599 494	625 798	669 305	831 882	951 769	1 120 690	946 129	1 024 504	8,3%
7	Lajes das Flores	P	811 907	733 772	644 449	444 311	822 068	834 041	1 038 465	882 366	860 107	1 012 488	1 054 627	4,2%
8	Sardoal	P	1 021 896	1 597 817	1 492 172	1 517 522	1 449 885	1 495 852	1 669 016	1 849 979	1 301 834	1 586 335	1 092 182	–31,2%
9	Sta Cruz da Graciosa	P	734 793	794 116	780 720	792 822	915 409	926 504	1 046 109	1 054 917	1 106 435	1 069 371	1 132 270	5,9%
10	Alvito	P	1 045 089	915 071	927 913	940 173	1 009 458	1 059 084	1 172 159	1 326 427	1 170 873	1 093 985	1 186 793	8,5%
11	Porto Santo	P	727 898	1 391 835	2 705 130	893 387	2 016 373	1 079 431	1 118 585	1 821 199	1 906 692	955 515	1 198 011	25,4%
12	Mesão Frio	P	911 191	1 207 928	1 118 367	992 941	1 189 389	1 071 426	876 806	1 259 704	1 070 708	1 229 315	1 239 486	0,8%
13	Velas	P	980 417	1 109 106	949 793	1 132 908	1 016 948	1 325 777	1 289 436	1 163 868	1 214 186	1 244 651	1 304 416	4,8%
14	Nordeste	P	669 506	483 479	927 796	787 777	787 624	889 237	1 007 426	1 069 672	1 206 926	1 373 420	1 316 496	–4,1%
15	Lajes do Pico	P	894 458	1 001 006	993 826	935 728	1 007 919	964 164	1 044 941	1 134 402	1 385 134	1 240 530	1 321 024	6,5%
16	Arronches	P	1 051 582	1 364 026	1 326 726	1 318 382	1 252 763	1 228 673	1 339 673	1 253 676	1 380 619	1 224 590	1 349 526	10,2%
17	Monforte	P	1 141 844	1 034 147	1 268 003	1 129 043	1 254 698	1 389 139	1 416 522	1 396 535	1 453 574	1 430 301	1 446 969	1,2%
18	Pedrógão Grande	P	1 728 569	1 640 563	2 064 276	1 871 427	1 778 850	1 748 866	2 039 004	2 336 137	2 685 868	1 469 232	1 458 831	–0,7%
19	São Roque do Pico	P	698 807	703 062	593 993	868 723	973 571	944 687	1 086 426	1 140 946	1 280 945	1 261 810	1 484 110	17,6%
20	Vila Nova Barquinha	P	1 703 056	2 196 700	2 150 232	2 150 350	2 307 361	2 214 682	2 235 947	2 245 034	2 330 072	1 812 773	1 500 869	–17,2%
21	Mourão	P	873 126	987 391	1 789 400	1 080 075	1 393 595	1 469 433	1 563 508	1 424 820	1 462 730	2 340 201	1 524 534	–34,9%
22	Carrazeda de Ansiães	P	1 447 696	1 570 276	1 486 834	1 407 768	1 734 978	1 755 649	1 898 142	2 054 179	2 221 313	1 783 988	1 549 244	–13,2%
23	Vila Nova de Paiva	P	1 756 642	1 665 874	1 557 406	1 649 389	1 764 968	1 722 443	1 695 304	1 770 095	1 602 999	1 342 229	1 567 063	16,8%
24	Murça	P	2 932 216	1 851 824	1 811 353	1 890 080	2 101 126	2 136 598	1 891 231	2 262 186	2 132 144	1 544 443	1 572 368	1,8%
25	Sabrosa	P	2 079 456	1 881 985	2 264 529	2 060 619	2 039 017	2 140 466	2 452 578	2 214 760	2 285 913	1 540 728	1 575 894	2,3%
26	Alter do Chão	P	1 486 309	1 305 676	1 152 675	1 642 185	1 734 728	1 841 510	1 856 710	1 733 947	2 021 386	1 722 817	1 645 897	–4,5%
27	Vila de Rei	P	1 265 635	1 323 043	1 438 492	1 422 568	1 525 316	1 536 048	1 779 872	2 142 751	1 898 284	1 563 898	1 661 373	6,2%
28	Vila do Porto	P	962 609	899 599	1 254 441	1 345 621	1 387 321	1 499 932	1 692 964	1 638 626	1 615 457	1 445 500	1 675 477	15,9%
29	Porto Moniz	P	831 728	1 204 543	1 252 241	1 334 882	1 559 536	1 903 735	2 227 374	1 984 787	1 911 518	1 651 276	1 682 476	1,9%
30	Gavião	P	1 588 092	1 782 406	1 779 736	1 827 040	1 725 846	2 180 575	2 290 352	2 308 563	2 026 622	1 712 719	1 695 026	–1,0%
31	Sta. Marta Penaguião	P	2 198 717	1 937 246	2 033 123	2 345 283	2 605 529	2 369 192	2 354 364	2 304 061	2 272 085	2 024 735	1 698 844	–16,1%
32	Castelo de Vide	P	1 188 832	1 296 350	1 488 286	1 412 334	1 420 152	1 477 413	1 631 175	1 703 687	1 653 485	1 462 340	1 706 656	16,7%
33	Constância	P	1 463 965	1 560 020	1 614 884	1 650 110	1 625 174	1 871 686	2 003 611	2 023 438	1 903 739	1 533 821	1 708 716	11,4%
34	Penedono	P	1 564 500	1 744 742	1 726 878	1 806 278	1 705 646	2 031 629	2 094 922	2 062 287	2 039 589	1 472 847	1 728 140	17,3%
35	Penalva do Castelo	P	1 534 518	1 649 897	1 663 486	2 032 761	1 641 589	1 782 180	1 720 152	1 803 537	1 789 911	1 726 271	1 752 187	1,5%

Da observação do Ranking R27 anota-se, em relação ao ano económico de 2021:

Dos 35 municípios com menor volume de encargos em aquisição de bens e serviços correntes, só constam municípios de pequena dimensão;

Onze dos municípios constantes desta listagem apresentaram descida de montante de pagamentos de bens e serviços, sendo que cinco deles baixou esta despesa em mais de 10%, chamando-se atenção para os municípios com maior taxa de decréscimo: Castanheira de Pera (-15,9%); Sardoal (-31,2%); Vila Nova da Barquinha (-17,2%); Mourão (-34,9%) e Santa Marta de Penaguião (-16,1%);

Os restantes vinte e quatro municípios apresentaram acréscimo de despesa, sendo de assinalar que dez deles apresentaram crescimento igual ou superior a 10% e dois apresentaram aumentos superiores a 20%: Barrancos (+27,0%) e Porto Santo (+25,4%).

por aumentar o nível de pagamento dos encargos com investimento, melhorando o rácio de pagamentos das despesas de capital, pese embora continue a ser a despesa com menor índice de pagamento. Nos Rankings R28 e R29 apresentam-se, respetivamente, 35 municípios com maior e menor volume de investimento pago em 2021.

2.3.4.3. Despesas pagas em Investimentos (aquisição de bens duradouros ou bens de capital)

Na secção 2.3.3 já foram referidas algumas considerações em relação às despesas de investimento. Todavia, como nesta secção se vão apresentar listagens hierarquizadas dos municípios pelo volume de despesa paga nesta rubrica orçamental, entendeu-se relevar os seguintes aspetos em relação ao ano de 2021:

O total de encargos assumidos pelos municípios em investimento foi de 3.487,1 milhões de euros (+767,2 milhões de euros, +28,2% que em 2020) dos quais foram pagos 2.425,7 milhões de euros (+31,9% que em 2020), isto é, 69,6% da despesa assumida, tendo ficado por pagar 1 061,4 milhões de euros. Todavia se analisarmos as obrigações geradas no exercício, verifica-se que as mesmas atingiram o valor de 2.515,9 milhões de euros, podendo-se afirmar que foram pagas 96,4% das mesmas, sendo que a dívida constituída nesta rubrica orçamental foi apenas de 90,1 milhões de euros;

Até 2012 o valor médio dos pagamentos de despesas de capital tinha sido de 57,1%, ficando, então, por pagar quase metade da despesa assumida. A partir de 2013 as autarquias, na sua generalidade, optaram

R28 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Varia. 20–21 %
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	45 205 673	63 323 184	77 481 885	68 771 114	66 662 626	128 188 429	153 002 296	127 562 316	162 953 571	138 723 330	183 272 818	32,1%
2	Porto	G	7 093 458	6 383 423	46 653 378	13 132 540	19 122 087	26 267 736	41 936 990	59 603 865	68 415 862	70 423 773	80 753 753	14,7%
3	Cascais	G	21 488 098	17 746 625	11 486 996	13 419 670	14 667 601	15 703 506	28 277 943	44 879 697	35 747 192	40 557 066	59 238 211	46,1%
4	Oeiras	G	26 138 319	22 722 879	22 187 369	28 186 902	20 737 905	22 915 166	20 572 509	21 760 770	41 401 123	50 356 424	56 471 409	12,1%
5	Matosinhos	G	34 371 631	23 377 348	18 357 207	13 004 777	23 628 651	28 857 444	28 411 456	15 178 369	17 891 596	28 917 359	46 107 092	59,4%
6	Sintra	G	16 096 163	7 674 416	15 148 323	4 159 926	6 171 098	9 284 159	18 090 614	19 141 260	29 106 357	37 363 002	41 097 050	10,0%
7	Seixal	G	7 576 343	5 330 223	4 517 377	12 154 449	1 803 810	4 942 218	10 782 750	44 560 488	13 629 267	10 943 848	40 016 295	265,7%
8	V. N. Gaia	G	20 543 682	24 527 138	21 928 656	16 535 873	11 998 323	12 701 614	14 103 986	19 937 699	24 949 493	23 607 307	37 539 301	59,0%
9	Loulé	M	22 704 809	17 681 954	16 294 636	15 493 693	15 160 441	11 880 496	14 621 643	19 664 742	28 813 750	32 457 607	30 805 255	–5,1%
10	Coimbra	G	14 951 155	13 898 747	12 296 489	5 810 661	14 759 926	8 044 519	6 608 483	11 540 236	7 757 351	18 643 215	29 633 708	59,0%
11	Loures	G	10 447 874	6 470 096	2 597 962	5 129 599	3 898 046	6 989 518	16 414 290	7 730 799	12 941 005	19 477 485	28 435 352	46,0%
12	V. N. Famalicão	G	17 230 880	20 271 853	12 270 243	11 705 587	9 109 301	12 607 735	15 325 540	8 749 716	14 599 764	15 790 607	27 908 961	76,7%
13	Aveiro	M	9 234 140	7 024 950	7 559 643	5 633 353	8 752 662	5 727 977	17 467 563	21 447 693	10 530 328	16 398 042	27 463 586	67,5%
14	Gondomar	G	29 618 742	13 503 990	16 158 681	10 808 682	8 107 738	7 259 854	9 388 476	12 634 154	11 398 602	12 378 777	27 189 247	119,6%
15	Guimarães	G	37 107 064	30 790 529	4 627 542	10 861 334	9 033 730	14 244 325	23 074 372	22 785 201	13 711 041	19 339 667	26 405 479	36,5%
16	Albufeira	M	7 537 943	4 978 664	4 503 803	1 956 194	3 593 335	11 276 568	11 319 162	15 459 275	18 500 106	13 576 927	25 599 562	88,6%
17	Leiria	G	12 156 931	6 369 021	5 822 908	9 622 698	10 569 346	12 914 319	20 286 960	21 904 168	21 241 442	19 540 462	23 422 251	19,9%
18	Sta. M. Feira	G	15 981 528	12 120 549	18 680 711	14 011 859	8 928 206	7 956 523	9 504 099	11 853 239	13 165 860	14 100 032	23 342 756	65,6%
19	Mafra	M	11 630 258	13 839 330	11 037 048	8 294 498	9 306 240	13 965 653	16 341 903	16 706 859	14 659 605	19 237 154	22 421 600	16,6%
20	Penafiel	M	11 826 549	16 827 053	14 593 122	11 479 359	9 296 129	7 707 598	8 931 629	9 960 750	10 485 923	13 993 543	21 418 840	53,1%
21	Maia	G	8 163 924	5 417 250	6 914 714	10 856 710	19 475 682	11 504 071	16 231 956	18 201 423	13 528 893	16 476 154	20 645 034	25,3%
22	Póvoa de Varzim	M	9 074 150	8 769 424	11 804 487	8 290 588	10 404 989	5 467 918	12 513 001	12 661 875	16 648 978	18 449 169	20 516 699	11,2%
23	Odivelas	G	8 896 143	5 371 635	4 185 641	1 971 358	3 077 875	4 638 953	8 949 012	10 345 859	9 198 040	9 412 238	19 484 097	107,0%
24	Amadora	G	6 639 585	6 148 743	7 374 879	6 280 863	4 707 961	7 732 287	10 727 221	7 971 952	9 992 263	11 616 280	19 019 495	63,7%
25	Setúbal	G	10 065 165	16 253 913	11 969 092	7 149 037	10 617 022	7 751 193	13 043 248	15 590 677	13 924 418	13 207 058	18 873 402	42,9%
26	Almada	G	14 221 554	10 666 629	12 158 748	9 899 451	11 905 379	15 410 412	17 110 845	9 224 126	12 264 737	14 479 976	18 729 296	29,3%
27	Amarante	M	5 373 769	7 863 913	5 665 325	4 434 383	4 290 483	6 217 337	9 730 088	4 571 095	7 266 773	9 304 302	18 275 634	96,4%
28	Vila Real	M	9 637 556	6 929 688	5 976 781	4 205 474	7 923 522	3 863 061	5 709 664	4 914 998	7 715 539	8 992 391	17 987 659	100,0%
29	V. Castelo	M	10 222 722	12 849 618	15 493 408	8 416 094	17 561 098	10 028 509	16 245 145	16 021 449	17 481 784	14 531 914	17 689 297	21,7%
30	Funchal	G	16 164 985	17 280 123	22 432 704	7 655 310	6 146 164	5 536 341	10 124 660	12 497 639	14 092 481	14 458 396	17 580 061	21,6%
31	Barreiro	M	3 122 436	4 390 006	10 775 779	4 482 280	4 092 007	7 285 793	6 806 349	8 033 724	6 836 947	9 016 401	17 188 796	90,6%
32	Paredes	M	27 577 615	18 436 945	36 752 824	8 708 602	6 258 580	16 276 632	7 966 432	4 390 293	11 468 633	15 594 340	16 176 109	3,7%
33	Braga	G	8 687 357	13 825 481	21 540 958	12 862 956	7 883 078	3 549 846	9 350 604	18 349 464	14 187 171	16 088 707	15 611 731	–3,0%
34	Pombal	M	17 034 587	15 643 417	30 685 835	19 592 344	13 615 980	15 091 898	19 649 140	10 193 321	11 148 117	13 229 435	15 611 236	18,0%
35	Lagos	M	4 669 785	4 442 199	3 909 684	3 105 458	5 023 626	4 198 597	5 838 522	5 570 190	7 038 467	8 995 340	15 233 059	69,3%

Da observação do Ranking R28 é de assinalar, relativamente a 2021: Dos 35 municípios apresentados com maior volume de pagamentos de bens de investimento, apenas dois apresentaram descida de valor: Loulé (-1,7 milhões de euros, -5,1%) e Braga (-477 milhares de euros, -3,0%);

Quinze municípios deste ranking apresentaram, em 2021, um aumento de volume de investimento superior a 50%, relevando-se os seguintes municípios: Seixal (+265,7%, +29,1 milhões de euros), Gondomar (+119,6%, +14,8 milhões de euros), Odivelas (+107,0%, +10,1 milhões de euros) e Vila Real (+100,0%, +9,0 milhões de euros);

Em 2021, 98 dos 308 municípios apresentaram um crescimento da despesa de investimento superior a 50%;

À semelhança dos rankings anteriores, foi Lisboa que liderou a listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de despesa de investimento paga, apresentando o montante de 183,2 milhões de euros (+32,1%, +44,5 milhões de euros), o qual traduziu 7,6% do total de despesas de investimento pago pela globalidade dos municípios; Em 2021, o segundo município desta listagem continuou a ser o município do Porto, que pagou investimento em formação bruta de capital o valor de 80,8 milhões de euros (+14,7%, +10,3 milhões de euros), ficando Cascais em terceiro lugar com um aumento do seu investimento pago em +18,7 milhões de euros (+46,1%) ao liquidar 59,2 milhões de euros;

Neste mesmo ano económico, considerando o universo autárquico municipal, 75 municípios apresentaram descida do montante pago de investimento, com 3 a registarem uma diminuição superior a 50% (Lousã, Nordeste e Valença).

Da observação do Ranking R29 é de assinalar, relativamente a 2021, que:

Nos anos anteriores, os 35 municípios com menor volume de encargos em investimento direto têm sido apenas municípios de pequena dimensão. Em 2021 surge um município de média dimensão neste elenco. Trata-se do município do Cartaxo, o qual constou do ranking homólogo em 2020;

Desta listagem de 35 municípios com menor volume de investimen-

to direto, quinze apresentaram taxas de crescimento desta despesa, tendo os restantes apresentado descida do valor da mesma. Com aumentos superiores a 50%, apontam-se os municípios de: Corvo (+58,0%, +183,1 milhares de euros), Porto Santo (+216,4%, +619,4 milhares de euros), Barrancos (+137,6%, +635,3 milhares de euros), Santa Comba Dão (+112,5%, +704,9 milhares de euros) e Redondo (+51,2%, +543,6 milhares de euros);

Com descidas superiores a 50% registam-se dois municípios: Nordeste (-54,1%, -1,4 milhões de euros) e Lousã (-50,5%, -1,6 milhões de euros).

R29 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Varia. 20-21 %
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Corvo	P	2 196 576	1 454 796	1 523 196	810 269	706 398	1 103 529	469 404	977 877	652 332	315 777	498 872	58,0%
2 Vidigueira	P	2 910 301	2 756 465	1 436 328	1 284 967	3 253 551	838 361	735 168	973 528	907 004	1 054 702	699 493	-33,7%
3 Vila Real Sto. António	P	2 011 840	1 294 205	2 304 955	16 619 243	590 964	489 120	715 804	1 247 276	472 906	695 637	720 220	3,5%
4 Freixo Espada à Cinta	P	3 876 631	2 856 498	4 761 880	1 596 482	823 317	795 752	285 971	481 619	750 716	857 291	756 342	-11,8%
5 Góis	P	2 305 362	2 702 869	1 413 624	794 687	861 206	942 186	1 651 267	2 582 165	2 555 769	1 361 433	760 998	-44,1%
6 Aljezur	P	1 106 195	1 942 644	1 846 608	931 618	1 126 950	917 279	1 032 478	607 829	1 678 950	932 487	857 040	-8,1%
7 Lajes das Flores	P	1 273 634	1 870 539	3 199 003	2 767 021	657 287	740 858	410 613	332 379	758 789	688 035	864 470	25,6%
8 Castanheira de Pera	P	3 217 065	3 959 809	153 121	143 661	157 578	138 552	378 142	977 506	2 045 145	904 486	896 667	-0,9%
9 Porto Santo	P	1 541 028	85 653	1 540 077	18 881	24 856	333 759	39 726	40 045	1 663 899	286 188	905 584	216,4%
10 Ferreira do Zêzere	P	5 439 359	2 154 052	977 132	923 645	1 031 522	828 951	2 024 075	2 222 867	2 037 188	1 494 118	905 812	-39,4%
11 Manteigas	P	1 430 789	2 153 824	2 014 354	1 061 337	1 071 338	689 971	979 756	855 456	679 821	1 156 463	952 335	-17,7%
12 Porto Moniz	P	1 956 489	898 062	1 281 183	402 344	349 136	883 324	2 215 318	1 097 858	1 113 068	1 020 529	996 769	-2,3%
13 Cartaxo	M	2 555 898	3 286 804	4 001 544	5 710 861	3 777 795	1 238 115	1 659 287	1 554 931	2 770 250	1 208 619	1 002 274	-17,1%
14 Vila Nova Barquinha	P	4 531 601	6 076 580	1 932 889	1 412 068	1 185 281	337 557	541 113	1 846 856	1 583 701	749 540	1 036 672	38,3%
15 Barrancos	P	219 742	154 507	224 168	173 955	77 659	108 793	532 039	137 403	540 550	461 636	1 096 951	137,6%
16 Nordeste	P	1 276 714	2 260 448	8 740 736	1 316 807	541 483	669 683	1 332 242	755 590	1 138 535	2 523 309	1 158 427	-54,1%
17 Mourão	P	155 026	104 514	186 044	111 913	90 872	96 307	579 860	329 147	881 743	791 820	1 162 206	46,8%
18 Alfândega da Fé	P	1 581 668	2 045 179	2 659 737	1 259 839	1 384 485	528 607	1 807 528	1 702 713	997 822	1 457 604	1 201 268	-17,6%
19 Borba	P	583 594	2 191 431	8 930 874	665 151	422 732	706 989	975 414	389 365	410 786	1 488 708	1 276 570	-14,2%
20 Mêda	P	3 537 170	3 380 479	1 769 673	961 941	2 176 686	588 706	1 106 061	745 710	664 877	1 098 141	1 286 012	17,1%
21 Sobral Monte Agraço	P	1 477 252	881 578	368 092	453 712	614 720	333 730	1 090 241	489 738	929 513	1 298 187	1 286 802	-0,9%
22 Pedrógão Grande	P	3 184 251	1 953 069	1 451 744	1 021 698	387 221	612 433	1 132 062	1 551 080	2 476 763	1 928 581	1 287 526	-33,2%
23 Santa Comba Dão	P	1 759 203	3 277 304	549 020	419 981	2 029 434	555 684	424 103	530 081	1 133 341	626 537	1 331 418	112,5%
24 Ourique	P	1 159 451	1 513 197	1 829 086	1 452 084	1 093 687	447 506	1 294 874	471 275	699 463	1 798 958	1 366 180	-24,1%
25 Fronteira	P	2 532 192	1 464 858	1 343 742	1 042 601	298 630	764 742	1 360 077	366 428	702 150	1 395 091	1 376 314	-1,3%
26 São Brás de Alportel	P	597 963	1 219 354	927 181	2 032 244	2 256 315	893 291	1 933 472	2 126 487	1 529 733	1 860 400	1 394 195	-25,1%
27 Santa Cruz das Flores	P	1 270 229	687 631	1 285 457	2 224 349	331 947	564 080	1 181 440	557 184	622 859	1 038 678	1 413 811	36,1%
28 Constância	P	2 503 300	3 129 686	1 197 318	317 296	513 606	257 625	1 470 063	908 226	728 759	1 053 513	1 474 185	39,9%
29 Tabuaço	P	4 690 672	3 095 959	1 915 610	1 894 509	1 738 954	934 821	1 110 807	929 316	1 668 993	1 742 557	1 510 067	-13,3%
30 Golegã	P	1 377 145	2 779 525	2 266 262	1 048 453	1 275 886	424 316	785 577	1 653 503	1 147 507	1 690 279	1 533 851	-9,3%
31 Lousã	P	3 027 094	3 009 180	4 085 151	2 839 620	3 205 003	1 951 438	2 646 258	1 535 357	1 768 865	3 137 210	1 552 985	-50,5%
32 Redondo	P	3 434 964	1 763 999	806 119	1 057 822	899 446	940 057	1 651 874	1 106 429	644 151	1 062 337	1 605 958	51,2%
33 Vendas Novas	P	1 371 971	1 535 808	1 585 702	548 489	696 418	600 219	1 648 330	925 832	1 198 378	1 436 673	1 618 779	12,7%
34 Crato	P	2 319 857	2 162 320	1 879 141	937 282	1 039 621	1 051 668	1 392 566	1 268 390	1 064 570	1 617 668	1 713 564	5,9%
35 Chamusca	P	2 206 371	1 979 900	4 583 034	971 225	1 022 564	1 448 992	1 482 116	2 394 704	2 917 413	1 690 057	1 720 614	1,8%

2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos

Como se verificou na secção 2.3.3 deste Anuário, as Transferências e Subsídios são duas categorias de despesas em relação às quais, no final de cada ano económico, se têm registado encargos por pagar, pese embora se reconheça alteração significativa na gestão destes encargos com o aumento progressivo da sua percentagem de pagamento. Entendeu-se, então, mais adequada a análise comparativa dos municípios tendo por base o volume de pagamentos efetuados e o volume das obrigações reconhecidas. Assim, em 2021:

Apenas 6 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes assumidas e 47 municípios as transferências de capital também assumidas. No que respeita aos subsídios, 131 municípios apresentaram valor em subsídios comprometidos, mas apenas 67 pagaram a totalidade dos mesmos;

O volume de subsídios atribuídos aumentou 30,4% (+57,0 milhões de euros), o das transferências correntes cresceu 15,7% (+136,4 milhões de euros) e o das transferências de capital evoluiu positivamente em 11,3% (+33,9 milhões de euros), tendo sido pago 91,4% dos subsídios atribuídos, 93,9% das transferências correntes comprometidas e 80,4% das transferências de capital aprovadas. Todavia se compararmos os pagamentos com as obrigações, conclui-se que se liquidaram em subsídios 99,3% das obrigações geradas, em transferências correntes 99,3% das mesmas e em transferências de capital 98,5%;

O montante aprovado de Transferências de Capital foi de 415,9 milhões de euro, dos quais se transformaram em obrigações 339,5 milhões de euros tendo o montante pago sido de 334,3 milhões de euros. Quanto às transferências correntes, foram aprovados 1 069,8 milhões de euros, geradas 1 011,7 milhões de euros de obrigações e pagos 1 004,5 milhões de euros. Relativamente aos subsídios, o valor assumido foi de 267,6 milhões de euros, transformados em obrigações 246,1 milhões de euros e pago 244,5 milhões de euros;

Estas três componentes das transferências totalizaram, no ano económico em apreço, 1.583,0 milhões de euros de valor pago e apresentaram, na globalidade, um aumento de 227,3 milhões de euros de pagamentos (+16,8%) face a 2020;

Considerando a totalidade das transferências (transferências corren-

tes, de capital e subsídios) efetuadas por cada município, conclui-se que em 2021, 248 municípios apresentaram aumento do volume de pagamentos e 60 municípios apresentaram descida do mesmo.

Apresentam-se de seguida, tendo como referência o ano de 2021, os Rankings R30 e R31 dos 35 municípios respetivamente, com maior e com menor volume de transferências correntes e de capital, acrescidos do montante de subsídios concedidos.

R30 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas em transferências correntes, de capital e subsídios em 2021

Unidade: euros

Município		Dim.	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021				Varia. 20-21 %
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	65 545 566	84 507 204	57 854 590	98 739 955	117 379 914	134 852 849	139 490 956	155 636 205	227 956 422	257 887 555	328 893 284	27,5%
2	Porto	G	54 485 168	34 505 705	11 874 057	14 887 844	14 550 547	13 033 527	16 573 988	25 504 768	33 263 329	37 918 812	51 382 135	35,5%
3	Cascais	G	30 209 793	26 626 724	21 761 587	18 349 485	18 272 804	20 852 806	38 394 404	39 142 238	47 174 999	44 221 857	48 723 525	10,2%
4	Oeiras	G	9 906 778	8 728 113	8 309 081	11 005 646	10 328 167	11 674 028	14 380 244	16 029 213	23 957 488	34 629 644	37 967 058	9,6%
5	Sintra	G	54 267 616	50 591 029	48 225 335	24 998 246	19 639 452	18 245 847	21 049 101	20 827 269	23 972 450	31 723 753	33 948 999	7,0%
6	Vila Nova de Gaia	G	22 964 429	15 702 679	22 401 551	12 415 465	7 937 894	18 187 243	11 944 834	15 183 363	16 304 746	29 331 461	29 714 719	1,3%
7	Braga	G	23 763 754	22 446 198	21 189 499	15 924 198	20 683 643	21 436 574	23 162 364	19 044 335	22 993 716	25 580 930	28 525 803	11,5%
8	Loures	G	18 229 728	16 180 949	16 239 131	13 849 971	14 689 617	14 756 489	14 797 208	17 257 824	22 597 139	26 600 715	28 131 385	5,8%
9	Guimarães	G	13 442 455	12 961 114	9 945 772	12 629 292	10 692 692	14 438 140	17 801 415	15 705 818	16 055 644	17 520 003	24 250 089	38,4%
10	Matosinhos	G	16 116 073	16 262 381	11 019 815	13 260 143	14 407 462	17 673 822	18 377 545	21 608 068	22 127 428	23 914 756	23 861 879	-0,2%
11	Viseu	M	11 277 528	11 038 982	11 901 038	10 734 192	9 501 107	11 187 288	14 198 402	15 119 512	14 990 610	17 606 730	22 059 504	25,3%
12	Coimbra	G	15 870 795	14 132 541	14 979 768	13 613 658	11 827 562	13 235 233	15 521 183	13 309 579	17 515 551	19 039 656	21 636 883	13,6%
13	Barcelos	G	14 045 092	14 531 344	16 184 654	13 872 210	13 477 554	13 184 383	14 513 328	11 743 093	12 488 122	14 989 529	19 552 782	30,4%
14	Amadora	G	15 056 230	11 050 766	9 325 381	9 026 153	9 509 249	13 697 433	14 530 380	14 197 203	16 111 231	19 179 377	19 037 389	-0,7%
15	V. N. Famalicão	G	8 574 888	10 182 455	10 350 379	7 547 057	7 135 313	10 918 521	14 575 069	12 940 803	12 435 150	13 678 712	17 998 632	31,6%
16	Loulé	M	7 640 132	7 238 084	9 235 292	6 282 913	7 995 649	10 927 068	12 611 873	12 578 349	16 663 416	16 177 694	17 408 887	7,6%
17	Leiria	G	11 390 236	10 457 935	11 067 849	9 923 237	6 725 308	6 012 158	8 847 630	8 428 745	11 456 140	13 002 141	16 865 182	29,7%
18	Almada	G	7 947 071	7 964 259	8 790 491	8 311 284	8 802 585	10 433 589	10 699 858	10 765 993	13 459 459	15 086 219	15 573 550	3,2%
19	Seixal	G	5 226 873	4 826 995	5 527 945	7 345 163	5 016 764	5 122 029	7 520 450	9 013 615	11 817 786	12 597 150	14 882 119	18,1%
20	Odivelas	G	9 666 691	9 211 695	8 634 530	9 414 446	7 992 441	8 074 154	8 611 118	8 777 714	10 323 807	12 157 219	13 507 795	11,1%
21	Viana do Castelo	M	8 709 164	7 914 110	8 060 685	6 861 178	8 409 655	8 720 239	10 784 357	8 795 258	10 621 026	12 155 519	13 452 093	10,7%
22	Torres Vedras	M	12 432 887	10 150 191	8 573 512	7 692 578	9 649 274	9 462 273	9 124 148	9 518 367	10 122 035	11 346 670	12 997 894	14,6%
23	Maia	G	7 599 796	8 149 167	6 884 241	4 596 249	6 459 269	7 185 867	9 980 344	9 080 224	10 572 742	10 993 178	12 072 418	9,8%
24	Funchal	G	3 590 523	3 282 351	4 080 398	2 400 064	3 052 307	3 626 381	5 157 736	5 989 342	7 552 384	8 345 766	11 706 374	40,3%
25	Vila Franca de Xira	G	9 048 020	10 088 205	7 609 616	6 797 717	6 791 295	7 113 470	8 613 717	8 713 694	10 511 378	12 437 111	10 959 241	-11,9%
26	Albufeira	M	3 492 588	2 085 807	1 729 131	1 862 259	2 400 303	2 801 043	3 941 442	4 680 788	6 153 909	9 886 868	10 737 028	8,6%
27	Aveiro	M	6 729 675	5 040 734	6 095 113	4 260 231	3 133 140	4 089 321	10 101 358	5 922 622	8 127 887	7 943 541	10 531 705	32,6%
28	Setúbal	G	6 914 583	5 411 484	5 300 077	5 381 690	5 021 737	5 712 370	5 756 322	6 091 796	8 330 741	8 776 436	10 424 221	18,8%
29	Gondomar	G	5 850 984	5 815 330	7 235 828	5 791 753	5 600 639	6 250 917	6 389 972	7 272 854	7 893 740	7 700 872	10 179 912	32,2%
30	Sta. Maria da Feira	G	8 122 049	7 984 853	9 441 569	5 717 467	6 141 030	6 477 277	6 704 285	7 057 203	7 232 345	9 356 597	9 993 577	6,8%
31	Alcobaça	M	4 292 392	3 849 261	4 477 732	3 902 812	3 994 297	3 896 824	4 233 315	4 623 201	5 570 455	7 204 766	9 809 088	36,1%
32	Faro	M	4 041 636	4 506 759	2 028 229	8 706 917	2 916 390	5 263 547	4 695 731	6 204 322	5 917 603	7 751 154	9 223 640	19,0%
33	Portimão	M	8 318 411	7 809 600	8 205 165	8 218 672	11 199 691	18 552 845	33 373 806	3 289 856	4 848 080	5 880 647	8 546 228	45,3%
34	Tavira	M	2 978 749	3 555 880	3 819 009	3 676 523	3 784 195	4 066 398	3 931 712	5 365 388	5 246 290	6 614 368	8 208 563	24,1%
35	Fafe	M	7 658 537	7 937 923	6 443 023	5 294 985	7 073 868	7 419 196	7 467 422	9 267 103	8 713 033	7 744 752	8 018 559	3,5%

Observando o Ranking R30 e tendo em atenção os valores globais apresentados na secção 2.3.3 deste Anuário, conclui-se em relação a 2021:

O montante global de encargos com transferências e subsídios pagos pelo município de Lisboa (328,9 milhões de euros) representou 20,8% do valor total de encargos da mesma natureza assumidos pelo conjunto dos municípios portugueses, representando um crescimento de 27,5% (+71,0 milhões de euros) em relação ao ano anterior;

Porto que adquiriu o segundo lugar na lista de municípios com maior volume de encargos desta natureza ao pagar 51,4 milhões de euros, apresentou um acréscimo de pagamentos de 35,5% (+13,5 milhões de euros), relegando para a terceira posição o município do Cascais, que ocupava o segundo lugar desde 2013. Cascais manteve o crescimento destas rubricas orçamentais com um acréscimo de pagamentos de 4,5 milhões de euros (+10,2%) totalizando um valor de transferências de 48,7 milhões de euros;

Dos municípios constantes na lista R30, nove apresentaram um aumento de despesa paga em transferências e subsídios superior a 30%. Destes anotam-se os municípios de Funchal (+40,3%, +3,4 milhões de euros) e Portimão (+45,3%, +2,7 milhões de euros);

Verifica-se, ainda, que nesta listagem, apenas três municípios apresentaram descida do montante global das despesas de transferências e subsídios: Matosinhos (-0,2%, -53 milhares de euros), Amadora (-0,7%, -141,9 milhares de euros) e Vila Franca de Xira (-11,9%, -1,5 milhões de euros).

Observando o *Ranking* R31 e tendo como referência o ano de 2021, verifica-se que dos 35 municípios com menor volume de transferências correntes, de capital e de subsídios pagos, apenas um é de média dimensão, sendo todos os restantes de pequena dimensão.

R31 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes, de capital e subsídios em 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Varia. 20–21 %
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Corvo	P	34 680	63 839	41 118	26 856	36 929	64 385	99 020	47 707	40 258	37 876	45 835	21,0%
2 Freixo Espada à Cinta	P	421 924	400 582	507 029	360 365	417 899	423 620	390 147	343 674	344 586	316 373	288 749	–8,7%
3 Calheta (R.A.A.)	P	87 525	57 475	150 456	55 119	49 760	75 632	63 147	80 799	125 648	174 216	358 129	105,6%
4 Mora	P	227 956	268 860	546 959	335 214	281 625	258 400	276 368	305 490	309 815	278 295	365 140	31,2%
5 Mesão Frio	P	229 514	251 807	225 693	121 436	179 698	267 794	237 169	281 808	279 390	319 611	375 525	17,5%
6 Sta. Cruz das Flores	P	358 257	308 342	178 215	250 836	303 720	313 111	331 323	365 726	433 553	327 251	419 528	28,2%
7 Alpiarça	P	326 424	144 612	440 465	402 996	331 285	275 194	272 236	367 661	325 638	482 856	446 369	–7,6%
8 Porto Santo	P	1 309 361	1 255 534	837 829	157 132	177 101	184 473	172 918	203 812	280 684	274 649	450 561	64,0%
9 Pedrógão Grande	P	397 915	281 234	719 819	736 440	646 903	678 438	964 125	1 013 511	382 059	506 509	454 650	–10,2%
10 Armamar	P	692 631	888 283	943 503	559 825	164 278	425 603	375 008	491 044	425 857	488 013	470 096	–3,7%
11 Sta. Cruz da Graciosa	P	545 025	504 147	504 529	573 241	581 781	620 649	670 263	677 046	671 222	560 085	491 217	–12,3%
12 Celorico da Beira	P	712 250	585 691	527 681	453 998	591 177	431 212	678 266	257 142	217 727	294 373	499 876	69,8%
13 Madalena	P	1 288 055	912 690	666 146	524 105	669 307	801 148	611 239	569 391	300 760	754 513	509 873	–32,4%
14 Mourão	P	235 520	275 889	685 150	224 667	229 726	257 052	252 283	261 692	271 324	381 557	530 985	39,2%
15 Alter do Chão	P	547 872	516 367	661 298	797 508	432 234	475 907	520 680	402 242	399 549	427 263	544 778	27,5%
16 Fronteira	P	278 421	296 836	355 481	487 842	453 834	480 977	612 884	487 119	379 184	422 077	545 125	29,2%
17 Lajes das Flores	P	111 341	132 171	123 705	77 089	156 397	302 660	384 250	403 026	477 743	531 461	550 461	3,6%
18 Sernancelhe	P	567 301	527 398	500 964	379 649	458 007	378 118	488 637	406 551	515 472	522 135	558 659	7,0%
19 Castanheira de Pera	P	289 447	651 280	315 810	326 863	337 596	329 876	400 403	389 905	428 463	555 678	578 188	4,1%
20 Manteigas	P	722 136	548 145	727 924	896 258	879 818	730 741	733 856	809 633	734 704	614 704	582 321	–5,3%
21 Gavião	P	514 519	634 966	783 712	700 121	731 254	687 520	635 241	710 583	622 741	612 925	585 003	–4,6%
22 Alvito	P	390 630	316 493	386 650	509 776	394 471	457 261	442 384	491 907	490 644	562 717	588 204	4,5%
23 Fornos de Algodres	P	109 956	51 493	123 311	78 981	97 501	123 064	366 961	404 253	353 210	469 083	611 429	30,3%
24 Entroncamento	M	253 400	351 455	656 824	338 428	310 980	322 274	341 708	353 698	350 828	411 970	631 595	53,3%
25 Marvão	P	257 087	310 180	394 852	441 681	390 104	498 401	602 151	473 240	646 392	611 620	636 769	4,1%
26 Redondo	P	469 644	534 852	606 056	747 935	678 421	460 537	332 411	460 007	437 904	515 638	647 017	25,5%
27 Bombarral	P	463 358	372 091	510 458	435 639	315 686	310 592	327 348	304 210	332 021	613 691	654 531	6,7%
28 Vila de Rei	P	311 955	353 944	317 808	354 021	440 976	451 108	545 010	480 664	607 802	553 970	658 170	18,8%
29 Nisa	P	889 813	1 212 658	1 111 472	564 893	445 167	597 344	541 860	512 796	587 754	745 549	672 793	–9,8%
30 Constância	P	402 674	430 891	581 839	387 366	498 801	441 945	342 798	425 207	404 099	531 518	677 821	27,5%
31 Carregal do Sal	P	853 698	928 847	1 020 360	802 264	581 952	528 360	553 487	545 755	755 817	662 412	695 657	5,0%
32 Monforte	P	298 746	371 812	377 427	490 866	604 068	646 123	864 077	695 267	669 136	649 264	698 806	7,6%
33 Vila Viçosa	P	270 380	370 163	401 526	429 647	394 227	310 891	407 138	334 327	334 149	566 218	704 558	24,4%
34 São Roque do Pico	P	1 287 025	1 592 501	1 298 404	1 417 029	1 155 734	1 330 844	1 317 443	1 366 928	753 909	876 683	720 678	–17,8%
35 Góis	P	918 234	627 061	734 115	798 153	1 095 378	1 148 463	895 101	800 352	557 086	724 438	721 238	–0,4%

Observando o *ranking* anterior, verifica-se que, mesmo sendo os municípios com menor volume de transferências pagas, onze deles apresentaram descida desta despesa paga face a 2020, sendo que quatro deles apresentam descida superior a 10%: Pedrogão Grande (-10,2%), Santa Cruz da Graciosa (-12,3%), Madalena (-32,4%) e São Roque do Pico (-17,8%). Apresentaram, pelo contrário, subidas superiores a 50% os seguintes quatro municípios: Calheta (+105,6%); Porto Santo (+64,0%), Celorico da Beira (+69,8%) e Entroncamento (+53,3%).

2.3.4.5. Despesa gasta pelos municípios em aquisição de bens de capital e transferências de capital

Na secção anterior apreciaram-se as situações referentes ao investimento direto realizado pelos municípios, plasmado nos pagamentos efetuados na aquisição de bens de capital. Todavia, de acordo com a lei vigente, os municípios poderão aprovar transferências de capital desde que estas se sustentem em protocolos de colaboração com outras entidades de natureza pública ou que persigam fins de utilidade pública supletivas dos municípios, tendo por finalidade a execução de investimentos de utilidade pública municipal.

Face ao exposto, consideram-se as transferências de capital como investimento indireto dos municípios. No presente ponto, apreciar-se-ão as despesas globais resultantes de investimento direto – aquisição de bens de capital – acrescido do investimento indireto – transferências de capital – bem como o seu reflexo em conjuntos de municípios, com a mesma metodologia usada nos pontos antecedentes.

Antes de se passar aos rankings que elencam os municípios mais representativos no computo das despesas de investimento (aquisição de bens de capital acrescidas de transferências de capital) interessa-rá recordar que:

Em 2021, o montante pago de 2.760,1 milhões de euros no conjunto de aquisição de bens de capital e transferências de capital, representou 70,7% dos compromissos assumidos e 96,7% das obrigações constituídas, sendo que 2.425,7 milhões de euros corresponderam a pagamentos de aquisição de bens de capital (+31,9%, +587,3 milhões de euros) e 334,3 milhões de euros a pagamentos de transferências

de capital (+11,3%, +33,9 milhões de euros);

Considerando o conjunto dos encargos assumidos – despesa efetivamente executada – destas duas despesas, verifica-se que o montante realizado, em 2021, de 3.903 milhões de euros foi superior em 26,4% (+814,0 milhões de euros) ao valor homólogo realizado em 2020. Daquele montante, 3.487,1 milhões de euros corresponderam a aquisições de bens de capital, os quais aumentaram 28,2% (+767,2 milhões de euros), tendo os restantes 415,9 milhões de euros correspondido a transferências de capital, as quais cresceram 46,9 milhões de euros (+12,7%).

Para ilustração da evolução do conjunto destas duas despesas – aquisição de bens de capital e transferências de capital – que representam o total do investimento realizado pela autarquia, listaram-se os 35 municípios que mais pagamentos realizaram no seu cômputo. Assim, o *Ranking* R32 a seguir apresentado, lista os municípios com maior volume de despesas de aquisição de bens de capital e transferências de capital entre 2010 e 2021, significando a soma destas duas despesas, como referido, o total de investimentos direto e indireto³⁸ efetuado por cada município.

Do total dos municípios, verifica-se que 242 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 92 deles apresentaram aumento superior a 50%.

³⁸ As transferências de capital aprovadas pelas Câmaras Municipais terão que ser aplicadas em investimentos pelas entidades beneficiárias das mesmas, sendo por isso investimentos indiretos do município.

R32 – Municípios com maior volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital – 2010 a 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	TOTAL 2010-2021	Investimento p/ habit- ante 10-21
1	Lisboa	G	295 909 982	517 484 124	768 620 560	1 582 014 666	2 898
2	Porto	G	170 256 584	109 195 503	290 348 467	569 800 553	2 458
3	Cascais	G	108 729 832	92 618 357	215 612 991	416 961 180	1 947
4	Oeiras	G	108 724 159	99 475 599	188 534 383	396 734 141	2 310
5	Matosinhos	G	118 094 273	107 271 363	120 855 571	346 221 206	2 006
6	Vila Nova de Gaia	G	121 272 521	77 480 594	130 722 932	329 476 047	1 084
7	Loulé	M	101 763 787	73 628 549	138 834 726	314 227 062	4 343
8	Sintra	G	104 909 106	49 344 534	140 756 590	295 010 230	765
9	Guimarães	G	107 790 883	74 996 117	106 327 410	289 114 409	1 843
10	Vila Nova de Famalicão	G	91 221 191	73 220 147	99 483 511	263 924 849	1 976
11	Braga	G	114 894 556	47 780 215	77 347 761	240 022 532	1 241
12	Viana do Castelo	M	73 941 471	71 951 987	88 953 299	234 846 757	2 738
13	Seixal	G	48 453 145	48 643 778	132 873 796	229 970 719	1 381
14	Pombal	M	88 600 690	75 204 001	58 489 227	222 293 919	4 344
15	Leiria	G	42 507 691	63 822 735	109 856 798	216 187 224	1 681
16	Vila Franca de Xira	G	82 650 955	59 331 570	72 925 876	214 908 401	1 563
17	Castelo Branco	M	103 838 839	61 732 791	48 728 013	214 299 643	4 098
18	Mafra	M	53 940 357	49 107 238	100 554 821	203 602 416	2 353
19	Paredes	M	95 895 205	42 429 059	56 129 146	194 453 410	2 305
20	Santa Maria da Feira	G	73 408 714	48 279 158	70 965 807	192 653 679	1 409
21	Coimbra	G	66 157 765	46 367 864	77 659 978	190 185 607	1 350
22	Gondomar	G	80 142 543	39 940 432	69 721 146	189 804 121	1 155
23	Maia	G	47 746 369	65 018 627	76 241 174	189 006 169	1 400
24	Barcelos	G	67 055 974	56 092 318	60 661 030	183 809 322	1 574
25	Almada	G	57 703 311	62 219 300	61 389 369	181 311 979	1 023
26	Loures	G	44 072 259	42 763 597	83 369 005	170 204 860	844
27	Aveiro	M	36 947 433	45 377 608	84 192 253	166 517 294	2 056
28	Funchal	G	76 292 235	29 702 855	59 878 498	165 873 588	1 568
29	Póvoa de Varzim	M	44 886 850	42 136 456	76 644 432	163 667 738	2 547
30	Penafiel	M	60 730 151	41 405 915	59 493 224	161 629 290	2 321
31	Viseu	M	61 303 052	36 642 797	55 816 819	153 762 668	1 544
32	Setúbal	G	50 305 002	39 442 232	62 685 734	152 432 968	1 234
33	Santo Tirso	M	61 352 850	36 669 963	51 245 998	149 268 811	2 204
34	Amadora	G	40 996 245	37 933 152	58 536 419	137 465 815	802
35	Odivelas	G	41 959 739	34 577 443	58 295 382	134 832 565	911
Total dos 308 municípios (a)			7 880 478 178	5 803 860 643	8 566 693 938	22 251 032 759	2 151
Total aquisição bens de capital – 308 municípios (b)			6 611 308 188	4 843 770 943	7 386 935 473	18 842 014 604	
Peso de aquisição de bens de capital no total (c)=(b/a)			83,9%	83,5%	86,2%	84,7%	
Totais transferências de capital – 308 municípios (d)			1 269 169 990	960 089 700	1 179 758 465	3 409 018 155	
Peso de transferências de capital no total (e)=(d/a)			16,1%	16,5%	13,8%	15,3%	

Da observação deste ranking pode-se constatar que:

O conjunto de investimento direto pago pelos municípios (aquisições de bens de capital) entre 2010 e 2021, foi de 18.842,0 milhões de euros, o que correspondeu a 84,7% do total de investimento direto e indireto realizado no mesmo período;

Três dos 35 municípios hierarquizados neste ranking apresentaram descida do valor global de investimento direto e indireto no último mandato: Pombal (-22,2%, -16,7 milhões de euros), Castelo Branco (-21,1%, -13,0 milhões de euros) e Almada (-1,3%, -830 milhares de euros);

Por outro lado, constata-se que destes 35 municípios, dezanove apresentaram aumento de investimento total, direto e indireto, superior a 50%, no último mandato, sendo que seis deles apresentaram uma taxa de crescimento de investimento superior a 100%. Estiveram nesta situação: Porto (+165,9%, +181,1 milhões de euros), Cascais (+132,8%, +123,0 milhões de euros), Sintra (+185,3%, +91,4 milhões de euros), Seixal (+173,2%, +84,2 milhões de euros), Mafra (+104,8%, +51,4 milhões de euros) e Funchal (+101,6%, +30,2 milhões de euros).

2.3.4.6. Amortização de empréstimos: Passivos Financeiros

Mantendo a metodologia de análise e registo de informação, apresenta-se a despesa com amortização de empréstimos em listagens que hierarquizam os municípios pelo montante de despesa paga. Trata-se de uma despesa em relação à qual os municípios não podem encerrar o ano económico com pagamentos em atraso³⁹.

Antes de se passar à apresentação de rankings associados a esta despesa, anotam-se algumas particularidades, conforme o Quadro 2.32: Nos últimos onze anos, o total amortizado de empréstimos foi de 7.195,1 milhões de euros, tendo o ano de 2012 apresentado o maior valor de amortização (890,3 milhões de euros) e o ano de 2021 o menor volume de amortização (419,5 milhões de euros);

³⁹ Assim sendo, em relação a esta rubrica orçamental considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga resultará do facto de, em sede de prestação de contas, serem raros os municípios que procedem à regularização dos saldos das contas orçamentais, quando se verifica excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente realizada, que, neste caso, será a despesa paga.

O total amortizado em 2021 de 419,5 milhões de euros apresentou uma taxa de decréscimo de 3,2%, isto é, um valor inferior em 13,7 milhões de euros ao valor amortizado no ano anterior. Do total amortizado, 24,75 milhões de euros (5,9%) representaram amortizações dos programas PAEL e FAM⁴⁰, com respetivamente o montante de 14,95 milhões de euros e 9,8 milhões de euros;

Em 2021, 126 Municípios apresentaram aumento do montante de amortizações de empréstimos (na secção 3.5 do capítulo 3, este tema será analisado com mais pormenor), tendo os restantes 182 registado diminuição do mesmo;

Do total de 47 municípios que em 2021 ainda amortizaram capital obtido através dos programas FAM e PAEL (incluindo as constantes no Ranking R35), apresentaram um peso de amortização destes empréstimos igual ou superior a 50% do total amortizado, os seguintes municípios: Fornos de Algodres (100,0%); Portimão (90,5%); Calheta (Madeira) (81,1%); Nazaré (72,6%); Santa Comba Dão (66,8%); Aveiro (66,5%); Penela (64,7%); Sertã (62,6%); Vila Franca do Campo (62,5%); Lamego (57,5%); Nordeste (56,4%).

No *Rankings* R33 apresentam-se os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagos em 2021, mostrando o montante que daquelas amortizações se destinaram à liquidação de financiamentos obtidos ao abrigo dos programas de apoio FAM e PAEL.

⁴⁰ O PREDE está totalmente amortizado desde 2019, exceto no município de Tarouca, que ainda tem uma dívida de 56 000€ por amortizar, tendo amortizado o montante de 28 000€ associado a esta dívida em 2021.

R33 – Municípios com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Amortiza. 2021
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	PAEL+FAM
1 Lisboa	G	96 184 011	345 289 264	69 840 325	109 585 581	53 832 163	45 047 158	39 324 001	40 844 087	38 499 402	33 165 531	31 014 701	0
2 V. N. de Gaia	G	23 816 969	22 767 098	25 008 507	25 759 097	24 285 366	21 970 185	22 300 525	33 971 525	17 479 848	17 399 985	19 138 001	0
3 Trofa	M	865 661	366 830	386 190	1 410 419	1 980 005	2 087 910	2 133 510	25 860 345	2 092 829	2 083 238	13 064 611	0
4 Seixal	G	1 886 423	6 000 924	5 121 655	3 477 092	5 440 477	37 730 107	6 451 938	6 486 008	28 518 550	7 925 793	12 834 927	0
5 Braga	G	9 348 221	9 340 830	11 488 739	14 440 751	11 288 210	10 319 443	11 240 498	11 349 418	12 070 009	11 547 761	11 817 681	0
6 Setúbal	G	4 496 651	6 208 025	5 468 644	4 480 026	9 552 367	21 949 252	8 962 458	11 270 417	12 175 397	13 393 956	11 149 827	0
7 Celorico da Beira	P	1 010 210	990 796	994 561	1 370 949	969 874	844 162	839 852	3 264 796	1 658 441	1 316 144	10 499 411	0
8 Lamego	M	2 041 464	2 468 347	2 288 556	3 059 703	3 265 043	3 060 484	3 539 328	3 797 792	2 653 771	2 543 149	9 540 275	5 486 094
9 Porto	G	12 062 885	9 542 841	10 144 116	10 266 274	11 575 317	47 223 002	3 332 035	24 555 579	12 761 487	0	7 180 037	0
10 Viana do Castelo	M	2 711 211	2 947 032	4 864 294	5 781 483	6 248 486	5 692 158	5 534 283	5 319 132	6 045 195	6 497 598	6 664 386	202 727
11 Gondomar	G	7 464 844	7 065 736	3 345 847	3 394 169	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874	33 206 211	6 062 254	6 358 180	0
12 Aveiro	M	3 882 603	9 290 418	6 431 818	12 081 803	9 102 486	8 982 696	36 232 741	2 487 412	7 642 197	11 862 657	6 033 922	4 010 694
13 Guimarães	G	5 137 313	5 090 494	6 012 517	5 799 338	14 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008	5 330 721	5 349 395	5 367 040	0
14 Matosinhos	G	6 077 409	7 643 886	7 835 214	4 080 067	3 826 967	5 082 076	4 875 973	9 538 830	5 301 421	5 102 072	4 855 669	0
15 Portimão	M	2 555 944	1 218 673	4 114 244	3 154 728	1 905 388	3 094 590	23 004 326	5 961 934	4 721 558	555 992	4 469 219	4 044 385
16 Barreiro	M	3 068 954	2 942 888	3 141 208	3 220 836	3 112 134	10 990 602	2 670 198	2 277 157	1 927 768	4 529 497	4 377 609	0
17 Mirandela	M	713 604	999 551	1 030 615	1 445 563	4 393 386	1 528 847	1 542 657	1 556 040	1 329 249	1 282 190	4 034 955	0
18 Cascais	G	12 495 160	11 728 341	11 569 023	12 593 098	5 164 031	4 256 163	4 790 867	5 306 979	5 303 017	4 068 665	4 019 638	0
19 Évora	M	6 626 295	7 217 986	9 929 612	6 900 084	4 872 416	3 340 581	3 404 423	5 184 933	26 487 596	3 956 120	3 965 042	0
20 Santarém	M	4 087 520	6 943 279	6 828 157	5 460 219	5 175 786	19 856 474	6 498 622	24 403 402	5 529 881	4 627 723	3 873 741	0
21 Covilhã	M	1 644 437	3 672 768	4 813 015	4 604 329	5 796 163	6 272 777	6 278 969	6 045 002	5 413 478	5 057 416	3 673 689	0
22 Funchal	G	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	4 042 431	3 905 645	3 654 429	0
23 Leiria	G	6 214 628	7 723 131	8 121 134	8 444 190	6 770 798	7 370 360	5 112 989	3 707 317	8 264 463	3 479 665	3 547 044	0
24 Sta. Comba Dão	P	392 933	1 374 866	863 212	750 090	2 283 787	1 802 015	1 193 802	1 289 086	1 338 933	1 319 870	3 539 856	2 364 745
25 Coimbra	G	11 454 181	13 682 416	6 399 806	3 522 488	4 844 606	7 144 071	8 604 090	3 640 592	3 641 409	3 642 231	3 481 605	0
26 Loulé	M	7 007 627	6 829 708	10 302 760	15 784 579	3 834 522	3 971 897	6 240 760	3 646 636	3 648 574	3 650 732	3 412 598	0
27 Vila F. de Xira	G	2 413 661	2 265 643	2 778 474	2 858 221	2 975 119	2 531 341	2 618 175	2 481 351	3 085 209	3 318 766	3 306 029	0
28 Almada	G	2 947 206	2 941 408	3 561 476	3 807 592	3 825 283	3 848 953	4 287 234	4 138 702	3 009 340	3 256 508	3 166 410	0
29 Penafiel	M	1 205 265	1 117 913	1 300 303	1 296 997	1 239 201	1 270 346	1 192 333	1 188 738	1 151 402	3 155 184	3 158 826	125 379
30 Seia	M	8 378 861	743 370	2 012 850	2 567 502	2 499 508	2 549 914	3 142 838	39 074 457	3 041 653	3 086 287	3 140 987	0
31 Maia	G	7 462 375	7 468 908	7 494 849	7 253 041	4 512 444	6 568 609	5 557 360	5 567 059	6 760 868	2 529 749	3 079 274	0
32 Sesimbra	M	1 780 995	4 848 358	4 267 713	4 272 935	3 363 601	3 347 826	3 258 203	3 210 491	2 404 950	3 513 347	3 061 633	643 649
33 Loures	G	5 826 066	13 977 978	12 450 363	10 984 951	8 601 955	4 113 076	4 342 944	3 280 209	3 116 607	3 091 110	3 009 330	0
34 Praia da Vitória	P	1 816 718	1 352 774	1 315 698	1 083 854	1 706 988	2 113 974	2 119 258	1 793 889	2 732 760	2 759 459	2 805 000	141 074
35 Sta. M. da Feira	G	6 165 029	5 890 991	6 029 947	4 673 177	4 836 365	9 194 256	8 387 651	3 589 103	3 028 377	2 584 532	2 764 030	0

Da observação do Ranking R33 verifica-se, em relação a 2021:

Em 2021, Lisboa continua a ser o município com maior volume de amortizações pagas (31,0 milhões de euros) apesar de apresentar uma diminuição desta despesa em 6,5% (-2,2 milhões de euros), diferenciando-se enormemente dos restantes municípios. Na segunda posição deste ranking, surge o município de Vila Nova de Gaia com um valor 19,1 milhões de euros de amortizações, sendo seguido de mais cinco municípios com amortizações de capital superiores a 10 milhões de euros. Os restantes vinte e oito municípios deste ranking procederam a amortizações em valor inferior a 10 milhões de euros. Contudo, nesta listagem será de relevar o aumento em mais de 100% apresentado pelos municípios de: Trofa com +11,0 milhões de euros (+527,1%), Lamego com +7 milhões de euros (+275,1%), Celorico

da Beira com +9,2 milhões de euros (+697,7%), Portimão com +3,9 milhões de euros (+703,8%), Mirandela com +2,8 milhões de euros (+214,7%) e Santa Comba Dão com +2,2 milhões de euros (+168,2%); Neste ranking quinze municípios apresentaram descida de despesa com amortizações, sendo de salientar o decréscimo percentual verificado no município de Aveiro (-5,8 milhões de euros, -49,1%).

Apresentam-se de seguida os rankings homólogos para as Regiões Autónomas dos Açores (R.A.A.) e da Madeira (R.A.M), com a sinalização dos municípios que beneficiaram das linhas de financiamentos do Estado ao abrigo do programa PAEL⁴¹.

⁴¹ Note-se que, dois municípios das Regiões Autónomas assumiram e amortizaram empréstimos ao abrigo do FAM : os municípios de Nordeste e Vila Franca do Campo

R33.A – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021

Unidade: euros

Município	Dín.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Amortiza. 2021
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	PAEL+FAM
1 Nordeste	P	567 223	546 754	2 524 131	947 495	1 340 172	992 301	1 002 675	10 777 168	583 548	683 838	940 177	530 508
2 Vila Franca do Campo	P	7 688 388	9 520 898	1 398 578	1 335 319	1 423 749	1 497 221	1 614 226	1 558 546	19 643 329	11 638 613	709 847	443 658
3 Ribeira Grande	M	3 101 559	1 474 561	1 958 367	1 502 366	1 868 644	915 148	883 546	909 583	2 131 521	1 030 898	969 084	203 744
4 Praia da Vitória	P	1 816 718	1 352 774	1 315 698	1 083 854	1 706 988	2 113 974	2 119 258	1 793 889	2 732 760	2 759 459	2 805 000	141 074
5 Angra do Heroísmo	M	1 703 305	1 655 869	1 762 364	1 656 478	1 347 327	1 372 840	1 389 491	1 398 160	1 401 607	1 242 162	1 504 710	0
6 Calheta (R.A.A.)	P	517 603	698 862	933 508	975 642	1 127 801	1 008 600	993 005	1 102 305	904 439	986 524	0	0
7 Corvo	P	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	115 977	116 095	116 205	102 484	81 023	0
8 Horta	P	1 195 387	1 209 118	558 031	535 487	713 026	633 462	524 205	529 607	511 522	482 950	339 831	0
9 Lagoa (R.A.A.)	P	1 253 718	1 479 084	1 133 094	1 076 119	1 092 267	743 448	798 811	804 571	772 616	1 044 298	593 002	0
10 Lajes das Flores	P	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	171 465	128 994	9 042	38 063	49 907	0
11 Lajes do Pico	P	987 407	998 128	885 557	1 013 556	891 541	769 254	775 820	827 624	811 054	731 386	717 551	0
12 Madalena	P	557 151	579 213	1 535 111	441 263	742 818	960 522	434 279	2 346 757	1 399 587	1 494 090	995 820	0
13 Ponta Delgada	M	1 955 738	1 675 369	1 803 183	3 053 243	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	1 663 812	0
14 Povoação	P	1 194 431	947 077	661 502	866 552	661 452	649 846	517 260	517 260	407 885	298 510	254 502	0
15 Santa Cruz da Graciosa	P	216 509	353 144	277 506	261 265	387 547	214 677	225 831	163 518	163 813	164 458	181 534	0
16 Santa Cruz das Flores	P	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	25 481	33 054	40 629	40 901	14 612	0
17 São Roque do Pico	P	707 440	329 891	550 947	130 714	85 480	57 388	59 035	424 169	345 318	455 298	373 516	0
18 Velas	P	594 854	638 744	610 514	490 585	757 185	523 309	1 257 720	438 906	432 859	367 890	264 650	0
19 Vila do Porto	P	176 453	118 512	159 659	211 694	219 836	42 116	353 468	275 790	288 014	279 656	272 353	0
Total municípios Açores		24 830 226	24 264 697	18 590 198	16 377 601	17 876 329	14 466 165	14 917 751	25 855 850	34 351 179	25 485 889	12 730 931	1 318 984
Total dos 308 municípios		615 023 236	890 319 433	639 839 579	679 085 516	665 998 712	751 800 716	737 284 768	775 394 212	587 945 418	433 189 917	419 520 960	24 752 455

A anotar que:
Dos dezanove municípios açorianos, seis apresentaram subida do volume de amortizações, sendo, contudo, valores pouco significativos pese embora os aumentos percentuais apresentados por Nordeste (+37,5%), Lajes das Flores (+31,1%) e Angra do Heroísmo (+21,1%);
Os municípios de: Nordeste, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande e Praia da Vitória apresentaram amortizações financeiras associadas a programas de financiamento do Estado (PAEL);
O total das amortizações da dívida financeira dos municípios açorianos em 2021, baixou 50% (-12,8 milhões de euros) ao somar 12,7

milhões de euros. Mais se verifica que 10,4% do montante liquidado (1 318,9 milhares de euros) se reportou à redução da dívida contraída ao abrigo do programa PAEL (Ribeira Grande e Praia da Vitória) e FAM (Nordeste e Vila Franca do Campo);
Dos treze municípios açorianos que apresentaram descida do volume de amortizações relevam-se, pela percentagem envolvida, os municípios de Vila Franca do Campo (-93,9%, -10,9 milhões de euros), Calheta (-100,0%, -1 milhão de euros), Santa Cruz das Flores (-64,3%, -26 milhares de euros). e Lagoa (-43,2%, -0,5 milhão de euros).

R33.M – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2021

Unidade: euros

Município		Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Amortiza. 2021
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	PAEL
1	Funchal	G	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	4 042 431	3 905 645	3 654 429	0
2	Santa Cruz	M	1 593 169	1 630 997	1 694 903	2 342 652	2 403 766	2 291 332	4 441 359	12 559 206	2 261 010	2 267 899	1 351 338	0
3	São Vicente	P	863 943	896 761	623 223	612 141	604 563	611 235	458 547	461 477	464 081	926 535	1 017 708	0
4	Câmara de Lobos	M	955 630	971 615	1 325 439	1 667 815	1 520 696	1 197 649	5 113 633	1 768 835	1 871 409	1 373 928	876 462	0
5	Ribeira Brava	P	734 525	748 738	1 425 898	1 448 092	1 433 122	1 323 131	1 201 952	3 326 652	655 639	655 639	731 482	0
6	Calheta (R.A.M.)	P	901 939	922 185	1 334 118	1 250 800	1 603 419	2 423 965	517 243	376 192	376 378	376 592	376 775	305 708
7	Porto Santo	P	222 181	301 186	335 788	392 401	1 662 823	267 194	176 734	146 521	146 758	203 282	222 241	0
8	Porto Moniz	P	246 022	296 619	586 741	328 582	334 964	339 863	214 185	215 893	217 256	218 945	221 332	0
9	Machico	P	733 068	1 361 635	1 486 664	1 499 275	1 521 764	1 439 667	1 200 225	999 397	954 851	960 258	127 350	0
10	Ponta do Sol	P	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	123 112	123 210	63 976	24 377	18 283	0
11	Santana	P	1 014 763	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	587 166	0	0	0
Total municípios Madeira			17 850 990	19 276 994	22 445 787	19 996 184	20 773 507	17 847 753	21 835 563	42 130 565	11 640 955	10 913 100	8 597 400	305 708
Total dos 308 municípios			615 023 236	890 319 433	639 839 579	679 085 516	665 998 712	751 800 716	737 284 768	775 394 212	587 945 418	433 189 917	419 520 960	24 752 455

Da análise do Ranking R33.M referente à evolução dos encargos com amortizações de empréstimos da Região Autónoma da Madeira, em relação a 2021, refere-se:

O total de amortizações da dívida dos municípios madeirenses foi de 8,6 milhões de euros, traduzindo uma descida desta despesa de -21,2% (-2 315,7 milhões de euros) face ao ano transato. Daquele montante, 305,7 milhares de euros (2,8%) corresponderam a amortizações de empréstimos obtidos ao abrigo dos programas PAEL, para as quais contribuiu, exclusivamente o município da Calheta;

Só três municípios da Madeira apresentaram aumento de amortizações de empréstimos e todos eles com acréscimos insignificantes. Relativamente aos restantes cinco municípios madeirenses com descida do valor das amortizações, refere-se a descida do montante amortizado pelo município do Machico (-86,7%, -832,9 milhares euros), de Santa Cruz (-40,4%, -916,6 milhares euros) e Câmara de Lobos (-36,2%, -497,5 milhares euros). O município de Santana tem a dívida toda amortizada desde 2019.

No *Ranking* R34 apresentam-se os 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagos em 2021. Pela análise das contas destes municípios verificou-se que não apresentaram qualquer amortização de capital ao abrigo do PAEL e apenas um município apresenta amortização ao abrigo do FAM.

R34 – Municípios com menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos – passivos financeiros – em 2021

Unidade: euros

Município		Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Amort. 2020
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	FAM
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Mealhada	P	688 350	592 307	1 797 883	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Ponte de Sor	P	221 209	206 196	181 312	56 972	56 972	2 856 972	56 972	33 233	0	0	0	0
4	Arronches	P	160 803	249 070	134 190	135 307	188 792	123 386	222 575	359 186	509 090	0	0	0
5	Santana	P	1 014 763	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	587 166	0	0	0
6	Vila Nova Foz Côa	P	319 595	353 894	364 475	383 203	351 965	294 365	209 150	182 952	166 715	500 242	0	0
7	Chamusca	P	2 409 892	1 773 240	1 441 551	1 083 176	751 288	751 288	751 288	751 288	551 288	551 288	0	0
8	Calheta (R.A.A.)	P	517 603	698 862	933 508	975 642	1 127 801	1 008 600	993 005	1 102 305	904 439	986 524	0	0
9	Fornos de Algodres	P	43 575	620 979	1 209 472	1 249 553	1 350 478	1 439 796	28 386 571	640 910	661 696	165 424	4 100	4 100
10	Vila Velha de Ródão	P	239 742	307 208	170 556	176 733	126 148	126 742	127 131	127 372	64 245	64 506	7 221	0
11	Sátão	P	478 130	419 917	420 346	425 546	353 518	354 341	354 547	267 002	57 987	10 833	10 872	0
12	Castelo de Vide	P	209 974	220 074	147 564	121 433	153 002	63 802	64 001	64 121	33 990	23 921	13 766	0
13	Sta. Cruz das Flores	P	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	25 481	33 054	40 629	40 901	14 612	0
14	Ponta do Sol	P	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	123 112	123 210	63 976	24 377	18 283	0
15	Cinfães	P	123 100	190 929	139 502	117 392	117 502	117 681	117 826	117 924	118 004	68 880	19 736	0
16	Redondo	P	53 141	250 711	97 728	100 453	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	0
17	Campo Maior	P	110 216	105 875	49 246	49 914	50 179	50 633	52 649	40 821	40 821	40 821	35 762	0
18	Lajes das Flores	P	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	171 465	128 994	9 042	38 063	49 907	0
19	Murtosa	P	157 102	162 398	165 468	165 912	167 265	168 160	168 669	169 058	169 475	87 200	65 817	0
20	Álvito	P	200 936	178 273	174 203	164 643	152 829	98 575	88 971	97 338	86 445	69 381	70 115	0
21	Marvão	P	113 118	112 944	115 652	149 187	146 687	101 410	101 824	102 003	102 106	73 379	77 712	0
22	Corvo	P	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	115 977	116 095	116 205	102 484	81 023	0
23	Miranda do Corvo	P	584 558	581 565	611 410	480 510	696 139	147 852	147 852	107 852	67 852	67 852	85 709	0
24	Monchique	P	1 066 807	1 289 171	1 352 847	1 243 796	1 230 401	933 039	943 744	833 741	464 110	280 697	94 339	0
25	Pampilhosa da Serra	P	263 766	431 818	282 295	223 424	61 804	0	0	0	1 000 000	0	95 522	0
26	Boticas	P	590 614	651 909	609 205	613 360	339 969	289 817	312 803	302 670	221 439	122 094	95 560	0
27	Vila do Bispo	P	63 822	59 049	94 402	146 859	147 968	150 000	150 200	151 839	98 480	98 480	98 484	0
28	Viana do Alentejo	P	85 852	123 152	127 849	129 319	107 932	109 549	52 091	58 938	97 528	103 188	104 384	0
29	Marinha Grande	M	939 942	892 214	802 320	567 831	859 026	255 620	256 360	256 759	257 036	257 415	113 821	0
30	Mira	P	498 572	501 114	510 987	554 162	197 756	198 740	199 257	199 324	159 831	120 351	119 490	0
31	Figueiró dos Vinhos	P	900 257	557 456	953 789	900 555	953 574	1 548 404	1 006 547	1 027 613	931 057	887 282	122 106	0
32	Elvas	M	175 769	153 287	158 290	159 990	161 474	162 955	164 172	165 005	165 697	121 557	122 131	0
33	Machico	P	733 068	1 361 635	1 486 664	1 499 275	1 521 764	1 439 667	1 200 225	999 397	954 851	960 258	127 350	0
34	Alter do Chão	P	206 080	185 729	169 533	171 445	173 832	173 348	141 716	143 202	142 223	136 997	132 436	0
35	Barrancos	P	200 269	202 403	215 671	218 160	221 512	217 206	196 983	197 715	135 649	136 327	136 914	0

Da observação da listagem dos 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos, no universo total dos municípios, anota-se com referência a 2021:

Dos 35 primeiros municípios hierarquizados com menores encargos de amortizações, dois são de média dimensão e os restantes são de pequena dimensão;

Um destes municípios, Penedono já não apresenta amortizações desde 2010, traduzindo, por isso, ausência de stock de dívida bancária de médio e longo prazo. O município da Mealhada apresenta igual cenário a partir de 2014, e o de Ponte de Sor desde 2019. Em 2020 não apresentam, também, qualquer amortização os municípios de Arronches e Santana preconizando um stock nulo de dívida bancária. Em 2021 acresce que não apresentam amortizações os municípios de Vila Nova de Foz Côa, Chamusca e Calheta (RAA), indiciando stock nulo de dívida bancária destes oito municípios;

Outros dezasseis, destes 35 municípios apresentaram descida do volume de encargos com amortizações, sendo de relevar os municípios de Machico (-86,7%, -832,9 milhares de euros), Figueiró dos Vinhos (-86,2%, -765,2 milhares de euros), Fornos de Algodres (-97,5%, -161,3 milhares de euros) e Vila Velha de Rodão (-88,8%, -57,3 milhares de euros).

2.3.4.7. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Conjugando a informação prestada no Quadro 2.31 com o Quadro 2.32 verificou-se que permaneceu registado contabilisticamente um excesso de despesa comprometida em relação à despesa paga, na rubrica económica relativa a juros e outros encargos. Sendo esta despesa uma das que os municípios não poderão deixar de liquidar na totalidade, em cada ano económico, não deveria haver compromissos por pagar no final do ano económico, como transparece nos mapas de execução e controlo de despesa dos municípios. Tal situação resultará do facto de, em sede de prestação de contas, poucos municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais sempre que se verifica excesso de dotações orçamentais e excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente

executada, ou seja, à despesa paga⁴². Face ao exposto, analisar-se-á esta despesa, apenas, em relação aos pagamentos efetuados. Assim: Resultante da informação constante no Quadro 2.32, verifica-se que o total de pagamentos efetuados pelos municípios, em 2021, respeitante a juros e outros encargos foi de 35,9 milhões de euros, -12,0 milhões de euros (-25,0%) que em 2020 e -112,6 milhões de euros (-75,8%) que em 2012, ano de maior volume de encargos desta natureza, nos últimos onze anos;

Em 2021, 239 Municípios apresentaram diminuição da despesa paga em juros e outros encargos.

Apresentam-se de seguida os Rankings R35 e R36, reportados a 2021, respetivamente com os 35 municípios com maior volume de pagamento de juros e outros encargos financeiros e com o menor volume homólogo de pagamentos.

⁴² Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de variações de taxas de juro em relação às previsões efetuadas, traduzindo-se o saldo das mesmas na libertação de valores comprometidos, que não terão sido objeto de retificação em sede de encerramento de contas.

R35 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021				Varia. 20–21 %
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	13 273 868	14 621 842	3 905 089	7 260 018	9 905 388	6 637 162	7 521 880	36 709 288	5 306 792	2 985 507	2 546 318	–14,7%
2	Nazaré	P	507 926	669 894	4 028 449	954 601	1 327 843	1 194 270	1 249 191	1 401 683	2 423 482	775 858	1 491 399	92,2%
3	Portimão	M	3 594 039	4 689 736	4 118 447	4 399 457	4 070 019	11 072 419	6 663 407	2 130 555	2 161 100	2 180 557	1 356 003	–37,8%
4	V. R- Sto. António	P	1 253 719	1 953 422	1 897 059	3 478 129	3 171 181	3 711 825	2 545 217	1 483 220	2 086 112	1 342 167	1 313 937	–2,1%
5	Gondomar	G	774 675	998 927	391 244	389 106	308 653	242 882	236 009	210 221	386 487	1 120 740	1 078 857	–3,7%
6	Évora	M	1 670 912	1 898 239	2 531 046	2 545 263	3 155 076	4 549 387	2 949 664	1 777 129	1 919 628	1 116 764	1 074 064	–3,8%
7	Aveiro	M	4 390 666	3 086 101	1 804 866	1 781 214	1 213 372	1 111 846	3 413 685	2 336 268	1 744 026	1 364 296	944 616	–30,8%
8	Setúbal	G	898 462	957 836	764 264	1 895 454	1 565 630	1 407 370	1 174 721	951 101	462 947	902 136	811 536	–10,0%
9	Fundão	M	1 751 081	1 687 998	1 947 998	2 341 948	1 410 981	1 800 792	1 123 044	532 522	2 932 117	1 162 717	801 257	–31,1%
10	Cartaxo	M	1 172 967	226 476	255 868	509 548	1 799 317	1 433 486	5 271 160	1 794 833	937 226	890 641	755 880	–15,1%
11	V. N. de Gaia	G	4 007 829	5 010 170	4 131 821	4 394 450	4 371 977	7 539 095	2 393 451	1 460 070	972 279	1 203 034	650 253	–45,9%
12	Paços de Ferreira	M	1 020 256	1 413 102	1 359 425	978 353	836 765	711 119	1 629 763	3 867 362	982 491	687 002	625 990	–8,9%
13	Leiria	G	1 194 672	910 399	423 110	1 274 777	1 113 491	993 757	880 129	814 973	785 484	677 580	608 823	–10,1%
14	Matosinhos	G	997 561	1 193 116	743 328	706 242	736 510	829 295	876 127	797 519	759 163	669 491	593 027	–11,4%
15	V. F. do Campo	P	542 525	1 744 350	1 172 693	1 087 296	899 408	775 254	699 579	651 051	618 375	2 295 300	580 050	–74,7%
16	Ribeira Grande	M	302 528	347 020	870 158	188 110	133 697	119 973	119 848	113 642	126 309	421 979	516 748	22,5%
17	Seia	M	7 233 078	3 506 350	2 909 591	2 751 126	2 127 169	1 945 204	1 594 589	1 139 258	605 088	556 821	487 192	–12,5%
18	Fornos de Algodres	P	1 186 110	1 125 202	802 405	760 599	657 293	567 240	529 149	561 901	487 910	480 619	479 987	–0,1%
19	Funchal	G	1 491 706	1 060 296	1 059 341	1 003 765	826 249	1 051 516	993 829	1 082 002	486 077	497 358	449 426	–9,6%
20	Seixal	G	875 815	1 399 203	1 911 162	3 517 889	2 974 340	2 040 784	2 132 770	847 491	955 384	498 728	418 544	–16,1%
21	Covilhã	M	1 440 476	1 169 000	627 458	557 802	393 791	620 111	546 008	726 080	392 926	457 210	413 882	–9,5%
22	Lamego	M	367 244	427 157	1 165 890	687 147	582 610	575 575	722 235	526 617	554 130	437 377	374 694	–14,3%
23	Mirandela	M	482 050	733 021	1 356 727	925 110	689 997	344 825	247 307	207 041	221 410	298 866	339 181	13,5%
24	Santarém	M	1 365 686	1 418 080	2 312 329	2 860 198	2 065 139	1 426 919	795 022	646 224	458 163	389 952	326 953	–16,2%
25	Macedo de Cavaleiros	P	279 489	262 722	192 470	61 315	62 129	42 167	26 459	30 047	549 160	98 905	325 843	229,5%
26	Paredes	M	395 561	604 446	816 078	840 472	772 717	719 587	690 679	400 532	360 442	339 439	321 363	–5,3%
27	Santa Cruz	M	1 030 434	441 498	680 106	2 952 564	4 523 306	1 034 932	678 231	292 713	371 507	266 467	306 925	15,2%
28	Alfândega da Fé	P	714 686	689 609	833 034	1 189 230	790 986	447 857	409 785	344 153	325 056	305 675	297 318	–2,7%
29	Trofa	M	512 498	649 893	1 717 853	2 883 517	1 056 468	848 721	764 896	442 099	386 113	352 222	291 467	–17,2%
30	Vila Nova de Poiares	P	728 630	1 288 021	833 449	858 963	712 798	562 377	267 200	529 469	263 328	251 399	274 113	9,0%
31	Barreiro	M	337 116	248 551	212 284	531 848	370 340	400 714	208 456	193 909	244 568	291 723	269 095	–7,8%
32	Vila do Conde	M	834 244	683 988	1 201 995	2 232 814	1 408 880	909 626	655 289	338 061	317 324	292 839	263 835	–9,9%
33	Tomar	M	694 593	824 739	361 823	191 305	256 053	356 088	145 463	481 641	212 061	245 561	241 781	–1,5%
34	Pinhel	P	157 162	259 202	110 624	156 281	58 811	49 211	52 482	57 919	61 184	89 251	236 923	165,5%
35	Sesimbra	M	649 966	796 457	1 119 866	817 914	748 729	758 684	444 377	367 045	281 204	249 791	233 536	–6,5%

Da observação do ranking anterior anota-se que:

Lisboa apresentou-se, em 2021, como o primeiro da lista dos municípios com maior montante de pagamento de juros e outros encargos ao aplicar nesta rubrica 2,5 milhões de euros (-14,7% que em 2020, isto é, -439,2 milhares de euros);

O município de Nazaré o segundo da lista dos municípios com maior valor de pagamentos de juros e outros encargos, apresentado um acréscimo desta despesa de 92,2% (+715,5 milhares de euros) ao liquidar 1 491,4 milhão de euros;

Vila Franca do Campo que apresentou um valor excecionalmente alto de juros e outros encargos derivado, segundo o Relatório de Gestão, do pagamento de juros e outros encargos relativos aos empréstimos do Município e do Setor Empresarial Local⁴³, apresentou em 2021 um decréscimo destes encargos de 74,7 % (-1 715,2 milhão de euros) ; Faz-se ainda referência à descida significativa da despesa com juros e outros encargos apresentada pelos municípios de: Vila Nova de Gaia (-45,9%, -552,8 milhares de euros), Fundão (-31,1%, -361,5 milhares de euros), Aveiro (-30,8%, -419,7 milhares de euros) e Portimão (-37,8%, -824,6 milhares de euros);

Anotam-se os aumentos extraordinário desta rubrica verificados, em 2021 nos municípios de Macedo de Cavaleiros (+229,5%, +226,9 milhares de euros) e de Pinhel (+165,5%, +147,7 milhares de euros);

No universo dos 308 municípios, em 2021, 239 municípios diminuíram a despesa com juros e outros encargos financeiros contribuindo para a descida global desta despesa em -25% (-12,0 milhões de euros).

No *Ranking* R36, relativo aos municípios com menor despesa em juros e outros encargos financeiros, constam três municípios – Penedono, Mealhada e Santana – sem despesa nesta rubrica em 2021. O primeiro, sem encargos nos últimos onze anos⁴⁴, o segundo sem encargos nos últimos sete anos e o terceiro nos últimos dois anos.

⁴³ O Relatório de Gestão refere o seguinte "... A maior variação foi registada na despesa corrente (Juros e outros encargos) e correspondem o pagamento de juros e outros encargos relativos aos empréstimos do Município e do Setor Empresarial Local."; (...) "Relativamente a juros e outros encargos há que referir a liquidação do montante de 2 295 299,98€ repartido por 1 574 310,94, 161 094,96 e 557 377,82 que correspondem a juros e outros encargos pagos pelo município relativos à dívida financeira da Gesquelhas, V.F.C. e Município".

⁴⁴ De facto, analisando as contas de Penedono, constata-se que não utilizou empréstimos nos últimos onze anos.

R36 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021				Varia. 20-21 %
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--
2 Mealhada	P	57 678	45 871	18 156	0	0	0	0	0	0	0	0	--
3 Santana	P	299 894	313 171	123 750	577 451	50 125	33 221	23 406	102	103	0	0	--
4 Boticas	P	60 509	82 100	36 799	20 788	9 594	4 681	2 358	1 145	655	126	39	-69,0%
5 Mora	P	63 976	70 245	26 535	21 596	13 820	6 834	1 211	815	678	417	64	-84,6%
6 Aguiar da Beira	P	74 413	105 614	39 069	25 487	25 508	13 260	10 853	6 195	1 068	594	83	-86,0%
7 Castelo de Vide	P	17 182	15 596	5 494	4 460	2 658	1 337	922	540	373	221	125	-43,6%
8 Redondo	P	11 280	14 178	4 206	2 245	1 261	360	2 058	1 063	978	185	162	-12,5%
9 Penalva do Castelo	P	58 682	53 607	19 757	15 696	8 897	4 515	2 229	1 575	1 395	853	369	-56,7%
10 Proença-a-Nova	P	65 571	66 083	22 860	18 183	12 539	1 910	1 918	1 735	1 226	659	376	-42,9%
11 Corvo	P	21 683	18 626	6 494	6 199	3 737	1 996	1 077	1 050	854	705	383	-45,6%
12 Lagoa (Algarve)	M	398 861	609 199	475 126	285 963	104 105	8 835	4 423	2 932	2 557	3 987	440	-89,0%
13 Vila Velha de Ródão	P	22 307	24 097	10 462	6 634	4 775	2 862	1 886	1 520	1 189	823	536	-34,8%
14 Marvão	P	21 435	22 716	8 744	7 237	4 636	2 439	1 388	1 052	1 002	643	573	-10,9%
15 Alcobça	M	727 040	333 604	432 245	439 682	120 111	15 050	7 965	5 871	4 220	2 802	638	-77,2%
16 Alter do Chão	P	29 651	31 624	20 395	24 085	19 376	9 179	4 496	5 713	1 290	942	677	-28,1%
17 Pampilhosa da Serra	P	17 921	13 366	3 608	1 423	485	0	6	2	0	526	791	50,3%
18 Sintra	G	3 790 258	3 760 469	2 038 721	1 553 597	706 323	188 672	60 402	25 002	4 817	358 454	870	-99,8%
19 Carrazeda de Ansiães	P	126 678	97 819	40 097	26 094	17 468	5 932	7 617	1 949	1 824	927	897	-3,3%
20 Sta. Cruz das Flores	P	21 552	22 607	10 501	6 905	5 327	1 507	1 322	2 185	1 768	1 311	926	-29,4%
21 Chamusca	P	361 379	303 842	144 990	82 706	66 545	52 661	40 243	29 448	19 670	9 394	1 112	-88,2%
22 Águeda	M	135 917	185 729	134 181	80 704	47 981	33 789	24 866	19 301	13 692	6 845	1 214	-82,3%
23 São Brás de Alportel	P	55 928	50 954	18 709	16 523	16 091	12 324	9 498	5 503	2 167	1 980	1 250	-36,9%
24 Calheta (R.A.A.)	P	443 469	374 755	163 272	139 588	107 268	76 261	54 271	39 801	26 454	12 424	1 322	-89,4%
25 Campo Maior	P	72 964	57 059	55 653	125 964	21 255	47 180	18 967	31 791	13 528	9 862	1 331	-86,5%
26 Barrancos	P	49 006	74 450	58 382	31 127	20 409	11 542	8 309	3 279	2 812	1 963	1 419	-27,7%
27 Mogadouro	P	154 946	114 908	42 380	28 629	18 083	7 199	2 878	1 973	1 821	1 498	1 438	-4,0%
28 Elvas	M	25 172	22 441	30 446	10 372	8 852	11 607	19 254	24 526	3 735	5 951	1 524	-74,4%
29 Vila do Bispo	P	144 707	164 261	144 898	322 043	113 775	74 865	107 385	109 463	102 503	56 392	2 078	-96,3%
30 Porto de Mós	M	84 773	91 291	46 266	34 459	22 433	11 414	6 960	5 693	5 601	4 605	2 207	-52,1%
31 Ponte de Lima	M	20 932	19 583	16 192	6 478	4 788	2 874	3 034	3 447	3 699	2 289	2 811	22,8%
32 Murtosa	P	24 109	14 862	9 296	9 088	6 923	5 537	4 907	4 539	4 058	3 458	2 913	-15,8%
33 Ferreira do Alentejo	P	146 279	127 506	89 738	101 025	80 218	29 988	27 537	23 817	20 607	13 811	3 311	-76,0%
34 Arronches	P	32 658	30 351	12 217	11 997	11 751	3 571	2 598	1 531	1 058	0	3 850	--
35 Nisa	P	207 466	402 855	79 546	57 665	62 404	30 819	9 096	11 530	5 700	6 206	4 022	-35,2%

Da análise do *Ranking* R36, verifica-se que, em 2021:

Da lista dos 35 municípios hierarquizados, seis são de média dimensão, um de grande dimensão (Sintra) e os restantes de pequena dimensão;

A maioria dos municípios listados apresentaram uma descida significativa dos montantes da despesa paga em juros e outros encargos financeiros, sendo apenas dois os municípios desta listagem que apresentam aumento de juros e outros encargos financeiros: Pampilhosa da Serra (+50,3%) e Ponte de Lima (+22,8%).

Apresentam-se de seguida os Rankings R37 e R38 dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa paga em juros e outros encargos financeiros no período dos últimos quatro mandatos. Com estes rankings pretende-se, ainda, apresentar um valor estimado de encargos de juros por habitante⁴⁵ e o peso dos juros acumulados nos onze últimos anos em relação ao investimento total (direto e indireto) realizado no mesmo período.

⁴⁵ Tendo um significado meramente simbólico e estatístico, o valor de juros e outros encargos por habitante não será objeto de comentário neste Anuário, pois careceria de dados complementares não integrados no cálculo do mesmo. Por exemplo, não foram incluídos para efeito deste indicador: o volume médio anual dos visitantes nos municípios com grande afluência turística; o volume de migrações diárias de trabalhadores residentes noutros municípios para os municípios com elevados níveis de empregabilidade; o volume de deslocações diárias de não residentes, ou mesmo trabalhadores para as capitais de distrito ou para cidades com maior concentração de instituições públicas prestadoras de serviços públicos e/ou apetrechadas de infraestruturas partilhadas por populações de outros concelhos.

R37 – Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2021 e simulação desse custo por habitante

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013	Mandato 2014–2017	Mandato 2018–2021	TOTAL 2010 a 2021	Nº de habitantes (Censos21)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Lisboa	G	44 749 633	31 324 448	47 547 906	123 621 987	545 923	226,4	9,6%
2	Portimão	M	14 022 796	26 205 302	7 828 216	48 056 314	59 867	802,7	59,8%
3	Vila Nova de Gaia	G	17 199 157	18 698 974	4 285 636	40 183 767	303 854	132,2	16,8%
4	Aveiro	M	15 554 808	7 520 117	6 389 206	29 464 131	80 978	363,9	20,3%
5	Évora	M	7 164 681	13 199 390	5 887 585	26 251 657	53 591	489,9	45,6%
6	Seia	M	14 762 233	8 418 087	2 788 358	25 968 679	21 760	1 193,4	46,7%
7	Vila Real de Santo António	P	5 906 565	12 906 352	6 225 437	25 038 354	18 825	1 330,1	72,1%
8	Porto	G	14 231 112	9 439 899	425 834	24 096 845	231 828	103,9	5,1%
9	Seixal	G	4 910 094	10 665 783	2 720 147	18 296 023	166 525	109,9	11,0%
10	Fundão	M	6 113 823	6 676 765	5 428 613	18 219 201	26 509	687,3	18,1%
11	Nazaré	P	5 581 188	4 725 906	6 092 422	16 399 516	14 885	1 101,7	39,8%
12	Cartaxo	M	2 424 086	9 013 511	4 378 580	15 816 176	23 187	682,1	53,0%
13	Paços de Ferreira	M	4 611 632	4 156 000	6 162 845	14 930 478	55 598	268,5	18,6%
14	Santarém	M	5 900 201	7 147 278	1 821 291	14 868 770	58 671	253,4	23,5%
15	Figueira da Foz	M	8 882 176	3 914 524	860 838	13 657 538	58 962	231,6	14,1%
16	Sintra	G	10 425 519	2 508 994	389 143	13 323 656	385 654	34,5	5,8%
17	Setúbal	G	3 823 362	6 043 174	3 127 721	12 994 258	123 519	105,2	8,8%
18	Santa Cruz	M	2 434 027	9 189 033	1 237 611	12 860 672	42 171	305,0	32,4%
19	Oeiras	G	4 564 918	6 925 112	966 725	12 456 755	171 767	72,5	3,4%
20	Vila Franca do Campo	P	3 858 603	3 461 535	4 144 776	11 464 914	10 323	1 110,6	52,8%
21	Loures	G	8 275 592	2 219 884	761 194	11 256 670	201 632	55,8	8,6%
22	Funchal	G	4 728 840	3 875 358	2 514 864	11 119 062	105 795	105,1	6,8%
23	Faro	M	4 862 403	5 283 803	736 350	10 882 557	67 650	160,9	20,3%
24	Leiria	G	3 602 610	4 262 154	2 886 861	10 751 625	128 616	83,6	6,2%
25	Chaves	M	2 042 553	6 702 690	1 923 545	10 668 788	37 592	283,8	10,0%
26	Trofa	M	3 328 153	5 553 602	1 471 902	10 353 657	38 554	268,5	15,6%
27	Vila do Conde	M	3 461 318	5 206 609	1 212 059	9 879 986	80 831	122,2	10,3%
28	Guarda	M	4 784 967	3 925 595	849 187	9 559 749	40 126	238,2	14,2%
29	Matosinhos	G	3 407 880	3 148 174	2 819 201	9 375 254	172 586	54,3	3,1%
30	Fornos de Algodres	P	4 721 043	2 514 281	2 010 417	9 245 741	4 403	2 099,9	35,9%
31	Maia	G	6 054 495	2 589 770	351 151	8 995 417	134 988	66,6	5,4%
32	Albufeira	M	2 325 971	5 777 507	787 483	8 890 961	44 168	201,3	6,9%
33	Cascais	G	4 065 671	3 475 508	1 314 514	8 855 693	214 158	41,4	2,7%
34	Coimbra	G	4 499 754	3 359 958	710 274	8 569 985	140 838	60,8	5,5%
35	Covilhã	M	4 206 048	2 117 711	1 990 098	8 313 857	46 457	179,0	8,6%
Total 308 municípios			522 987 384	421 489 243	232 737 628	1 177 214 255	10 344 802	113,8	6,2%

R38 – Municípios com menor volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2021 e simulação desse custo por habitante

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	TOTAL 2010 a 2021	Nº de habitantes (Censos21)	Juros por hab- itante	Juros / Invest. total
1	Penedono	P	0	0	0	0	2 738	0,0	0,0%
2	Redondo	P	34 531	5 924	2 387	42 842	6 300	6,8	0,2%
3	Pampilhosa da Serra	P	51 487	1 915	1 318	54 720	4 083	13,4	0,2%
4	Castelo de Vide	P	54 711	9 377	1 259	65 347	3 116	21,0	0,3%
5	Corvo	P	63 415	13 009	2 992	79 417	384	206,8	0,7%
6	Marvão	P	69 177	15 700	3 270	88 147	3 021	29,2	0,4%
7	Santa Cruz das Flores	P	74 243	15 060	6 190	95 493	2 020	47,3	0,7%
8	Ponte de Lima	M	75 557	17 173	12 245	104 976	41 169	2,5	0,1%
9	Murtosa	P	63 630	26 456	14 969	105 054	10 478	10,0	0,3%
10	Vila Velha de Ródão	P	91 356	16 157	4 069	111 582	3 285	34,0	0,4%
11	Lajes das Flores	P	90 113	21 369	11 012	122 493	1 408	87,0	0,7%
12	Alvito	P	71 435	18 565	50 474	140 474	2 282	61,6	1,0%
13	Arronches	P	104 386	29 916	6 438	140 740	2 789	50,5	0,7%
14	Cinfães	P	76 670	64 589	18 222	159 480	17 731	9,0	0,4%
15	Mealhada	P	175 418	0	0	175 418	19 355	9,1	0,3%
16	Alter do Chão	P	110 609	57 135	8 621	176 365	3 044	57,9	1,0%
17	Viana do Alentejo	P	69 941	67 752	71 801	209 495	5 319	39,4	1,1%
18	Sátão	P	134 455	57 610	19 259	211 324	11 030	19,2	0,6%
19	Proença-a-Nova	P	179 976	34 549	3 996	218 521	7 170	30,5	0,7%
20	Gavião	P	132 592	44 251	43 044	219 887	3 394	64,8	1,0%
21	Penalva do Castelo	P	187 000	31 338	4 192	222 529	7 333	30,3	0,8%
22	Batalha	P	120 623	52 482	51 844	224 948	15 558	14,5	0,6%
23	São Brás de Alportel	P	167 103	54 437	10 900	232 440	11 248	20,7	1,2%
24	Vila Flor	P	167 928	46 692	34 647	249 266	6 052	41,2	1,0%
25	Mora	P	218 957	43 461	1 975	264 394	4 135	63,9	1,6%
26	Alcácer do Sal	P	187 992	38 926	40 278	267 196	11 113	24,0	0,7%
27	Sernancelhe	P	177 293	44 245	52 660	274 197	5 692	48,2	0,8%
28	Boticas	P	237 124	37 420	1 965	276 510	5 000	55,3	0,9%
29	Benavente	M	220 594	25 682	34 271	280 548	29 716	9,4	1,0%
30	Fronteira	P	180 670	62 129	42 925	285 724	2 858	100,0	2,0%
31	Porto Santo	P	58 187	103 070	131 042	292 299	5 151	56,7	4,2%
32	Alcoutim	P	82 614	103 280	120 063	305 956	2 523	121,3	1,1%
33	Barrancos	P	225 429	71 387	9 473	306 289	1 440	212,7	7,1%
34	Cuba	P	183 183	74 331	71 083	328 597	4 374	75,1	2,3%
35	Penacova	P	110 819	120 960	110 898	342 677	13 113	26,1	1,0%

2.4. Situação Orçamental Global

2.4.1. Orçamentos iniciais

Na presente secção recorda-se que o orçamento inicial da totalidade dos municípios foi reforçado em +1 618,2 milhões de euros, tendo aumentado +14,0% ao passar de 11.565,6 milhões de euros para 13.183,8 milhões de euros. Não é possível fazer a análise comparativa da evolução deste reforço orçamental na década em apreço, pois só existe recolha de informação reportada do orçamento inicial a partir de 2017. Não obstante, a análise dos Rankings R39, R40, R41 e R42 permite concluir que:

O orçamento inicial do município de Lisboa ao totalizar 890 milhões de euros representou 7,8% do total orçamentado pelos 308 municípios e apresentou um decréscimo de 5,1%, face a 2020; o segundo município no ranking dos municípios com maior orçamento – Porto – apresentou, em 2021, um orçamento inicial que representou 36,5% do orçamento de Lisboa ao orçamentar 328,5 milhões de euros. Mais se verifica que o mesmo apresentou uma taxa de crescimento de 4,3% (+13,5 milhões de euros) comparativamente ao ano anterior; O 35º município do ranking com maior volume de orçamento inicial, orçamentou um volume de despesa que representou apenas 7,4% do orçamentado pelo município de Lisboa. Esta percentagem atesta a grande diferença de valores orçamentais apresentados por Lisboa face aos restantes municípios já demonstrada aquando com a comparação das dotações do primeiro e segundo município da lista; Para além do município de Lisboa, anota-se também o decréscimo do orçamento inicial apresentada por mais cinco municípios: Vila Franca de Xira (-1,0%), Seixal (-3,4%), Funchal (-3,4%), Guimarães (-0,6%) e Cascais (-0,4%). Os restantes vinte e nove municípios apresentaram

taxas de crescimento, sendo que seis deles apresentaram taxas de crescimento superiores a 20%. A saber: Loures (+32,5%), Vila Nova de Famalicão (+23,3%), Odivelas (+23,6%), Viseu (+39,9%), Penafiel (+32,15) e Figueira da Foz (+23,8%).

Na globalidade do sector autárquico, 49 Municípios apresentaram taxas de decréscimo do orçamento inicial em 2021, continuando na senda da redução da inflação orçamental.

R39 – Municípios com maior volume de Orçamento inicial em 2021

Unidade: euros

Município		D.F.E.	Orçamento inicial					Variação 2020-2021
			2017	2018	2019	2020	2021	
1	Lisboa	G	775 097 644	811 407 069	1 142 500 000	948 052 000	899 970 946	-5,1%
2	Porto	G	244 200 000	257 400 000	293 900 000	315 000 000	328 500 000	4,3%
3	Sintra	G	172 235 000	194 000 000	205 800 000	241 611 000	253 626 000	5,0%
4	Vila Nova de Gaia	G	159 988 910	168 681 000	178 782 530	199 824 920	231 524 963	15,9%
5	Cascais	G	196 007 161	196 972 976	214 416 493	230 023 937	228 995 020	-0,4%
6	Loures	G	120 000 000	115 593 600	132 536 848	143 680 583	190 393 494	32,5%
7	Oeiras	G	128 023 360	151 363 360	154 711 640	171 693 010	189 946 388	10,6%
8	Coimbra	G	94 672 975	106 339 849	100 890 312	150 803 156	162 730 000	7,9%
9	Setúbal	G	119 377 838	127 997 100	139 167 800	135 974 700	139 492 500	2,6%
10	Vila Nova de Famalicão	G	85 927 247	83 347 892	97 897 732	110 779 472	136 546 039	23,3%
11	Braga	G	101 305 000	122 923 702	119 472 085	120 857 972	133 464 940	10,4%
12	Matosinhos	G	112 247 569	109 037 093	106 590 524	130 289 880	133 272 282	2,3%
13	Almada	G	86 455 649	90 239 250	90 409 693	109 574 066	128 045 738	16,9%
14	Odivelas	G	87 608 589	88 325 450	95 235 450	103 348 328	127 755 800	23,6%
15	Gondomar	G	91 147 327	129 274 097	128 620 999	113 923 474	124 247 576	9,1%
16	Viseu	M	66 790 483	72 098 589	72 255 902	87 725 016	122 735 932	39,9%
17	Guimarães	G	105 916 826	109 345 285	105 498 852	116 515 723	115 780 737	-0,6%
18	Viana do Castelo	M	74 679 681	78 479 111	89 954 963	100 599 451	108 286 971	7,6%
19	Loulé	M	104 451 778	100 921 715	105 535 339	107 840 192	108 037 557	0,2%
20	Maia	G	73 189 271	79 997 850	88 082 420	98 187 913	106 250 319	8,2%
21	Funchal	G	97 077 000	100 249 720	97 292 565	107 735 330	104 080 116	-3,4%
22	Amadora	G	87 221 141	90 806 711	94 396 431	97 496 655	104 046 744	6,7%
23	Seixal	G	83 106 887	86 524 767	137 663 870	105 055 000	101 500 000	-3,4%
24	Leiria	G	76 000 000	79 700 000	80 500 000	81 200 000	89 610 000	10,4%
25	Penafiel	M	72 380 000	80 783 500	73 200 000	66 950 000	88 450 000	32,1%
26	Aveiro	M	142 977 575	88 577 575	69 737 585	77 152 750	87 875 775	13,9%
27	Barcelos	G	60 774 000	64 580 000	68 103 000	70 595 000	84 568 501	19,8%
28	Albufeira	M	73 481 127	74 697 038	79 620 841	79 995 179	81 489 778	1,9%
29	Vila Franca de Xira	G	61 099 833	62 802 368	66 646 123	77 641 187	76 891 043	-1,0%
30	Santa Maria da Feira	G	63 032 132	66 722 500	69 487 137	70 963 013	75 705 151	6,7%
31	Figueira da Foz	M	46 882 827	51 760 762	52 868 993	60 927 486	75 448 571	23,8%
32	Paredes	M	62 789 450	62 682 370	65 413 602	61 759 476	71 963 118	16,5%
33	Torres Vedras	M	48 040 000	58 533 000	58 835 000	61 255 000	68 996 920	12,6%
34	Mafra	M	53 725 910	60 289 080	63 496 375	66 802 430	67 379 491	0,9%
35	Valongo	M	40 512 500	49 477 000	52 647 761	59 300 000	66 997 665	13,0%

R40 – Municípios com menor volume de Orçamento inicial em 2021

Unidade: euros

Município	Dím	Orçamento inicial					Variação 2020-2021
		2017	2018	2019	2020	2021	
1 Corvo	P	2 855 631	3 419 896	2 230 755	2 568 717	2 398 161	-6,6%
2 Santa Cruz das Flores	P	4 149 324	3 590 902	3 626 926	3 684 851	3 803 598	3,2%
3 Lajes das Flores	P	3 169 304	3 777 752	4 750 260	4 438 498	4 813 213	8,4%
4 Porto Santo	P	5 397 494	5 074 289	4 796 929	4 771 929	5 486 150	15,0%
5 Santa Cruz da Graciosa	P	5 581 410	6 072 395	6 062 724	5 367 599	5 942 996	10,7%
6 São Roque do Pico	P	5 703 265	6 862 729	6 733 803	6 572 032	6 362 094	-3,2%
7 Barrancos	P	5 586 432	4 945 606	4 634 534	4 972 300	6 496 096	30,6%
8 Castanheira de Pera	P	4 424 794	9 546 161	9 013 443	7 495 061	6 751 365	-9,9%
9 Constância	P	6 969 280	7 859 755	7 367 716	7 140 595	7 430 980	4,1%
10 Penedono	P	6 683 149	6 823 164	6 762 517	7 162 816	7 460 000	4,1%
11 Ponta do Sol	P	7 525 928	6 974 570	6 567 398	6 807 690	7 497 941	10,1%
12 Arronches	P	6 665 000	6 150 000	6 080 000	6 160 000	7 645 000	24,1%
13 Calheta (R.A.A.)	P	5 708 577	5 636 143	5 385 203	5 568 460	7 692 904	38,2%
14 Fronteira	P	6 616 862	5 944 013	6 144 412	6 712 099	7 697 403	14,7%
15 Porto Moniz	P	5 857 000	7 284 110	7 112 190	6 825 000	7 700 000	12,8%
16 Manteigas	P	6 786 938	6 615 686	6 991 478	6 997 791	7 768 717	11,0%
17 Santana	P	6 268 671	7 495 462	8 017 725	7 201 054	7 805 456	8,4%
18 São Vicente	P	6 409 680	7 493 753	7 185 193	7 313 518	7 814 390	6,8%
19 Nordeste	P	6 611 590	5 706 259	6 171 805	6 221 970	8 107 194	30,3%
20 Vila do Porto	P	10 798 008	8 421 436	6 435 191	7 186 676	8 384 161	16,7%
21 Vila de Rei	P	6 560 000	7 190 000	8 280 000	8 160 000	8 750 000	7,2%
22 Alvito	P	5 566 000	7 618 700	7 620 250	8 083 000	8 784 000	8,7%
23 Fornos de Algodres	P	6 040 000	6 770 800	6 975 405	6 910 050	8 796 892	27,3%
24 Golegã	P	8 416 575	9 964 696	8 503 036	9 157 854	9 039 622	-1,3%
25 Cuba	P	6 552 769	6 316 093	6 477 846	7 707 505	9 162 430	18,9%
26 Lajes do Pico	P	6 150 734	7 216 754	7 940 225	7 885 846	9 255 540	17,4%
27 Vila Viçosa	P	9 900 744	11 273 514	10 310 366	8 573 780	9 311 077	8,6%
28 Marvão	P	5 378 817	6 101 119	6 886 386	7 789 610	9 621 200	23,5%
29 Góis	P	9 182 128	12 614 500	13 087 091	8 987 778	9 633 014	7,2%
30 Ferreira do Zêzere	P	10 655 654	9 845 172	10 356 976	8 796 889	9 875 589	12,3%
31 Murtosa	P	9 905 696	8 983 500	8 331 607	10 169 851	9 900 113	-2,7%
32 Alter do Chão	P	9 185 226	7 889 703	7 849 786	9 533 786	9 934 586	4,2%
33 Pedrógão Grande	P	8 690 300	14 270 230	15 813 851	11 765 395	9 994 322	-15,1%
34 Madalena	P	9 678 367	9 711 477	9 800 220	8 638 547	10 066 769	16,5%
35 Mortágua	P	9 871 806	11 268 209	12 091 703	9 575 232	10 437 099	9,0%

R41 – Municípios com maior aumento do Orçamento inicial em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Orçamento inicial					Variação 2020-2021	Variação 2020-2021
			2017	2018	2019	2020	2021		
1	Loures	G	120 000 000	115 593 600	132 536 848	143 680 583	190 393 494	46 712 911	32,5%
2	Viseu	M	66 790 483	72 098 589	72 255 902	87 725 016	122 735 932	35 010 916	39,9%
3	Vila Nova de Gaia	G	159 988 910	168 681 000	178 782 530	199 824 920	231 524 963	31 700 043	15,9%
4	Vila Nova de Famalicão	G	85 927 247	83 347 892	97 897 732	110 779 472	136 546 039	25 766 568	23,3%
5	Odivelas	G	87 608 589	88 325 450	95 235 450	103 348 328	127 755 800	24 407 472	23,6%
6	Penafiel	M	72 380 000	80 783 500	73 200 000	66 950 000	88 450 000	21 500 000	32,1%
7	Almada	G	86 455 649	90 239 250	90 409 693	109 574 066	128 045 738	18 471 672	16,9%
8	Oeiras	G	128 023 360	151 363 360	154 711 640	171 693 010	189 946 388	18 253 378	10,6%
9	Amarante	M	41 171 962	36 517 096	40 216 135	50 470 000	65 660 000	15 190 000	30,1%
10	Figueira da Foz	M	46 882 827	51 760 762	52 868 993	60 927 486	75 448 571	14 521 085	23,8%
11	Barcelos	G	60 774 000	64 580 000	68 103 000	70 595 000	84 568 501	13 973 501	19,8%
12	Porto	G	244 200 000	257 400 000	293 900 000	315 000 000	328 500 000	13 500 000	4,3%
13	Braga	G	101 305 000	122 923 702	119 472 085	120 857 972	133 464 940	12 606 968	10,4%
14	Sintra	G	172 235 000	194 000 000	205 800 000	241 611 000	253 626 000	12 015 000	5,0%
15	Coimbra	G	94 672 975	106 339 849	100 890 312	150 803 156	162 730 000	11 926 844	7,9%
16	Peniche	M	21 452 345	24 854 965	25 569 645	24 502 670	36 133 950	11 631 280	47,5%
17	Vila Real	M	30 000 000	38 700 000	45 000 000	50 000 000	61 000 000	11 000 000	22,0%
18	Aveiro	M	142 977 575	88 577 575	69 737 585	77 152 750	87 875 775	10 723 025	13,9%
19	Alcobaça	M	43 998 538	39 855 535	41 337 050	44 527 303	54 957 270	10 429 967	23,4%
20	Gondomar	G	91 147 327	129 274 097	128 620 999	113 923 474	124 247 576	10 324 102	9,1%
21	Paredes	M	62 789 450	62 682 370	65 413 602	61 759 476	71 963 118	10 203 642	16,5%
22	Torres Novas	M	25 817 681	26 358 108	33 766 514	37 971 385	47 890 050	9 918 665	26,1%
23	Ourém	M	39 073 950	39 945 500	42 961 350	44 075 600	53 933 150	9 857 550	22,4%
24	Coruche	P	21 283 813	24 831 902	27 881 878	27 615 403	36 632 358	9 016 955	32,7%
25	Castelo Branco	M	47 548 607	47 677 678	46 355 186	51 083 563	59 991 898	8 908 335	17,4%
26	Barreiro	M	52 601 650	54 654 290	67 646 723	55 077 375	63 692 015	8 614 640	15,6%
27	Leiria	G	76 000 000	79 700 000	80 500 000	81 200 000	89 610 000	8 410 000	10,4%
28	Felgueiras	M	48 995 000	47 165 379	42 210 002	48 033 150	56 401 702	8 368 552	17,4%
29	Maia	G	73 189 271	79 997 850	88 082 420	98 187 913	106 250 319	8 062 406	8,2%
30	Torres Vedras	M	48 040 000	58 533 000	58 835 000	61 255 000	68 996 920	7 741 920	12,6%
31	Valongo	M	40 512 500	49 477 000	52 647 761	59 300 000	66 997 665	7 697 665	13,0%
32	Viana do Castelo	M	74 679 681	78 479 111	89 954 963	100 599 451	108 286 971	7 687 520	7,6%
33	Moita	M	31 667 726	31 424 295	34 431 631	35 442 436	43 124 962	7 682 526	21,7%
34	Vila Real de Santo António	P	36 195 342	29 218 563	39 111 122	35 097 666	42 763 632	7 665 966	21,8%
35	Pinhel	P	19 523 360	20 598 017	20 392 935	18 600 000	26 100 105	7 500 105	40,3%

R42 – Municípios com maior diminuição do Orçamento inicial em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Orçamento inicial					Variação 2020-2021	Variação 2020-2021
			2017	2018	2019	2020	2021		
1	Lisboa	G	775 097 644	811 407 069	1 142 500 000	948 052 000	899 970 946	-48 081 054	-5,1%
2	Sines	P	31 768 800	32 382 000	34 345 000	47 108 500	41 215 000	-5 893 500	-12,5%
3	Ovar	M	32 238 900	33 805 654	35 845 000	39 686 217	36 010 311	-3 675 906	-9,3%
4	Funchal	G	97 077 000	100 249 720	97 292 565	107 735 330	104 080 116	-3 655 214	-3,4%
5	Seixal	G	83 106 887	86 524 767	137 663 870	105 055 000	101 500 000	-3 555 000	-3,4%
6	Mação	P	11 699 381	12 434 765	12 862 651	16 592 018	13 710 934	-2 881 084	-17,4%
7	Vale de Cambra	M	17 916 500	22 128 000	21 830 470	21 500 000	18 955 000	-2 545 000	-11,8%
8	Figueiró dos Vinhos	P	10 250 609	17 146 829	15 677 734	14 517 646	12 541 359	-1 976 287	-13,6%
9	Tavira	M	36 600 000	31 500 000	35 000 000	35 000 000	33 100 000	-1 900 000	-5,4%
10	Pedrógão Grande	P	8 690 300	14 270 230	15 813 851	11 765 395	9 994 322	-1 771 073	-15,1%
11	Gouveia	P	20 480 218	22 403 119	21 809 182	22 239 420	20 541 105	-1 698 315	-7,6%
12	Arouca	M	20 245 300	23 478 000	25 558 000	23 676 300	22 175 600	-1 500 700	-6,3%
13	Oleiros	P	10 153 291	11 789 710	15 987 109	15 185 819	13 692 356	-1 493 463	-9,8%
14	Póvoa de Lanhoso	M	16 800 000	21 470 000	21 715 000	20 915 000	19 433 000	-1 482 000	-7,1%
15	Vizela	M	13 681 806	17 708 130	19 887 473	19 971 414	18 505 803	-1 465 611	-7,3%
16	Vila do Bispo	P	15 500 000	14 450 000	14 800 000	15 000 000	13 600 000	-1 400 000	-9,3%
17	Óbidos	P	19 183 883	17 504 030	17 234 029	20 447 842	19 350 804	-1 097 039	-5,4%
18	Cascais	G	196 007 161	196 972 976	214 416 493	230 023 937	228 995 020	-1 028 917	-0,4%
19	Sardoal	P	9 856 771	9 953 300	11 918 737	13 008 264	12 055 118	-953 146	-7,3%
20	Montemor-o-Novo	P	20 119 091	21 844 048	26 134 748	29 180 988	28 250 000	-930 988	-3,2%
21	Lousã	P	13 820 927	16 185 440	17 216 347	18 576 613	17 665 225	-911 388	-4,9%
22	Peso da Régua	P	23 914 579	23 824 265	23 297 061	26 296 943	25 437 563	-859 380	-3,3%
23	Sertã	P	17 980 390	21 787 710	21 830 361	23 773 158	22 939 745	-833 413	-3,5%
24	Vila Franca de Xira	G	61 099 833	62 802 368	66 646 123	77 641 187	76 891 043	-750 144	-1,0%
25	Castanheira de Pera	P	4 424 794	9 546 161	9 013 443	7 495 061	6 751 365	-743 696	-9,9%
26	Guimarães	G	105 916 826	109 345 285	105 498 852	116 515 723	115 780 737	-734 986	-0,6%
27	Ponte da Barca	P	18 856 693	18 750 916	21 811 848	22 496 443	21 778 681	-717 763	-3,2%
28	Sever do Vouga	P	9 700 000	11 500 000	11 100 000	12 700 000	12 000 000	-700 000	-5,5%
29	Guarda	M	36 897 777	45 395 638	51 413 392	51 874 200	51 180 152	-694 048	-1,3%
30	Valença	P	19 576 341	19 597 002	20 797 488	19 695 042	19 030 783	-664 259	-3,4%
31	Trancoso	P	11 717 274	15 469 536	14 729 826	15 897 515	15 233 993	-663 522	-4,2%
32	Portimão	M	138 348 398	60 230 750	58 570 890	67 628 431	66 974 573	-653 858	-1,0%
33	Mourão	P	10 135 075	9 240 440	10 010 630	11 559 300	10 991 100	-568 200	-4,9%
34	Ribeira de Pena	P	16 713 000	16 258 300	18 195 000	22 451 000	21 893 506	-557 494	-2,5%
35	Santiago do Cacém	M	33 816 900	32 306 100	35 687 300	39 440 600	38 938 250	-502 350	-1,3%

2.4.2. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Esta secção é dedicada à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita, uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais. Esta comparação efetuar-se-á, essencialmente, entre a despesa assumida e a receita liquidada, embora a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso⁴⁶ obrigue ao equilíbrio entre a despesa assumida e a receita cobrada, admitindo excecionalmente que sejam utilizadas como sustentação da despesa, receitas certas a cobrar.

Contudo, no nosso entender, sendo a receita liquidada uma receita cujo direito a receber se encontra constituído no momento da emissão do documento de liquidação, deveria ser esta, o termo de comparação com

a despesa assumida ou comprometida. Acresce referir que para o ano de 2021, comparar-se-á a receita liquidada com o total das obrigações constituídas, dada a informação disponibilizada com a implementação do SNC-AP desde 2020. Face à ausência de informação sobre obrigações constituídas em anos anteriores a 2020, toda a análise efetuada nesta secção do Anuário assentará prioritariamente na comparação entre a receita liquidada e a despesa comprometida. Apresentar-se-á, também, a comparação entre a receita cobrada e a despesa paga, dada a contabilidade de caixa ainda vigente na orçamentação pública, fundamentalmente, para cálculo dos saldos de gerência e dos mapas de controlo e execução orçamental exigidos em sede de prestação de contas.

⁴⁶ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Quadro 2.37 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receitas*	Receitas previstas corrigidas	12 595,6	11 674,3	10 855,5	9 323,9	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9	10 017,5	9 993,3	11 134,3
	Receitas liquidadas	7 887,7	7 699,3	7 806,2	7 465,9	7 525,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1	9 181,4	8 855,7	9 898,2
	Receitas cobradas	7 771,6	7 683,4	7 806,3	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1	9 918,8
	Receitas liquidadas p/ cobrar (créditos s/ terceiros)	116,2	15,9	–0,1	128,8	6,5	61,4	77,5	171,5	140,3	82,7	–20,7
	Saldo exercício anterior	261,7	334,1	422,7	501,3	628,8	912,7	1 186,4	1 411,5	1 600,4	1 999,5	2 054,7
Despesas	Despesas previstas corrigidas	12 832,9	11 991,2	11 257,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8	11 622,2	11 968,0	13 183,8
	Compromissos do exercício	10 481,6	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2	11 801,7
	Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9 003,5	10 203,1
	Despesas pagas no exercício	7 720,2	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6	9 946,6
Excesso de Receita sobre Despesa	(Receitas liquidadas + Saldo exercício anterior) – Despesas comprometidas	–2 332,2	–1 771,4	–1 206,8	–544,8	–65,6	253,3	295,0	498,6	667,7	416,0	151,2
	(Receitas cobradas + Saldo exercício anterior) – Despesas comprometidas	–2 448,3	–1 787,3	–1 206,7	–673,6	–72,2	191,9	217,5	327,0	527,4	333,4	171,8
	(Receitas cobradas + Saldo exercício anterior) – Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1 769,1	1 770,4

* O valor apresentado em receitas previstas, liquidadas e cobradas, não inclui o saldo de gerência anterior.

Da leitura do Quadro 2.37 podemos concluir o seguinte:

Desde 2017 que se verifica o amortecer do deflacionamento dos orçamentos, com o orçamento de despesa a crescer constantemente sendo que em 2021 apresentou uma taxa de variação positiva de 10,2%. O mesmo aconteceu ao orçamento de receita que vem crescendo desde o mesmo período, apresentando uma taxa positiva em 2021 de 11,4%, sendo que a taxa de execução da receita se quedou nos 89,1%, isto é: 10,9% da receita orçada não se concretizou, definindo um inflacionamento orçamental da mesma ordem;

Menos concordante com a necessidade de equilíbrio das contas públicas foi o facto de o volume dos compromissos assumidos ter crescido mais que o orçamento previsional, apresentando um diferencial de +2,9pp. Atenuou este cenário o facto do total dos compromissos representar apenas 89,5% das previsões orçamentais ficando por se concretizar 10,5% da despesa prevista;

Verifica-se, no entanto, que o aumento de receita cobrada entre 2011 e 2021 (+27,6%, +2 147,3 milhões de euros) permitiu um alívio nas contas das autarquias, as quais foram apresentando progressivamente indicadores mais elevados de pagamento de encargos assumidos, passando este rácio – que traduz a percentagem de pagamento das despesas comprometidas – de 73,7% em 2011 para 84,3% em 2021; Reforçando a constatação do parágrafo anterior, verifica-se que o volume de despesa paga aumentou 28,9% (+2 226,5 milhões de euros) de 2011 para 2021, tendo a despesa corrente homóloga aumentado, no mesmo período, 33,7% (+1 695,0 milhões de euros) e a correspondente despesa de capital apresentado um acréscimo de 19,8% (+531 milhões de euros);

Todavia em 2021 pode-se concluir que o peso dos pagamentos em relação às obrigações do exercício no total de 10.203,1 milhões de euros foi de 97,5%, ficando por pagar apenas 256,5 milhões de euros de faturação, sendo que o valor do saldo e gerência anterior a utilizar para proceder a pagamentos de despesa foi de 2 054,7 milhões de euros, ultrapassando assim a faturação não coberta por receita arrecadada em cerca de 1 798,2 milhões de euros;

Em 2021, o volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores – saldo orçamental na ótica dos compromissos

– foi superior ao volume de despesas assumidas em 151,2 milhões de euros, baixando, contudo, a sua performance em 63,7% (-264,9 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Anota-se que a diferença entre as receitas liquidadas acrescidas dos saldos de gerência de exercícios anteriores e as despesas assumidas, só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016, sendo extraordinariamente reforçado no triénio 2018–2020, traduzindo assim, um superavit financeiro revelador de uma progressiva sustentabilidade financeira no universo dos 308 municípios;

Face à informação obtida com SNC-AP, poder-se-á confrontar o valor das receitas do exercício incluindo o saldo da gerência anterior com o valor das obrigações do exercício, deduzindo-se daqui o superavit financeiro do exercício. Assim em 2021 o excesso (superavit) da receita (incluindo saldo da gerência) sobre as obrigações constituídas foi de 1.770,4 milhão de euros, sendo este o contributo do sector autárquico para o equilíbrio orçamental das contas do Estado.

Os Gráficos 2.09, 2.09.A, 2.09M, 2.10, 2.10.A e 2.10.M, a seguir apresentados, mostram em simultâneo as linhas evolutivas das diferentes fases da receita e da despesa, permitindo visualizar as comparações expressas nos pontos anteriores.

Gráfico 2.09 – Evolução da Receita Liquidada⁴⁷ e Cobrada⁴⁸, Despesa Comprometida e Paga, entre 2011 e 2021

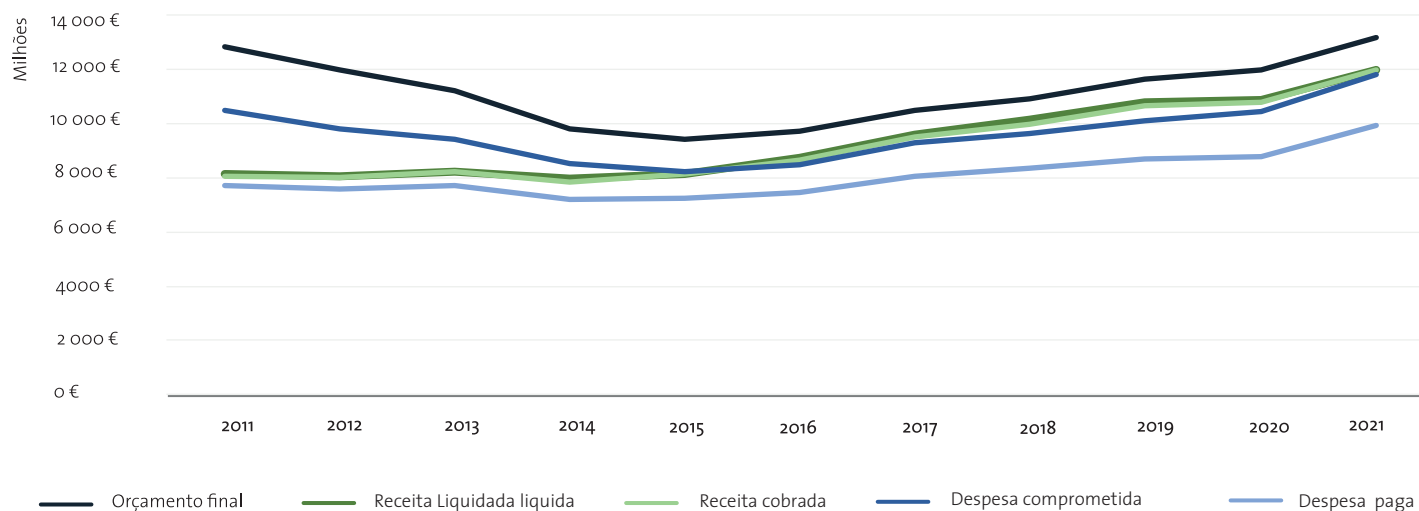
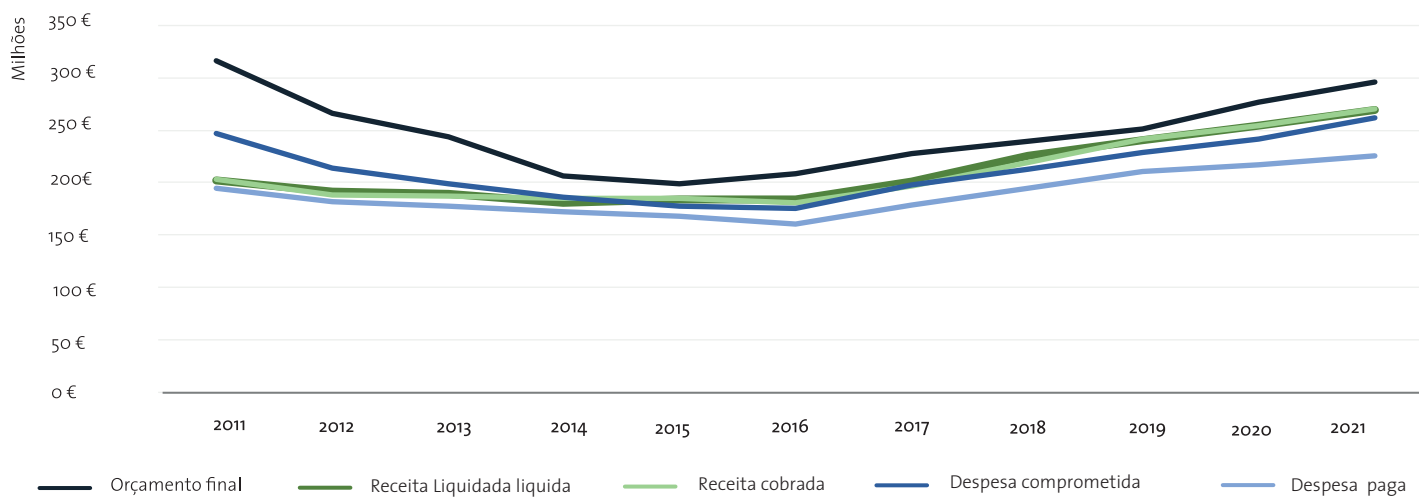


Gráfico 2.09.A – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2011 e 2021, nos municípios da R.A. dos Açores



⁴⁷ Inclui o valor dos saldos da gerência anterior.

⁴⁸ Inclui o valor dos saldos da gerência anterior.

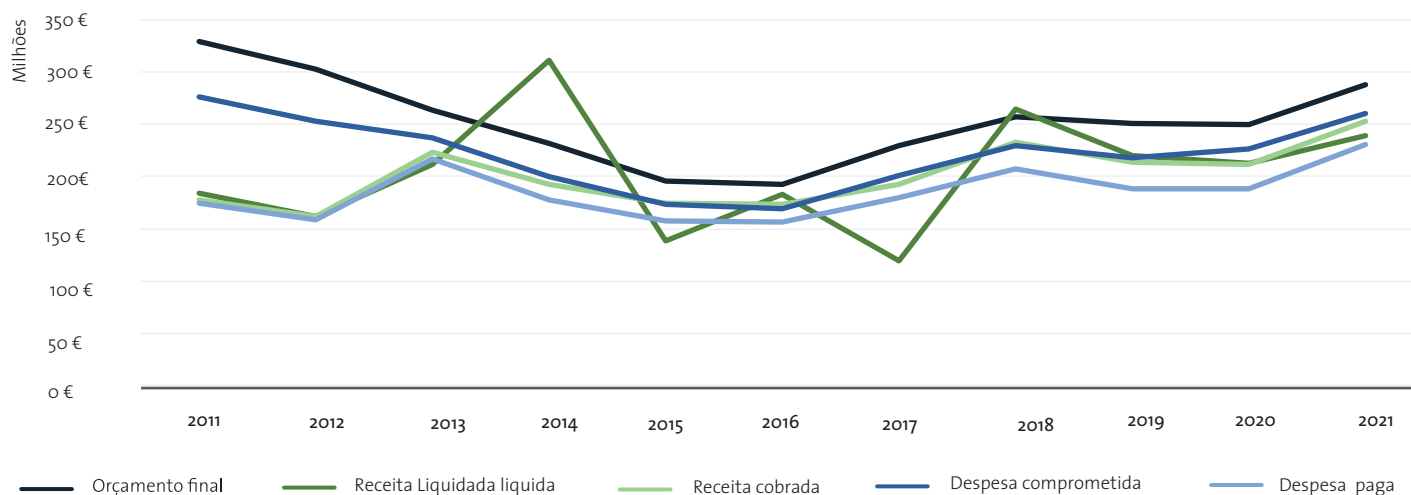
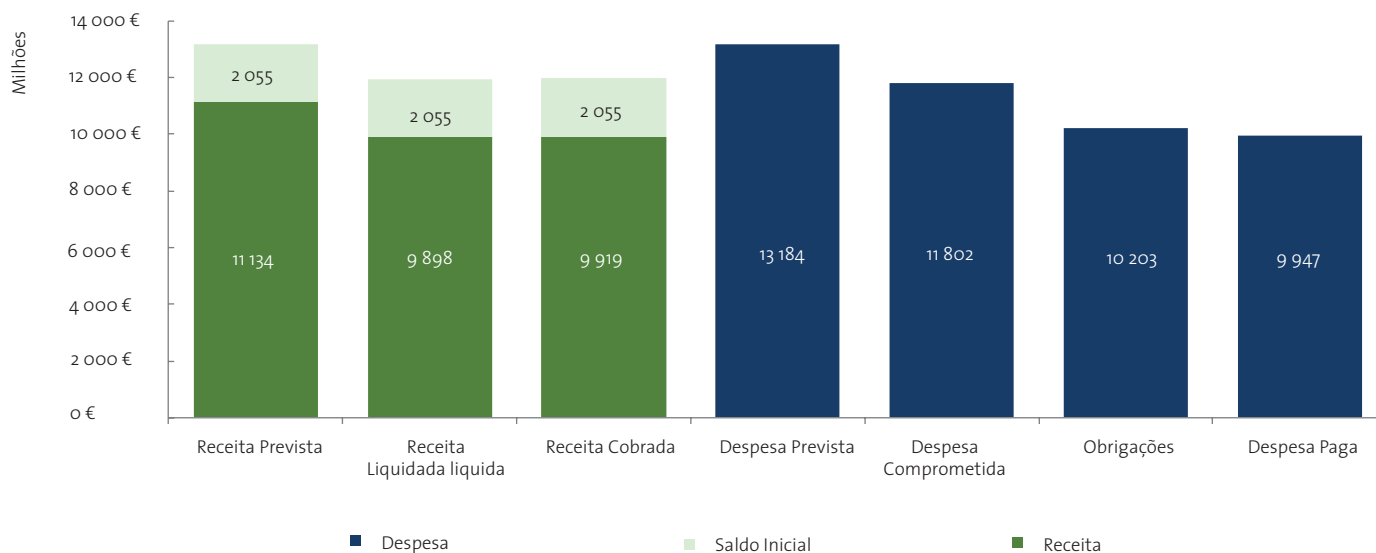
Gráfico 2.09.M – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2011 e 2021, nos municípios da R.A. da Madeira**Gráfico 2.10 – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, em 2021**

Gráfico 2.10.A – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, em 2021

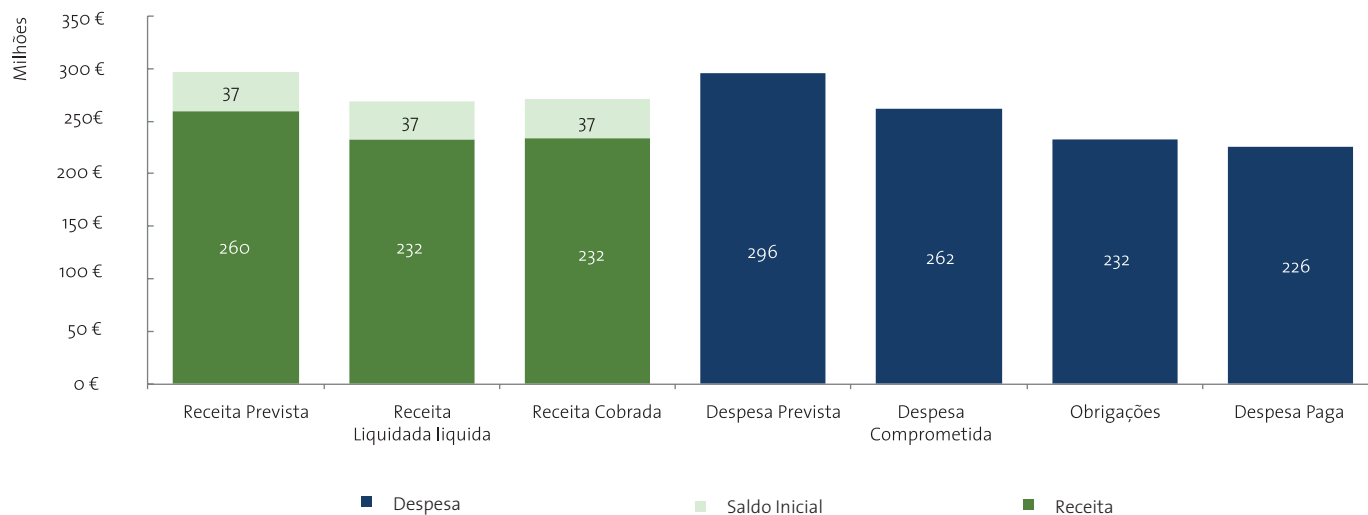
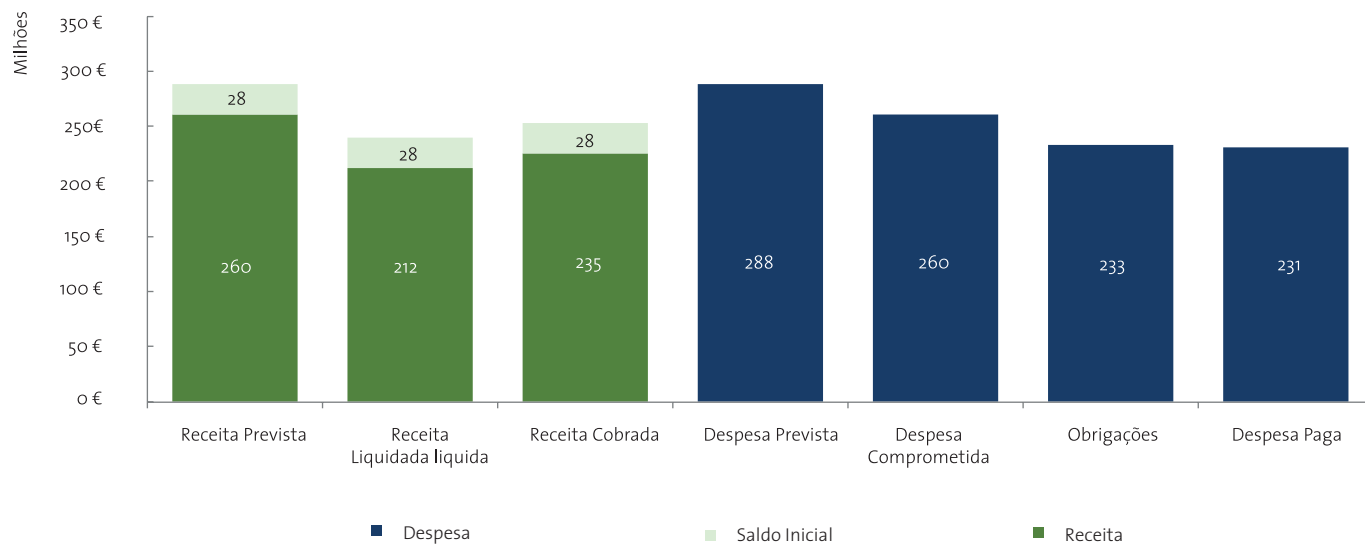


Gráfico 2.10.M – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, em 2021



Quadro 2.38 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Grau de execução da Despesa	Mínimo	24%	21%	19%	23%	27%	30%	29%	39%	46,8%	49,0%	48,8%
		Portimão	Portimão	Aveiro	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré	Sta. Cruz das Flores	Coruche	Vila Real Sto. António
	Máximo	94,9%	94%	96%	97%	100%	100%	98%	97%	94,2%	97,3%	94,7%
		Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Funchal	S. Roque Pico	Aljezur	Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	Seia	Vila Franca do Campo	Amares	São Roque do Pico
	Médio	60%	63%	69%	75%	80%	78%	77%	77%	77,3%	74,3%	74,5%
Grau de execução da Receita (sem saldo inicial)	Mínimo	24%	21%	22%	23%	26%	31%	28%	40%	48,1%	52,2%	54,4%
		Portimão	Portimão	Cartaxo	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré	Monchique	Castelo de Paiva	Tábua
	Máximo	100%	103%	102%	107%	118%	116%	115%	116%	117,1%	119,7%	118,6%
		Aguiar da Beira	Marvão	Mealhada	Albufeira	Albufeira	Leiria	Porto	Porto	Porto	Porto	Grândola
	Médio	62%	66%	72%	81%	86%	87%	85%	86%	86,2%	86,2%	87,1%
Receitas por cobrar / receitas líquidas	Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Máximo	62%	75%	55%	81%	52%	376%	53%	51%	58,9%	61,0%	44,4%
		Seixal	Seixal	Seixal	Santa Cruz	Seixal	Santa Cruz	Chaves	Funchal	Chaves	Funchal	Chaves
	Médio	10%	10%	10%	11%	11%	10%	6%	6%	5,4%	6,4%	5,6%
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	0,7%	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%	1,4%	1,0%	0,8%	1,8%	2,9%	3,4%
		Ribeira de Pena	Borba	Loures	Porto Santo	Porto Santo	Alpiarça	Porto Santo	Porto Santo	Vila Real Sto. António	Vila Real Sto. António	Vila Real Sto. António
	Máximo	54%	60%	62%	55%	53%	49%	49%	42%	47,0%	49,6%	47,8%
		Murtosa	Murtosa	Corvo	Lajes das Flores	Alvaiázere	Corvo	Vale de Cambra	Corvo	Vouzela	Ribeira Brava	Ribeira Brava
	Médio	22%	20%	21%	18%	18%	14%	19%	18%	19,2%	22,2%	25,6%
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	10%	10%	8%	10%	13%	11%	5%	9%	10,0%	12,7%	15,5%
		Seia	Vila Franca do Campo	Fundão	V. Real Sto. António	Nazaré	Alfândega da Fé	Fornos de Algodres	Seia	Vila Franca do Campo	Vila Franca do Campo	São Vicente
	Máximo	58%	55%	53%	60%	55%	52%	58%	53%	56,2%	57,5%	49,9%
		Mourão	Mourão	Alcochete	Mourão	Mourão	Mourão	Porto Santo	Montijo	Redondo	Porto Santo	Redondo
	Médio	31%	27%	29%	32%	31%	31%	29%	31%	31,6%	32,5%	31,2%

Quadro 2.39 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos (compromissos / despesa prevista)	Mínimo	47,5%	42,4%	44,9%	41,7%	49,7%	42,4%	59,6%	58,4%	57,8%	56,9%	56,6%
	Máximo	99,7%	99,9%	99,6%	99,7%	100,0%	100,0%	99,9%	99,9%	99,7%	99,9%	99,6%
	Médio	81,3%	79,3%	84,2%	86,6%	88,7%	88,1%	88,8%	88,3%	88,9%	87,7%	88,4%
Grau de execução da receita ao nível das liquidações ((receita liquidada – liquidações anuladas) / receita prevista)	Mínimo	23,1%	21,5%	21,9%	22,8%	26,5%	30,7%	28,0%	39,6%	48,3%	51,6%	54,4%
	Máximo	109,3%	109,8%	103,7%	306,5%	119,2%	121,2%	116,7%	136,4%	138,9%	120,8%	118,4%
	Médio	64,5%	66,8%	75,3%	82,0%	86,9%	87,8%	86,5%	88,3%	88,6%	86,5%	87,0%

O Quadro 2.38 mostra alguns indicadores relativos a despesas e receitas, evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos, referenciando-se os municípios responsáveis pelos extremos. São rácios que comparam a receita cobrada com a receita prevista (corrigida) no que respeita à receita, e a despesa paga com a despesa orçada (corrigida) no que se refere à despesa.

Da análise do Quadro 2.39 confirma-se que, entre 2011 e 2021, a diferença entre a média do grau de execução da despesa e a média do grau de execução da receita diminuiu drasticamente, passando de 16,8pp em 2011 para 1,4pp em 2021, situação que contribuiu extraordinariamente para o equilíbrio global das contas municipais. Não obstante, na ótica dos compromissos, a execução média da despesa continua a exceder a execução média da receita.

Apresenta-se de seguida o Ranking R43 que elenca, tendo por referência o ano de 2021, os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas assumidas.

Reforçando as observações anteriores, apresentam-se no Quadro 2.39, para o período entre 2011 e 2021, os valores médios e extremos dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada, isto é, na ótica dos compromissos.

R43 – Municípios com maior diferença NEGATIVA entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas

Município		Dim.	2019			2020			2021		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Penafiel	M	59,8%	92,0%	-32,3%	64,2%	92,7%	-28,5%	61,5%	95,9%	-34,4%
2	Tabuaço	P	69,6%	96,7%	-27,1%	65,1%	96,6%	-31,5%	58,8%	90,2%	-31,3%
3	Pinhel	P	86,1%	97,3%	-11,2%	82,8%	99,0%	-16,3%	65,2%	93,5%	-28,3%
4	Tábua	P	62,5%	97,5%	-35,0%	63,0%	95,4%	-32,3%	54,4%	82,4%	-28,0%
5	Chaves	M	110,6%	98,4%	12,2%	70,4%	93,2%	-22,8%	69,9%	96,9%	-27,0%
6	Nelas	P	62,8%	79,5%	-16,7%	69,6%	86,2%	-16,6%	66,1%	92,7%	-26,7%
7	Fundão	M	96,0%	98,2%	-2,2%	102,3%	97,7%	4,7%	69,4%	95,7%	-26,2%
8	Freixo de Espada à Cinta	P	66,6%	82,4%	-15,8%	52,2%	74,9%	-22,6%	54,6%	80,7%	-26,2%
9	Paredes	M	71,7%	94,8%	-23,1%	66,6%	96,2%	-29,6%	70,7%	96,6%	-25,9%
10	Tarouca	P	69,9%	96,2%	-26,3%	65,7%	93,9%	-28,2%	70,1%	94,0%	-23,9%
11	Ponte da Barca	P	60,8%	78,8%	-18,0%	57,9%	83,0%	-25,1%	64,9%	88,2%	-23,3%
12	Moimenta da Beira	P	79,1%	98,0%	-18,9%	75,9%	91,1%	-15,3%	71,8%	94,3%	-22,4%
13	Vila Real de Santo António	P	68,1%	92,4%	-24,2%	68,7%	82,2%	-13,5%	60,7%	82,8%	-22,1%
14	Tondela	M	69,1%	79,3%	-10,2%	68,3%	78,8%	-10,5%	63,3%	85,2%	-21,9%
15	Lousã	P	93,3%	95,8%	-2,4%	89,9%	94,9%	-5,0%	74,5%	94,8%	-20,3%
16	Batalha	P	85,9%	93,2%	-7,3%	78,4%	87,3%	-8,8%	73,4%	93,3%	-19,9%
17	São Pedro do Sul	P	85,3%	99,7%	-14,3%	87,1%	99,1%	-12,0%	79,4%	98,9%	-19,6%
18	Praia da Vitória	P	87,4%	96,0%	-8,6%	86,8%	94,0%	-7,1%	70,9%	90,4%	-19,6%
19	Peso da Régua	P	85,8%	99,1%	-13,3%	83,3%	99,9%	-16,6%	79,5%	99,1%	-19,5%
20	Funchal	G	86,5%	87,3%	-0,8%	80,8%	95,0%	-14,2%	71,2%	90,4%	-19,2%
21	Melgaço	P	80,0%	97,3%	-17,3%	69,7%	96,4%	-26,7%	78,7%	97,7%	-19,0%
22	Mirandela	M	75,1%	95,8%	-20,7%	83,5%	95,1%	-11,6%	76,3%	95,2%	-18,9%
23	Santa Comba Dão	P	86,1%	99,5%	-13,4%	72,0%	98,9%	-26,8%	77,8%	96,4%	-18,7%
24	Avis	P	88,8%	88,7%	0,1%	93,3%	91,3%	1,9%	76,4%	94,8%	-18,4%
25	Viana do Castelo	M	80,0%	97,2%	-17,2%	84,3%	98,5%	-14,2%	81,4%	99,6%	-18,2%
26	Gavião	P	74,9%	86,7%	-11,7%	87,6%	90,8%	-3,2%	75,5%	93,5%	-18,0%
27	Resende	P	87,8%	91,3%	-3,4%	78,5%	86,9%	-8,4%	78,7%	96,2%	-17,6%
28	Aljustrel	P	72,3%	90,1%	-17,8%	62,9%	87,0%	-24,0%	73,8%	91,3%	-17,5%
29	Mesão Frio	P	78,8%	99,4%	-20,6%	82,5%	97,4%	-14,9%	81,6%	99,0%	-17,4%
30	Ourique	P	63,8%	90,0%	-26,2%	75,9%	87,0%	-11,1%	77,4%	94,6%	-17,2%
31	Idanha-a-Nova	P	84,5%	90,0%	-5,4%	92,3%	76,1%	16,2%	68,0%	84,2%	-16,2%
32	São João da Madeira	M	88,4%	97,5%	-9,1%	83,9%	96,8%	-12,9%	79,4%	95,3%	-15,9%
33	Belmonte	P	71,3%	91,2%	-19,9%	83,4%	97,1%	-13,7%	79,2%	95,1%	-15,9%
34	Madalena	P	72,3%	88,4%	-16,2%	73,9%	87,5%	-13,6%	72,8%	88,3%	-15,4%
35	São Vicente	P	88,8%	98,6%	-9,9%	85,1%	98,8%	-13,7%	83,5%	98,0%	-14,5%

*Receitas liquidadas líquidas.

Da observação do Ranking R43 verifica-se que, em 2021, os 35 municípios elencados apresentaram uma diferença negativa superior a 14pp, entre o grau de execução da receita e o grau de execução da despesa.

No universo total dos municípios, 182 apresentaram uma diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau

de execução das despesas comprometidas. Destes, 68 municípios apresentaram um grau de execução das despesas comprometidas superior, em menos de 5%, ao grau de execução da receita.

As listagens R43.A e R43.M mostram a diferença entre o grau de execução da despesa assumida e da receita liquidada, respetivamente, nos municípios das Regiões dos Açores e da Madeira.

R43.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. dos Açores

Município		Dim.	2019			2020			2021		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Praia da Vitória	P	87,4%	96,0%	-8,6%	86,8%	94,0%	-7,1%	70,9%	90,4%	-19,6%
2	Madalena	P	72,3%	88,4%	-16,2%	73,9%	87,5%	-13,6%	72,8%	88,3%	-15,4%
3	Povoação	P	92,1%	97,7%	-5,6%	82,1%	88,0%	-6,0%	85,8%	98,0%	-12,2%
4	Lajes das Flores	P	90,3%	85,5%	4,8%	83,2%	88,3%	-5,1%	83,7%	95,7%	-11,9%
5	Lajes do Pico	P	76,0%	81,0%	-5,1%	71,8%	74,7%	-2,9%	82,7%	89,7%	-7,0%
6	Vila Franca do Campo	P	102,6%	97,0%	5,5%	92,9%	87,8%	5,2%	77,4%	82,5%	-5,1%
7	Vila do Porto	P	85,8%	86,0%	-0,2%	78,5%	73,4%	5,1%	93,8%	91,5%	2,3%
8	São Roque do Pico	P	97,5%	90,9%	6,5%	100,1%	93,6%	6,5%	98,9%	96,5%	2,4%
9	Ribeira Grande	M	102,7%	94,7%	8,0%	96,9%	91,4%	5,4%	99,9%	97,2%	2,7%
10	Horta	P	79,8%	87,3%	-7,5%	77,0%	68,4%	8,5%	80,1%	77,0%	3,0%
11	Lagoa (R.A.A)	P	93,5%	96,4%	-2,9%	86,4%	97,2%	-10,8%	98,3%	94,6%	3,7%
12	Santa Cruz da Graciosa	P	90,1%	87,5%	2,6%	88,2%	77,6%	10,5%	89,9%	86,2%	3,8%
13	Nordeste	P	101,1%	72,4%	28,6%	92,5%	83,9%	8,6%	73,9%	69,9%	4,0%
14	Velas	P	98,5%	73,2%	25,3%	95,0%	89,5%	5,5%	92,5%	86,2%	6,3%
15	Ponta Delgada	M	100,9%	96,6%	4,3%	99,4%	93,3%	6,1%	96,5%	89,0%	7,6%
16	Angra do Heroísmo	M	98,6%	92,8%	5,8%	101,1%	89,2%	12,0%	104,8%	96,9%	7,8%
17	Calheta (R.A.A.)	P	92,7%	81,8%	10,9%	83,4%	82,4%	1,0%	90,3%	81,5%	8,8%
18	Corvo	P	93,8%	92,4%	1,4%	87,3%	77,7%	9,6%	90,1%	65,6%	24,5%
19	Santa Cruz das Flores	P	86,6%	57,8%	28,8%	90,9%	63,1%	27,8%	93,8%	56,6%	37,3%
Média dos municípios da RAA			91,7%	87,1%	4,6%	87,8%	84,3%	3,5%	88,2%	86,0%	2,3%

R43.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	2019			2020			2021		
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1 Funchal	G	86,5%	87,3%	-0,8%	80,8%	95,0%	-14,2%	71,2%	90,4%	-19,2%
2 São Vicente	P	88,8%	98,6%	-9,9%	85,1%	98,8%	-13,7%	83,5%	98,0%	-14,5%
3 Câmara de Lobos	M	83,9%	92,1%	-8,3%	89,1%	91,0%	-2,0%	85,0%	93,4%	-8,4%
4 Ribeira Brava	P	85,2%	99,2%	-14,1%	85,9%	93,3%	-7,4%	86,2%	94,2%	-7,9%
5 Calheta (R.A.M.)	P	103,7%	83,0%	20,8%	72,1%	69,1%	3,0%	79,1%	82,3%	-3,1%
6 Porto Moniz	P	79,0%	89,3%	-10,3%	75,9%	78,0%	-2,1%	84,2%	85,7%	-1,4%
7 Machico	P	100,0%	97,2%	2,8%	96,9%	95,2%	1,7%	92,9%	93,1%	-0,2%
8 Santa Cruz	M	73,3%	78,6%	-5,3%	79,9%	96,7%	-16,8%	96,1%	90,8%	5,3%
9 Ponta do Sol	P	103,0%	80,3%	22,7%	99,7%	84,9%	14,8%	105,8%	95,3%	10,4%
10 Santana	P	97,7%	75,4%	22,3%	97,8%	72,9%	24,9%	100,7%	82,0%	18,7%
11 Porto Santo	P	92,9%	87,0%	5,8%	100,2%	75,3%	24,9%	112,7%	91,3%	21,4%
Média dos municípios da RAM		90,4%	88,0%	2,3%	87,6%	86,4%	1,2%	90,7%	90,6%	0,1%

Da observação dos quadros anteriores constata-se que na Região dos Açores treze municípios apresentaram uma taxa de execução da receita maior que a taxa de execução da despesa contribuindo assim para um maior equilíbrio das contas públicas. Na Região da Madeira foram quatro os municípios que apresentaram uma taxa de execução da receita liquidada maior que a taxa de execução da despesa assumida.

Mais se verifica que em média na Região dos Açores a execução da receita foi superior à execução da despesa em 2,5pp, e que na Região da Madeira esta mesma diferença foi de 0,1pp.

O Ranking R44, a seguir apresentado, mostra os 35 municípios que, em 2021, apresentaram um grau de realização da despesa assumida menor que o grau de execução da receita liquidada. Tal como no ranking anterior, apresenta-se, para os mesmos municípios, informação relativa à situação homóloga nos dois anos anteriores ao ano em estudo.

Pela análise das contas do universo dos municípios verificou-se que 145 municípios apresentaram um volume de receita liquidada líqui-

da⁴⁹ igual ou superior ao total de despesa assumida, revelando um maior ajustamento da despesa realizada à receita passível de ser cobrada, demonstrando assim, um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial.

⁴⁹ Receita liquidada líquida = receita liquidada - liquidações anuladas. Inclui o Saldo de gerência anterior previsto corrigido.

R44 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de receita liquidada e o Grau de execução da despesa comprometida

	Município	Dim.	2019			2020			2021		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Santa Cruz das Flores	P	86,6%	57,8%	28,8%	90,9%	63,1%	27,8%	93,8%	56,6%	37,3%
2	Grândola	P	95,0%	82,6%	12,4%	90,1%	77,7%	12,4%	118,4%	86,5%	31,9%
3	Cartaxo	M	89,7%	85,2%	4,5%	95,4%	74,9%	20,5%	96,8%	65,1%	31,7%
4	Penamacor	P	98,5%	78,6%	20,0%	97,7%	78,5%	19,1%	98,2%	67,2%	31,0%
5	Mértola	P	84,7%	79,2%	5,5%	102,2%	78,9%	23,3%	100,6%	70,8%	29,8%
6	Penedono	P	105,3%	77,8%	27,5%	105,9%	66,2%	39,7%	102,8%	73,3%	29,5%
7	Sintra	G	100,3%	90,1%	10,2%	109,9%	86,2%	23,7%	117,0%	88,6%	28,4%
8	Santa Maria da Feira	G	101,8%	80,2%	21,5%	100,6%	73,0%	27,6%	106,0%	80,3%	25,7%
9	Pedrógão Grande	P	93,8%	94,2%	-0,4%	98,8%	98,0%	0,8%	92,0%	67,5%	24,5%
10	Corvo	P	93,8%	92,4%	1,4%	87,3%	77,7%	9,6%	90,1%	65,6%	24,5%
11	Alcácer do Sal	P	63,0%	73,2%	-10,1%	90,6%	89,4%	1,1%	94,4%	71,5%	22,9%
12	Castanheira de Pera	P	84,8%	87,2%	-2,4%	84,1%	65,8%	18,3%	92,2%	69,4%	22,8%
13	Boticas	P	84,4%	84,3%	0,1%	97,2%	89,7%	7,5%	100,1%	77,7%	22,4%
14	Abrantes	M	101,3%	82,1%	19,3%	106,1%	83,1%	23,0%	103,4%	81,5%	21,9%
15	Porto	G	124,2%	94,1%	30,2%	120,8%	91,2%	29,6%	111,3%	89,6%	21,7%
16	Loulé	M	111,3%	90,6%	20,7%	102,3%	95,7%	6,6%	118,3%	96,9%	21,4%
17	Porto Santo	P	92,9%	87,0%	5,8%	100,2%	75,3%	24,9%	112,7%	91,3%	21,4%
18	Tavira	M	93,2%	66,3%	26,9%	87,5%	63,3%	24,2%	98,2%	78,7%	19,5%
19	Santana	P	97,7%	75,4%	22,3%	97,8%	72,9%	24,9%	100,7%	82,0%	18,7%
20	Aljezur	P	99,4%	87,1%	12,2%	92,2%	76,3%	16,0%	102,7%	84,2%	18,5%
21	Coruche	P	91,8%	76,7%	15,0%	86,6%	58,9%	27,7%	88,1%	69,6%	18,5%
22	Marinha Grande	M	91,1%	64,6%	26,4%	82,9%	73,0%	9,9%	89,0%	70,9%	18,1%
23	Maia	G	104,1%	84,9%	19,2%	105,6%	76,9%	28,7%	92,2%	74,3%	17,9%
24	Manteigas	P	87,9%	89,6%	-1,7%	95,6%	84,4%	11,2%	82,7%	66,0%	16,7%
25	Leiria	G	101,0%	80,9%	20,0%	90,2%	77,8%	12,4%	99,6%	83,0%	16,7%
26	Chamusca	P	100,6%	96,0%	4,6%	105,3%	88,3%	17,0%	90,8%	74,2%	16,6%
27	Mortágua	P	93,4%	81,4%	12,0%	102,0%	84,4%	17,6%	96,6%	81,0%	15,6%
28	Vila do Bispo	P	82,5%	90,0%	-7,6%	78,4%	85,3%	-6,9%	103,2%	88,0%	15,2%
29	Oliveira de Azeméis	M	91,3%	76,5%	14,8%	96,5%	77,3%	19,2%	92,0%	77,4%	14,5%
30	Lagos	M	104,5%	66,3%	38,1%	83,4%	62,5%	21,0%	86,3%	71,9%	14,4%
31	Almeida	P	84,4%	70,0%	14,4%	86,4%	69,4%	17,0%	81,9%	67,7%	14,2%
32	Palmela	M	110,2%	92,6%	17,6%	103,1%	90,4%	12,7%	102,6%	89,0%	13,5%
33	São Brás de Alportel	P	94,2%	91,8%	2,4%	89,2%	89,6%	-0,4%	101,1%	87,7%	13,4%
34	Marco de Canaveses	M	107,3%	80,3%	27,0%	101,3%	80,7%	20,6%	98,9%	85,7%	13,1%
35	Lagoa (Algarve)	M	110,0%	79,0%	31,1%	91,0%	70,2%	20,7%	102,4%	89,5%	12,9%

2.4.3. Equilíbrio Orçamental⁵⁰

Um dos indicadores que permitirá aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta

⁵⁰ Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, republicada pela Lei 51/2018, de 16 de agosto: artigo 40.º – Equilíbrio orçamental

1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5%. das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 – Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

5 – Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir.

6 – Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.

artigo 83.º – Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

ta cobrada e despesa corrente paga acrescida dos pagamentos das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos dos artigos 40.º e 83º da Lei 73/ 2013, de 30 de setembro⁵¹. O Quadro 2.40 mostra a relação entre estas duas componentes da estrutura financeira das autarquias, que traduz o estado de equilíbrio orçamental das mesmas. Da análise do Quadro 2.40 verifica-se que: Em 2021, o sector autárquico, na sua globalidade, revelou equilíbrio orçamental nos termos previstos na Lei do Regime Financeiro Local, ao apresentar um valor francamente positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias⁵² dos empréstimos de médio e longo prazo (1 472,0 milhões de euros), manifestando este indicador, um acréscimo de 263,5 milhões de euros face a 2020;

Considerando a definição de Equilíbrio Orçamental apresentada no artigo 40.º, conjugado com o artigo 83.º da Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, – RFALEI – apresentam-se, no Ranking R45, os 35 municípios com melhor rácio de equilíbrio orçamental, traduzido pela razão entre a despesa corrente acrescida do valor da média das amortizações e a receita corrente cobrada bruta.

⁵¹ Artigos que atualizaram o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

⁵² Montante calculado nos termos do artigo 83º do RFALEI.

Quadro 2.40 – Equilíbrio orçamental

		Unidade: milhões de euros							
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varia. 20–21
	Nº de municípios	308	308	308	308	308	308	308	–
(a)	Receita corrente bruta cobrada	6 537,0	6 798,9	7 186,8	7 384,7	7 651,2	7 713,2	8 546,9	833,7
(b)	Despesa corrente paga	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	6 138,5	6 727,8	589,3
(c)	Amortizações de empréstimos de médio e longo prazo	503,4	485,4	485,0	476,2	433,4	366,2	347,1	–19,1
(d)=(b)+(c)	Total da despesa corrente acrescida das amortizações	5 601,1	5 811,2	5 972,1	6 219,0	6 534,8	6 504,7	7 074,9	570,2
(e)=(a)-(d)	Saldo corrente deduzido das amortizações	936,0	987,7	1 214,7	1 165,7	1 116,4	1 208,5	1 472,0	263,5
	Nº de municípios em desequilíbrio orçamental	31	30	28	28	47	24	17,0	–7

R45 – Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2021

Unidade: euros

Município		Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente						Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente - despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020				
1	Castelo de Paiva	P	110,2%	98,4%	102,2%	94,0%	107,7%	93,1%	125 670 311	9 431 203	116 239 108	7,5%
2	Montemor-o-Velho	M	93,9%	82,7%	88,6%	86,7%	86,5%	74,7%	39 614 435	13 836 553	25 777 882	34,9%
3	Grândola	P	89,5%	90,1%	63,4%	77,9%	81,1%	78,3%	35 781 430	21 933 393	13 848 037	61,3%
4	Ribeira Grande	M	69,3%	68,1%	69,8%	67,4%	69,2%	67,5%	20 526 808	13 636 263	6 890 545	66,4%
5	Vila do Bispo	P	87,3%	89,9%	94,0%	78,9%	90,5%	80,8%	13 648 127	9 074 151	4 573 976	66,5%
6	Oliveira de Azeméis	M	85,2%	86,7%	87,3%	79,6%	78,4%	74,5%	38 894 346	25 987 528	12 906 818	66,8%
7	Carrazeda de Ansiães	P	84,6%	78,8%	75,1%	78,8%	88,3%	79,1%	8 598 653	5 766 507	2 832 146	67,1%
8	Alvaiázere	P	66,9%	69,1%	66,3%	66,5%	76,2%	69,3%	6 783 216	4 617 123	2 166 093	68,1%
9	Loulé	M	67,8%	69,6%	72,5%	79,3%	80,8%	75,4%	138 218 025	94 191 110	44 026 914	68,1%
10	Santa Maria da Feira	G	76,6%	70,5%	70,2%	73,9%	71,6%	67,5%	69 161 302	47 262 923	21 898 378	68,3%
11	Barcelos	G	75,4%	72,6%	70,6%	71,3%	78,2%	64,9%	71 151 083	49 455 774	21 695 309	69,5%
12	Penamacor	P	92,0%	73,5%	79,4%	70,4%	73,4%	75,9%	9 623 968	6 712 771	2 911 197	69,8%
13	Angra do Heroísmo	M	86,2%	82,4%	77,9%	79,1%	78,1%	74,6%	25 509 381	17 847 586	7 661 794	70,0%
14	Murtosa	P	67,3%	67,6%	67,7%	71,2%	73,0%	72,3%	7 278 609	5 126 837	2 151 772	70,4%
15	Penafiel	M	78,6%	78,3%	76,3%	78,4%	75,6%	71,1%	37 064 821	26 281 386	10 783 435	70,9%
16	Maia	G	81,5%	72,3%	75,8%	78,7%	79,1%	67,6%	73 510 313	52 317 921	21 192 392	71,2%
17	Castelo Branco	M	64,2%	60,3%	66,8%	67,8%	74,8%	63,9%	39 473 603	28 231 726	11 241 876	71,5%
18	Calheta (R. A. A.)	P	81,1%	80,8%	82,6%	86,2%	92,5%	88,0%	4 535 583	3 279 066	1 256 517	72,3%
19	Cinfães	P	85,5%	80,6%	86,8%	81,6%	90,2%	75,4%	15 847 654	11 524 031	4 323 624	72,7%
20	Arcos de Valdevez	M	76,0%	74,8%	76,4%	80,8%	81,5%	75,9%	20 507 548	14 920 202	5 587 346	72,8%
21	Velas	P	80,3%	75,9%	76,8%	73,9%	80,3%	75,4%	5 587 581	4 066 803	1 520 779	72,8%
22	Sátão	P	74,0%	76,4%	77,4%	78,8%	77,8%	69,8%	9 517 133	6 951 141	2 565 992	73,0%
23	Arronches	P	78,0%	76,4%	101,8%	97,3%	90,4%	69,9%	5 579 305	4 080 120	1 499 184	73,1%
24	Santo Tirso	M	95,3%	88,7%	83,6%	86,9%	84,9%	72,8%	39 013 844	28 552 058	10 461 786	73,2%
25	Corvo	P	71,4%	76,3%	79,3%	88,8%	84,5%	78,3%	1 694 295	1 243 369	450 926	73,4%
26	Santa Cruz das Flores	P	78,8%	75,0%	72,1%	73,5%	74,7%	77,5%	2 858 886	2 100 148	758 738	73,5%
27	Arouca	M	79,9%	78,5%	77,0%	82,6%	82,2%	77,7%	15 996 739	11 754 212	4 242 527	73,5%
28	Castro Marim	P	90,5%	83,8%	92,0%	97,3%	90,9%	81,2%	14 368 729	10 561 495	3 807 234	73,5%
29	Pombal	M	64,3%	65,0%	64,3%	67,2%	69,7%	69,3%	36 448 390	26 794 809	9 653 581	73,5%
30	Mação	P	92,1%	89,0%	87,3%	91,2%	89,8%	86,8%	9 791 711	7 217 364	2 574 347	73,7%
31	Leiria	G	68,3%	64,6%	66,1%	59,0%	70,0%	66,5%	78 887 232	58 392 469	20 494 763	74,0%
32	Porto de Mós	M	77,0%	77,8%	77,6%	80,6%	78,6%	78,9%	18 540 237	13 753 953	4 786 284	74,2%
33	Ribeira Brava	P	96,5%	93,3%	91,2%	96,8%	88,0%	79,0%	8 544 845	6 345 830	2 199 016	74,3%
34	Ourém	M	79,7%	83,4%	82,7%	76,2%	77,8%	68,4%	31 130 871	23 128 924	8 001 947	74,3%
35	Penalva do Castelo	P	74,0%	73,9%	72,8%	74,5%	81,7%	75,3%	7 533 822	5 599 735	1 934 088	74,3%

No *Ranking R46* apresentam-se os 35 municípios com menor valor no indicador de equilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, embora positivo, esteve muito próximo do valor zero. Esta lista-gem inclui quatro municípios de grande dimensão (Oeiras, Funchal, Coimbra e Lisboa).

R46 – Municípios com menor equilíbrio orçamental em 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente							De acordo com o n.º 3 do art.º 40.º da LFL (e) = (c) / (a)
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Reguengos de Monsaraz	P	101,6%	97,7%	110,9%	125,6%	107,6%	100,1%	99,97%	0,03%
2 Idanha-a-Nova	P	92,8%	89,9%	94,7%	93,9%	106,5%	96,1%	99,85%	0,15%
3 Nazaré	P	124,7%	105,4%	104,6%	111,8%	201,6%	93,2%	99,84%	0,16%
4 Vila Nova de Poiares	P	106,1%	126,5%	123,6%	102,8%	103,3%	101,8%	99,79%	0,21%
5 Ribeira de Pena	P	92,2%	95,4%	97,9%	96,3%	103,8%	96,5%	99,64%	0,36%
6 Barrancos	P	98,8%	99,4%	100,8%	101,8%	101,6%	101,4%	99,54%	0,46%
7 Oeiras	G	71,3%	69,2%	62,6%	66,8%	74,8%	84,6%	99,50%	0,50%
8 Lamego	M	98,0%	103,9%	96,6%	93,2%	94,7%	96,2%	98,84%	1,16%
9 Funchal	G	95,2%	97,6%	90,4%	100,1%	94,1%	94,5%	98,18%	1,82%
10 Tabuaço	P	91,5%	92,9%	99,3%	104,0%	93,7%	92,3%	97,42%	2,58%
11 Santa Comba Dão	P	122,3%	110,8%	96,6%	99,3%	99,1%	92,7%	97,11%	2,89%
12 Alvito	P	96,5%	92,6%	88,0%	81,6%	100,7%	92,4%	96,95%	3,05%
13 Marvão	P	84,1%	89,2%	89,7%	96,7%	99,4%	100,4%	96,66%	3,34%
14 Golegã	P	92,7%	100,5%	97,3%	95,6%	93,6%	99,0%	96,33%	3,67%
15 Sabugal	P	87,0%	83,7%	84,1%	89,1%	91,7%	88,4%	96,03%	3,97%
16 Vila Pouca de Aguiar	P	84,1%	89,9%	96,8%	96,0%	103,6%	94,7%	95,85%	4,15%
17 Vagos	M	87,6%	88,4%	94,5%	89,7%	97,6%	93,0%	95,77%	4,23%
18 Vidigueira	P	93,7%	94,4%	94,8%	99,2%	101,9%	102,1%	95,30%	4,70%
19 Figueiró dos Vinhos	P	100,2%	98,6%	95,4%	98,9%	103,5%	99,2%	95,19%	4,81%
20 Vieira do Minho	P	111,3%	103,3%	93,5%	92,5%	101,2%	95,4%	95,05%	4,95%
21 Coimbra	G	80,5%	79,6%	78,8%	87,4%	94,1%	91,4%	94,80%	5,20%
22 Paços de Ferreira	M	96,4%	92,2%	164,0%	123,3%	99,3%	92,1%	94,77%	5,23%
23 Lisboa	G	86,6%	83,2%	69,0%	88,1%	82,2%	88,9%	94,73%	5,27%
24 Murça	P	96,4%	101,1%	92,4%	98,2%	98,9%	92,1%	94,69%	5,31%
25 Penacova	P	81,1%	89,9%	90,6%	95,5%	90,1%	90,1%	94,67%	5,33%
26 Figueira de Castelo Rodrigo	P	107,0%	96,9%	97,4%	99,7%	103,8%	93,2%	94,43%	5,57%
27 Gouveia	P	82,1%	83,5%	89,4%	96,2%	98,1%	93,6%	94,07%	5,93%
28 Vila Nova da Barquinha	P	90,1%	93,4%	98,9%	93,3%	96,6%	90,0%	94,02%	5,98%
29 Valença	P	90,9%	92,0%	95,3%	95,6%	92,6%	92,6%	93,96%	6,04%
30 Tábua	P	90,0%	100,6%	96,8%	86,6%	101,6%	100,4%	93,93%	6,07%
31 Santa Cruz	M	98,1%	87,4%	85,9%	93,9%	108,6%	91,3%	93,81%	6,19%
32 Constância	P	96,0%	93,6%	93,1%	99,4%	99,9%	91,7%	93,76%	6,24%
33 Vila do Conde	M	93,5%	92,7%	96,9%	91,3%	99,5%	86,8%	93,75%	6,25%
34 Alpiarça	P	103,9%	109,7%	106,3%	99,4%	109,3%	101,3%	93,73%	6,27%
35 Azambuja	M	84,3%	87,1%	74,3%	62,9%	72,4%	98,3%	93,68%	6,32%

No *Ranking R47* apresentam-se os dez municípios cujo indicador de equilíbrio orçamental – saldo corrente deduzido das amortizações – embora negativo, foi inferior a 5% da receita corrente. Estes são municípios que, embora evidenciando desequilíbrio orçamental, se encontram dentro dos parâmetros de sustentabilidade admitida pelo artigo 40.º do RFALEI.

R47 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º do RFALEI, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei

Unidade: euros

Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente							De acordo com o n.º 3 do art.º 40º da LFL (e) = (c) / (a)
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Monforte	P	99,7%	101,4%	106,4%	105,2%	111,1%	103,6%	104,8%	-4,8%
2 Mirandela	M	90,5%	94,2%	87,4%	84,8%	92,4%	103,9%	104,4%	-4,4%
3 Sardoal	P	97,7%	103,8%	103,7%	108,7%	106,9%	109,0%	104,1%	-4,1%
4 Fronteira	P	102,1%	103,7%	104,5%	102,7%	108,8%	98,2%	103,7%	-3,7%
5 Redondo	P	96,7%	96,0%	102,1%	111,0%	113,8%	96,5%	103,3%	-3,3%
6 Cuba	P	100,2%	97,4%	116,8%	94,6%	104,2%	99,4%	103,0%	-3,0%
7 Aljustrel	P	89,8%	98,2%	92,9%	91,0%	99,0%	101,4%	102,0%	-2,0%
8 Mesão Frio	P	103,4%	102,0%	100,0%	97,7%	101,2%	105,3%	101,6%	-1,6%
9 Tarouca	P	101,2%	101,2%	113,0%	99,9%	102,7%	99,1%	101,3%	-1,3%
10 Lajes das Flores	P	84,1%	82,9%	94,2%	92,8%	102,2%	100,7%	100,5%	-0,5%

No *Ranking R48* apresentam-se os sete municípios com elevado desequilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido da média das amortizações se apresenta negativo e cujo valor absoluto é superior a 5% das receitas correntes.

R48 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5% das receitas correntes

Unidade: euros

Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente							De acordo com o n.º 3 do art.º 40º da LFL (e) = (c) / (a)
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1 Vila Franca do Campo	P	101,0%	97,0%	102,0%	97,5%	100,9%	113,1%	116,5%	-16,5%
2 Belmonte	P	101,9%	99,9%	104,4%	98,4%	100,6%	100,3%	109,5%	-9,5%
3 Freixo de Espada à Cinta	P	104,6%	106,7%	102,7%	101,9%	127,8%	116,6%	109,1%	-9,1%
4 Sines	P	101,0%	96,3%	100,4%	95,1%	99,9%	125,1%	108,2%	-8,2%
5 Praia da Vitória	P	80,9%	81,8%	85,5%	81,9%	92,5%	106,6%	106,0%	-6,0%
6 Alandroal	P	104,3%	129,7%	135,0%	101,7%	104,8%	100,9%	105,5%	-5,5%
7 Alfândega da Fé	P	114,8%	102,0%	89,2%	95,0%	103,0%	102,8%	105,0%	-5,0%

2.4.4. Saldos Orçamentais

Quando se discute o défice público e a contribuição para o mesmo pelo universo dos municípios, usa-se como referência o saldo global – saldo efetivo – da Administração Local, relacionando as receitas efetivas⁵³ com as despesas efetivas⁵⁴.

O saldo global ou efetivo⁵⁵ é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positivo, existe um excedente orçamental que se traduz na capacidade de autofinanciamento da Administração Local. Caso seja negativo, então, há défice, isto é, há necessidade de financiamento externo.

Há ainda outros dois indicadores que interessa reter pela importância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública – a despesa primária⁵⁶ e o saldo primário⁵⁷.

Embora os valores destes indicadores (saldo efetivo, saldo primário e despesa primária), para efeitos de análise agregada de informação financeira relativa ao estado das finanças públicas, sejam obtidos na base de caixa, face à persistente existência de dívida de curto prazo a fornecedores, entende-se que os mesmos deverão ser também avaliados na base dos reais fluxos financeiros, isto é, na base de compro-

missos, relevando-se o valor da diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

Assim, apresenta-se o Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa, essencialmente para efeitos de comparabilidade com os dados homólogos apresentados pelo Governo Central.

A informação prestada no Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos, será fundamental para a avaliação da sustentabilidade financeira do sector autárquico.

⁵³ Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.

⁵⁴ Despesas efetivas = despesas correntes + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída das amortizações de empréstimos (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

⁵⁵ Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.

⁵⁶ Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros.

⁵⁷ Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias, ou Saldo primário = saldo global + juros.

Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 18–21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(a)	Receitas correntes	5 646	5 564	5 935	6 215	6 516	6 776	7 155	7 354	7 605	7 617	8 312
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pag.	275	343	436	510	639	918	1 195	1 418	1 609	2 013	2 071
(c)	Despesas correntes	5 033	4 801	5 167	5 122	5 099	5 326	5 487	5 743	6 101	6 138	6 728
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	888	1 107	1 205	1 603	2 057	2 369	2 862	3 028	3 112	3 491	3 655
	N.º de municípios com corrente positivo	247	264	275	299	304	304	302	302	305	306	307
(e)	Receitas de capital	2 113	2 110	1 857	1 114	992	956	1 148	1 180	1 428	1 143	1 591
(f)	Despesas de capital	2 688	2 786	2 564	2 096	2 132	2 141	2 572	2 616	2 603	2 638	3 219
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-575	-676	-706	-983	-1 140	-1 184	-1 424	-1 437	-1 175	-1 495	-1 628
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	8 033	8 018	8 229	7 839	8 147	8 651	9 498	9 951	10 642	10 773	11 974
(c)+(f)	Despesas totais	7 720	7 587	7 731	7 219	7 231	7 466	8 059	8 359	8 704	8 777	9 947
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	313	430	498	620	916	1 184	1 439	1 592	1 937	1 996	2 027
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	253	275	273	272	284	301	284	292	297	305	307
(i)	Ativos financeiros (receitas)	14	19	16	5	12	26	8	4	5	7	40
(j)	Ativos financeiros (despesas)	30	21	12	19	58	53	49	42	33	52	24
(k)	Passivos financeiros (receitas)	474	220	776	393	264	388	557	538	383	225	393
(l)	Passivos financeiros (despesas)	615	890	640	679	665	752	737	775	588	433	420
(m)	Receitas totais – AF – PF	7 545	7 779	7 437	7 441	7 872	8 236	8 933	9 409	10 254	10 541	11 540
(n)	Despesas totais – AF – PF	7 075	6 676	7 079	6 521	6 508	6 661	7 273	7 542	8 083	8 291	9 503
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	470	1 103	358	920	1 364	1 575	1 660	1 867	2 171	2 249	2 038
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	142	148	128	132	113	101	77	92	57	48	36
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	611	1 251	486	1 051	1 477	1 676	1 737	1 959	2 228	2 297	2 074
	N.º de municípios com saldo primário positivo	271	300	239	296	298	301	293	300	296	295	286

Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos* (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 18–21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(a)	Receitas correntes	5 845	5 761	6 128	6 548	6 983	7 525	7 627	7 875	8 192	8 301	8 640
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ã abatidas pag.	277	344	438	512	640	919	1 195	1 418	1 609	2 014	2 071
(c)	Despesas correntes	6 111	5 801	5 976	5 794	5 631	5 809	5 977	6 267	6 662	6 844	7 430
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	10	304	589	1 267	1 992	2 635	2 844	3 026	3 139	3 470	3 282
	N.º de municípios com corrente positivo	136	168	223	272	284	287	287	285	280	285	292
(e)	Receitas de capital	2 162	2 115	1 886	1 129	1 020	978	1 189	1 241	1 487	1 374	1 601
(f)	Despesas de capital	4 371	4 004	3 459	2 718	2 588	2 650	3 303	3 357	3 452	3 595	4 372
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-2 208	-1 890	-1 573	-1 590	-1 568	-1 672	-2 114	-2 116	-1 965	-2 221	-2 772
(a)+(b)+(e)	Receitas totais brutas	8 283	8 219	8 451	8 189	8 643	9 422	10 011	10 534	11 288	11 689	12 312
(h)	Liquidações anuladas	134	186	223	222	489	710	435	412	506	833	359
(i)	Receitas totais líquidas	8 149	8 033	8 229	7 967	8 154	8 712	9 575	10 123	10 782	10 855	11 953
(j)=(c)+(f)	Despesas totais	10 482	9 805	9 436	8 512	8 219	8 459	9 280	9 624	10 114	10 439	11 802
(k)=(i)-(j)	Saldo orçamental	-2 332	-1 771	-1 207	-545	-66	253	295	499	668	416	151
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	36	67	75	101	140	166	142	149	144	149	145
(l)	Ativos financeiros (receitas)	16	19	16	5	12	26	9	5	5	7	40
(m)	Ativos financeiros (despesas)	43	34	30	31	73	57	53	44	35	55	25
(n)	Passivos financeiros (receitas)	472	220	798	393	264	389	557	560	390	226	398
(o)	Passivos financeiros (despesas)	626	906	673	704	704	789	746	781	595	436	428
(p)	Receitas totais líquidas – AF – PF	7 661	7 795	7 415	7 570	7 878	8 297	9 010	9 558	10 387	10 622	11 514
(q)	Despesas totais – AF – PF	9 812	8 865	8 733	7 777	7 443	7 613	8 481	8 799	9 484	9 949	11 349
(r)=(p)-(q)	Saldo global ou efetivo	-2 151	-1 070	-1 318	-207	435	684	529	760	902	673	166
(s)	Juros e outros encargos (despesas)	187	192	167	171	142	122	89	97	63	51	42
(t)=(r)+(s)	Saldo primário	-1 965	-878	-1 151	-36	577	806	617	857	966	724	208
	N.º de municípios com saldo primário positivo	52	106	118	174	216	217	181	182	177	176	159

* Em anuários precedentes os valores de saldo apresentados têm considerado as liquidações brutas. No presente Anuário, e desde 2018, consideraram-se as liquidações líquidas das anulações.

Observando-se o Quadro 2.42, onde se apresentam os saldos na base dos compromissos assumidos e das receitas liquidadas, verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2011 e 2021, tendo neste último ano, pela sétima vez consecutiva no conjunto dos municípios, apresentado saldo efetivo e saldo primário positivos, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos. Assim:

Entre 2011 e 2021 o saldo corrente cresceu 31.697,5% (+3.272 milhões de euros), tendo em 2021 face a 2020, apresentado um decréscimo de 5,4% (-188 milhões de euros). Em 2021 contribuíram para um saldo corrente positivo, 292 municípios;

O saldo orçamental, entre 2011 e 2021 cresceu 2.483 milhões de euros, ao passar do valor negativo de 2 332 milhões de euros para o valor positivo de 151 milhões de euros. O ano de 2021 foi o sexto ano económico consecutivo em que, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos. Neste ano contribuíram para um saldo orçamental positivo 145 municípios;

O saldo global ou saldo efetivo, em 2021, foi positivo em 166 milhões

de euros, sendo o sétimo ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. Neste ano o saldo efetivo desceu 75,3% (-507 milhões de euros) e em relação a 2011, aumentou 2.317 milhões de euros;

O saldo primário apresentou também um enorme crescimento (+3.048 milhões de euros) nos últimos onze anos ao passar de -1.965 milhões de euros em 2011 para 208 milhões de euros em 2021, sendo, também, o sétimo ano consecutivo em que este indicador se apresentou positivo no universo dos municípios. Em 2021, o saldo primário, considerando todo o setor municipal, baixou 71,3% (-516 milhões de euros). Anota-se que 159 municípios apresentaram saldo primário positivo.

Apresentam-se de seguida gráficos que permitem visualizar a evolução dos saldos suprarreferidos, apresentando-se separadamente a situação dos mesmos para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. De notar a situação de deterioração dos saldos primário e efetivo da R.A. da Madeira desde 2014.

Gráfico 2.11 – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos

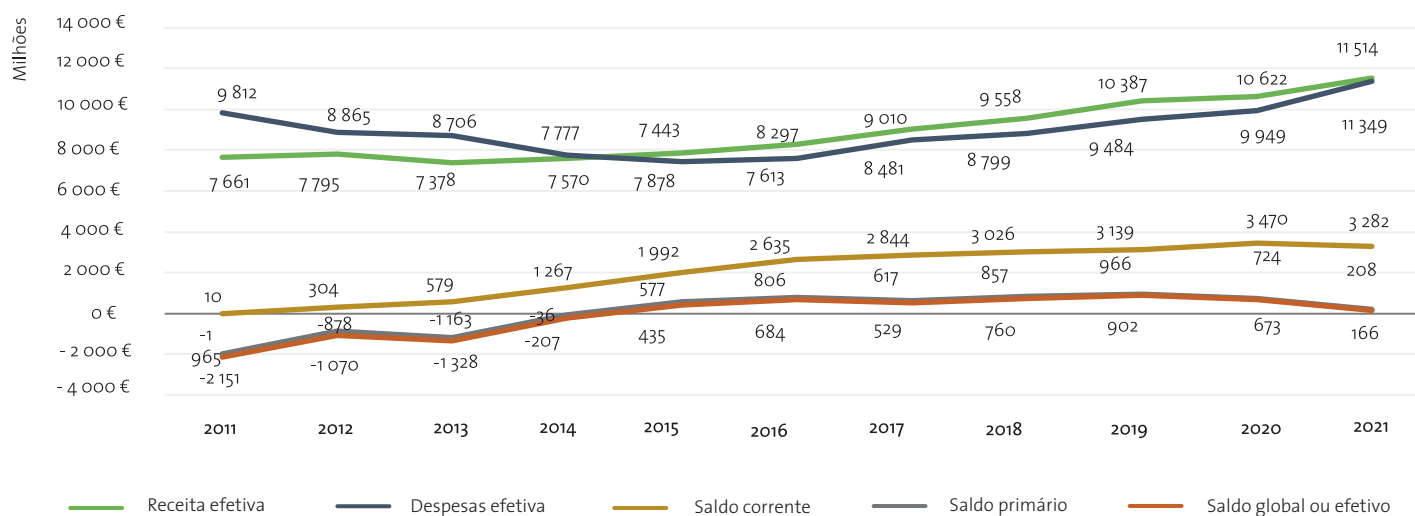
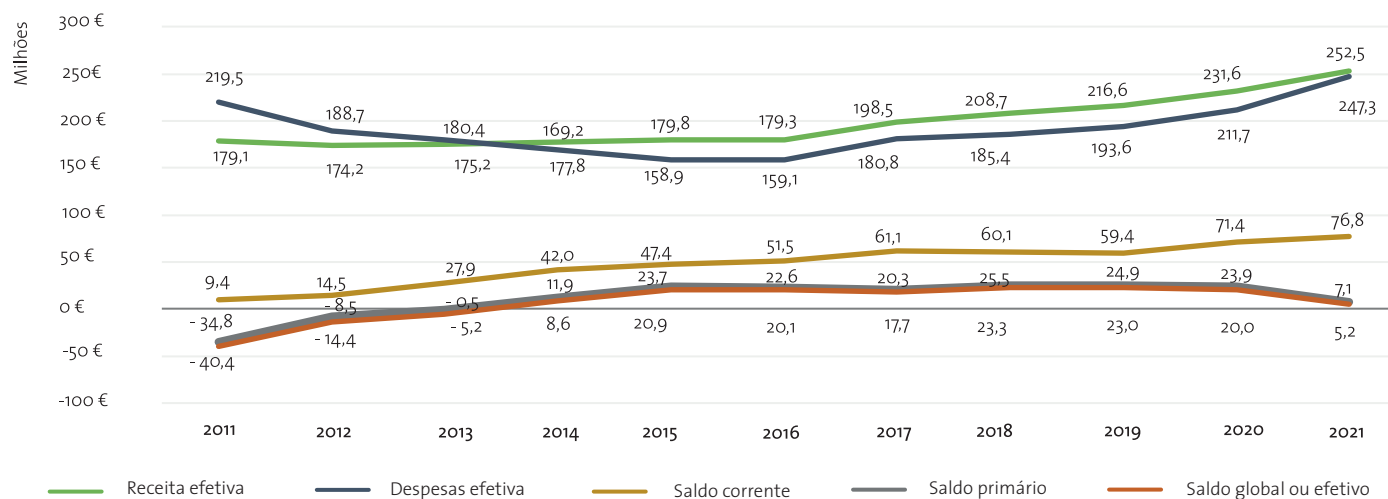
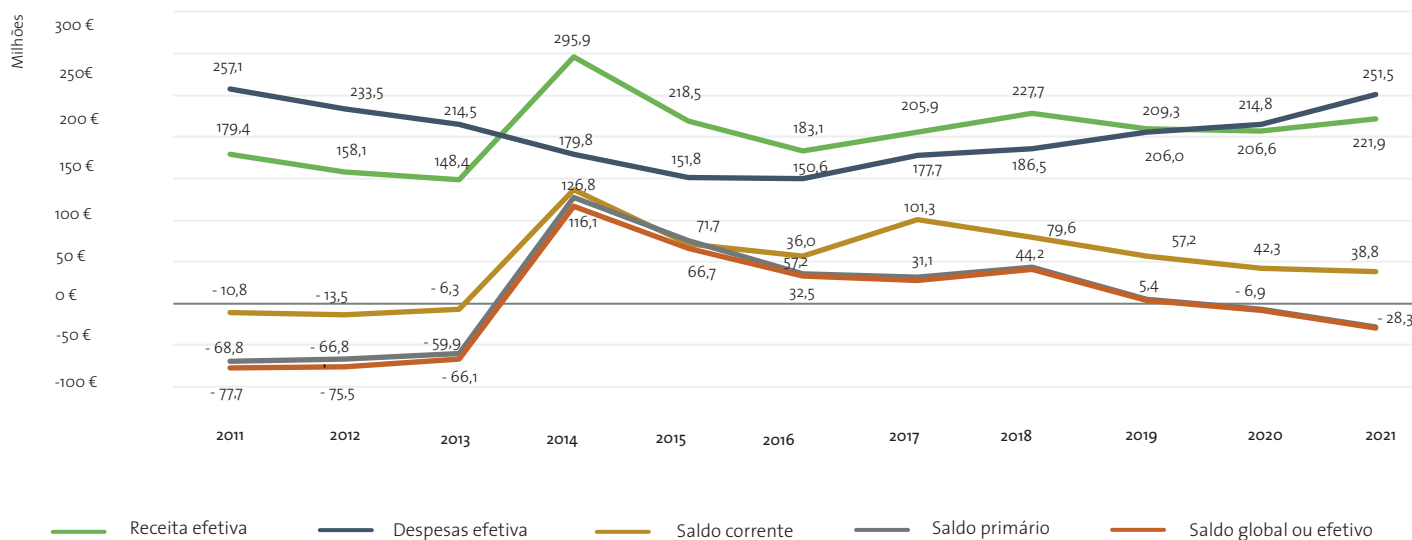


Gráfico 2.11.A – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. dos Açores**Gráfico 2.11.M – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. da Madeira**

CAPÍTULO 3

ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

3.1 Introdução

Neste capítulo do Anuário procede-se à agregação e análise dos dados de natureza patrimonial e financeira obtida dos documentos de prestação de contas⁵⁸ e do Relatório de Gestão produzidos pelos 308 municípios, com vista a uma análise global e integrada das finanças municipais.

Relativamente ao tratamento da informação sobre os gastos registados pelas autarquias, continua a reconhecer-se uma forte lacuna de informação associada ao relato financeiro sobre gastos individualizados por atividades, programas ou projetos, que materializam as políticas públicas e que consomem os recursos financeiros dos municípios. A implementação do sistema contabilístico SNC-AP⁵⁹ permite, neste e noutros aspetos, um tratamento mais completo e consistente da atividade financeira dos municípios.

À semelhança do Capítulo 2, apenas se agregarão valores referentes ao município e seus serviços simples sem autonomia. Dedicar-se-á

um capítulo autónomo – o Capítulo 4 – à análise agregada das contas dos serviços municipalizados e das empresas municipais.

Refira-se, ainda, que, na parte relativa à análise da dívida e do endividamento das autarquias, se considerou a dívida global dos municípios sem se proceder à exclusão dos montantes de empréstimos que, pela sua natureza e finalidade, nos termos do Regime Financeiro das Autoridades Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI),⁶⁰ não devem ser contabilizados para o limite de endividamento,⁶¹ por se entender que os mesmos fazem parte da dívida total do município, item que interessa tratar e informar no presente Anuário.

Com a entrada em vigor do SNC-AP⁶² em 01.01.2020, para efeitos

⁵⁸ O novo RFALEI, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com todas as alterações entretanto ocorridas, nomeadamente as impostas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

⁶¹ Os limites de endividamento são, nos termos da lei, trimestralmente conferidos por entidades externas responsáveis para o efeito, não dispondo os autores deste Anuário de informação que lhes permitam proceder com rigor à agregação, em termos nacionais, dos valores considerados exceção para efeitos da determinação dos limites de endividamento, por ausência de anotações sobre a matéria tanto na generalidade dos Relatórios de Gestão, como nos mapas anexos à prestação de contas, dos municípios.

⁶² Apresentam-se alguns pontos relevantes da aplicação pela primeira vez do SNC-AP, que justificarão diferenças de contabilização das usadas no POCAL.

O n.º 2 do artigo 14.º do DL 192/2015 de 11/9 (Disposições transitórias) estabelece que:

"2 — As entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem:

"a) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;

b) Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;

c) Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;

d) Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

3 — Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se veri-

⁵⁸ A contabilidade pública é útil quando fornece informação bastante e fidedigna, capaz de ser utilizada na prática de uma gestão racional, eficiente e eficaz, dos recursos públicos, que integre informação orçamental, financeira e de custos, fiável, relevante e oportuna. Os objetivos do relato financeiro dos municípios são proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras, nomeadamente aos executivos nas suas tomadas de decisão, mas permitirá também a responsabilização pela prestação de contas. Possibilitará, ainda, avaliar o grau de desempenho dos municípios, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que devem prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis. A informação sobre o seu grau de liquidez e de solvabilidade permitirá concluir sobre a sustentabilidade da prestação dos serviços municipais a longo prazo.

⁵⁹ Entende-se que a implementação do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP) aplicado ao setor autárquico possibilita obter informação necessária à determinação dos custos dos serviços que os municípios prestam à população e, assim, permitirá um efetivo controlo de eficiência e de eficácia dos mesmos. Este sistema foi implementado por todos os municípios a partir da prestação de contas de 2020 (art.º 86.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho).

comparativos com os valores de exercícios anteriores, considerando que a maioria dos municípios não fez a reexpressão da informação financeira de 2019 em base SNC-AP, esta é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demonstrações financeiras, de acordo com o SNC-AP e em conformidade com a opção de transição definida no ponto 1.3.6. do Manual de Implementação do SNC-AP.

Dado que apenas se dispõe de dois anos de informação de acordo com o novo sistema contabilístico, optou-se por não apresentar análise das novas demonstrações financeiras do SNC-AP – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações no Património Líquido, cingindo a análise ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, como nos Anuários anteriores.

3.2 Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

O Quadro 3.01 mostra a dimensão do cumprimento das ações identificadas de acordo com os requisitos do POCAL entre 2011 e 2019 e do SNC-AP, em 2020 e 2021, permitindo concluir que, na generalidade, é fiável a informação financeira apresentada pelos municípios em sede de prestação de contas, sendo estas remetidas às entidades fiscalizadoras e jurisdicionais que as tutelam, e das quais se extraíram todos os dados que constam no presente capítulo.⁶³ Deste quadro se conclui que houve um cumprimento generalizado, por parte dos

municípios, das obrigações inerentes a uma boa execução da contabilidade financeira.

Observando o Quadro 3.01 verifica-se que, em 2021 em relação ao ano precedente, são poucas as alterações a assinalar. Contudo, entende-se referir:

- Com a implementação do SNC-AP os registos referentes a Bens de Domínio Público melhoraram, com destaque para o aumento significativo de municípios que passaram a registar elementos do património histórico, artístico e cultural;
- 19 municípios continuam a não apresentar registo de valores em terrenos e recursos naturais – tendo, em relação ao ano transato, aumentado em catorze, o número de municípios que apresentaram valores nesta rubrica;
- Relativamente às Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes verifica-se que em 2021, três municípios (Carraceda de Ansiães, Gouveia e Mortágua) não apresentaram saldo final na respetiva rubrica. Entende-se que tal situação poderá significar que, nestes municípios, a liquidação da receita terá sido registada no momento da cobrança.⁶⁴ Contudo, não se possui informação suficiente para aferir razões substantivas para a ausência deste registo contabilístico, nestes três municípios;
- Em 2021, 20 municípios (mais dois que em 2020) não apresentaram qualquer valor na rubrica referente a inventários. Como referido em Anuários anteriores, a ausência deste registo contabilístico pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas apenas o facto de os serviços produtivos que requerem bens consumíveis inventariáveis terem sido externalizados ou delegados em empresas municipais. Pela análise das contas verificou-se que 15 municípios destes 20 já tinham apresentado valores nulos em anos anteriores.

fiquem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados.

4 — As entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior."

Anota-se, ainda que a CNCP tomou a opção por um modelo mais simplificado de transição, exigindo que as primeiras demonstrações financeiras devem incluir o ano anterior como informação comparativa sem necessidade de reexpressar a mesma de acordo com as NCP relevantes (ponto 1.3.2. do Manual de Implementação). Esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP implica a perda de comparabilidade, neste caso, entre 2019 e 2020, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2021. Numa análise custo-benefício concluiu-se que a apresentação do ano de 2019 de acordo com os requisitos das NCP relativas ao subsistema da contabilidade financeira imporia custos que excederiam os benefícios a obter.

⁶³ Assim como nos capítulos anteriores e nos que se seguirão.

⁶⁴ O registo contabilístico do rendimento é feito no momento da liquidação, pelo que os valores liquidados e por cobrar no final do ano económico deverão constar desta rubrica do balanço e constituirão créditos sobre terceiros.

Quadro 3.01 – Informação financeira, patrimonial e económica

	POCAL									SNC-AP	
	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Apresentam Balanço e Demonstração dos Resultados (DR) na prestação de contas	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam "Gastos/reversões de depreciação e amortização" na DR	306	306	307	307	307	307	307	308	308	308	308
Apresentam valor de Bens de Domínio Público (BDP)	308	308	308	307	307	307	307	307	307	308	308
Têm em BDP valor em terrenos	258	261	264	263	267	270	271	275	274	288	289
Têm em BDP valor em património histórico, artístico e cultural	183	189	189	193	194	200	204	205	205	267	277
Os BDP são superiores a 20% do total do Ativo	275	282	277	274	266	269	267	263	259	269	260
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	292	293	296	303	305	304	305	304	305	306	305
Apresentam no Ativo valores de inventários	265	271	277	285	289	292	291	291	294	290	288

Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço – POCAL 2010-2019

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Variação (%)	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18-19	11-19
Bens de Domínio Público	16 089	15 544	15 421	14 589	14 390	13 950	13 789	13 499	13 250	-1,8%	-17,6%
Imobilizado incorpóreo	201	208	139	130	117	113	115	108	109	0,4%	-46,1%
Imobilizado corpóreo	19 776	20 069	20 575	20 810	21 213	21 041	21 194	21 539	21 840	1,4%	10,4%
Investimentos financeiros	1 713	1 708	1 732	1 748	1 871	1 907	1 996	1 919	1 985	3,4%	15,9%
Total do imobilizado	37 780	37 528	37 868	37 277	37 591	37 012	37 094	37 066	37 184	0,3%	-1,6%
Existências	136	130	110	102	99	101	101	101	81	-19,7%	-40,4%
Dívidas a receber	1.328	1.238	1.127	858	839	756	662	617	659	6,9%	-50,3%
Títulos negociáveis	16	16	9	4	7	10	17	30	31	4,2%	98,1%
Depósitos e caixa	666	761	875	1 021	1 330	1 624	1 917	2 129	2 534	19,0%	280,5%
Acréscimos de proveitos	479	567	721	1 056	1 137	1 433	1 423	1 550	1 614	4,2%	236,8%
Custos diferidos	105	86	58	62	40	50	55	48	41	-14,4%	-60,6%
Ativo Total	40 509	40 326	40 768	40 380	41 043	40 987	41 269	41 540	42 145	1,5%	4,0%

3.3 Ativo

No Quadro 3.02 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios para o período entre 2011 e 2019, apresentando-se separadamente no Quadro 3.03 a desagregação das componentes do Ativo relativo ao ano de 2021, face à implementação do SNC-AP no ano 2020. Com efeito, a estrutura con-

ceptual da informação financeira pública e as novas normas de contabilidade pública justificam alterações. No Gráfico 3.01 apresenta-se o peso de cada componente do Ativo no respetivo total em 2021. Da análise do quadro antecedente pode-se recordar, em termos históricos, que:

- O total do imobilizado tem tido um peso preponderante na estrutura do Ativo total representando 88,2% em 2019, sendo que diminuiu de valor em apenas -1,6% entre 2011 e 2019;
- O total do Ativo nestes nove anos cresceu +4,0%, tendo sido representativo o aumento do imobilizado corpóreo de +10,4% (+2 063 milhões de euros). Embora apresentando valores absolutos inferiores, apresentaram taxas de elevado crescimento neste período de nove anos, os depósitos e caixa e os acréscimos de proveitos, aumentando respetivamente +280,5% e +236,8%. Neste mesmo período os investimentos financeiros com o peso de 4,7% no Ativo total, cresceram cerca de +15,9%;
- O valor total do imobilizado corpóreo representou, também em 2019, 52,0% do Ativo total dos municípios, tendo-se verificado um acréscimo de +1,4% (+300,9 milhões de euros), balanceando a descida do valor acumulado de bens de domínio público que apresentou o decréscimo de -1,8% (-249,1 milhões de euros). Aquele aumento de valor do imobilizado corpóreo terá resultado do aumento de investimento no biénio 2018/2019;
- Em 2019, os depósitos e caixa representaram 6% do Ativo total. Da leitura dos Relatórios de Gestão, não se vislumbrou qualquer razão plausível para que uma percentagem tão relevante do Ativo se mantivesse em meios financeiros líquidos no final de cada ano económico. Será de referir que estes montantes – excluídos das operações de tesouraria – conformam os saldos de gerência que transitam para cada ano seguinte, possibilitando aos municípios, com a sua inclusão após encerramento das contas, aumentar as dotações orçamentais disponíveis;
- Acresce referir, pelo significado da rubrica, que, neste período de nove anos, as dívidas a receber baixaram -50,3%, podendo resultar este decréscimo, da maior eficácia nas cobranças dos municípios.

Da observação do Quadro 3.03 e do gráfico anterior poder-se-á concluir, em relação a 2021:

- O **Ativo não corrente** representou 88,2% do Ativo total dos municípios e apresentou o valor de 39.434 milhões de euros, valor superior em +1 391 milhões de euros (+3,7%) ao valor do total contabilizado em 2020;
- Os **Ativos Fixos Tangíveis**, no valor de 36.003,5 milhões de euros representaram 80,5% do total do Ativo e 91,3% do total do Ativo não cor-

rente. Mais se verifica que o total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, representaram 80,8% do Ativo;

- Embora com pesos muito inferiores no Ativo total, referem-se as **participações financeiras e outras contas a receber (correntes)**, respetivamente com o peso de 5,8% e 4,7%. A primeira apresentou o volume de 2.584,4 milhões de euros e a segunda o valor de 2.106,3 milhões de euros;

– Mais se constata que o conjunto das rubricas que traduzem o total **das dívidas a receber correntes**, totalizaram o valor de 2.537,9 milhões de euros e representaram 47,9% do Ativo Corrente e 5,7% do total do Ativo;

- Os **depósitos e caixa** representaram 5,8% do Ativo total e 49,0% do Ativo corrente. Mais se verifica que o valor dos depósitos e caixa, diminuíram em 2021, -7,6 milhões de euros (-0,3%);

– Curioso é notar o valor de 2,9 milhões de euros em **Ativos não correntes detidos para venda**, elementos não decorrentes de orientações do SNC-AP, já que não existe nenhuma NCP sobre esta matéria. Assim, depreende-se que os municípios que reconheceram este tipo de elementos, o fizeram socorrendo-se do procedimento de integração de lacunas (conforme alínea b) do nº1, do art.º 13º do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP), recorrendo, portanto, aos preceitos do SNC empresarial.⁶⁵

O Quadro 3.04 mostra que, na decomposição dos Ativos Fixos Tangíveis, a maior expressão (61,1%) refere-se a ativos tangíveis de domínio privado. Os Ativos Fixos Tangíveis decorrentes de acordos de concessão apenas representaram 0,8% e respeitam maioritariamente a infraestruturas.

⁶⁵ À data da duplicação deste Anuário já existe também uma norma internacional de contabilidade pública (IPSAS) sobre ativos não correntes detidos para venda, a *IPSAS 44, non-current assets held for sale and discontinued operations*, publicada em Maio de 2022, mas ainda não adaptada para o SNC-AP. Tendo em conta a data de publicação, esta norma internacional, a ser considerada supletivamente por algum município, será só nas contas de 2022.

Quadro 3.03 – Componentes do Ativo do Balanço – SNC-AP 2020 e 2021

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo		2020		2021		Variação (%) 20-21
		Valor	Peso	Valor	Peso	
	Ativos fixos tangíveis	34 927,2	80,8%	36 003,5	80,5%	3,1%
	Propriedades de investimento	461,8	1,1%	465,3	1,0%	0,8%
	Ativos intangíveis	120,8	0,3%	126,6	0,3%	4,9%
	Ativos biológicos	0,1	0,0%	0,1	0,0%	35,8%
	Participações financeiras	2 319,8	5,4%	2 584,4	5,8%	11,4%
	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	3,4	0,0%	4,5	0,0%	31,5%
	Acionistas/ sócios/ associados	1,3	0,0%	1,4	0,0%	2,0%
	Diferimentos	40,0	0,1%	31,6	0,1%	-21,0%
	Outros ativos financeiros	70,0	0,2%	82,0	0,2%	17,2%
	Ativos por impostos diferidos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	--
	Clientes contribuintes e utentes	0,5	0,0%	1,6	0,0%	252,1%
	Outras contas a receber	98,2	0,2%	132,9	0,3%	35,3%
	Total do Ativo não Corrente	38 043	88,0%	39 434	88,2%	3,7%
	Inventários	111,9	0,3%	116,9	0,3%	4,5%
	Ativos biológicos	0,2	0,0%	0,2	0,0%	2,8%
Dívidas a receber correntes	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	203,1	0,5%	211,4	0,5%	4,1%
	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,9	0,0%	0,7	0,0%	-15,0%
	Clientes, contribuintes e utentes	203,7	0,5%	191,1	0,4%	-6,2%
	Estado e outros entes públicos	26,2	0,1%	28,3	0,1%	7,9%
	Acionistas/ sócios/ associados	0,2	0,0%	0,1	0,0%	-6,5%
	Outras contas a receber	2 010,3	4,6%	2 106,3	4,7%	4,8%
	Diferimentos	31,6	0,1%	37,1	0,1%	17,3%
	Ativos financeiros detidos para negociação	0,001	0,0%	0,001	0,0%	-2,2%
	Outros ativos financeiros	2,6	0,0%	4,6	0,0%	77,5%
	Ativos não correntes detidos para venda	4,0	0,0%	2,9	0,0%	-25,7%
	Caixa e depósitos	2 601,2	6,0%	2 593,5	5,8%	-0,3%
	Total do Ativo Corrente	5 196	12,0%	5 293	11,8%	1,9%
	Ativo Total	43 238,9	100,0%	44 727,0	100,0%	3,4%

Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2021

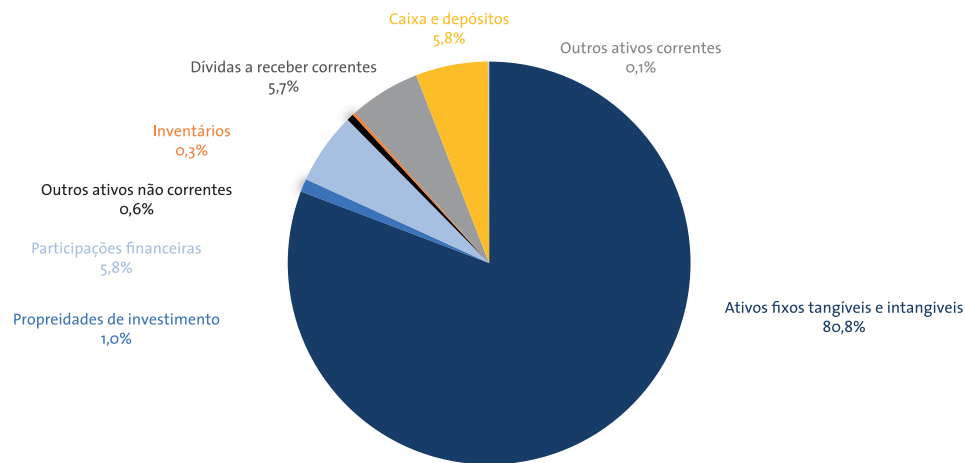
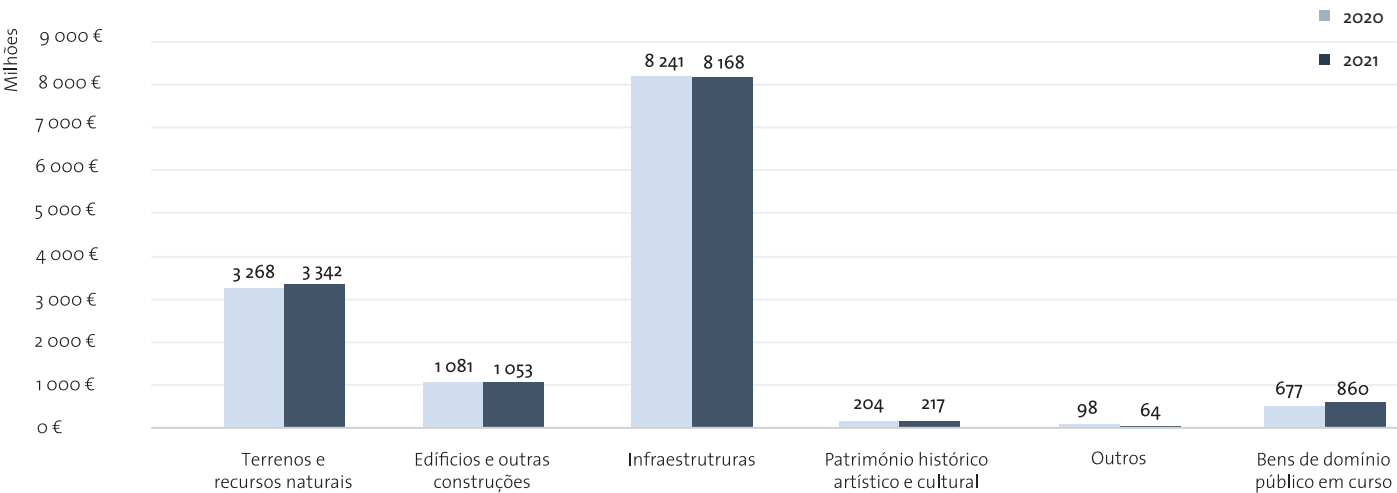


Gráfico 3.02 – Valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público – 2020 e 2021



Quadro 3.04 – Componentes do Ativo Fixo Tangível – SNC-AP 2020 e 2021

Unidade: milhões de euros

Ativo Fixo Tangível	2020		2021		Variação (%) 20-21
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Terrenos e recursos naturais	3 268,3	9,4%	3 341,8	9,3%	2,2%
Edifícios e outras construções	1 081,2	3,1%	1 053,1	2,9%	-2,6%
Infraestruturas	8 240,5	23,6%	8 167,7	22,7%	-0,9%
Património histórico artístico e cultural	203,9	0,6%	216,8	0,6%	6,3%
Outros	97,6	0,3%	64,1	0,2%	-34,3%
Bens de domínio público em curso	676,8	1,9%	860,4	2,4%	27,1%
Total Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público	13 568,4	38,8%	13 703,9	38,1%	1,0%
Terrenos e recursos naturais	5 907,8	16,9%	6 130,1	17,0%	3,8%
Edifícios e outras construções	12 438,8	35,6%	12 665,1	35,2%	1,8%
Equipamento básico	294,6	0,8%	319,0	0,9%	8,3%
Equipamento de transporte	219,5	0,6%	228,6	0,6%	4,1%
Equipamento administrativo	82,2	0,2%	83,2	0,2%	1,3%
Equipamentos biológicos	11,3	0,0%	7,4	0,0%	-34,5%
Outros	132,6	0,4%	125,8	0,3%	-5,1%
Ativos fixos tangíveis em curso	1 971,6	5,6%	2 444,8	6,8%	24,0%
Total Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 058,4	60,3%	22 004,0	61,1%	4,5%
Terrenos e recursos naturais	25,4	0,1%	7,1	0,0%	-72,0%
Edifícios e outras construções	87,0	0,2%	34,8	0,1%	-60,0%
Infraestruturas	186,9	0,5%	250,6	0,7%	34,0%
Património histórico artístico e cultural	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Ativos fixos em concessão em curso	1,2	0,0%	2,7	0,0%	124,8%
Total Ativos Fixos Tangíveis em concessão	300,5	0,9%	295,1	0,8%	-1,8%
Total Ativos Fixos Tangíveis	34 927,2	100%	36 003,0	100%	3,1%

O Gráfico 3.02 permite a comparação das diferentes componentes de Bens de Domínio Público referentes ao ano económico de 2021. Pelo seu volume e, ainda, pelo facto de ser o elemento do Ativo fixo mais difícil de registar contabilisticamente⁶⁶, importará desagregar por rubricas, pois trata-se de bens que, pela sua natureza jurídica, serão inalienáveis até eventual decisão fundamentada de desafetação, assunto da competência exclusiva da Assembleia Municipal.⁶⁷

A análise do Gráfico 3.02, com referência a 2021, permite concluir:

- A rubrica de **infraestruturas** com o valor de 8.168 milhões de euros é a componente mais representativa dos Bens de Domínio Público, totalizando 59,6% do valor total de bens do domínio público e 22,7% do total dos Ativos Fixos Tangíveis;
- O montante considerado em **terrenos e recursos naturais**, no total de 3.342 milhões de euros, representa a segunda componente mais representativa do conjunto de ativos fixos que constituem os Bens de Domínio Público. Representou 24,4% do valor dos Bens do Domínio Público e 9,3% do total dos Ativos Fixos Tangíveis. Cresceu apenas 2,2% em 2021.

No Gráfico 3.03⁶⁸ é apresentada a evolução das diferentes componentes

⁶⁶ Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de mensuração. Não foi ainda avaliado o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado dos bens classificados como de domínio público dos municípios.

⁶⁷ A deliberação de desafetação do domínio público compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o não interesse público envolvido.

⁶⁸ Apesar da implementação de SNC-AP ter obrigado a registos contabilísticos com critérios diferentes dos aplicados antes de 2020, atrevemo-nos a apresentar este grá-

de **Outros Ativos Fixos Tangíveis** que, em 2021, representou, como já se referiu, 61,1% do total dos Ativos Fixos Tangíveis, atingindo o valor global de 22.004 milhões de euros, e tendo crescido 4,5%.

– A rubrica mais representativa de Outros Ativos Fixos Tangíveis é a que se refere a **edifícios e outras construções** municipais de uso privativo⁶⁹.

Em 2021, com o peso de 57,6% no total de Outros Ativos Fixos Tangíveis, apresentou o montante de 12.665 milhões de euros e um aumento de +1,8% visível na linha ligeiramente ascendente do Gráfico 3.03.

– O valor dos **terrenos e recursos naturais**, com o peso de 27,9% no total de Outros Ativos Fixos Tangíveis, tem apresentado crescimento desde 2012, atingindo o maior montante em 2021 ao registarem-se 6.130 milhões de euros (+3,8% que no ano transato).

– Quanto ao valor dos ativos fixos tangíveis em curso é representado por uma curva descendente desde 2010, acentuada em 2016 com um decréscimo de valor de -25,2%, mantendo essa trajetória em 2019, com uma descida de -0,7% (-12 milhões de euros). Todavia, em 2021 apresenta-se com um sentido ascendente traduzido pelo crescimento de valor em +24,0% (+473 milhões de euros). A este movimento não será alheio o facto de o investimento tangível ter aumentado no biénio de 2020/2021 e, por isso, poder ter aumentado, também, o registo de valor de obras em curso.

– As restantes componentes de Outros Ativos Fixos Tangíveis (equipamento básico, de transporte, biológico, administrativo e outros) apresentaram um valor residual muito baixo, pelo que não influenciaram a tendência evolutiva do ativo não corrente – Outros Ativos Fixos Tangíveis.

– O Quadro 3.05 apresenta a composição do imobilizado corpóreo entre 2011 e 2019.

No Gráfico 3.03 apresenta-se a evolução dos ativos fixos tangíveis entre 2011 e 2021.

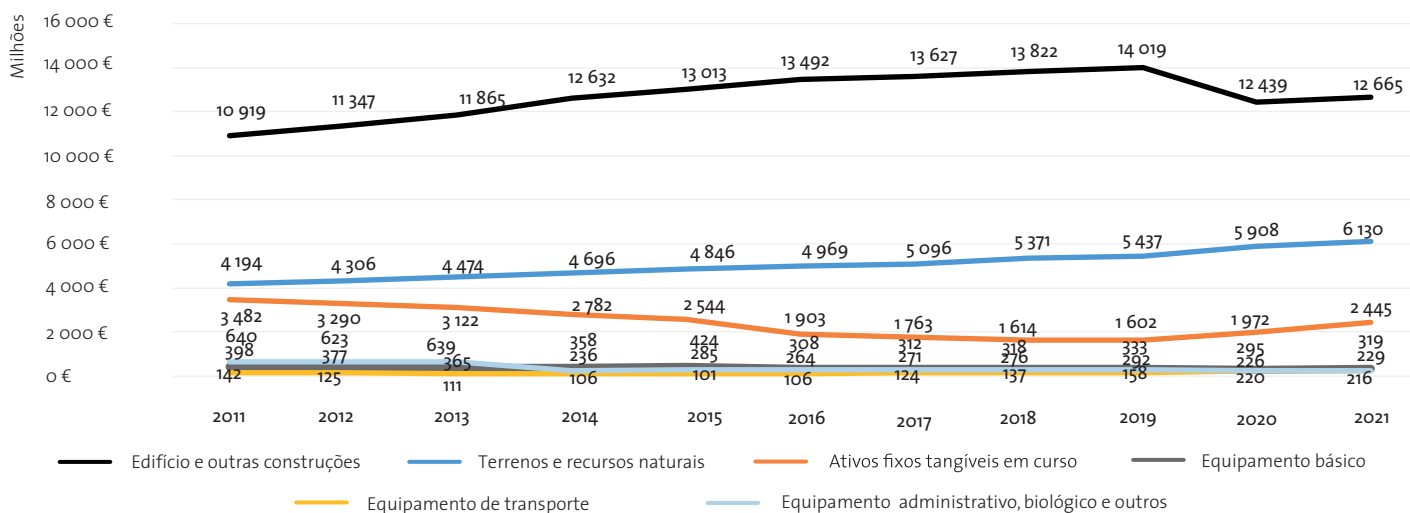
fico evolutivo dos **Outros Ativos Fixos Tangíveis** e tecer algumas observações sobre o mesmo.

⁶⁹ Os edifícios municipais que são considerados bens do domínio público estarão contabilizados na respetiva componente dos Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público.

Quadro 3.05 – Composição do Imobilizado corpóreo – POCAL 2011-2019

Imobilizado corpóreo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Edifícios	10 919	11 347	11 865	12 632	13 013	13 492	13 627	13 822	14 019
Terrenos	4 194	4 306	4 474	4 696	4 846	4 969	5 096	5 371	5 437
Imobilizado em curso	3 482	3 290	3 122	2 782	2 544	1 903	1 763	1 614	1 602
Equipamento básico	398	377	365	358	424	308	312	318	319
Outros	533	528	552	156	200	182	189	196	198
Equipamento de transporte	142	125	111	106	101	106	124	137	158
Equipamento administrativo	96	83	76	70	75	73	73	70	83
Ferramentas e utensílios	11	11	10	9	10	9	10	10	12
	19 776	20 069	20 575	20 810	21 213	21 041	21 194	21 539	21 840

Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: outros



Concluindo a análise do Ativo não Corrente, apresentam-se dois *rankings* de municípios respetivamente com maior volume de Ativos Fixos Tangíveis (R49) e maior volume de Participações Financeiras⁷⁰ (R50).

⁷⁰ Os investimentos financeiros evoluíram de forma algo variável entre 2011 e 2019, mas com uma tendência crescente. Em 2019, ao contabilizar-se o valor total de 1.985,1 milhões de euros, no universo dos 308 municípios, verificou-se um aumento líquido de +65,8 milhões de euros (+3,4%) em relação ao ano anterior. Em 2020, ao comparar as participações financeiras com o investimento financeiro de 2019, verifica-se que as mesmas cresceram 335 milhões de euros, isto é, +16,9%. Considerando que, até 2019, os investimentos financeiros incluíam investimentos em imóveis, em SNC-AP reclassificados como propriedades de investimento, o aumento do valor das participações financeiras de 2019 para 2020 pode ser ainda mais considerável, ainda que tal variação possa resultar, em parte, da aplicação de novos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos no SNC-AP, e não necessariamente de novas aquisições.

R49 – Municípios com maior valor de Ativos Fixos Tangíveis – 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	Variação (%) 20-21	Peso no total – 2021
1	Lisboa	G	2 519 089 809	2 632 756 020	4,5%	7,3%
2	Porto	G	1 374 359 492	1 420 399 776	3,3%	3,9%
3	Loures	G	1 324 819 646	1 321 230 213	-0,3%	3,7%
4	Funchal	G	1 031 263 035	1 030 795 640	0,0%	2,9%
5	Vila Nova de Gaia	G	782 239 859	790 820 014	1,1%	2,2%
6	Sintra	G	714 516 183	726 257 386	1,6%	2,0%
7	Matosinhos	G	618 750 575	641 815 361	3,7%	1,8%
8	Cascais	G	508 947 436	636 071 963	25,0%	1,8%
9	Coimbra	G	571 907 759	599 446 075	4,8%	1,7%
10	Braga	G	479 772 397	477 181 860	-0,5%	1,3%
11	Oeiras	G	492 418 777	469 855 645	-4,6%	1,3%
12	Almada	G	455 402 149	463 494 919	1,8%	1,3%
13	Guimarães	G	405 049 093	416 028 123	2,7%	1,2%
14	Seixal	G	318 889 957	393 812 811	23,5%	1,1%
15	Gondomar	G	326 846 719	348 689 359	6,7%	1,0%
16	Vila Franca de Xira	G	347 193 166	344 247 422	-0,8%	1,0%
17	Maia	G	333 937 704	329 689 672	-1,3%	0,9%
18	Loulé	M	310 069 329	320 908 165	3,5%	0,9%
19	Castelo Branco	M	308 103 664	309 078 295	0,3%	0,9%
20	Setúbal	G	292 083 041	303 180 223	3,8%	0,8%
21	Leiria	G	296 204 946	297 219 400	0,3%	0,8%
22	Aveiro	M	275 998 627	291 844 263	5,7%	0,8%
23	Portimão	M	280 105 195	285 884 600	2,1%	0,8%
24	Vila Nova de Famalicão	G	260 561 958	280 426 941	7,6%	0,8%
25	Odivelas	G	252 005 717	272 486 667	8,1%	0,8%
26	Vila do Conde	M	259 412 454	259 014 466	-0,2%	0,7%
27	Santa Maria da Feira	G	233 678 263	245 494 507	5,1%	0,7%
28	Paredes	M	235 684 805	238 347 206	1,1%	0,7%
29	Amadora	G	224 521 160	234 970 931	4,7%	0,7%
30	Lagos	M	223 363 761	231 856 236	3,8%	0,6%
31	Valongo	M	224 080 025	226 051 992	0,9%	0,6%
32	Viana do Castelo	M	212 678 247	225 249 918	5,9%	0,6%
33	Pombal	M	221 672 667	219 370 994	-1,0%	0,6%
34	Montijo	M	207 048 445	219 344 846	5,9%	0,6%
35	Albufeira	M	204 445 419	218 927 310	7,1%	0,6%
Total dos 308 municípios			34 927 216 183	36 003 464 403	3,1%	100%

Lisboa é o município que apresenta maior volume de Ativos Fixos Tangíveis, com o volume de 2.632,7 milhões de euros, sendo seguido por Porto com 1.420,4 milhões de euros, Loures com 1.321,2 milhões de euros, e Funchal com 1.030,8 milhões de euros. Não há municípios de pequena dimensão neste ranking. Pelo significado que revestem as Participações Financeiras, apresenta-se o *Ranking* R50 com 35 municípios com maior volume das mesmas em 2021.

R50 – Municípios com maior valor de Participações Financeiras 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	Variação (%) 20-21	Peso no total – 2021
1	Lisboa	G	224 036 823	273 245 416	22,0%	10,6%
2	Porto	G	109 439 192	177 278 522	62,0%	6,9%
3	Vila Nova de Gaia	G	109 243 477	128 105 035	17,3%	5,0%
4	Oeiras	G	93 235 001	122 787 346	31,7%	4,8%
5	Amadora	G	86 487 532	113 831 356	31,6%	4,4%
6	Sintra	G	107 180 200	107 983 747	0,7%	4,2%
7	Covilhã	M	78 938 544	78 875 196	-0,1%	3,1%
8	Almada	G	72 329 892	68 648 916	-5,1%	2,7%
9	Vila Franca de Xira	G	65 789 245	66 674 361	1,3%	2,6%
10	Braga	G	64 937 421	64 828 031	-0,2%	2,5%
11	Castelo Branco	M	59 072 686	57 865 879	-2,0%	2,2%
12	Mafra	M	56 463 609	57 670 288	2,1%	2,2%
13	Santarém	M	56 508 810	56 220 141	-0,5%	2,2%
14	Coimbra	G	53 012 157	53 413 106	0,8%	2,1%
15	Vila Real	M	48 903 783	48 986 186	0,2%	1,9%
16	Vila Real de Santo António	P	38 962 391	38 962 391	0,0%	1,5%
17	Loures	G	39 262 979	36 857 286	-6,1%	1,4%
18	Cascais	G	39 679 181	34 699 933	-12,5%	1,3%
19	Portimão	M	33 768 800	33 768 800	0,0%	1,3%
20	Cantanhede	M	32 436 585	32 436 287	0,0%	1,3%
21	Viana do Castelo	M	27 835 846	29 150 600	4,7%	1,1%
22	Valongo	M	21 067 803	28 530 920	35,4%	1,1%
23	Loulé	M	12 158 093	28 464 869	134,1%	1,1%
24	Esposende	M	27 847 010	28 076 875	0,8%	1,1%
25	Montijo	M	24 842 294	24 076 597	-3,1%	0,9%
26	Olhão	M	21 815 735	22 930 196	5,1%	0,9%
27	Maia	G	21 250 361	22 796 378	7,3%	0,9%
28	Odivelas	G	23 139 020	21 278 055	-8,0%	0,8%
29	Matosinhos	G	4 617 959	20 460 858	343,1%	0,8%
30	Abrantes	M	19 852 242	18 531 377	-6,7%	0,7%
31	Évora	M	18 213 248	18 365 698	0,8%	0,7%
32	Praia da Vitória	P	17 864 938	17 701 779	-0,9%	0,7%
33	Torres Novas	M	17 199 738	17 280 471	0,5%	0,7%
34	Angra do Heroísmo	M	17 143 259	16 830 711	-1,8%	0,7%
35	Alcanena	P	16 589 562	16 615 858	0,2%	0,6%
Total dos 308 municípios			2 319 845 423	2 584 364 663	11,4%	100,0%

Lisboa lidera o *ranking* das participações financeiras com 273,2 milhões de euros, representando 10,6% do total das participações. É seguido do Porto, Vila Nova de Gaia e Oeiras, com respetivamente 177,3 milhões de euros, 128,1 milhões de euros e 122,8 milhões de euros. Existem três municípios de pequena dimensão neste *ranking*: Vila Real de Santo António, Praia da Vitória e Alcanena.

No Quadro 3.06 apresenta-se a composição das dívidas a receber (curto prazo e médio/longo prazo) desagregadas pelos seus diferentes elementos, entre 2011 e 2019, apresentando-se separadamente o quadro homólogo relativo ao biénio de 2020/2021 (Quadro 3.07).

Quadro 3.06 – Composição das Dívidas a Receber – POCAL 2011-2019

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Variação (%)	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18-19	10-19
Dívidas a receber m/l prazo	130,2	129,0	123,1	99,2	97,5	66,7	86,8	76,1	85,2	11,9%	-1,3%
Empréstimos concedidos (curto p.)	6,2	5,5	6,2	4,5	9,4	7,4	3,0	2,0	11,8	490,3%	62,3%
Clientes, contribuintes e utentes (c.p.)	231,2	234,1	235,6	225,1	239,8	255,2	215,3	183,8	191,8	4,3%	-11,9%
Estado e outros entes públicos (c.p.)	28,7	26,3	28,7	29,2	30,4	31,0	25,7	30,0	27,6	-7,9%	22,2%
Administração Autárquica (c.p.)	66,4	35,7	59,7	9,3	12,1	10,6	7,4	7,5	10,5	39,0%	-87,7%
Adiantamentos (c.p.)	12,4	10,9	8,7	8,5	9,8	9,4	9,0	9,9	13,5	36,5%	26,0%
Outros devedores (c.p.)	850,7	796,0	665,2	482,5	440,0	376,3	315,0	307,5	319,0	3,7%	-58,4%
Outros (c.p.)	2,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100%	-100%
Total de dívidas a receber em 31/12	1 327,9	1 237,8	1 127,2	858,2	839,0	756,5	662,1	616,9	659,4	6,9%	-44,9%

Quadro 3.07 – Composição das Dívidas a Receber – SNC-AP 2020 e 2021

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	2020		2021		Variação (%) 20-21
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	3,4	0,1%	4,5	0,2%	31,5%
Clientes contribuintes e utentes	0,5	0,0%	1,6	0,1%	252,1%
Outras contas a receber	98,2	3,9%	132,9	5,0%	35,3%
Dívidas a receber não correntes	102,1	4,0%	139,0	5,2%	36,2%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	203,1	8,0%	211,4	7,9%	4,1%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,9	0,0%	0,7	0,0%	-15,0%
Clientes contribuintes e utentes	203,7	8,0%	191,1	7,1%	-6,2%
Estado e outros entes públicos	26,2	1,0%	28,3	1,1%	7,9%
Acionistas/ sócios/ associados	0,2	0,0%	0,1	0,0%	-6,5%
Outras contas a receber	2 010,3	78,9%	2 106,3	78,7%	4,8%
Dívidas a receber correntes	2 444,4	96,0%	2 537,9	94,8%	3,8%
Total Dívidas a receber	2 546,5	100%	2 676,9	100%	5,1%

Da observação dos Quadros 3.06 e 3.07 anota-se que:

- Entre 2011 e 2019 foi essencialmente no sentido descendente a evolução do valor global das dívidas a receber, verificando-se um acréscimo de valor de +11% em 2011 e uma descida acentuada do valor deste agregado do Ativo a partir desse ano até 2018, tendo apresentado uma ligeira subida em 2019;
- Em 2021 o valor total das dívidas a receber foi de 2.676,9 milhões de euros, superior em +130,4 milhões de euros (+5,1%) ao valor escriturado em 2020. Este valor subdivide-se em **dívidas a receber não correntes** no total de 139,0 milhões de euros e **dívidas a receber correntes** no total de 2.537,9 milhões de euros representando 94,8% do total das dívidas a receber. A componente mais representativa das dívidas a receber, em 2021, foi **outras contas a receber correntes (correntes)** no valor de 2.106,3 milhões de euros;⁷¹
- Em 2021, verificou-se que 305 municípios apresentaram valores correntes inscritos em clientes contribuintes e utentes no total de 191,1 milhões de euros (-6,2%), 209 municípios apresentaram valores inscritos em devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no total de 211,4 milhões de euros (+4,1%), e 302 municípios apresentaram valores inscritos em outras contas a receber no total de 2.106,3 milhões de euros (+4,8%);
- Pesando apenas 1,1% nas dívidas a receber, a dívida do **Estado e outros entes públicos**⁷² totalizou em 2021, 28,3 milhões de euros, crescendo +7,9%.

Apresenta-se a seguir o *Ranking* R51 com a listagem dos 35 municípios com maior valor de dívidas a receber. Neste *ranking*, destaca-se o município de Lisboa que apresenta um volume de dívidas a receber no montante de 271,0 milhões de euros, representando 10,1% do total das dívidas a receber registadas pelos 308 municípios em 2021.

⁷¹ Note-se que, em SNC-AP, os acréscimos de proveitos foram reclassificados em devedores por acréscimos incluídos neste montante de outras contas a receber correntes.

⁷² Trata-se de uma dívida constituída essencialmente por dívida do Estado aos municípios e refletirá, fundamentalmente, o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá, também, pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido nesta rubrica, eventual IVA a recuperar pelos municípios com serviços municipais integrados.

R51 – Municípios com maior valor de dívidas a receber em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	Variação (%) 20-21	Peso no total – 2021
1	Lisboa	G	299 494 554	270 974 543	-9,5%	10,1%
2	Porto	G	121 823 368	126 073 750	3,5%	4,7%
3	Cascais	G	19 636 004	76 671 907	290,5%	2,9%
4	Vila Nova de Gaia	G	72 376 707	76 308 212	5,4%	2,9%
5	Sintra	G	59 769 281	70 067 223	17,2%	2,6%
6	Braga	G	52 453 514	57 321 924	9,3%	2,1%
7	Setúbal	G	64 717 040	54 752 418	-15,4%	2,0%
8	Maia	G	47 889 291	49 670 446	3,7%	1,9%
9	Matosinhos	G	47 099 006	48 226 128	2,4%	1,8%
10	Loulé	M	39 231 578	44 664 472	13,8%	1,7%
11	Loures	G	41 653 994	42 855 117	2,9%	1,6%
12	Almada	G	43 315 523	42 097 159	-2,8%	1,6%
13	Gondomar	G	38 154 353	41 118 276	7,8%	1,5%
14	Leiria	G	31 593 990	39 003 020	23,5%	1,5%
15	Coimbra	G	31 625 652	38 881 262	22,9%	1,5%
16	Guimarães	G	37 778 572	38 200 395	1,1%	1,4%
17	Seixal	G	35 665 987	37 067 746	3,9%	1,4%
18	Portimão	M	36 607 227	34 385 011	-6,1%	1,3%
19	Vila Real de Santo António	P	19 120 317	33 512 535	75,3%	1,3%
20	Mafra	M	31 183 547	32 535 837	4,3%	1,2%
21	Odivelas	G	29 781 668	32 155 737	8,0%	1,2%
22	Albufeira	M	30 693 234	31 391 277	2,3%	1,2%
23	Sesimbra	M	30 911 609	30 188 190	-2,3%	1,1%
24	Viseu	M	25 217 563	28 711 218	13,9%	1,1%
25	Funchal	G	40 403 265	28 520 970	-29,4%	1,1%
26	Santa Maria da Feira	G	27 373 505	26 947 973	-1,6%	1,0%
27	Lagos	M	25 157 658	26 072 735	3,6%	1,0%
28	Vila Nova de Famalicão	G	26 402 352	26 025 080	-1,4%	1,0%
29	Amadora	G	26 402 568	25 106 830	-4,9%	0,9%
30	Torres Vedras	M	28 464 364	24 426 559	-14,2%	0,9%
31	Vila Franca de Xira	G	23 896 118	24 292 382	1,7%	0,9%
32	Santo Tirso	M	22 540 511	22 699 843	0,7%	0,8%
33	Figueira da Foz	M	22 991 790	22 124 337	-3,8%	0,8%
34	Cartaxo	M	17 925 188	18 099 155	1,0%	0,7%
35	Valongo	M	16 780 416	17 266 806	2,9%	0,6%
Total dos 308 municípios			2 546 500 086	2 676 922 379	5,1%	100,0%

As **disponibilidades**⁷³, no SNC-AP designadas de **Meios Financeiros Líquidos**, representam o total dos valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis (instrumentos financeiros detidos como aplicação financeira de curto

⁷³ Estando incluídos no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa, montantes relativos a meras operações de tesouraria, procedeu-se, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades dos municípios, à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores, clientes e do saldo de operações de tesouraria.

prazo, considerados ativos financeiros). No Quadro 3.08 apresenta-se a composição das disponibilidades agrupadas por anos de mandato, e a variação em 2021 relativamente ao ano anterior.

- Verifica-se que as **disponibilidades reais** diminuíram -2,0% (-47 milhões de euros) em relação a 2020, totalizando no final do ano económico 2.314,5 milhões de euros.
- O valor relativo a operações de tesouraria cresceu +16,9% e apresentou o montante de 283,6 milhões de euros em 2021.

Quadro 3.08 – Disponibilidades (caixa e depósitos) e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Disponibilidades	POCAL										SNC-AP		Variação (%)	
	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	20-21	11-21	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	666,0	761,2	874,7	1 021,3	1 329,9	1 624,4	1 916,7	2 129,1	2 534,1	2 603,7	2 593,5	-0,4%	289,4%	
Ativos financeiros detidos para negociação & outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,6	4,6	0,8	-	
Títulos negociáveis (POCAL)	15,6	15,7	9,3	4,4	6,7	9,9	16,6	29,6	30,8	-	-	-	-	
(1) Total de disponibilidades	681,6	777,0	884,0	1 025,7	1 336,6	1 634,3	1 933,3	2 158,7	2 564,9	2 606,3	2 598,1	-0,3%	281,2%	
(2) Operações de Tesouraria	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1	239,3	242,6	283,6	16,9%	58,1%	
(3=1-2) Total de disponibilidades reais	502,2	596,1	697,0	836,2	1 147,2	1 442,5	1 727,6	1 939,6	2 325,6	2 363,7	2 314,5	-2,1%	360,8%	

O *Ranking* R52 ordena os municípios com maiores disponibilidades (meios financeiros líquidos) reais em 2021.

R52 – Municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Sintra	G	28 180 145	14 271 843	23 742 939	48 402 219	56 277 709	75 061 934	108 018 944	140 298 104	171 818 344	185 504 749	202 340 789
2 Lisboa	G	26 806 245	25 916 662	27 949 251	11 091 076	123 986 780	97 022 807	208 275 435	146 718 167	370 933 484	263 072 555	126 760 785
3 Amadora	G	57 544 319	66 114 910	60 847 743	64 103 771	71 391 442	75 109 656	79 977 714	90 631 986	99 050 491	99 335 169	91 298 385
4 Porto	G	6 185 303	16 386 143	23 647 892	45 372 451	49 201 361	66 033 962	88 445 703	85 736 610	97 774 034	96 513 208	90 344 766
5 Cascais	G	64	375 015	22	10	581	2 781 569	39 789 032	67 710 744	74 951 427	62 718 691	60 538 312
6 Loulé	M	2 067 664	2 379 396	12 927 794	17 673 961	37 985 128	63 409 771	74 226 136	74 071 448	63 890 801	48 020 494	55 209 718
7 Almada	G	28 838 136	29 374 839	31 594 608	35 152 960	35 533 300	27 626 865	22 211 059	34 785 503	43 823 435	43 899 666	53 035 931
8 Santa Maria da Feira	G	881 779	884 806	3 295 543	10 078 465	17 288 911	21 898 737	27 624 687	31 715 363	38 806 438	49 226 490	50 247 906
9 Castelo Branco	M	31 791 413	37 842 861	28 186 890	28 741 499	29 844 771	30 222 251	28 683 641	30 419 903	34 982 091	39 537 809	44 720 762
10 Maia	G	1 651 219	6 788 773	6 676 825	3 234 891	11 310 502	16 405 049	15 495 844	20 601 236	23 370 641	37 155 218	42 559 541
11 Oeiras	G	3 239 465	9 419 902	13 895 541	21 734 828	35 078 207	47 557 011	84 020 294	109 867 707	106 822 914	87 126 437	41 556 652
12 Aveiro	M	1 655 953	1 162 095	4 535 960	8 307 283	13 260 246	19 097 430	37 791 101	48 334 795	56 026 233	51 999 799	40 827 348
13 Leiria	G	1 748 407	4 080 407	9 557 922	16 110 735	26 693 007	38 643 151	39 081 558	48 995 386	42 246 039	44 086 749	40 705 789
14 Albufeira	M	4 005 117	4 117 360	10 288 733	12 772 942	40 806 480	57 080 804	73 750 697	74 984 559	71 500 942	56 515 084	36 225 278
15 Odivelas	G	1 313 827	2 070 322	3 413 672	4 173 442	6 807 721	6 658 028	9 376 412	17 698 872	25 749 968	32 699 364	35 536 999
16 Lagos	M	601 860	1 434 802	2 888 220	3 816 125	6 674 758	12 442 013	16 757 059	27 220 839	35 597 205	35 262 589	32 477 957
17 Barcelos	G	480 874	1 035 973	1 077 025	2 012 471	4 806 780	10 434 483	12 903 791	19 143 137	15 243 947	23 430 246	30 153 254
18 Matosinhos	G	3 218 380	4 904 455	8 585 798	7 499 593	14 341 095	19 637 487	31 491 073	33 102 499	37 358 661	29 141 693	29 224 457
19 Oliveira de Azeméis	M	1 360 744	792 473	1 873 625	1 508 268	1 420 369	2 433 706	3 350 251	8 588 454	13 166 449	19 198 874	28 353 796
20 Guimarães	G	1 085 101	845 686	16 610 076	20 901 626	28 979 058	33 084 099	23 840 194	15 117 394	16 334 867	20 710 572	27 053 002
21 Portimão	M	673 068	240 805	25 353	1 151 918	805 285	7 104 333	10 536 081	23 006 616	24 493 721	28 297 066	26 004 734
22 Vila Nova de Gaia	G	1 589 895	–853 827	1 466 006	1 040 735	1 902 501	14 045 581	17 371 646	20 115 390	28 255 907	19 153 262	23 219 346
23 Seixal	G	138 664	193 492	1 039 784	3 413 621	8 911 301	16 709 250	18 773 914	19 337 057	20 058 492	18 012 068	22 132 050
24 V. N. de Famalicão	G	125 172	5 317 459	107 413	3 411 366	5 676 170	15 339 410	14 290 736	14 680 322	16 640 438	22 101 206	22 001 919
25 Alcobaça	M	53 347	383 501	268 157	3 355 342	2 765 443	8 034 641	9 630 272	12 750 966	16 828 742	20 725 013	19 886 207
26 Tavira	M	670 626	3 092 274	5 547 906	7 423 631	10 491 882	13 567 510	15 130 722	18 580 988	21 255 559	20 613 356	18 778 061
27 Silves	M	1 317 384	1 705 735	3 316 846	2 727 015	4 062 157	7 525 564	11 069 136	10 399 725	10 178 927	19 749 491	18 328 936
28 Viseu	M	7 369 370	15 054 942	20 711 655	23 625 217	28 743 247	31 556 974	28 863 571	21 266 421	20 603 685	22 873 403	18 154 519
29 Grândola	P	967 747	1 086 716	883 292	1 736 329	2 072 608	3 151 212	11 418 773	12 845 912	12 452 787	13 285 315	18 116 130
30 Bragança	M	183 997	161 168	743 933	4 978 529	7 786 888	8 760 041	6 959 541	7 464 675	9 174 680	11 904 937	17 619 370
31 Coruche	P	3 952 352	6 573 917	9 608 630	10 560 955	11 071 506	13 261 157	13 279 515	11 780 557	10 789 270	14 285 210	16 996 877
32 Palmela	M	1 349 949	1 208 096	4 412 140	5 885 477	6 560 733	5 797 228	6 148 756	9 629 910	10 445 732	10 564 544	16 667 609
33 Marco de Canaveses	M	2 282 167	2 688 491	5 093 167	6 727 103	8 867 644	10 447 227	10 031 847	12 172 806	13 970 012	17 506 670	15 869 776
34 Alcácer do Sal	P	729 144	837 698	1 566 268	867 415	1 901 036	2 546 849	1 629 352	3 067 827	3 231 047	5 148 503	14 139 554
35 Marinha Grande	M	164 442	838 889	2 635 080	4 882 510	7 258 381	9 809 507	12 662 942	12 704 374	11 639 448	11 250 611	13 676 179
Total dos 308 municípios		502 247 157	596 135 499	697 049 225	836 237 126	1 147 205 368	1 442 518 018	1 727 588 596	1 939 564 190	2 325 639 460	2 361 100 202	314 548 838

- Neste *ranking* dos municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2021, é Sintra que apresenta maior valor, no montante de 202,3 milhões de euros, seguido de Lisboa com o montante de 126,8 milhões de euros. Todos os restantes municípios apresentam valores inferiores a 100 milhões de euros, sendo que o último desta listagem apresenta o montante de 13,7 milhões de euros, valor muito distante do apresentado pelos primeiros da lista.
- Só três municípios deste *ranking* são de pequena dimensão: Grândola, Coruche e Alcácer do Sal, com valores de disponibilidades entre os 18,1 milhões de euros e 14,1 milhões de euros.

3.4 Fundos Próprios (Património Líquido) e Rendimentos Diferidos

No Quadro 3.09 e no Quadro 3.10, apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios (designados de Património Líquido em SNC-AP) con-

siderando o universo dos municípios. Os Fundos Próprios⁷⁴, sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, representam o valor do património líquido de cada município e, em conjunto, da totalidade do setor municipal.

⁷⁴ De acordo com o POCAL, os proveitos diferidos eram reconhecidos no Passivo (conta «2745 – Proveitos diferidos, subsídios para investimentos», por exemplo). Dado que, na realidade, na sua maioria, a não ser que sejam sujeitos a condições (ver NCP 14), não cumprem a definição de Passivo, nos anos anteriores a 2020, incluímos esse valor, separadamente, no Quadro 3.09, já antecipando o procedimento do SNC-AP para transferências e subsídios de capital obtidos, sem condições.

Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios – POCAL 2010-2019

Unidade: milhões de euros

Fundos Próprios	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Variação (%)	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18-19	10-19
Fundo patrimonial	21 251,7	21 494,5	21 899,6	22 157,1	22 486,9	22 689,2	22 835,2	23 156,3	23 415,6	1,1%	9,2%
Ajustamento de partes capital em empresas	140,1	142,0	173,8	174,1	163,5	223,3	238,9	243,5	233,2	-4,3%	99,5%
Reservas*	1 446,6	1 626,7	1 780,1	1 815,8	1 963,0	1 994,5	2 289,7	2 530,1	2 679,7	5,9%	98,7%
Doações	610,6	483,7	528,0	571,6	650,2	728,4	744,6	801,4	838,8	4,7%	43,7%
Subsídios + cedências + outros	229,9	139,7	139,6	194,8	275,6	296,1	311,6	170,6	176,2	3,3%	-13,1%
Resultados transitados	1 360,3	1 019,5	1 312,9	977,8	946,2	1 368,0	1 605,4	1 869,0	2 205,6	18,0%	46,9%
Resultados do exercício	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	472,6	611,1	29,3%	499,4%
Total dos Fundos Próprios	25 182,6	25 491,0	25 904,5	26 049,3	27 106,7	27 714,2	28 483,0	29 243,4	30 160,2	3,1%	19,2%
Proveitos diferidos	6 049,8	6 575,3	6 795,5	6 854,8	6 900,3	6 725,8	6 610,7	6 553,1	6 582,8	0,5%	24,2%
Total dos fundos próprios e proveitos diferidos	31 232,4	32 066,3	32 700,0	32 904,1	34 006,9	34 440,0	35 093,7	35 796,6	36 743,1	2,6%	20,0%
Peso sobre o Ativo líquido total	77,1%	79,5%	80,2%	81,5%	82,9%	84,0%	85,0%	86,2%	87,2%	1,2%	14,2%

* Inclui todas as reservas: de reavaliação, legais, estatutárias, livres e decorrentes da transferência de ativos. As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas dos ativos imobilizados não financeiros. O POCAL, contudo, condicionava as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito. O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permitia reavaliar bens cujo valor atual fosse significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem existir nos balanços dos municípios.

Quadro 3.10 – Composição do Património Líquido – SNC-AP 2020 e 2021

Unidade: milhões de euros

Património líquido	2020		2021		Variação (%) 20-21
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Património / Capital	23 486,4	63,3%	23 620,4	61,5%	0,6%
Reservas	1 787,2	4,8%	1 821,4	4,7%	1,9%
Resultados transitados	3 037,0	8,2%	3 079,5	8,0%	1,4%
Ajustamentos em ativos financeiros	669,9	1,8%	715,6	1,9%	6,8%
Excedentes de revalorização	106,6	0,3%	106,0	0,3%	-0,5%
<i>Outras variações no património líquido</i>	8 005,7	21,6%	8 968,6	23,4%	12,0%
Resultado líquido do período	34,0	0,1%	91,3	0,2%	168,9%
Outros	0,3	0,0%	0,3	0,0%	0,0%
Total do património líquido	37 127,1	100%	38 403,1	100,0%	3,4%
Peso sobre o Ativo líquido total	85,9%	--	85,9%	--	

Da análise dos dois quadros anteriores relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido):

- No final de 2021 o total do **património líquido** era igual a 38.403,1 milhões de euros, representando uma taxa de crescimento de +3,4% face ao total do património líquido apresentado em 2020. A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 23.620,4 milhões de euros, representou 61,5% do total do património líquido e aumentou, em relação ao valor apresentado em 2020, cerca de +0,6% (+134,0 milhões de euros);
- Relativamente a 2021, verifica-se que o **resultado líquido do período** para todo o setor municipal, foi de 91,3 milhões de euros, representou apenas 0,2% do património líquido e aumentou em relação ao registo de 2020 cerca de +57 milhões de euros (+168,9%). Mais se verifica que 142 municípios apresentaram resultados líquidos negativos em 2021;
- Pelo peso que passou a representar no património líquido, com o SNC-AP, releva-se o valor de **outras variações no património líquido**, item que registou no final de 2021 o valor de 8.968,6 milhões de euros, isto é, 23,4% do total do património líquido. Nesta rubrica incluem-se entre outros, as transferências e subsídios de capital para

ativos depreciables, sem condições, antes reconhecidos como proventos diferidos, e que em 2020 totalizaram 6.005,7 milhões e euros, crescendo assim, +12%;

- Relativamente às **reservas** constatou-se que em 2021 o montante contabilizado foi de 1.821,4 milhões de euros, tendo aumentado +1,9% face ao ano anterior;
- Os **resultados transitados**, em 2021, apresentaram o valor de 3.079,5 milhões de euros, representando 8,0% do total do património líquido e um aumento de +1,4% em relação ao valor escriturado em 2020. Anote-se que nesta rubrica incluem-se os *ajustamentos de transição para o SNC-AP*;
- Os **ajustamentos em ativos financeiros**, nomeadamente relacionados com participações financeiras contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial, em 2021 rondaram os 715,6 milhões de euros (representando 1,9% do total do património líquido de todos os municípios, neste ano). Face a 2020, houve um aumento de +46 milhões de euros (+6,8%), a que não serão alheias as exigências de reconhecimento e mensuração do novo SNC-AP.

3.5 Passivo

3.5.1 Composição e estrutura do Passivo

No presente Anuário continuaremos a dividir o Passivo corrente e o Passivo não corrente em três grandes componentes:

- Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar;
- Passivo eventualmente exigível, constituído pelas provisões;
- Passivo eventualmente não exigível, refletido nos diferimentos e passivos por impostos diferidos.

Quando se comenta o Passivo de qualquer entidade, referem-se particularmente as dívidas para com terceiros (contas a pagar), separando-se o passivo eventualmente exigível e o passivo eventualmente não exigível. Incluir estas duas últimas componentes na análise do passivo poderá conduzir a análises financeiras distorcidas, ainda que mais prudentes, da condição financeira do setor público municipal.

Assim, neste capítulo, o total do passivo que importará analisar será o passivo exigível que constitui as dívidas a pagar, pelo que não serão objeto de análise pormenorizada o valor contabilístico inscrito em provisões, que traduzem responsabilidades com alguma contingência e, por isso, incertas de concretização, nem os diferimentos e passivos por impostos diferidos⁷⁵ que, em princípio, não representam quaisquer encargos para com terceiros.

Pela análise do Quadro 3.11 conclui-se que:

- O total do **Passivo não corrente** foi, em 2021, de 4.316,0 milhões de euros, representou 68,2% do passivo total e cresceu +2,6% face a 2020, enquanto o **Passivo corrente** no valor de 2.007,9 milhões de euros, representou 31,8% do total do Passivo e cresceu +5,4%;
- Mais se verificou que o total do **Passivo exigível** foi de 4.404,0 milhões de euros, representou 69,6% do Passivo total e aumentou +2,1%;
- Os **financiamentos obtidos** de médio e longo prazo são a maior

parcela do Passivo apresentando, em 2021, o valor de 2.417,7 milhões de euros, representando 38,2% do Passivo total e tendo crescido +0,7% face a 2020;

- Os **diferimentos não correntes e correntes**, respetivamente no valor de 605,3 milhões de euros e 380,6 milhões de euros, em conjunto representaram 15,6% do Passivo total e cresceram +9,8%;
- As **provisões** (passivo eventualmente exigível) atingiram cerca de 934,0 milhões de euros, pesando 14,8% do passivo total, refletindo um montante considerável de responsabilidades potenciais. Cresceram +3,9% face a 2020, evidenciando prudência por parte dos municípios portugueses ao refletirem riscos de desembolsos futuros nas suas contas.

3.5.2 Passivo exigível

Os Quadros 3.12, 3.13 e 3.14 mostram os valores das diferentes componentes do Passivo Exigível no período de 2011-2021, bem como as correspondentes variações anuais.

⁷⁵ Anota-se que os passivos por impostos diferidos refletem obrigações futuras associadas à tributação do rendimento. A matéria dos impostos diferidos não encontra orientações em nenhuma NCP do SNC-AP, pelo que as entidades que os tenham reconhecido terão recorrido a aplicação supletiva do SNC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Quadro 3.11 – Componentes do Passivo do Balanço – SNC-AP 2020 e 2021

Unidade: milhões de euros

	Componentes do Passivo	2020		2021		Variação (%) 20-21
		Valor	Peso	Valor	Peso	
Passivo eventualmente exigível	Provisões	899,1	14,7%	934,0	14,8%	3,9%
Passivo exigível	Financiamentos obtidos	2 400,9	39,3%	2 417,7	38,2%	0,7%
	Fornecedores de investimentos	22,8	0,4%	20,0	0,3%	-12,6%
	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,0	0,0%	0,0	0,0%	--
	Outras contas a pagar	253,4	4,1%	280,9	4,4%	10,9%
	Fornecedores	60,7	1,0%	58,1	0,9%	-4,3%
Passivo eventualmente não exigível	Diferimentos	570,4	9,3%	605,3	9,6%	6,1%
	Passivos por impostos diferidos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	--
	Total do Passivo não corrente	4 207,3	68,8%	4 316,0	68,2%	2,6%
Passivo exigível	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	35,1	0,6%	51,4	0,8%	46,5%
	Fornecedores	221,8	3,6%	232,3	3,7%	4,7%
	Adiantamentos de clientes contribuintes e utentes	15,5	0,3%	13,2	0,2%	-15,4%
	Estado e outros entes públicos	43,0	0,7%	47,5	0,8%	10,5%
	Acionistas/sócios/associados	0,4	0,0%	0,0	0,0%	-100%
	Financiamentos obtidos	353,5	5,8%	323,5	5,1%	-8,5%
	Fornecedores de investimentos	120,5	2,0%	132,3	2,1%	9,8%
	Outras contas a pagar	786,7	12,9%	827,1	13,1%	5,1%
	Passivos financeiros detidos para negociação	0,0	0,0%	0,0	0,0%	--
	Outros passivos financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	--
Passivo eventualmente não exigível	Diferimentos	327,8	5,4%	380,6	6,0%	16,1%
	Total do Passivo corrente	1 904,5	31,2%	2 007,9	31,8%	5,4%
	Passivo Total	6 111,8	100%	6 324,0	100,0%	3%
	Total Passivo eventualmente exigível	899,1	14,7%	934,0	14,8%	3,9%
	Total Passivo exigível	4 314,5	70,6%	4 404,0	69,6%	2,1%
	Total Passivo eventualmente não exigível	898,2	14,7%	985,9	15,6%	9,8%

Quadro 3.12 – Componentes do Passivo Exigível – 2011–2021

Unidade: milhões de euros

Passivo Exigível	POCAL										SNC-AP
	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Financiamentos obtidos	4 303,5	3 991,4	4 018,2	3 823,1	3 426,6	3 051,4	2 916,2	2 753,3	2 622,2	2 400,9	2 417,7
Fornecedores e outros credores	693,5	379,3	467,8	578,8	703,0	647,8	512,3	335,7	269,0	336,9	359,0
Total de dívidas a pagar não correntes	4 997,1	4 370,7	4 485,9	4 401,9	4 129,5	3 699,2	3 428,5	3 089,0	2 891,2	2 737,8	2 776,7
Financiamentos obtidos	237,9	178,2	241,3	256,3	290,8	361,1	323,8	271,5	243,0	353,5	323,5
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos/gastos*	3 273,2	2 874,9	2 419,2	2 008,4	1 793,0	1 532,5	1 411,3	1 402,5	1 318,2	1 223,2	1 303,8
Total de dívidas a pagar correntes	3 511,1	3 053,2	2 660,6	2 264,7	2 083,8	1 893,7	1 735,1	1 674,0	1 561,2	1 576,7	1 627,3
Total dívidas a pagar (Passivo exigível)	8 508,2	7 423,8	7 146,5	6 666,7	6 213,3	5 592,9	5 163,6	4 763,0	4 452,5	4 314,5	4 404,0

*Foi adicionado o valor de acréscimos de custos para efeitos de comparabilidade entre 2020 e anos anteriores, já que em SNC-AP os correspondentes credores por acréscimos de gastos estão em outras contas a pagar.

Quadro 3.13 – Variação em valor absoluto das componentes do Passivo Exigível

Unidade: milhões de euros

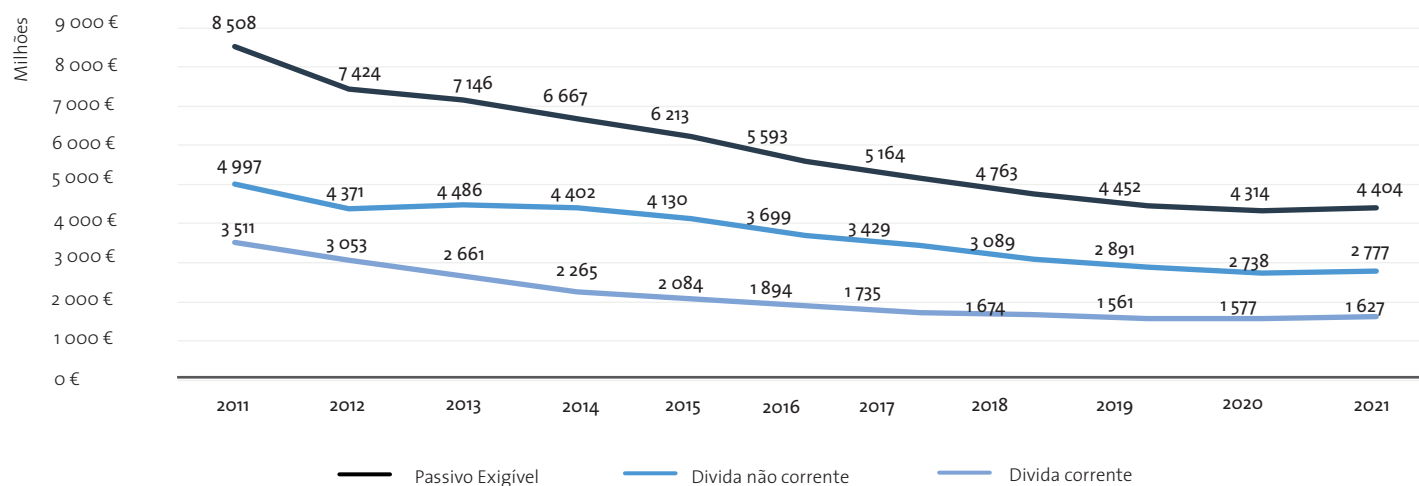
Passivo	Variação em milhões de euros									
	11–12	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21
Financiamentos obtidos	–312,2	26,8	–195,1	–396,5	–375,1	–135,3	–162,9	–131,1	–221,3	16,8
Fornecedores e outros credores	–314,2	88,5	111,1	124,1	–55,2	–135,4	–176,6	–66,7	67,9	22,1
Total de dívidas a pagar não correntes	–626,4	115,2	–84,0	–272,4	–430,3	–270,7	–339,5	–197,8	–153,4	38,9
Financiamentos obtidos	–59,6	63,1	15,0	34,4	70,4	–37,3	–52,3	–28,5	110,5	–30,0
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos	–398,3	–455,7	–410,8	–215,4	–260,5	–121,2	–8,8	–84,3	–95,0	80,6
Total de dívidas a pagar correntes	–457,9	–392,6	–395,8	–181,0	–190,1	–158,5	–61,1	–112,8	15,5	50,6
Total Passivo exigível	–1 084,3	–277,4	–479,8	–453,4	–620,5	–429,2	–400,6	–310,6	–138,0	89,5

Quadro 3.14 – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível

Passivo Exigível	Variação em %									
	11–12	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21
Financiamentos obtidos	–7,3%	0,7%	–4,9%	–10,4%	–10,9%	–4,4%	–5,6%	–4,8%	–8,4%	0,7%
Fornecedores e outros credores	–45,3%	23,3%	23,7%	21,4%	–7,9%	–20,9%	–34,5%	–19,9%	25,2%	6,6%
Total de dívidas a pagar não correntes	–12,5%	2,6%	–1,9%	–6,2%	–10,4%	–7,3%	–9,9%	–6,4%	–5,3%	1,4%
Financiamentos obtidos	–25,1%	35,4%	6,2%	13,4%	24,2%	–10,3%	–16,2%	–10,5%	45,5%	–8,5%
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos	–12,2%	–15,9%	–17,0%	–10,7%	–14,5%	–7,9%	–0,6%	–6,0%	–7,2%	6,6%
Total de dívidas a pagar correntes	–13,0%	–12,9%	–14,9%	–8,0%	–9,1%	–8,4%	–3,5%	–6,7%	1,0%	3,2%
Total Passivo exigível	–12,7%	–3,7%	–6,7%	–6,8%	–10,0%	–7,7%	–7,8%	–6,5%	–3,1%	2,1%

Em complemento à informação já prestada do Passivo Exigível no universo dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.04 com a evolução das suas principais componentes.

Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo Exigível 2011-2021



Da análise dos Quadros 3.12, 3.13 e 3.14, bem como do Gráfico 3.04 pode-se referir:

- Depois de decréscimos sucessivos do **Passivo exigível** dos municípios, entre 2011 e 2020, este cresceu em 2021 cerca de +2,1%;
- Em 2021 o **passivo exigível apresentou o valor de 4.404,0 milhões de euros**, mostrando um acréscimo de +89,5 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Contribuiu para este aumento tanto o acréscimo de valor de **fornecedores e credores** de curto prazo, como o acréscimo de valor de **fornecedores e credores** de médio e longo prazo, ambos em +6,6% e respetivamente em +80,6 milhões de euros e +22,1 milhões de euros;
- Considerando que nos últimos dez anos em análise, o momento com maior dívida global proveniente de **financiamentos obtidos de médio e longo prazo**, no setor municipal, ocorreu em 2011, será de realçar

a descida de **financiamentos** obtidos no Passivo não corrente, entre 2011 e 2021, em -1.885,8 milhões de euros (-43,8%) resultante, essencialmente, da quebra de utilização de empréstimos bancários;

- Em 2021 a diminuição de **financiamentos obtidos** no Passivo corrente, face a 2020, foi de -8,5% (-30,0 milhões de euros), tendo sido apresentados nesta rubrica 323,5 milhões de euros;

- Da análise das contas verificou-se que 83 municípios dos 159 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL, ATU e FAM, apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2011 e 2021.

No que se refere à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do FAM, o Quadro 3.15 mostra os 13 municípios que recorreram à referida linha de apoio financeiro, bem como o total em dívida ao FAM, em dezembro de 2021.

Quadro 3.15 – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)

Unidade: euros

Município	Dim	Total Contratual.	Tranches						Utilizado	Dívida em 31/12/2020	Amorti-zação 2021	Dívida em 31/12/2021
			2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Portimão	M	137 361 827	33 234 497	84 915 360	0	0	0	0	118 149 857	110 018 414	4 044 385	105 974 028
Aveiro	M	85 511 149	0	64 515 171	13 646 016	0	0	0	78 161 188	64 171 111	4 010 694	60 160 417
Cartaxo	M	52 035 855	0	49 082 856	2 370 574	12 000	0	0	51 465 430	49 994 989	45 768	49 949 221
Fundão	M	66 017 852	0	0	31 816 596	14 247 849	0	0	46 064 445	44 078 039	0	44 078 039
Vila Franca do Campo	P	34 126 638	0	0	0	19 231 372	12 607 143	1 300 000	33 138 515	31 838 515	443 658	32 694 857
Paços de Ferreira	M	35 122 915	0	18 022 915	14 250 000	0	0	0	32 272 915	31 376 445	0	31 376 445
Nazaré	P	35 242 012	0	0	0	29 108 306	0	1 850 000	30 958 306	28 673 165	520 000	30 003 165
Fornos de Algodres	P	32 620 057	0	27 555 031	1 150 564	0	0	0	28 705 594	26 870 612	4 100	26 866 512
Alandroal	P	16 579 276	11 425 000	2 905 000	750 000	1 017 117	0	0	16 097 117	14 810 535	0	14 810 535
Vila Real de Santo António	P	19 619 907	5 541 756	6 043 059	175 896	2 521 693	0	257 777	14 540 182	13 158 249	0	13 416 026
Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	11 423 784	2 152 131	298 835	239 198	0	0	14 113 948	12 993 394	200 000	12 793 394
Nordeste	P	11 255 515	0	0	9 327 289	70 073	151 774	0	10 288 239	9 283 883	530 508	8 753 375
Alfândega da Fé	P	1 502 819	1 382 819	0	0	0	0	0	1 382 819	880 036	0	880 036
Total		541 109 768	63 007 856	255 191 522	73 785 770	66 447 609	12 758 917	3 407 777	475 338 554	438 147 386	9 799 114	431 756 050

Relativamente à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PAEL,⁷⁶ o Quadro 3.16 mostra os 40 municípios que, tendo recorrido a esta linha de apoio financeiro entre 2012 e 2015⁷⁷, mantinham, no início de 2021, dívida relativa a estes empréstimos. No total foram 103 os municípios que recorreram ao PAEL, tendo 2 amortizado a dívida em 2021, outros 2 amortizado a dívida em 2020, 9 amortizado a totalidade em 2019, 22 municípios liquidaram o capital em dívida em 2018 e outros 31 já tinham amortizado a totalidade em 2017. Assim, em dezembro de 2021, apenas 38 municípios mantinham capital em dívida. Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE⁷⁸, o Quadro 3.17

mostra o único dos municípios que em 2021 mantém dívida bancária ao abrigo deste programa. Foram 92 os municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro, dos quais 91 já procederam à liquidação do capital utilizado: 19 liquidaram a totalidade do capital em dívida no final de 2018, sendo que outros 5 o tinham feito em 2017; em 2019 foram 67 os municípios a liquidar o capital em dívida deste programa de empréstimos.

O Quadro 3.18 mostra a evolução do valor do capital em dívida entre 2015 para 2021, utilizado por recurso ao conjunto das linhas de financiamento contratualizadas com o Estado, ao abrigo dos sucessivos programas destinados a impedir a rutura financeira dos municípios, tendo por finalidade o pagamento, atempadamente, das suas dívidas. É evidente a importância do financiamento bancário e das dívidas a fornecedores e outros credores. Quanto aos programas de apoio, nota-se uma redução dos valores a que os municípios recorreram na maioria dos programas, e particularmente do PAEL, em detrimento do FAM. a neste programa de financiamento, nenhum de grande dimensão.

⁷⁶ A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012.

⁷⁷ Consta-se que, nos anos posteriores, incluindo 2020, não houve qualquer utilização de empréstimos ao abrigo destas linhas de apoio.

⁷⁸ O Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PRE-DE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, visa garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios.

Quadro 3.16 – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Unidade: euros

	Município	Dim.	Financiamento total utilizado	Dívida em 31/12/2020	Amortização 2021	Dívida em 31/12/2021
1	Vila Real de Santo António	P	24 334 084	21 387 432	0	21 387 432
2	Espinho	M	8 176 751	5 110 469	408 838	4 701 632
3	Vila Verde	M	10 438 783	4 521 413	753 569	3 767 845
4	Sesimbra	M	8 912 069	3 861 896	643 649	3 218 247
5	Torres Novas	M	6 778 372	3 167 985	487 382	2 680 603
6	Olhão	M	4 066 208	1 837 001	282 616	1 554 385
7	Calheta (R.A.M.)	P	4 232 882	1 834 249	305 708	1 528 540
8	Trancoso	P	3 521 287	1 669 432	256 836	1 412 596
9	Ourém	M	3 348 153	1 554 500	239 154	1 315 346
10	Óbidos	P	3 630 628	1 567 374	261 229	1 306 145
11	Ansião	P	2 233 967	1 352 323	112 694	1 239 629
12	Peniche	M	3 182 779	1 411 895	235 316	1 176 579
13	Paredes de Coura	P	2 881 120	1 248 486	208 081	1 040 405
14	Viana do Castelo	M	2 809 410	1 216 365	202 727	1 013 637
15	Estremoz	P	2 710 733	1 172 102	195 350	976 751
16	Tábua	P	2 443 240	1 146 966	176 456	970 509
17	Valpaços	P	2 649 478	1 148 107	191 351	956 756
18	Caminha	P	2 281 969	1 071 257	164 809	906 449
19	Melgaço	P	2 105 126	973 372	149 750	823 623
20	Sertão	P	2 130 877	955 918	147 064	808 854
21	Miranda do Douro	P	2 029 129	942 096	144 938	797 158
22	Vale de Cambra	M	2 145 858	929 872	154 979	774 893
23	Penela	P	2 243 055	867 159	144 526	722 632
24	Mourão	P	1 174 765	764 767	58 828	705 939
25	Praia da Vitória	P	1 953 335	846 445	141 074	705 371
26	Penafiel	M	1 736 014	752 273	125 379	626 894
27	Aljustrel	P	1 227 876	576 976	88 766	488 210
28	Alenquer	M	1 149 795	539 765	83 041	456 724
29	Moimenta da Beira	P	2 412 487	494 481	38 037	456 444
30	Sobral de Monte Agraço	P	1 053 287	489 026	75 235	413 791
31	Lourinhã	M	972 490	451 513	69 464	382 050
32	Valença	P	1 000 000	433 333	72 222	361 111
33	Armamar	P	987 994	428 131	71 355	356 776
34	Lousã	P	880 772	381 668	63 611	318 057
35	Vila Nova da Barquinha	P	731 491	316 871	52 812	264 059
36	Vila Nova de Paiva	P	568 890	264 127	40 635	223 493
37	Ribeira Grande	M	2 007 314	407 489	203 744	203 744
38	Monforte	P	504 812	128 196	51 278	76 917
39	Lamego	M	11 816 203	5 486 094	5 486 094	0
40	Santa Comba Dão	P	3 361 975	2 364 745	2 364 745	0
Total			142 825 457	76 073 567	14 953 341	61 120 226

Quadro 3.17 – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)

Unidade: euros

Município	Dimensão	Financiamento Total – Estado	Dívida em 31/12/2020	Amortização 2021	Dívida em 31/12/2021
1 Tarouca	P	280 000	84 000	28 000	56 000

Quadro 3.18 – Componentes da Dívida a pagar entre 2015 e 2021

Unidade: milhões euros

Dívidas a Médio e Longo Prazo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. (%) 20-21
Instituições de crédito (correntes e não correntes)	3 066,2	2 829,1	2 547,7	2 494,7	2 340,9	2 240,1	2 248,3	0,4%
Dívida de adesões ao PPTH (Estado)	15,4	8,1	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	--
Dívidas de adesão ao PREDE (Estado)	133,9	92,3	57,3	15,6	0,08	0,08	0,06	-33,3%
Dívida de adesões ao PAEL	477,5	397,2	307,2	129,1	86,5	76,1	61,1	-19,7%
Dívidas de adesão ao FAM	-	63,0	317,4	385,3	437,6	438,1	431,8	-1,5%
Dívidas de adesão ao ATU	24,3	22,8	7,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0%
Dívida a fornecedores e outros credores	2 496,0	2 180,3	1 923,6	1 738,2	1 587,2	1 560,1	1 662,8	6,6%
Total de dívidas	6 213,3	5 592,9	5 163,6	4 763,0	4 452,5	4 314,5	4 404,0	2,1%

Sendo o Passivo exigível uma das variáveis mais importantes da gestão financeira municipal, importará apresentar os 50 municípios com menor valor no Passivo exigível e os 50 municípios com maior valor no Passivo exigível. Para o efeito, apresentam-se os *Rankings* R53 e R54, bem como os *Rankings* R55 e R56 dos municípios com maiores taxas de variação deste item. Anota-se que:

- No *Ranking* R53, constituído por 50 municípios com menor valor no Passivo exigível em 2021, todos são de pequena dimensão e quatro deles não atingiram o meio milhão de euros de dívida a terceiros, sendo que o Passivo exigível de outros onze ficou aquém de um milhão de euros;
- Dos 50 municípios listados no *Ranking* R53, vinte apresentaram subida de valor da dívida face a 2020, registando todos os restantes uma diminuição da mesma, sendo que três deles demonstraram uma diminuição da dívida superior a -30%: Aguiar da Beira (-46,1%), Vila do Porto (-80,2%) e Ferreira do Zêzere (-71,2%).

O *Ranking* R54 apresenta os 50 municípios com maior valor no Passivo exigível em 2021. De notar que:

- Destes 50 municípios, 21 são de grande dimensão, não constando deste grupo os municípios de: Amadora com 20,4 milhões de euros, Santa Maria da Feira com 18,4 milhões de euros, e Barcelos com 13,4 milhões de euros. Quatro municípios deste *ranking* são de pequena dimensão, sendo os restantes de média dimensão. O total do Passivo exigível apresentado por estes 50 municípios foi de 2.635,2 milhões de euros, representando 59,8% do total apresentado pelos 308 municípios em 2021 (4.404,1 milhões de euros).

R53 – Municípios com menor valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Santa Cruz das Flores	P	1 151 995	864 912	721 992	544 830	478 422	407 024	458 988	372 578	340 109	297 148	276 897
2 Corvo	P	1 644 297	1 309 735	1 205 339	1 073 888	1 033 846	901 593	742 002	627 891	489 819	397 100	316 395
3 Calheta (R. A. A.)	P	9 852 787	8 407 474	7 466 274	6 636 537	5 499 655	4 485 011	3 444 431	2 265 221	1 304 865	406 372	347 580
4 Penedono	P	359 101	400 519	327 926	328 532	755 865	623 341	500 439	472 853	396 770	461 429	479 932
5 Santana	P	14 898 665	10 838 114	7 482 718	4 621 581	4 193 000	3 869 755	1 722 617	1 377 401	681 455	433 362	516 310
6 Vila Velha de Ródão	P	1 573 682	1 323 677	1 188 838	1 473 329	1 251 697	1 104 598	926 568	643 413	585 621	615 729	597 465
7 Castelo de Vide	P	1 738 939	1 164 208	1 050 867	920 663	957 311	906 512	864 610	641 461	586 587	590 010	633 846
8 Lajes das Flores	P	2 039 017	2 333 545	3 612 138	1 331 607	843 932	1 331 607	453 236	338 871	573 616	564 326	659 771
9 Ponta do Sol	P	4 648 286	3 134 316	1 986 409	1 960 318	1 245 347	1 529 294	1 247 423	836 252	761 877	639 022	694 293
10 Aguiar da Beira	P	4 752 567	4 769 315	4 424 598	4 440 749	3 975 618	3 445 428	2 739 711	2 030 147	1 648 602	1 339 994	722 516
11 Arronches	P	2 158 367	1 847 589	1 781 051	1 596 465	1 678 454	1 507 228	1 259 333	756 562	277 828	582 289	749 984
12 Vila do Porto	P	1 448 573	1 402 917	1 058 534	1 000 831	730 893	5 238 839	4 879 908	4 490 525	4 234 653	3 964 961	785 174
13 Ferreira do Zêzere	P	11 044 385	9 872 392	7 937 352	6 821 464	6 311 764	5 571 653	4 998 045	4 325 150	3 854 099	3 317 713	956 372
14 Barrancos	P	3 277 098	2 708 997	2 480 436	2 181 845	2 285 421	1 994 400	1 686 419	1 342 327	1 164 238	1 044 236	956 965
15 Alter do Chão	P	3 571 554	2 771 685	2 815 971	2 656 422	3 168 613	2 495 287	2 128 686	1 647 219	1 295 841	1 020 980	979 108
16 Marvão	P	1 816 264	1 621 857	1 612 788	1 932 087	1 843 117	1 677 229	1 355 995	1 286 716	896 337	940 175	1 041 847
17 Vila Nova de Foz Côa	P	6 055 973	5 365 424	4 909 108	3 696 135	3 061 807	2 518 355	1 818 442	1 737 693	1 433 635	1 055 495	1 077 254
18 Boticas	P	5 372 532	4 012 179	3 276 193	3 272 463	2 542 546	2 433 546	1 719 964	1 728 873	1 621 821	1 504 868	1 165 096
19 Bombarral	P	9 786 096	8 086 336	7 646 958	5 655 177	4 754 948	3 285 716	2 820 383	2 318 903	1 851 488	1 472 007	1 323 338
20 Chamusca	P	11 234 943	8 297 032	6 433 212	4 879 828	4 808 931	3 742 898	2 837 090	2 012 222	1 676 609	1 281 793	1 356 737
21 Sta. Cruz da Graciosa	P	2 781 849	2 539 415	2 226 480	1 897 042	1 674 757	1 422 038	1 771 496	1 556 142	1 313 795	1 156 322	1 376 069
22 Pampilhosa da Serra	P	1 562 965	1 059 049	573 011	739 929	1 266 217	1 067 404	959 212	1 426 638	1 149 377	1 451 425	1 386 226
23 Porto Moniz	P	5 099 729	4 329 266	4 127 037	3 978 379	3 452 811	3 251 400	2 917 302	2 426 033	1 992 265	1 662 989	1 411 593
24 Carrazeda de Ansiães	P	7 472 400	5 028 462	4 131 627	3 691 491	3 088 089	2 675 040	2 328 984	1 973 361	2 288 409	1 513 232	1 422 853
25 Murtosa	P	3 082 567	2 808 523	2 448 732	2 688 846	2 402 175	2 314 890	2 018 497	1 668 510	1 481 463	1 348 896	1 429 320
26 Constância	P	4 739 264	4 671 436	4 133 879	4 003 575	3 843 608	3 039 027	3 096 773	2 549 957	1 981 269	1 565 566	1 476 747
27 Monchique	P	10 012 295	8 044 471	6 397 373	4 975 325	4 170 676	3 546 782	2 618 975	2 391 108	1 898 472	1 354 025	1 479 221
28 Campo Maior	P	2 214 037	2 097 845	3 129 241	2 695 628	2 533 716	2 971 851	2 278 121	2 402 655	2 116 703	1 439 753	1 511 356
29 Avis	P	5 789 686	5 911 663	4 927 186	4 666 983	3 673 693	3 702 817	3 067 754	2 307 355	2 263 168	2 095 726	1 681 816
30 Mogadouro	P	8 058 848	6 719 767	5 853 145	5 220 871	4 996 582	4 253 496	3 534 459	2 545 635	1 958 175	1 619 346	1 699 369
31 Sátão	P	4 547 576	3 260 723	2 934 771	3 500 278	2 911 503	2 250 215	2 129 659	1 753 622	1 581 773	1 554 906	1 820 160
32 Redondo	P	1 349 775	1 217 836	1 011 265	1 639 935	1 562 547	1 766 864	1 805 903	1 198 669	1 426 852	1 766 353	1 839 124
33 Penalva do Castelo	P	3 216 071	3 264 177	3 034 492	2 950 005	2 767 663	2 465 128	2 245 481	2 421 566	2 161 518	2 027 780	1 894 910
34 Penamacor	P	11 749 000	9 228 304	8 773 106	8 432 873	6 938 409	5 268 158	4 002 492	3 144 846	2 592 535	2 243 650	1 919 347
35 Lajes do Pico	P	8 339 025	7 865 903	9 817 361	7 949 615	6 920 976	6 198 073	5 298 792	4 459 439	3 535 302	2 541 989	1 953 934
36 Alvito	P	1 648 011	1 328 620	1 216 557	1 073 315	1 189 685	1 416 433	1 239 221	1 460 438	1 704 411	1 671 426	1 984 775
37 Vila Nova de Paiva	P	8 199 059	7 108 262	6 287 034	6 118 212	5 251 582	4 895 503	4 260 626	3 534 805	3 054 830	2 509 792	1 989 465
38 Almeida	P	8 185 021	6 400 030	5 566 725	4 967 242	4 751 594	4 155 337	3 758 766	3 101 757	2 678 242	2 282 892	1 989 835
39 São Brás de Alportel	P	3 993 835	3 619 742	3 175 063	3 093 449	3 437 066	3 093 485	2 747 210	2 212 333	1 987 092	2 004 245	1 994 017
40 Sernancelhe	P	3 375 956	3 505 887	2 999 492	3 112 516	2 979 565	2 631 944	2 764 957	2 515 786	2 469 207	2 212 527	2 005 813
41 Mealhada	P	3 592 061	3 177 386	1 368 174	1 447 098	2 100 042	1 857 733	1 800 106	1 614 936	2 991 065	2 233 059	2 010 768
42 Mortágua	P	4 924 981	4 544 987	4 325 483	4 380 906	4 029 528	3 486 174	3 222 844	2 672 448	2 332 732	1 987 244	2 136 987
43 Vila de Rei	P	4 229 669	2 568 620	2 509 340	2 362 893	2 397 068	2 523 594	2 711 461	2 185 339	2 321 615	2 363 149	2 167 650
44 Vila Flor	P	5 387 523	4 468 180	3 803 042	3 872 920	3 435 228	3 283 120	3 328 297	2 818 347	2 401 892	2 469 228	2 197 766
45 Sta. Marta Penaguião	P	4 577 542	4 474 324	3 842 395	3 859 734	3 425 194	3 010 021	2 990 094	3 026 099	2 544 175	1 655 598	2 257 337
46 Gavião	P	2 403 172	2 150 169	1 977 087	2 084 109	1 754 020	1 809 779	1 808 020	1 664 008	1 733 302	2 342 814	2 259 665
47 Viana do Alentejo	P	1 691 189	1 355 441	1 460 110	1 596 889	1 295 962	1 426 459	2 022 710	1 907 330	1 930 522	2 392 092	2 287 551
48 Alvaiázere	P	7 987 275	8 125 452	7 023 632	7 369 104	6 138 074	4 392 963	4 064 475	2 517 069	2 297 412	2 131 011	2 294 302
49 Fronteira	P	3 574 910	3 323 318	3 001 233	2 610 550	2 490 729	2 267 093	2 654 527	2 184 494	2 127 044	2 242 049	2 316 161
50 Vila do Bispo	P	13 331 686	12 061 174	10 991 241	9 425 815	7 806 341	7 463 754	6 739 413	5 634 095	3 602 750	2 424 043	2 323 939

R54 – Municípios com maior valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Lisboa	G	1 085 315 760	700 893 986	788 228 798	765 086 174	760 940 843	669 338 659	536 000 550	488 181 899	435 784 411	431 319 125	450 308 302
2 Portimão	M	167 968 575	179 822 969	183 757 504	176 291 347	163 362 396	175 304 920	139 637 394	131 982 368	126 058 769	123 937 534	119 581 066
3 Vila Nova de Gaia	G	245 081 069	221 868 978	206 775 557	185 206 635	192 237 907	175 275 732	148 886 951	131 084 811	118 807 255	105 260 094	105 423 725
4 V. Real Sto. António	P	67 846 406	70 422 601	74 681 996	79 219 354	79 987 672	82 479 335	86 588 801	92 008 878	80 920 988	79 309 281	97 211 221
5 Seixal	G	103 027 439	107 336 880	99 513 578	97 285 122	86 909 268	78 624 656	72 120 234	91 675 032	86 285 181	78 658 541	94 679 784
6 Aveiro	M	148 062 351	132 151 856	125 280 468	128 151 435	117 673 458	102 988 642	109 685 389	104 805 697	97 025 360	81 576 149	77 344 391
7 Setúbal	G	91 329 780	89 327 605	91 879 796	83 467 028	80 913 607	66 189 021	62 178 849	59 725 902	59 001 333	64 218 263	73 667 044
8 Gondomar	G	128 514 383	118 713 251	114 479 789	113 411 205	107 806 224	102 371 696	101 200 622	96 456 608	82 982 353	80 251 454	72 235 553
9 Évora	M	81 177 782	76 803 114	85 322 016	81 150 181	80 706 615	78 016 596	71 483 075	70 175 114	67 932 193	69 417 929	66 659 429
10 Porto	G	132 299 774	120 779 366	116 213 646	112 654 584	104 191 193	58 506 571	54 702 184	35 764 932	26 131 627	50 456 632	65 071 731
11 Matosinhos	G	84 444 521	65 935 280	59 791 425	54 956 544	57 616 417	69 521 949	67 465 164	58 529 962	53 881 666	48 185 349	59 937 551
12 Coimbra	G	80 220 484	76 436 022	75 924 972	73 958 291	74 874 952	72 336 186	64 301 128	59 619 362	55 280 295	49 458 273	54 584 441
13 Fundão	M	81 894 299	82 668 398	82 640 240	78 654 474	73 400 090	68 075 378	62 897 317	60 817 866	60 459 334	56 112 652	54 128 400
14 Cartaxo	M	45 452 883	46 487 425	50 193 544	50 733 966	51 490 594	51 077 417	53 581 260	54 116 087	52 018 753	52 686 643	52 991 605
15 Braga	G	84 173 698	81 378 573	79 529 336	73 826 896	63 803 196	57 453 041	55 752 724	62 818 269	56 377 896	52 702 154	51 896 396
16 Santarém	M	102 117 455	95 954 255	90 382 501	83 558 484	78 300 782	71 082 400	64 069 621	58 112 299	53 895 410	51 989 596	49 796 215
17 Funchal	G	118 024 585	115 304 498	102 536 782	91 988 200	82 545 244	71 113 883	66 895 785	49 441 706	57 533 702	55 682 242	47 369 925
18 Cascais	G	88 706 947	102 897 063	108 915 284	90 085 273	80 511 484	60 198 751	64 991 241	59 449 869	49 248 229	46 125 188	43 669 753
19 Paços de Ferreira	M	64 749 509	61 442 052	69 185 122	64 513 965	61 876 739	58 420 281	55 400 032	49 860 420	46 148 141	44 476 365	43 233 303
20 Loures	G	88 089 563	75 853 094	69 095 323	55 765 619	47 251 269	40 859 078	41 456 746	38 124 083	37 921 542	35 258 435	42 971 279
21 Paredes	M	62 913 044	66 994 338	65 304 308	65 416 043	56 920 028	52 178 763	56 227 264	51 681 514	47 016 421	42 803 232	41 751 962
22 Viana do Castelo	M	37 042 440	36 193 554	33 369 651	30 127 361	32 947 150	28 115 026	31 177 531	33 390 070	33 891 198	31 553 810	40 602 278
23 Guimarães	G	85 900 090	78 838 961	68 551 792	64 226 601	62 866 549	56 858 097	52 069 632	44 705 924	38 042 734	33 969 223	39 761 065
24 V. Nova Famalicão	G	45 110 540	39 813 809	38 864 227	35 733 374	39 887 731	40 494 417	39 076 219	36 286 116	36 625 467	34 863 139	37 648 168
25 Barreiro	M	44 588 513	39 786 518	35 464 792	31 918 874	28 489 087	25 864 071	23 179 094	22 112 163	31 412 839	31 378 847	36 180 376
26 V. Franca do Campo	P	30 253 154	29 776 903	28 412 831	27 388 544	25 861 990	24 329 554	22 622 347	20 912 539	20 569 504	32 735 744	33 353 432
27 Mafra	M	29 845 353	25 174 373	33 226 928	25 281 195	20 989 551	19 058 678	26 647 863	37 117 924	35 428 437	37 215 420	33 089 941
28 Nazaré	P	43 107 581	40 637 671	42 864 154	40 623 166	36 387 442	34 243 825	35 603 670	35 068 901	34 082 074	32 386 821	32 911 513
29 Seia	M	58 412 676	58 705 915	56 524 606	54 027 855	51 734 881	47 779 330	44 082 667	41 503 520	38 618 322	35 914 526	32 812 700
30 Vila do Conde	M	71 158 517	71 238 144	63 094 468	58 407 842	51 240 603	47 695 020	44 883 480	42 306 055	38 326 631	36 053 701	32 765 036
31 Vila Franca de Xira	G	35 409 624	34 825 926	34 166 577	30 954 046	30 709 541	27 529 508	33 641 426	32 285 998	36 233 039	35 346 945	31 942 602
32 Covilhã	M	87 451 324	77 863 472	69 184 506	62 826 063	71 049 509	62 320 802	53 501 829	44 977 802	39 131 111	35 091 755	30 618 158
33 Loulé	M	104 617 154	86 140 903	76 570 047	55 550 426	53 073 117	48 320 548	42 041 439	37 546 199	34 471 679	31 903 666	29 011 593
34 Leiria	G	72 470 241	58 522 756	50 102 354	62 513 512	55 438 154	47 525 786	42 715 194	37 187 059	29 971 705	31 947 318	28 849 167
35 Viseu	M	36 350 314	31 418 788	30 465 405	27 114 529	30 024 922	28 098 518	28 399 764	24 242 043	22 468 617	23 611 420	28 645 199
36 Almada	G	54 231 348	51 940 106	50 093 733	50 175 745	49 011 868	45 240 091	39 399 391	35 300 753	35 490 267	32 538 064	28 279 481
37 Oeiras	G	65 345 399	55 768 927	80 659 296	78 188 590	64 398 060	54 201 553	43 980 947	35 222 942	28 159 759	28 866 794	28 098 689

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
38 Valongo	M	67 707 288	61 397 384	55 223 361	49 772 523	47 143 206	42 116 837	37 943 490	29 335 962	28 141 982	27 257 699	28 018 067
39 Trofa	M	45 374 456	42 368 661	43 822 372	42 813 649	38 619 452	35 787 904	31 909 494	28 976 579	27 755 656	27 389 604	27 935 824
40 Lamego	M	32 957 345	32 546 941	30 075 233	32 780 023	31 360 358	40 624 196	37 832 865	36 027 888	32 126 368	31 016 059	27 868 435
41 Fornos de Algodres	P	35 355 961	34 821 971	33 353 117	31 838 819	30 398 811	28 888 866	27 948 420	28 334 939	27 665 939	27 520 751	27 486 707
42 Póvoa de Varzim	M	35 100 528	28 310 499	24 923 731	21 437 074	19 858 327	17 515 204	15 900 851	14 273 965	19 158 270	21 021 249	26 830 866
43 Espinho	M	44 953 337	47 642 469	41 765 198	38 415 815	33 805 162	29 120 764	27 253 851	25 929 495	24 175 336	21 886 703	26 752 084
44 Odivelas	G	58 473 766	52 670 445	48 015 187	40 672 146	32 490 105	25 358 036	20 208 058	33 499 207	29 366 856	26 703 358	26 674 685
45 Chaves	M	50 420 561	44 910 121	48 411 290	48 456 708	40 491 505	32 225 263	39 476 413	34 013 543	28 961 025	27 522 083	26 362 667
46 Sintra	G	165 757 189	109 860 608	95 734 657	85 229 421	55 017 253	35 402 578	29 655 334	26 064 394	28 529 382	27 965 381	26 250 949
47 Figueira da Foz	M	60 852 098	56 508 941	49 843 709	43 854 826	38 344 273	34 216 834	29 217 788	25 228 201	24 276 376	27 052 515	25 758 000
48 Amarante	M	13 511 007	13 031 245	12 641 582	12 309 949	11 487 602	12 560 659	16 454 746	17 945 987	18 116 571	18 261 629	25 427 395
49 Maia	G	72 921 927	61 066 635	54 396 626	40 703 564	47 780 981	53 844 525	47 276 454	42 945 363	35 805 025	30 307 083	25 408 939
50 Lagos	M	54 788 633	53 966 623	68 331 633	59 998 871	50 784 790	43 563 789	34 637 531	32 991 349	26 531 366	41 131 580	25 306 448
Total do Passivo Exigível destes 50 municípios		4 790 878 670	4 145 220 871	4 137 785 047	3 888 721 930	3 685 011 960	3 330 313 235	3 034 260 119	2 840 165 557	2 634 244 391	2 580 298 013	2 635 163 537
Passivo Exigível dos 308 municípios		8 508 158 507	7 423 847 845	7 146 481 263	6 666 669 584	6 213 304 938	5 592 854 289	5 163 613 363	4 763 013 450	4 452 456 974	4 314 486 447	4 404 027 130

Ainda da análise do *Ranking* R54, pode-se observar que, em relação ao ano de 2021:

- Lisboa, face à dimensão financeira e económica que apresenta, distinguiu-se naturalmente dos restantes municípios no *ranking* em apreço, ao apresentar um passivo exigível de 450,3 milhões de euros, o qual representou 10,2% do total exigível do setor municipal a nível nacional. Em adição, e invertendo a tendência do ano transato, registou uma subida, ainda que pouco acentuada, do valor de Passivo exigível, em +4,4% (+19 milhões de euros);
- Portimão manteve o segundo lugar neste *ranking*, com um Passivo exigível de 119,6 milhões de euros (26,6% do valor apresentado por Lisboa), pese embora este valor tenha descido em relação ao ano transato em -3,5% (-4,4 milhões de euros), mantendo o sentido descendente;
- Vila Nova de Gaia manteve, igualmente, a terceira posição, embora apresentando um acréscimo do seu Passivo exigível em +0,2% (+164 milhares de euros), fixando-o em dezembro de 2021 em 105,4 milhões de euros;

- Dez municípios constantes desta lista apresentaram aumento do Passivo exigível em mais de 20%: Vila Real (+22,6%, +17,9 milhões de euros), Seixal (+20,4%, +16,0 milhões de euros), Porto (+29,0%, +14,6 milhões de euros), Matosinhos (+24,4%, +11,7 milhões de euros), Loures (+21,9%, +7,7 milhões de euros), Viana do Castelo (+28,7%, +9,0 milhões de euros), Viseu (+21,3%, +5,0 milhões de euros), Póvoa de Varzim (+27,6%, +5,8 milhões de euros), Espinho (+22,2%, +4,8 milhões de euros), e Amarante (+39,2%, +7,2 milhões de euros);
- Considerando o universo dos municípios, 166 baixaram o valor do Passivo exigível destacando-se, por apresentarem uma descida igual ou superior a 50%, os municípios de Ferreira de Zêzere (-71%) e Vila do Porto (-80%).

Nos *Rankings* 54.A e 54.M hierarquizam-se os municípios da Região Autónoma dos Açores e os da Região Autónoma da Madeira, de acordo com o montante de Passivo exigível em 31 de dezembro de 2021.

R54.A – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 V. F. do Campo	P	30 253 154	29 776 903	28 412 831	27 388 544	25 861 990	24 329 554	22 622 347	20 912 539	20 569 504	32 735 744	33 353 432
2 Ribeira Grande	M	18 853 889	16 379 125	12 388 053	11 361 995	11 055 439	11 797 690	11 532 432	12 133 587	10 067 877	23 450 749	23 413 724
3 Lagoa (R.A.A)	P	11 071 467	9 716 619	8 858 852	7 333 045	9 349 176	8 402 860	7 471 738	6 434 707	5 705 642	5 149 388	19 973 508
4 Ponta Delgada	M	31 863 035	28 525 282	26 932 885	35 257 761	30 702 105	27 932 960	25 680 127	24 249 541	22 716 296	20 507 748	18 960 408
5 Nordeste	P	18 796 238	17 322 524	17 249 251	15 571 583	14 391 397	13 289 753	12 262 787	11 504 859	15 091 483	14 529 208	13 680 527
6 Praia da Vitória	P	18 288 220	16 972 680	16 152 757	14 387 949	9 525 536	9 208 892	9 313 438	8 614 124	10 176 040	9 790 414	12 382 835
7 Angra do Heroísmo	M	27 399 596	24 052 165	20 610 943	19 186 615	18 770 233	17 147 228	16 042 773	13 798 231	12 974 089	12 338 786	10 794 851
8 Horta	P	8 854 658	7 333 415	7 015 709	6 346 325	5 363 257	4 514 192	4 026 911	3 691 628	3 430 089	3 326 122	4 295 104
9 Povoação	P	32 055 378	21 355 253	7 730 996	6 405 995	5 741 952	4 712 607	3 857 833	5 501 172	4 828 820	4 310 147	4 166 363
10 Madalena	P	5 753 967	4 797 972	4 264 995	3 669 560	3 229 173	4 268 599	5 294 368	4 907 594	4 288 985	3 812 961	3 306 195
11 São Roque do Pico	P	1 640 078	1 322 555	1 183 210	696 806	813 764	766 377	3 644 554	3 977 896	3 723 263	3 515 949	3 193 996
12 Velas	P	9 597 614	7 783 822	6 541 772	5 946 721	5 077 933	4 513 445	4 046 391	3 504 726	3 086 174	2 684 521	2 447 208
13 Lajes do Pico	P	8 339 025	7 865 903	9 817 361	7 949 615	6 920 976	6 198 073	5 298 792	4 459 439	3 535 302	2 541 989	1 953 934
14 Sta. C. da Graciosa	P	2 781 849	2 539 415	2 226 480	1 897 042	1 674 757	1 422 038	1 771 496	1 556 142	1 313 795	1 156 322	1 376 069
15 Vila do Porto	P	1 448 573	1 402 917	1 058 534	1 000 831	730 893	5 238 839	4 879 908	4 490 525	4 234 653	3 964 961	785 174
16 Lajes das Flores	P	2 039 017	2 333 545	3 612 138	1 331 607	843 932	1 331 607	453 236	338 871	573 616	564 326	659 771
17 Calheta (R. A. A.)	P	9 852 787	8 407 474	7 466 274	6 636 537	5 499 655	4 485 011	3 444 431	2 265 221	1 304 865	406 372	347 580
18 Corvo	P	1 644 297	1 309 735	1 205 339	1 073 888	1 033 846	901 593	742 002	627 891	489 819	397 100	316 395
19 Santa Cruz das Flores	P	1 151 995	864 912	721 992	544 830	478 422	407 024	458 988	372 578	340 109	297 148	276 897
Total Açores		241 684 835	210 062 216	183 450 373	173 987 247	157 064 434	150 868 343	142 844 553	133 341 272	128 450 422	145 479 955	155 683 970
% Açores/Total Nacional		2,8%	2,8%	2,6%	2,6%	2,5%	2,7%	2,8%	2,8%	2,9%	3,4%	3,5%

R54.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira ordenados pelo valor do ano de 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Funchal	G	118 024 585	115 304 498	102 536 782	91 988 200	82 545 244	71 113 883	66 895 785	49 441 706	57 533 702	55 682 242	47 369 925
2 Santa Cruz	M	44 360 989	42 047 960	38 287 081	33 822 795	28 209 737	24 561 845	20 536 174	18 987 060	15 438 621	18 256 306	21 587 412
3 Câmara de Lobos	M	21 111 132	19 191 422	14 109 246	12 729 420	10 793 569	10 170 896	8 816 057	8 858 891	6 767 989	6 531 188	6 252 187
4 Machico	P	31 377 582	27 927 321	26 555 972	17 468 475	13 232 258	11 043 177	9 143 340	7 865 836	6 551 843	2 372 868	4 975 778
5 Ribeira Brava	P	21 376 945	20 219 715	14 909 680	11 582 851	8 404 712	6 871 766	5 130 440	4 473 653	3 693 161	1 793 528	3 964 339
6 Porto Santo	P	11 035 682	9 915 550	4 979 653	4 761 950	3 029 018	3 890 459	4 668 651	3 537 386	3 348 429	3 045 956	3 104 201
7 Calheta (R. A. M.)	P	14 944 150	13 252 179	11 234 594	9 754 944	8 084 628	5 828 535	4 954 476	4 688 698	4 017 852	3 554 563	2 934 078
8 São Vicente	P	10 056 658	7 591 294	9 990 474	7 697 261	6 362 214	5 840 128	5 134 821	2 616 795	2 630 326	2 914 227	2 488 796
9 Porto Moniz	P	5 099 729	4 329 266	4 127 037	3 978 379	3 452 811	3 251 400	2 917 302	2 426 033	1 992 265	1 662 989	1 411 593
10 Ponta do Sol	P	4 648 286	3 134 316	1 986 409	1 960 318	1 245 347	1 529 294	1 247 423	836 252	761 877	639 022	694 293
11 Santana	P	14 898 665	10 838 114	7 482 718	4 621 581	4 193 000	3 869 755	1 722 617	1 377 401	681 455	433 362	516 310
Total Madeira		296 934 402	273 751 635	236 199 646	200 366 173	169 552 538	147 971 137	131 167 087	105 109 712	103 417 520	96 886 249	95 298 913
% Madeira/Total Nacional		3,5%	3,7%	3,3%	3,0%	2,7%	2,6%	2,5%	2,2%	2,3%	2,2%	2,2%

A observar que:

- O Passivo exigível do conjunto dos municípios açorianos (*Ranking* R54.A) totalizou 155,7 milhões de euros no final do ano 2021 (3,5% do total do Passivo exigível dos 308 municípios), mostrando um crescimento de +10,2 milhões de euros (+7,0%) face a 2020. Contribuíram para este aumento essencialmente três municípios da região: Lagoa (+14,8 milhões de euros, +287,9%), Praia da Vitória (+2,6 milhões de euros, +26,5%) e Horta (+970 milhares de euros, +29,1%);
- Ainda em relação à Região Autónoma dos Açores (*Ranking* R54.A), em 2021, 13 municípios apresentaram diminuição do Passivo exigível, sendo de relevar, pelo valor de descida acima de -50%, o município de Vila do Porto (-80,2%);
- Sobre a Região Autónoma da Madeira (*Ranking* R54.M) cabe referir que, em 2021, o Passivo global das autarquias madeirenses baixou -1,6% (-1,6 milhões de euros) ao totalizar a verba de 95,3 milhões de euros, a qual representou 2,2% do Passivo exigível a nível nacional;
- Mais se verificou que seis municípios madeirenses apresentaram aumento do montante da dívida total, sendo de relevar os valores de acréscimo apresentados por: Machico em +2,6 milhões de euros (+109,7%) e Ribeira Brava em +2,2 milhões de euros (+121,0%). Os restantes cinco municípios apresentaram decréscimo de valor da dívida, todos eles em valores inferiores a -20%.

Hierarquizaram-se no *Ranking* R55, os 50 municípios que, em 2021, apresentaram maior aumento de valor do Passivo exigível encabeçando esta listagem o município de Lisboa, com um acréscimo de +18,9 milhões de euros de dívida exigível.

Pela análise das respetivas contas conclui-se que 142 municípios aumentaram o seu Passivo exigível em 2021, resultando no acréscimo global de +89,5 milhões de euros (+2,1%).

Considerando que com diminuição do Passivo exigível se identificaram 166 municípios à data de dezembro de 2021, hierarquizam-se no *Ranking* R56 os 50 municípios que apresentaram maior diminuição de dívida total. Deste *ranking* há a salientar a prestação dos três primeiros municípios, que apresentaram, cada um, uma descida de Passivo exigível superior a -5 milhões de euros, revelando um esforço considerável de saneamento financeiro.

R55 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível em 2021

Unidade: euros

Município	Dim	Variação valor									
		11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
1 Lisboa	G	-384 421 774	87 334 812	-23 142 624	-4 145 330	-91 602 184	-133 338 109	-47 818 650	-52 397 488	-4 465 286	18 989 176
2 V. Real Sto. António	P	2 576 195	4 259 395	4 537 359	768 318	2 491 663	4 109 466	5 420 076	-11 087 889	-1 611 707	17 901 940
3 Seixal	G	4 309 441	-7 823 302	-2 228 455	-10 375 854	-8 284 613	-6 504 421	19 554 798	-5 389 851	-7 626 640	16 021 243
4 Lagoa (R.A.A)	P	-1 354 848	-857 767	-1 525 806	2 016 131	-946 316	-931 122	-1 037 031	-729 066	-556 254	14 824 121
5 Porto	G	-11 520 408	-4 565 720	-3 559 062	-8 463 391	-45 684 622	-3 804 387	-18 937 251	-9 633 306	24 325 006	14 615 099
6 Matosinhos	G	-18 509 241	-6 143 855	-4 834 881	2 659 874	11 905 532	-2 056 786	-8 935 202	-4 648 297	-5 696 317	11 752 203
7 Setúbal	G	-2 002 175	2 552 192	-8 412 768	-2 553 422	-14 724 586	-4 010 171	-2 452 947	-724 569	5 216 930	9 448 782
8 Viana do Castelo	M	-848 887	-2 823 902	-3 242 291	2 819 790	-4 832 124	3 062 505	2 212 539	501 128	-2 337 389	9 048 468
9 Loures	G	-12 236 470	-6 757 771	-13 329 704	-8 514 350	-6 392 191	597 669	-3 332 664	-202 540	-2 663 108	7 712 844
10 Amarante	M	-479 762	-389 663	-331 633	-822 347	1 073 057	3 894 088	1 491 240	170 584	145 058	7 165 766
11 Póvoa de Varzim	M	-6 790 029	-3 386 767	-3 486 657	-1 578 748	-2 343 122	-1 614 353	-1 626 886	4 884 305	1 862 979	5 809 617
12 Guimarães	G	-7 061 129	-10 287 169	-4 325 191	-1 360 052	-6 008 451	-4 788 466	-7 363 707	-6 663 190	-4 073 511	5 791 841
13 Coimbra	G	-3 784 463	-511 049	-1 966 682	916 662	-2 538 766	-8 035 058	-4 681 766	-4 339 067	-5 822 022	5 126 168
14 Viseu	M	-4 931 526	-953 383	-3 350 876	2 910 393	-1 926 404	301 247	-4 157 721	-1 773 426	1 142 803	5 033 779
15 Espinho	M	2 689 132	-5 877 272	-3 349 383	-4 610 653	-4 684 398	-1 866 913	-1 324 356	-1 754 159	-2 288 633	4 865 381
16 Barreiro	M	-4 801 995	-4 321 726	-3 545 918	-3 429 786	-2 625 017	-2 684 976	-1 066 931	9 300 676	-33 992	4 801 528
17 Palmela	M	918 124	-666 227	-2 713 589	-2 767 250	-4 108 180	-3 173 084	-1 558 585	-1 104 703	-1 667 930	4 657 091
18 Peniche	M	-1 525 225	-1 545 762	-1 235 133	847 051	-430 424	-970 419	-530 208	327 681	-698 092	3 674 862
19 Lousada	M	-5 744 506	-1 661 816	240 982	-708 285	-576 806	1 790 561	-1 763 845	-57 376	-1 163 866	3 398 741
20 Celorico de Basto	P	-2 173 501	-1 740 321	-2 123 918	-915 781	-1 517 592	-754 198	-1 310 753	-1 032 118	100 090	3 343 582
21 Santa Cruz	M	-2 313 029	-3 760 879	-4 464 286	-5 613 058	-3 647 892	-4 025 670	-1 549 114	-3 548 439	2 817 685	3 331 106
22 Torres Vedras	M	-7 228 665	-4 968 079	-3 046 643	-2 656 721	-5 405 546	-2 163 786	-3 382 354	-287 444	1 104 762	2 835 695
23 Penafiel	M	-4 871 908	177 152	-1 461 939	673 218	-5 044 237	7 538 952	-6 051 275	-7 296 866	-3 775 820	2 793 140
24 V. Nova de Famalicão	G	-5 296 731	-949 582	-3 130 854	4 154 358	606 686	-1 418 198	-2 790 103	339 351	-1 762 328	2 785 029
25 Peso da Régua	P	-1 813 072	400 687	1 322 626	2 230 519	173 231	-475 498	-1 896 182	-927 403	-1 400 736	2 750 016
26 Felgueiras	M	-4 173 351	-3 316 620	-2 789 410	-1 922 441	-3 676 311	-212 688	3 305 319	-1 111 868	175 445	2 616 355
27 Machico	P	-3 450 261	-1 371 349	-9 087 497	-4 236 217	-2 189 081	-1 899 837	-1 277 504	-1 313 993	-4 178 975	2 602 910
28 Praia da Vitória	P	-1 315 540	-819 923	-1 764 809	-4 862 413	-316 644	104 546	-699 314	1 561 915	-385 626	2 592 421
29 Moita	M	-4 171 004	-2 678 619	-3 418 033	-2 080 523	-2 049 248	-3 092 405	-2 211 527	-2 664 913	-2 849 675	2 516 649
30 Monção	P	-2 557 986	-685 139	-2 550 787	-1 469 603	-226 899	-277 919	-836 448	-146 334	1 672 999	2 501 190
31 Arcos de Valdevez	M	-4 010 994	-3 944 177	-374 733	-2 177 900	-2 042 392	-241 591	-1 349 778	-764 838	1 239 346	2 444 052
32 Ribeira Brava	P	-1 157 230	-5 310 034	-3 326 830	-3 178 139	-1 532 946	-1 741 326	-656 787	-780 492	-1 899 633	2 170 812
33 Ribeira de Pena	P	-1 310 987	-982 676	-13 869	-1 277 381	-1 070 616	-52 542	-848 494	1 643 423	-1 427 439	1 963 364
34 Vila Real	M	-5 320 652	-1 438 865	1 549 441	-1 617 734	-1 578 270	-1 525 586	-2 327 372	2 543 432	-135 985	1 828 003
35 Melgaço	P	-983 728	-2 705 373	-405 304	-1 954 105	-1 798 283	24 964	-327 016	-91 807	-391 398	1 670 843
36 Arganil	P	-1 070 976	-928 866	-121 198	-1 186 016	-1 031 040	-787 542	-357 308	-225 861	1 922 184	1 596 101
37 Mira	P	-2 396 219	-635 190	-262 967	47 170	-153 032	533 134	-219 824	-349 368	342 159	1 545 342
38 Arruda dos Vinhos	P	-847 343	-1 352 753	-1 198 524	-624 898	69 281	352 467	-318 030	-875 483	597 638	1 511 981
39 Monforte	P	-829 583	-345 467	-336 875	-747 237	-63 675	-55 226	-192 523	-291 084	316 058	1 461 401
40 Ponte de Lima	M	-571 400	-27 853	1 719 752	-833 801	24 298	732 152	-578 869	-314 014	518 113	1 411 856
41 Alcácer do Sal	P	-326 021	-937 278	1 307 667	-854 755	-19 675	7 188	-352 602	727 476	194 427	1 396 783
42 Bragança	M	-1 133 975	-690 427	-932 274	-1 630 516	-1 519 547	-14 694	-1 787 486	112 728	-783 957	1 333 567
43 Cantanhede	M	-3 105 085	-3 834 541	-2 225 291	-4 158 539	-3 607 304	-4 048 666	-3 257 857	-3 007 542	-2 601 310	1 324 952
44 Rio Maior	M	-1 979 399	-1 587 613	-872 048	-2 962 497	-3 939 254	-2 094 276	-2 100 379	-1 223 395	488 549	1 319 375
45 Benavente	M	-1 782 668	-1 047 532	430 121	-510 653	-283 903	-286 397	1 133 912	-472 405	395 268	1 257 373
46 Pombal	M	252 645	4 124 728	-3 470 083	-1 592 217	-1 150 890	-874 552	-1 539 871	-1 012 148	155 989	1 244 454
47 Beja	M	-3 710 852	-2 737 409	-3 215 097	-1 103 441	-2 105 503	-1 031 194	-2 017 900	-1 046 763	-1 296 687	1 217 459
48 Fafe	M	-2 253 696	-866 430	1 975 895	-2 320 324	2 462 050	-500 564	-708 369	1 021 288	-1 281 510	1 153 993
49 Vizela	M	3 737 285	388 760	823 963	-1 452 877	-3 388 473	-2 829 988	-1 159 712	-439 922	-1 299 444	1 132 311
50 Baião	P	671 182	-1 071 955	828 609	-708 028	541 986	-407 952	-161 865	-509 623	489 904	1 076 210
Variação dos 308 municípios		-1 084 310 663	-277 366 582	-479 811 679	-453 364 646	-620 450 649	-429 240 926	-400 599 913	-310 556 476	-137 970 527	89 540 683

R56 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2021

Unidade: euros

Município	Dim	Variação valor									
		11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
1 Lagos	M	-822 010	14 365 010	-8 332 762	-9 214 081	-7 221 001	-8 926 258	-1 646 183	-6 459 983	14 600 214	-15 825 131
2 Funchal	G	-2 720 087	-12 767 716	-10 548 583	-9 442 956	-11 431 361	-4 218 098	-17 454 079	8 091 996	-1 851 460	-8 312 317
3 Gondomar	G	-9 801 132	-4 233 463	-1 068 584	-5 604 981	-5 434 528	-1 171 074	-4 744 014	-13 474 255	-2 730 899	-8 015 902
4 Maia	G	-11 855 292	-6 670 009	-13 693 062	7 077 417	6 063 544	-6 568 071	-4 331 090	-7 140 338	-5 497 943	-4 898 144
5 Covilhã	M	-9 587 853	-8 678 966	-6 358 443	8 223 446	-8 728 707	-8 818 973	-8 524 027	-5 846 691	-4 039 356	-4 473 598
6 Portimão	M	11 854 394	3 934 535	-7 466 157	-12 928 951	11 942 524	-35 667 527	-7 655 025	-5 923 599	-2 121 235	-4 356 468
7 Almada	G	-2 291 242	-1 846 373	82 012	-1 163 877	-3 771 777	-5 840 700	-4 098 638	189 514	-2 952 202	-4 258 583
8 Aveiro	M	-15 910 495	-6 871 388	2 870 967	-10 477 977	-14 684 815	6 696 747	-4 879 693	-7 780 337	-15 449 211	-4 231 758
9 Mafra	M	-4 670 980	8 052 555	-7 945 733	-4 291 644	-1 930 873	7 589 185	10 470 061	-1 689 487	1 786 984	-4 125 479
10 Vila Franca de Xira	G	-583 698	-659 349	-3 212 530	-244 506	-3 180 032	6 111 917	-1 355 428	3 947 041	-886 094	-3 404 343
11 Vila do Conde	M	79 628	-8 143 676	-4 686 626	-7 167 239	-3 545 582	-2 811 541	-2 577 425	-3 979 423	-2 272 931	-3 288 665
12 Vila do Porto	P	-45 656	-344 383	-57 703	-269 938	4 507 946	-358 931	-389 383	-255 872	-269 692	-3 179 787
13 Santo Tirso	M	-23 135	-1 106 260	-1 809 891	-1 012 243	-5 398 337	3 384 409	-447 250	-509 918	-3 407 213	-3 172 892
14 Lamego	M	-410 404	-2 471 708	2 704 789	-1 419 665	9 263 838	-2 791 331	-1 804 977	-3 901 520	-1 110 309	-3 147 624
15 Seia	M	293 239	-2 181 309	-2 496 751	-2 292 974	-3 955 551	-3 696 664	-2 579 146	-2 885 198	-2 703 796	-3 101 826
16 Leiria	G	-13 947 485	-8 420 402	12 411 158	-7 075 358	-7 912 368	-4 810 592	-5 528 135	-7 215 354	1 975 613	-3 098 151
17 Loulé	M	-18 476 251	-9 570 856	-21 019 621	-2 477 309	-4 752 570	-6 279 108	-4 495 241	-3 074 520	-2 568 013	-2 892 073
18 Évora	M	-4 374 667	8 518 902	-4 171 835	-443 566	-2 690 019	-6 533 521	-1 307 961	-2 242 921	1 485 736	-2 758 500
19 Sesimbra	M	1 599 951	-2 315 843	-5 417 859	-2 210 139	-3 841 074	-2 257 200	-3 714 048	-973 430	413 985	-2 726 660
20 Portalegre	M	-2 493 492	-5 096 933	-2 549 347	-4 590 549	-6 116 091	-1 253 794	-3 847 677	-3 386 442	-3 377 428	-2 653 959
21 Santa Maria da Feira	G	-11 647 534	-10 906 676	-4 315 402	-6 826 106	-7 210 297	-9 651 556	-4 577 284	-2 946 064	-1 419 977	-2 499 078
22 Cascais	G	14 190 115	6 018 221	-18 830 010	-9 573 789	-20 312 733	4 792 490	-5 541 372	-10 201 639	-3 123 041	-2 455 435
23 Ferreira do Zêzere	P	-1 171 993	-1 935 040	-1 115 888	-509 700	-740 111	-573 609	-672 895	-471 051	-536 386	-2 361 342
24 Santarém	M	-6 163 200	-5 571 755	-6 824 016	-5 257 703	-7 218 382	-7 012 779	-5 957 322	-4 216 889	-1 905 813	-2 193 381
25 Vagos	M	-1 681 915	-838 662	-1 265 720	-1 256 521	-721 529	-323 895	-288 419	1 622 236	639 407	-2 112 178
26 Fundão	M	774 099	-28 158	-3 985 767	-5 254 383	-5 324 712	-5 178 061	-2 079 451	-358 532	-4 346 683	-1 984 252
27 Tomar	M	-2 925 567	-2 356 598	-2 116 002	-3 388 914	-2 174 142	-2 291 973	-2 575 041	-2 593 767	-233 729	-1 867 738
28 Sintra	G	-55 896 581	-14 125 950	-10 505 236	-30 212 167	-19 614 675	-5 747 245	-3 590 939	2 464 987	-564 001	-1 714 431
29 Olhão	M	-3 444 154	-2 706 121	-2 458 321	-3 296 683	-2 264 814	-1 136 334	-604 886	-1 639 315	-1 522 708	-1 648 742
30 Ponta Delgada	M	-3 337 753	-1 592 396	8 324 876	-4 555 656	-2 769 145	-2 252 833	-1 430 586	-1 533 245	-2 208 548	-1 547 341
31 Angra do Heroísmo	M	-3 347 431	-3 441 222	-1 424 328	-416 382	-1 623 005	-1 104 454	-2 244 543	-824 142	-635 303	-1 543 935
32 Vale de Cambra	M	-2 654 564	-1 535 128	-3 573 826	-2 791 511	-1 821 959	5 157 394	-913 951	-1 159 917	413 675	-1 453 302
33 Albufeira	M	-8 677 563	-13 093 141	-18 587 709	-1 704 029	950 574	-2 508 893	-3 023 882	-66 495	-1 812 263	-1 333 351
34 Alijó	P	-1 347 497	-2 477 569	268 323	-3 549 580	-2 842 174	-876 490	-806 746	5 438	-790 111	-1 303 396
35 Figueira da Foz	M	-4 343 157	-6 665 232	-5 988 882	-5 510 553	-4 127 439	-4 999 046	-3 989 587	-951 825	2 776 139	-1 294 515
36 Azambuja	M	-4 428 950	-2 108 636	-700 714	4 575 667	-1 322 169	-1 432 877	-2 141 709	-1 410 960	-1 198 184	-1 258 168
37 Amadora	G	-4 248 611	-2 846 364	-3 078 605	-1 396 924	-3 177 622	-4 346 173	-5 131 099	-3 271 182	-2 970 808	-1 246 728
38 Paços de Ferreira	M	-3 307 457	7 743 070	-4 671 157	-2 637 226	-3 456 458	-3 020 249	-5 539 613	-3 712 279	-1 671 776	-1 243 062
39 Ílhavo	M	-2 077 671	-6 364 313	-392 429	737 114	-4 635 083	-1 835 401	-3 740 063	-2 927 315	-1 625 000	-1 228 348
40 Celorico da Beira	P	-1 523 308	-679 774	-621 948	-2 856 708	-819 001	-686 105	-1 431 412	-1 991 259	-1 730 163	-1 222 276
41 Marco de Canaveses	M	-2 025 396	-2 217 336	462 393	-3 428 593	-2 664 196	-1 514 236	-1 820 867	-1 070 265	-600 415	-1 219 782
42 Armamar	P	-813 766	-763 366	339 301	-1 401 778	-1 025 632	-978 417	-1 043 955	-836 704	2 140 295	-1 196 638
43 Chaves	M	-5 510 440	3 501 169	45 418	-7 965 203	-8 266 242	7 251 150	-5 462 870	-5 052 518	-1 438 942	-1 159 416
44 Águeda	M	1 762 369	-2 878 525	-780 848	-1 059 803	572 138	-2 564 501	-467 185	566 790	-560 749	-1 155 005
45 Tabuaço	P	-1 068 806	-1 262 260	-1 426 837	1 722 318	-1 818 980	-180 132	527 361	36 083	-895 747	-1 140 816
46 Abrantes	M	-4 208 213	-3 078 725	-1 067 336	-1 827 604	-1 868 715	-1 742 088	-2 414 917	-1 668 934	-677 629	-1 118 073
47 Sardoal	P	-1 416 903	-673 206	-152 698	-433 148	13 538	-589 943	-314 426	706 738	336 555	-1 115 854
48 Paredes	M	4 081 295	-1 690 031	111 735	-8 496 015	-4 741 264	4 048 501	-4 545 750	-4 665 093	-4 213 189	-1 051 270
49 Reguengos de Monsaraz	P	197 136	1 725 382	-135 391	582 924	-949 257	1 157 641	106 015	-612 663	137 297	-988 512
50 Serpa	P	1 021 327	-699 916	820 984	-2 205 237	-124 611	435 803	-1 013 273	-180 630	-1 836 892	-984 041

Com os *Rankings* R56.A e R56.M apresentam-se os municípios dos Açores e da Madeira hierarquizados pelo maior volume de descida da sua dívida total.

R56.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Variação valor									
			11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
1	Vila do Porto	P	-45 656	-344 383	-57 703	-269 938	4 507 946	-358 931	-389 383	-255 872	-269 692	-3 179 787
2	Ponta Delgada	M	-3 337 753	-1 592 396	8 324 876	-4 555 656	-2 769 145	-2 252 833	-1 430 586	-1 533 245	-2 208 548	-1 547 341
3	Angra do Heroísmo	M	-3 347 431	-3 441 222	-1 424 328	-416 382	-1 623 005	-1 104 454	-2 244 543	-824 142	-635 303	-1 543 935
4	Nordeste	P	-1 473 714	-73 273	-1 677 668	-1 180 186	-1 101 644	-1 026 965	-757 928	3 586 623	-562 274	-848 682
5	Lajes do Pico	P	-473 122	1 951 459	-1 867 747	-1 028 639	-722 902	-899 281	-839 353	-924 137	-993 313	-588 055
6	Madalena	P	-955 995	-532 977	-595 435	-440 387	1 039 426	1 025 770	-386 774	-618 609	-476 025	-506 766
7	São Roque do Pico	P	-317 524	-139 345	-486 404	116 958	-47 386	2 878 177	333 342	-254 633	-207 314	-321 953
8	Velas	P	-1 813 791	-1 242 050	-595 051	-868 789	-564 487	-467 054	-541 665	-418 552	-401 653	-237 314
9	Povoação	P	-10 700 124	-13 624 257	-1 325 001	-664 042	-1 029 346	-854 773	1 643 339	-672 353	-518 673	-143 783
10	Corvo	P	-334 561	-104 396	-131 451	-40 041	-132 254	-159 591	-114 111	-138 072	-92 719	-80 706
11	Calheta (R. A. A.)	P	-1 445 312	-941 201	-829 737	-1 136 882	-1 014 644	-1 040 580	-1 179 209	-960 356	-898 493	-58 792
12	Ribeira Grande	M	-2 474 764	-3 991 072	-1 026 058	-306 556	742 252	-265 258	601 155	-2 065 710	13 382 871	-37 025
13	Santa Cruz das Flores	P	-287 083	-142 920	-177 162	-66 408	-71 397	51 963	-86 410	-32 469	-42 961	-20 251
14	Lajes das Flores	P	294 528	1 278 593	-2 280 531	-487 675	487 675	-878 371	-114 365	234 745	-9 290	95 444
15	Sta. Cruz da Graciosa	P	-242 433	-312 936	-329 438	-222 285	-252 719	349 458	-215 354	-242 347	-157 472	219 747
16	Vila Franca do Campo	P	-476 251	-1 364 072	-1 024 288	-1 526 554	-1 532 436	-1 707 207	-1 709 808	-343 035	12 166 239	617 688
17	Horta	P	-1 521 244	-317 706	-669 384	-983 068	-849 065	-487 282	-335 282	-261 539	-103 967	968 982
18	Praia da Vitória	P	-1 315 540	-819 923	-1 764 809	-4 862 413	-316 644	104 546	-699 314	1 561 915	-385 626	2 592 421
19	Lagoa (R.A.A)	P	-1 354 848	-857 767	-1 525 806	2 016 131	-946 316	-931 122	-1 037 031	-729 066	-556 254	14 824 121
Variação total R.A. Açores			-31 622 619	-26 611 844	-9 463 125	-16 922 813	-6 196 091	-8 023 790	-9 503 281	-4 890 850	17 029 533	10 204 014

R56.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2021

Unidade: euros

Município		Dim	Variação valor									
			11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21
1	Funchal	G	-2 720 087	-12 767 716	-10 548 583	-9 442 956	-11 431 361	-4 218 098	-17 454 079	8 091 996	-1 851 460	-8 312 317
2	Calheta (R. A. M.)	P	-1 691 971	-2 017 585	-1 479 650	-1 670 316	-2 256 094	-874 058	-265 778	-670 846	-463 289	-620 485
3	São Vicente	P	-2 465 364	2 399 181	-2 293 213	-1 335 047	-522 085	-705 307	-2 518 026	13 531	283 901	-425 431
4	Câmara de Lobos	M	-1 919 710	-5 082 177	-1 379 825	-1 935 851	-622 674	-1 354 839	42 834	-2 090 902	-236 801	-279 000
5	Porto Moniz	P	-770 463	-202 229	-148 658	-525 568	-201 410	-334 099	-491 269	-433 768	-329 276	-251 396
6	Ponta do Sol	P	-1 513 969	-1 147 907	-26 091	-714 970	283 947	-281 871	-411 171	-74 375	-122 855	55 271
7	Porto Santo	P	-1 120 132	-4 935 897	-217 702	-1 732 932	861 440	778 192	-1 131 265	-188 957	-302 473	58 245
8	Santana	P	-4 060 551	-3 355 396	-2 861 137	-428 582	-323 245	-2 147 137	-345 216	-695 947	-248 093	82 948
9	Ribeira Brava	P	-1 157 230	-5 310 034	-3 326 830	-3 178 139	-1 532 946	-1 741 326	-656 787	-780 492	-1 899 633	2 170 812
10	Machico	P	-3 450 261	-1 371 349	-9 087 497	-4 236 217	-2 189 081	-1 899 837	-1 277 504	-1 313 993	-4 178 975	2 602 910
11	Santa Cruz	M	-2 313 029	-3 760 879	-4 464 286	-5 613 058	-3 647 892	-4 025 670	-1 549 114	-3 548 439	2 817 685	3 331 106
Variação total R.A. Madeira			-23 182 768	-37 551 988	-35 833 473	-30 813 634	-21 581 401	-16 804 050-	-26 057 375	1 692 192	-6 531 270	-1 587 337

A observação dos dois *rankings* anteriores relativos às Regiões Autónomas confirma a análise já efetuada à evolução do Passivo exigível dos seus municípios, havendo apenas que relevar o seguinte;

- No conjunto dos municípios açorianos, a subida do passivo financeiro ter sido de +10,2 milhões de euros, sendo esta variação maioritariamente da responsabilidade do município de Lagoa (R.A.A.) (+14.8 milhões de euros);
- O conjunto dos municípios madeirenses apresentarem uma diminuição da dívida global da região de -1,59 milhões de euros, em grande parte devido à redução considerável da dívida do município do Funchal (-8,31 milhões de euros), que compensou as subidas consideráveis em Santa Cruz (+3,33 milhões de euros), Machico (+2,60 milhões de euros) e Ribeira Brava (+2,17 milhões de euros).

3.5.3 Passivo eventualmente exigível dos municípios
– Provisões para riscos e encargos

No Quadro 3.19 é apresentada a evolução das provisões (para riscos e encargos),⁷⁹ componentes que, como referimos, não consideramos como Passivo exigível, isto é, como dívidas efetivas para com terceiros, nomeadamente a parte que traduz valores estimados resultantes de acordos contratuais em risco ou situações em litígio.⁸⁰

⁷⁹ No SNC-AP a designação é apenas «Provisões».

⁸⁰ Sem prejuízo de se tratar de estimativas, a concretização eventual destas assume relevância em termos de análise. O peso das Provisões, nos últimos dois anos, atingiu

Verifica-se que o volume de provisões, em 2021, cresceu +17,0% (+34,9 milhões de euros) face a 2020, totalizando 934,0 milhões de euros no universo dos 308 municípios.

Concluindo a análise do Passivo e face à obrigatoriedade de contabilização dos encargos eventuais em provisões, observaram-se mais detalhadamente as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rubrica. Desta observação resultou o Quadro 3.20, onde se listam 34 municípios com provisões acima de 5 milhões de euros em 2021. Nesta listagem, destaca-se o município de Lisboa que apresentou valores notoriamente mais elevados que os restantes municípios. As provisões constituídas por Lisboa representavam 21,5% das provisões constituídas pela totalidade dos municípios portugueses nesse ano.

Realça-se o facto de, entre estes 34 municípios, se encontrarem 3 municípios de pequena dimensão: Caminha, Pinhel e Vila Real de Santo António. Nesta listagem encontram-se, ainda, 16 municípios de média dimensão.

Para além destes 34 municípios com provisões superiores a 5 milhões de euros, identificaram-se mais 206 municípios que apresentaram provisões, embora com valores bastante inferiores aos valores apresentados pelos municípios aqui assinalados.

15% do total do passivo municipal a nível nacional (Quadro 3.11).

Quadro 3.19 – Componentes do Passivo eventualmente exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo eventualmente exigível	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 18–21				Variação (%)	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	20–21	11–21
Provisões	768,4	835,9	921,2	809,5	822,6	953,8	1 011,9	980,5	949,3	899,1	934,0	3,9%	17,0%

Quadro 3.20 – Municípios com valor em provisões superior a 5 milhões de euros

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Lisboa	G	439 185 125	414 569 899	441 768 499	225 556 087	211 714 857	246 870 971	317 387 561	204 698 475	214 490 696	190 321 602	202 145 379
2 Barcelos	G	0	0	0	0	0	97 809 000	73 108 360	75 682 330	65 153 866	62 213 546	62 384 937
3 Funchal	G	1 099 332	296 646	701 646	1 283 268	1 594 059	3 711 694	6 848 767	17 914 899	21 356 179	22 568 786	52 530 470
4 Paços de Ferreira	M	3 000 000	3 000 000	2 765 477	5 627 746	55 477 553	55 731 229	51 102 212	51 742 908	51 292 608	51 116 420	51 183 539
5 Porto	G	24 185 689	30 982 291	31 078 615	38 429 002	40 445 332	43 277 433	45 333 103	39 046 136	43 872 167	49 688 411	36 365 284
6 Loures	G	64 005 025	67 772 510	73 522 699	72 142 323	70 849 651	72 225 255	72 256 265	72 644 938	72 505 485	37 527 089	32 202 784
7 Guarda	M	1 607 576	5 112 637	4 201 384	4 064 574	4 654 334	5 255 128	1 588 209	30 721 217	31 577 432	32 621 067	31 919 981
8 Marco de Canaveses	M	40 156 008	40 156 008	40 156 008	45 978 629	44 742 422	25 019 671	24 285 596	24 889 763	26 631 063	27 341 560	28 883 290
9 Vila Franca de Xira	G	0	0	0	8 381 552	8 477 331	8 286 498	7 804 246	9 553 381	10 914 095	14 391 407	25 330 037
10 Bragança	M	9 272 162	9 746 282	9 714 178	12 604 264	12 496 918	12 562 373	12 749 338	17 954 700	20 764 072	21 928 723	24 881 878
11 Fundão	M	8 220 055	10 821 102	18 989 359	22 618 202	22 229 091	23 346 633	23 796 533	24 493 451	22 660 447	21 910 389	22 248 360
12 Alcobaça	M	0	3 961 607	4 650 188	4 586 067	7 213 038	9 068 069	12 292 580	15 716 594	19 276 834	19 276 142	19 491 080
13 Sintra	G	8 459 053	14 995 132	17 150 266	17 102 723	21 222 930	19 758 775	19 809 244	29 437 669	22 568 116	17 460 449	18 167 235
14 Vila Nova de Gaia	G	33 300 000	43 914 951	51 194 130	49 534 130	4 213 881	2 878 500	4 913 758	5 457 936	10 034 566	15 488 272	13 336 272
15 Portimão	M	0	0	0	5 159 169	5 159 169	7 415 685	8 904 969	9 205 817	8 848 508	9 830 731	11 639 607
16 Mafra	M	0	0	1 606 187	7 801 175	7 585 912	7 736 234	8 785 979	9 652 515	7 868 386	11 412 067	11 534 521
17 Matosinhos	G	0	13 395 043	9 904 093	12 583 387	12 612 149	4 025 502	3 839 590	7 454 256	11 038 617	11 265 711	10 179 103
18 Lamego	M	0	0	0	0	0	6 627 463	6 797 605	15 440 566	9 134 178	8 773 629	8 469 698
19 Almada	G	5 811 003	6 801 501	5 932 636	6 468 977	1 471 109	1 804 974	2 041 546	3 116 529	6 145 645	7 273 789	8 397 165
20 V. Real Sto. António	P	1 751 595	1 132 464	906 786	734 672	3 625 727	3 552 932	2 032 943	1 909 749	2 190 212	5 194 428	8 224 278
21 Covilhã	M	0	0	2 392 137	1 830 121	178 567	178 567	178 567	178 567	0	7 374 345	7 997 889
22 V. Nova Famalicão	G	0	0	0	0	0	864 918	1 444 920	2 722 193	2 787 106	7 480 887	7 931 050
23 Santarém	M	466 356	18 483 369	13 181 643	8 368 619	11 145 951	9 001 990	9 380 589	8 007 625	7 605 211	7 838 931	7 838 931
24 Felgueiras	M	1 672 339	1 727 968	1 817 968	1 820 392	1 845 743	2 263 142	2 430 233	2 640 183	2 258 082	2 125 471	7 584 152
25 Caminha	P	7 586 652	6 875 469	1 164 842	1 188 842	397 578	297 724	0	0	0	7 299 537	6 928 459
26 Vila Real	M	793 857	805 941	79 822	79 301	78 001	44 470	73 035	40 368	5 279 339	6 505 983	6 863 764
27 Cascais	G	5 094 079	2 530 656	2 640 596	9 243 774	9 965 821	9 297 351	11 055 914	9 981 680	9 298 054	8 776 770	6 142 892
28 Paredes	M	173 250	118 253	252 253	2 502 373	2 005 792	10 233 431	9 936 276	9 752 301	8 007 924	5 723 894	6 052 747
29 Braga	G	0	0	0	601 309	601 309	1 643 233	12 130 845	7 542 132	7 415 987	10 175 089	5 910 472
30 Albufeira	M	1 033 721	1 349 796	1 272 546	677 774	544 349	6 884 624	6 544 361	6 299 892	6 297 360	5 983 098	5 845 026
31 Pinhel	P	0	379 092	1 850 964	3 411 551	4 268 955	4 686 618	5 655 482	5 807 488	5 807 488	5 680 239	5 680 239
32 Seixal	G	0	0	0	2 056 083	3 242 467	5 998 717	4 272 302	6 106 710	4 346 747	5 418 670	5 274 482
33 Santiago do Cacém	M	1 773 543	1 966 542	2 542 023	2 972 756	3 556 244	3 553 468	3 206 307	3 891 344	4 473 215	4 404 949	5 146 443
34 Gondomar	G	6 317 705	6 664 752	6 659 907	10 973 245	12 475 939	11 459 428	2 609 707	2 589 075	2 008 535	5 173 949	5 117 672
Total dos 308 municípios		768 370 537	835 940 092	921 207 049	809 545 839	822 624 072	953 795 809	1 011 907 627	980 536 493	949 275 689	899 121 037	933 986 498

3.5.4 Endividamento das autarquias

3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013⁸¹

Neste ponto apresenta-se o montante da dívida total dos municípios com vista à determinação da sua capacidade de endividamento, considerando apenas o setor autárquico em sentido restrito, não abrangendo a totalidade das entidades que constituem os grupos autárquicos, isto é, sem inclusão das entidades referidas no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013⁸².

⁸¹ Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16/08.

⁸² Artigo 54.º – Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07):

1 – Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos: a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei; d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime; e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município; f) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

2 – As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 – Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), na sua redação atual, estabelece no artigo 52.º o conceito relativo ao endividamento municipal, que é o da dívida total das operações orçamentais⁸³.

Esta lei estabelece como limite da dívida total, o valor correspondente a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, que não pode ser ultrapassado a 31 de dezembro de cada ano. Determina-se, ainda, no n.º 2 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Em relação ao exercício de 2021⁸⁴, mantém-se a alteração à lei do

4 – Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores."

⁸³ Artigo 52.º – Limite da dívida total

1 – A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 – A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

⁸⁴ A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei Orçamental de 2018, altera o Artigo 52.º – Limite da dívida total, do RFALEI, nos seus pontos 5 e 6 dando-lhe a seguinte redação: [...]

"5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do

RFALEI introduzida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, reiterada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o OE para 2018, no qual se excluiu do cômputo do cálculo do limite de endividamento, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, bem como o valor das subvenções reembolsáveis ou os empréstimos resultantes dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. Mais se anota que, às exceções acabadas de referir, acrescem os empréstimos considerados no artigo 84.º do RFALEI – Regime transitório para o endividamento excecionado.⁸⁵

Todavia, todas as situações de exclusão de empréstimos ou de outras dívidas, nos termos acabados de citar, apenas relevam para a determinação dos limites de endividamento. Mas, para efeitos do cálculo da dívida total das autarquias, continua a ser considerada a totalidade do capital em dívida, seja qual for o empréstimo que lhe tenha dado origem, bem como toda a dívida de curto prazo de natureza orçamental. Só assim se poderá considerar a devida transparência sobre as dívidas das autarquias.

apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro."

⁸⁵ Este artigo estabelece que:

"1 – No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se dívidas excecionadas as seguintes: a) Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; b) Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995; c) As dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

3 – Para efeitos dos números anteriores, apenas relevam as dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei e cujos contratos não sejam objeto de alterações, designadamente nos montantes ou nos prazos."

Pese embora no cálculo do endividamento apresentado neste Anuário não tenha sido considerado o endividamento dos entes participados pelo município⁸⁶, ou daqueles em cuja capacidade de decisão o município detém a maioria dos votos, entende-se que não deverá provir desta limitação um desvio relevante em relação ao valor total de endividamento, uma vez que a lei atual só obriga à absorção da dívida das entidades participadas na esfera do seu setor empresarial⁸⁷ quando estas não apresentem equilíbrio de contas. Em caso contrário, quando demonstram equilíbrio de contas, a dívida das participadas não concorre para os limites da dívida total do município.

No Quadro 3.21 apresenta-se a dívida total dos municípios⁸⁸, considerando o universo dos 308 municípios, com base nos dados apresentados nos mapas de prestação de contas e com as considerações acima apresentadas.

Do exposto, é de salientar, para efeitos de clarificação da leitura dos quadros subsequentes, que a **dívida total que se apresenta pode não corresponder integralmente ao valor da dívida total dos municípios para efeitos do cumprimento do limite da dívida prevista no RFALEI**, face à não ponderação do endividamento de entidades do setor empresarial das autarquias ou outras por si participadas. Mais

⁸⁶ À data da realização deste Anuário não se detém informação sobre a consolidação das contas dos municípios e sua participadas / intervencionadas. Todavia, para efeito da conformidade dos cálculos aqui apresentados, invoca-se a exceção prevista no n.º 1 do artigo 54.º do RFALEI, que refere "As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei."

⁸⁷ Onde ocorreram extinções e ou fusões

⁸⁸ O cálculo da dívida total, embora numa percentagem muito pouco significativa e, por isso, sem influência relevante na determinação do seu valor, envolveu alguns contrangimentos que derivam do facto de não ser possível isolar completamente a dívida de curto prazo de origem não orçamental. Efetivamente, na atual informação apresentada pelos municípios em sede de prestação de contas, há rubricas do passivo em relação às quais não é possível distinguir eventuais valores relacionados com operações de tesouraria, dos valores de natureza orçamental. Assim, optou-se por deduzir ao passivo de curto prazo o saldo de operações de tesouraria, obtido do mapa de fluxos de caixa do POCAL e do mapa do desempenho orçamental do SNC.AP.

se refere que não foram excluídos para efeitos de cálculo do limite de endividamento, os montantes de empréstimos excecionados, quer os mencionados no n.º 5 do artigo 52.º, quer os referidos na norma transitória – artigo 84.º do RFALEI, por não ter sido possível isolar os valores em apreço. Tal dificuldade resultou do facto de se detetarem incorreções relevantes na sinalização dos empréstimos isentos para fins de cálculo de limite de endividamento, nos mapas de empréstimos apresentados pelos municípios. Uma verificação de conformidade entre os valores disponibilizados pela DGAL em relação aos anos anteriores a 2019 e o cálculo da dívida que relevaria para efeitos do limite da dívida, obtida por dedução dos empréstimos sinalizados como isentos nos referidos mapas de controlo de empréstimos elaborados pelos municípios, mostraram discrepâncias, levando os autores deste Anuário a optarem por não considerarem as referidas exceções.

Da observação do Quadro 3.21 referente ao limite da dívida municipal, considerando, como já foi justificado, que não estão incluídas dívidas de outras entidades do grupo autárquico que possam relevar

para o montante da dívida, nem excluídas as exceções previstas no RFALEI, poder-se-á dizer:

- Em 2021, considerando o universo dos 308 municípios, o valor da dívida total ficou distante 45,2pp do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52.º e 84.º do RFALEI, aumentando esse distanciamento em +0,4pp relativamente ao verificado em 2020;
- Mantém-se a afirmação dos anteriores Anuários de que **"os sucessivos decréscimos, verificados desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias"**;
- Pese embora o referido no ponto anterior, em 2021, nas condições de cálculo suprarreferidas, isto é, não incluídas as dívidas de outras entidades do grupo autárquico, nem excluídas as exceções que não relevam para o limite da dívida, ainda persistiram 20 municípios que poderão ter excedido o limite da dívida total indicado no artigo 52.º do RFALEI

Quadro 3.21 – Limite à dívida total

Unidade: milhões de euros

Indicadores		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(a)	Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	5 678,2	5 715,1	5 904,8	6 222,2	6 502,4	6 815,6	7 094,7	7 371,1	7 525,3
(b)=1,5*(a)	Limite da dívida total	8 517,4	8 572,6	8 857,2	9 333,2	9 753,5	10 223,4	10 642,0	11 056,7	11 287,9
(c)	Passivo exigível dos municípios*, não incluindo outras entidades e desconsiderando exceções	7 146,5	6 666,7	6 213,3	5 592,9	5 163,6	4 763,0	4 452,5	4 314,5	4 404,0
(d)	Dívidas não orçamentais (operações de tesouraria)	186,1	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1	239,3	242,6	283,6
(e)=(c)-(d)	Dívida total dos municípios, não incluindo outras entidades nem excluindo exceções	6 960,4	6 477,2	6 024,0	5 401,0	4 957,9	4 543,9	4 213,2	4 071,8	4 120,5
(f)=(e)/(a)	Índice de dívida total (Índice permitido <= 150%)	122,6%	113,3%	102,0%	86,8%	76,2%	66,7%	59,4%	55,2%	54,8%
N.º de municípios que podem ter excedido o limite da dívida total		87	73	52	33	32	28	25	20	20

*Engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Inclui ainda os acréscimos de custos (credores por acréscimos de gastos no âmbito do SNC-AP

3.5.4.2 Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013

A Secção III da Lei n.º 73/2013 (RFALEI), com as alterações posteriores, define os mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal⁸⁹ no caso de incumprimento dos limites dis-

postos no seu artigo 52.º, e contém indicadores que servirão de sinal de alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento. Com base nas contas dos 308 municípios procedeu-se ao cálculo destes indicadores para cada um dos municípios, obtendo-se o ponto de situação apresentado nos Quadros 3.22 e 3.23.

⁸⁹ Os referidos mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal estão explicitados nos seguintes artigos do RFALEI: Artigo 56.º – Alerta precoce de desvios; Artigo 57.º – Mecanismos de recuperação financeira municipal; Artigo 58.º – Saneamento financeiro, e Artigo 59.º – Plano de saneamento.

Quadro 3.22 – Indicadores de sinalização de alerta precoce de saneamento financeiro e de recuperação financeira

Situação da dívida total	N.º de Municípios								
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Inferior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	221	235	256	275	276	280	283	288	290
Superior à média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	159	136	113	86	67	50	42	40	31
Superior a 1,5 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	87	73	52	33	32	28	25	20	18
Entre 1,5 x e 2,25 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	46	40	29	15	16	18	17	13	13
Entre 2,25 x e 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	20	16	9	10	10	6	4	3	1
Superior a 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	21	17	14	8	6	4	4	4	4

Quadro 3.23 – Outros indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira

N.º de municípios com dívida total deduzida dos empréstimos:	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
inferior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	260	269	283	290	292	301	300	301	302
superior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	48	39	25	18	16	7	8	7	6

Os cálculos efetuados para a determinação dos indicadores apresentados no Quadros 3.22 e 3.23 permitem apresentar as seguintes conclusões relativas ao ano de 2021.

Situações que exigem a aplicação das sanções previstas no ponto 3. do artigo 52.º do RFALEI (com as devidas alterações):

– **18 municípios**, ao apresentarem uma dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, não cumpriram o limite previsto no n.º 1 deste artigo, devendo, por isso, **ser-lhes reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido.**

Situações em que municípios teriam que requerer saneamento financeiro⁹⁰ com aplicação do respetivo plano de saneamento e obrigatoriedade de contrair um empréstimo para esse fim:

- **Os 18 municípios** referidos na situação precedente, para além da sanção apresentada, **deveriam contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros;**
- **Os 6 municípios** que apresentaram em 2021 um montante da dívida, excluindo empréstimos, **superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**⁹¹;
- **O município** que demonstrou em dezembro de 2021 um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.⁹²

Situações que obrigariam à adesão ao procedimento de recuperação financeira municipal:⁹³

⁹⁰ Situação em que o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º do RFALEI.

⁹¹ Alínea b) do ponto 1 do artigo 58.º do RFALEI.

⁹² Estes poderão, em alternativa, aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º. "Artigo 61.º – Recuperação financeira municipal: 1 – O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira. 2 – A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

⁹³ O artigo 61º do RFALEI considera que um município está em rutura financeira sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recupera-

– **4 municípios** apresentaram em dezembro de 2021 uma **dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios.** Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal.

Situações que permitem, mas não exigem, a contração de empréstimos para saneamento financeiro⁹⁴:

- Em dezembro de 2021, **31 municípios** apresentaram sinais de alerta precoce⁹⁵, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI. Efetivamente, àquela data, estes municípios, **apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios;**
- **13 municípios** apresentaram, em dezembro de 2021, **o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média.**

Outras situações de alerta precoce relacionados com desvios⁹⁶ na execução da receita:

- **114 municípios** apresentaram, em dezembro de 2020, **uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%.** Destes, 67 tinham apresentado a mesma situação em 2019, pelo que deveriam, em 2021, ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista

ção financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

⁹⁴ Sempre que o município atinja ou ultrapasse a média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do RFALEI, pode contrair empréstimos para saneamento financeiro.

⁹⁵ Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI, sempre que, na informação prestada à DGAL, a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, serão informados os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, e os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

⁹⁶ No n.º 2 e n.º 3 do artigo 56.º do RFALEI são apresentados outros dois sinais de alerta precoce: (i) quando a dívida total ultrapassar 1,5 vezes a média da referida receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, para além de presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, será informado o Banco de Portugal; (ii) quando o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%, serão informadas as mesmas entidades, com exceção do Banco de Portugal.

a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

Situações de não equilíbrio orçamental:

- Em dezembro de 2021, **17 municípios** apresentaram um **montante da receita corrente cobrada bruta inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo;**
- Quer dizer que estes 17 municípios apresentaram um saldo corrente (deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo) negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, destes municípios, em 2021, só **7 apresentaram o valor absoluto do saldo superior a 5% das receitas correntes totais**, sendo inferior nos restantes 10 municípios;
- No final do ano económico de 2021, **66 municípios apresentaram** um saldo corrente negativo, na base da despesa corrente assumida,⁹⁷ acrescida das amortizações médias dos empréstimos. Destes, **34 municípios apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas.**

Com base em informação obtida através da DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) no Mapa – *Evolução do Endividamento Total, Por Município* – Prestação de contas 2021, apresentam-se um *ranking* que lista os 50 municípios em situações relacionadas com o índice da dívida total – *Ranking* R57 – que ordena os municípios com melhor índice de dívida total, e o *Ranking* R58 onde se apresentam os municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores⁹⁸.

⁹⁷ Entende-se que o saldo corrente obtido na base dos compromissos (receitas liquidadas deduzidas de despesas comprometidas) dá uma imagem mais fiável e verdadeira da situação orçamental dos municípios quanto ao saldo do exercício.

⁹⁸ O mapa da *Evolução do Endividamento Total, Por Município* - Prestação de contas 2021 publicado pela DGAL, até à data de publicação do Anuário, não dispunha ainda da informação da dívida total 48 municípios. De forma a incluir estes municípios na análise, foi considerado, para estes municípios, o índice de dívida total apurado no anuário, cujo cálculo se encontra explanado no ponto 3.5.4.1.

R57 – Municípios com melhor índice de dívida total

Unidade: euros

	Município	Dim.	2021		
			Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Calheta (R. A. A.)	P	4 233 077	54 183	1,3%
2	Ferreira do Zêzere	P	8 078 823	123 159	1,5%
3	Lagoa (Algarve)	M	37 839 804	1 183 312	3,1%
4	Santa Cruz das Flores	P	2 608 388	82 864	3,2%
5	Santana	P	6 234 343	204 893	3,3%
6	Chamusca	P	9 759 727	383 336	3,9%
7	Pampilhosa da Serra	P	9 319 481	376 727	4,0%
8	Vila Nova de Foz Côa	P	8 910 421	369 474	4,1%
9	Vila Velha de Ródão	P	6 883 099	317 046	4,6%
10	Mealhada	P	14 170 151	652 823	4,6%
11	Mogadouro	P	11 636 323	661 829	5,7%
12	Oeiras	G	179 887 837	11 740 301	6,5%
13	Alcobaça	M	33 501 349	2 271 604	6,8%
14	Penedono	P	s.i.	s.i.	6,9%
15	Bombarral	P	9 247 386	711 239	7,7%
16	Benavente	M	16 446 059	1 313 777	8,0%
17	Arronches	P	s.i.	s.i.	8,8%
18	Murtosa	P	6 649 047	607 600	9,1%
19	Porto de Mós	M	16 774 765	1 546 429	9,2%
20	Aguiar da Beira	P	6 754 235	639 840	9,5%
21	Ponta do Sol	P	s.i.	s.i.	9,5%
22	Cinfães	P	12 947 045	1 282 243	9,9%
23	Carrazeda de Ansiães	P	7 298 529	724 006	9,9%
24	São Brás de Alportel	P	11 221 470	1 138 369	10,1%
25	Alcácer do Sal	P	16 168 135	1 671 012	10,3%
26	Boticas	P	s.i.	s.i.	10,4%
27	Coruche	P	16 485 114	1 861 907	11,3%
28	Santa Maria da Feira	G	60 981 076	6 956 551	11,4%
29	Ponte de Lima	M	26 017 245	3 108 187	11,9%
30	Arouca	M	13 646 947	1 641 830	12,0%
31	Amadora	G	107 371 359	12 962 708	12,1%
32	Sintra	G	243 611 855	29 435 587	12,1%
33	Campo Maior	P	8 006 426	994 002	12,4%
34	Bragança	M	30 221 532	3 833 453	12,7%
35	Sátão	P	s.i.	s.i.	12,8%
36	Lajes das Flores	P	2 839 596	368 616	13,0%

Município	Dim.	2021		
		Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
37	Elvas	s.i.	s.i.	13,3%
38	Cadaval	10 342 809	1 389 896	13,4%
39	Grândola	24 132 913	3 267 884	13,5%
40	Ferreira do Alentejo	9 760 826	1 323 164	13,6%
41	Vila Flor	7 871 367	1 101 523	14,0%
42	Alter do Chão	s.i.	s.i.	14,0%
43	Montijo	38 594 316	5 572 272	14,4%
44	Monchique	s.i.	s.i.	14,6%
45	Marvão	4 403 875	646 737	14,7%
46	Anadia	17 486 511	2 576 709	14,7%
47	Penalva do Castelo	6 808 115	1 008 812	14,8%
48	Corvo	1 514 933	226 170	14,9%
49	Loulé	105 170 779	15 896 559	15,1%
50	Abrantes	28 282 921	4 284 388	15,1%

R58- Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores

Unidade: euros

Município	Dim.	2021		
		Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Vila Real de Santo António	23 419 192	151 491 386	647%
2	Fornos de Algodres	s.i.	s.i.	460%
3	Vila Franca do Campo	8 278 400	32 842 828	397%
4	Cartaxo	14 018 500	50 483 980	360%
5	Nordeste	5 109 515	13 413 549	263%
6	Fundão	23 791 539	52 464 892	221%
7	Portimão	55 343 698	115 411 038	209%
8	Vila Nova de Poiares	6 674 923	13 713 200	205%
9	Freixo de Espada à Cinta	6 153 899	12 163 621	198%
10	Alfândega da Fé	7 807 466	15 404 689	197%
11	Alandroal	8 452 119	16 054 507	190%
12	Lagoa (R.A.A)	10 210 751	18 993 877	186%
13	Nazaré	18 419 699	32 294 113	175%
14	Reguengos de Monsaraz	11 244 049	18 723 074	167%
15	Belmonte	6 159 685	10 104 750	164%
16	Paços de Ferreira	24 949 026	39 742 220	159%
17	Seia	20 155 504	31 714 425	157%
18	Tabuaço	s.i.	s.i.	150,4%

Nos *Rankings* R58.A e R58.M, apresentam-se ordenados os índices da dívida total dos municípios, respetivamente, da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira.

R58.A – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	2021		
		Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1 Vila Franca do Campo	P	8 278 400	32 842 828	396,7%
2 Nordeste	P	5 109 515	13 413 549	262,5%
3 Lagoa (R.A.A.)	P	10 210 751	18 993 877	186,0%
4 Ribeira Grande	M	18 765 013	22 266 517	118,7%
5 Praia da Vitória	P	s.i.	s.i.	113,0%
6 Ponta Delgada	M	45 864 911	43 346 207	94,5%
7 São Roque do Pico	P	4 060 489	2 969 461	73,1%
8 Povoação	P	6 108 025	4 170 890	68,3%
9 Vila do Porto	P	5 175 487	3 243 151	62,7%
10 Madalena	P	5 912 039	3 146 659	53,2%
11 Angra do Heroísmo	M	20 918 624	9 528 418	45,5%
12 Velas	P	5 270 177	2 173 389	41,2%
13 Horta	P	9 829 961	3 602 756	36,7%
14 Lajes do Pico	P	5 020 789	1 609 026	32,0%
15 Santa Cruz da Graciosa	P	3 767 627	1 162 041	30,8%
16 Corvo	P	1 514 933	226 170	14,9%
17 Lajes das Flores	P	2 839 596	368 616	13,0%
18 Santa Cruz das Flores	P	2 608 388	82 864	3,2%
19 Calheta (R. A. A.)	P	4 233 077	54 183	1,3%

R58.M – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	2021		
		Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1 Santa Cruz	M	21 892 264	19 447 788	88,8%
2 Porto Santo	P	4 600 746	2 636 519	57,3%
3 Câmara de Lobos	M	11 974 707	5 928 657	49,5%
4 Machico	P	s.i.	s.i.	47,6%
5 Ribeira Brava	P	7 235 963	3 220 798	44,5%
6 São Vicente	P	5 103 529	2 073 213	40,6%
7 Funchal	G	72 374 808	27 326 561	37,8%
8 Porto Moniz	P	4 895 394	1 137 542	23,2%
9 Calheta (R. A. M.)	P	10 233 042	1 934 042	18,9%
10 Ponta do Sol	P	s.i.	s.i.	9,5%
11 Santana	P	6 234 343	204 893	3,3%

Os valores apresentados nos *rankings* acima permitem, como expectável, uma leitura coerente com a já apresentada nos *rankings* sobre o Passivo exigível dos municípios.

De entre os municípios com melhor índice de dívida total, encontram-se quatro de grande dimensão em Portugal Continental (Amadora, Santa Maria da Feira, Oeiras e Sintra).

3.6 Gastos, Rendimentos e Resultados

Analisadas as componentes dos balanços dos municípios numa perspetiva global, apresenta-se neste ponto do Anuário, um conjunto de informações relativas ao resultado económico e às componentes das quais deriva: gastos e rendimentos. A análise é dirigida essencialmente para o ano de 2021, mas sempre que possível, numa comparação com os últimos dez anos.

Quadro 3.24 – Gastos, rendimentos e resultados – 2020 e 2021

Unidade: milhões de euros

	Demonstração dos Resultados	2020	2021	Variação (%) 20-21
Rendimentos	Impostos contribuições e taxas	3 489,1	3 902,6	11,9%
Rendimentos	Vendas	172,1	178,3	3,6%
Rendimentos	Prestações de serviços e concessões	684,1	710,0	3,8%
Rendimentos	Transferências e subsídios correntes obtidos	3 067,8	3 384,5	10,3%
Gastos ou Rend.	Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	9,7	32,5	234,8%
Rendimentos	Variações nos inventários da produção	0,5	1,1	115,1%
Rendimentos	Trabalhos para a própria entidade	20,1	24,1	19,9%
Gastos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-195,1	-202,9	4,0%
Gastos	Fornecimentos e serviços externos	-2 100,1	-2 348,7	11,8%
Gastos	Gastos com pessoal	-2 758,4	-2 951,3	7,0%
Gastos	Transferências e subsídios concedidos	-1 316,2	-1 515,9	15,2%
Gastos	Prestações sociais	-14,1	-14,6	3,5%
Gastos ou Rend.	Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-0,1	-1,0	633,5%
Gastos ou Rend.	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7,9	-31,3	295,3%
Gastos ou Rend.	Provisões (aumentos/reduções)	8,6	-58,7	-785,0%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	1,5	0,8	-49,2%
Gastos ou Rend.	Aumentos/reduções de justo valor	1,0	1,1	8,7%
Rendimentos	Outros rendimentos	812,3	819,6	0,9%
Gastos	Outros gastos	-234,8	-241,5	2,9%
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 640,0	1 688,4	3,0%
Gastos ou Rend.	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 572,8	-1 565,7	-0,5%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-0,4	-1,3	183,6%
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	66,8	121,4	81,9%
Rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	16,3	9,0	-45,0%
Gastos	Juros e gastos similares suportados	-49,1	-39,1	-20,4%
	Resultado líquido do período	34,0	91,3	168,9%
	Total Gastos	-8 249,1	-8 972,1	8,8%
	Total Rendimentos	8 283,1	9 063,4	9,4%

Com a entrada em vigor do SNC-AP, **algumas linhas na Demonstração dos Resultados são apresentadas em termos líquidos**, agregando gastos e rendimentos da mesma categoria. Tal é o caso das imparidades de inventários e de dívidas a receber, e variações de justo valor, entre outros, assinalados no Quadro 3.24 como gastos ou rendimentos. Quando o valor compensado é positivo, é um rendimento; quando é negativo, é um gasto. O resultado líquido do período é apurado deduzindo os fluxos negativos (gastos), a partir dos fluxos positivos (rendimentos). É, ainda, evidenciado o resultado operacional (antes de gastos líquidos de financiamento), e o resultado operacional antes das depreciações, amortizações e imparidades de investimentos.

De notar ainda que, com a introdução do SNC-AP **deixaram de existir rubricas de carácter extraordinário**, tendo os custos e proveitos extraordinários sido reclassificados como outros gastos/rendimentos operacionais. Há ainda a considerar o facto de alguns elementos antes classificados como custos/proveitos financeiros terem sido também reclassificados no SNC-AP: nos gastos financeiros só se incluem gastos por juros e outros encargos, e nos rendimentos financeiros só juros, dividendos e outros rendimentos similares. Assim, os rendimen-

tos/gastos em entidades participadas, nomeadamente resultantes da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, antes incluídos nos proveitos/custos financeiros, passam agora a ser incluídos em contas de outros rendimentos/gastos. Contudo, as entidades parecem ter tido necessidade de os evidenciar na Demonstração dos Resultados separadamente, na rubrica que aparece como Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos, à semelhança do que acontece no SNC. Para o total dos municípios este valor, em 2021, foi de 32,5 milhões de euros, tendo crescido substancialmente face a 2020 (+234,8%).

3.6.1 Estrutura e evolução dos gastos

Para efeitos da análise dos custos/gastos resultantes da atividade dos municípios, apresenta-se no Quadro 3.25 a sua evolução entre 2011 e 2019, considerando os valores agregados dos 308 municípios. Na última coluna apresenta-se o peso das componentes dos custos de 2019 nos custos totais (contexto POCAL). Apresenta-se, ainda, a projeção gráfica (Gráfico 3.05) da estrutura das principais componentes de gastos relativos ao biénio 2020/2021 com vista à sua melhor percepção.

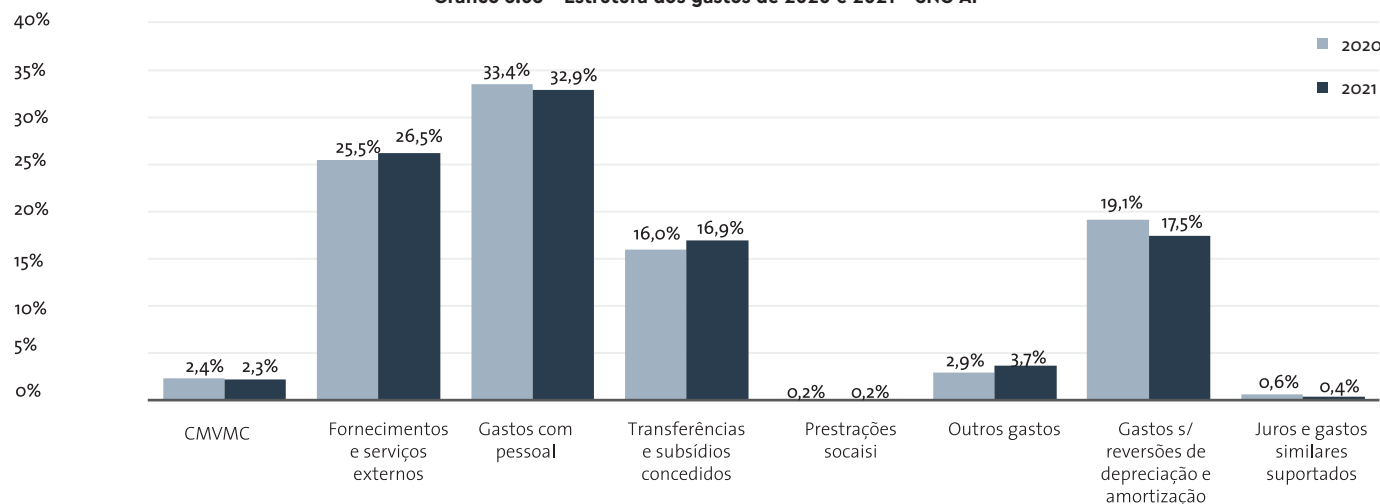
Quadro 3.25 – Evolução dos custos no período de 2011 a 2019 – POCAL

Unidade: milhão de euros

Custos	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Peso 2019
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
CMVMC	182,8	166,6	181,4	169,9	176,8	183,9	196,9	187,6	198,7	2,5%
Fornecimentos e serviços externos	1 809,7	1 754,6	1 752,3	1 753,6	1 830,4	1 959,3	2 091,7	2 132,5	2 216,1	27,4%
Custos com pessoal	2 279,6	2 088,2	2 261,3	2 216,7	2 204,1	2 239,1	2 308,0	2 446,6	2 638,5	32,6%
Transferências e subsídios concedidos	627,4	585,1	563,4	553,8	593,5	637,7	693,1	764,9	907,8	11,2%
Amortizações / Depreciações	1 167,1	1 208,8	1 269,0	1 299,1	1 341,0	1 372,4	1 385,6	1 397,2	1 401,8	17,3%
Provisões	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6	186,6	183,1	111,6	1,4%
Outros custos operacionais	29,8	25,8	24,3	26,1	27,2	35,2	41,0	46,1	48,9	0,6%
Custos extraordinários*	511,9	442,4	468,1	457,4	364,3	455,9	593,0	579,6	505,6	6,2%
Subtotal custos operacionais	6 766,7	6 479,2	6 704,4	6 760,9	6 724,3	7 181,2	7 495,9	7 737,7	8 028,9	99,1%
Custos financeiros	187,2	199,2	170,8	159,2	131,9	94,1	87,2	99,9	71,7	0,9%
Total de custos	6 953,9	6 678,4	6 875,2	6 920,1	6 856,2	7 275,3	7 583,1	7 837,7	8 100,6	100%

*Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos custos extraordinários como custos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020 e 2021.

Gráfico 3.05 – Estrutura dos gastos de 2020 e 2021 – SNC-AP



Do Quadro 3.25 e Gráfico 3.05 (bem como do Quadro 3.24), anota-se, em relação ao ano de 2021:

- Os **custos/gastos** totais relativos ao universo dos municípios apresentaram o seu valor mais alto, ao somarem o valor de 8.972,1 milhões de euros, com um aumento de +8,8% (+723,0 milhões de euros) em relação ao ano transato;
- No universo dos 308 municípios, os **custos/gastos operacionais** cresceram +8,9% (+733,0 milhões de euros), tendo sido apurados 8.933 milhões de euros, o valor mais elevado entre 2011 e 2021;
- A principal componente dos gastos municipais tem sido os **custos/gastos com pessoal**, representando em 2021 o peso de 32,9% da estrutura dos gastos totais do setor municipal e, relativamente ao total dos gastos operacionais, o peso de 33%. O montante total dos custos/gastos com pessoal foi de 2 951,3 milhões de euros, +7,0% (+192,9 milhões de euros) do que em 2020;
- Os **fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura de gastos municipais, atingindo em 2021 o montante de 2 348,7 milhões de euros, que se traduziu num aumento de +248,6 milhões de euros (+11,8%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos gastos totais foi de 26,2%, e de 26,3% nos gastos operacionais;

- 273 municípios contribuíram para o aumento dos gastos com pessoal no setor, e 260 municípios contribuíram para o aumento de gastos em fornecimentos e serviços externos;
- Uma componente relevante dos gastos totais têm sido as **amortizações/depreciações** do Ativo imobilizado/não corrente, a qual nos entes públicos, reveste uma importância assaz diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo, inclusive, distorcer a avaliação dos gastos face ao elevado montante de Ativo imobilizado/não corrente suscetível de amortização/depreciação, mas em grande parte não alienável. O valor das amortizações/depreciações representou, em 2021, na estrutura de gastos dos municípios, 17,5% dos gastos totais. O valor líquido contabilizado, neste ano, foi de 1.565,7 milhões de euros baixando -0,5% (-7,1 milhões de euros) em relação a 2020;
- As **transferências e subsídios concedidos** são gastos que apresentaram um peso médio de 16,9% na estrutura dos gastos municipais e o peso de 17,0% nos gastos operacionais. Em 2021 o valor desta rubrica cresceu +15,2% (+199,7 milhões de euros) ao somar o valor total, no todo do setor municipal, de 1.515,9 milhões de euros, sendo que 242 municípios contribuíram para o aumento destes gastos;

– Os **gastos financeiros**, cujo peso na estrutura de gastos municipais tem sido pouco significativo (0,4% dos gastos municipais em 2021), apresentaram um decréscimo de -10,0 milhões de euros (-20,4%), para o qual contribuíram 228 municípios. No entanto, 80 municípios aumentaram os seus gastos financeiros.

3.6.2 Estrutura e evolução dos rendimentos

O Quadro 3.26 apresenta a evolução dos proveitos/rendimentos no período entre 2011 e 2019. A projeção gráfica apresentada no Gráfico 3.06 apresenta o peso de cada rubrica de rendimento no total dos rendimentos obtidos pelos 308 municípios no biénio de 2020/2021.

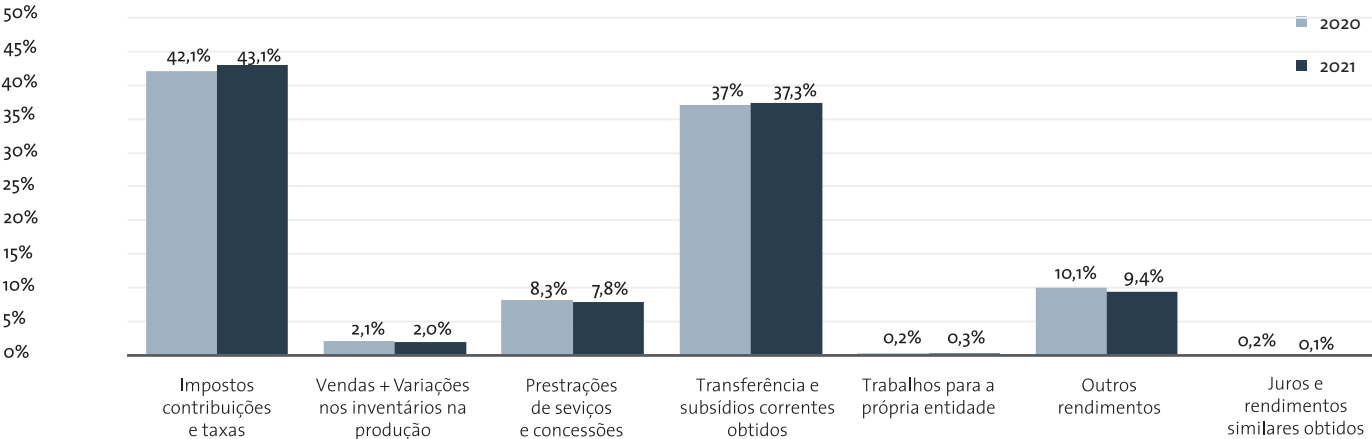
Quadro 3.26 – Evolução dos proveitos durante o período de 2011 a 2019

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021		Peso 2019
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Vendas e variação da produção	178,1	169,3	178,6	174,0	174,5	180,8	182,6	184,8	195,0	2,2%
Prestação de serviços	467,5	546,0	544,8	548,7	615,2	660,8	680,6	703,9	727,0	8,3%
Outras situações	30,4	4,5	6,2	9,2	3,9	5,0	3,5	0,6	2,3	0,0%
Impostos e taxas	2 470,1	2 450,7	2 555,1	2 717,7	2 910,2	3 009,6	3 242,5	3 408,4	3 528,2	40,5%
Transferências e subsídios obtidos	2 912,3	2 787,1	2 785,5	2 625,5	2 707,4	2 743,5	2 814,5	2 879,2	3 068,4	35,2%
Trabalhos para a própria entidade	28,4	24,8	23,7	21,3	21,1	25,7	24,9	16,9	19,5	0,2%
Proveitos suplementares	72,9	70,2	74,8	56,8	56,7	59,2	60,8	60,9	63,0	0,7%
Outros proveitos operacionais	69,3	63,7	52,0	53,1	54,1	66,4	55,3	74,9	78,5	0,9%
Proveitos extraordinários*	665,8	949,9	524,3	671,1	727,7	711,5	750,4	763,0	811,3	9,3%
Subtotal proveitos operacionais	6 894,8	7 066,2	6 745,0	6 877,4	7 270,7	7 462,4	7 815,0	8 092,6	8 493,3	97,5%
Proveitos financeiros	202,4	197,2	200,7	200,8	206,7	227,5	225,6	217,6	218,5	2,5%
Total de proveitos	7 097,3	7 263,5	6 945,7	7 078,2	7 477,4	7 689,9	8 040,6	8 310,2	8 711,8	100%

*Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos proveitos extraordinários como proveitos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020 e 2021.

Gráfico 3.06 – Estrutura dos Rendimentos em 2020 e 2021 – SNC-AP



Dos Quadros 3.24 e 3.26 e do Gráfico 3.06, conclui-se, em relação a 2021:

- O **total dos rendimentos, em 2021**, foi de 9.063,4 milhões de euros, isto é, +780,3 milhões de euros (+9,4%) que os proveitos obtidos no ano precedente. Observando o comportamento dos **rendimentos operacionais** verifica-se que os mesmos cresceram +9,5% (+787,7 milhões de euros) ao totalizarem 9 054,4 milhões de euros;
- Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, é coerente que, no quadro da estrutura dos rendimentos, as componentes de maior peso sejam os impostos e taxas, bem como as transferências e subsídios obtidos (correntes), as quais apresentaram as percentagens, respetivamente, de 43,1% e de 37,3% no total dos rendimentos. Anota-se que o volume total destas duas rubricas, neste ano económico, representou 80,4% dos rendimentos totais e 80,5% dos rendimentos operacionais;
- O volume de **impostos e taxas** registados como rendimentos totalizou 3.902,6 milhões de euros, traduzindo um aumento de +413,5 milhões de euros (+11,9%) em relação a 2020. No entanto, **considerando o período de onze anos, em relação a 2011** estes **rendimentos aumentaram +31,3%** (+2 160 milhões de euros). Anota-se que, sendo esta a principal componente da estrutura global dos proveitos/rendimentos municipais, é relevante comparar a sua evolução neste período de onze anos com a evolução do total dos gastos dos 308 municípios, excluindo amortizações. Ora os **gastos assim determinados cresceram +28,0%** (+1 620 milhões de euros) naquele período de tempo;
- O montante de rendimentos obtidos com **transferências e subsídios (correntes)**, representando 37,5% dos rendimentos totais, foi de 3 384,5 milhões de euros, representando um aumento de +316,7 milhões de euros (+10,3%). No período de onze anos, estes proveitos/rendimentos aumentaram +16,2% (+472 milhões de euros), opondo-se ao decréscimo progressivo verificado entre 2011 e 2014 (anos de crise económico-financeira e austeridade) e ao ligeiro crescimento apresentado nos anos seguintes;
- Ainda pela observação do Quadro 3.26, acresce referir que tanto o volume de proveitos provenientes de impostos e taxas, como

o proveniente de transferências e subsídios descenderam em 2012. Os proveitos resultantes de impostos e taxas retomaram a linha ascendente a partir de 2013, enquanto que as transferências e subsídios só iniciaram a mesma inflexão em 2015, mantendo ambas as categorias de proveitos um crescimento relevante entre 2016 e 2019. Em 2020 (Quadro 3.24), tanto os rendimentos de impostos e taxas como os das transferências e subsídios, apresentam decréscimos face ao ano anterior, facto a que não é alheio o contexto pandémico;

- Outros rendimentos a referir, em 2021, são as resultantes da **prestação de serviços, de vendas e de variação de produção**, que em conjunto, representaram o peso de 9,8% nos rendimentos totais, registando neste ano um acréscimo em relação a 2020 (+3,8%, +33 milhões de euros), ao totalizarem 889 milhões de euros. Mantemos a convicção de que o baixo peso destes rendimentos resultará do facto de terem sido concessionadas a empresas municipais ou a serviços municipalizados a maior parte de competências geradoras de rendimentos relacionados com vendas e prestação de serviços. Contudo, enquanto entre 2011 e 2021 o produto das vendas e variação da produção aumentou apenas +0,7% (+1,3 milhões de euros), a prestação de serviços apresentou um aumento de +51,9% (+243,0 milhões de euros).

3.6.3 Estrutura dos resultados económicos

Embora se considere que, para as entidades públicas, a informação financeira resultante dos resultados económicos não será o elemento determinante para a tomada de decisão dos Executivos, face ao equilíbrio entre gastos e rendimentos pelo qual a gestão pública deverá pugnar,⁹⁹ mantém-se neste Anuário a análise da evolução deste indicador financeiro, dando especial relevo aos resultados operacionais. O Quadro 3.27 apresenta evolução dos resultados económicos e operacionais no período de 2011 a 2021.

⁹⁹ Mais se entende que, sendo múltiplas e crescentes as necessidades coletivas que compete às autarquias suprir ou satisfazer, os resultados económicos do exercício deveriam tender preferencialmente para zero.

Quadro 3.27 – Evolução dos resultados económicos no período de 2011 a 2021

Unidade: milhões de euros

Resultados	Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021				Var. 20-21
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Resultados operacionais	128,2	587,0	40,6	116,5	546,4	281,2	319,1	354,9	464,4	66,8	121,4	54,7
Resultados líquidos	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	472,6	611,1	34,0	91,3	57,4
N.º de municípios com resultados económicos negativos	141	121	136	134	105	106	131	121	108	143	142	-1

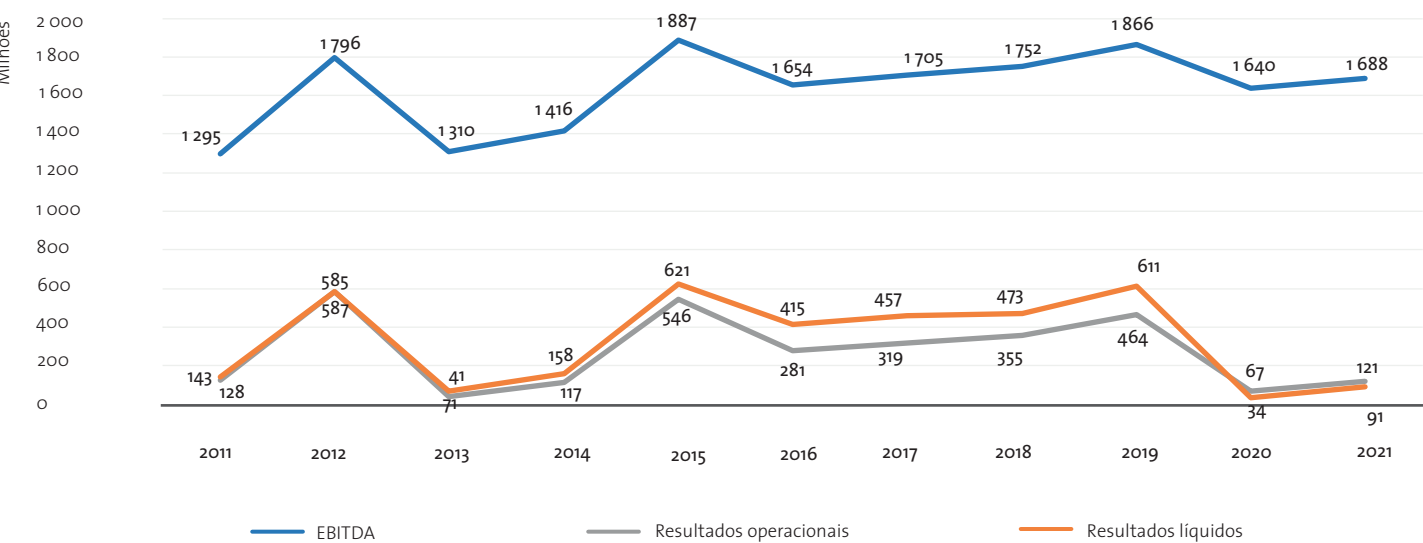
Verifica-se pelo Quadro 3.27 que:

- Os **resultados económicos** líquidos apresentaram uma evolução muito variável entre 2011 e 2016 com dois picos de crescimento: um em 2012 (+442 milhões de euros) e outro em 2015 (+463 milhões de euros). **Em 2021, o valor dos resultados económicos líquidos foi de 91,3 milhões de euros para a totalidade do setor municipal, traduzindo um acréscimo, face a 2020, de +169% (+57,4 milhões de euros).** Neste ano, 142 municípios apresentaram resultados negativos;

- Em 2021, os resultados operacionais globais apresentam o montante de 121,4 milhões de euros (+82%, +54,7 milhões de euros),** traduzindo um acréscimo significativo em relação ao ano precedente.

O Gráfico 3.07 complementa a informação prestada no Quadro 3.27 através do traçado de curvas que representam a evolução dos resultados considerando o universo dos 308 municípios, sem a incorporação do setor empresarial local ou outras entidades participadas.

Gráfico 3.07 – Evolução dos resultados



O Quadro 3.28 apresenta informação relativa ao ano económico de 2021 de gastos, rendimentos e resultados económicos, por grupos de municípios de acordo com a sua dimensão.

Quadro 3.28 – Informação de gastos com pessoal e resultados, por dimensão dos municípios, em 2021

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	TOTAL
População (INE Censos 2021)	4 563 579	4 169 701	1 611 522	10 344 802
Gastos com pessoal/gastos totais	32,3%	32,7%	34,1%	32,9%
Resultados líquidos	40,3 milhões €	98,3 milhões €	-47,2 milhões €	91,3 milhões €
Resultados líquidos por habitante	8,8 €	23,6 €	-29,3 €	8,8 €
N.º de municípios com resultados líquidos negativos	5	34	103	142
Resultados operacionais	48,3 milhões €	109,6 milhões €	-36,5 milhões €	121,4 milhões €
N.º de municípios com resultados operacionais negativos	5	33	98	136

Da análise do Quadro 3.28 salienta-se:

- Em 2021 os **resultados líquidos** foram consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. Foram negativos, no total de -47,2 milhões de euros no conjunto dos municípios de pequena dimensão. No conjunto dos municípios de grande dimensão apresentaram o volume total positivo de 40,3 milhões de euros, e no conjunto dos municípios de média dimensão registaram o montante positivo de 98,3 milhões de euros;
- Os **resultados operacionais** foram negativos também apenas no conjunto dos municípios de pequena dimensão, tendo contribuído para esta situação 98 municípios;
- Simultaneamente com resultados líquidos e resultados operacionais negativos, aparecem 5 municípios de grande dimensão em 2021: Coimbra, Funchal, Lisboa, Oeiras e Vila Franca de Xira. Os *Rankings* R59 e R60 apresentam os primeiros 50 municípios, respetivamente, com os melhores e com os piores resultados económicos líquidos reportados a 2021.

R59 – Municípios com maiores resultados económicos líquidos em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Cascais	G	10 108 527	980 668	3 433 947	12 738 932	16 615 629	25 394 294	28 648 943	50 703 803	39 255 493	20 401 454	49 932 017
2	Sintra	G	16 421 386	29 228 396	15 797 227	24 486 151	27 460 841	26 215 937	29 104 672	21 944 019	38 604 000	6 641 359	29 813 836
3	Porto	G	9 416 639	2 970 191	1 924 374	5 874 341	9 171 271	7 222 388	14 240 089	35 893 051	38 064 398	6 958 649	26 160 633
4	Loulé	M	-2 240 645	7 622 647	17 465 322	21 637 544	23 919 802	24 002 322	16 560 623	11 735 429	11 175 439	3 637 234	22 172 589
5	Lagos	M	-4 965 205	2 495 748	1 278 210	8 384 997	10 860 428	11 593 891	10 596 073	14 452 907	4 567 395	4 693 552	19 953 566
6	Seixal	G	12 598 548	7 001 019	4 845 270	884 328	15 244 365	16 449 571	19 671 705	14 702 065	17 380 873	8 208 563	17 442 137
7	Vila Nova de Gaia	G	10 358 425	1 387 627	6 187 745	16 255 315	33 838 519	22 247 966	21 739 135	24 039 151	32 334 711	3 716 839	14 384 999
8	Sta. Maria da Feira	G	3 057 968	10 119 084	12 812 375	10 438 737	11 086 697	11 981 856	12 560 214	16 467 252	13 737 410	12 880 746	13 436 962
9	Gondomar	G	5 615 536	946 893	-3 769 151	-10 406 517	-7 282 404	-1 409 301	-2 151 599	-1 692 279	17 016 731	6 977 757	13 118 081
10	Grândola	P	-633 818	-139 672	240 551	2 648 281	1 540 198	2 436 854	8 809 883	5 052 726	2 083 933	3 653 688	11 575 523
11	Leiria	G	7 237 784	13 512 090	13 067 501	11 456 962	18 272 790	25 407 101	20 061 884	16 734 939	11 190 367	3 731 133	10 405 159
12	Aveiro	M	-3 325 170	2 030 172	-703 850	-9 903 133	10 264 303	17 122 510	7 136 189	21 353 962	13 912 389	17 447 784	9 864 870
13	Oliveira de Azeméis	M	1 220 151	4 114 404	1 952 253	3 210 813	4 210 078	3 881 820	3 361 071	5 542 180	9 298 718	10 199 809	9 497 111
14	Maia	G	-3 988 147	-380 934	-7 423 189	-910 654	6 226 587	11 449 260	5 686 836	11 504 225	8 438 568	10 344 186	8 108 020
15	Alcácer do Sal	P	183 024	-1 759 448	823 294	-2 404 338	993 554	-976 721	-334 773	671 422	-974 677	1 081 545	7 836 332
16	Sines	P	-930 916	829 110	-10 110 002	-4 433 064	-2 793 697	204 611	28 064	3 203 956	1 021 864	2 895 860	7 728 683
17	Almada	G	9 227 040	4 515 881	564 913	2 843 569	5 389 922	47 016	1 283 294	10 125 256	6 026 197	1 023 132	7 472 273
18	Braga	G	24 398 218	14 596 043	20 775 354	14 063 920	13 557 662	3 441 277	3 613 567	6 089 092	8 512 846	2 192 771	7 391 657
19	Mafra	M	-3 511 291	-3 290 118	-3 581 826	-2 867 684	4 356 319	-706 728	2 495 418	-4 782 012	6 727 495	1 215	6 089 858
20	Santo Tirso	M	-2 359 381	-4 061 619	1 503 194	-2 318 008	1 397 192	1 435 053	1 763 006	435 261	2 966 239	205 416	5 628 724
21	Angra do Heroísmo	M	1 890 017	2 964 099	2 213 138	2 042 292	1 675 462	2 463 850	1 477 314	2 982 233	3 037 294	-563 454	5 278 137
22	Barcelos	G	-4 252 252	-8 436 477	-6 954 468	-6 004 709	-6 188 049	-93 309 887	28 585 293	2 678 095	5 306 900	4 184 339	5 114 815
23	Vila Verde	M	-6 634 014	-3 365 542	-4 371 423	-4 043 515	-3 601 183	-2 321 085	-799 376	-529 460	609 450	4 160 220	4 897 717
24	Palmela	M	-5 424 614	-5 132 779	-2 141 760	-2 412 163	-1 401 531	455 123	-1 880 137	1 084 000	2 207 369	-1 838 948	4 340 033
25	Viana do Castelo	M	437 090	2 478 633	5 097 325	3 389 228	4 442 188	3 400 280	4 070 977	3 023 850	2 794 356	4 313 003	4 322 853
26	Sesimbra	M	-5 604 411	-740 381	1 929 796	-962 268	1 605 247	1 780 412	1 242 751	2 378 919	1 309 680	802 365	3 825 401
27	Silves	M	-1 450 937	2 752 525	1 900 141	624 291	3 955 960	5 934 706	4 315 541	4 723 230	4 541 926	3 912 067	3 824 314
28	Trofa	M	-3 270 803	2 050 917	878 736	1 997 899	4 527 232	5 202 019	4 029 648	4 636 444	5 242 495	3 710 359	3 775 278
29	Santarém	M	-9 479 784	1 346 646	2 886 172	4 763 211	4 649 750	4 824 705	2 933 917	6 032 848	3 938 660	1 961 064	3 735 032
30	Matosinhos	G	-9 141 544	-14 575 218	3 206 148	-13 463 890	4 366 947	2 911 874	4 717 508	4 775 955	6 920 150	3 207 176	3 408 352
31	Setúbal	G	-425 463	6 394 055	5 140 793	17 415 262	16 767 290	4 627 040	6 294 214	632 809	1 002 471	-5 287 202	3 283 293
32	V. Nova Famalicão	G	8 940 077	13 267 621	-768 661	10 600 964	2 092 754	10 642 354	2 726 817	1 473 386	6 573 690	2 172 889	3 243 808
33	Olhão	M	-2 203 264	-2 473 646	-1 689 090	-1 445 284	867 909	3 698 631	510 376	2 130 615	1 583 026	2 609 002	3 011 933
34	Vila Real	M	9 160 706	1 655 944	1 114 401	5 358 684	2 274 690	3 750 182	1 176 985	2 367 701	-1 130 297	3 374 206	3 002 709
35	Portimão	M	-20 582 421	-11 986 674	-8 985 694	-5 539 458	8 144 804	10 045 689	20 408 627	16 677 456	3 727 845	-962 796	2 927 401
36	Odivelas	G	9 846 255	1 306 137	5 744 690	1 820 467	7 826 807	6 330 967	8 243 854	11 826 348	11 019 359	4 575 434	2 797 993

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
37	Lousada	M	2 195 152	3 445 559	1 041 944	553 873	3 829 390	2 174 484	1 350 607	1 178 502	1 889 864	2 130 053	2 710 807
38	Esposende	M	698 699	3 262 872	2 931 403	2 596 951	1 103 564	1 464 480	972 182	1 315 389	2 683 170	1 581 817	2 551 043
39	Póvoa de Varzim	M	1 833 683	3 126 172	2 366 613	613 617	2 589 464	4 193 058	2 605 398	3 778 756	358 844	4 824 629	2 518 536
40	Arouca	M	2 576 388	2 210 816	2 897 300	1 665 096	1 316 493	832 690	1 234 259	1 167 611	2 060 080	1 247 047	2 488 363
41	Ribeira Grande	M	4 800 124	4 959 116	5 035 413	5 117 190	4 435 402	3 293 668	4 317 897	4 475 721	4 735 346	4 768 581	2 446 208
42	Odemira	M	2 503 048	1 659 462	-1 897 342	-475 248	2 044 031	1 481 424	660 547	719 584	2 196 068	383 374	2 396 231
43	Vila do Bispo	P	-3 197 219	-2 539 218	-1 553 128	-931 010	-832 832	-1 716 253	-1 322 970	777 704	-372 810	704 917	2 383 164
44	Ponta Delgada	M	150 361	1 586 310	115 078	189 251	315 930	2 382 215	1 366 835	-166 589	1 290 592	-3 619 863	2 271 627
45	Benavente	M	-519 904	-277 052	1 090 161	158 040	252 977	781 022	-209 118	463 904	889 592	1 993 704	2 254 504
46	Amares	P	1 001 325	254 788	597 890	-95 110	117 385	-1 355 523	-126 993	124 488	-650 869	753 696	2 252 100
47	Penafiel	M	6 483 645	3 363 363	1 137 066	2 809 865	999 279	3 993 043	1 921 661	2 760 454	6 189 470	1 802 927	2 000 577
48	Fafe	M	2 964 105	1 263 912	1 745 421	1 683 385	-1 077 643	543 817	535 719	-1 750 505	-19 993	546 205	1 858 184
49	Marco de Canaveses	M	6 596 492	2 886 273	4 287 873	-2 064 121	5 882 052	24 621 497	4 396 864	3 168 740	3 572 252	3 677 820	1 857 128
50	Ourique	P	1 418 938	2 144 719	2 018 897	1 643 213	1 451 798	211 509	-609 919	725 688	205 496	2 709 372	1 829 570

R60 – Municípios com menores resultados económicos líquidos em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 18–21			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Lisboa	G	117 767 802	402 483 217	9 081 693	15 094 548	193 097 309	58 058 967	82 929 775	51 277 293	133 003 575	-46 826 082	-101 257 156
2	Funchal	G	544 537	1 494 474	-6 983 936	3 880 831	3 469 217	6 312 766	2 993 264	3 320 375	104 001	-7 423 772	-40 806 382
3	Oeiras	G	7 431 859	12 099 360	23 469 276	3 491 964	46 776 911	21 542 182	43 292 235	25 697 268	27 113 737	4 980 750	-18 742 605
4	Vila Franca de Xira	G	5 957 797	-123 685	-1 121 611	-1 474 730	-994 764	189 703	716 773	8 264 048	60 869	-9 111 587	-16 483 561
5	Felgueiras	M	-5 161 961	-4 061 300	-4 315 056	-5 875 877	-3 476 453	-4 574 930	-5 201 286	-3 757 354	-1 933 265	-4 325 936	-6 878 007
6	Ovar	M	2 908 779	3 036 291	4 084 219	1 603 364	-4 114 386	-4 798 146	-5 851 739	-3 657 350	-2 950 943	-4 675 875	-6 875 743
7	Tavira	M	-6 602 225	-3 503 458	-3 359 886	-4 631 639	-3 001 478	-5 194 103	-5 071 657	-9 710 839	-4 382 507	-7 857 037	-6 541 450
8	Oleiros	P	-5 456 253	-5 877 175	-6 416 340	-6 179 680	-5 776 720	-6 063 977	-7 484 688	-8 408 304	-7 972 888	-7 313 752	-5 651 795
9	Praia da Vitória	P	-1 799 627	-1 615 828	-1 179 061	-830 094	-1 102 345	-751 511	-905 834	-65 362	654 562	-2 264 970	-4 895 667
10	Peso da Régua	P	-9 332 496	-570 501	-5 486 549	-4 299 532	-3 615 054	-3 675 608	-3 881 521	-2 984 766	1 943 472	-2 130 340	-4 747 092
11	V. Real de Sto. António	P	-9 074 309	-4 791 377	-6 586 064	-4 897 719	-7 078 741	-2 274 877	-8 710 298	-3 991 371	1 675 807	1 945 397	-4 737 220
12	Covilhã	M	-4 781 343	-4 293 721	-4 515 621	-2 897 435	-3 354 932	-1 804 891	-2 441 906	-1 553 575	-1 531 042	-10 283 211	-4 420 808
13	Évora	M	-14 013 178	-10 703 160	-12 706 874	-7 331 402	-4 890 006	-3 337 288	-4 169 343	2 186 031	-3 073 382	-4 002 857	-4 392 564
14	Albufeira	M	-7 240 574	1 441 049	14 067 226	19 121 769	27 011 752	14 294 516	17 171 514	9 265 717	9 851 777	-10 315 010	-4 198 176
15	Figueira da Foz	M	-4 449 594	-2 874 392	585 745	160 383	-38 350	2 641 162	-2 345 697	1 727 888	-3 403 547	-735 304	-4 137 907
16	Castro Daire	P	553 682	783 026	450 469	-128 942	321 568	-720 474	-2 092 658	-1 050 870	-1 499 758	-2 980 536	-4 029 221
17	Valongo	M	-7 006 033	-6 098 291	-5 446 739	-2 909 467	-1 760 956	-1 789 182	-1 569 198	7 184 736	304 269	-3 102 388	-3 294 120
18	Ferreira do Zêzere	P	-2 398 913	-1 658 460	-1 749 162	-1 924 111	-1 824 479	-1 274 330	-1 371 051	-2 049 937	-1 861 940	-2 788 719	-2 807 773
19	Figueiró dos Vinhos	P	-3 143 866	-2 775 852	-2 578 542	-3 758 751	-2 993 344	-2 807 971	-2 410 199	-3 221 426	-3 922 458	-3 625 088	-2 547 619

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 18–21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
20 Campo Maior	P	786 862	583 759	-57 215	-407 829	991 297	365 339	674 749	-123 899	230 974	-2 424 719	-2 541 469
21 Mirandela	M	1 967 536	-1 920 454	421 336	1 543 379	690 520	4 247 240	1 589 423	2 241 693	1 581 520	1 367 221	-2 537 059
22 Vagos	M	-3 784 368	-1 656 425	-217 988	-2 575 876	-1 990 780	-3 264 704	-2 728 084	-1 754 500	-1 533 437	-2 307 596	-2 500 843
23 Cabeceiras de Basto	P	1 870 944	1 154 257	40 907	-864 899	-1 260 931	-847 018	-1 441 667	-1 124 358	-1 615 693	-1 642 691	-2 474 915
24 Ponte de Lima	M	-506 130	-2 121 435	-2 992 861	672 387	-1 391 472	-1 220 269	-4 658 513	-924 791	-1 677 285	-1 170 601	-2 426 909
25 Moura	P	-4 740 033	-2 424 962	-7 196 519	-6 335 457	-6 150 100	-5 345 126	-5 055 629	-4 931 685	-5 509 132	-4 692 684	-2 403 651
26 Moita	M	2 710 221	2 809 291	2 587 240	5 012 001	1 502 834	2 303 175	2 285 253	446 662	1 864 439	6 153 455	-2 378 664
27 São Vicente	P	599 496	-18 734	-1 286 359	1 314 849	433 839	67 504	-1 163 557	-1 953 527	-1 162 114	-1 930 350	-2 335 383
28 Avis	P	-1 993 032	-1 618 506	-1 122 709	-1 586 971	-967 784	-837 389	-812 078	-1 054 742	-834 668	-1 396 136	-2 328 199
29 Paredes	M	-2 946 306	5 158 695	-8 387 841	-8 382 930	-3 032 576	-8 415 156	-5 986 519	-1 791 275	-1 865 649	714 762	-2 294 455
30 Reguengos Monsaraz	P	-800 731	-2 080 337	-1 804 443	-1 727 053	-1 162 369	-2 399 860	-2 104 160	-2 285 696	-964 807	-1 833 827	-2 287 100
31 Azambuja	M	-1 719 789	203 719	-291 454	-3 591 401	1 811 147	1 606 035	9 191 303	1 877 142	4 793 206	-2 582 989	-2 182 653
32 Horta	P	-1 626 950	-706 300	-1 095 738	-682 400	-71 416	436 245	-335 774	-91 799	-519 130	-2 818 854	-2 167 388
33 Porto Santo	P	-2 092 563	-764 897	-2 371 978	-1 768 604	-196 710	-949 549	-1 344 020	-1 142 493	-165 024	-2 046 028	-2 158 965
34 Sta. Marta de Penaguião	P	-1 333 109	-1 252 308	-672 623	-520 978	-1 600 038	-1 546 593	-2 039 584	-2 203 410	1 756 927	-983 085	-2 083 913
35 Carrazeda de Ansiães	P	4 266 737	3 397 741	2 781 838	1 850 019	488 950	634 306	1 155 613	700 819	-123 643	-1 474 266	-2 047 542
36 Penacova	P	1 328 051	1 204 791	1 112 788	295 012	306 617	-240 759	-344 995	-954 669	781 478	-1 107 443	-1 947 930
37 Lagoa (R.A.A)	P	365 014	1 356 034	504 243	659 055	153 832	1 144 346	247 649	270 836	176 005	-877 523	-1 890 018
38 Montalegre	P	-2 541 678	-2 990 864	-5 759 356	-2 424 917	-209 408	746 375	-1 238 999	-1 707 297	-1 042 204	-1 305 675	-1 870 696
39 Arcos de Valdevez	M	2 869 373	2 667 649	2 843 015	1 694 396	1 036 724	1 317 877	22 907	57 067	-669 186	-1 609 441	-1 865 254
40 Redondo	P	-1 808 664	-1 466 962	-1 695 258	-2 971 156	-1 050 210	-907 495	-1 409 906	-1 697 351	-1 778 224	-1 530 113	-1 838 170
41 Castelo de Vide	P	944 133	823 963	109 697	-1 385 927	-1 256 664	-1 211 630	-1 638 568	-1 605 196	-1 319 265	-1 493 868	-1 837 492
42 Ribeira de Pena	P	-1 699 965	-931 698	-1 935 617	-198 208	27 877	117 830	-1 612 433	-154 340	-771 165	-376 029	-1 821 240
43 Lourinhã	M	-6 323 727	-4 867 431	-3 629 359	-5 486 163	-1 957 169	-3 946 009	-4 505 823	-2 601 743	-919 923	-1 792 099	-1 799 994
44 F. de Espada à Cinta	P	84 358	-778 376	137 189	725 499	964 555	-236 844	-543 559	-76 185	-621 091	-1 293 666	-1 754 015
45 Boticas	P	-1 060 303	-570 620	-199 185	-228 475	-549 152	-1 565 737	-2 133 984	-1 148 082	-1 716 043	-2 041 186	-1 737 057
46 Mogadouro	P	-1 514 354	-912 085	-1 657 588	-3 188 136	-2 637 428	-1 137 663	-2 288 968	-2 493 029	-1 750 784	-2 629 071	-1 728 603
47 Monchique	P	-1 857 814	-1 519 163	-1 686 674	-947 344	-1 087 686	-1 105 882	-1 490 691	-1 679 199	-1 411 343	-1 877 501	-1 719 448
48 Carregal do Sal	P	-2 612 905	-2 936 247	-2 622 420	-2 630 416	-528 336	-833 603	-1 352 347	-1 499 101	-1 263 624	-1 171 865	-1 672 888
49 Bragança	M	2 456 494	1 848 343	2 192 948	2 445 599	4 174 888	2 618 731	1 043 059	2 326 719	-1 684 583	313 900	-1 669 289
50 São Pedro do Sul	P	353 089	266 422	253 055	978 816	859 678	-281 442	-98 978	-166 720	-527 675	-3 035 387	-1 652 135

3.6.4 EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um indicador financeiro muito utilizado nas empresas e que representa o quanto uma entidade gera de recursos financeiros através das suas atividades, excluindo as amortizações, depreciações e imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis, e ainda a função financeira.¹⁰⁰

A análise do EBITDA é pertinente também no contexto dos municípios, porque é importante evidenciar o resultado proveniente da atividade principal municipal, bem como aproximar este indicador ao do Setor Empresarial Local (SEL) para efeitos de análise no todo do Grupo Autárquico.¹⁰¹

¹⁰⁰ O EBITDA traduz-se no resultado operacional antes do valor das amortizações/depreciações, sendo calculado pela seguinte fórmula: Resultados Operacionais + Depreciações e Amortizações + Perdas (líquidas de reversões) por imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis, sendo que os juros suportados líquidos não são contabilizados para efeitos dos resultados operacionais.

¹⁰¹ Como veremos no Capítulo 4, este é um dos indicadores que determinam a continuidade ou encerramento de uma empresa do setor local. Diz o artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais são obrigatoriamente objeto de dissolução quando se verifique uma das seguintes situações:

"Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizadas durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;

No Quadro 3.29 apresenta-se o valor do EBITDA dos municípios, entre 2011 e 2021.

O Quadro 3.29 mostra que, considerando o universo dos municípios, o EBITDA foi sempre positivo, tendo atingido o menor valor em 2011 com crescimento progressivo entre 2016 e 2019. Em 2020 volta a descer ligeiramente, atingindo neste ano o valor de 1.640,0 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 12% (-226,2 milhões de euros) face ao ano transato. **Em 2021 a EBITDA apresenta o valor positivo e 1 688,4 milhões de euros e uma taxa de crescimento de +3% (+48,4 milhões de euros) face a 2020.**

O peso do EBITA face aos rendimentos operacionais, apesar de não ter apresentado oscilações significativas ao longo da década, atingiu o peso mais alto em 2015, com 26%, tendo seguido uma tendência decrescente desde então, com o menor peso em 2021, 18,6%.

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo, o valor correspondente às amortizações e às depreciações, é negativo;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo. (...)"

Tendo grande parte dos municípios constituído empresas municipais para as quais delegou competências que lhe são próprias e que, por isso, desempenham um papel importante na vida do cidadão, contribuinte líquido para o Estado e para a Autarquia, faz sentido avaliar o indicador que pode determinar a manutenção ou a extinção das sociedades comerciais/empresas locais criadas pelo município.

Quadro 3.29 – Evolução do indicador EBITDA

Unidade: milhões de euros

EBITDA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
EBITDA	1 295,2	1 795,8	1 309,5	1 415,6	1 887,5	1 653,6	1 704,8	1 752,2	1 866,1	1 640,0	1 688,4
Proveitos (Rendimentos) operacionais	6 894,8	7 066,2	6 745,0	6 877,4	7 270,7	7 462,4	7 815,0	8 092,6	8 493,3	8 266,8	9 054,4
EBITDA/Proveitos (Rendimentos) operacionais	18,8%	25,4%	19,4%	20,6%	26,0%	22,2%	21,8%	21,7%	22,0%	19,8%	18,6%

Apresentam-se a seguir o *Ranking* R61 com os 50 municípios com melhor EBITDA e o *Ranking* R62 com os 50 municípios com pior EBITDA no ano de 2021.

R61 – Municípios com melhor EBITDA em 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Porto	G	40 987 122	36 642 995	39 691 279	41 784 313	46 644 145	43 749 288	48 614 925	71 631 300	73 483 849	58 835 032	78 200 323
2 Cascais	G	9 309 579	5 252 694	7 933 959	19 807 634	25 179 787	33 931 259	42 398 498	67 664 918	52 834 632	35 189 905	66 388 063
3 Sintra	G	28 510 704	38 190 759	29 658 317	36 205 025	37 813 297	38 675 812	41 545 193	34 868 915	51 826 690	30 361 684	58 030 079
4 Vila Nova de Gaia	G	28 638 271	20 312 163	23 557 081	37 331 705	60 842 918	39 635 740	38 262 095	41 838 901	49 823 047	29 789 807	42 622 522
5 Loulé	M	4 751 670	15 018 719	23 796 851	28 078 258	32 796 075	32 102 094	24 618 112	21 770 095	21 581 771	21 486 736	42 030 701
6 Maia	G	15 642 782	18 729 467	14 700 917	16 219 396	22 794 183	28 840 738	21 612 612	30 562 187	28 812 252	31 983 283	28 614 985
7 Matosinhos	G	18 958 585	11 049 953	28 771 129	13 649 734	32 121 121	30 678 520	29 711 999	24 759 779	25 760 092	24 149 890	26 787 765
8 Lagos	M	189 856	7 725 672	6 104 147	13 658 243	15 927 425	16 181 616	15 466 923	19 822 674	8 232 319	9 328 457	26 770 388
9 Seixal	G	17 827 878	11 266 807	7 789 226	3 504 797	17 995 262	17 967 307	22 041 349	16 757 322	20 604 889	16 077 787	25 477 404
10 Sta. Maria da Feira	G	9 409 604	17 768 564	20 159 509	17 723 554	19 044 396	19 597 607	20 490 953	24 761 457	22 927 827	23 374 925	24 899 267
11 Leiria	G	9 006 325	14 608 333	12 005 812	13 379 242	20 034 782	27 679 809	25 539 786	23 253 074	18 671 866	16 829 348	24 814 289
12 Gondomar	G	19 237 335	16 256 178	12 216 252	6 218 162	10 037 373	16 716 772	17 073 909	18 660 939	40 511 847	24 240 499	24 651 910
13 Braga	G	27 903 073	19 325 686	25 168 209	21 098 756	20 072 789	13 713 725	11 889 768	14 316 508	17 488 779	18 023 020	22 660 243
14 Mafra	M	9 852 490	11 197 187	9 973 706	10 504 894	18 134 683	13 482 741	15 734 945	6 345 339	16 118 851	14 067 748	21 897 815
15 Almada	G	12 522 890	8 615 163	4 684 556	8 051 823	10 500 988	5 187 185	6 207 414	15 260 799	11 078 841	11 481 975	20 878 377
16 Aveiro	M	6 684 022	11 119 152	8 006 252	5 684 551	20 052 970	25 292 882	14 949 597	28 084 103	20 791 518	27 522 205	19 120 751
17 Guimarães	G	22 317 516	42 033 552	23 383 344	28 030 319	27 558 469	28 633 435	24 850 508	19 255 576	20 360 414	19 680 819	17 924 821
18 Castelo Branco	M	20 868 295	21 415 109	9 680 795	8 713 292	12 323 228	15 189 523	16 734 788	14 537 867	14 110 708	16 770 075	15 283 037
19 Setúbal	G	6 582 516	13 816 200	13 264 382	24 940 164	25 713 682	12 709 213	14 617 828	8 769 788	10 127 203	8 588 037	14 917 656
20 Oliveira de Azeméis	M	7 431 701	10 045 863	7 555 480	8 846 080	9 757 463	9 472 619	8 810 666	10 987 669	14 844 075	15 649 186	14 727 078
21 Portimão	M	–9 795 697	3 292 977	7 588 523	4 603 266	17 194 001	16 751 204	25 718 347	24 083 541	12 645 721	13 037 791	14 703 900
22 Grândola	P	1 047 295	1 890 189	2 248 349	4 680 486	4 382 781	5 016 221	11 623 968	8 126 110	5 197 112	6 575 253	14 677 061
23 Paredes	M	11 924 247	19 622 696	10 484 980	9 868 438	14 367 186	8 103 376	10 507 477	14 696 353	13 917 038	17 119 066	13 569 627
24 Palmela	M	4 702 825	4 775 411	7 470 537	6 895 439	7 825 962	8 945 786	5 977 121	8 975 822	8 899 113	6 489 173	13 549 361
25 Odivelas	G	9 486 201	3 277 951	3 551 007	1 953 183	7 153 625	5 476 381	7 070 354	11 239 284	10 756 173	13 827 614	13 076 652
26 Barcelos	G	10 443 795	5 814 554	7 751 703	8 874 851	11 149 227	–79 275 733	37 026 724	11 851 240	17 176 896	12 393 968	12 329 963
27 Loures	G	18 320 363	11 803 002	–1 472 387	9 979 255	18 312 622	23 519 127	14 993 336	13 716 274	14 099 831	4 707 133	12 236 032
28 Viana do Castelo	M	3 717 176	6 017 809	8 572 323	7 102 038	10 334 472	9 098 283	9 706 833	9 087 562	9 074 076	12 989 583	12 143 844
29 Pombal	M	10 891 670	8 032 873	11 017 952	11 637 457	12 491 369	12 511 836	12 887 707	12 802 359	11 485 365	15 667 824	12 085 592
30 Ponta Delgada	M	8 100 484	9 772 912	7 669 333	7 626 149	8 320 355	9 318 440	9 035 655	8 081 617	9 019 238	8 466 173	12 002 805
31 Sesimbra	M	–31 374	4 659 856	7 098 114	4 330 720	7 133 878	7 264 985	6 782 523	7 821 166	6 632 356	7 986 950	11 920 714
32 V. Nova Famalicão	G	16 862 145	21 417 169	8 030 892	19 859 870	11 505 107	14 633 895	10 934 906	10 096 483	15 628 777	12 046 776	11 823 893
33 Sines	P	1 512 524	2 857 633	–7 769 644	–1 872 999	491 198	3 709 465	3 089 389	6 218 277	3 840 023	6 860 805	11 568 556
34 Santo Tirso	M	4 890 207	2 759 423	9 000 517	4 886 168	9 429 728	8 382 482	7 678 059	5 747 554	7 588 168	5 784 838	11 460 079
35 Póvoa de Varzim	M	10 347 075	10 882 657	10 103 841	8 342 612	10 227 727	11 697 715	9 898 671	11 232 250	7 692 983	13 559 535	11 034 387
36 Vila Verde	M	3 676 276	6 909 025	5 832 403	5 881 627	6 501 487	6 748 925	7 633 490	5 951 703	6 731 006	9 965 321	10 964 798

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 2018–2021			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
37 Vila do Conde	M	5 022 220	7 552 603	13 618 988	15 202 411	14 322 929	16 531 191	12 354 342	11 097 829	10 065 920	14 365 452	10 889 313
38 Penafiel	M	11 097 948	7 486 337	5 905 253	7 557 179	5 936 710	8 645 519	6 586 208	7 804 377	11 207 981	10 211 071	10 567 118
39 Santarém	M	–5 514 223	8 561 988	9 604 251	10 072 096	8 673 716	8 760 042	6 233 145	8 634 495	5 987 893	8 430 238	10 438 107
40 Fundão	M	7 267 745	7 732 005	7 901 659	7 600 850	10 203 086	6 781 921	6 525 611	5 519 951	6 194 856	8 818 370	10 344 187
41 Angra do Heroísmo	M	5 327 442	6 334 276	5 535 586	5 726 241	5 425 386	6 171 794	5 939 433	6 916 922	6 231 718	4 029 174	10 233 466
42 Alcácer do Sal	P	1 799 965	–603 869	2 037 352	–880 615	2 292 481	508 730	1 212 413	2 169 825	614 051	3 296 263	10 154 898
43 Coimbra	G	5 240 056	8 480 758	5 184 618	6 075 153	3 878 059	5 201 756	4 995 925	6 847 940	5 028 610	12 576 597	10 122 441
44 Ourém	M	4 348 050	4 378 456	9 268 333	8 825 248	7 937 234	6 098 441	5 364 385	10 168 251	9 603 368	9 621 011	10 084 631
45 Viseu	M	8 588 692	13 027 559	7 787 808	12 867 755	6 425 525	10 141 777	7 181 846	1 354 988	5 986 353	9 530 712	9 523 825
46 Vila Real	M	8 247 183	6 655 479	6 009 007	10 245 644	6 572 400	8 302 262	5 750 143	7 304 892	4 027 422	9 718 200	9 442 114
47 Silves	M	2 673 799	6 387 164	4 992 966	3 841 777	7 099 304	8 065 430	7 053 948	7 482 265	7 418 588	8 367 770	9 288 205
48 Lagoa (Algarve)	M	3 482 807	6 876 838	7 074 918	9 282 052	11 103 621	8 114 259	8 259 581	9 707 688	9 628 662	6 357 593	9 230 304
49 Amadora	G	14 715 957	12 203 118	6 134 965	7 991 789	15 295 316	16 994 678	19 703 460	14 894 649	24 103 040	16 024 623	9 090 160
50 Valongo	M	3 686 808	4 558 682	4 665 601	6 829 414	7 921 358	7 729 494	7 868 542	16 125 409	8 271 089	10 859 439	8 821 822

R62 – Municípios com pior EBITDA em 2021

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 18–21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Funchal	G	9 332 388	13 605 275	4 340 455	17 869 056	16 403 359	18 085 712	14 876 438	15 128 420	12 042 428	8 112 617	–25 389 476
2 Lisboa	G	171 015 371	453 391 578	53 234 112	55 359 305	235 329 875	113 268 152	146 687 909	148 984 668	210 089 764	41 141 265	–10 491 713
3 Praia da Vitória	P	1 901 817	2 235 997	2 711 245	2 701 670	2 452 029	2 104 855	1 806 620	2 348 777	2 980 373	553 374	–2 001 125
4 Oeiras	G	15 125 858	20 223 576	30 762 791	13 648 634	54 737 841	27 801 626	49 692 288	31 354 518	34 831 502	16 520 504	–1 898 901
5 Vila Franca de Xira	G	15 676 949	9 727 953	10 586 794	10 380 567	11 363 613	13 891 983	14 525 795	21 621 811	13 970 946	4 943 383	–1 304 008
6 F. Espada à Cinta	P	1 205 121	1 043 063	1 297 725	2 455 371	2 662 768	1 559 531	1 311 957	1 663 351	1 050 522	209 157	–323 592
7 V. Real Sto. António	P	–5 612 124	–483 178	290 822	875 195	339 865	2 665 042	–2 741 615	1 732 259	8 154 063	7 322 044	–321 144
8 Carrazeda de Ansiães	P	4 936 725	4 388 302	3 793 816	2 883 240	1 963 263	2 248 911	2 763 642	2 409 712	1 824 866	618 046	203 505
9 Penacova	P	2 200 686	1 915 059	1 833 438	1 603 430	1 444 170	930 389	873 926	298 136	2 053 713	985 493	215 970
10 Castro Verde	P	3 125 487	2 538 608	2 585 905	1 131 004	1 397 704	624 804	1 087 154	1 386 892	2 020 310	1 199 746	252 099
11 Barrancos	P	615 401	574 046	418 653	334 064	334 181	469 564	401 291	374 781	535 261	54 053	277 832
12 Nelas	P	63 701	1 567 168	1 275 136	3 400 975	1 443 936	2 547 806	683 912	1 705 186	1 478 689	2 794 892	298 159
13 Alfândega da Fé	P	1 832 086	1 307 990	2 901 094	1 459 369	2 325 748	1 284 723	1 170 993	1 701 607	501 581	817 853	332 326
14 Avis	P	528 753	908 389	1 389 620	825 085	1 533 417	1 501 957	1 631 258	1 325 519	1 494 223	1 229 370	344 584
15 Peso da Régua	P	–4 343 055	3 755 818	1 121 354	592 011	1 518 395	1 425 914	879 101	1 371 281	5 161 094	2 699 671	358 014
16 Fronteira	P	1 590 294	2 025 817	1 453 922	1 275 068	855 917	1 034 190	724 686	814 908	976 492	1 518 872	377 955
17 Marvão	P	1 789 007	938 080	998 441	–497 511	1 631 968	1 570 546	1 396 709	1 102 717	570 972	475 034	396 883
18 Alvito	P	639 707	873 785	909 204	786 567	880 095	1 176 998	1 120 209	1 354 254	180 763	451 548	404 894
19 Redondo	P	248 342	692 215	73 306	–932 006	963 718	1 010 112	409 537	78 248	–74 233	813 765	435 566
20 Monforte	P	878 858	822 238	534 757	741 735	793 392	513 961	263 238	595 214	–657 179	382 709	438 605

Município	Dim.	Mandato 2010–2013			Mandato 2014–2017				Mandato 18–21			
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
21 Gavião	P	2 320 235	2 061 617	1 547 330	1 358 953	1 477 350	773 902	953 772	1 227 845	870 718	634 990	598 702
22 Lajes das Flores	P	787 987	1 228 297	541 149	1 380 469	755 127	1 380 469	254 314	816 720	810 334	509 337	603 435
23 Santa Cruz das Flores	P	1 325 557	839 970	756 302	798 465	635 377	760 447	1 017 006	965 381	1 224 226	567 516	655 016
24 Corvo	P	952 355	826 963	955 356	907 366	1 059 990	965 389	851 456	781 820	1 117 073	726 754	667 332
25 Pedrógão Grande	P	1 721 836	2 717 309	2 277 193	1 362 804	1 506 940	2 025 980	2 617 661	1 255 864	784 198	1 217 599	706 226
26 Carregal do Sal	P	1 053 976	895 460	1 039 632	1 075 320	2 346 382	1 862 479	1 354 095	1 243 306	925 810	1 193 383	712 151
27 Golegã	P	1 303 905	1 110 941	982 161	762 292	1 258 026	1 005 539	1 068 036	1 231 380	1 132 355	1 146 058	753 181
28 São Roque do Pico	P	1 063 362	850 660	964 149	795 956	1 107 868	1 442 522	1 341 490	850 574	1 459 169	892 410	787 734
29 Sardoal	P	1 392 526	1 435 719	870 928	965 520	853 987	1 042 853	1 176 926	37 416	883 793	495 429	798 963
30 Cuba	P	1 153 949	1 008 912	782 262	460 899	849 185	644 869	564 691	832 197	172 187	518 306	801 658
31 Monchique	P	1 604 830	2 014 366	1 613 166	2 302 420	1 958 721	1 980 495	1 637 092	1 019 227	1 248 330	1 323 902	821 035
32 Belmonte	P	1 991 578	2 065 125	1 136 367	646 109	581 701	247 998	–420 453	95 590	962 529	1 177 335	855 781
33 Constância	P	909 277	626 857	1 495 563	547 963	697 832	1 047 974	1 038 193	926 683	1 134 084	1 388 400	856 366
34 Vila Nova da Barquinha	P	1 374 840	1 852 613	1 649 089	1 608 833	1 517 569	1 280 341	930 768	996 700	1 164 879	1 232 112	881 174
35 Castelo de Vide	P	1 227 864	1 133 004	484 421	827 633	1 078 627	1 138 309	729 030	753 459	911 466	1 142 622	895 052
36 Felgueiras	M	5 210 321	7 135 088	6 252 912	5 494 313	6 673 012	6 036 471	6 359 302	5 753 803	6 410 596	5 713 181	989 908
37 Viana do Alentejo	P	1 074 931	991 099	1 325 800	662 782	1 560 165	1 596 716	649 357	1 425 404	1 007 737	1 147 022	997 027
38 Figueiró dos Vinhos	P	1 000 676	1 302 310	1 317 653	98 063	654 534	562 247	964 249	206 440	–541 134	893 064	1 014 199
39 Reguengos Monsaraz	P	1 498 526	766 955	816 706	915 771	1 227 812	1 287 070	1 451 174	1 250 817	2 447 028	1 705 018	1 018 397
40 Miranda do Corvo	P	2 638 412	2 736 783	2 032 864	1 458 865	1 999 373	979 420	600 453	1 908 153	1 259 814	1 875 278	1 073 604
41 Góis	P	701 867	1 281 788	1 126 225	844 954	647 128	476 743	389 823	393 379	15 984	821 892	1 075 287
42 Vidigueira	P	1 409 011	1 020 774	1 104 404	1 290 604	1 231 793	329 314	1 020 933	562 266	614 205	838 952	1 077 709
43 São Pedro do Sul	P	1 716 610	1 775 873	1 683 383	4 242 031	4 181 384	3 106 480	3 196 437	3 210 451	3 053 898	673 404	1 113 260
44 Vila do Porto	P	655 861	484 554	712 276	1 453 009	1 081 534	1 117 879	532 575	981 338	1 226 353	805 675	1 170 809
45 Castro Daire	P	2 840 593	3 284 524	3 146 309	2 682 423	3 364 484	2 522 238	1 273 198	2 388 716	2 010 611	2 162 272	1 173 199
46 Vila Viçosa	P	1 057 997	954 310	1 195 015	719 047	1 543 140	1 207 998	1 160 212	1 504 018	1 108 158	1 507 774	1 194 533
47 Mesão Frio	P	1 502 969	2 019 395	1 203 789	761 734	1 453 449	1 323 665	1 255 867	1 288 471	3 838 419	950 229	1 227 045
48 Murça	P	487 420	2 110 255	2 486 361	1 878 891	2 200 985	1 502 361	1 657 700	2 431 660	4 955 031	1 314 786	1 237 714
49 Azambuja	M	1 207 803	4 495 929	2 434 564	–398 981	4 526 121	4 325 501	11 764 696	4 445 633	7 397 714	445 244	1 239 023
50 Sta. Cruz da Graciosa	P	972 043	1 054 965	1 336 423	1 184 777	1 475 199	1 511 624	1 235 923	1 246 574	1 264 588	1 198 310	1 278 186

Enquanto no *ranking* R61 só existem dois município de pequena dimensão (Alcácer do Sal e Sines), no *ranking* R62, dos município com pior EBITDA, os municípios de pequena dimensão prevalecem.

CAPÍTULO 4.

O SETOR EMPRESARIAL LOCAL E GRUPOS AUTÁRQUICOS

Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação económico-financeira do setor empresarial local (designado por SEL), constituído por entidades de natureza empresarial¹⁰², incluindo as empresas municipais (designadas por EM's) e serviços municipalizados¹⁰³ (designados por SM's), relativa a 2021. Esta análise realiza-se autonomamente em relação a cada um destes setores do universo empresarial municipal.

Neste anuário, devido à ausência de informação sobre consolidação de contas à data de elaboração do mesmo, não se apresentará um ponto autónomo com a análise das contas dos grupos autárquicos, ou seja, dos municípios com empresas e/ou serviços municipalizados.

EMPRESAS MUNICIPAIS – EM's

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reportar-se-á ao período entre 2011 e 2021. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) só começou a aplicar-se ao SEL a partir de 2010, permitindo, desde então, a comparação de dados financeiros destas empresas, qualquer que seja o setor de atividade em que atuem.

Para o ano económico de 2021, das 158 EM's existentes, foi obtida e tratada informação de 144 entidades empresariais locais¹⁰⁴, represen-

tando 91% do setor. Todavia, para efeitos de comparação de valores entre 2011 e 2021, apenas se consideraram 127 entidades empresariais, pois apenas para este número se obteve informação consistente e homóloga suscetível de comparabilidade.

Para a elaboração deste capítulo, foi feito o levantamento do número de EM's que se encontravam em processo de dissolução no decorrer de 2021 e verificou-se que 5 das mesmas se extinguíram antes do final do ano económico, facto pelo qual não constaram da análise realizada.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – SM's

No presente capítulo, analisam-se, também, embora separadamente, as contas dos 23 SM's, ou seja, 100% da totalidade dos SM's existentes à data de dezembro de 2021.

A análise autonomizada deste setor empresarial local tem por fundamento o tratamento diferenciado dos registos contabilísticos dos SM's, uma vez que, o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC, não lhes é aplicado, continuando os mesmos a utilizar o POCAL até à implementação do novo modelo contabilístico para as administrações públicas (SNC-AP), que aconteceu em janeiro de 2020.

¹⁰² Constituídas por empresas municipais, sociedades anónimas, sociedades por quotas e entidades intermunicipais.

¹⁰³ Embora não sejam consideradas, do ponto de vista jurídico, setor empresarial local, pois fazem parte da estrutura administrativa das autarquias com serviços com autonomia de gestão, entendeu-se que, pelo carácter empresarial que assumem, integrá-los no SEL.

¹⁰⁴ Parte da informação económico-financeira das 144 entidades do setor empresarial local foi cedida pelo Tribunal de Contas, que permitiu o acesso ao balanço e à demonstração dos resultados das contas de que dispunha à data de 30 de junho de 2022. Esta recolha permitiu obter informação económico-financeira acerca de 80% das entidades analisadas. A restante informação económico-financeira foi recolhida

nas páginas eletrónicas das entidades. Não foi possível obter, por qualquer destas formas, os dados financeiros de 14 empresas do universo de 158 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2021. No anexo I, apresenta-se um mapa com os dados económicos considerados mais relevantes, tanto dos municípios como das respetivas EM's e dos respetivos SM's.

COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO¹⁰⁵

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, Lei Financeira das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, identifica, no seu artigo 54.º – Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total, as cooperativas de interesse público como entidades enquadráveis para efeitos do cálculo do limite da dívida dos municípios, bem como as condições em que as mesmas relevam:

...

d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime;

e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, pro-

porcional à participação, direta ou indireta, do município.

Assim, as cooperativas com participação maioritária dos municípios deveriam ser analisadas neste capítulo e integradas no anexo I. No entanto, as suas contas ainda não constam dos elementos disponibilizados pelo Tribunal de Contas, nem da correspondente listagem da DGAL106. A ausência de informação financeira e o desconhecimento das contas das cooperativas de interesse público em que os municípios exercem, de forma direta ou indireta, uma influência dominante, inviabilizou, portanto, a sua inclusão na análise deste anuário, bem como a inclusão de informação financeira a seu respeito no citado anexo I.

4.1 Setor Empresarial Local

4.1.1 Introdução

Analisam-se neste ponto do anuário, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao SEL¹⁰⁷, reportados ao final do ano de 2021 no universo de 158 entidades¹⁰⁸, sendo que 121 são EM's ou entidades empresariais locais, 5 são sociedades anónimas, 3 são sociedades por quotas e 29 são entidades intermunicipais.

A informação económico-financeira apresentada agrega para o ano económico de 2021 os valores de 144 entidades das 158 entidades suprarreferidas, uma vez que não foi possível obter informação financeira de 10 empresas municipais e de 4 empresas intermunicipais, conforme expos-

¹⁰⁵ O artigo 6.º do Código Cooperativo (na sua presente versão, a da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro) permite a criação de cooperativas de interesse público ou régies cooperativas, reguladas por diploma legal próprio, o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro. O primeiro artigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro, define as cooperativas de interesse público como "pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos".

Podem, assim, ser membros deste tipo de entidades: o Estado, outras pessoas coletivas de direito público, como municípios, regiões autónomas ou empresas públicas, mas também cooperativas, associações e/ou utilizadores dos bens e serviços produzidos.

O capital é subscrito pelos membros nos termos do ato constitutivo, e, na maioria dos casos das cooperativas com participação dos municípios, estes entram em posição maioritária de forma a manterem a gestão e o poder de decisão, em termos de votos e orientação das atividades.

Sobre as cooperativas com participação dos municípios, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), na sua redação atual, designadamente a conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à sua segunda alteração, refere o seguinte:

Artigo 58.º Cooperativas

1 – Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem criar ou participar em cooperativas.

2 – As cooperativas mencionadas no número anterior regem-se pelo Código Cooperativo.

3 – O disposto nos capítulos iii e vi aplica-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.

¹⁰⁶ Na página eletrónica da DGAL, ainda não é feita referência àquelas cooperativas (<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/>).

¹⁰⁷ Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

¹⁰⁸ Não estão aqui incluídos os SM's, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC, não tem permitido proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais. Decidiu-se que, neste ano de 2020, se matinha esta separação de análise, com vista a manter-se um histórico relevante.

to no Quadro 4.01. Representando estas 144 entidades empresariais de natureza local 91% das entidades empresariais existentes, consideram-se os resultados da análise global da informação financeira prestada pelas mesmas suficientemente fiáveis e tradutores da situação económico-

-financeira extensiva a todo o universo do SEL.

Sempre que se entendeu oportuno, analisou-se a evolução financeira do SEL no período entre 2011 e 2021, embora a situação mais frequente seja a comparação com valores do ano precedente.

Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2021

Entidade	Município	Situação
1 Aveiro Expo – Parque de Exposições	Aveiro	Sem informação
2 Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	Sem informação
3 Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal Lda.	Cuba	Sem informação
4 Viverfundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais	Fundão	Sem informação
5 Quintas de Melgaço	Melgaço	Sem informação
6 Matadouro Regional de Monção	Monção	Sem informação
7 EPRM – Escola Profissional de Rio Maior	Rio Maior	Sem informação
8 Ensino Profissional de Tomar	Tomar	Sem informação
9 TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	Sem informação
10 Interminho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais	Valença	Sem informação
11 Ecolerária -Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	Sem informação
12 Naturtejo – Empresa de Turismo	*2	Sem informação
13 MINHOCOM – Gestão de Infraestruturas de telecomunicações	*3	Sem informação
14 Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	*4	Sem informação

*1 – RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) – 100%.

*2 – Associação de Municípios Natureza e Tejo – 87,87%.

*3 – Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%.

*4 – Alter do Chão (6,92%), Arronches (4,424%), Castelo de Vide (5,435%), Crato (8,174%), Fronteira (6,708%), Gavião (10,031%), Marvão (6,903%), Nisa (14,994%), Ponte de Sor (29,094%) e Sousel (7,317%).

Face à reestruturação do SEL desde 2011¹⁰⁹, com extinção de entidades e fusão de outras entidades, as EM's extintas no decorrer do ano de 2021, e assinaladas no Quadro 4.02, não constam da análise financeira do SEL efetuada para o presente ano económico.

Quadro 4.02 – Entidades que se extinguiram em 2021

Entidade	Município	Situação
1 NOVBASURIS – Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana	Castro Marim	Dissolvida
2 MOBITAL – Móveis Tradicionais Alentejanos	Ferreira do Alentejo	Dissolvida
3 VFC Empreendimentos – Empresa Municipal de Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	Vila Franca do Campo	Dissolvida
4 Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social	Vila Franca do Campo	Dissolvida
5 EIRSU-Emp.Interm. Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel	*1	Dissolvida

*1 – Vila Franca do Campo (33,3%), Lagoa (Açores) (33,3%) e Ribeira Grande (33,3%).

¹⁰⁹ No anuário de 2011, já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção, mas foi realmente a partir de 2013 que se tornou significativo o número de entidades empresariais extintas, tendo continuado a dissolução de algumas delas nos anos subsequentes, inclusive no ano económico em análise.

No Quadro 4.03, apresenta-se o número de entidades empresariais constituídas em 2021.

Quadro 4.03 – Entidades constituídas em 2021

	Entidade	Municípios	Data de constituição
1	TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A.	Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa	10/02/2021
2	Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia	01/01/2021

No Quadro 4.04, apresenta-se, por ano económico, o número de entidades empresariais dissolvidas ou fundidas entre 2011 e 2021.

Quadro 4.04 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2021

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
N.º total de entidades em atividade	296	275	238	216	188	176	168	163	163	161	158
N.º de entidades com informação disponível	293	270	225	208	185	174	163	158	154	159	144
N.º de entidades dissolvidas	6	9	36	33	25	11	12	8	5	4	5
N.º de entidades que se fundiram	1	9	3	0	0	0	0	0	0	1	0
Nº de entidades constituídas	2	0	0	0	0	0	2	2	5	2	2

Do quadro anterior, pode-se concluir que, entre 2011 e 2021, o número de entidades do SEL baixou 46,6%, diminuindo em 138 o número de entidades existentes.

No presente anuário, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do balanço e da demonstração dos resultados relativos ao conjunto de 144¹¹⁰ entidades do SEL, em exercício a 31 de dezembro do ano económico de 2021, em relação às quais foi possível obter informação financeira.

Dado que, relativamente a 17 das 144 entidades com informação disponível para o ano económico de 2021, não se dispôs de informação financeira para os anos compreendidos entre 2011 e 2021, para efeitos de comparabilidade de valores referentes a este período,

¹¹⁰ Como referido no texto de apresentação deste capítulo, para efeitos de análise da situação económico-financeira do SEL relativo ao ano de 2021, considerou-se suficientemente representativos os valores obtidos dos relatos financeiros disponibilizados pelas 144 entidades empresariais (91% das empresas do setor), desvalorizando-se, para efeitos de análise global, a ausência de dados das 14 empresas que não enviaram em tempo regulamentar ao Tribunal de Contas a informação financeira exigível, nem a disponibilizaram na respetiva página eletrónica.

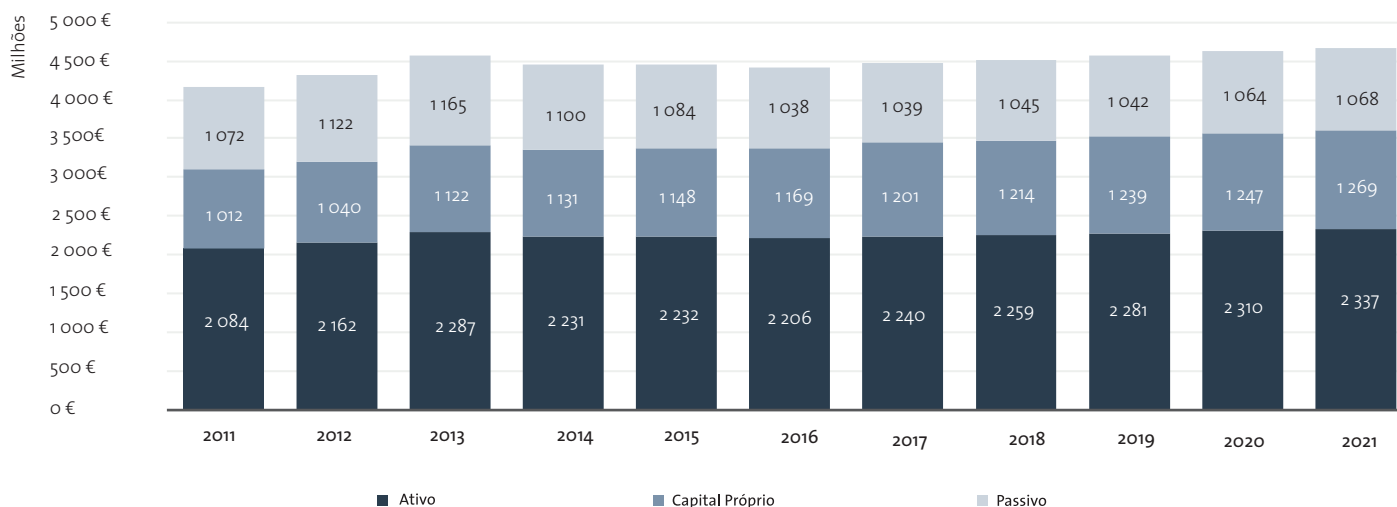
consideraram-se os montantes totais de 127 empresas (88% de todo o SEL com informação disponível de 2021), por se dispor de informação económico-financeira completa das mesmas, para os referidos anos¹¹¹.

Entendeu-se que o volume de informação prestado pelas 127 entidades empresariais será uma amostra suficiente e fiável para o conhecimento e compreensão da evolução económico-financeira do SEL entre 2011 e 2021, considerando-se pouco relevante, para efeitos de análise global do setor, a ausência de informação das referidas 17 entidades empresariais.

4.1.2 Grandes agregados do balanço das entidades do SEL

No Gráfico 4.01, apresenta-se o volume total dos principais agregados do balanço global das entidades do SEL em relação às quais foi possível recolher informação financeira homogénea entre 2011 e 2021.

¹¹¹ De igual modo, se procedeu em anos anteriores, isto é, a análise comparativa para um número alargado de anos apenas foi considerada para o conjunto de empresas que apresentaram no período em análise informação económico-financeira homogénea.

Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do balanço do SEL (127 entidades)**Quadro 4.05 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 144 entidades do SEL¹¹² em 2021 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias**

Unidade: euros

Componentes do balanço	SEL (144)		Municípios (308)		Peso SEL / municípios
	Valor	%	Valor	%	%
Ativo não corrente	2 221 822 047	73%	39 434 144 356	88%	5,6%
Ativo corrente	817 668 987	27%	5 292 938 368	12%	15,4%
Total Ativo	3 039 491 034	--	44 727 082 725	--	6,8%
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	644 601 319	48%	4 315 765 025	68%	14,9%
Passivo exigível não corrente	555 586 394	42%	2 776 727 737	44%	20,0%
Passivo corrente (curto prazo)	693 846 329	52%	2 008 239 156	32%	34,5%
Passivo exigível corrente	611 833 041	46%	1 627 299 393	26%	37,6%
Total Passivo Exigível	1 167 419 434	87%	4 404 027 130	70%	26,5%
Passivo exigível/ativo total	38,4%	--	9,8%	--	--
Total Passivo	1 338 447 648	44%	6 324 004 181	14%	21,2%
Capital Próprio + Rendimentos diferidos	1 700 147 388	56%	38 403 078 543	86%	4,4%
Capital Próprio + Passivo	3 038 595 036	--	44 727 082 725	--	6,8%

¹¹² Aqui, retomamos a análise com os dados das 144 empresas, pois apenas analisamos e comparamos os dados financeiros de 2021. Recordamos que não obtivemos dados da necessária informação económico financeira relativa a 2021 de 14 empresas, apesar de todas as entidades empresariais do setor estarem obrigadas a enviar ao Tribunal de Contas, dentro do prazo estipulado, os relatórios de gestão e os mapas de prestação de contas.

Da observação do Quadro 4.05, conclui-se, em relação ao ano económico de 2021:

As 144 entidades do SEL consideradas na presente análise apresentaram, no seu conjunto, um Ativo global de 3.039,5 milhões de euros, constituído em 73% por ativos não correntes. O Passivo, contabilizado em 1.338,4 milhões de euros, apresentou a preponderância do Passivo corrente (Passivo de curto prazo) sobre o Passivo não corrente (passivo de mlp) em +4pp;

Comparando o valor do Ativo total do SEL (3.039,5 milhões de euros) com o Ativo total dos 308 municípios (44.727,1 milhões de euros), pode-se concluir que aquele representou 6,8% deste;

Quanto à comparabilidade do Passivo exigível do SEL com o Passivo exigível dos 308 municípios, conclui-se que o Passivo exigível do SEL, ao apresentar o valor de 1.167,4 milhões de euros (+8,8% que no ano transato), representou 26,5% do Passivo exigível do universo dos municípios (4.404,0 milhões de euros);

Face aos números apresentados, será de relevar que, em 2021, o Pas-

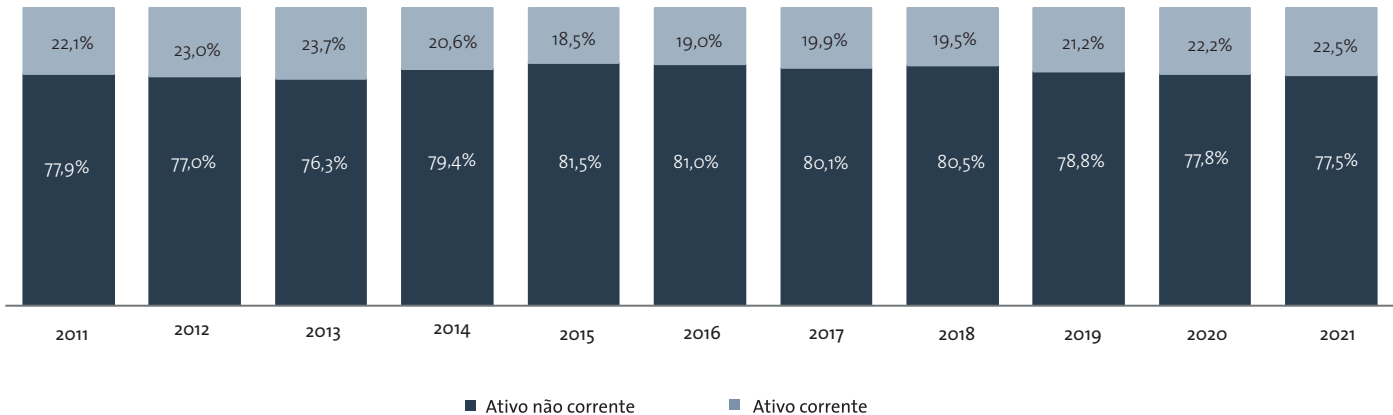
sivo exigível do SEL cresceu 8,8% enquanto, no mesmo ano económico, o Passivo exigível dos 308 municípios cresceu 2,1%.

4.1.2.1 Estrutura e evolução do Ativo não corrente

O gráfico a seguir apresentado esquematiza a evolução do peso do Ativo corrente e do Ativo não corrente no Ativo total, entre 2011 e 2021, para as 127 entidades com informação financeira para este intervalo de tempo, sendo de salientar que o peso do Ativo não corrente continua bastante mais preponderante no cômputo do Ativo total. Mais se anota que, em 2021, o valor do **Ativo não corrente**, para este universo de entidades, baixou 0,3pp.

No Quadro 4.06, apresenta-se a estrutura do Ativo não corrente no universo SEL, a comparação das respetivas componentes do balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2021.

Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2021 (127 entidades)



Quadro 4.06 – Evolução do Ativo não corrente das 127 entidades empresariais analisadas

Unidade: milhares de euros

Componentes do Ativo não corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Ativos Fixos Tangíveis	1 247 974	1 247 059	1 269 072	1 315 826	1 375 882	1 366 024	1 382 763	1 388 353	1 398 949	1 441 452	1 465 803	1,7%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	55	14 535	21 290	24 008	23 934	311	435	0	0	0	0	--
Propriedades de Investimento	93 939	94 902	135 102	122 169	122 596	121 358	122 529	123 055	127 102	90 651	93 387	3,0%
Goodwill	17	15	0	0	15	14	57	51	44	39	6	-84,5%
Ativos Intangíveis	219 992	246 120	244 734	253 484	251 770	248 244	239 928	224 897	224 561	215 657	209 804	-2,7%
Ativos Biológicos	170	167	312	298	81	100	128	110	102	89	114	27,5%
Participações Financeiras – MEP	27 844	34 594	25 927	18 970	19 506	17 946	19 438	19 105	18 410	17 456	16 515	-5,4%
Participações Financeiras – Outros	893	841	66	13	6	5	8	2	4	1	3	200,7%
Acionistas/Sócios	695	464	10 759	13 747	16 100	16 101	16 100	16 100	16 100	15 975	15 725	-1,6%
Outros Ativos Financeiros	7 238	20 811	17 606	18 511	6 001	6 206	5 741	4 488	5 822	11 984	5 371	-55,2%
Ativos por Impostos Diferidos	5 295	5 513	5 309	3 215	2 380	3 263	2 646	2 236	2 190	2 625	4 033	53,6%
Clientes, Estado e Outras Contas a Receber	18 484	207	13 863	0	0	6 970	3 930	40 819	4 358	1 548	1 057	-31,7%
Total do ativo não corrente	1 622 596	1 665 229	1 744 041	1 770 241	1 818 271	1 786 541	1 793 704	1 819 217	1 797 642	1 797 477	1 811 818	0,80%

Da análise do quadro anterior, conclui-se, sobre a constituição e evolução do Ativo não corrente das entidades do SEL analisadas em 2021:

- 80,9% do Ativo não corrente era constituído por ativos fixos tangíveis no total de 1.465,8 milhões de euros, tendo aumentado 1,7% (+24,4 milhões de euros) em relação ao ano transato. É de notar que 68,2% do valor dos ativos fixos tangíveis é justificado por 11 EM's, que apresentaram valores superiores a 50 milhões de euros. A entidade que registou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA
- Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 163,3 milhões de euros, conforme se poderá verificar no Quadro 4.07;
- Os ativos intangíveis, com um peso de 11,6% no total do **Ativo não corrente**, foram o segundo elemento mais representativo do Ativo não corrente, ao totalizarem o valor de 209,8 milhões de euros, isto é, -5,9 milhões de euros (-2,7%) que o verificado no ano anterior;
- Uma só entidade empresarial – TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos (Quadro 4.08) – contribuiu para 74,1% do total dos **ativos intangíveis**, num universo de 84 entidades¹¹³ com ativos intangíveis, com um valor de 155,4 milhões de euros. Muito distante dos valores desta empresa surgiu, em segundo lugar, a empresa Águas de

¹¹³ As restantes 60 entidades do SEL não apresentaram registo de ativos intangíveis.

Gaia, com o montante de 17,2 milhões de euros de ativos intangíveis (quadro 4.08);

- As propriedades de investimento¹¹⁴ foram outro ativo com um peso significativo no total do Ativo não corrente (5,2%), ao registarem o valor de 93,4 milhões de euros, apresentando um acréscimo de +3% (+2,7 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

No Quadro 4.07, apresentam-se as entidades empresariais que, em 2021, apresentaram ativos fixos tangíveis com valor superior a 50 milhões de euros.

¹¹⁴ De acordo com o SNC, propriedades de investimento são valores de terrenos ou edifícios, ou de partes de um edifício, ou ambos, detidos (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) com vista à obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou para ambas as finalidades e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, nem para venda no curso ordinário do negócio.

Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores superiores a 50 milhões de euros em ativos fixos tangíveis no ano de 2021

Unidade: euros

Entidade		Município	Ativos Fixos Tangíveis
EM	CMPEA – Águas do Porto	Porto	163 320 367
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	119 505 316
EIM SA	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	*1	111 083 027
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	101 000 577
EIM	Águas do Ribatejo, EIM,SA	*2	90 464 602
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	88 473 353
EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	72 205 538
EM SA	Águas de Santarém	Santarém	69 697 599
EIM SA	Águas do Interior Norte, EIM, S.A.	*3	62 539 055
EM	AC Aguas de Coimbra	Coimbra	62 288 757
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	59 814 411

*1 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia.

*2 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

*3 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

No Quadro 4.08, apresentam-se as entidades que registaram valores superiores a 1 milhão de euros em ativos intangíveis, em 2021.

Quadro 4.08 – Entidades que apresentam valores superiores a 1 milhão de euros em ativos intangíveis em 2021

Unidade: euros

Entidade		Município	Ativos Intangíveis
EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	155 385 823
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	17 224 313
EIM SA	ECOBEIRÃO – Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*2	8 143 795
EM SA	Giatal – Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	7 420 308
EM SA	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	5 592 763
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	2 514 776
EIM SA	EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	*3	2 161 059
EM SA	Cascais Próxima	Cascais	1 551 523
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	1 312 977
EIM	Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*4	1 244 663
EM SA	Águas de S. João	São João da Madeira	1 215 027
EM	Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	1 139 951

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

*2 – Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).

*3 – Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).

*4 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%.

Continuando a observar no Quadro 4.06 a composição do Ativo não corrente, verifica-se a descida em -5,4% do valor registado em **Participações financeiras – MEP**, ao apresentar o valor global de 16,5 milhões de euros.

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do SEL a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com participações financeiras¹¹⁵ noutras entidades (Quadro 4.09).

Outro Ativo não corrente, cuja evolução interessa analisar, é o valor de **Acionistas/Sócios**, o qual representa a dívida dos municípios ao SEL por via da não satisfação das suas obrigações, enquanto acionista ou sócio. Este ativo só começou a representar um montante significativo a partir de 2013, ao ser apresentado o valor de 10,8 mi-

lhões de euros, resultante do registo de uma única entidade: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, a qual se mantém, desde 2015 até ao presente ano económico, com o montante atualizado em 15,7 milhões de euros¹¹⁶. Outras obrigações de autarquias perante EM's, enquanto acionistas ou sócios, foram sendo liquidadas, não surgindo qualquer registo contabilístico desde 2015, para além deste. O Quadro 4.10 mostra a lista das entidades empresariais que apresentaram créditos sobre acionistas entre 2011 e 2021.

¹¹⁵ Os valores resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial.

¹¹⁶ De acordo com o disposto nos Anexos da Prestação de Contas de 2020 de empresa, "em 08 de setembro de 2009, a SRU celebrou com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana um contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito com um valor de 16.100.000 euros. Este financiamento tem uma garantia de reembolso por parte da Câmara Municipal de Lisboa nas datas de liquidação do referido financiamento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. O reembolso do capital por parte da SRU foi iniciado no exercício de 2021 sob a forma de 20 prestações anuais consecutivas."

Quadro 4.09 – Entidades com participações financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2021

Unidade: euros

Entidade		Município	Participações financeiras – MEP
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	8 785 766
EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	7 729 318
Total (127 empresas)			16 515 085
**EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	3 399 666
**EIM SA	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	*1	1 690 426
Total (144 empresas)			21 605 177

* Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia.

** Estas empresas não entraram para a análise comparativa de 2011–2021. Foram constituídas ou passaram a empresas municipais mais recentemente.

Quadro 4.10 – Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2011 e 2021

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	0	0	10 759 461	13 746 466	16 100 000	16 100 917	16 100 000	16 100 000	16 100 000	15 975 000	15 725 000
EMEL – EMP de Mobilidade e Estacionamento	Lisboa	0	0	0	735	0	0	0	0	0	0	0
InvestBraga, EM	Braga	674 031	464 031	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nazaré Qualifica, EM	Nazaré	20 941	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		694 972	464 031	10 759 461	13 747 200	16 100 000	16 100 917	16 100 000	16 100 000	16 100 000	15 975 000	15 725 000

Quadro 4.11 – Evolução do Ativo corrente das entidades empresariais

Unidade: milhares de euros

Componentes do Ativo corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Inventários	14 985	14 468	20 484	25 931	24 237	18 663	19 645	19 031	17 349	16 157	14 235	-11,9%
Ativos biológicos	50	132	216	273	238	232	199	125	145	76	72	-5,3%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	196	323	64,9%
Clientes, contribuintes e utentes	133 901	135 905	158 574	109 964	86 673	70 238	74 184	72 119	72 996	79 808	82 777	3,7%
Capital subscrito e não realizado		0	0	0	0	0	0	0	1 126	8	1 400	16925%
Adiantamentos a fornecedores	2 378	6 941	6 523	5 596	1 545	523	0	0	39	8	0	-100%
Estado e outros entes públicos	15 697	12 967	18 131	15 988	20 196	21 548	21 195	20 867	19 959	19 621	19 361	-1,3%
Acionistas/Sócios	13 675	13 415	9 196	1 677	872	1 837	1 366	891	425	125	250	99,9%
Outras contas a receber	153 940	164 091	183 423	144 371	101 576	103 300	126 593	136 329	164 911	187 271	198 817	6,2%
Diferimentos	29 380	28 420	27 054	25 297	23 193	19 786	13 357	12 000	12 038	11 431	9 624	-15,8%
Ativos financeiros detidos para negociação	15	0	2 787	5 828	127	65	0	0	6	0	0	--
Outros ativos financeiros	10	545	566	670	1	14	658	815	209	304	472	55,4%
Ativos não correntes detidos para venda	0	283	0	246	2 071	99	111	111	1 464	99	33	-66,6%
Caixa e depósitos bancários	97 103	119 111	115 889	124 747	152 520	183 646	189 403	177 422	192 789	197 591	197 924	0,2%
Total do Ativo corrente	461 132	496 279	542 843	460 587	413 250	419 951	446 709	439 711	483 454	512 694	525 288	2,5%

4.1.2.2. Estrutura e evolução do Ativo corrente

No Quadro 4.11, apresenta-se o montante desagregado do Ativo corrente pelas suas diferentes componentes, considerando o valor do conjunto de entidades empresariais cooptadas para análise do SEL, no período entre 2011 e 2021, bem como a respetiva variação ocorrida em 2021.

Da análise do quadro antecedente, pode-se deduzir, sobre a constituição e evolução do Ativo corrente do SEL:

– A estrutura do Ativo corrente alterou-se a partir de 2015, ao apresentar como Ativo de maior valor o item **Caixa e depósitos bancários**. Esta componente do Ativo corrente registou, em 2021, o valor de 197,9 milhões de

euros, revelando um aumento de 0,2% (+333 milhares de euros), passando para segunda posição, com o peso de 37,7%. Passou para posição dominante, em 2021, **Outras contas a receber** ao apresentar o valor de 198,8 milhões de euros e um crescimento de 6,2% (+11,5 milhões de euros).

– Dados os elevados montantes apresentados em **Caixa e depósitos bancários**, divulgam-se, no Quadro 4.12, as entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros, neste item do Ativo corrente. Em 2021, para o acréscimo global deste Ativo, contribuíram 79 empresas das 127 empresas consideradas, isto é, 62% das mesmas.

Quadro 4.12 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Caixa e depósitos bancários em 2021

Unidade: euros

	Entidade	Município	2020	2021	Diferença
EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	7 852 928	15 261 713	7 408 785
EM	CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção	Porto	733 719	4 767 049	4 033 329
EM	Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto	Porto	2 436 798	5 488 020	3 051 222
EM SA	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	12 899 905	15 629 026	2 729 121
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	4 239 290	6 355 216	2 115 925
EIM	Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*1	8 033 494	9 690 409	1 656 915
EIM SA	EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	*2	4 636 132	5 813 801	1 177 669
EM	Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	Funchal	69 378	1 216 264	1 146 885
EEM	Feira Viva Cultura e Desporto	Santa Maria da Feira	105 292	1 189 712	1 084 421
EM SA	Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	2 976 890	4 008 611	1 031 721

*1 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%.

*2 – Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).

- Continuando a analisar os dados constantes do Quadro 4.11, pode-se afirmar:
- Outro ativo relevante no conjunto dos ativos do SEL para além da já referida conta **Outras contas a receber**, que, em 2021 representou 37,8% do total do Ativo corrente, tem sido **Clientes, contribuintes e utentes**, que apresentou o valor de 82,8 milhões de euros, um peso de 15,8% no Ativo corrente total e um acréscimo de 3,7% (+3 milhões de euros) em relação ao ano anterior;
- Mais se verificou que a soma do valor de **Clientes, contribuintes e utentes** e de **Outras contas a receber** ao representar 53,6% do Ativo

corrente, aumentou 5,4% (+14,5 milhões de euros), tendo contribuído para este acréscimo o aumento em Outras contas a receber de 59 entidades empresariais e o aumento em **Clientes, contribuintes e utentes** em 76 entidades empresariais.

– No Quadro 4.13, apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações positivas no item **Clientes, contribuintes e utentes**, sendo de notar o aumento de créditos a cobrar de clientes da empresa EM SA EMEL em 2,1 milhões de euros e da empresa EM Gaiaurb em 1,1 milhões de euros.

Quadro 4.13 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 500 mil euros em Clientes, contribuintes e utentes em 2021

Unidade: euros

Entidade		Município	2020	2021	Diferença
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	901 142	2 973 627	2 072 486
EM	Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	1 163 927	2 221 450	1 057 523
EIM	Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*1	3 253 902	4 209 265	955 363
EIM SA	Município, SA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	*2	2 147 644	2 750 218	602 574
EM	TUB - Transportes Urbanos	Braga	1 974 376	2 527 719	553 343
EM	CMPEA – Águas do Porto	Porto	2 556 157	3 079 793	523 637
Total do SEL – 127 empresas (a)			79 807 978	82 777 057	2 969 079
Total dos 308 municípios (b)			203 721 142	191 114 585	-12 606 557
Peso do SEL nos municípios (a/b)			39,2%	43,3%	4,1%

*1 Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%.

*2 Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertão, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora.

Quadro 4.14 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Outras contas a receber em 2021

Unidade: euros

Entidade		Município	2020	2021	Diferença
EM SA	Cascais Próxima	Cascais	5 036 604	12 034 078	6 997 474
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	32 247 164	36 161 110	3 913 945
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	1 135 394	4 898 480	3 763 085
EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	10 691 494	13 151 163	2 459 669
EIM	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*1	1 913 392	3 955 859	2 042 468
EIM	Vímágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães (90%) e Vizela (10%)	1 147 210	2 274 465	1 127 255
Total do SEL – 127 empresas (a)			187 270 529	198 816 580	11 546 051
Total dos 308 municípios (b)			2 010 343 750	2 106 278 869	95 935 120
Peso do SEL nos municípios (a/b)			9,3%	9,4%	0,1%

* Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

No Quadro 4.14, apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações positivas (com montantes superiores a 1 milhão de euros) em **Outras contas a receber**, destacando-se os acréscimos verificados pela empresa EM SA – Cascais Próxima, em 6,9 milhões de euros.

Continuando a observar o Quadro 4.11, refere-se, ainda:

– Outro Ativo corrente que interessa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2021 de apenas 3,7%, são as dívidas ao **Estado e outros entes públicos**, que apresentaram, em

2021, um decréscimo de 1,3% (-260 milhares de euros), ao registarem na totalidade 19,4 milhões de euros;

- Considera-se também pertinente fazer notar o facto de, até 2014, o item **Adiantamentos a fornecedores** ter apresentado valores elevados e não ter sido apresentado qualquer valor em 2017, sendo o montante de 191 euros apresentado em 2018 de tal modo insignificante que se poderia, quase, concluir pela cessação generalizada da prática de pagamentos antecipados a fornecedores. Todavia, em 2019, este item aparece com um aumento extraordinário de 20 287,1%, apesar de se poder considerar pouco relevante o montante que o mesmo traduz de +38,8 milhares de euros. Em 2020, apresenta um decréscimo de 80,5%, relevado pelo montante de apenas 8 milhares de euros e em 2021 não apresenta qualquer valor inscrito;
- Também em 2021, continua a não se registar qualquer inscrição de valores em Ativos financeiros detidos para negociação, após um biénio 2017/2018 também sem qualquer registo;
- Um dos ativos disponíveis a curto prazo que interessa referir, face à notoriedade do seu registo no balanço, com as alterações introduzidas pelo SNC, são os **Ativos não correntes detidos para venda**¹¹⁷. Em 2018¹¹⁸, o total destes ativos manteve-se igual ao valor registado em 2017, mas em 2019 o montante cresceu extraordinariamente em 1.218% (+1,35 milhões de euros), apresentando o montante de 1,46 milhões de euros¹¹⁹. Em 2020, o valor deste ativo diminui 93,2% (-1 365 milhares de euros), passando a apresentar o valor de 99 milhares de euros e representando apenas 0,02% do total do Ativo corrente. Em 2021 voltou a baixar 66,6% ao apresentar registos no valor de 33 milhares de euros.

¹¹⁷ Onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes cuja intenção subjacente à detenção foi alterada para detenção para venda). Anota-se ainda que a classificação como ativo não corrente detido para venda tem como consequência a cessação da depreciação.

¹¹⁸ O valor apresentado em 2018 dizia respeito a 3 entidades que mantiveram, em 2019, os valores inscritos em ativos não correntes detidos para venda: Figueira Domus, com 65,9 mil euros, Prazilandia, com 33 mil euros, e Parkurbis, com 12 mil euros.

¹¹⁹ Foi responsável por este acréscimo a empresa CMPEA – Águas do Porto.

4.1.2.3 Estrutura e evolução do Capital próprio

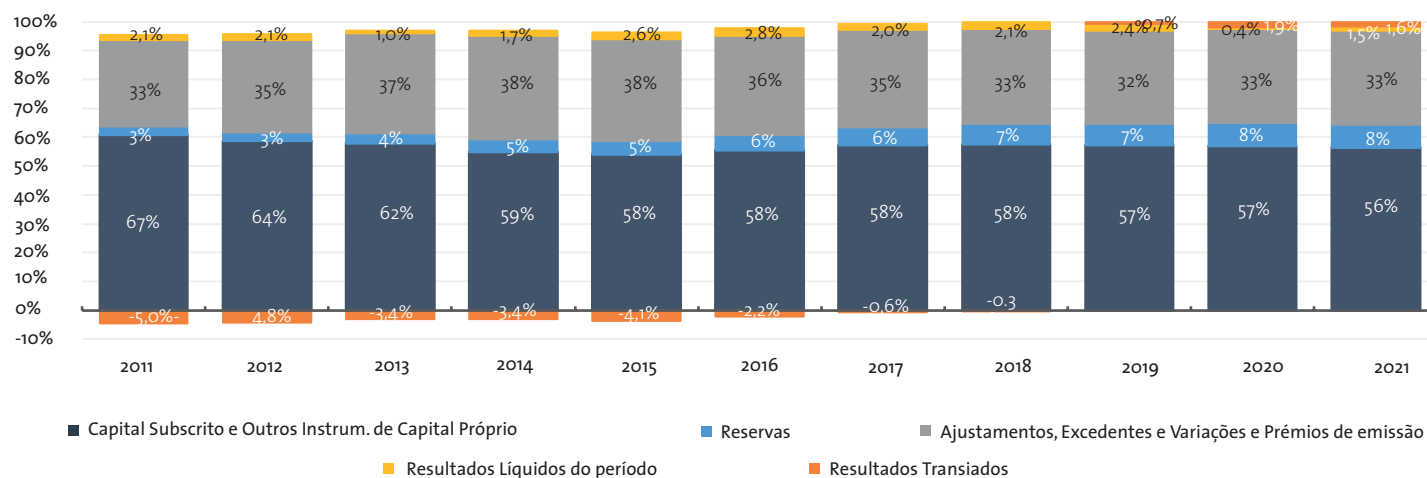
Em 2021, o valor apresentado de **Capital próprio** do SEL foi de 1.269,2 milhões de euros, representando um acréscimo de 1,8% em relação ao ano anterior.

O item **Capital subscrito**¹²⁰ tem sido a componente de Capital próprio de maior valor, representando, em 2021, 54,3% do mesmo e totalizando o montante de 689,7 milhões de euros, isto é, +0,4% em relação ao ano anterior.

O Gráfico 4.03 e o Quadro 4.15, a seguir apresentados, mostram o Capital próprio do SEL, nos termos considerados para esta análise, desagregado nas suas diversas componentes, constatando-se que a estrutura se tem mantido sem grandes alterações, nomeadamente, no último quinquénio.

¹²⁰ A este item foi expurgado, em sede de implementação do SNC, o saldo da conta 261 - Acionistas c/ subscrição ou 262 - Quotas não liberadas, passando a evidenciar, apenas, o valor do capital subscrito e realizado contrariamente ao que acontecia no POCP.

Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital próprio entre 2011 e 2021

Quadro 4.15 – Evolução do Capital próprio¹²¹

Unidade: milhares de euros

Componentes do Capital Próprio	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Capital subscrito	652 927	643 462	668 047	639 834	646 054	654 164	673 164	680 014	685 939	686 726	689 737	0,4%
Outros instrumentos de capital próprio	22 866	22 854	24 091	24 091	21 414	21 414	21 414	21 833	21 414	23 086	23 795	3,1%
Prémios de emissão	394	394	394	394	394	394	394	394	394	394	394	0,0%
Reservas legais	8 008	9 890	11 595	13 305	15 509	18 671	21 146	24 637	27 043	29 585	37 647	27,3%
Outras Reservas	24 163	25 356	29 662	38 616	44 741	48 795	54 274	61 114	64 991	67 509	63 830	-5,4%
Resultados transitados	-50 528	-49 513	-38 028	-38 971	-47 208	-26 148	-7 652	-3 299	8 721	24 078	19 804	-17,7%
Excedentes de revalorização	11 543	11 421	11 751	11 638	11 330	10 948	8 152	8 402	8 329	8 264	8 144	-1,5%
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	321 424	353 996	403 491	422 858	425 524	408 043	405 951	395 393	393 289	401 453	406 929	1,4%
Resultado líquido do período	21 196	21 859	10 937	19 388	29 847	32 667	24 595	25 817	29 359	5 416	18 968	250,2%
Total	1 011 992	1 039 720	1 121 941	1 131 153	1 147 604	1 168 947	1 201 436	1 214 305	1 239 478	1 246 511	1 269 249	1,8%

¹²¹ Recorda-se que os valores apresentados neste mapa, para efeitos de comparabilidade no período em causa, agregam os montantes registados pelas 127 entidades em relação às quais foi possível obter informação financeira homogênea para o conjunto destes 10 anos. Todavia, como vem explicado no início deste capítulo, face à representatividade destas 127 entidades (88%), considera-se extensíveis a todo o SEL as conclusões deduzidas a partir deste grupo de empresas municipais.

Observando o Quadro 4.15, relativo à evolução e composição do Capital próprio, nota-se, ainda, em relação a 2021:

É de realçar o peso elevado do item **Ajustamentos / outras variações no capital próprio**¹²², cujo montante total, considerando o universo de 127 entidades empresariais, foi de 406,9 milhões de euros, representando 32,1% do total do Capital próprio e apresentando um acréscimo de 1,4% (+5,5 milhões de euros);

O **Resultado líquido do período**, em 2021, do conjunto das entidades empresariais analisadas cresceu 250,2% (+13,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior, estando, contudo, muito aquém dos valores atingidos no período entre 2014 e 2019 ao registar-se o valor global positivo de 18,9 milhões de euros;

Os **Resultados transitados** apresentaram uma desvalorização de 17,7%, passando de 24,1 milhões de euros em 2020 para 19,8 milhões de euros em 2021;

Finalmente, refere-se que as Reservas legais e as Outras reservas variaram com sinais contrários. As primeiras cresceram 27,3%, apresentando o montante de 37,6 milhões de euros, e as segundas baixaram 5,4%, ao registarem o valor de 63,8 milhões de euros, em 2021.

4.1.2.4 Estrutura e evolução do Passivo

A análise conjunta do Gráfico 4.04 e do Quadro 4.16 permitirá concluir quanto à estrutura e evolução do Passivo do SEL:

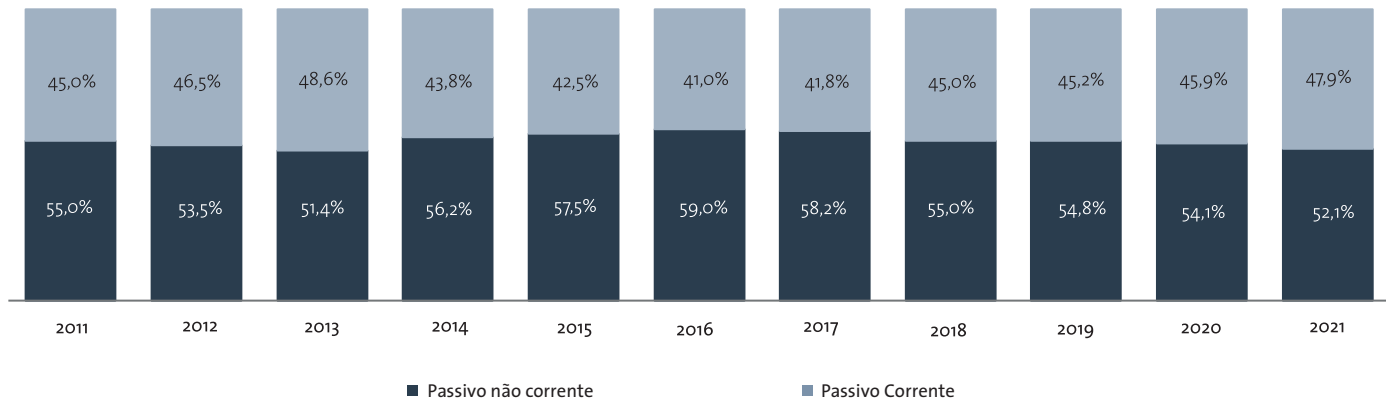
No universo do SEL, o **Passivo total** aumentou 0,4% (+4,2 milhões de euros), ao passar de 1 063,7 milhões de euros para 1 067,9 milhões de euros, em 2021. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu o aumento de valor do **Passivo corrente** em 22,4 milhões de euros (+4,6%), tendo o **Passivo não corrente** baixado 3,2% (-18,2 milhões de euros);

O peso do Passivo não corrente (passivo de médio e longo prazo) apresentou-se sempre superior ao do Passivo corrente (passivo de

curto prazo) entre 2011 e 2021. Em 2021, o Passivo não corrente representou 52,1% do Passivo total, isto é, um peso superior em 4,2pp ao peso do Passivo corrente. O montante assinalado em dezembro de 2021 de Passivo corrente foi de 511,1 milhões de euros e o de Passivo não corrente foi de 556,8 milhões de euros.

¹²² A adoção do SNC provocou um grande impacto nos itens do Capital próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas em Ajustamentos / outras variações do capital próprio, os quais, de acordo com o POC, eram classificados como rendimentos diferidos, apresentados no Passivo.

Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2021 (127 entidades)



Quadro 4.16 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 e 2021

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Passivo não corrente	588 920	600 621	599 165	618 422	622 743	612 199	604 795	574 855	571 252	574 937	556 772	-3,16%
Passivo corrente	482 814	521 168	565 777	481 253	461 174	425 346	434 182	469 768	470 367	488 723	511 086	4,58%
Total	1 071 735	1 121 788	1 164 943	1 099 675	1 083 917	1 037 545	1 038 977	1 044 623	1 041 619	1 063 660	1 067 858	0,39%

Quadro 4.17 – Passivo não corrente (médio e longo prazo) das entidades empresariais entre 2011 e 2021

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo não corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Fornecedores	0	5 488	348	421	3 843	0	2 019	0	3 184	326	0	-100%
Provisões	24 212	27 074	26 591	29 674	28 739	35 566	33 866	34 038	33 470	46 018	38 068	-17,3%
Financiamentos obtidos	417 117	400 323	415 413	457 888	462 944	467 050	452 482	424 684	420 586	419 218	405 817	-3,2%
Acionistas/Sócios	0	10 220	9 000	10 419	4 500	0	0	0	0	0	0	--
Estado e outros entes públicos	142	111	140	7	0	0	328	0	0	0	0	--
Responsa. benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	1	-78,2%
Passivos por impostos diferidos	91 275	96 072	43 952	28 540	19 321	17 237	21 112	16 296	15 994	16 697	15 346	-8,1%
Outras dívidas a pagar	56 174	61 333	103 722	91 472	103 396	92 346	94 989	99 837	98 017	92 672	97 539	5,3%
Total	588 920	600 621	599 165	618 422	622 743	612 199	604 795	574 855	571 252	574 937	556 772	-3,2%

No Quadro 4.17, apresenta-se a composição do **Passivo não corrente** das entidades consideradas para estudo do SEL, a comparação das respetivas componentes do balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2021.

Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do **Passivo não corrente** do SEL, conclui-se que:

- Em 2021, 72,9% do **Passivo não corrente** era constituído por Financiamentos obtidos, no total de 405,8 milhões de euros. Este valor representou uma diminuição de 13,4 milhões de euros (-3,2%) em relação a 2020. Contribuíram para esta diminuição as 56 entidades empresariais apresentadas no Quadro 4.18;
- Anota-se que 83 empresas municipais apresentaram dívidas de médio e longo prazo, sendo que, destas, 49 empresas apresentaram dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos. Mais se faz notar que 56 entidades empresariais diminuíram, em 2021, a sua dívida de médio e longo prazo resultante de financiamentos obtidos;
- Outro item que convém referir é o de **Outras dívidas a pagar**, que apresentou um acréscimo de 5,3% (+4,9 milhões de euros) ao totalizar 97,5 milhões de euros em 2021. No nosso entender, esta rubrica económica deveria apresentar um valor residual. No entanto, o seu peso na estrutura da dívida de médio e longo prazo foi ainda muito relevante ao representar 17,5% do Passivo não corrente. Releva novamente assinalar o peso de acréscimos, em Outras dívidas a pagar, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo;
- Há a referir 2 itens do **Passivo não corrente** que continuaram a apresentar, em 2021, algum peso na estrutura deste Passivo, embora com importância distinta, face à natureza económica das mesmas. Trata-se dos **Passivos por impostos diferidos** e das **Provisões**. Os primeiros, com o valor de 15,3 milhões de euros e representando 2,8% do **Passivo não corrente**, apresentaram uma diminuição de 8,1% (-1 351 milhares de euros), enquanto as Provisões, que totalizaram 38,1 milhões de euros, representaram 6,8% do Passivo não corrente e traduziram, também, uma descida de 17,3% (-7,9 milhões de euros);
- Finalmente, será de referir o facto de, em 2021, não se registaram dívidas de médio e longo prazo a fornecedores.

No Quadro 4.18, listam-se as 56 entidades que apresentaram diminuição de valor de empréstimos de médio e longo prazo em 2021.

Quadro 4.18 – Entidades com diminuição de valor em Financiamentos obtidos de MLP em 2021

Unidade: euros

Entidade	Município	2020	2021	Diferença
EIM TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	134 050 263	130 096 377	-3 953 886
EM AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	28 151 125	25 736 295	-2 414 831
EIM Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	*2	8 731 103	7 150 806	-1 580 297
EM SA Cascais Envolvente – Gestão Social da Habitação	Cascais	6 159 748	4 665 825	-1 493 923
EM TUB - Transportes Urbanos	Braga	10 840 825	9 747 458	-1 093 367
EIM SA ECOBEIRA – Soc. p/ Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*3	1 703 064	635 817	-1 067 247
EM ADC – Águas da Covilhã	*4	4 355 154	3 433 227	-921 927
EM SA GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	7 306 667	6 393 333	-913 333
EM Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	6 455 501	5 549 330	-906 171
EM SA Cidade em Acção – Soc. Desenvolvimento e Gestão de Equipam. Urbanos	Ponta Delgada	13 326 790	12 572 710	-754 079
EM AC Águas de Coimbra	Coimbra	4 000 000	3 333 333	-666 667
EM Trofáguas – Serviços Ambientais	Trofa	4 123 593	3 462 783	-660 810
EM SA VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	32 927 095	32 338 341	-588 753
EM FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	1 301 015	734 486	-566 529
EM Távira Verde – Ambiente	Távira	9 315 034	8 785 848	-529 186
EM SA EMEI- Emp. Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	2 329 278	1 829 553	-499 725
EM SA Águas de Santarém	Santarém	11 297 211	10 798 478	-498 734
EIM Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*5	1 767 616	1 274 374	-493 242
EIM BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*6	596 102	123 498	-472 604
EEM EMAS – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja	Beja	5 116 151	4 658 254	-457 897
EM SA Termalístur – Termas	São Pedro do Sul	9 080 420	8 643 741	-436 679
EEM EAMB – Esposende Ambiente	Esposende	929 580	517 951	-411 629
EM SA Praia Ambiente	Praia da Vitória	4 806 004	4 455 135	-350 869
EM Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	1 382 245	1 114 464	-267 781
EM AMBÍOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	6 631 638	6 370 025	-261 614
EM SA Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	15 975 000	15 725 000	-250 000
EEM ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	3 304 065	3 061 824	-242 242
EM SA Nordeste Activo	Nordeste	1 733 344	1 535 043	-198 302
EM Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	9 083 360	8 896 647	-186 713
EM HABEVORA – Gestão habitacional	Évora	2 181 830	2 034 722	-147 107
EM SA Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	293 386	149 087	-144 299
EIM GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*7	930 436	789 812	-140 624
EIM Resíduos do Nordeste	*8	544 951	431 828	-113 123
EM SA Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	489 395	386 672	-102 723
EEM Feira Viva Cultura e Desporto	Santa Maria da Feira	1 200 000	1 100 000	-100 000
EM Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	1 629 039	1 533 933	-95 106
EM SA Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	2 401 471	2 308 111	-93 361
EM SA iParque – Parque para Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde	Coimbra	892 721	799 583	-93 139
EM Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	Funchal	262 283	199 363	-62 921
EIM SA Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	*9	1 647 783	1 588 524	-59 259
EM SA Teatro Circo de Braga	Braga	270 073	213 251	-56 822
EM SA TUMG – Transportes Urbanos	Marinha Grande	156 689	104 460	-52 230
EM Cura Aquae-Termas de Melgaço	Melgaço	943 121	901 637	-41 484
EM Nazaré Qualifica	Nazaré	247 945	217 910	-30 036
EM ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	Felgueiras	325 000	300 069	-24 931
EM SA Loulé Concelho Global	Loulé	565 692	541 731	-23 961
EM SA WEMOB – EM, S.A	Almada	37 081	20 091	-16 990
EM Prazilândia -Turismo e Ambiente	Castanheira de Pera	35 880	22 427	-13 453
EM SA Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	31 652 561	31 644 055	-8 506
EM Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	Torres Vedras	17 146	8 990	-8 155
EM Matosinhoshabit – Habitação de Matosinhos	Matosinhos	6 938	0	-6 938
EM SA RIBEIRAPERA-Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	32 420	27 474	-4 946
SA VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	209 119	204 361	-4 758
EEM ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Vinhais	19 236	14 683	-4 553
EM Mercados de Olhão	Olhão	5 825	2 086	-3 739
EM EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	2 005	0	-2 005
Total do SEL (127 empresas)		419 218 322	405 817 386	-13 400 936

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%. *2 – Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%). *3 – Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%). *4 – Covilhã – ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, E.M. *5 – Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%). *6 – Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%). *7 – CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%. *8 – Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrizada de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%). *9 – Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%).

No Quadro 4.19, apresenta-se a desagregação do **Passivo corrente** (dívidas a pagar a curto prazo) pelas suas diferentes componentes, no universo das 127 entidades empresariais com contas analisadas no período entre 2011 e 2021, bem como a respetiva variação no ano de 2021.

Assim, em 2021, as componentes com maior peso no **Passivo corrente** foram: **Outras dívidas a pagar**, com o peso de 41,4% e o montante registado de 211,8 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 10,3% (+ 19,7 milhões de euros); **Financiamentos obtidos**, com o peso de 15,6%, no montante de 79,5 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 10,4% (+7,5 milhões de euros); **Fornecedores**, com o peso de 18,4% e uma diminuição de valor de 10,4% (-10,9 milhões de euros), ao registar o montante de 94,3 milhões de euros. É importante assinalar o peso de acréscimos, em **Outras dívidas a pagar**, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo,

aplicando-se aqui caso a problemática da periodização relacionada com valores correspondentes a férias e a subsídio de férias.

Apesar dos Diferimentos, ao registarem o valor de 77,4 milhões de euros, terem apresentado uma subida, ainda que ligeira, de 2,2% (+1,6 milhões de euros), não deixam de ter um impacto relevante no **Passivo corrente**, representando 15,1% do mesmo. Este item cresceu extraordinariamente desde 2017 (+61,3%) e tem contribuído para o acréscimo do montante global de Passivo corrente, pese embora o seu valor não seja, por regra, passivo exigível¹²³. Deve-se referir que, tal como os acréscimos, os diferimentos não cumprem a definição de passivo.

¹²³ Salvo numa situação de incumprimento dos projetos com financiamento comunitário suscetíveis de sanções e, ou, consequente devolução das verbas recebidas.

Quadro 4.19 – Evolução do Passivo corrente das entidades empresariais

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Credores p/ transf. e subsídios conc.	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1 572	438	-72,1%
Fornecedores	120 110	139 063	139 147	122 442	129 261	130 468	109 839	90 070	95 322	105 147	94 253	-10,4%
Adiantamentos de clientes	1 134	2 886	2 038	1 825	2 576	2 837	5 940	1 618	3 014	13 703	14 842	8,3%
Estado e outros entes públicos	11 977	14 334	14 745	13 594	14 596	14 707	15 492	15 373	18 237	15 770	20 556	30,4%
Acionistas/Sócios	12 329	16 966	6 613	6 543	8 839	11 347	14 246	2 724	21 417	11 992	11 980	-0,1%
Financiamentos obtidos	141 841	151 282	162 944	114 545	102 931	74 494	96 804	98 387	76 288	71 995	79 510	10,4%
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	44	263	109	-58,7%
Outras dívidas a pagar	152 434	139 087	174 762	170 396	153 859	140 135	146 050	184 229	180 683	192 051	211 784	10,3%
Diferimentos	42 058	56 735	64 765	51 151	49 096	48 082	45 266	75 995	74 715	75 714	77 362	2,2%
Outros passivos financeiros	931	815	764	759	15	3 276	546	1 372	647	517	253	-51,0%
Total	482 814	521 168	565 777	481 253	461 174	425 346	434 182	469 768	470 367	488 723	511 086	4,6%

No Quadro 4.20, listam-se as 35 entidades do SEL com maior aumento de empréstimos de curto prazo (financiamentos correntes a curto prazo).

Quadro 4.20 – Entidades com maior aumento no item Financiamentos obtidos do Passivo corrente entre 2020 e 2021

Unidade: euros

Entidade	Município	2020	2021	Diferença
EM SA Cascais Próxima	Cascais	6 899 475	13 526 443	6 626 968
EM TUB - Transportes Urbanos	Braga	2 823 948	8 893 380	6 069 433
EM SA EGEAC – Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	1 500 000	2 350 000	850 000
EM AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	2 250 712	2 956 056	705 344
EM SA Termalístur – Termas	São Pedro do Sul	344 230	1 013 639	669 409
EM Tavira Verde – Ambiente	Tavira	657 634	1 233 494	575 859
EIM Águas do Ribatejo, EIM,SA	*1	2 747 375	3 086 611	339 237
EM Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	72 000	394 477	322 477
EM SA Praia Ambiente	Praia da Vitória	735 203	1 018 189	282 986
EIM Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*2	277 252	438 496	161 244
EM SA EMEL- Emp. Púb. Munic. de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	492 578	646 322	153 744
EEM ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	375 194	514 262	139 067
EM CMPEA – Águas do Porto	Porto	0	138 889	138 889
EM SA EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	1 352 674	1 491 270	138 596
EM SA Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	125 000	250 000	125 000
EEM Urbhorta	Horta	190 627	312 138	121 512
EM Nazaré Qualifica	Nazaré	19 560	119 872	100 312
EEM Feira Viva Cultura e Desporto	Santa Maria da Feira	0	100 000	100 000
EM Herdade da Contenda	Moura	12 500	100 000	87 500
EM Trofáguas – Serviços Ambientais	Trofa	573 753	660 798	87 046
EM SA Teatro Circo de Braga	Braga	192 459	273 460	81 001
EM EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	Felgueiras	29 600	105 000	75 400
EM Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	0	69 061	69 061
EM Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	334 554	397 960	63 407
EM SA DESMOR – Gestão Desportiva de Rio Maior	Rio Maior	35 000	95 000	60 000
EM SA Nordeste Activo	Nordeste	94 155	147 896	53 741
EIM Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	*3	1 528 550	1 580 297	51 747
EM SA Águas de Santarém	Santarém	1 032 960	1 083 734	50 773
EIM SA Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	*4	17 227	67 151	49 924
EEM EMAS – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja	Beja	410 157	457 033	46 876
EM SA VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	2 427 477	2 462 567	35 091
EEM Fesnima – Animação de Olhão	Olhão	65 046	97 538	32 492
EM ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	Felgueiras	0	24 931	24 931
EM EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura	Barcelos	1 235 000	1 250 000	15 000
EM SA Logica – Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	225 000	240 000	15 000
Total do SEL (127 empresas)		71 994 960	79 510 131	7 515 171

*1 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%). *2 – Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%). *3 – Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%). *4 – Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%).

Apresentam-se a seguir dois rankings: o ranking R65, com a listagem das 35 entidades empresariais com menor Passivo exigível e o ranking, R66, com a listagem das 35 entidades empresariais com maior Passivo exigível.

R65 – Entidades do SEL com menor Passivo exigível¹²⁴ em 2021

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 Emp. de Transp. Colectivos da Ilha Grac.	Sta. C. da Graciosa	117 023	39 490	28 032	17 050	23 038	100 294	24 548	22 972	26 880	25 318	25 289
2 Penaparque 2	Penacova	17 959	42 198	38 756	38 555	54 395	29 520	65 742	70 893	32 298	46 991	38 882
3 Marina da Vila – Indústrias de Marinas e Recreio	V. F. do Campo	40 295	28 456	40 404	50 379	46 992	66 828	71 148	41 937	50 000	40 218	42 589
4 RIBEIRAPERÁ	Castanheira de Pera	37 080	37 846	35 303	34 859	33 817	37 920	13 609	14 235	10 134	39 405	52 472
5 Loures Parque – Estacionamento	Loures	141 654	162 527	173 280	184 308	220 603	176 986	154 688	260 210	244 108	211 588	58 053
6 Habitar S. João – Habitação	São J. da Madeira	75 133	31 321	50 523	45 938	41 346	62 445	75 265	80 947	74 537	82 324	70 796
7 CampoMaior XXI	Campo Maior	64 905	57 671	48 210	30 565	63 374	74 894	70 505	69 755	63 922	68 407	71 947
8 Penafiel Activa	Penafiel	694 703	530 054	809 572	807 899	878 976	515 130	427 427	212 964	113 315	136 503	72 586
9 CDN – Gest. e Prom. Parq. Empresarial	V. N. da Barquinha	46 375	39 690	35 858	14 795	18 761	29 589	33 583	34 493	53 165	73 436	79 955
10 Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	Amadora	459 884	342 300	191 906	226 616	442 997	382 679	230 982	227 958	232 364	220 114	90 010
11 Vallis Habita	Valongo	782 921	730 142	688 980	637 354	618 075	384 355	371 217	318 202	334 135	92 578	101 358
12 Naturnorte	São Vicente	73 997	61 203	63 635	66 894	71 739	157 461	138 061	138 443	141 624	74 411	109 141
13 Prazilandia -Turismo e Ambiente	Castanheira de Pera	993 574	509 713	477 783	474 414	357 631	337 798	253 436	270 860	266 873	124 787	118 120
14 ALBIGEC	Castelo Branco	88 656	93 348	102 610	169 393	161 586	146 883	139 933	141 571	145 256	116 696	119 088
15 EMPDS-Promoção e Desenvolvimento Social	Belmonte	45 226	52 890	62 034	59 461	71 562	55 126	60 210	106 942	93 676	112 188	122 462
16 ProRuris – EM e desenv. Rural de Vinhais	Vinhais	98 000	111 601	125 520	83 525	86 049	106 709	84 025	77 618	111 613	113 469	127 942
17 Mercados de Olhão	Olhão	224 360	185 715	195 934	162 863	54 806	51 849	36 748	50 544	67 675	64 683	133 851
18 Carnes de Vinhais	Vinhais	–	–	–	–	–	–	300 499	175 763	126 980	149 907	145 891
19 Habisolvis – Habitação Social	Viseu	82 116	30 786	38 404	48 174	29 392	24 882	20 166	28 001	40 559	247 754	174 960
20 Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais	Paços de Ferreira	2 195 816	2 285 849	2 285 610	1 970 719	1 285 629	1 024 771	670 725	632 154	674 305	233 051	179 148
21 PRODESO – Ensino Prof.	Coimbra	56 434	231 730	215 568	84 085	69 309	145 626	220 241	146 821	140 565	225 217	189 302
22 Óbidos Criativa	Óbidos	2 289 593	1 767 028	1 495 583	1 056 105	336 288	436 616	382 867	396 601	310 777	127 506	189 908
23 EMEM – Empresa Metropolitana de Estacionamento	Maia	105 900	94 228	100 384	145 307	134 292	309 955	171 787	135 365	130 958	125 503	200 560
24 EMES – Estacionamento	Sintra	62 836	136 764	101 330	95 900	147 272	146 705	166 721	135 339	224 628	252 286	234 006
25 Lousada Seculo XXI – Act. Desportivas e Recreativas	Lousada	256 634	251 338	282 064	290 598	268 874	166 948	147 941	151 932	131 555	274 252	238 864
26 CASFIG – Coordenação das Habitações	Guimarães	131 691	206 449	352 795	258 228	352 676	259 676	250 278	150 317	248 383	323 037	240 139
27 VRS – Vila Real Social, Habitação e Transportes	Vila Real	4 766 258	4 441 194	4 110 437	532 756	293 525	283 594	227 231	207 795	213 276	202 937	243 594
28 Varzim Lazer	Póvoa de Varzim	221 617	175 759	227 393	236 489	239 196	224 282	284 025	222 503	313 702	206 443	249 338
29 Ribeira da Teja – Produção de Energia Eléctrica	V. N.de Foz Côa	–	–	–	3 191 156	2 572 158	2 834 537	2 045 746	1 847 867	1 356 928	486 184	268 629
30 Sociohabitafunchal, Emp. Municipal de Habitação	Funchal	193 599	223 420	251 821	268 495	265 443	269 616	253 654	275 155	275 374	265 378	286 675
31 EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	449 428	151 310	264 686	331 050	328 864	731 854	674 257	476 159	620 424	479 468	290 648
32 Logica – Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	622 954	547 691	223 657	448 625	371 216	420 716	355 889	333 482	315 455	273 047	292 527
33 TUMG – Transportes Urbanos	Marinha Grande	500 337	230 480	226 521	228 715	556 566	270 222	234 165	148 589	282 561	453 479	354 885
34 Herdade da Contenda	Moura	16 422	59 770	68 023	68 023	29 844	31 637	33 670	31 569	192 009	123 717	356 834
35 EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	Felgueiras	803 686	343 787	421 911	404 704	299 960	501 879	805 979	332 273	585 411	369 160	357 672

¹²⁴ Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por impostos diferidos.

R66 – Entidades do SEL com maior Passivo exigível em 2021

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 TRATOLIXO	*1	165 552 429	185 912 174	188 879 353	169 732 807	163 345 910	162 071 777	162 357 268	159 126 125	155 454 338	155 445 427	151 927 938
2 Carris	Lisboa	–	–	–	–	–	–	86 222 004	66 369 006	59 133 190	52 913 150	75 400 540
3 AGERE -	Braga	58 351 445	60 746 777	66 438 274	65 637 387	64 990 483	64 140 581	62 505 381	62 503 860	65 323 598	69 074 239	69 281 114
4 VRSA, Soc. de Gestão Urb.	VRS António	51 691 277	57 498 139	66 409 565	65 249 124	72 178 380	73 960 023	79 026 433	72 891 733	64 786 689	56 471 691	64 137 555
5 Águas de Gaia	VN Gaia	83 460 967	65 713 037	67 330 307	63 440 820	62 390 468	59 055 301	55 738 626	53 824 171	54 508 119	49 969 786	51 290 021
6 Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	5 489 691	5 465 316	11 428 699	14 776 671	16 963 216	17 178 823	16 862 025	20 458 861	21 041 946	35 139 033	41 291 290
7 Águas do Ribatejo	*2	31 334 735	32 227 007	43 461 091	43 299 831	41 038 025	37 215 538	36 494 361	35 556 575	36 677 300	35 709 333	36 587 428
8 TML	Á. M. Lisboa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	32 444 341
9 EMEL- EPM Mobil. e Est.	Lisboa	21 163 364	22 093 903	23 981 899	16 825 924	32 348 100	43 599 759	31 423 209	27 523 952	27 707 997	28 367 745	32 099 005
10 CMPEA – Águas do Porto	Porto	28 038 103	23 544 675	22 454 550	23 562 496	24 042 349	25 437 672	23 970 058	25 745 908	26 436 716	31 374 897	30 744 172
11 Vimágua	*3	31 265 042	29 023 902	31 622 005	32 839 386	30 722 653	29 645 453	26 276 480	26 957 508	27 201 904	27 141 586	25 723 130
12 Águas de Santarém	Santarém	15 682 117	16 236 615	16 416 390	27 921 189	26 514 042	26 262 882	25 213 222	24 492 480	23 706 229	22 834 499	23 125 091
13 TUB - Transp. Urb.	Braga	10 483 382	8 886 453	8 400 116	8 476 492	8 045 889	7 750 360	7 628 864	10 852 252	11 933 216	16 581 488	21 780 273
14 Soc. Transp. Colect. Porto.	*4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	21 338 063
15 Ág. do Interior Norte	*5	–	–	–	–	–	–	–	–	0	14 639 253	21 023 743
16 Cascais Próxima	Cascais	7 545 984	10 186 957	15 144 379	16 803 620	12 032 364	7 697 577	19 593 152	16 572 745	10 205 488	10 930 256	18 246 306
17 Tejo Ambiente	*6	–	–	–	–	–	–	–	–	103 314	12 327 505	17 775 546
18 AC Aguas de Coimbra	Coimbra	20 639 222	17 469 450	19 488 122	17 472 068	21 295 364	15 003 312	16 143 443	17 039 831	22 598 797	30 122 855	17 486 680
19 GEBALIS	Lisboa	30 568 936	28 943 604	28 630 437	22 560 197	22 932 468	19 193 396	17 698 997	19 545 020	17 422 679	17 335 989	16 174 641
20 ADC – Ag. da Covilhã	*7	21 429 496	21 073 818	19 417 366	19 652 417	17 017 119	17 480 225	16 476 738	15 860 761	15 428 479	15 556 316	15 854 432
21 Távira Verde	Távira	13 107 319	11 769 592	10 770 431	10 671 846	9 916 904	10 097 680	10 642 638	11 375 759	12 689 313	13 798 224	13 415 755
22 RSTJ – Gest. e Trat. Res.	*8	–	–	–	–	–	–	–	–	3 005	12 319 077	12 826 683
23 Cidade em Acção	P. Delgada	15 737 389	15 280 991	14 814 825	14 257 745	13 692 722	13 378 265	13 348 013	13 247 418	13 115 975	13 363 970	12 602 205
24 HABEVORA	Évora	11 685 845	11 665 591	12 002 527	11 607 175	11 545 282	11 447 837	13 207 900	12 969 141	12 849 124	12 683 058	12 562 007
25 APIN	*9	–	–	–	–	–	–	–	–	777 705	8 634 960	12 521 849
26 EGEAC	Lisboa	4 960 226	4 501 636	7 377 033	7 422 991	7 575 378	8 580 257	9 175 939	9 723 387	10 074 671	10 500 364	11 662 662
27 AMBIOLHÃO	Olhão	23 815 153	26 848 260	25 568 909	24 287 141	22 862 350	11 002 114	11 342 113	12 936 647	12 889 347	11 003 315	11 283 900
28 Ambifaro	Faro	1 512 956	182 606	127 901	329 528	12 919 676	12 645 436	12 852 960	11 475 784	11 192 547	11 008 871	11 063 580
29 Porto Vivo, SRU	Porto	–	–	–	–	–	–	–	11 294 754	11 141 849	11 108 067	10 774 373
30 Termalístur – Termas	S. Pedro Sul	14 122 707	13 772 067	13 679 356	12 653 978	12 164 273	12 149 534	12 146 565	10 928 485	10 581 375	11 260 829	10 459 977
31 BRAVAL	*10	9 734 110	10 768 512	18 749 229	15 830 091	14 537 202	13 830 056	13 819 155	11 697 837	11 254 722	10 622 275	10 261 732
32 ECOBEIRÃO	*11	10 664 074	13 361 090	15 976 913	12 701 033	13 656 724	12 722 747	13 135 982	11 535 373	12 823 679	11 433 358	9 224 916
33 EMAS	Beja	3 496 667	4 745 664	5 753 758	5 565 365	5 798 773	5 954 209	8 138 892	8 949 464	8 133 441	7 595 206	8 252 466
34 E. M. de Amb. do Porto	Porto	–	–	–	–	–	–	5 452 365	4 658 958	5 976 755	9 170 777	8 203 636
35 Penafiel Verde	Penafiel	9 330 539	6 949 402	9 216 905	9 602 105	8 665 426	7 551 329	8 797 252	8 339 954	8 633 424	7 748 163	7 903 355

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.*2 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).*3 – Guimarães (90%) e Vizela (10%).*4 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia.*5 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.*6 – Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%).*7- Covilhã – ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, E.M. *8 – Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. *9 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares. *10 – Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%). *11 – Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).

4.1.3 Rendimentos, Gastos e Resultados das entidades do SEL

4.1.3.1 Evolução dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas

Embora este ponto do anuário se refira a entidades de natureza empresarial, as mesmas são entidades que prosseguem fins de natureza pública e que foram criadas por autarquias ou são participadas maioritariamente por estas, tendo na maior parte das situações recebido das mesmas competências delegadas. Assim, embora o resultado líquido do período seja um indicador fundamental para aferição da sustentabilidade económica das empresas, o seu nível não pode ser tomado, isoladamente, como elemento comparativo da eficiência e eficácia das entidades em apreço. Os resultados obtidos com os outputs gerados pela atividade das entidades empresariais do setor local deveriam ser os elementos reveladores do grau de satisfação das necessidades públicas que as mesmas perseguem e os indicadores fundamentais da sua eficácia e eficiência¹²⁵.

De qualquer modo, faz-se notar que, em 2021, o SEL obteve um resultado líquido positivo no valor de 18,9 milhões de euros, tendo apresentado um acréscimo de 13,6 milhões de euros (+250,2%) em relação ao ano anterior.

No Quadro 4.21, é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das entidades empresariais locais objeto da análise deste anuário. A observação do mesmo torna perceptível a necessidade de se avaliar a evolução dos resultados económicos através da análise dos resultados antes das depreciações e das amortizações, dos gastos de financiamento e dos impostos e através da análise dos resultados operacionais.

Em 2021, o volume do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos cresceu 13,4% (+16,6 milhões de euros), ao totalizar o valor de 140,8 milhões de euros, o mesmo acontecendo ao Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto), que evidenciou um acréscimo significativo de 55,5% (+11,7

milhões de euros), ao apresentar o valor de 50,8 milhões de euros.

O **Resultado antes de impostos**, em 2021, ao registar o valor global de 24,8 milhões de euros cresceu 106,2% (+12,8 milhões de euros) invertendo a tendência para a diminuição verificada no ano anterior.

¹²⁵ Este anuário não pode ser o espaço para avaliar estes outputs, pois tal abordagem exige muita informação que não está disponível ou que nunca foi recolhida.

Quadro 4.21 – Desagregação dos rendimentos e gastos das entidades empresariais pelas suas diferentes componentes (127 entidades)

Unidade: milhares de euros

Componentes de Gastos e Rendimentos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	7	3 728	5 260	41,1%
Vendas e serviços prestados	574 408	583 530	579 623	561 177	603 493	634 736	681 581	689 915	731 167	687 518	792 874	15,3%
Subsídios à exploração	69 973	55 597	69 923	71 193	64 123	68 406	80 783	80 919	102 345	130 192	135 322	3,9%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conj.	2 886	429	649	642	787	579	448	454	402	153	65	-57,2%
Variação nos inventários da produção	-203	-125	6 296	6 529	343	671	-5	-54	-932	-324	-115	-64,6%
Trabalhos para a própria entidade	11 669	12 589	2 728	2 723	3 334	3 117	3 242	2 854	2 604	2 890	3 073	6,3%
CMVMC	-50 182	-53 341	-54 041	-53 187	-56 050	-60 680	-57 915	-55 616	-56 329	-54 004	-58 811	8,9%
Fornecimentos e serviços externos	-315 753	-305 372	-310 168	-294 702	-300 889	-320 620	-366 562	-359 949	-394 889	-396 653	-472 397	19,1%
Gastos com o pessoal	-180 114	-175 538	-193 652	-185 993	-190 828	-201 222	-214 104	-231 294	-252 633	-264 200	-279 588	5,8%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	85	-1 408	-821	-6	-397	-286	-199	24	-11	-162	-135	-17%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-8 803	-10 473	-8 063	-6 987	-8 958	-4 793	-4 500	-7 025	-4 632	-6 883	-5 459	-20,7%
Provisões (aumentos/reduções)	-2 468	-2 250	-2 473	-1 046	-395	-2 528	-2 762	-435	-1 185	-9 422	-561	-94,0%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	22	22	-696	-155	-6 335	2 958	0	-22	130	-9	-216	2245,2%
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	19	24	2	-47	-28	29	23	116	8	-92,9%
Outros rendimentos	75 016	53 396	52 815	45 217	51 713	54 024	49 343	55 469	44 079	53 960	58 244	7,9%
Outros gastos	-48 524	-19 243	-22 832	-21 743	-19 671	-26 215	-25 190	-32 900	-21 378	-22 723	-36 756	61,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	128 014	137 813	119 306	123 687	140 273	148 099	144 135	142 369	148 766	124 176	140 810	13,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-72 938	-77 400	-76 816	-75 176	-82 354	-90 536	-93 323	-94 760	-98 259	-103 002	-106 094	3,0%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	-124	0	-235	-3 031	0	81	-166	-207	-85	-90	-1 935	2062,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	54 952	60 412	42 255	45 479	57 919	57 644	50 646	47 401	50 422	21 085	32 780	55,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 838	1 491	4 601	17 473	1 178	488	400	469	2 355	545	151	-72,3%
Juros e gastos similares suportados	-31 144	-34 656	-32 078	-35 911	-18 950	-14 516	-14 849	-12 012	-10 921	-9 610	-8 144	-15,3%
Resultado antes de impostos	25 646	27 247	14 778	27 041	40 147	43 616	36 197	35 858	41 855	12 019	24 787	106,2%
Imposto sobre o rendimento do período	-4 450	-5 389	-3 840	-7 660	-10 300	-10 949	-11 602	-10 112	-12 495	-6 603	-5 820	-11,9%
Resultado líquido do período	21 196	21 859	10 937	19 381	29 847	32 667	24 595	25 746	29 361	5 416	18 968	250,2%

Quadro 4.22 – Total dos rendimentos e gastos antes de impostos das entidades empresariais (127 entidades)

Unidade: milhares de euros

Gastos e Rendimentos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Total de rendimentos	732 905	706 603	709 689	697 784	723 841	760 771	815 350	829 627	882 556	878 833	994 924	13,2%
Total de gastos	-698 654	-665 551	-689 587	-666 712	-668 742	-713 789	-771 943	-786 532	-834 409	-850 192	-961 789	13,1%
Total de gastos/rendimentos	-8 605	-13 804	-5 325	-4 030	-14 952	-3 366	-7 211	-7 236	-6 292	-16 622	-8 347	-49,8%
Resultado antes de impostos	25 646	27 247	14 778	27 041	40 147	43 616	36 197	35 858	41 855	12 019	24 787	106,2%
Imposto sobre o rendimento do período	-4 450	-5 389	-3 840	-7 660	-10 300	-10 949	-11 602	-10 112	-12 495	-6 603	-5 820	-11,9%
Resultado líquido do período	21 196	21 859	10 937	19 381	29 847	32 667	24 595	25 746	29 361	5 416	18 968	250,2%

Da análise dos quadros 4.21 e 4.22, acrescerá referir, em relação ao ano de 2021:

- O acréscimo dos rendimentos em 13,27% (+116,1 milhões de euros) originado, em grande parte, pelo **acrécimo de Vendas e serviços prestados em 105,4 milhões de euros (+15,3%);**
- **Em relação aos gastos, verificou-se um aumento do seu valor total em 111,6 milhões de euros (+13,1%) resultante, essencialmente, do aumento em Fornecimentos e serviços externos em 75,7 milhões de euros (+19,1%), se bem que os Gastos com pessoal, também tiveram um crescimento significativo (+5,8%, +15,4 milhões de euros).**

4.1.3.2 Resultados económicos das entidades empresariais locais

Nos Quadros 4.23 e 4.24, apresentam-se alguns indicadores económicos das entidades empresariais do setor local.

Da observação do Quadro antecedente, releva-se para o ano de 2021:

- Do universo das 144 entidades empresariais analisadas em 2021, 106 (73,6%) obtiveram resultados líquidos do período positivos;
- Os resultados operacionais apresentaram um acréscimo de 11,7 milhões de euros (+55,5%), invertendo o sentido descendente verificado em 2020 e retomando o ritmo de crescimento verificado em 2019.

Apresentam-se, de seguida, o ranking R67, com as 35 entidades empresariais com melhor resultado económico em 2021, e o ranking R68, com as 35 entidades empresariais com resultado económico mais fraco, neste mesmo ano.

Quadro 4.23 – Evolução da situação económica das entidades empresariais (127 entidades)

Unidade: milhares de euros

Resultados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
Resultados económicos	21 196 €	21 859 €	10 937 €	19 381 €	29 847 €	32 667 €	24 595 €	25 746 €	29 361 €	5 416 €	18 968 €	250,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	54 952	60 412	42 255	45 479	57 919	57 644	50 646	47 401	50 422	21 085	32 780	55,5%
Resultados económicos / (Vendas e serviços prestados)	3,7%	3,7%	1,9%	3,5%	4,9%	5,1%	3,6%	3,7%	4,0%	0,8%	2,4%	203,7%
N.º de entidades c/ resultados líquidos do período negativos	22	16	27	22	18	13	24	15	17	38	38	0,0%

R67 – Entidades com melhor resultado económico em 2021

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 AGERE	Braga	3 208 502	2 613 210	2 994 549	3 904 534	5 355 278	5 900 838	11 256 116	6 238 137	6 637 805	6 707 827	6 972 072
2 CMPEA	Porto	2 751 309	2 125 155	3 607 978	3 760 206	6 296 993	6 575 538	12 872 531	5 878 845	4 790 370	2 756 491	3 584 461
3 Águas do Ribatejo	*1	611 108	1 504 323	1 828 492	762 474	1 534 051	1 592 315	3 126 366	1 676 155	2 279 277	2 704 116	2 009 993
4 EMARP	Portimão	91 916	-315 345	688 767	1 245 948	1 192 371	1 938 021	3 130 392	1 140 471	3 440 410	1 263 537	2 064 099
5 Távira Verde – Ambiente	Távira	173 617	279 163	19 987	3 116	301 938	861 738	1 163 676	640 520	1 654 602	1 028 672	933 555
6 EHATB	*2	3 069 787	1 906 367	-37 008	1 435 888	687 425	1 188 760	1 876 185	1 646 369	1 150 003	908 044	358 285
7 Ribeira da Teja	V. Nova Foz Côa	-	-	-	1 223 842	46 322	1 223 842	122 238	554 278	201 444	812 898	788 876
8 Porto Vivo, SRU	Porto	-	-	-	-	-	-	-	-426 298	105 515	795 128	1 364 302
9 Figueira Domus	Figueira da Foz	-77 998	46 324	9 669	76 225	503 639	615 684	1 119 323	648 753	678 430	712 202	609 629
10 Vimágua	*3	1 026 642	998 809	406 861	755 495	1 123 383	651 255	1 774 638	1 277 561	349 192	659 631	667 639
11 MUSAMI	*4	6 246	25 617	543 388	395 022	308 239	396 132	704 371	416 620	328 387	651 615	720 454
12 Carris	Lisboa	-	-	-	-	-	-	4 969 561	8 663 796	5 707 960	595 334	11 546 404
13 Águas de S. João	S. João Madeira	368 989	357 889	297 291	288 789	177 264	366 579	543 843	325 769	460 794	497 156	383 490
14 Vitrus Ambiente	Guimarães	14 616	97 160	44 099	150 859	100 743	17 341	118 084	203 972	78 582	442 725	344 485
15 GESAMB	*5	693 225	505 735	703 997	984 644	619 274	169 751	789 025	181 064	215 810	393 122	388 149
16 Águas de Gaia	V. Nova de Gaia	213 914	96 984	-3 829 587	293 809	839 162	228 389	1 067 552	126 313	14 206	339 897	304 336
17 AMBILITAL	*6	637 688	492 391	726 523	583 582	440 894	362 953	803 847	280 607	304 638	335 501	251 270
18 EM de Ambiente do Porto	Porto	-	-	-	-	-	-	113 469	195 255	178 303	287 093	533 201
19 Resíduos do Nordeste	*7	503 165	554 436	282 275	344 408	249 503	144 039	393 542	386 684	368 440	238 812	526 142
20 Penafiel Verde	Penafiel	85 391	56 769	9 986	10 556	16 373	13 410	29 784	79 246	124 481	224 312	188 887
21 SDVF	*8	-	-	-	-	-	-	-454 998	162 515	113 736	145 269	150 525
22 Resialentejo	*9	-202 196	344 336	149 902	193 731	-7 221	170 610	163 388	397 796	-393 362	130 229	432 565
23 Matadouro Reg. de Mafra	Mafra	102 714	197 747	178 152	169 386	180 262	111 888	292 150	86 962	209 079	118 468	171 556
24 Infraquinta	Loulé	34 467	173 490	63 190	151 886	478 871	747 727	1 226 598	327 107	506 016	114 402	192 662
25 Teatro Circo de Braga	Braga	219 271	145 704	191 612	-708 595	-759 128	26 581	-732 548	20 690	3 956	72 684	199 946
26 Cascais Dinâmica	Cascais	-90 014	232 980	13 493	1 157	1 622	1 822	3 444	25 183	14 074	44 209	288 764
27 PERM	*10	-2 572	818	2 943	1 689	92 415	7 849	100 264	823	5 377	30 832	172 626
28 Inframoura	Loulé	78 344	10 030	51 269	18 193	62 620	116 159	178 779	31 518	561 114	24 481	402 722
29 Herdade da Contenda	Moura	-30 163	-6 636	19 159	11 821	14 396	707	15 103	15 016	34 317	21 919	147 430
30 TUB	Braga	37 830	357 103	-426 822	349 894	275 828	102 079	377 906	37 252	153 707	21 168	635 090
31 Matosinhoshabit	Matosinhos	75 093	110 915	57 395	31 391	25 883	9 084	34 966	136 328	-347 023	20 127	282 538
32 GEBALIS	Lisboa	1 235 623	1 358 975	556 109	392 002	111 017	183 120	294 137	33 280	29 337	9 668	991 866
33 AQUANENA	Alcanena	-	-	-	-	-	-	-	0	95 987	7 304	219 881
34 Gaiurb	V. Nova de Gaia	554 226	646 846	123 695	28 240	34 575	19 225	53 800	241 007	701 342	3 495	926 671
35 Águas do Interior Norte	*11	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-366 310	176 413

*1 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%). *2 – Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%). *3 – Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%). *4 – AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%. *5 – CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%. *6 – AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51,00%. *7 – Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%). *8 – Vila Franca do Campo: Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social E.M.*9 – Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%). *10 – Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%. *11 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

R68 – Entidades com mais fraco resultado económico em 2021

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1 APIN	*1	–	–	–	–	–	–	–	–	–84 646	217 266	–2 160 139
2 VRSA	V. R. Sto. António	63 769	140 134	14 183	37 772	–1 958 680	376 191	–1 582 490	–1 323 152	–3 687 803	–8 392 446	–1 946 122
3 AC Águas de Coimbra	Coimbra	534 404	317 414	204 900	88 153	160 046	1 384 343	1 544 389	286 569	825 866	173 127	–1 209 455
4 Tejo Ambiente	*2	–	–	–	–	–	–	–	–	0	–2 281 654	–895 998
5 Frente MarFunchal	Funchal	175 276	190 447	34 581	15 759	215	–311 866	–311 651	1 866	–875 994	–956 505	–579 079
6 Parques Tejo	Oeiras	450 579	451 651	117 150	207 859	465 328	300 430	765 758	479 521	289 305	154 625	–429 729
7 Cidade em Acção	Ponta Delgada	28 712	26 211	2 734	30 567	206 654	253 274	459 928	–300 268	–307 628	–441 128	–349 247
8 ABMG	*3	–	–	–	–	–	–	–	–	–22 661	172 912	–325 268
9 APdSE	*4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–278 223
10 ICOVI	Covilhã	594 041	900 553	524 977	460 110	597 293	380 062	977 354	114 208	18 767	–234 873	–257 714
11 Naturnorte	São Vicente	–1 391	1 916	23 137	42 896	46 335	280 059	326 394	315 619	264 284	–287 408	–237 072
12 Gespaços	Paços de Ferreira	6 981	15 040	–395 236	150	15 785	157 221	173 006	29 764	16 272	–421 589	–234 592
13 EMAS	Beja	110 057	414 145	3 202	54 367	104 961	8 542	113 503	42 344	213 121	68 885	–229 780
14 Lagos-em-Forma	Lagos	6 514	66 139	60 908	15 499	10 119	332 831	342 950	235 457	212 050	–318 630	–219 448
15 Geslours	Loures	–111 092	–292 868	48 557	–243 335	3 558	49 908	53 467	–69 644	26 852	25 164	–218 463
16 AIN	*5	–	–	–	–	–	–	–	–	–195 111	–286 943	–216 903
17 Palmela Desporto	Palmela	3 411	155	–87 466	8 146	1 430	9 168	10 598	6 266	10 347	2 569	–190 575
18 Loulé Concelho Global	Loulé	86 234	107 246	43 907	53 012	185 229	16 566	201 794	56 703	114 001	–261 107	–189 773
19 EPF	Felgueiras	27 366	–483 482	–152 274	–16 161	14 756	1 752	16 508	46 842	–118 571	46 008	–174 914
20 Oeiras Viva	Oeiras	99 343	–11 572	–232 959	41 250	163 652	209 252	372 903	222 976	76 270	–547 436	–163 175
21 WEMOB	Almada	–131 532	917	5 707	–74 018	5 135	585	5 720	19 855	24 258	–748 675	–156 395
22 ALBIGEC	Castelo Branco	–55 095	–17 992	78 707	1 259	61 947	76 221	138 168	36 914	54 336	–206 840	–145 250
23 EMEC	Barcelos	165 629	90 669	–841 836	–260 380	898	–131 361	–130 462	–8 523	85 006	8 428	–135 149
24 iParque	Coimbra	–427 944	–303 888	–361 680	–449 330	–522 446	–351 531	–873 977	–736 835	1 376 076	4 123	–119 814
25 EMPDS	Belmonte	1 392	–2 044	–12 654	14 357	–23 351	10 085	–13 267	6 088	16 882	–98 990	–110 517
26 Trofáguas	Trofa	46 646	63 705	–772 276	–243 744	72 531	–64 742	7 790	32 176	52 189	–350 982	–109 468
27 Melsport	Melgaço	1 535	1 763	666	1 020	2 910	1 691	4 602	2 320	2 853	588	–98 592
28 BRAGAHABIT	Braga	882	6 305	–492 447	207 235	53 866	39 954	93 821	154 158	109 977	142 321	–73 050
29 Urbhorta	Horta	5 062	7 332	8 040	363	1 074	1 760	2 835	9 646	1 709	–90 472	–72 864
30 ESPOSENDE 2000	Esposende	7 510	3 975	406	4 357	47 269	91 151	138 420	6 105	6 040	–265 221	–64 638
31 Marina da Vila	V. F. do Campo	7 994	871	9 462	–6 047	–12 709	10 186	–2 523	1 031	3 122	–18 657	–56 062
32 Parkurbis	*6	–51 624	67 321	–165 441	–242 036	9 341	–233 829	–224 489	–72 512	–91 847	–69 014	–53 346
33 Carnes de Vinhais	Vinhais	–	–	–	–	–	–	–53 059	–46 442	2 048	–40 519	–47 593
34 GEMC	Chaves	110 652	16 451	37 068	–252 136	15 606	–32 861	–17 255	–30 131	44 486	–527 135	–47 233
35 Coliseu Micaelense	Ponta Delgada	9 865	251 918	161 841	76 865	2 105	–125 215	–123 110	109 158	91 021	–124 363	–40 826

*1 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares. *2 – Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%). *3 – Mira (33,33%), Montemor-o-Velho (33,33%) e Soure (33,34%).

*4 – Gouveia (33,33%), Oliveira do Hospital (33,33%) e Seia (33,33%). *5 – Mirandela (49,10%) e Vila Flor (49,10%). *6 – Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%).

4.1.4. Dissolução de empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Os dados apresentados neste ponto do anuário remetem para as disposições do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto¹²⁶, tendo a análise efetuada sido sustentada nos seguintes pressupostos:

- A deliberação de dissolução obrigatória de entidades empresariais resultará da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do n.º 1 do artigo 62º, os quais só produzem efeitos se verificados ininterruptamente em três anos consecutivos da gestão;
- Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 62º, considerou-se como gastos totais a soma dos valores apresentados em: Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; Fornecimentos e serviços externos; Gastos com o pessoal; Outros gastos; Gastos/reversões de depreciação e de amortização; e Juros e

¹²⁶ Artigo 62.º – Dissolução das empresas locais

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;
 - b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;
 - c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
 - d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.
- (...)

14 – O disposto na alínea a) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

15 – O disposto no n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia.

gastos similares suportados;

– Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 62º, considerou-se como receitas totais a soma dos valores dos seguintes itens: Vendas e serviços prestados; Subsídios à exploração; Trabalhos para a própria entidade; Outros rendimentos; e Juros e rendimentos similares obtidos;

– Decorrente do n.º 14 e do n.º 15 do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, não foram consideradas as empresas locais que exercem atividades de ensino e formação profissional ou de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia.

O Quadro 4.24 apresenta as empresas que se encontravam em processo de dissolução à data de elaboração deste anuário¹²⁷. Para além destas, foram dissolvidas, ainda, em 2021, as empresas indicadas no Quadro 4.02 do ponto 4.1 deste capítulo.

O número de municípios referido no Quadro 4.25 e no Quadro 4.26 resulta da simulação de aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, realizada para efeitos de elaboração deste anuário não tendo sido consideradas as empresas que se encontravam em dissolução e identificadas no Quadro 4.24. Da análise às contas entre 2019 e 2021 (inclusive), verificaram-se as situações identificadas nestes Quadros, sendo qualquer uma delas suficiente para início do processo de dissolução da respetiva entidade empresarial local, caso não tenha havido ou não haja, ainda, lugar a retificações de mapas do relato financeiro que modifiquem a situação financeira, em qualquer um daqueles anos económicos.

¹²⁷ Informação colhida no próprio relato financeiro.

Quadro 4.24 – Entidades em processo de dissolução

	Entidade	Tipo	Município
1	Aveiro Expo – Parque de Exposições	EM	Aveiro
3	Cidade em Accão – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	EM SA	Ponta Delgada
4	TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	EEM	Trancoso
7	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	EM SA	Vila Real de Santo António

Quadro 4.25 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012

Situações		Contas de 2019, 2020 e 2021
a)	Entidades com VPS / Gastos totais inferiores a 50%, nos três anos	
b)	Entidades com Subsídios à exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	
c)	Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	
d)	Entidades com resultado líquido do período negativo, nos três anos	
Total de entidades a serem dissolvidas		

Quadro 4.26 – Entidades em incumprimento relativamente a mais do que uma das alíneas do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012

Alíneas do n.º 1 do artigo 62.º, cujos critérios se verificaram		N.º de empresas em incumprimento
4 alíneas	alíneas a, b), c) e d)	0
3 alíneas	alíneas a), b) e c)	0
	alíneas a), b) e d)	0
	alíneas a), c) e d)	0
	alíneas b), c) e d)	0
	alíneas a) e b)	1
2 alíneas	alíneas a) e c)	0
	alíneas a) e d)	1
	alíneas b) e c)	0
	alíneas b) e d)	0
	alíneas c) e d)	2

Apresentam-se, a seguir, as listagens das entidades do SEL que se encontravam em cada uma das situações previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e

que foram contabilizadas nos Quadros precedentes. Faz-se notar que não foi observada qualquer situação com um resultado operacional, diminuído das amortizações e depreciações, negativo, nos últimos 3 anos (alínea c)).

Quadro 4.27 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a))

Entidade	Tipo	Município	VPS / Gastos totais		
			2019	2020	2021
1 Cura Aquae-Termas de Melgaço	EM	Melgaço	16,4%	19,0%	27,0%
2 Herdade da Contenda	EM	Moura	28,9%	11,1%	13,8%
3 Matadouro Industrial do Cachão	SA	AIN	0,0%	10,7%	10,3%
4 Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense	SA	Porto	28,8%	8,0%	9,9%

Quadro 4.28 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b))

Entidade	Tipo	Município	Subsídios à exploração /Receitas		
			2019	2020	2021
1 Herdade da Contenda	EM	Moura	56,0%	70,5%	74,7%

Quadro 4.29 – Entidades com Resultado operacional antes de depreciações negativo nos últimos três anos (alínea c))

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Município	EBITDA		
			2019	2020	2021
1 Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	EM	Funchal	-859 811	-896 745	-526 030
2 AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A.	EIM SA	Mirandela (49%) e Vila Flor (49%)	-194 591	-262 568	-194 124

Quadro 4.30 – Entidades com resultado líquido do período negativo nos últimos três anos (alínea d))

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Município	Resultado líquido		
			2019	2020	2021
1 Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	EM	Funchal	-875 994	-956 505	-579 079
2 Cura Aquae-Termas de Melgaço	EM	Melgaço	-89 259	-585	-509
3 AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A.	EIM SA	Mirandela (49%) e Vila Flor (49%)	-195 111	-286 943	-216 903

4.2. Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada no Quadro 4.31, em 2021, existiam 23 SM's, tutelados por 25 municípios (o município de Oeiras e Amadora e o município de Loures e Odivelas partilham os mesmos serviços), estando 10 SM's integrados em municípios de grande dimensão, 14 SM's integrados em municípios de média dimensão e 1 SM integrado num município de pequena dimensão. De 2011 para 2021, o número de SM's passou de 29 para 23, devido à criação de 2 SM's e à extinção de 8 SM's de água e saneamento dos municípios de Mirandela, Anadia, Valongo, Santo Tirso, Aveiro, Guarda, Tomar e Angra do Heroísmo. No cômputo dos 23 SM's, está incluído, desde 2015, o SM criado pelo município de Faro – Serviços Municipalizados “Teatro municipal de Faro” – que assumiu as competências e finalidades da empresa municipal “Teatro Municipal de Faro, E.M.”, dissolvida por força da aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Para além deste, foram

criados os SMAS's de Mafra, tendo estes iniciado atividade em 1 de setembro de 2019. De referir, ainda, que, os SM's de Angra do Heroísmo foram internalizados a 30 de junho de 2020, estando as respetivas contas de 2020, bem como o pessoal, integralmente incluídas nas contas do município.

Observando o Quadro 4.31, verifica-se que dos 23 SM's existentes, 3 são de transportes coletivos urbanos (sendo um destes, também, de fornecimento de água) e 1 de serviços culturais¹²⁸. Os restantes 19 SM's são fornecedores de água e, ou, de saneamento básico, sendo que 2 deles incluem recolha de resíduos sólidos e 1 está relacionado com fornecimento de energia.

¹²⁸ Desenvolvidos através do Teatro Municipal de Faro.

Quadro 4.31 – Mapa dos SM's e respetivas competências

Municípios		Dim	Competências dos Serviços Municipalizados
1	Abrantes	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
2	Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3	Almada	G	SM de Água e Saneamento
4	Barreiro	M	SM de Transportes Coletivos
5	Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
6	Castelo Branco	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
7	Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
8	Faro	M	Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados
9	Leiria	G	SM de Água e Saneamento
10	Loures e Odivelas	G e G	SIM de Água e Saneamento
11	Mafra	M	SM de Água e Saneamento
12	Maia	G	SM de Eletricidade, Água e Saneamento
13	Montijo	M	SM de Água e Saneamento
14	Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
15	Oeiras e Amadora	G e G	SIM de Água e Saneamento
16	Peniche	M	SM de Água e Saneamento
17	Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
18	Portalegre	M	SM de Água e Transportes
19	Sintra	G	SM de Água e Saneamento
20	Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
21	Viana do Castelo	M	SM de Saneamento Básico
22	Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
23	Viseu	M	SM de Água e Saneamento

4.2.1 Estrutura do Ativo

No Quadro 4.32, apresenta-se a estrutura do Ativo agregado dos 23 SM's, evidenciando-se, no mesmo mapa, o Ativo total dos municípios a que pertencem estes SM's, permitindo a comparação das respetivas estruturas do Balanço. São comparáveis, ainda, com as componentes homólogas do universo municipal.

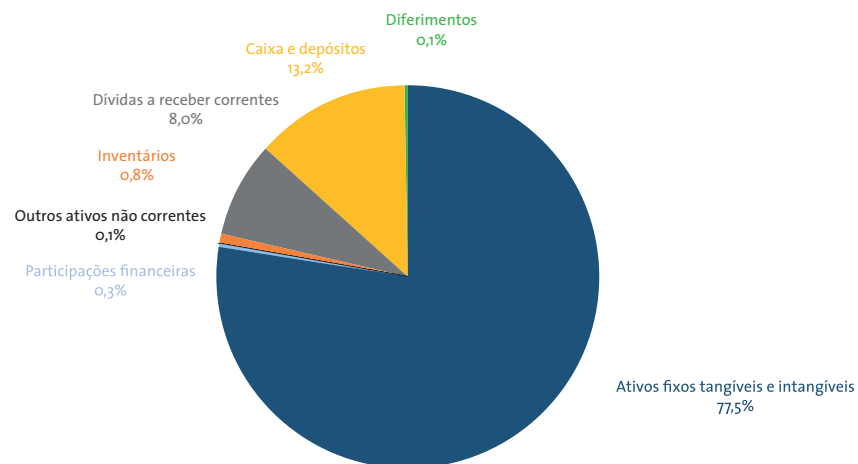
No Quadro 4.33, apresenta-se a evolução das diferentes componentes do Ativo agregado de 22 SM's, não estando incluído nesta análise os SMAS de Mafra, do qual apenas se analisaram as contas a partir de 2020. Esta análise evolutiva reporta-se a dez anos, no período compreendido entre 2011 e 2019.

Quadro 4.32 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados e dos municípios a que correspondem – 2021

Unidade: euros

Componentes do Ativo	Municípios (25)		Serviços Municipalizados (23)				SM's / Municípios 2021
	2021	%	2020	2021	Peso % 21	Var. % 20-21	
Ativos fixos tangíveis	7 355 414 710	75,4%	846 085 895	900 232 090	77,0%	6,4%	12,2%
Propriedades de investimento	97 504 081	1,0%	0	0	0,0%	--	0,0%
Ativos intangíveis	19 563 285	0,2%	7 945 588	6 641 089	0,6%	-16,4%	33,9%
Ativos biológicos	90 957	0,0%	0	0	0,0%	--	0,0%
Participações financeiras	894 609 582	9,2%	3 380 846	3 380 846	0,3%	0,0%	0,4%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reemb.	4 179 506	0,0%	0	0	0,0%	--	0,0%
Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
Diferimentos	91 518	0,0%	0	0	0,0%	--	0,0%
Outros ativos financeiros	53 814 368	0,6%	0	660 685	0,1%	--	1,2%
Ativos por impostos diferidos	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
Clientes, contribuintes e utentes	1 325 695	0,0%	3 985 532	100 217	0,0%	-97,5%	7,6%
Outras contas a receber	11 745 757	0,1%	880 490	705 518	0,1%	-19,9%	6,0%
Total do Ativo não corrente	8 438 339 460	86,6%	862 278 352	911 720 445	77,9%	5,7%	10,8%
Inventários	10 605 741	0,1%	9 239 600	9 013 819	0,8%	-2,4%	85,0%
Ativos biológicos	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis	22 790 814	0,2%	6 452 373	3 406 214	0,3%	-47,2%	14,9%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reemb.	156 998	0,0%	0	0	0,0%	--	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	16 833 865	0,2%	56 235 109	59 122 883	5,1%	5,1%	351,2%
Estado e outros entes públicos	3 801 467	0,0%	3 426 970	2 801 973	0,2%	-18,2%	73,7%
Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
Outras contas a receber	478 426 436	4,9%	26 569 107	28 728 247	2,5%	8,1%	6,0%
Diferimentos	9 763 946	0,1%	639 875	939 210	0,1%	46,8%	9,6%
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
Outros ativos financeiros	4 565 885	0,0%	0	0	0,0%	--	0,0%
Ativos não correntes detidos para venda	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
Caixa e depósitos	764 017 005	7,8%	159 787 986	154 048 970	13,2%	-3,6%	20,2%
Total do Ativo corrente	1 310 962 157	13,4%	262 351 020	258 061 316	22,1%	-1,6%	19,7%
Ativo Total	9 749 301 617	100%	1 124 629 372	1 169 781 762	100%	4,0%	12,0%

Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



Quadro 4.33 – Evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados entre 2011 e 2019

Unidade: euros

Componentes do Ativo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Imobilizado	725 177 726	726 720 446	713 903 729	726 984 704	742 127 590	742 434 597	747 072 914	753 903 901	766 508 316
Investimentos financeiros	4 019 031	4 019 031	4 019 031	1 634 017	1 634 017	4 019 031	4 019 031	4 019 031	4 041 531
Existências	7 998 055	7 901 288	7 705 312	7 714 188	7 495 955	7 752 678	7 796 168	8 459 666	8 789 592
Dívidas a Receber mlp	0	0	1 719 316	1 257 922	302 604	5 150 687	3 417 287	1 812 438	332 327
Dívidas a Receber cp	133 881 029	112 038 859	111 588 712	72 938 514	69 132 771	66 287 449	68 309 469	69 036 952	69 209 800
Caixa e Depósitos	94 716 670	98 516 608	101 191 976	144 375 741	164 094 286	178 514 357	178 073 116	171 121 638	174 872 345
Acréscimos de proveitos	13 027 592	14 913 462	11 693 610	12 839 278	13 473 680	15 344 069	17 563 861	17 002 529	17 970 234
Custos diferidos	502 137	506 087	482 011	503 242	497 100	1 425 488	1 165 344	643 080	944 769
Total	979 322 241	964 615 782	952 303 698	968 247 606	998 758 002	1 020 928 357	1 027 417 190	1 025 999 237	1 042 668 915

– Da análise dos Quadros e do Gráfico anteriores, verifica-se que a estrutura do Ativo dos SM's, como seria expectável, é diferente da estrutura do Ativo dos municípios, traduzindo a especificidade das funções para as quais foram criados. Assim, destaca-se o valor das dívidas a receber de **Clientes, contribuintes e utentes** desses mesmos serviços, no total de 59,1 milhões de euros, representando 5% do total do Ativo dos SM's, com um volume equivalente a 351,2%

das dívidas homólogas a receber do conjunto dos municípios que os tutelam, no conjunto do Ativo não corrente e do Ativo corrente. Também o item **Caixa e depósitos**, que nos municípios apresenta um peso de 7,8% na estrutura do Ativo, nos SM's apresenta um peso de 13,2% na estrutura homóloga. Constata-se, ainda, que o valor inscrito em **inventários** nos SM's representa 85% do total inscrito nos municípios de tutela.

– A grande dimensão do item **Clientes, contribuintes e utentes**, por parte dos SM's, resulta, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento, sendo que, em muitas das situações, se tornarão créditos incobráveis.

– Quanto ao item Caixa e depósitos, no total de 154 milhões de euros, verifica-se que, o valor global do mesmo baixou 3,6% em relação ao ano anterior, mas aumentou em relação a 2011 cerca de 62,6%.

– Pela importância material que revestem as dívidas a receber, importará analisar a sua composição e estrutura, na globalidade dos SM's, e compará-la com o mesmo item, no Ativo do grupo de municípios que tutelam os SM's.

Os Quadros 4.34 e 4.35 apresentam as principais componentes das dívidas a receber por valores agregados de todos os SM's, do conjunto de municípios que os tutelam e do universo dos municípios.

Da análise do Quadro anterior, pode-se concluir, em relação ao ano de 2021:

– Do total das dívidas a receber pelos SM's, no valor de 94,9 milhões de euros, 99,2% resultaram de dívidas de curto prazo (94 milhões de euros) e só 0,8% (805,7 milhares de euros) traduziram dívida de médio e longo prazo (dívidas a receber não correntes);

– Mais se verificou que 62,3% das dívidas a receber de curto prazo pelo conjunto dos SM's são provenientes do item **Clientes, contribuintes e utentes**. Comparando o peso destes créditos sobre terceiros com o peso homólogo no conjunto dos municípios de tutela dos SM's e no universo dos 308 municípios, verifica-se que o peso das dívidas a receber de Clientes, contribuintes e utentes são muito inferiores no conjunto dos municípios, apresentando o peso homólogo de 3,1%;

Mais se verificou uma descida de dívidas a receber de Clientes, contribuintes e utentes de médio e longo prazo, de 97,5%, passando de 3,98 milhões de euros em 2020 para apenas 100 milhares em 2021.

Quadro 4.34 – Estrutura das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021

Unidade: euros

Dívidas a receber	Municípios (25)		Serviços Municipalizados (23)				SM's / Municípios 2021
	2021	%	2020	2021	Peso % 21	Var. % 20-21	
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reemb.	4 179 506	0,8%	0	0	0,0%	--	0,0%
Clientes contribuintes e utentes	1 325 695	0,2%	3 985 532	100 217	0,1%	-97,5%	7,6%
Outras contas a receber	11 745 757	2,2%	880 490	705 518	0,7%	-19,9%	6,0%
Dívidas a receber não correntes	17 250 958	3,2%	4 866 022	805 735	0,8%	-83,4%	4,7%
Devedores p/ transferências e subsídios não reemb.	22 790 814	4,2%	6 452 373	3 406 214	3,6%	-47,2%	14,9%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reemb.	156 998	0,0%	0	0	0,0%	--	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	16 833 865	3,1%	56 235 109	59 122 883	62,3%	5,1%	351,2%
Estado e outros entes públicos	3 801 467	0,7%	3 426 970	2 801 973	3,0%	-18,2%	73,7%
Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
Outras contas a receber	478 426 436	88,7%	26 569 107	28 728 247	30,3%	8,1%	6,0%
Dívidas a receber correntes	522 009 580	96,8%	92 683 559	94 059 317	99,2%	1,5%	18,0%
Total Dívidas a receber	539 260 539	100%	97 549 581	94 865 052	100%	-2,8%	17,6%

Quadro 4.35 – Evolução das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019

Unidade: euros

Dívidas a receber	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívidas a receber m/I p.	0	0	1 719 316	1 257 922	302 604	5 150 687	3 417 287	1 812 438	332 327
Dívidas a receber curto prazo:	133 881 029	112 038 859	111 588 712	72 938 514	69 132 771	66 287 449	68 309 469	69 036 952	69 209 800
Empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0	600 557
Cientes, contribui. utentes	91 342 519	73 057 655	72 236 707	63 782 117	58 576 182	57 087 520	57 425 119	62 286 328	54 184 003
Estado e outros entes públicos	1 593 107	1 931 924	1 621 211	1 593 126	2 375 527	2 584 515	2 600 655	1 924 107	3 231 807
Administração Autárquica	34 746 533	30 047 544	30 385 334	1 509 524	367 184	253 264	235 588	150 658	486 110
Adiantamentos	7 838	4 353	1 390 672	717 219	148 174	86 779	63 311	62 434	59 789
Outros devedores	6 191 031	6 997 383	5 954 789	5 336 529	7 665 704	6 275 372	7 984 796	4 613 426	10 190 134
Outras dívidas de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	457 399
Total de dívidas a receber	133 881 029	112 038 859	113 308 028	74 196 436	69 435 375	71 438 137	71 726 757	70 849 390	69 542 127

Analisando a evolução das diversas componentes das dívidas a receber dos SM's, conclui-se, ainda, a dezembro de 2021:

- **A dívida a receber de médio e longo prazo** (mlp) baixou 4,1 milhões de euros (-83,4%), ao apresentar o total de 805,7 milhares de euros. No entanto, esta descida torna-se menos significativa quando comparada com o valor homólogo de créditos sobre terceiros de 332,3 milhares de euros, registado em 2019 e de 302,6 milhares apresentados em 2015;
- **A dívida a receber de curto prazo de Clientes, contribuintes e utentes**, que representou o maior agregado de créditos sobre terceiros (63,3%), apresentou um aumento de 5,1% (+2,9 milhões de euros);
- O segundo crédito de curto prazo mais representativo na estrutura da dívida sobre terceiros dos SM's é constituído pelas dívidas de **Outras contas a receber** (outras contas a receber) que representaram 30,3% da dívida sobre terceiros, somando 28,7 milhões de euros, e apresentando um aumento de 8,1% (+2,16 milhões de euros). Importa, contudo, assinalar que apesar de os acréscimos de proveitos, em SNC-AP, estarem inseridos no Ativo, em outras contas a receber, os mesmos não cumprem a definição de ativo;
- Verificou-se, ainda, uma diminuição da dívida do Estado¹²⁹ e ou-

tros entes públicos aos SM's. O total considerado foi de 2,8 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 18,2% (-625 milhares de euros).

Apresentam-se, de seguida, os Quadros 4.36 e 4.37, que apresentam, respetivamente, as componentes dos Fundos próprios/Património líquido e a sua evolução nos últimos dez anos.

¹²⁹ Recuperação do IVA, na generalidade dos casos, e que se referem a montantes a receber no ano económico seguinte face aos prazos de reembolso.

Quadro 4.36 – Componentes do Património Líquido dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021

Unidade: euros

Património Líquido	Municípios (25)		Serviços Municipalizados (23)				SM's / Municípios 2021
	2021	%	2020	2021	Peso % 21	Var. % 20-21	
Património/ Capital	3 773 614 001	42,6%	330 293 563	331 248 938	34,5%	0,3%	8,8%
Reservas	545 754 793	6,2%	187 942 529	188 676 274	19,7%	0,4%	34,6%
Resultados transitados	2 423 292 936	27,3%	250 716 263	294 811 729	30,7%	17,6%	12,2%
Ajustamentos em ativos financeiros	488 404 206	5,5%	0	0	0,0%	--	0,0%
Excedentes de revalorização	20 230 625	0,2%	1 252 674	1 252 674	0,1%	0,0%	6,2%
Outras variações no património líquido	1 568 019 224	17,7%	129 824 872	132 543 813	13,8%	2,1%	8,5%
Resultado líquido do período	43 317 860	0,5%	352 856	-3 214 694	-0,3%	-1011,0%	-7,4%
Outros instrumentos de capital próprio	0	0,0%	11 123 109	13 545 760	1,4%	21,8%	--
Total do Património líquido	8 862 633 645	100%	911 505 866	958 864 493	100%	5,2%	10,8%
Peso sobre o Ativo total	90,9%	--	81,0%	82,0%	--	1,1%	--

Quadro 4.37 – Evolução dos Fundos próprios dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019

Fundos próprios	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fundo patrimonial	232 255 018	238 156 288	244 580 477	261 077 549	271 266 125	278 408 598	280 123 033	281 614 511	284 103 137
Reservas	166 651 315	161 162 885	167 042 585	168 917 250	179 185 660	181 820 604	184 498 553	187 257 799	187 844 036
Doações	7 485 564	7 504 616	8 143 865	8 831 775	8 862 898	8 964 332	8 967 182	9 175 170	9 181 291
Subsídios+cedências+outros	32 274 670	32 274 670	30 485 490	30 485 490	14 431 201	14 431 201	14 431 201	14 431 201	25 295 530
Resultados transitados	130 080 071	120 278 539	134 763 399	129 985 780	135 854 427	158 280 890	172 927 968	177 861 043	184 346 748
Resultados do exercício	24 522 886	28 609 863	10 761 326	16 586 846	34 496 511	25 317 932	22 506 645	11 639 556	22 728 833
Total dos Fundos próprios	593 269 523	587 986 861	595 777 142	615 884 690	644 096 821	667 223 557	683 454 583	681 979 281	713 499 574

Da análise dos dois Quadros anteriores, relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos próprios (Património líquido):

- No final de 2021, o total do **Património líquido** era igual a 958,9 milhões de euros e tinha crescido 5,2% (+47,36 milhões de euros). A componente, mais representativa do Património líquido, **Património/Capital** apresentou o montante total de 331,25 milhões de euros, representou 34,5% do total do Património líquido e cresceu apenas 0,3% em 2021;
- Relativamente a 2021, verifica-se que o **Resultado líquido** do período para o setor dos SM's se apresentou no valor de -3,2 milhões de euros, baixando, em relação ao registo de 2020, cerca de 3,6 milhões de euros (-1011%), sendo que contribuíram para este resultado negativo 13 SM's que apresentaram resultados líquidos do período negativos;
- Pelo peso que passou a representar no **Património líquido**, com o SNC-AP, releva-se o valor de Outras variações no património líquido, item que registou no final de 2021 o valor de 132,5 milhões de euros, isto é 13,8% do total do Património líquido. Em 2021 este item cresceu 2,1%;
- Relativamente às **Reservas**, constatou-se que, em 2021, o montante apresentado de 188,7 milhões de euros representou 19,7% do total do Património líquido, tendo este item representado significativamente menos nos municípios homólogos, com um peso de 6,2% no Património líquido total;
- Os **Resultados transitados**, em 2021, apresentaram o valor de 292,8 milhões de euros, representando 30,7% do total do **Património líquido** e um aumento de 17,6% em relação ao valor apresentado em 2020. Compreende-se o aumento de Resultados transitados neste último biénio 2020/2021 uma vez que os efeitos dos ajustamentos de transição para o SNC-AP são reconhecidos, por princípio, em Resultados transitados.

4.2.3 Passivo dos Serviços Municipalizados

Com os Quadros 4.38 e 4.39, que, a seguir, se apresentam, pode-se comparar a estrutura do Passivo global dos SM's com a estrutura correspondente dos municípios que os tutelam e com a estrutura correspondente dos municípios em geral, bem como avaliar a evolução do Passivo global dos SM's. Será, ainda, possível observar o peso do Passivo dos SM's no Passivo dos municípios que os tutelam.

Relativamente ao Passivo, importará apreciar as componentes relaciona-

das com as dívidas a terceiros já que os outros elementos, nomeadamente, os diferimentos, não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente, obrigações para os SM's ou para os municípios que os tutelam¹³⁰.

¹³⁰ Salvo em situação de incumprimento dos programas comunitários ou outros financiamentos a fundo perdido, com exigência de devolução das verbas não aplicadas, ou incorretamente executadas.

Quadro 4.38 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021

Unidade: euros

	Componentes do Passivo	Municípios (25)		Serviços Municipalizados (23)				SM's / Municípios 2021
		2021	%	2020	2021	Peso % 21	Var. % 20-21	
Passivo event. exigível	Provisões	137 683 971	15,5%	38 623 581	25 659 620	12,2%	-33,6%	18,6%
Passivo exigível	Financiamentos obtidos	288 132 708	32,5%	23 840 517	37 602 464	17,8%	57,7%	13,1%
	Fornecedores de investimentos	3 186 193	0,4%	0	568 750	0,3%	--	17,9%
	Responsabil. por benefícios pós-emprego	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
	Outras contas a pagar	34 757 146	3,9%	14 078 557	16 089 821	7,6%	14,3%	46,3%
	Fornecedores	996 747	0,1%	1 021 983	945 457	0,4%	-7,5%	94,9%
Passivo event. não exigível	Diferimentos	105 198 997	11,9%	60 036 233	47 248 806	22,4%	-21,3%	44,9%
	Passivos por impostos diferidos	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
	Total do Passivo não corrente	569 955 761	64,3%	137 600 870	128 114 917	60,7%	-6,9%	22,5%
Passivo exigível	Credores p/ transf. e sub. não reemb. conced.	6 841 571	0,8%	578 442	0	0,0%	-100,0%	0,0%
	Fornecedores	33 011 727	3,7%	11 602 471	13 201 512	6,3%	13,8%	40,0%
	Adiant. Clientes, contribuintes e utentes	2 690 226	0,3%	242 124	271 852	0,1%	12,3%	10,1%
	Estado e outros entes públicos	10 095 382	1,1%	2 850 734	2 563 241	1,2%	-10,1%	25,4%
	Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
	Financiamentos obtidos	48 148 641	5,4%	4 589 121	6 360 728	3,0%	38,6%	13,2%
	Fornecedores de investimentos	20 395 852	2,3%	997 394	1 802 370	0,9%	80,7%	8,8%
	Outras contas a pagar	150 979 017	17,0%	45 134 673	50 595 312	24,0%	12,1%	33,5%
	Passivos financeiros detidos p/ negociação	0	0,0%	0	0	0,0%	--	--
	Outros passivos financeiros	0	0,0%	112 785	116 332	0,1%	3,1%	--
Passivo event. não exigível	Diferimentos	44 549 794	5,0%	9 414 892	7 891 004	3,7%	-16,2%	17,7%
	Total do Passivo corrente	316 712 210	35,7%	75 522 636	82 802 351	39,3%	9,6%	26,1%
	Passivo total	886 667 972	100%	213 123 506	210 917 268	100%	-1,0%	23,8%
	Total Passivo eventualmente exigível	137 683 971	15,5%	38 623 581	25 659 620	12,2%	-33,6%	18,6%
	Total Passivo exigível	599 235 210	67,6%	105 048 801	130 117 838	61,7%	23,9%	21,7%
	Total Passivo eventualmente não exigível	149 748 791	16,9%	69 451 124	55 139 810	26,1%	-20,6%	36,8%

Quadro 4.39 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019

Unidade: euros

Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívidas a médio e longo p.	37 957 066	39 981 536	34 752 934	30 935 963	29 884 676	28 621 778	25 018 746	23 092 470	26 018 002
Dívidas a curto prazo	73 136 413	55 459 581	50 509 255	43 869 432	43 601 673	44 694 836	46 121 587	49 283 409	44 730 331
Acréscimos de custos	16 663 284	17 879 910	25 096 843	24 173 775	24 745 475	26 299 650	26 127 719	29 346 397	30 054 548
Total dívidas a terceiros	127 756 764	113 321 027	110 359 032	98 979 169	98 231 824	99 616 264	97 268 052	101 722 276	100 802 881
Provisões p/risco e encargos	5 481 831	9 698 754	8 061 185	12 880 793	11 757 852	10 842 010	12 417 713	17 399 434	19 030 100
Proveitos diferidos	252 814 123	253 609 140	238 106 339	240 502 953	244 671 540	243 246 527	234 276 842	224 898 245	209 336 359
Total do Passivo	386 052 718	376 628 921	356 526 556	352 362 916	354 661 217	353 704 800	343 962 607	344 019 955	329 169 341

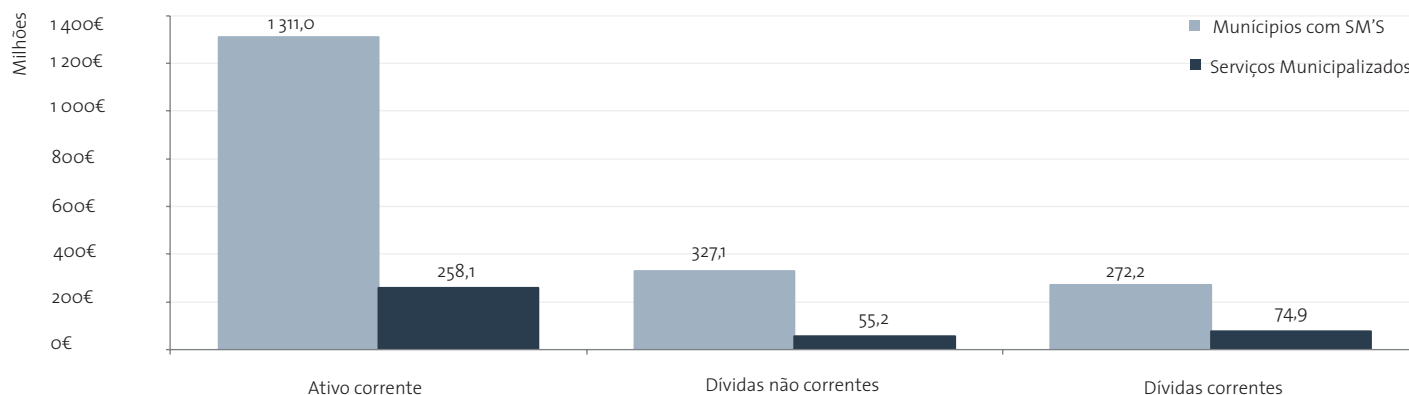
A leitura dos Quadros anteriores permitirá concluir que:

- O total do **Passivo não corrente** dos SM's foi de 128,1 milhões de euros e representou 60,7% do Passivo total, enquanto o **Passivo corrente**, no valor de 82,8 milhões de euros, representou 39,3% do total do Passivo;
- O **Passivo total**, no valor de 210,9 milhões de euros, apresentou, em dezembro de 2021, um decréscimo de 1% (-2,2 milhões de euros), representando 23,8% do valor homólogo dos municípios que os tutelam;
- Mais se verificou que o total do **Passivo exigível** foi de 130,1 milhões de euros, representou 61,7% do Passivo total e cresceu, em 2021, 23,9% (+25 milhões de euros);
- Os diferimentos não correntes e correntes, respetivamente, no valor de 47,2 milhões de euros e 7,9 milhões de euros, em conjunto, representaram 26,1% do Passivo total. De notar que, apesar de incluídos no Passivo, os diferimentos e os acréscimos de custo (incluídos, com a entrada em vigor do SNC-AP, em outras contas a pagar), não são passivos por definição;
- Ao analisar a evolução da dívida a terceiros no conjunto dos SM's, entre 2011 e 2019, releva-se a descida verificada neste espaço de tempo de 26,9 milhões de euros (-21,1%) passando de 127,8 milhões de euros em 2011 para 100,8 milhões de euros em 2019;
- Observando a estrutura da dívida a terceiros dos SM's no ano de 2021, verificou-se que as dívidas a terceiros não correntes represen-

taram 42,4% do total das dívidas¹³¹, ficando os restantes 57,6% a corresponder à dívida corrente. Relativamente aos respetivos municípios de tutela, a situação foi inversa, isto é, a dívida não corrente teve um peso superior à dívida corrente, numa relação de 54,6% para 45,4%;

O Gráfico 4.06 permite comparar a dívida e o Ativo circulante (corrente) dos SM's com os itens homólogos dos municípios que os tutelam.

¹³¹ Excluindo provisões, acréscimos de custos e diferimentos.

Gráfico 4.06 – Comparação da dívida e do ativo circulante entre Serviços Municipalizados e municípios que os tutelam

O Quadro 4.40 permite avaliar a evolução do Passivo exigível de cada SM no período compreendido entre 2011 e 2020.

Quadro 4.40 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados

Unidade: euro

Serviços Municipalizados		Passivo exigível										Var. % 20-21	
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		2021
1	Teatro Municipal de Faro – SM	–	–	5 285	30 165	77 271	155 516	117 195	186 790	222 302	63 375	96 856	52,8%
2	SMAS de Peniche	446 633	471 824	452 473	581 982	397 411	558 279	525 721	609 505	560 966	762 499	591 601	-22,4%
3	SMAT de Portalegre	1 072 551	991 876	1 151 322	1 106 627	850 692	1 019 582	789 195	893 482	914 036	957 672	1 235 049	29,0%
4	SMAS de Ponta Delgada	985 006	620 877	709 146	953 021	1 109 228	987 578	979 323	1 016 865	939 373	1 090 028	1 260 419	15,6%
5	SMAS – Alcobaça	15 565 200	10 295 986	8 691 740	3 273 477	1 794 607	5 710 526	4 404 208	3 845 722	3 055 654	2 460 549	1 337 950	-45,6%
6	SMAS do Montijo	2 801 613	1 973 414	2 225 407	1 781 766	1 659 355	1 226 524	907 426	824 120	1 029 893	1 367 377	1 338 443	-2,1%
7	SM de Viana Castelo	2 592 054	2 103 800	1 791 213	1 607 887	1 996 226	1 775 250	2 089 144	2 232 623	1 959 690	1 405 769	1 580 755	12,4%
8	SM de Castelo Branco	1 797 035	1 732 332	1 805 144	2 057 843	2 080 942	1 704 461	1 554 568	1 484 766	1 594 349	1 588 936	1 699 705	7,0%
9	SMAS de Caldas da Rainha	1 028 623	624 880	545 427	755 344	684 864	682 286	657 473	670 960	969 030	1 024 882	1 847 827	80,3%
10	SMA de Abrantes	695 628	706 703	778 228	722 683	750 346	730 507	1 816 834	2 268 893	2 103 105	2 253 999	2 271 245	0,8%
11	SMAS Torres Vedras	5 091 358	4 662 398	4 230 959	4 254 127	3 543 799	1 851 369	1 730 725	1 892 317	1 805 271	2 166 703	2 352 865	8,6%
12	SM de Nazaré	966 875	621 250	713 712	690 385	606 774	551 683	1 201 681	871 039	800 360	2 825 359	3 215 426	13,8%
13	SMAS de Vila Franca Xira	859 924	949 256	1 176 604	1 464 830	2 970 709	2 052 694	2 369 237	1 992 780	2 096 089	3 102 856	3 322 481	7,1%
14	SMAS de Leiria	10 551 488	10 054 003	8 855 826	6 784 999	5 886 197	4 645 349	2 115 823	3 199 913	2 855 216	2 984 268	3 339 332	11,9%
15	SMTUC – Transp. Urb. Coimbra	4 977 631	3 997 339	3 995 024	1 989 083	1 881 683	1 604 752	1 558 783	1 731 547	1 797 870	2 089 656	5 001 449	139,3%
16	SMAS de Viseu	5 129 328	4 839 298	4 199 216	4 376 963	5 167 630	5 835 690	6 675 947	6 138 043	5 536 471	5 765 957	6 658 122	15,5%
17	SMAS de Sintra	11 025 761	9 318 968	6 263 384	7 046 469	5 968 435	6 120 915	5 907 570	5 840 594	6 257 700	6 231 324	7 093 183	13,8%
18	SMAS de Almada	10 111 906	8 722 259	8 558 370	8 649 559	10 495 247	10 112 859	11 599 612	10 823 852	7 072 124	7 926 158	8 925 274	12,6%
19	SMAS da Maia	22 747 298	22 198 697	22 417 129	22 241 869	21 898 849	21 419 555	21 014 962	20 419 134	13 737 073	5 451 515	10 561 109	93,7%
20	SMTUC – Transp. Colect. Barreiro	5 900 459	5 494 843	5 178 689	4 913 257	4 762 549	4 842 850	4 983 032	3 689 682	17 130 382	4 678 419	13 421 135	186,9%
21	SIMAS de Oeiras e Amadora	8 472 535	11 458 448	13 459 033	13 602 923	14 247 314	15 724 424	13 592 198	20 651 034	18 199 218	13 755 922	14 236 125	3,5%
22	SIMAR de Loures e Odivelas	14 937 859	11 482 577	13 155 703	10 093 911	9 401 694	10 303 616	10 677 395	10 438 615	10 166 712	11 671 740	15 171 046	30,0%
23	SMAS de Mafra	–	–	–	–	–	–	–	–	–	23 423 838	23 560 443	0,6%

- Com valores mais relevantes de Passivo exigível, apontam-se o SMAS de Mafra (23,6 milhões de euros), o SIMAR de Loures e Odivelas (15,2 milhões de euros), o SIMAS de Oeiras e Amadora (14,2 milhões de euros), SMTC (Transportes Coletivos) do Barreiro (13,4 milhões de euros) e SMAS da Maia (10,6 milhões de euros). Anota-se o extraordinário crescimento do passivo do SMTC do Barreiro em 186,9%, do SMAS da Maia em 93,7% e do SIMAR de Loures e Odivelas em 30%. Faz-se notar que a soma da dívida destes cinco SM's representou 59,1% da dívida exigível do total dos SM's;
- Será de referir que, em 2021, apenas três dos 23 SM's apresentaram descida de Passivo exigível: SMAS de Peniche (-22.4%), SMAS de Alcobaça (-45,6%) e SMAS de Montijo (-2,1%);
- Com aumento significativo do Passivo exigível, surgiram para além dos já referidos SMAS da Maia (+93,7%) e do SMTC do Barreiro (+186,9%), os SM's de SMTUC de Coimbra (+139,3%), SMAS de Caldas da Rainha (+80.3%) e Teatro Municipal de Faro-SM (+52,8%).

de gastos líquidos de financiamento), e o resultado operacional antes das depreciações, amortizações e imparidades de investimentos. De notar ainda que, com a introdução do SNC-AP deixaram de existir rubricas de carácter extraordinário, tendo os custos e proveitos extraordinários sido reclassificados como outros gastos/rendimentos operacionais.

4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados dos Serviços Municipalizados

Analizadas as componentes dos balanços dos municípios numa perspetiva global, apresenta-se neste ponto um conjunto de informações relativas ao resultado económico e às componentes das quais deriva: gastos e rendimentos. A análise é dirigida essencialmente para o ano de 2021, mas sempre que possível, numa comparação com os últimos dez anos.

Com a entrada em vigor do SNC-AP, algumas linhas na Demonstração dos Resultados são apresentadas em termos líquidos, agregando gastos e rendimentos da mesma categoria. Tal é o caso das imparidades de inventários e de dívidas a receber, e variações de justo valor, entre outros, assinalados no Quadro 3.24 como gastos ou rendimentos. Quando o valor compensado é positivo, é um rendimento; quando é negativo, é um gasto. O resultado líquido do período é apurado deduzindo os fluxos negativos (gastos), a partir dos fluxos positivos (rendimentos). É, ainda, evidenciado o resultado operacional (antes

Quadro 4.41 – Gastos, rendimentos e resultados dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021

Unidade: euros

	Componentes do Passivo	Municípios (25)	Serviços Municipalizados (23)			SM's / Municípios 2021
		2021	2020	2021	Var. % 20-21	
Rendimentos	Impostos, contribuições e taxas	928 666 418	6 379 263	7 721 541	21,0%	0,8%
Rendimentos	Vendas	6 620 046	127 951 849	130 649 757	2,1%	1973,5%
Rendimentos	Prestações de serviços e concessões	103 395 322	263 253 017	271 044 534	3,0%	262,1%
Rendimentos	Transferências e subsídios correntes obtidos	600 696 837	13 580 725	14 868 827	9,5%	2,5%
Gastos ou Rend.	Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-455 137	0	0	--	0,0%
Rendimentos	Variações nos inventários da produção	227 814	18 596	31 859	71,3%	14,0%
Rendimentos	Trabalhos para a própria entidade	2 569 992	2 158 441	2 258 187	4,6%	87,9%
Gastos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-19 397 108	-83 689 390	-83 518 678	-0,2%	430,6%
Gastos	Fornecimentos e serviços externos	-516 683 813	-142 459 708	-148 881 585	4,5%	28,8%
Gastos	Gastos com pessoal	-609 152 859	-115 845 131	-122 595 348	5,8%	20,1%
Gastos	Transferências e subsídios concedidos	-299 656 286	-828 273	-828 761	0,1%	0,3%
Gastos	Prestações sociais	-2 722 643	0	0	--	0,0%
Gastos ou Rend.	Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-303 377	38 451	-178 005	-562,9%	58,7%
Gastos ou Rend.	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4 752 676	-2 017 613	13 506	-100,7%	-0,3%
Gastos ou Rend.	Provisões (aumentos/reduções)	-6 294 500	-2 013 710	-3 843 126	90,8%	61,1%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	1 764	0	0	--	0,0%
Gastos ou Rend.	Aumentos/reduções de justo valor	1 080 147	0	0	--	0,0%
Rendimentos	Outros rendimentos	163 069 673	21 405 203	20 566 083	-3,9%	12,6%
Gastos	Outros gastos	-42 742 638	-23 223 509	-20 844 397	-10,2%	48,8%
EBITDA	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	304 166 978	64 708 210	66 464 394	2,7%	21,9%
Gastos	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-258 150 236	-64 159 480	-69 266 602	8,0%	26,8%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-261 905	-40 000	0	-100,0%	0,0%
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	45 754 837	508 730	-2 802 208	-650,8%	-6,1%
Rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	1 647 809	365 176	269 573	-26,2%	16,4%
Gastos	Juros e gastos similares suportados	-4 084 786	-521 050	-682 060	30,9%	16,7%
	Resultado antes de impostos	43 317 860	352 856	-3 214 694	-1011,0%	-7,4%
	Imposto sobre o rendimento	0	0	0	--	--
	Resultado líquido do período	43 317 860	352 856	-3 214 694	-1011,0%	-7,4%
	Total de Gastos	-1 764 657 962	-434 797 863	-450 638 561	3,6%	25,5%
	Total de Rendimentos	1 807 975 821	435 150 720	447 423 867	2,8%	24,7%

4.2.3.1 Gastos dos Serviços Municipalizados

O Quadro 4.41 e o Gráfico 4.07 apresentam a estrutura dos gastos dos SM's, comparando-a com a estrutura dos gastos homólogos dos municípios que os tutelam.

Da leitura do Quadro 4.41 e do Gráfico 4.07, conclui-se:

– A maior componente de gastos dos SM's, em 2021, foi **Fornecimentos e serviços externos**, com o peso de 33% nos gastos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso de Gastos com pessoal (estes, representando 27% na estrutura de gastos) de +6 pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura de gastos dos municípios que tutelam os SM's, onde o peso de **Gastos com pessoal** foi superior ao peso de Fornecimentos e serviços externos. Os valores apresentados nestas rubricas pelo global dos SM's, em 2021, foram respetivamente de 148,9 milhões de euros e de 122,6 mi-

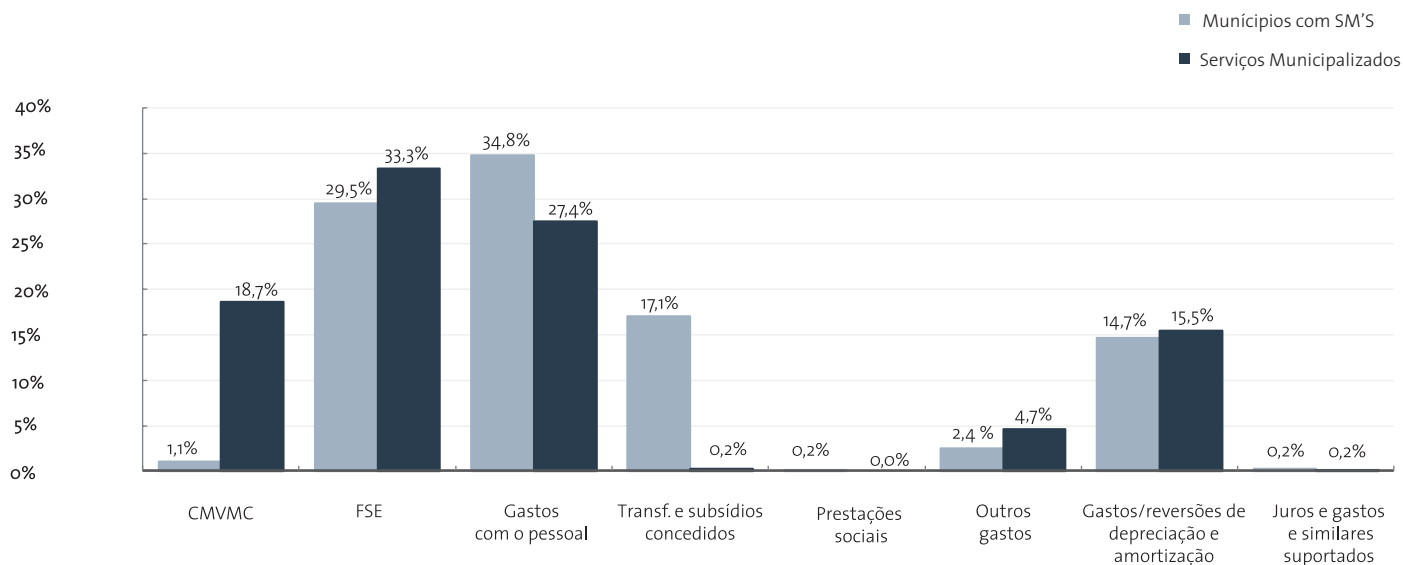
lhões de euros. Mais se verifica que Fornecimento e serviços externos, em 2021, cresceu 4,5% e os Custos co pessoal, cresceram 5,8% neste mesmo ano;

– Outro item relevante na estrutura dos gastos dos SM's foi Custo das **mercadorias vendidas e das matérias** consumidas, o qual representou 18,7% dos gastos totais, ao apresentar, em 2021, o valor de 83,5 milhões de euros;

– Faz-se notar o peso elevado de gastos/reversões de depreciação e amortização, representando 15,5% dos gastos totais dos SM's.

– Para complemento da informação prestada, apresenta-se, no Quadro 4.42, a evolução dos valores das diferentes componentes dos gastos comparáveis dos serviços municipalizados entre 2011 e 2019.

Gráfico 4.07 – Estrutura dos Gastos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021



Quadro 4.42 – Evolução dos Gastos dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019

Unidade: euros

Gastos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Peso
CMVMC	69 266 063	69 772 978	67 607 026	64 594 976	61 564 313	66 198 741	71 957 420	71 536 261	76 661 289	18,7%
Fornecimentos e serviços externos	107 637 219	106 878 145	111 307 540	118 816 194	122 311 743	131 958 632	135 360 728	138 616 835	138 929 610	33,9%
Custos com pessoal	99 954 142	90 715 025	97 338 815	96 910 549	97 376 618	98 575 039	102 383 347	106 152 240	111 894 465	27,3%
Transferências, e subsídios concedidos	3 894 164	3 978 167	3 972 741	4 077 590	4 497 383	4 953 925	3 761 101	725 254	742 522	0,2%
Amortizações / Depreciações	55 756 278	55 521 244	56 356 849	54 341 383	53 057 941	55 119 636	55 658 936	55 080 052	57 161 237	13,9%
Provisões	11 212 323	10 021 452	6 122 975	9 370 403	4 349 798	6 005 528	5 731 532	8 222 038	3 970 742	1,0%
Outros custos operacionais	3 610 492	3 535 376	5 457 632	4 899 984	4 775 674	5 515 310	5 457 118	8 126 234	9 510 577	2,3%
Custos extraordinários*	9 352 898	13 415 962	10 879 980	8 729 038	16 141 501	9 530 870	9 650 090	9 870 594	10 390 226	2,5%
Subtotal custos operacionais	360 683 579	353 838 348	359 043 559	361 740 116	364 074 970	377 857 681	389 960 272	398 329 509	409 260 668	99,9%
Custos financeiros	1 209 207	837 561	1 039 894	1 213 792	449 943	335 867	372 496	351 908	497 921	0,1%
Total de custos	361 892 786	354 675 909	360 083 453	362 953 908	364 524 914	378 193 548	390 332 767	398 681 416	409 758 589	100%

*Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos custos extraordinários como custos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020 e 2021.

4.2.3.2 Rendimentos dos Serviços Municipalizados

O Gráfico 4.08 apresenta a estrutura dos rendimentos dos SM's, permitindo a sua comparação com os rendimentos homólogos dos municípios que os tutelam. A leitura cruzada deste Gráfico com o Quadro 4.42 permite a comparação da estrutura dos rendimentos dos SM's com a estrutura dos rendimentos do universo dos municípios.

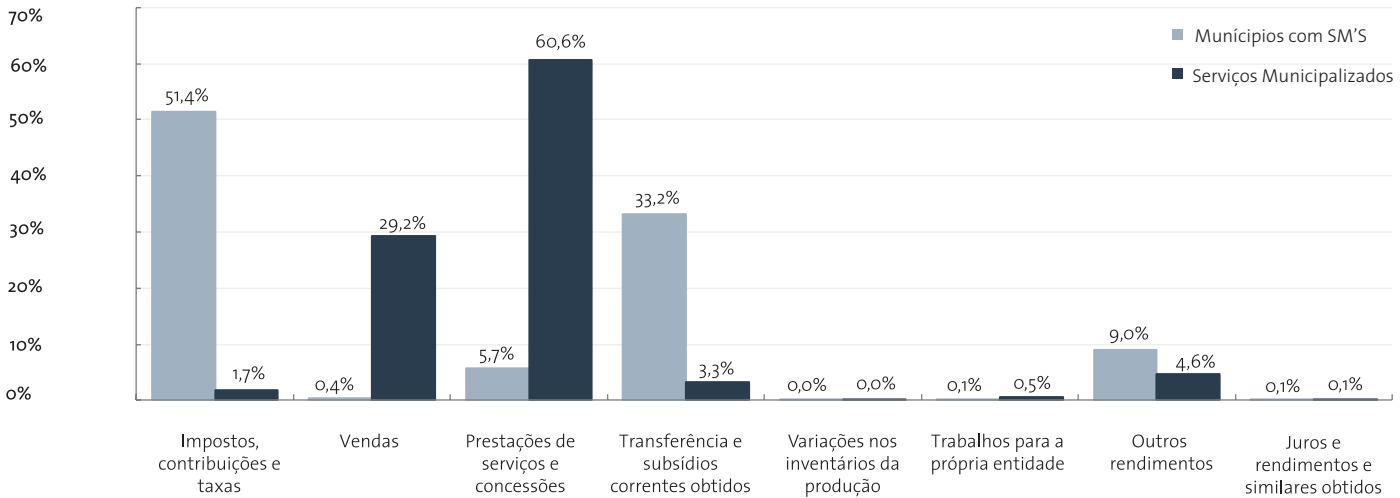
Relativamente à estrutura dos rendimentos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos nos municípios e nos SM's. Assim, as principais fontes financeiras dos SM's são as **Prestações de serviços, e as Vendas**, respetivamente, com os pesos de 60,6% e de 29,2% no total dos rendimentos. Os municípios, ao transferirem para os SM's as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis¹³², prescindiram dos respetivos rendimentos, o que se refletiu na estrutura dos mesmos, representando o valor dos correspondentes itens contabilísticos um peso muito menor nos ren-

dimentos totais – respetivamente, 5,7% e 0,4%.

Face ao exposto, e decorrente da delegação de competências dos municípios nos SM's, tanto o volume das vendas como o produto da prestação de serviços do conjunto dos SM's, não são comparáveis com os montantes de rendimentos homólogos do grupo dos municípios que tutelam os SM's, face ao elevado diferencial de valores. Faz-se notar a desproporção verificada quando se comparam os valores destes rendimentos com os rendimentos homólogos obtidos pelos municípios de tutela, registando-se as razões, respetivamente, de 1 973,5% e 262,1%.

¹³² Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os SM's beneficiarão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Gráfico 4.08 – Estrutura dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2021



Quadro 4.43 – Evolução dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019

Unidade: euros

Rendimentos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Peso
Vendas e variação da produção	137 069 360	134 299 421	128 697 625	125 732 921	131 935 464	129 610 530	134 169 662	131 420 364	133 617 023	30,9%
Prestação de serviços	196 362 999	201 706 476	194 538 238	205 623 900	222 740 589	234 516 485	236 825 725	236 695 716	250 728 002	58,0%
Anulações, reembolsos e restituições	-254 218	-510 689	-76 402	-102 331	-431 710	-330 281	-118 192	-102 282	-181 046	0,0%
Impostos e taxas	5 923 931	6 024 357	8 420 560	8 960 073	4 516 974	2 561 923	2 675 606	3 160 568	5 309 868	1,2%
Transferências e subsídios obtidos	6 371 300	5 910 223	7 021 492	7 565 725	7 692 814	6 832 568	7 310 862	7 677 040	8 380 355	1,9%
Trabalhos para a própria entidade	3 320 349	3 110 996	3 147 270	2 654 876	3 124 538	2 969 449	2 530 305	2 432 043	2 665 685	0,6%
Proveitos suplementares	8 018 935	3 632 615	1 778 390	2 623 333	2 327 900	2 384 420	2 387 636	3 079 565	2 917 219	0,7%
Outros proveitos operacionais	1 795 966	1 964 722	2 128 211	2 400 414	2 083 093	2 702 718	2 908 909	2 815 193	7 506 977	1,7%
Proveitos extraordinários*	23 835 449	22 881 317	21 955 960	20 762 205	25 761 611	20 682 298	22 846 600	22 044 728	20 738 818	4,8%
Subtotal proveitos operacionais	382 444 073	379 019 439	367 611 346	376 221 115	399 751 274	401 930 110	411 537 113	409 222 936	431 682 901	99,8%
Proveitos financeiros	3 971 599	4 266 333	3 233 433	3 319 639	2 439 021	1 581 370	1 302 299	1 098 037	804 521	0,2%
Total de proveitos	386 415 671	383 285 772	370 844 778	379 540 755	402 190 295	403 511 480	412 839 413	410 320 973	432 487 422	100%

*Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos proveitos extraordinários como proveitos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020.

Para complemento da informação prestada, no Quadro 4.43 apresenta-se a evolução dos valores das diferentes componentes dos rendimentos comparáveis dos serviços municipalizados entre 2011 e 2019. Da análise deste quadro e do gráfico 4.08, faz-se notar a ligeira

subida do peso das **prestações de serviços** nos rendimentos totais em -2,6 pp e a variação do peso das vendas no sentido oposto em -1,7 pp, ao apresentarem os respetivos resultados de 271 milhões de euros e 130,6 milhões de euros.

4.2.3.3 Resultados económicos dos Serviços Municipalizados

No Quadro 4.44, apresentam-se os resultados económicos de 2021 dos SM's e a sua comparação com os resultados dos municípios em geral e com os do grupo dos municípios que tutelam os SM's. No Quadro 4.45, apresenta-se a evolução dos resultados económicos da globalidade dos serviços municipalizados entre 2011 e 2021.

Da comparação da estrutura económica e dos respetivos resultados entre os SM's e os municípios, o que se oferece aditar ao já supramencionado, será:

Nos SM's, o peso dos gastos com pessoal nos gastos totais foi inferior ao verificado no universo dos municípios (-5,7pp) e ao verificado no conjunto dos municípios que os tutelam (-7,3pp);

O índice que traduz os resultados económicos por habitante foi

bastante inferior, no contexto dos SM's (-1,20€), ao dos índices homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (16,18€) e no universo dos municípios (8,83€);

Só dez SM's obtiveram resultados positivos, pelo que na globalidade os resultados económicos dos SM's aparecem com sinal negativo e no total de -3,2 milhões de euros.

Da análise da evolução da situação económica dos SM's, será de referir, ainda:

Os resultados económicos na globalidade do SM's diminuíram 3,6 milhões de euros, isto é, -1011%, ao apresentar o valor total de -3,2 milhões de euros.

Os Quadros 4.46 e 4.47 apresentam os SM's, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

Quadro 4.44 – Informação sobre estrutura económica – 2021

Unidade: euros

Indicadores	Municípios	Municípios com SM's	Serviços Municipalizados
N.º de entidades analisadas	308	25	23
População (Censos 2021)	10 344 802	2 677 907	2 677 907
Gastos com pessoal/Gastos totais	32,9%	34,5%	27,2%
Resultados económicos	91 345 081	43 317 860	-3 214 694
Resultados económicos por habitante	8,83 €	16,18 €	-1,20 €
N.º de entidades com resultados negativos	142	6	13

Quadro 4.45 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Indicadores	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 20-21
N.º de entidades analisadas	21	21	22	22	22	22	22	22	22	23	23	0
População (INE)	2 568 795	2 569 365	2 562 985	2 558 373	2 561 642	2 566 003	2 572 261	2 578 643	2 592 934	2 679 066	2 677 907	-1 159
Gastos com pessoal/Gastos totais	27,6%	25,6%	27,0%	26,7%	26,7%	26,1%	26,2%	26,6%	27,3%	26,6%	27,2%	0,6%
Resultados económicos	24 522 886	28 609 863	10 761 326	16 586 846	37 665 381	25 317 932	22 506 645	11 639 556	22 728 833	352 856	-3 214 694	-3 567 551
Resultados económicos p/ habitante	9,55 €	11,13 €	4,20 €	6,48 €	14,70 €	9,87 €	8,75 €	4,51 €	8,77 €	0,13 €	-1,20 €	-1,3 €
N.º de entidades c/ resultados negativos	5	3	8	10	0	3	4	4	2	10	13	3

Quadro 4.46 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos – 2021

Unidade: euros

Serviços Municipalizados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
1 SMAS de Almada	729 711	1 858 054	-1 152 202	1 144 922	1 682 631	415 110	-3 189 808	-3 429 488	446 187	482 441	3 080 036	538,4%
2 SMAS de Ponta Delgada	1 162 685	1 176 921	1 057 706	1 433 834	1 755 895	2 218 560	2 809 732	2 750 759	2 545 247	1 165 943	1 774 629	52,2%
3 SMAS de Leiria	-357 741	-1 412 836	-2 559 327	-170 005	2 626 873	4 195 399	4 625 046	2 750 000	3 254 724	2 948 401	1 552 506	-47,3%
4 SIMAS de Oeiras e Amadora	8 838 822	9 831 645	7 933 249	10 736 758	14 672 922	9 719 478	8 040 679	3 682 093	4 852 820	1 315 322	1 399 258	6,4%
5 SMAS da Maia	1 392 008	1 585 798	616 081	276 236	831 421	1 012 871	1 887 912	1 356 209	1 295 986	801 545	1 339 115	67,1%
6 SMAS de Vila Franca Xira	2 467 652	2 724 828	1 527 632	1 793 264	2 163 540	767 647	317 464	587 177	1 154 856	941 759	1 080 147	14,7%
7 SMAS de Mafra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	950 680	982 932	3,4%
8 SMAS – Alcobaça	114 557	617 371	-1 279 119	-968 435	272 753	434 116	258 698	220 521	311 508	-109 822	633 001	-676,4%
9 SMAS de Peniche	580 528	96 672	-296 591	185 084	871 766	757 002	696 183	132 742	461 315	-147 935	468 419	-416,6%
10 SMA de Abrantes	91 102	374 349	55 576	69 516	42 619	33 176	-157 837	-243 183	7 673	63 899	5 533	-91,3%

Quadro 4.47 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos – 2021

Unidade: euros

Serviços Municipalizados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 20-21
1 SIMAR de Loures e Odivelas	2 729 229	3 549 157	597 424	660 311	1 832 517	1 122 819	181 971	-437 245	-308 475	-2 422 651	-5 368 593	121,6%
2 SM de Viana Castelo	1 662 656	1 093 531	781 669	400 717	195 544	1 544 215	1 775 944	1 346 761	1 213 884	-1 506 704	-2 351 780	56,1%
3 SMAS de Caldas da Rainha	28 786	161 978	-504 056	-472 954	224 866	467 064	798 349	492 203	26 563	37 197	-1 588 627	-4370,8%
4 SMAS de Sintra	3 567 043	2 268 515	804 069	-214 957	1 315 273	-402 587	1 385 398	829 924	1 131 218	-1 890 360	-1 322 105	-30,1%
5 SM de Castelo Branco	1 887 762	1 845 844	1 937 869	1 682 310	1 217 218	618 761	460 620	-538 136	-310 947	-487 834	-994 141	103,8%
6 SMAS de Viseu	1 093 310	1 149 392	1 227 121	1 096 681	1 989 753	1 003 843	95 710	459 845	1 910 079	34 115	-959 638	-2913,0%
7 SM de Nazaré	-105 812	528 634	127 388	150 726	240 558	79 903	118 607	192	819 320	-1 139 734	-806 940	-29,2%
8 SMAS Torres Vedras	399 616	1 034 206	-402 264	-780 789	4 576 143	1 368 728	1 268 625	299 391	135 823	170 532	-616 171	-461,3%
9 SMTIC – Transp. Colect. Barreiro	-525 493	440 627	293 981	-26 448	451 339	30 623	-205 600	670 729	405 157	-698 237	-579 394	-17,0%
10 SMAS do Montijo	-1 018 731	-249 338	-256 417	-200 646	53 768	116 454	545 585	288 849	467 595	150 270	-562 292	-474,2%
11 SMAT de Portalegre	70 824	22 162	-132 816	-91 635	174 193	105 794	738 338	142 944	248 435	-207 818	-304 706	46,6%
12 SMTUC – Transp. Urb. Coimbra	-285 628	-87 648	189 638	-24 573	396 232	-164 048	187 729	231 311	2 643 352	-299 948	-54 898	-81,7%
13 Teatro Municipal de Faro – SM	-	-	194 715	-93 070	77 557	-126 998	-132 698	45 957	16 512	201 794	-20 984	-110,4%

CAPÍTULO 5

RANKING GLOBAL

5.1 Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados Rankings que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Tal como aconteceu em anteriores anuários, é apresentado um Ranking global que posiciona os municípios em função de variáveis e rácios financeiros que se entenderam mais apropriados para caracterizar comparativamente a sua gestão financeira. Com a comparação dos rácios e variáveis que se apresentam neste capítulo, pretende-se hierarquizar os municípios atendendo à valoração global da sua gestão económico-financeira refletiva nos documentos de prestação de contas.

Neste anuário mantém-se a composição do conjunto de rácios e variáveis adotadas na análise do ano económico anterior por se entenderem válidos os critérios que estiveram na base da sua constituição, com exceção para o rácio dos prazos médios de pagamento, o qual, por falta de dados relativos ao ano de 2021, foi excluído do computo geral.

5.2 Indicadores do Ranking Global

Para o Ranking Global consideraram-se os indicadores selecionados apresentados no quadro 5.01, tendo sido seguida a seguinte metodologia para o posicionamento de cada município em relação a cada um deles:

- Ordenaram-se, para cada indicador, os 308 municípios de acordo com a melhor prestação em relação à variável em análise, que nuns casos será o maior rácio ou valor e noutros o menor rácio ou menor valor, atribuindo-se ao primeiro de cada lista a pontuação máxima de 200 pontos e reduzindo-se um ponto para cada município seguinte na ordem descendente do posicionamento dos mesmos;

- Com este critério de pontuação apenas serão escalonados os 200 municípios melhor posicionados em cada indicador, desprezando-se a pontuação dos últimos 108 municípios para cada listagem considerada.

- **Resultante da conjugação dos 9 indicadores selecionados, a pontuação máxima a atribuir a um município poderá ser 1.800 pontos.**

Quadro 5.01 – Indicadores seleccionados para ranking global da situação financeira dos municípios

N.º	Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de pontuação
1	Índice Liquidez	Dívidas a receber correntes + caixa e depósitos	Balanço (Ativo)	Maior rácio = 200
		Dívidas a pagar correntes	Balanço (Passivo)	
2	Razão entre o EBITDA e os Rendimentos Operacionais	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	Demonstração de Resultados	Maior rácio = 200
		Rendimentos operacionais		
3	Peso Passivo exigível no Ativo	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço (Passivo)	Menor rácio = 200
		Ativo Total – ATF: Bens de Domínio Público	Balanço (Ativo)	
4	Passivo por habitante	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		N.º de habitantes	Censos 2021	
5	Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	Despesas comprometidas para o exercício	DEO despesa	Menor rácio = 200
		Receitas liquidadas líquidas	DEO receita	
6	Grau de execução do saldo efetivo	Receitas efetivas liquidadas – Despesas efetivas comprometidas	DEO receita e da despesa	Maior rácio = 200
		Receitas efetivas liquidadas	DEO receita	
7	Índice de Dívida Total	Dívida Total (passivo exigível – operações de tesouraria)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		Média das receitas correntes nos últimos 3 anos	DEO receita	
8	Índice de Superavit	Despesas Pagas + (caixa e depósitos – operações de tesouraria)	DEO da despesa, balanço e fluxos de caixa	Maior rácio = 200
		Despesas comprometidas para o exercício	DEO da despesa	
9	Impostos diretos por habitante	IMI+IMT+IUC+ derrama	DEO da receita	Maior rácio = 200
		N.º de habitantes	INE 2019	
Pontuação máxima				1 800

Face ao exposto na introdução deste capítulo, mantém-se a justificação para a escolha de cada indicador supramencionado atualizando-se, apenas, os dados que permitem determinar o valor base de cada um, para o ano económico de 2021.

I. Índice Liquidez

Dívidas a receber correntes + caixa e depósitos
Dívidas a pagar correntes

– Este indicador relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar a curto prazo, permitindo verificar se um município terá ou não dificuldades em pagar os seus compromissos de curto prazo, bem como determinar o correspondente grau de cobertura financeira das dívidas relacionadas com estes compromissos.

- Não foi atribuída pontuação aos três municípios que não apresentaram saldo em dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes (Carrazeda de Ansiães, Gouveia e Mortágua), no final do ano económico. Apesar de não se possuir informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico, entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios, a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL e válido no SNC-AP.
- **43 municípios apresentam um valor de dívidas a pagar superior ao montante de dívidas a receber somado das disponibilidades.**

R.69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez

	Município	Distrito	Dimensão	Índice Liquidez	Pontuação
1	Arronches	Portalegre	P	3052%	200
2	Santa Cruz das Flores	Açores	P	1568%	199
3	Murtosa	Aveiro	P	1422%	198
4	Castanheira de Pera	Leiria	P	1359%	197
5	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	1239%	196
6	Lagoa (Algarve)	Faro	M	1213%	195
7	Boticas	Vila Real	P	1184%	194
8	Sintra	Lisboa	G	1123%	193
9	Marinha Grande	Leiria	M	1116%	192
10	Miranda do Douro	Bragança	P	1052%	191
11	Velas	Açores	P	991%	190
12	Penamacor	Castelo Branco	P	977%	189
13	Castelo Branco	Castelo Branco	M	959%	188
14	Benavente	Santarém	M	928%	187
15	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	928%	186
16	Penedono	Viseu	P	904%	185
17	Tavira	Faro	M	885%	184
18	Mealhada	Aveiro	P	883%	183
19	Amadora	Lisboa	G	870%	182
20	Coruche	Santarém	P	865%	181

II. Razão entre o EBITDA e os Proveitos Operacionais

Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)
Rendimentos operacionais

– Embora se entenda que um município não tem como objetivo o lucro, não deixa de ser merecedor de avaliação dos resultados eco-

nómicos apresentados, sobretudo dos resultados operacionais. Re-
força este entendimento o facto de se verificar que nos últimos anos
tem diminuído o número de municípios com resultados operacionais
negativos, fruto de uma gestão mais adequada e equilibrada da afe-
tação dos seus proveitos.

R.69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional

	Município	Distrito	Dimensão	Resultado Operacional / Proveitos Operacionais	Pontuação
1	Ribeira Brava	Madeira	P	49,2%	200
2	Santana	Madeira	P	47,6%	199
3	Vila Franca do Campo	Açores	P	44,8%	198
4	Sines	Setúbal	P	44,8%	197
5	Câmara de Lobos	Madeira	M	44,2%	196
6	Grândola	Setúbal	P	41,0%	195
7	Nordeste	Açores	P	39,7%	194
8	Velas	Açores	P	39,2%	193
9	Alcácer do Sal	Setúbal	P	38,8%	192
10	Murtosa	Aveiro	P	36,6%	191
11	Penamacor	Castelo Branco	P	36,4%	190
12	Maia	Porto	G	35,7%	189
13	Aguiar da Beira	Guarda	P	35,5%	188
14	Oliveira de Frades	Viseu	P	35,2%	187
15	Lagos	Faro	M	35,0%	186
16	Corvo	Açores	P	34,8%	185
17	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	34,6%	184
18	Angra do Heroísmo	Açores	M	34,1%	183
19	Fornos de Algodres	Guarda	P	34,1%	182
20	Armamar	Viseu	P	34,0%	181

III.Peso do Passivo exigível no Ativo

Dívidas a pagar (passivo exigível)
Ativo Total – ATF (Bens de Domínio Público)

– Este indicador medirá o nível de comprometimento obtido pela **dívida total sobre o ativo**. Será mais um indicador exclusivamente de avaliação comparativa pois a sua execução será inverosímil no enquadramento jurídico vigente dos municípios. Trata-se de um indicador de comparabilidade para efeitos de medição da eficácia da gestão orçamental.

– Para efeito do seu cálculo, deduziu-se ao ativo o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que em relação ao ano económico de 2021, um município apresenta uma dívida total a pagar superior ao valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público (Fornos de Algodres), pelo que este rácio se apresentou superior a 100% para esse município. **Destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 217 municípios com este rácio inferior a 20%.**

R.69.C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo

	Município	Distrito	Dimensão	Peso Passivo Exigível	Pontuação
1	Penedono	Viseu	P	1,9%	200
2	Castelo Branco	Castelo Branco	M	2,1%	199
3	Arronches	Portalegre	P	2,2%	198
4	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2,2%	197
5	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	2,3%	196
6	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	2,4%	195
7	Abrantes	Santarém	M	2,8%	194
8	Castelo de Vide	Portalegre	P	2,8%	193
9	Sintra	Lisboa	G	2,9%	192
10	Boticas	Vila Real	P	2,9%	191
11	Bombarral	Leiria	P	3,0%	190
12	Marinha Grande	Leiria	M	3,1%	189
13	Mealhada	Aveiro	P	3,1%	188
14	Aguaiar da Beira	Guarda	P	3,2%	187
15	Ferreira do Zêzere	Santarém	P	3,5%	186
16	Alter do Chão	Portalegre	P	3,7%	185
17	Murtosa	Aveiro	P	3,7%	184
18	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	3,8%	183
19	Santana	Madeira	P	3,9%	182
20	Ponte de Sor	Portalegre	P	4,0%	181

IV. Passivo por habitante

Dívidas a pagar (passivo exigível)
N.º de habitantes

– Este indicador permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global) por habitante, indexando o total do passivo à dimensão

social do município relacionada com a população residente.
– Assim, **a média nacional dos passivos por habitante foi de 625 euros**, tendo o município de Marinha Grande apresentado o menor valor de passivo por habitante (69 €/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (6 243 €/habitante).

R.69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante

Município		Distrito	Dimensão	Passivo por habitante	Pontuação
1	Marinha Grande	Leiria	M	66,9 €	200
2	Sintra	Lisboa	G	68,1 €	199
3	Santana	Madeira	P	78,8 €	198
4	Ponta do Sol	Madeira	P	83,0 €	197
5	Alcobaça	Leiria	M	99,4 €	196
6	Abrantes	Santarém	M	100,6 €	195
7	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	101,1 €	194
8	Bombarral	Leiria	P	103,8 €	193
9	Mealhada	Aveiro	P	103,9 €	192
10	Porto de Mós	Leiria	M	113,5 €	191
11	Barcelos	Braga	G	114,5 €	190
12	Amadora	Lisboa	G	118,9 €	189
13	Ferreira do Zêzere	Santarém	P	122,6 €	188
14	Arouca	Aveiro	M	123,5 €	187
15	Moita	Setúbal	M	127,1 €	186
16	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	134,2 €	185
17	Montijo	Setúbal	M	136,3 €	184
18	Murtosa	Aveiro	P	136,4 €	183
19	Castelo Branco	Castelo Branco	M	136,8 €	182
20	Santa Cruz das Flores	Açores	P	137,1 €	181

V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida

Despesas comprometidas para o exercício
Receitas liquidadas

– Um município não deve comprometer despesa no exercício num valor superior ao que presume liquidar de receita. Embora a regra estabelecida pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso exija que os compromissos sejam indexados à receita cobrada, sempre será possível excecionar esta condição considerando, ainda, a receita certa a cobrar. Ora a receita certa a cobrar, será aquela que se sustenta em liquidações efetuadas com base em direitos adquiridos que permitirão ao município, com elevado grau de certeza, receber a quantia liquidada. Este será o principal argumento para se incluir como denominador deste indicador as receitas liquidadas, item que,

se entende ser de grande importância para análise da eficiência financeira, e que foi analisado no capítulo 2 do presente anuário.

– O indicador em apreço determina a capacidade dos municípios em responder aos seus compromissos, podendo indicar uma situação de rutura financeira a repetição, em anos consecutivos, de um coeficiente superior a um. Assim, foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentaram este indicador superior a 100%.

– Como receita liquidada considerou-se o total de receita liquidada deduzida das liquidações anuladas e acrescida do montante de saldo de gerência anterior contabilizado em previsões orçamentais corrigidas ainda que não incluído na receita liquidada.

– A média nacional do peso da despesa comprometida relativamente à receita liquidada dos 308 municípios foi de 101,6% em 2021, sendo que **145 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%**.

R.69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas

Município		Distrito	Dimensão	Despesa comprometida / Receita liquidada líquida	Pontuação
1	Santa Cruz das Flores	Açores	P	58,7%	200
2	Cartaxo	Santarém	M	66,6%	199
3	Penamacor	Castelo Branco	P	67,9%	198
4	Coruche	Santarém	P	68,5%	197
5	Mértola	Beja	P	70,5%	196
6	Corvo	Açores	P	71,3%	195
7	Penedono	Viseu	P	71,8%	194
8	Pedrógão Grande	Leiria	P	72,5%	193
9	Castanheira de Pera	Leiria	P	73,6%	192
10	Alcácer do Sal	Setúbal	P	75,2%	191
11	Grândola	Setúbal	P	76,6%	190
12	Marinha Grande	Leiria	M	77,2%	189
13	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	77,5%	188
14	Boticas	Vila Real	P	77,6%	187
15	Almeida	Guarda	P	77,7%	186
16	Manteigas	Guarda	P	78,2%	185
17	Maia	Porto	G	78,6%	184
18	Lagos	Faro	M	78,9%	183
19	Sintra	Lisboa	G	79,0%	182
20	Abrantes	Santarém	M	79,5%	181

VI. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

Receitas efetivas liquidadas – Despesas efetivas comprometidas
Receitas efetivas liquidadas

– Neste anuário, mantém-se a inclusão do rácio que relaciona o saldo efetivo com as receitas efetivas. Entende-se que numa boa prática de gestão autárquica, as receitas efetivas deveriam ser superiores

às despesas efetivas. **Estiveram nesta situação 157 municípios, em 2021.**

– Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentem este indicador com valores inferiores a zero, isto é, que tenham apresentado um saldo efetivo negativo.

R.69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução do saldo efetivo	Pontuação
1	Santa Cruz das Flores	Açores	P	41,5%	200
2	Castanheira de Pera	Leiria	P	34,1%	199
3	Cartaxo	Santarém	M	34,1%	198
4	Penamacor	Castelo Branco	P	33,6%	197
5	Coruche	Santarém	P	32,4%	196
6	Corvo	Açores	P	31,9%	195
7	Mértola	Beja	P	30,7%	194
8	Pedrogão Grande	Leiria	P	30,1%	193
9	Penedono	Viseu	P	28,2%	192
10	Manteigas	Guarda	P	26,7%	191
11	Ferreira do Zêzere	Santarém	P	25,2%	190
12	Grândola	Setúbal	P	24,7%	189
13	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	24,7%	188
14	Maia	Porto	G	24,2%	187
15	Almeida	Guarda	P	23,7%	186
16	Marinha Grande	Leiria	M	23,1%	185
17	Boticas	Vila Real	P	23,0%	184
18	Abrantes	Santarém	M	23,0%	183
19	Alcácer do Sal	Setúbal	P	22,3%	182
20	Tavira	Faro	M	22,3%	181

VII. Índice de Dívida Total

Dívida Total (passivo exigível – operações de tesouraria)
Média das receitas correntes nos últimos 3 anos

- Refere o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º, que a **dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**, considerando-se como dívida total de operações orçamentais quaisquer formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.
- Dada a importância deste indicador na RFALEI, entendeu-se fundamental a sua inclusão no conjunto dos indicadores de eficiência financeira sendo de realçar que, com as informações disponibilizadas

- ainda existiriam 20 municípios com este rácio acima do que será permitido por Lei (ver capítulo 3). Pelas razões já aduzidas no Capítulo 3, não foram incluídas as dívidas das entidades participadas, conforme está previsto pelo artigo 54º da mesma Lei.
- Considera-se passivo exigível o total de dívidas a pagar, ou seja, não se inclui neste indicador os montantes de provisões e diferimentos, constituintes do passivo total, na organização contabilística instituída.
 - Considerou-se, para efeitos de obtenção deste rácio, como saldo de operações de tesouraria o valor que consta no mapa de fluxos de caixa.
 - **Dada a importância do indicador em apreço (passivo exigível), optou-se por não se considerar, no ranking global dos 100 melhores, os municípios que apresentaram um quociente entre a dívida total e a média das receitas correntes dos 3 anos anteriores com valor superior a 150%.**

R.69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município

Município		Distrito	Dimensão	Índice de dívida total	Pontuação
1	Lagoa (Algarve)	Faro	M	6,03%	200
2	Penedono	Viseu	P	6,87%	199
3	Marinha Grande	Leiria	M	6,89%	198
4	Ferreira do Zêzere	Santarém	P	7,65%	197
5	Mogadouro	Bragança	P	7,93%	196
6	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	8,18%	195
7	Santana	Madeira	P	8,18%	194
8	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	8,29%	193
9	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	8,54%	192
10	Arronches	Portalegre	P	8,77%	191
11	Ponta do Sol	Madeira	P	9,49%	190
12	Santa Cruz das Flores	Açores	P	10,09%	189
13	Sintra	Lisboa	G	10,29%	188
14	Mealhada	Aveiro	P	10,41%	187
15	Boticas	Vila Real	P	10,41%	186
16	Aguiar da Beira	Guarda	P	10,68%	185
17	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	10,89%	184
18	Castelo de Vide	Portalegre	P	11,12%	183
19	Carrazeda de Ansiães	Bragança	P	11,53%	182
20	Chamusca	Santarém	P	12,24%	181

VIII. Índice de Superavit

Despesas Pagas + (caixa e depósitos – operações de tesouraria)

Despesas comprometidas para o exercício

– Uma boa gestão financeira deveria refletir o pagamento dentro do ano económico das despesas comprometidas e executadas física e financeiramente. **Assim, seria desejável que a razão entre as despesas pagas e os compromissos assumidos fosse próxima dos 100%, considerando neste computo a participação do saldo de caixa (excluídas as operações de tesouraria).**

– No entanto, considerando que alguns compromissos podem não estar pagos à data de 31 de dezembro de 2021, por ainda não se terem transformado em obrigações, entendeu-se manter o indicador que traduz o **grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos, considerando-se a existência de um Superavit sempre que a despesa paga acrescida do saldo final de tesouraria seja superior à despesa assumida para aquele ano económico**, tenha sido ou não paga.

– Entende-se que este indicador, ao relacionar o montante de compromissos assumidos com o montante pago dos mesmos, acrescido das disponibilidades monetárias (excluídas das operações de tesouraria)

existentes no final do ano económico, indicará o índice de superavit orçamental, pois traduzirá um valor de receita (incluindo saldos anteriores de tesouraria) superior ao valor de compromissos assumidos para o exercício económico em apreço.

– Assim, será expectável que este indicador seja igual ou superior a 100% nos municípios com elevada execução do grau de despesa e com disponibilidades de caixa superiores ao valor dos compromissos assumidos e por pagar.

– **Em dezembro de 2021, 150 municípios apresentaram este rácio com valor superior a 100%.**

– **Dada a importância deste rácio, entendeu-se excluir do ranking global dos 100 melhores municípios, os que apresentaram um valor deste rácio inferior a 80%**, pois, incluindo as disponibilidades monetárias existentes no final do ano económico só teriam capacidade financeira para pagar 80% dos compromissos correntes do exercício. Seriam sempre municípios com problemas de sustentabilidade económica pelo que, não deverão ser incluídos num ranking que pretenderá identificar as mais eficientes e eficazes autarquias.

– O ranking R.69.H apresenta os 20 municípios com melhor grau de execução da despesa acrescida dos saldos orçamentais de tesouraria, relativamente aos compromissos do exercício assumidos.

R.69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

Município	Distrito	Dimensão	Índice de Superavit	Pontuação
1 Arronches	Portalegre	P	207,2%	200
2 Sintra	Lisboa	G	175,0%	199
3 Santa Cruz das Flores	Açores	P	170,4%	198
4 Amadora	Lisboa	G	169,7%	197
5 Cartaxo	Santarém	M	149,7%	196
6 Penamacor	Castelo Branco	P	147,8%	195
7 Coruche	Santarém	P	146,2%	194
8 Mértola	Beja	P	141,7%	193
9 Corvo	Açores	P	140,3%	192
10 Penedono	Viseu	P	139,2%	191
11 Boticas	Vila Real	P	137,9%	190
12 Pedrógão Grande	Leiria	P	137,9%	189
13 Castanheira de Pera	Leiria	P	135,6%	188
14 Alcácer do Sal	Setúbal	P	133,5%	187
15 Castelo Branco	Castelo Branco	M	133,4%	186
16 Grândola	Setúbal	P	130,7%	185
17 Abrantes	Santarém	M	129,6%	184
18 Marinha Grande	Leiria	M	129,5%	183
19 Lagos	Faro	M	129,3%	182
20 Almeida	Guarda	P	129,2%	181

IX. Impostos diretos por habitante

IMI+IMT+IUC+ derrama
N.º de habitantes

– Sendo os impostos diretos, a receita autárquica mais relevante proveniente diretamente dos rendimentos dos contribuintes residentes no município, mantém-se como um indicador importante para a determinação do ranking global das autarquias. Trata-se de um indicador que mede o nível de contribuição média de impostos por habitante. Embora não seja um indicador que isoladamente possa traduzir o grau de desenvolvimento do município, será sem dúvida

um indicador que pode ajudar a avaliar o nível de autonomia financeira de um município e, assim, aferir a sua capacidade para investir em atividades que se reflitam favoravelmente em outros indicadores que medem a qualidade de vida da população.

– Relativamente a este indicador, **a média dos impostos diretos por habitante em 2021, foi de 238 euros por habitante.**

– De salientar que nos 10 primeiros municípios, 7 são do distrito de Faro. No entanto, esse valor pode não significar que os residentes paguem mais impostos que os de outros concelhos, mas que existirão receitas significativas de não residentes, nomeadamente IMI e IMT.

R.69. 1 – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Impostos por habitante	Pontuação
1	Grândola	Setúbal	P	1 633,1 €	200
2	Loulé	Faro	M	1 343,9 €	199
3	Vila do Bispo	Faro	P	1 205,1 €	198
4	Lagos	Faro	M	1 049,7 €	197
5	Castro Marim	Faro	P	1 040,8 €	196
6	Albufeira	Faro	M	958,0 €	195
7	Lagoa (Algarve)	Faro	M	939,3 €	194
8	Lisboa	Lisboa	G	887,5 €	193
9	Aljezur	Faro	P	856,6 €	192
10	Cascais	Lisboa	G	776,6 €	191
11	Óbidos	Leiria	P	754,3 €	190
12	Vila Real de Santo António	Faro	P	722,7 €	189
13	Portimão	Faro	M	647,0 €	188
14	Tavira	Faro	M	624,1 €	187
15	Nazaré	Leiria	P	590,9 €	186
16	Porto	Porto	G	588,2 €	185
17	Alcochete	Setúbal	P	563,0 €	184
18	Oeiras	Lisboa	G	561,3 €	183
19	Alcácer do Sal	Setúbal	P	541,4 €	182
20	Sesimbra	Setúbal	M	530,0 €	181

5.3 Ranking Global dos municípios

- Com base no cômputo dos indicadores supra enumerados e com os pressupostos apresentados, listaram-se, mantendo o critério dos anos anteriores, pese embora o referido no parágrafo seguinte, os 100 municípios com pontuação global mais elevada, organizados por grupos de grande, média e pequena dimensão.
- Contudo, se atentarmos ao Quadro 5.03, verifica-se que **só 74 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, na base dos indicadores selecionados para este Anuário, ao obterem uma classificação maior ou igual a 50% da pontuação total.**
- Em relação à avaliação efetuada para 2021, aplicando os indicadores e critérios supramencionados anota-se que, **dos 100 municípios com melhor classificação, 14 são de grande dimensão, 34 de média dimensão e 52 de pequena dimensão.**
- Anota-se, todavia, que foram excluídos do *Ranking* global, os municípios que apresentaram um Índice de dívida total (indicador 7)

superior a 150% (dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores).

- Os municípios incluídos no Ranking dos 100 melhores classificados, são ainda apresentados por Distrito. De igual modo se procedeu para os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- Considerando a pontuação total de 1.800 pontos, a pontuação máxima assinalada foi de 1.600 pontos, obtida pelo município de Sintra (município de grande dimensão), seguida pela pontuação de 1.511 atribuída ao município de Santa Maria da Feira (município de grande dimensão) e de 1.501 obtida pelo município da Marinha Grande (município de média dimensão).

No Quadro 5.02 apresenta-se a distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida, para efeitos de medição de eficiência na gestão financeira.

Quadro 5.02 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global

Pontuação	Grandes	Médios	Pequenos	Total
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	3	2	2	7
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	4	7	13	24
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior 70% da pontuação total	5	16	22	43
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	12	71	151	234
Total	24	96	188	308

Face ao resultado da pontuação obtida por cada município no conjunto dos indicadores de eficiência global (9 indicadores com um valor total de 1.800 pontos), verificou-se que 234 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 900 pontos (menos de 50% da pontuação total) e que, os restantes ficaram, na sua maioria (43 em 74 municípios) com pontuação entre 50% e 70% da pontuação total. Todavia

e, na sequência da apresentação dos resultados dos indicadores aplicados aos 308 municípios nos anos anteriores, optou-se por manter a mesma metodologia, apresentando os 100 municípios com mais elevada pontuação, indiferentemente da mesma ser inferior a metade da cotação total obtida com os suprarreferidos 9 indicadores.

Municípios com melhor eficiência financeira comparativa

R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2021	Posição 2020	Posição 2019	Posição 2018
1	Sintra	Lisboa	1 600	2.º	2.º	1.º
2	Santa Maria da Feira	Aveiro	1 511	1.º	4.º	9.º
3	Maia	Porto	1 485	3.º	8.º	13.º
4	Porto	Porto	1 434	4.º	1.º	3.º
5	Cascais	Lisboa	1 287	9.º	6.º	5.º
6	Almada	Setúbal	1 266	6.º	9.º	8.º
7	Leiria	Leiria	1 265	8.º	7.º	12.º
8	Amadora	Lisboa	1 168	7.º	3.º	6.º
9	Barcelos	Braga	1 130	10.º	11.º	7.º
10	Vila Franca de Xira	Lisboa	1 008	11.º	12.º	4.º
11	Odivelas	Lisboa	966	14.º	15.º	11.º
12	Oeiras	Lisboa	955	5.º	5.º	2.º
13	Vila Nova de Famalicão	Braga	797	13.º	16.º	16.º
14	Matosinhos	Porto	769	12.º	10.º	14.º

R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2021	Posição 2020	Posição 2019	Posição 2018
1	Marinha Grande	Leiria	1 510	4.º	2.º	1.º
2	Abrantes	Santarém	1 474	1.º	5.º	13.º
3	Lagoa (Algarve)	Faro	1 440	2.º	1.º	2.º
4	Oliveira de Azeméis	Aveiro	1 392	3.º	17.º	23.º
5	Tavira	Faro	1 367	6.º	7.º	4.º
6	Loulé	Faro	1 320	23.º	11.º	13.º
7	Ourém	Santarém	1 306	8.º	13.º	22.º
8	Castelo Branco	Castelo Branco	1 272	5.º	4.º	7.º
9	Montijo	Setúbal	1 271	9.º	6.º	3.º
10	Alcobça	Leiria	1 207	7.º	3.º	6.º
11	Arouca	Aveiro	1 199	29.º	27.º	29.º
12	Porto de Mós	Leiria	1 194	11.º	9.º	12.º
13	Lagos	Faro	1 150	21.º	10.º	8.º
14	Benavente	Santarém	1 147	13.º	12.º	11.º
15	Albufeira	Faro	1 087	10.º	8.º	5.º
16	Odemira	Beja	1 083	26.º	18.º	53.º
17	Palmela	Setúbal	1 069	20.º	16.º	10.º
18	Estarreja	Aveiro	1 066	15.º	19.º	38.º
19	Mafra	Lisboa	1 054	30.º	45.º	9.º
20	Bragança	Bragança	1 031	18.º	22.º	18.º
21	Ovar	Aveiro	995	14.º	23.º	17.º
22	Santiago do Cacém	Setúbal	944	48.º	69.º	75.º
23	Ponta Delgada	Açores	910	41.º	44.º	57.º
24	Angra do Heroísmo	Açores	845	42.º	36.º	36.º
25	Esposende	Braga	828	54.º	31.º	32.º
25	Pombal	Leiria	828	16.º	15.º	20.º
27	Fafe	Braga	804	53.º	60.º	33.º
28	Santo Tirso	Porto	801	81.º	88.º	89.º
29	Vale de Cambra	Aveiro	794	34.º	65.º	76.º
30	Aveiro	Aveiro	791	17.º	34.º	24.º
31	Salvaterra de Magos	Santarém	766	40.º	58.º	74.º
32	Ílhavo	Aveiro	763	28.º	30.º	58.º
33	Vila Verde	Braga	751	59.º	84.º	88.º
34	Oliveira do Bairro	Aveiro	749	38.º	51.º	66.º

R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2021	Posição 2020	Posição 2019	Posição 2018
1	Santana	Madeira	1 477	1.º	9.º	29.º
2	Grândola	Setúbal	1 449	15.º	14.º	13.º
3	Santa Cruz das Flores	Açores	1 412	6.º	2.º	3.º
4	Boticas	Vila Real	1 405	20.º	34.º	45.º
5	Alcácer do Sal	Setúbal	1 401	33.º	38.º	15.º
5	Coruche	Santarém	1 401	4.º	12.º	10.º
7	Penedono	Viseu	1 383	3.º	5.º	4.º
8	Murtosa	Aveiro	1 363	2.º	3.º	5.º
9	Bombarral	Leiria	1 347	10.º	8.º	12.º
10	Penamacor	Castelo Branco	1 342	13.º	11.º	25.º
11	Vila do Bispo	Faro	1 329	59.º	122.º	105.º
12	Arronches	Portalegre	1 322	5.º	1.º	2.º
13	Ponta do Sol	Madeira	1 313	7.º	4.º	1.º
14	Ferreira do Zêzere	Santarém	1 286	22.º	79.º	55.º
15	Aguar da Beira	Guarda	1 280	11.º	13.º	27.º
16	Chamusca	Santarém	1 240	9.º	17.º	26.º
17	Calheta (R. A. A.)	Açores	1 238	17.º	31.º	31.º
18	Corvo	Açores	1 227	30.º	40.º	101.º
19	Almeida	Guarda	1 214	19.º	19.º	43.º
20	Cinfães	Viseu	1 183	53.º	66.º	120.º
21	Pampilhosa da Serra	Coimbra	1 176	25.º	42.º	54.º
21	Sátão	Viseu	1 176	23.º	37.º	20.º
23	Aljezur	Faro	1 164	21.º	26.º	16.º
24	Mértola	Beja	1 148	12.º	68.º	61.º
25	São Brás de Alportel	Faro	1 122	46.º	25.º	14.º
26	Alter do Chão	Portalegre	1 092	39.º	46.º	57.º
27	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	1 087	8.º	6.º	9.º
28	Castanheira de Pera	Leiria	1 085	43.º	56.º	32.º
29	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	1 075	24.º	15.º	6.º
30	Valpaços	Vila Real	1 054	31.º	77.º	58.º
31	Cadaval	Lisboa	1 030	18.º	23.º	37.º
32	Mortágua	Viseu	1 023	16.º	16.º	19.º
33	Sertã	Castelo Branco	926	32.º	67.º	87.º
34	Ferreira do Alentejo	Beja	923	35.º	18.º	23.º
35	Porto Santo	Madeira	913	29.º	83.º	51.º
36	Vila do Porto	Açores	907	107.º	75.º	126.º
37	Manteigas	Guarda	903	54.º	118.º	102.º
38	Castelo de Vide	Portalegre	893	34.º	7.º	7.º
39	Mealhada	Aveiro	892	14.º	10.º	8.º

Município	Distrito	Pontuação 2021	Posição 2020	Posição 2019	Posição 2018
40 Velas	Açores	870	28.º	21.º	22.º
41 Nisa	Portalegre	849	67.º	35.º	53.º
42 Ansião	Leiria	845	38.º	72.º	48.º
43 Mora	Évora	841	57.º	58.º	41.º
44 Pedrógão Grande	Leiria	814	92.º	125.º	94.º
45 Horta	Açores	803	26.º	63.º	46.º
46 Penalva do Castelo	Viseu	801	36.º	48.º	71.º
46 Mogadouro	Bragança	797	44.º	27.º	30.º
48 Carrazeda de Ansiães	Bragança	795	55.º	87.º	67.º
49 Campo Maior	Portalegre	782	58.º	44.º	86.º
50 Vila Nova de Paiva	Viseu	774	49.º	57.º	77.º
51 Carregal do Sal	Viseu	771	69.º	90.º	63.º
52 Sernancelhe	Viseu	769	82.º	47.º	97.º

O quadro 5.03 resume o número dos municípios incluídos nos 100 melhor classificados por distrito.

Quadro 5.03 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente

Distrito/região	Número de municípios				Nº de municípios da lista dos 100 melhor classificados				% de municípios
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	
Aveiro	1	14	4	19	1	8	2	11	57,9%
Beja	0	2	12	14	0	1	2	3	21,4%
Braga	4	5	5	14	2	3	0	5	35,7%
Bragança	0	2	10	12	0	1	2	3	25,0%
Castelo Branco	0	3	8	11	0	1	3	4	36,4%
Coimbra	1	3	13	17	0	0	1	1	5,9%
Évora	0	1	13	14	0	0	1	1	7,1%
Faro	0	9	7	16	0	5	3	8	50,0%
Guarda	0	2	12	14	0	0	4	4	28,6%
Leiria	1	6	9	16	1	4	4	9	56,3%
Lisboa	8	5	3	16	6	1	1	8	50,0%
Portalegre	0	2	13	15	0	0	5	5	33,3%
Porto	5	12	1	18	3	1	0	4	22,2%
Santarém	0	11	10	21	0	4	3	7	33,3%
Setúbal	3	6	4	13	1	3	2	6	46,2%
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	0	0	0	0,0%
Vila Real	0	2	12	14	0	0	2	2	14,3%
Viseu	0	3	21	24	0	0	8	8	33,3%
Região Autónoma dos Açores	0	3	16	19	0	2	6	8	42,1%
Região Autónoma da Madeira	1	2	8	11	0	0	3	3	27,3%
Total	24	96	188	308	14	34	52	100	32,5%

**R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Santa Maria da Feira	G	1 511
2	Oliveira de Azeméis	M	1 392
3	Murtosa	P	1 363
4	Arouca	M	1 199
5	Estarreja	M	1 066
6	Ovar	M	995
7	Mealhada	P	892
8	Vale de Cambra	M	794
9	Aveiro	M	791
10	Ílhavo	M	763
11	Oliveira do Bairro	M	749

**R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Mértola	P	1 148
2	Odemira	M	1 083
3	Ferreira do Alentejo	P	923

**R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Barcelos	G	1 130
2	Esposende	M	828
3	Fafe	M	804
4	Vila Nova de Famalicão	G	797
5	Vila Verde	M	751

**R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Bragança	M	1 031
2	Mogadouro	P	797
3	Carrazeda de Ansiães	P	795

**R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Penamacor	P	1 342
2	Castelo Branco	M	1 272
3	Vila Velha de Ródão	P	1 075
4	Sertã	P	926

**R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Pampilhosa da Serra	P	1 176

**R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Mora	P	841

**R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Lagoa (Algarve)	M	1 440
2	Tavira	M	1 367
3	Vila do Bispo	P	1 329
4	Loulé	M	1 320
5	Aljezur	P	1 164
6	Lagos	M	1 150
7	São Brás de Alportel	P	1 122
8	Albufeira	M	1 087

**R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Aguiar da Beira	P	1 280
2	Almeida	P	1 214
3	Vila Nova de Foz Côa	P	1 087
4	Manteigas	P	903

**R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leira
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Marinha Grande	M	1 510
2	Bombarral	P	1 347
3	Leiria	G	1 265
4	Alcobaça	M	1 207
5	Porto de Mós	M	1 194
6	Castanheira de Pera	P	1 085
7	Ansião	P	845
8	Pombal	M	828
9	Pedrogão Grande	P	814

**R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Sintra	G	1 600
2	Cascais	G	1 287
3	Amadora	G	1 168
4	Mafra	M	1 054
5	Cadaval	P	1 030
6	Vila Franca de Xira	G	1 008
7	Odivelas	G	966
8	Oeiras	G	955

**R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Arronches	P	1 322
2	Alter do Chão	P	1 092
3	Castelo de Vide	P	893
4	Nisa	P	849
5	Campo Maior	P	782

**R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Maia	G	1 485
2	Porto	G	1 434
3	Santo Tirso	M	801
4	Matosinhos	G	769

**R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Abrantes	M	1 474
2	Coruche	P	1 401
3	Ourém	M	1 306
4	Ferreira do Zêzere	P	1 286
5	Chamusca	P	1 240
6	Benavente	M	1 147
7	Salvaterra de Magos	M	766

**R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Grândola	P	1 449
2	Alcácer do Sal	P	1 401
3	Montijo	M	1 271
4	Almada	G	1 266
5	Palmela	M	1 069
6	Santiago do Cacém	M	944

**R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
0	–	–	–

**R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Boticas	P	1 405
2	Valpaços	P	1 054

**R71.R – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viseu
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Penedono	P	1 383
2	Cinfães	P	1 183
3	Sátão	P	1 176
4	Mortágua	P	1 023
5	Penalva do Castelo	P	801
6	Vila Nova de Paiva	P	774
7	Carregal do Sal	P	771
8	Sernancelhe	P	769

**R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Santa Cruz das Flores	P	1 412
2	Calheta (R. A. A.)	P	1 238
3	Corvo	P	1 227
4	Ponta Delgada	M	910
5	Vila do Porto	P	907
6	Velas	P	870
7	Angra do Heroísmo	M	845
8	Horta	P	803

**R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2021
1	Santana	P	1 477
2	Ponta do Sol	P	1 313
3	Porto Santo	P	913

Figura 2 – 100 municípios com melhor eficiência financeira (a verde)

- 1 Abrantes

2 Águeda

3 Aguiar da Beira

4 Alandroal

5 Albergaria-a-Velha

6 Albufeira

7 Alcácer do Sal

8 Alcanena

9 Alcobaca

10 Alcochete

11 Alcoutim

12 Alenquer

13 Alfândega da Fé

14 Alijó

15 Aljezur

16 Aljustrel

17 Almada

18 Almeida

19 Almeirim

20 Almodôvar

21 Alpiça

22 Alter do Chão

23 Alvaizere

24 Alvito

25 Amadora

26 Amarante

27 Amares

28 Anadia

29 Angra do Heroísmo

30 Ansião

31 Arcos de Valdevez

32 Arganil

33 Armamar

34 Arouca

35 Arraiolos

36 Arronches

37 Arruda dos Vinhos

38 Aveiro

39 Avis

40 Azambuja

41 Baião

42 Barcelos

43 Barrancos

44 Barreiro

45 Batalha

46 Beja

47 Belmonte

48 Benavente

49 Bombarral

50 Borba

51 Boticas

52 Braga

53 Bragança

54 Cabeceiras de Basto

55 Cadaval

56 Caldas da Rainha

57 Calheta (R. A. A.)

58 Calheta (R. A. M.)

59 Câmara de Lobos

60 Caminha

61 Campo Maior

62 Cantanhede

63 Carrizada de Ansiães

64 Carregal do Sal

65 Cartaxo

66 Cascais

67 Castanheira de Pera

68 Castelo Branco

69 Castelo de Paiva

70 Castelo de Vide

71 Castro Daire

72 Castro Marim

73 Castro Verde

74 Celorico da Beira

75 Celorico de Basto

76 Chamusca

77 Chaves

78 Cinfães

79 Coimbra

80 Condeixa-a-Nova

81 Constância

82 Coruche

83 Corvo

84 Covilhã

85 Crato

86 Cuba
- 87 Elvas

88 Entroncamento

89 Espinho

90 Esposende

91 Estarreja

92 Estremoz

93 Évora

94 Fafe

95 Faro

96 Felgueiras

97 Ferreira do Alentejo

98 Ferreira do Zêzere

99 Figueira da Foz

100 Figueira de Castelo Rodrigo

101 Figueiró dos Vinhos

102 Fornos de Algodres

103 Freixo de Espada à Cinta

104 Fronteira

105 Funchal

106 Fundão

107 Gavião

108 Góis

109 Golegã

110 Gondomar

111 Gouveia

112 Grândola

113 Guarda

114 Guimaráes

115 Horta

116 Idanha-a-Nova

117 Ilhavo

118 Lagoa (Algarve)

119 Lagoa (R.A.A.)

120 Lagos

121 Lajes das Flores

122 Lajes do Pico

123 Lamego

124 Leiria

125 Lisboa

126 Loulé

127 Loures

128 Lourinhã

129 Loussã

130 Lousada

131 Mação

132 Macedo de Cavaleiros

133 Machico

134 Madalena

135 Mafra

136 Maia

137 Mangualde

138 Manteigas

139 Marco de Canaveses

140 Marinha Grande

141 Marvão

142 Matosinhos

143 Mealhada

144 Meda

145 Melgaço

146 Mertola

147 Mesão Frio

148 Mira

149 Miranda do Corvo

150 Miranda do Douro

151 Mirandela

152 Mogadouro

153 Moimenta da Beira

154 Moita

155 Monção

156 Monchique

157 Mondim de Basto

158 Monforte

159 Montalegre

160 Montemor-o-Novo

161 Montemor-o-Velho

162 Montijo

163 Mora

164 Mortágua

165 Mourão

166 Mourão

167 Murça

168 Murtosa

169 Nazaré

170 Nelas

171 Nisa

172 Nordeste
- 173 Óbidos

174 Odemira

175 Odivelas

176 Oeiras

177 Oleiros

178 Olhão

179 Oliveira de Azeméis

180 Oliveira de Frades

181 Oliveira do Bairro

182 Oliveira do Hospital

183 Ourém

184 Ourique

185 Ovar

186 Paços de Ferreira

187 Palmela

188 Pampilhosa da Serra

189 Paredes

190 Paredes de Coura

191 Pedrógão Grande

192 Penacova

193 Penafiel

194 Penalva do Castelo

195 Penamacor

196 Penedono

197 Penela

198 Peniche

199 Peso da Régua

200 Pinhel

201 Pombal

202 Ponta Delgada

203 Ponta do Sol

204 Ponte da Barca

205 Ponte de Lima

206 Ponte de Sor

207 Portalegre

208 Portel

209 Portimão

210 Porto

211 Porto de Mós

212 Porto Moniz

213 Porto Santo

214 Póvoa de Lanhoso

215 Póvoa de Varzim

216 Povoação

217 Prouença-a-Nova

218 Redondo

219 Reguengos de Monsaraz

220 Resende

221 Ribeira Brava

222 Ribeira de Pena

223 Ribeira Grande

224 Rio Maior

225 Sabrosa

226 Sabugal

227 Salvaterra de Magos

228 Santa Comba Dão

229 Santa Cruz

230 Santa Cruz da Graciosa

231 Santa Cruz das Flores

232 Santa Maria da Feira

233 Santa Marta de Penaguião

234 Santana

235 Santarém

236 Santiago do Cacém

237 Santa Tirso

238 São Brás de Alportel

239 São João da Madeira

240 São João da Pesqueira

241 São Pedro do Sul

242 São Roque do Pico

243 São Vicente

244 Sardão

245 Sátão

246 Seia

247 Seixal

248 Sernancelhe

249 Serpa

250 Sertão

251 Sesimbra

252 Setúbal

253 Sever do Vouga

254 Silves

255 Sines

256 Sintra

257 Sobral de Monte Agraço

258 Soure
- 259 Souel

260 Tábua

261 Tabuaço

262 Tarouca

263 Távira

264 Terras de Bouro

265 Tomar

266 Tondela

267 Torre de Moncorvo

268 Torres Novas

269 Torres Vedras

270 Trancoso

271 Trofa

272 Vagos

273 Vale de Cambra

274 Valença

275 Valongo

276 Valpaços

277 Velas

278 Vendas Novas

279 Viana do Alentejo

280 Viana do Castelo

281 Vidigueira

282 Vieira do Minho

283 Praia da Vitória

284 Vila de Rei

285 Vila do Bispo

286 Vila do Conde

287 Vila do Porto

288 Vila Flor

289 Vila Franca de Xira

290 Vila Franca do Campo

291 Vila Nova da Barquinha

292 Vila Nova de Cerveira

293 Vila Nova de Famalicão

294 Vila Nova de Foz Côa

295 Vila Nova de Gaia

296 Vila Nova de Paiva

297 Vila Nova de Poiares

298 Vila Pouca de Aguiar

299 Vila Real

300 Vila Real de Santo António

301 Vila Velha de Ródão

302 Vila Verde

303 Vila Viçosa

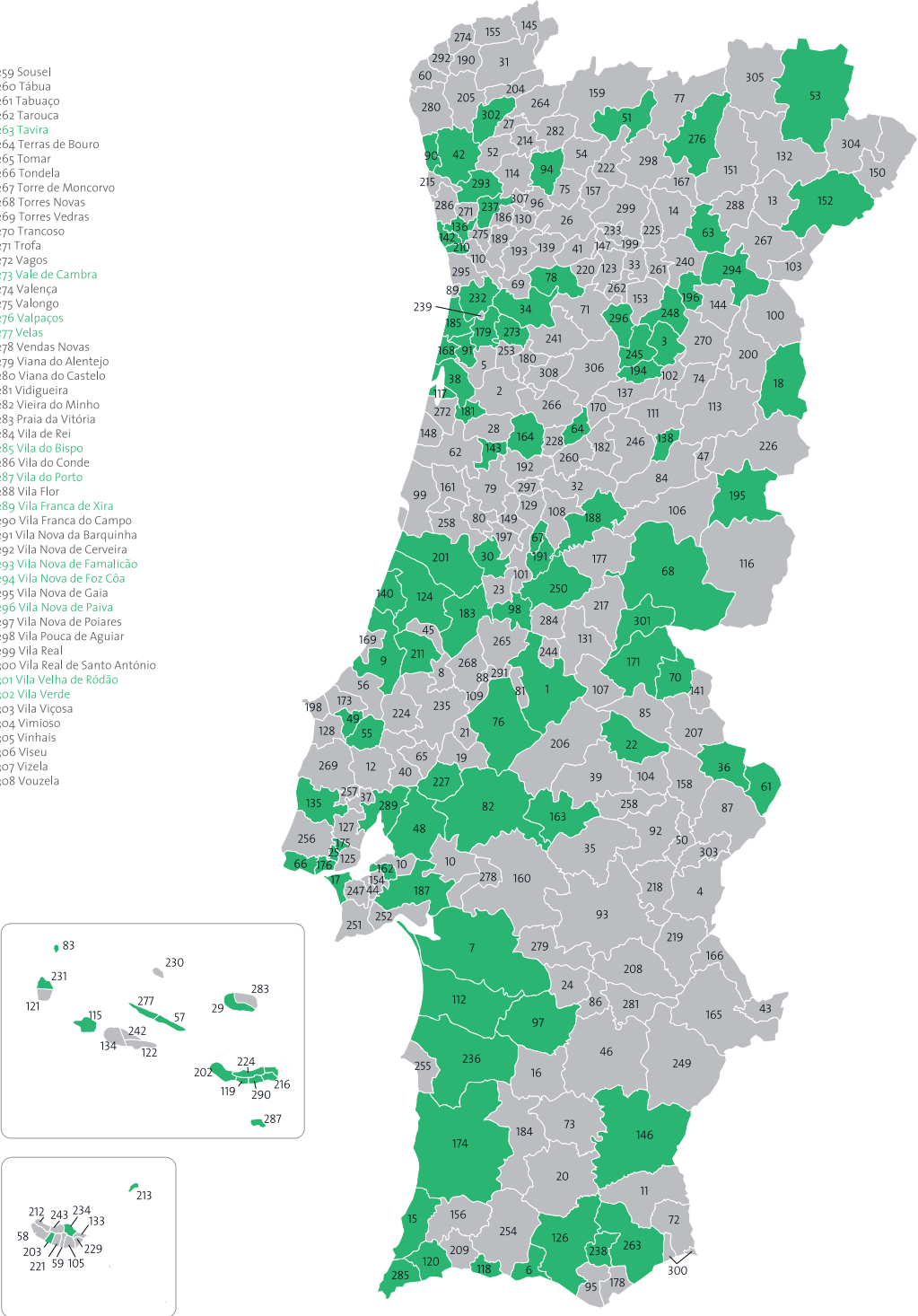
304 Vimioso

305 Vinhais

306 Viseu

307 Vizela

308 Vouzela



CAPÍTULO 6

RESUMO E CONCLUSÕES

Para conclusão da edição de 2021 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta-se um resumo, organizado de acordo com os capítulos do Anuário e estruturado de modo a relevarem-se, para cada caso em análise, os aspetos considerados pelos autores como positivos, distinguindo-os das situações consideradas pontos fracos da gestão financeira municipal.

6.1 Independência Financeira

Tem-se vindo a considerar, ao longo dos diferentes anuários, que um município apresenta independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais. Assim, face aos dados obtidos para este índice em 2021, anotam-se os seguintes pontos fortes e pontos fracos:

Pontos fortes

- Analisando a evolução da independência financeira por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumiram um maior peso relativo nos **municípios de grande dimensão**, representando estas, em 2021, um valor médio de 62,2% das receitas totais, isto é, -2,4 pp que no ano anterior. Esta descida do nível de independência financeira em 2021 esteve associada, essencialmente, à subida do peso das transferências em 0,3pp e ao crescimento dos passivos financeiros em 2,2pp.
- Nos municípios de **média dimensão** as transferências do Estado contribuíram sensivelmente mais que as receitas próprias para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 50,1% e 46,3%. O peso das transferências do Estado subiu 1,4pp e o peso das receitas próprias desceu 2,3pp.
- Em 2021, 67 municípios apresentaram uma independência finan-

ceira igual ou superior a 50%. Destes, 22 foram municípios de grande dimensão, 31 de média dimensão e 14 de pequena dimensão.

- Em 2021 houve 146 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (mais 6 municípios que no ano transato.) Este número foi totalizado por 92 municípios de pequena dimensão, 11 município de grande dimensão e 43 municípios de média dimensão.

Pontos fracos

- Em 2021, verificou-se uma descida de 1,4 pp do nível global de independência financeira, atingindo um peso médio de 35,0% para o universo dos municípios, o que pode ser considerado bastante baixo.
- Para os municípios de pequena dimensão a maior receita é representada pelas transferências provenientes do OE através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) traduzindo, em média, 71,1% da receita total em 2021. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais, neste mesmo ano, foi de 25,8%, o que significa pouco mais que ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. Em 2021, o indicador de independência baixou em relação a 2020, 0,8pp e o peso das transferências cresceu 0,9%.
- Para os 51 municípios de pequena dimensão cujas transferências do Orçamento do Estado (OE) representaram mais de 80% das receitas totais, a sua elevada dependência financeira é uma situação intransponível e impossível de, de alguma forma, ser imputada à responsabilidade dos municípios. Constitui um ponto fraco completamente exógeno à sua gestão.
- 64 municípios (mais 1 que em 2020) tiveram receitas próprias com

níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo todos eles municípios de pequena dimensão.

6.2 Orçamento e execução orçamental

Pontos fortes

Receita:

– O ano de 2021 registou **um grau de execução da receita cobrada de 89,1%**, superior ao grau de execução de 2020 em 1,3%. O aumento progressivo do valor deste rácio acima dos 70% a partir de 2013 revela uma procura de maior rigor na elaboração dos orçamentos e um maior afastamento de orçamentos inflacionados de receita. Também, se verificou um **elevado rácio de execução da receita liquidada ao faturar-se 88,9% do orçamento estimado** (+0,3pp que em 2020 e +26,3pp que em 2011). O elevado valor destes indicadores sinaliza a melhoria do controlo orçamental por parte da generalidade dos municípios e um maior rigor no cumprimento das regras orçamentais da previsão da receita.

– **A receita inicialmente estimada foi corrigida no sentido negativo**, sendo o impacto no orçamento final de aproximadamente -431,3 milhões de euros, querendo isto significar que a receita prevista inicialmente, baixou durante o ano económico 3,7%, reajustando-se a novas previsões de cobrança.

– **A diminuição significativa do total de receita prevista** que, em onze anos, reduziu cerca de 1,5 mil milhões de euros, isto é -11,6%, foi um contributo fundamental para o deflacionamento dos orçamentos e para um maior ajustamento da receita cobrada à receita prevista.

– **Anota-se uma diminuição significativa da diferença entre a receita orçada e a receita cobrada**, a qual passou de um diferencial de 4 824,1 milhões de euros em 2011, para 1 215,5 milhões de euros em 2021. Isto é, nestes onze anos, a diferença entre a receita orçada e a receita cobrada diminuiu 74,8% (-3,6 mil milhões de euros).

– Ao registar-se o total de 9 918,8 milhões de euros de **receita cobrada, verifica-se um acréscimo de 1 145,8 milhões de euros** da receita municipal (+13,1%) em relação ao ano precedente, para o qual contribuiu, fundamentalmente, a subida cumulativa das seguintes receitas: impostos e taxas em +359,9 milhões de euros (+10,4%), transferências correntes e de capital em +543,9 milhões de euros (+14,1%) e passivos financeiros em +168,1 milhões de euros (+74,17%).

– O montante global de receita liquidada, em 2021 foi de 9 898,2 milhões de euros, aumentando 1 042,5 milhões de euros (+11,8%) em relação a 2020. Também a receita cobrada aumentou 13,1% (+ 1 145,8 milhões de euros que em 2020) apresentando o montante de 9 918,8 milhões de euros.

– Face ao acréscimo das transferências o aumento do valor dos empréstimos bancários não refletiu uma descida da receita efetiva, tendo antes apresentado um acréscimo de 944,3 milhões de euros (+11,1%). O montante de 9 485,5 milhões de euros de receita efetiva assinalado em 2021 foi superior a qualquer das receitas efetivas registadas entre 2011 e 2020, representando 95,6% da receita total auferida pelos municípios (+1,8pp que em 2020), mantendo assim, a sustentabilidade do sector autárquico considerado na sua globalidade.

– **A receita corrente cresceu na globalidade 9,1% (+694,9 milhões de euros)**, tendo o acréscimo de valor das transferências correntes (+9,9%, +302,5 milhões de euros), reforçado o aumento das receitas fiscais (+10,4%, +359,9 milhões de euros) e a subida ainda que ligeira de valor da venda de bens e serviços (+3.6%, + 28,2 milhões de euros).

– **Referenciando-se a evolução da receita ao período de onze anos em apreço neste anuário, anota-se que entre 2011 e 2021**, a receita total dos municípios cresceu 27,6% (+2 147,3 milhões de euros) e a receita efetiva aumentou 30,2% (+2 202,3 milhões de euros).

- As receitas fiscais **continuam a ser** a maior parcela de receita autárquica, **apresentado** o peso de 38,4% na receita total. A receita proveniente das transferências correntes, com o peso de 33,7%, **mantém o segundo lugar na estrutura da receita**.
- O ano de 2021 foi um bom ano de receita fiscal tendo apresentado o acréscimo de 10,4% e, na globalidade, uma execução orçamental de 107,4%, arrecadando na totalidade 3 806,6 milhões de euros, isto é, +261,0 milhões de euros que o previsto. Para esta boa realização fiscal contribuíram, essencialmente, os impostos diretos que, ao registarem a coleta de 3.414,4 milhões de euros, apresentaram um ligeiro acréscimo de valor em 10,0% em relação ao ano transato. Apresenta, ainda, uma taxa de execução orçamental de 109,1%.
- A principal fonte de receita dos **municípios de pequena dimensão** foram as transferências correntes e de capital que, agregadas, representaram 68,2% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a receita fiscal representou apenas 16,3% do valor total arrecadado e os passivos financeiros 3,5%.
- Situação inversa ocorreu com os **municípios de grande dimensão**, nos quais 54,5% da receita proveio da receita fiscal e 27,8% do conjunto das transferências.
- Relativamente aos municípios **de média dimensão** constata-se que o peso das receitas fiscais foi inferior ao peso da totalidade das transferências em 10% com as primeiras a representarem 36,2% da receita auferida pelo conjunto destes municípios, e as segundas a representarem, no conjunto de correntes e de capital, 46,2% da receita total;
- Analisando a **estrutura da receita fiscal, no ano de 2021, os impostos diretos contribuíram para 89,7% da mesma, tendo os impostos indiretos pesado apenas 1,0% e as taxas, multas e outras penalidades 9,4%.**
- Anota-se que o volume de **taxas, multas e outras penalidades** no total de **356,0 milhões de euros e crescendo** 54,0 milhões de euros (+17,9%), apresentou uma execução orçamental de 93,8%.
- Em 2021, o volume total de **IMT** volta a aumentar 370,3 milhões de euros (+38,0%) subindo para além da fasquia dos mil milhões de euros ao totalizar 1 344,9 milhões de euros.
- O número de municípios que apresentaram diminuição de IMT diminuiu extraordinariamente (-70,0%, -10 431 municípios), tendo 45 municípios apresentado decréscimo do valor desta coleta.
- Diminuiu significativamente o número de municípios (-69,0%, -31 municípios) que apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT.
- **O valor do IUC, em 2021 apresenta uma ligeira variação positiva de 2,6% (+7,4 milhões de euros)**, ao totalizar 291,0 milhões de euros, depois de uma descida verificada em 2020.
- Outra receita autárquica com significado no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da **venda de bens e serviços correntes** e da **venda de bens duradouros**. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, estas duas categorias de receita autárquica constituem, em conjunto, o montante arrecadado com maior significado, apresentando um valor bastante superior ao dos passivos financeiros (+124%, +490,8 milhões de euros). Em conjunto estas duas componentes totalizaram 884,0 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 4,1%. Representaram 8,9% do total da receita arrecadada pelos municípios.
- Em 2021, **em conjunto, o valor da venda de bens e serviços e da venda de bens duradouros, aumentos 4,1%, passando a representar 8,9% da receita total**, como resultado da venda de bens e serviços correntes no valor de 810,7 milhões de euros (+3,6%) e da venda de bens duradouros (ativos fixos) em cerca de 73,3 milhões de euros (+9,4%).

– As **transferências do Orçamento de Estado (OE)**, na sua globalidade, apresentaram uma forte descida em 2011 (-5,4%), em 2012 (-4,9%) e em 2014 (-6,5%). Têm crescido desde 2015 até ao ano económico em apreço, atingindo em **2021 uma taxa de crescimento mais elevada dos últimos onze anos (+8,6%, +276,4 milhões de euros) ao apresentar a receita de 3 498,3 milhões de euros.**

– As transferências provenientes dos **Fundos Comunitários** baixaram consideravelmente em 2013 e 2014 (-25,1% e -32,6%) após um valor máximo de 708 milhões de euros, conhecendo a menor redução da década em 2015 (-0,7%) e registando-se, em 2016, no universo dos 308 municípios a menor receita de Fundos Comunitários nos últimos onze anos, apenas 196 milhões de euros. **Em 2018 voltam a apresentar um acréscimo significativo (+35,5%), reforçado em 2019 (+28%) e 2020 (+26,7%). Em 2021 registou-se, no conjunto de municípios a utilização de 634,5 milhões de euros de Fundos Comunitários, isto é, +200,5 milhões de euros (+46,2%) que no ano anterior.**

– As restantes transferências provenientes de **Outras Transferências** e de **Fundos Autónomos**, associadas essencialmente ao desenvolvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, **aumentaram em 2021, em conjunto, 30,2% (+67,1 milhões de euros).** Na totalidade **foi auferida pelos municípios nestas duas rubricas, em 2021, a verba de 289,1 milhões de euros.**

– 146 Municípios, em 2021, não apresentaram qualquer valor de passivos financeiros ou porque prescindiram do recurso ao crédito bancário, ou porque não teriam condições para acesso ao mesmo. Não foi possível, pela informação disponibilizada, identificar essas possíveis razões. Anota-se ainda que destes, 112 municípios também não tinham recorrido a qualquer forma de crédito bancário em 2020. Mais se verificou, pela análise das contas, que outros 79 municípios apresentaram diminuição de passivos financeiros em 2021 face ao ano anterior.

Despesa:

– No ano de 2021, foram pagos 84,3% dos compromissos assumidos. O volume da despesa paga, no total de 9,9 mil milhões de euros, representou um aumento significativo de 28,8% (+2 226,5 milhões de euros), tendo sido o valor mais elevado nos últimos onze anos.

– Considerando que o valor registado na receita deste ano, incluindo o saldo de gerência, foi de 11 973,5 milhões de euros e que o montante de despesa paga foi 9 946,6 milhões de euros, conclui-se que no final do ano económico de 2021 existiu um saldo de tesouraria de 2 026,9 milhões de euros, na globalidade do sector autárquico. Ora, este saldo de tesouraria foi superior em 171,8 milhões de euros ao total de compromissos por pagar contabilizados no final de 2021, pelo que se poderá concluir que o sector autárquico apresentou, neste ano, um superavit económico correspondente a este valor, tendo-se assumido um volume de despesa inferior ao volume de receita disponível para a pagar.

– Anota-se que nem todos os compromissos assumidos se transformaram, em 2021, em obrigações a pagar, pelo que em bom rigor, apenas estas deverão ser consideradas para efeito de dívidas a liquidar. Assim, **o superavit do exercício resultará** da diferença entre o valor da receita incluindo saldo da gerência anterior (11 973,5 milhões de euros) e o total das obrigações do exercício (10 203,1 milhões de euros), isto é, no valor de 1 770,4 milhões de euros. Mais se anota que o total das obrigações que ficaram por pagar no exercício de 2021 foi de 256,5 milhões de euros decorrendo essencialmente de faturas e operações de final do ano que não permitiram, ainda dentro do período do exercício, proceder à respetiva liquidação. Este valor traduzirá a real dívida comercial constituída no final do ano económico de 2021.

– Em 2021, o volume de compromissos assumidos no exercício representou 89,5% da despesa prevista corrigida das alterações e revisões efetuadas ao longo do ano económico. Quer isto dizer que, na globalidade, 10,5% da dotação orçamental para a despesa ficou por realizar, significando tal situação uma tendência para a adequação

da despesa à receita, já que esta ao nível das cobranças apresentou apenas um grau de realização de 89,1%

– O **grau de execução da despesa** paga em relação ao volume de obrigações gerados no exercício foi de 97,5%, traduzindo um índice elevado de pagamentos e apresentando um diferencial pouco significativo entre as percentagens de pagamento das despesas correntes e das de capital. Assim, em relação às primeiras foram pagas 97,8% das mesmas e em relação às segundas 96,9%, apresentando uma diferença de apenas 0,9%.

– De igual modo, é de assinalar, para o período entre 2011 e 2021, o aumento em 10,6% do peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos. Efetivamente, em 2011 só foram pagos 73,6% dos encargos assumidos enquanto, em 2021, foram pagos 84,3% dos mesmos. Este é um dos indicadores mais comumente usado para efeitos de avaliação da execução da despesa e de controlo orçamental.

– Pela análise das contas dos 308 municípios verificou-se que 270 municípios apresentaram, em 2021, **acréscimo de volume de despesa paga**.

– Anota-se que 65 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos superior a 90% e 289 municípios apresentam uma taxa de pagamentos de obrigações superior a 90%.

– Em 2021 o **investimento direto** dos municípios, ao totalizar 3 487,1 milhões de euros, apresentou um aumento de 28,2% (+767,2 milhões de euros), tendo as transferências de capital, no valor de 415,9 milhões de euros, crescido 12,7% (+46,9 milhões de euros). Assim, o conjunto das transferências de capital e de aquisição de bens de capital, que se poderá classificar como o investimento total dos municípios, cresceu 26,4% (+814,0 milhões de euros).

– O conjunto de **investimento direto pago pelos municípios** (aquisições de bens de capital) entre 2010 e 2021, foi de 18.842,0 milhões de

euros, o que correspondeu a 84,7% do total de investimento direto e indireto realizado no mesmo período;

– Do total dos municípios, verifica-se que 242 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 92 deles apresentaram aumento superior a 50%.

– Em 2021, a média do **peso das despesas com pessoal** no total das despesas autárquicas foi de 29,7%, inferior em 1,5pp à média obtida no ano anterior. Mais se anota o facto de 129 municípios apresentaram o volume de despesas com pessoal com um peso inferior ao peso da média nacional.

– Em 2021, a despesa com **aquisição de bens e serviços correntes**, no total de 2 927,8 milhões de euros, cresceu 6,2%, tendo sido pago 81,6% das mesmas. Esta despesa representou 24,8% do total da despesa assumida pelos municípios, isto é, menos 1,6pp que em 2020, tendo 64 municípios apresentado, neste ano, diminuição de encargos pagos nesta categoria de despesa corrente.

– Considerando a totalidade das transferências (transferências correntes, de capital e subsídios) efetuadas por cada município, conclui-se que em 2021, 248 municípios apresentaram aumento do volume de pagamentos e 60 municípios apresentaram descida do mesmo.

– O volume de subsídios atribuídos aumentou 30,4% (+57,0 milhões de euros), o das transferências correntes cresceu 15,7% (+136,4 milhões de euros) e o das transferências de capital evoluiu positivamente em 11,3% (+33,9 milhões de euros), tendo sido pago 91,4% dos subsídios atribuídos, 93,9% das transferências correntes comprometidas e 80,4% das transferências de capital aprovadas. Todavia se compararmos os pagamentos com as obrigações, conclui-se que se liquidaram em subsídios 99,3% das obrigações geradas, em transferências correntes 99,3% das mesmas e em transferências de capital 98,5%.

– Considerando o conjunto dos encargos assumidos em aquisição de bens de capital e transferências de capital, verifica-se que o mon-

tante realizado, em 2021, de 3.903 milhões de euros foi superior em 26,4% (+814,0 milhões de euros) ao valor homólogo realizado em 2020. Daquele montante, 3.487,1 milhões de euros corresponderam a aquisições de bens de capital, os quais aumentaram 28,2% (+767,2 milhões de euros), tendo os restantes 415,9 milhões de euros correspondido a transferências de capital, as quais cresceram 46,9 milhões de euros (+12,7%).

- Em 2021, o montante pago de 2.760,1 milhões de euros no conjunto de aquisição de bens de capital e transferências de capital, representou 70,7% dos compromissos assumidos e 96,7% das obrigações constituídas, sendo que 2.425,7 milhões de euros corresponderam a pagamentos de aquisição de bens de capital (+31,9%, +587,3 milhões de euros) e 334,3 milhões de euros a pagamentos de transferências de capital (+11,3%, +33,9 milhões de euros).

- Do total dos municípios, verifica-se que 242 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 92 deles apresentaram aumento superior a 50%.

- Considera-se um aspeto bastante positivo o facto de 126 Municípios apresentarem aumento do montante de despesas com amortizações de empréstimos em 2021, tendo os restantes 182 registado diminuição do mesmo.

- O total pago pelos municípios em 2021 respeitante **a juros e outros encargos** foi de 35,9 milhões de euros, menos 12,0 milhões de euros (-25,0%) que em 2020 e -112,6 milhões de euros (-75,8%) que em 2012, ano de maior volume de encargos desta natureza, nos últimos onze anos, considerando-se positiva esta descida de encargos financeiros. Mais se anota que 239 Municípios, em 2021, apresentaram diminuição nesta rubrica de despesa paga.

- No universo dos 308 municípios, em 2021, 239 municípios diminuíram a despesa com juros e outros encargos financeiros contribuindo para a descida global desta despesa em 25% (-12,0 milhões de euros).

Balanço orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais:

- Na globalidade do sector autárquico, 49 Municípios apresentaram taxas de decréscimo do orçamento inicial em 2021, continuando na senda da redução da inflação orçamental.

- O aumento de receita cobrada entre 2011 e 2021 (+27,6%, + 2 147,3 milhões de euros) permitiu um alívio nas contas das autarquias, as quais foram apresentando progressivamente indicadores mais elevados de pagamento de encargos assumidos, passando este rácio – que traduz a percentagem de pagamento das despesas comprometidas – de 73,7% em 2011 para 84,3% em 2021.

- O volume de despesa paga aumentou 28,8% (+2 226,5 milhões de euros) de 2011 para 2021, tendo a despesa corrente homóloga aumentado, no mesmo período, 33,7% (+1 695,2 milhões de euros) e a correspondente despesa de capital apresentado um acréscimo de 19,8% (+531,3 milhões de euros).

- Em 2021 pode-se concluir que o peso dos pagamentos em relação às obrigações do exercício no total de 10 203,1 milhões de euros foi de 97,5%, ficando por pagar apenas 256,5 milhões de euros de faturação, sendo que o valor do saldo e gerência anterior a utilizar para proceder a pagamentos de despesa foi de 2 054,7 milhões de euros, ultrapassando assim a faturação não coberta por receita arrecadada em cerca de 1 798,2 milhões de euros;

- Em 2021, o volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores – saldo orçamental na ótica dos compromissos – foi superior ao volume de despesas assumidas em 151,2 milhões de euros, baixando, contudo, a sua performance em 63,7% (-264,9 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Anota-se que a diferença entre as receitas liquidadas acrescidas dos saldos de gerência de exercícios anteriores e as despesas assumidas, só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016, sendo extraordinariamente reforçado no triénio 2018-2020, traduzindo assim, um superavit fi-

nanceiro revelador de uma progressiva sustentabilidade financeira no universo dos 308 municípios.

– Em 2021 o excesso (superavit) da receita (incluindo saldo da geração) sobre as obrigações constituídas foi de 1.770,4 milhões de euros, sendo este o contributo do sector autárquico para o equilíbrio orçamental das contas do Estado.

– Entre 2011 e 2021, a diferença entre a média do grau de execução da despesa e a média do grau de execução da receita diminuiu drasticamente, passando de 16,8pp em 2011 para 1,4pp em 2021, situação que contribuiu extraordinariamente para o equilíbrio global das contas municipais. Não obstante, na ótica dos compromissos, a execução média da despesa continua a exceder a execução média da receita.

– Pela análise das contas do universo dos municípios verificou-se que 145 municípios apresentaram um volume de receita liquidada líquida igual ou superior ao total de despesa assumida, revelando um maior ajustamento da despesa realizada à receita passível de ser cobrada, demonstrando assim, um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial.

– Em 2021, o sector autárquico, na sua globalidade, revelou equilíbrio orçamental nos termos previstos na Lei do Regime Financeiro Local, ao apresentar um valor francamente positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo (1 472,0 milhões de euros), manifestando, este indicador, um acréscimo de 263,5 milhões de euros face a 2020.

– Entende-se que numa boa prática de gestão autárquica, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. Estiveram nesta situação 170 municípios, em 2021.

– Verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2011 e 2021, tendo neste último ano, **pela sétima vez consecutiva**

no conjunto dos municípios, apresentado saldo efetivo e saldo primário positivos, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

–

– Entre 2011 e 2021 o saldo corrente cresceu 31.697,5% (+3.272 milhões de euros), tendo em 2021 face a 2020, apresentado um decréscimo de 5,4% (-188 milhões de euros). Em 2021 contribuíram para um saldo corrente positivo, 292 municípios.

– O **saldo orçamental**, entre 2011 e 2021 cresceu 2.483 milhões de euros, ao passar do valor negativo de -2 332 milhões de euros para o valor positivo de 151 milhões de euros. O ano de 2021 foi o sexto ano económico consecutivo em que, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos. Neste ano contribuíram para um saldo orçamental positivo 145 municípios.

– O **saldo global ou saldo efetivo**, em 2021, foi positivo em 166 milhões de euros, sendo o sétimo ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. Neste ano o saldo efetivo desceu 75,3% (-507 milhões de euros) e em relação a 2011, aumentou 2.317 milhões de euros.

– O **saldo primário** apresentou também um enorme crescimento (+3.048 milhões de euros) nos últimos onze anos ao passar de -1.965 milhões de euros em 2011 para 208 milhões de euros em 2021, sendo, também, o sétimo ano consecutivo em que este indicador se apresentou positivo no universo dos municípios. Em 2021, o saldo primário, considerando todo o setor municipal, baixou 71,3% (-516 milhões de euros). Anota-se que 159 municípios apresentaram saldo primário positivo.

– Só 74 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, na base dos indicadores selecionados para este Anuário, ao obterem uma classificação maior ou igual a 50% da pontuação total.

Pontos fracos

Receitas:

– Em 2021, pese embora a aproximação da previsão orçamental da receita ao valor liquidado da mesma, representando esta 88,9% do total estimado, ficaram por cobrar 772,0 milhões de euros, valor correspondente a 7,8% da receita liquidada. Anota-se, contudo, que a receita por cobrar baixou, neste ano, 5,7% em relação ao ano anterior.

– **Em 2021 o montante de receita estimada e não liquidada foi de 1 236,2 milhões de euros** (+98,6 milhões de euros que em 2020). Anota-se que, em 2010, o montante de receita orçada e não liquidada atingiu o valor mais elevado ao totalizar 4 707,9 milhões de euros pelo que pode afirmar-se que o inflacionamento orçamental nos últimos onze anos se reduziu em 3 471,8 milhões de euros (-73,7%).

– A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão são as transferências correntes e de capital que, agregadas, representaram 68,2% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a receita fiscal representou apenas 16,3% do valor total arrecadado e os passivos financeiros 3,5%, daí a frágil independência financeira dos pequenos municípios.

– A comparação do peso das duas principais componentes da receita, impostos e taxas e transferências correntes e de capital, entre os municípios de grande e os de pequena dimensão, revela a grande diferença de independência financeira existente entre estes grupos. Efetivamente, enquanto o peso da receita proveniente do total das transferências representou, para os municípios de pequena dimensão, 68,2% da receita total, para os municípios de grande dimensão representou apenas 27,8%, sendo que para os primeiros o montante das receitas fiscais representou 16,3% da receita total e para os segundos 54,5% da mesma.

– A colecta dos **impostos indiretos** com **o total de 36,2 milhões de euros e um decréscimo de 11,7%** teve uma repercussão negativa no total da colecta fiscal, tendo, todavia, apresentado uma taxa de exe-

cução de 99,2%, pois a diminuição desta receita tinha sido perspetivada em termos de previsões orçamentais.

– Em 2021, o valor do **IMI retomou o sentido descendente** apresentado no biénio 2016/2017 e em 2019, baixando cerca de 1,1% ao **registar-se a receita de 1 480,3 milhões de euros** (+16,9 milhões de euros). **O IMI contribuiu, em 2021, para 43,4% dos impostos diretos.**

– O número de municípios que apresentaram diminuição de IMI aumentou significativamente (+39,0%, +31 municípios), tendo 111 municípios apresentado decréscimo do valor desta coleta.

– **Em 2021, a Derrama, volta a descer (-14,2%, -49,3 milhões de euros), ao apresentar o volume de colecta de 297,5 milhões de euros, representando 8,7% do total dos impostos diretos.**

– Em 2021, considerando a totalidade dos municípios, **o volume de passivos financeiros** (recurso a empréstimos financeiros) atingiu o **montante de 393,2 milhões de euros, aumentando 168,1 milhões de euros (+74,7%)** relativamente a 2020. Mais se refere que o volume de passivos financeiros representou 4,0% do total da receita arrecadada pelos municípios, apresentando um acréscimo de importância relativa em 1,4pp, em relação ao ano anterior

– Em 2021, **a diferença entre o volume de amortizações de capital em dívida e o montante de novos empréstimos** embora positiva desceu consideravelmente apresentando o valor de 26,3 milhões de euros, montante bastante inferior ao apresentado no ano anterior (-181,8 milhões de euros, -87,4%), tendo sido o mais baixo dos últimos onze anos, excetuando o ano de 2013, em que esta diferença foi negativa.

Despesa:

– Em 2021, os totais da despesa orçada, realizada e paga apresentaram um crescimento bastante superior ao verificado em 2020. A despesa inicialmente orçada cresceu 10,2% (+1 215,8 milhões de eu-

ros), a despesa realizada evoluiu 13,1% (+1 362,5 milhões de euros) e a despesa paga aumentou 13,3% (+1 170,1 milhões de euros). Confrontando os níveis de variação da despesa com os níveis de variação da receita verificados em 2021 e constatando-se que a receita liquidada cresceu 11,4% (+1 141,1 milhões de euros) e a receita cobrada cresceu 13,1% (+1 145,8 milhões de euros), verifica-se que **a despesa cresceu mais que a receita pelo que, nos fluxos de caixa, o volume das despesas pagas superou em 27,8 milhões de euros o volume de receitas cobradas. O equilíbrio de caixa ocorre com a mobilização do saldo da gerência anterior.**

– Em 2021 foram pagas 97,5% das obrigações geradas no mesmo período, mas apenas executadas 77,4 % das despesas previstas ao relacionar-se o volume das obrigações do exercício com o volume de despesa prevista corrigida de alterações e revisões.

– Tendo como referência a despesa prevista, o grau de execução da despesa paga no final de 2021 foi de apenas 75,4%, apresentando, contudo, o aumento de 2,1pp face ao índice do ano anterior. Todavia entre 2011 e 2021, este indicador cresceu +15,3pp como resultado do extraordinário aumento do volume da despesa paga (+28,8%, +2 226,5 milhões de euros).

– A conjugação dos encargos por pagar no ano, com os compromissos para anos futuros no total de 12,7 mil milhões de euros, reforça a chamada de atenção para a necessidade de uma efetiva contenção de despesa nos anos subsequentes e uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos, de modo a poder garantir-se a cobertura financeira da despesa assumida, bem como o enquadramento da despesa pública quanto à sua eficácia e eficiência.

– Analisando-se a estrutura económica das obrigações constituídas no total de 10 203,1 milhões de euros, constata-se que 67,5% das mesmas se alocaram às despesas correntes e só 32,5% às despesas de capital. Mais se verifica que o total das obrigações corresponderam a 86,5% do valor total dos compromissos assumidos para o exercício.

– Observando-se estrutura da despesa paga, por natureza económica, constata-se que foram priorizados os pagamentos da despesa corrente em detrimento da despesa de capital, relativamente aos compromissos assumidos. Assim, em 2021 foi pago 90,6% da despesa corrente assumida e apenas 73,6% da despesa de capital. Por esta razão, na estrutura da despesa paga, o total da despesa corrente assumiu o peso de 67,6% e a despesa de capital o peso de 32,4%.

– Ainda em relação ao ano de 2021, a estrutura do peso dos pagamentos realizados, nas despesas comprometidas (Quadro 2.36 do anuário), mostra que apenas foram pagos 69,6% das despesas de investimento, 80,4% das transferências de capital e 81,6% das despesas assumidas com a aquisição de bens e serviços, tendo por contraponto níveis de pagamento superiores a 90% nas outras rubricas económicas da despesa.

– As Despesas com Pessoal, em 2021, constituíram a rubrica de despesa com maior volume de pagamentos, apresentando um aumento de 7,9% traduzido num acréscimo de 215,9 milhões de euros. Apresentaram aumento desta despesa 283 municípios, sendo que 179 municípios apresentaram um peso médio de despesa com pessoal superior ao peso da média nacional, aferido em 29,7%.

– Mais se anota como ponto negativo o facto de, em 2021, apenas terem sido pagos 69,6% das despesas de investimento, mantendo-se, no entanto, relativamente altos os índices de pagamento das restantes despesas assumidas pelos municípios.

– Em 2021, 75 municípios apresentaram descida do montante de investimento direto, com 3 municípios a registarem uma diminuição superior a 50%.

– Em 2021, apenas 98 dos 308 municípios apresentaram um crescimento da despesa de investimento superior a 50%.

– Em 2021, apenas 6 municípios pagaram a totalidade das transfe-

rências correntes assumidas e 47 municípios as transferências de capital também assumidas. No que respeita aos subsídios, 131 municípios apresentaram valor em subsídios comprometidos, mas apenas 67 pagaram a totalidade dos mesmos.

– O total amortizado em 2021 de 419,5 milhões de euros apresentou uma taxa de decréscimo de 3,2%, isto é, um valor inferior em -13,7 milhões de euros ao valor amortizado no ano anterior. Do total amortizado, 24,75 milhões de euros (5,9%) representaram amortizações dos programas PAEL e FAM, com respetivamente o montante de 14,95 milhões de euros e 9,8 milhões de euros.

– Em 2021, 126 Municípios apresentaram aumento do montante de amortizações de empréstimos, tendo os restantes 182 registado diminuição do mesmo.

– Nos últimos onze anos, o **total amortizado de empréstimos** foi de 7 191,1 milhões de euros, tendo o ano de 2012 apresentado o maior valor de amortização (890,3 milhões de euros) e o ano de 2021 o menor (419,5 milhões de euros, -3,2% que em 2020).

6.3 Balanço orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais.

– Desde 2017 que se verifica o amortecer do deflacionamento dos orçamentos, com o orçamento de despesa a crescer constantemente sendo que em 2021 apresentou uma taxa de variação positiva de 10,2%. O mesmo aconteceu ao orçamento de receita que vem crescendo desde o mesmo período, apresentando uma taxa positiva em 2021, de 11,4%, sendo que a taxa de execução da receita se quedou nos 89,1%, isto é: 10,9% da receita orçada não se concretizou, definindo um inflacionamento orçamental da mesma ordem.

– Menos concordante com a necessidade de equilíbrio das contas públicas foi o facto de o volume dos compromissos assumidos ter crescido mais que o orçamento previsional, apresentando um dife-

rencial de +2,9pp. Atenuou este cenário o facto do total dos compromissos representar apenas 89,5% das previsões orçamentais ficando por se concretizar 10,5% da despesa prevista.

Informação patrimonial e Resultados económicos Pontos fortes

Ativo:

– O **Ativo não corrente** representou 88,2% do Ativo total dos municípios e apresentou o valor de 39.434 milhões de euros, valor superior em 1 391 milhões de euros (+3,7%) ao valor contabilizado em 2020.

– Os **Ativos Fixos Tangíveis**, no valor de 36.003,5 milhões de euros representaram 80,5% do total do Ativo e 91,3% do total do Ativo não corrente. Mais se verifica que o total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, representaram 80,8% do Ativo.

– A **rubrica de infraestruturas** com o valor de 8.168 milhões de euros é a componente mais representativa dos Bens de Domínio Público, totalizando 59,6% do valor total de bens do domínio público e 22,7% do total dos Ativos Fixos Tangíveis.

– O montante considerado em **terrenos e recursos naturais**, no total de 3.342 milhões de euros, representa a segunda componente mais representativa do conjunto de ativos fixos que constituem os Bens de Domínio Público. Representou 24,4% do valor dos bens do domínio público e 9,3% do total dos Ativos Fixos Tangíveis.

– **Outros Ativos Fixos Tangíveis** que, em 2021, representou 61,1% do total dos Ativos Fixos Tangíveis, atingiu o valor global de 22.004 milhões de euros, crescendo 4,5%.

– No final de 2021 o total do **património líquido** era igual a 38.403,1 milhões de euros, representando uma taxa de crescimento de 3,4% face ao total dos fundos próprios apresentados em 2020. A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 23.620,4 milhões de euros, representou 61,5% do total do património líquido

e aumentou, em relação ao fundo patrimonial apresentado em 2020, cerca de 0,6% (+134,0 milhões de euros).

– Relativamente a 2021, verifica-se que o **resultado líquido do período** para todo o setor municipal foi de 34 milhões de euros, representou apenas 0,2% do património líquido e aumentou em relação ao registo de 2020 cerca de 57 milhões de euros (+168,9%).

– Pelo peso que passou a representar no património líquido, com o SNC-AP, releva-se o valor de **outras variações no património líquido**, item que registou no final de 2021 o valor de 8.968,6 milhões de euros, isto é, 23,4% do total do património líquido.

Passivo:

– Em 2021 a diminuição de financiamentos obtidos no Passivo corrente foi de 8,5% (-30,0 milhões de euros) ao serem apresentados nesta rubrica 323,5 milhões de euros.

– Da análise das contas verificou-se que 83 municípios dos 159 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL, ATU e FAM apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2011 e 2021.

– No total foram 103 os municípios que recorreram ao PAEL, tendo 2 amortizado a dívida em 2021, outros 2 amortizado a dívida em 2020, 9 amortizado a totalidade em 2019, 22 municípios liquidaram o capital em dívida em 2018 e outros 31 já tinham amortizado a totalidade em 2017. Em dezembro de 2021, apenas 38 municípios mantinham capital em dívida neste programa de financiamento.

– Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE verifica-se que apenas um único município mantém em dezembro de 2021 dívida bancária ao abrigo deste programa. Foram 92 os municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro dos quais 91 já procederam à liquidação do capital utilizado.

– Considerando o universo dos municípios, 166 baixaram o valor do passivo exigível, atenuando o acréscimo global do passivo exigível em 2,1%.

– Os sucessivos decréscimos, verificados desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias.

– Em 2021, considerando o universo dos 308 municípios, o valor da dívida total ficou distante 45,2pp do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52.º e 84.º do RFALEI, aumentando esse distanciamento em +0,4pp relativamente ao verificado em 2020.

Gastos /Rendimentos:

– A principal componente dos gastos municipais tem sido os **custos/gastos com pessoal**, representando em 2021 o peso de 32,9% da estrutura dos gastos totais do setor municipal e, relativamente ao total dos gastos operacionais excluindo amortizações, o peso de 33%. O montante total dos custos/gastos com pessoal foi de 2 951,3 milhões de euros, mais 7,0% (+192,9 milhões de euros) do que em 2020.

– Os **fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura de gastos municipais, atingindo em 2021 o montante de 2 348,7 milhões de euros, que se traduziu num aumento de 248,6 milhões de euros (+11,8%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos gastos totais foi de 26,2% e de 26,3% nos gastos operacionais sem amortizações.

– O **total dos rendimentos, em 2021**, foi de 9.063,4 milhões de euros, isto é, +780,3 milhões de euros (+9,4%) que os proveitos obtidos no ano precedente. Observando o comportamento dos rendimentos operacionais verifica-se que os mesmos cresceram 9,5% (+787,7 milhões de euros) ao totalizarem 9 054,4 milhões de euros.

– O volume de **impostos e taxas** registados como rendimentos totalizou 3.902,6 milhões de euros, traduzindo um aumento de 413,5 milhões de euros (+11,9%) em relação a 2020. No entanto, considerando o período de onze anos, em relação a 2011 estes rendimentos aumentaram +31,3% (+2 160 milhões de euros).

– O montante de rendimentos obtidos com **transferências e subsídios** (correntes), representando 37,5% dos rendimentos totais, foi de 3 384,5 milhões de euros, representando um aumento de 316,7 milhões de euros (+10,3%). No período de onze anos, estes proveitos/rendimentos aumentaram 16,2% (+472 milhões de euros) opondo-se ao decréscimo progressivo verificado entre 2011 e 2014 (anos de crise económico-financeira e austeridade) e ao ligeiro crescimento apresentado nos anos seguintes.

Resultados:

– Em 2021, o valor dos resultados económicos líquidos foi de 91,3 milhões de euros para a totalidade do setor municipal, traduzindo um acréscimo de 169% (+57,4 milhões de euros). Neste ano, 142 municípios apresentaram resultados negativos.

– **Em 2021, os resultados operacionais apresentam o montante de 121,4 milhões de euros (+82%, +54,7 milhões de euros)**, traduzindo um acréscimo significativo em relação ao ano precedente.

– Em 2021 os **resultados líquidos** foram consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. Foram negativos, no total de 47,2 milhões de euros no conjunto dos municípios de pequena dimensão. No conjunto dos municípios de grande dimensão apresentaram o volume total positivo de 40,3 milhões de euros e no conjunto dos municípios de média dimensão registaram o montante positivo de 98,3 milhões de euros.

– Em 2021 a EBITDA apresenta o valor positivo e 1 688,4 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 3% (+48,4 milhões de euros).

Pontos fracos

Ativo:

– Em 2021 o valor total das dívidas a receber foi de 2.676,9 milhões de euros, superior em 130,4 milhões de euros (+5,1%) ao valor escriturado em 2020. Este valor subdivide-se em **dívidas a receber não correntes** no total de 139,0 milhões de euros e dívidas a receber correntes no total de 2.537,9 milhões de euros representando 94,8% do total das dívidas a receber. A componente mais representativa das dívidas a receber, em 2021, foi outras contas a receber (correntes) no valor de 2.106,3 milhões de euros.

– Embora com pesos muito inferiores no Ativo total, referem-se as **participações financeiras e outras contas a receber (correntes)** respetivamente com o peso de 5,8% e 4,7%. A primeira apresentou o volume de 2.584,4 milhões de euros e a segunda o valor de 2.106,3 milhões de euros.

– Os **depósitos e caixa** representaram 5,8% do Ativo total e 49,0% do Ativo corrente. Mais se verifica que o valor dos depósitos e caixa, diminuíram em 2021, 7,6 milhões de euros (-0,3%).

– Pesando apenas 1,1% nas dívidas a receber, a dívida do **Estado e outros entes públicos**¹ totalizou em 2021, 28,3 milhões de euros, crescendo 7,9%.

– As disponibilidades, no SNC-AP designadas de Meios Financeiros Líquidos, representam o total dos valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis (instrumentos financeiros detidos como aplicação financeira de curto prazo, considerados ativos financeiros). Verifica-se que as disponibi-

¹ Trata-se de uma dívida constituída essencialmente por dívida do Estado aos municípios e refletirá, fundamentalmente, o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá, também, pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido nesta rubrica, eventual IVA a recuperar pelos municípios com serviços municipais integrados.

lidades reais diminuíram 2,0% (-47 milhões de euros) em relação a 2020, totalizando no final do ano económico 2.314,5 milhões de euros.

Passivo:

– O total do **Passivo não corrente** foi de 4.316,0 milhões de euros, representou 68,2% do passivo total e cresceu 2,6%, enquanto o Passivo corrente no valor de 2.007,9 milhões de euros, representou 31,8% do total do Passivo e cresceu 5,4%.

– O total do **Passivo exigível** foi de 4.404,0 milhões de euros, representou 69,6% do Passivo total e aumentou 2,1%.

– Depois de decréscimos sucessivos do **Passivo exigível** dos municípios, entre 2011 e 2020, este cresceu em 2021 cerca de 2,1%.

– Pela análise das respetivas contas conclui-se que 142 municípios aumentaram o seu Passivo exigível em 2021 resultando no acréscimo global de 89,5 milhões de euros (+2,1%).

– Os **financiamentos obtidos** de médio e longo prazo são a maior parcela do Passivo apresentando, em 2021, o valor de 2.417,7 milhões de euros, representou 38,2% do Passivo total e cresceu 0,7%.

– Considerando que nos últimos dez anos em análise, o momento com maior dívida global proveniente de **financiamentos obtidos de médio e longo prazo**, no setor municipal, ocorreu em 2011, será de realçar a descida de financiamentos obtidos no Passivo não corrente, entre 2011 e 2021, em -1.885,8 milhões de euros (-43,8%) resultante, essencialmente, da quebra de utilização de empréstimos bancários.

– Em 2021 a diminuição de **financiamentos obtidos** no Passivo corrente foi de 8,5% (-30,0 milhões de euros) ao serem apresentados nesta rubrica 323,5 milhões de euros.

– Verifica-se que o volume de provisões, em 2021, cresceu 17,0% (+34,9 milhões de euros), totalizando 934,0 milhões de euros no universo dos 308 municípios.

– Refere o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º, que **a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Acontece que** ainda existiriam, em 2021, 20 municípios com este rácio acima do que será permitido por Lei, devendo, por isso, ter-lhes sido reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite fosse cumprido. Estes municípios deveriam, por isso, contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

– 8 Municípios que apresentaram em 2021 um montante da dívida, excluindo empréstimos, superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, teriam, também, que ter requerido o saneamento financeiro, com aplicação do respetivo plano de saneamento e a obrigatoriedade de contrair um empréstimo para este fim.

– Outros 3 municípios, em 2021, deveriam ter sido compelidos a contrair empréstimo para saneamento financeiro, pois demonstraram, em dezembro de 2020, um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.

– Situações que obrigariam à adesão ao procedimento de recuperação financeira municipal: 4 municípios apresentaram em dezembro de 2020 uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios. Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal.

– Em dezembro de 2021, trinta e nove municípios apresentaram sinais de alerta precoce, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFAL. Efetivamente, àquela data, estes municípios apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, o que lhes permitiria a contração

de empréstimos para saneamento financeiro.

– Outros 13 municípios, ao apresentarem, em dezembro de 2021, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes dessa média, ser-lhes-ia também permitido, a contração de empréstimos para saneamento financeiro.

– 114 municípios apresentaram, em dezembro de 2020, uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Destes, 67 tinham apresentado a mesma situação em 2019, pelo que deveriam em 2021 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

– Em dezembro de 2021, 17 municípios apresentaram um montante da receita corrente cobrada bruta, inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tal significa que estes 17 municípios apresentaram um saldo corrente, deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, destes municípios, só 7 apresentaram o valor absoluto do saldo superior a 5% das receitas correntes totais. Nos restantes 10 municípios, o valor absoluto do saldo foi inferior a 5% das receitas correntes totais.

– No final do ano económico de 2021, 66 municípios apresentaram um saldo corrente negativo, na base da despesa corrente assumida, acrescida das amortizações médias dos empréstimos. Destes, 34 municípios apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas.

Gastos /Rendimentos:

– Os **custos/gastos** totais relativos ao universo dos municípios apresentaram o seu valor mais alto, ao somarem o valor de 8.972,1

milhões de euros, com um aumento de 8,8% (+723,0 milhões de euros) em relação ao ano transato.

– No universo dos 308 municípios, os **custos/gastos operacionais** cresceram 8,9% (+733,0 milhões de euros), tendo sido apurados 8.933 milhões de euros, o valor mais elevado entre 2011 e 2021.

– 273 municípios contribuíram para o aumento dos gastos com pessoal no setor, e 260 municípios contribuíram para o aumento de gastos em fornecimentos e serviços externos.

– Uma componente relevante dos gastos totais têm sido as **amortizações/depreciações** do Ativo imobilizado/não corrente, a qual nos entes públicos reveste uma importância assaz diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo, inclusive, distorcer a avaliação dos gastos face ao elevado montante de Ativo imobilizado/não corrente suscetível de amortização/depreciação, mas em grande parte não alienável. O valor das amortizações/depreciações representou, em 2021, na estrutura de gastos dos municípios, 17,5% dos gastos totais. O valor líquido contabilizado, neste ano, foi de 1.565,7 milhões de euros baixando 0,5% (-7,1 milhões de euros) em relação a 2020.

– As **transferências e subsídios concedidos** são gastos que apresentaram um peso médio de 16,9% na estrutura dos gastos municipais e o peso de 17,0% nos gastos operacionais excluindo amortizações. Em 2021 o valor desta rubrica cresceu 15,2% (+199,7 milhões de euros) ao somar o valor total, no todo do setor municipal, de 1.515,9 milhões de euros, sendo que 242 municípios contribuíram para o aumento destes gastos.

– Outros rendimentos a referir, em 2021, são os resultantes da **prestação de serviços, de vendas e de variação de produção**, que em conjunto, representaram o peso de 9,8% nos rendimentos totais, registando neste ano um acréscimo em relação a 2020 (+3,8%, +33 milhões de euros), ao totalizarem 889 milhões de euros. Mantemos a convicção de que o baixo peso destes rendimentos resultará do facto

de terem sido concessionadas a empresas municipais ou a serviços municipalizados a maior parte de competências geradoras de rendimentos relacionados com vendas e prestação de serviços. Contudo, enquanto entre 2011 e 2021 o produto das vendas e variação da produção aumentou apenas 0,7% (+1,3 milhões de euros), a prestação de serviços apresentou um aumento de 51,9% (+243,0 milhões de euros).

Resultados:

– Os **resultados operacionais** foram negativos apenas nos municípios de pequena dimensão, quando tomados em conjunto, tendo contribuído para esta situação 98 municípios.

– O **peso do EBITA** face aos rendimentos operacionais, apesar de não ter apresentado oscilações significativas ao longo da década, atingiu o peso mais alto em 2015, com 26%, tendo seguido uma tendência decrescente desde então, com o menor peso em 2021, 18,6%.

6.4 Setor Empresarial Local (SEL)

Pontos fortes

– As 144 entidades do SEL consideradas na presente análise apresentaram, no seu conjunto, um **Ativo global** de 3.039,5 milhões de euros, constituído em 73% por ativos não correntes. O Passivo, contabilizado em 1.338,4 milhões de euros, apresentou a preponderância do Passivo corrente (Passivo de curto prazo) sobre o Passivo não corrente (passivo de mlp) em +4pp.

– Quanto à comparabilidade do **Passivo exigível** do SEL com o Passivo exigível dos 308 municípios, conclui-se que o Passivo exigível do SEL, ao apresentar o valor de 1.167,4 milhões de euros (+8,8% que no ano transato), representou 26,5% do Passivo exigível do universo dos municípios (4.404,0 milhões de euros).

– 80,9% do Ativo não corrente era constituído por **ativos fixos tangíveis** no total de 1.465,8 milhões de euros, tendo aumentado 1,7% (+24,4 milhões de euros) em relação ao ano transato. É de

notar que 68,2% do valor dos ativos fixos tangíveis é justificado por 11 EM's, que apresentaram valores superiores a 50 milhões de euros. A entidade que registou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 163,3 milhões de euros.

– Os **ativos intangíveis**, com um peso de 11,6% no total do Ativo não corrente, foram o segundo elemento mais representativo do Ativo não corrente, ao totalizarem o valor de 209,8 milhões de euros, isto é, -5,9 milhões de euros (-2,7%) que o verificado no ano anterior.

– A estrutura do Ativo corrente alterou-se a partir de 2015, ao apresentar como Ativo de maior valor o item Caixa e depósitos bancários. Esta componente do Ativo corrente registou, em 2021, o valor de 197,9 milhões de euros, revelando um aumento de 0,2% (+333 milhares de euros), passando para segunda posição, com o peso de 37,7%. Passou para posição dominante, em 2021, Outras contas a receber ao apresentar o valor de 198,8 milhões de euros e um crescimento de 6,2% (+11,5 milhões de euros).

– Em 2021, para o acréscimo global deste Ativo, contribuíram 79 empresas das 127 empresas consideradas, isto é, 62% das mesmas.

– Outro ativo relevante no conjunto dos ativos do SEL para além da já referida conta **Outras contas a receber**, que, em 2021 representou 37,8% do total do Ativo corrente, tem sido Clientes, contribuintes e utentes, que apresentou o valor de 82,8 milhões de euros, um peso de 15,8% no Ativo corrente total e um acréscimo de 3,7% (+3 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

– Outro Ativo corrente que interessa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2021 de apenas 3,7%, são as dívidas ao **Estado e outros entes públicos**, que apresentaram, em 2021, um decréscimo de 1,3% (-260 milhares de euros), ao registarem na totalidade 19,4 milhões de euros.

– O valor apresentado de **Capital próprio** do SEL foi de 1.269,2 mi-

lhões de euros, representando um acréscimo de 1,8% em relação ao ano anterior. O item Capital subscrito tem sido a componente de Capital próprio de maior valor, representando, em 2021, 54,3% do mesmo e totalizando o montante de 689,7 milhões de euros, isto é, +0,4% em relação ao ano anterior.

- O **Resultado líquido do período**, em 2021, do conjunto das entidades empresariais analisadas cresceu 250,2% (+13,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior, estando, contudo, muito aquém dos valores atingidos no período entre 2014 e 2019 ao registar-se o valor global positivo de 18,9 milhões de euros.

- Será de referir o facto de, em 2021, não se registaram dívidas de médio e longo prazo a fornecedores.

- Em 2021, o volume do **Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos** cresceu 13,4% (+16,6 milhões de euros), ao totalizar o valor de 140,8 milhões de euros, o mesmo acontecendo ao Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto), que evidenciou um acréscimo significativo de 55,5% (+11,7 milhões de euros), ao apresentar o valor de 50,8 milhões de euros.

- O **Resultado antes de impostos**, em 2021, ao registar o valor global de 24,8 milhões de euros cresceu 106,2% (+12,8 milhões de euros) invertendo a tendência para a diminuição verificada no ano anterior.

- Do universo das 144 entidades empresariais analisadas, 106 (73,6%) obtiveram resultados líquidos positivos.

- Os **resultados operacionais** apresentaram um acréscimo de 11,7 milhões de euros (+55,5%), invertendo o sentido descendente verificado em 2020 e retomando o ritmo de crescimento verificado em 2019.

- Anota-se em 2021, o acréscimo dos rendimentos em 13,27% (+116,1 milhões de euros) originado, em grande parte, pelo **acrécimo de Vendas e serviços prestados** em +105,4 milhões de euros (+15,3%).

Pontos fracos

- Será de relevar que, em 2021, o Passivo exigível do SEL cresceu 8,8% enquanto, no mesmo ano económico, o Passivo exigível dos 308 municípios cresceu 2,1%.

- Na composição do Ativo não corrente, verifica-se a descida em 5,4% do valor registado em **Participações financeiras – MEP**, ao apresentar o valor global de 16,5 milhões de euros.

- Outro Ativo não corrente, cuja evolução interessa analisar, é o valor de **Acionistas/Sócios**, o qual representa a dívida dos municípios ao SEL por via da não satisfação das suas obrigações, enquanto acionista ou sócio. Este ativo só começou a representar um montante significativo a partir de 2013, ao ser apresentado o valor de 10,8 milhões de euros, resultante do registo de uma única entidade: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, a qual se mantém, desde 2015 até ao presente ano económico, com o montante atualizado em 15,7 milhões de euros. Outras obrigações de autarquias perante EM's, enquanto acionistas ou sócios, foram sendo liquidadas, não surgindo qualquer registo contabilístico desde 2015, para além deste.

- Importa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2021 de apenas 3,7%, são as dívidas ao **Estado e outros entes públicos**, que apresentaram, em 2021, um decréscimo de 1,3% (-260 milhares de euros), ao registarem na totalidade 19,4 milhões de euros.

- No universo do SEL, o **Passivo total** aumentou 0,4% (+4,2 milhões de euros), ao passar de 1 063,7 milhões de euros para 1 067,9 milhões de euros, em 2021. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu o aumento de valor do Passivo corrente em 22,4 milhões de euros (+4,6%), tendo o Passivo não corrente baixado 3,2% (-18,2 milhões de euros).

- O peso do **Passivo não corrente** (passivo de médio e longo prazo)

apresentou-se sempre superior ao do Passivo corrente (passivo de curto prazo) entre 2011 e 2021. Em 2021, o Passivo não corrente representou 52,1% do Passivo total, isto é, um peso superior em 4,2pp ao peso do Passivo corrente. O montante assinalado em dezembro de 2021 de Passivo corrente foi de 511,1 milhões de euros e o de Passivo não corrente foi de 556,8 milhões de euros.

– Em 2021, 72,9% do **Passivo não corrente** era constituído por Financiamentos obtidos, no total de 405,8 milhões de euros. Este valor representou uma diminuição de 13,4 milhões de euros (-3,2%) em relação a 2020. Contribuíram para esta diminuição as 56 entidades empresariais.

– Outro item que convém referir é **Outras dívidas a pagar**, que apresentou um acréscimo de 5,3% (+4,9 milhões de euros) ao totalizar 97,5 milhões de euros em 2021. No nosso entender, esta rubrica económica deveria apresentar um valor residual. No entanto, o seu peso na estrutura da dívida de médio e longo prazo foi ainda muito relevante ao representar 17,5% do Passivo não corrente. Releva novamente assinalar o peso de acréscimos, em Outras dívidas a pagar, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo.

– Em 2021, as componentes com maior peso no **Passivo corrente** foram: **Outras dívidas a pagar**, com o peso de 41,4% e o montante registado de 211,8 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 10,3% (+19,7 milhões de euros); Financiamentos obtidos, com o peso de 15,6%, no montante de 79,5 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 10,4% (+7,5 milhões de euros); Fornecedores, com o peso de 18,4% e uma diminuição de valor de 10,4% (-10,9 milhões de euros), ao registar o montante de 94,3 milhões de euros. É importante assinalar o peso de acréscimos, em Outras dívidas a pagar, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo, aplicando-se aqui caso a problemática da periodização relacionada com valores correspondentes a férias e a subsídio de férias.

– Em relação aos gastos, verificou-se um aumento do seu valor total em 111,6 milhões de euros (+13,1%) resultante, essencialmente, do

aumento em **Fornecimentos e serviços externos** em 75,7 milhões de euros (+19,1%), se bem que os Gastos com pessoal, também tiveram um crescimento significativo (+5,8%, +15,4 milhões de euros).

6.5 Serviços Municipalizados

Pontos fortes

– O item **Caixa e depósitos**, que nos municípios apresenta um peso de 7,8% na estrutura do Ativo, nos SM's apresentou um peso de 13,2% na estrutura homóloga ao registar o total de 154 milhões de euros, baixando 3,6% em relação no ano anterior, mas aumentando, em relação a 2011, cerca de 62,0%.

– Importa assinalar a diminuição da dívida do **estado e outros entes públicos** dos SM's. O total considerado foi de 2,8 milhões de euros e apresentou uma diminuição de 18,2% (-625 milhares de euros).

– No final de 2021, o total do **Património líquido** era igual a 958,9 milhões de euros e tinha crescido 5,2% (+47,36 milhões de euros). A componente, mais representativa do Património líquido, Património/Capital apresentou o montante total de 331,25 milhões de euros, representou 34,5% do total do Património líquido e cresceu apenas 0,3% em 2021;

– Relativamente à estrutura dos rendimentos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos nos municípios e nos SM's. Assim, as principais fontes financeiras dos SM's são as Prestações de serviços, e as Vendas e a Variação da produção, respetivamente, com os pesos de 60,6% e de 29,2% no total dos rendimentos. Os municípios, ao transferirem para os SM's as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis, prescindiram dos respetivos rendimentos, o que se refletiu na estrutura dos mesmos, representando o valor dos correspondentes itens contabilísticos um peso muito menor nos rendimentos totais – respetivamente, 5,7% e 0,4%.

– Relativamente à estrutura dos rendimentos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos nos municípios e nos

SM's. Assim, as principais fontes financeiras dos SM's são as **Prestações de serviços**, e as **Vendas**, respetivamente, com os pesos de 60,6% e de 29,1% no total dos rendimentos. Os municípios, ao transferirem para os SM's as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis, prescindiram dos respetivos rendimentos, o que se refletiu na estrutura dos mesmos, representando o valor dos correspondentes itens contabilísticos um peso muito menor nos rendimentos totais – respetivamente, 5,7% e 0,4%.

– Faz-se notar a desproporção verificada quando se comparam os valores dos **montantes apresentados em 2021 de 128,6 milhões de euros de vendas e de 267,5 milhões de euros de prestação de serviços** com os rendimentos homólogos obtidos pelos municípios de tutela, registando-se as razões, respetivamente, de 1 988,5% e 261,7%.

Pontos fracos

– Do total das **dívidas a receber** pelos SM's, no valor de 94,9 milhões de euros, 99,2% resultaram de dívidas de curto prazo (94 milhões de euros) e só 0,8% (805,7 milhares de euros) traduziram dívida de médio e longo prazo (dívidas a receber não correntes);

– O valor das dívidas a receber de **Clientes, contribuintes e utentes** dos SM's, no total de 59,1 milhões de euros, representam 5% do total do Ativo dos SM's, com um volume equivalente a 351,2% das dívidas homólogas a receber do conjunto dos municípios que os tutelam, no conjunto do Ativo não corrente e do Ativo corrente

– **A dívida a receber de curto prazo de Clientes, contribuintes e utentes**, que representou o maior agregado de créditos sobre terceiros (63,3%), apresentou um aumento de 5,1% (+2,9 milhões de euros) e resulta, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento, sendo que, em muitas das situações, se tornarão créditos incobráveis, revelando uma fraca cobrança de créditos sobre terceiros. Comparando o peso destes créditos sobre terceiros com o peso homólogo no conjunto dos municípios de tutela dos SM's, verifica-se que o peso

das dívidas a receber de Clientes, contribuintes e utentes são muito inferiores nos municípios, apresentando o peso de 3,1%.

– **A dívida a receber de médio e longo prazo** (mlp) baixou 4,1 milhões de euros (-83,4%), ao apresentar o total de 805,7 milhares de euros. No entanto, esta descida torna-se menos significativa quando comparada com o valor homólogo de créditos sobre terceiros de 332,3 milhares de euros, registado em 2019 e de 302,6 milhares apresentados em 2015.

– O segundo crédito de curto prazo mais representativo na estrutura da dívida sobre terceiros dos SM's é constituído pelas dívidas de **Outras contas a receber** (outras contas a receber) que representaram 30,3% da dívida sobre terceiros, somando 28,7 milhões de euros, e apresentando um aumento de 8,1% (+2,16 milhões de euros). Importa, contudo, assinalar que apesar de os acréscimos de proveitos, em SNC-AP, estarem inseridos no Ativo, em outras contas a receber, os mesmos não cumprem a definição de ativo.

– Relativamente a 2021, verifica-se que o **Resultado líquido do período** para o setor dos SM's se apresentou no valor negativo de -3,2 milhões de euros, baixando, em relação ao registo de 2020, cerca de 3,6 milhões de euros (-1011%).

– O total do **Passivo não corrente** dos SM's foi de 128,1 milhões de euros e representou 60,7% do Passivo total, enquanto o Passivo corrente, no valor de 82,8 milhões de euros, representou 39,3% do total do Passivo.

– O **Passivo total**, no valor de 210,9 milhões de euros, apresentou, em dezembro de 2021, um decréscimo de 1% (-2,2 milhões de euros), representando 23,8% do valor homólogo dos municípios que os tutelam.

– O **Passivo exigível** foi de 130,1 milhões de euros, representou 61,7% do Passivo total e cresceu, em 2021, 23,9% (+25 milhões de euros) e representou 21,7% do valor homólogo dos municípios de que advêm.

– Observando a estrutura da dívida a terceiros dos SM's no ano de 2021, verificou-se que **as dívidas a terceiros não correntes** representaram 42,4% do total das dívidas², ficando os restantes 57,6% a corresponder à dívida corrente. Relativamente aos respetivos municípios de tutela, a situação foi inversa, isto é, a dívida não corrente teve um peso superior à **dívida corrente**, numa relação de 54,6% para 45,4%.

– A maior componente de gastos dos SM's, em 2021, foi **Fornecimentos e serviços externos**, com o peso de 33% nos gastos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso de Gastos com pessoal (estes, representando 27% na estrutura de gastos) de +6 pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura de gastos dos municípios que tutelam os SM's, onde o peso de Gastos com pessoal foi superior ao peso de Fornecimentos e serviços externos. Os valores apresentados nestas rubricas pelo global dos SM's, em 2021, foram respetivamente de 148,9 milhões de euros e de 122,6 milhões de euros. Mais se verifica que Fornecimento e serviços externos, em 2021, cresceu 4,5% e os Custos co pessoal, cresceram 5,8% neste mesmo ano.

– O índice que traduz os resultados económicos por habitante foi bastante inferior, no contexto dos SM's (-1,20€), ao dos índices homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (16,18€) e no universo dos municípios (8,83€).

6.6 Ranking global

– Para uma pontuação total de 1 800 pontos, a pontuação máxima registada em 2021 foi de 1 600 pontos, alcançada pelo município de Sintra, município de grande dimensão. A segunda maior pontuação foi de 1 511 pontos, tendo sido atribuída ao município de Santa Maria da Feira, município de grande dimensão, tendo a terceira maior dimensão sido de 1 501 e obtida pelo município da Marinha Grande (município de média dimensão).

– Em relação à avaliação efetuada para 2021, aplicando os indicadores e critérios supramencionados anota-se que, **dos 100 municípios com melhor classificação, 14** são de grande dimensão, **34 de média dimensão e 52 de pequena dimensão**. Representando os pequenos municípios 60,1% do total do universo, conclui-se que, genericamente, os municípios de pequena dimensão são os que apresentam maior dificuldade em integrar o ranking dos 100 melhores municípios, em termos de eficácia e eficiência financeira, situação justificada, essencialmente, pelo baixo valor de receitas próprias, designadamente as provenientes de impostos.

– Em resultado da aplicação do Ranking Global, só 74 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira – com base nos indicadores selecionados por este Anuário – ao obterem uma pontuação total superior ou igual a 50% da pontuação global. Em face deste cômputo, a situação não foi muito favorável aos restantes 234 municípios (76% do total do universo), os quais apresentaram uma pontuação global inferior a 50% da pontuação total do Ranking Global, isto é, uma pontuação inferior a 900 pontos. Destes 74 municípios mencionados, 43 obtiveram uma pontuação entre 50% e 70% da pontuação máxima possível.

– Numa análise por distritos, verificou-se que os distritos de Aveiro, Faro, Leiria e Lisboa, foram os que conseguiram integrar metade ou mais dos seus municípios na lista dos 100 melhores do país em termos de eficácia e eficiência financeira.

² Excluindo provisões, acréscimos de custos e diferimentos.

ANEXO I

DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS,
EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2021

Notas:

a) Pelos motivos apresentados na nota introdutória ao capítulo 4, não estão incluídas as cooperativas de interesse público

b) Apresentam-se no final da lista, e não integrados nos municípios, as empresas municipais com mais de 3 municípios participantes.

Unidade: euros

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	M	Abrantes	-	186 511 059	1 481 556	1 153 503	2 299 034	14,4%	9 149 406	511	34 336
SMA		SMA de Abrantes	100%	14 160 976	5 533	0	2 271 245	-	909 388	99	-
CM	M	Águeda	-	91 152 044	1 148 645	298 588	6 613 988	21,5%	10 802 526	472	46 131
CM	P	Aguiar da Beira	-	57 283 708	27 362	0	722 516	10,7%	1 218 109	103	5 231
CM	P	Alandroal	-	8 955 723	-1 392 430	15 372 107	1 223 872	195,6%	1 335 084	198	5 015
CM	M	Albergaria-a-Velha	-	64 504 849	42 926	4 815 799	2 605 570	49,6%	4 776 001	240	24 842
CM	M	Albufeira	-	259 888 564	-4 198 176	6 253 973	11 178 209	20,9%	31 391 277	1 171	44 168
CM	P	Alcácer do Sal	-	64 950 021	7 836 332	2 394 350	2 565 366	28,6%	4 909 486	423	11 113
CM	P	Alcanena	-	55 118 209	383 674	4 469 602	1 788 948	55,2%	3 469 444	178	12 473
EM SA		AQUANENA	100%	16 156 856	219 881	265 243	2 792 017	-	1 138 084	-	-
CM	M	Alcobaça	-	110 057 017	463 285	838 828	4 627 891	15,4%	1 619 105	351	54 973
SMAS		SMAS – Alcobaça	100%	11 975 914	633 001	0	1 337 950	-	1 516 705	53	-
CM	P	Alcochete	-	63 176 571	298 178	3 482 471	4 828 254	45,2%	5 387 017	424	19 145
CM	P	Alcoutim	-	40 755 758	-162 880	2 045 181	1 156 501	37,8%	2 495 226	184	2 523
CM	M	Alenquer	-	87 101 250	-422 603	2 493 243	5 176 624	27,5%	10 278 152	584	44 445
CM	P	Alfândega da Fé	-	45 219 828	-1 557 046	14 510 561	1 732 143	205,1%	886 486	201	4 324
CM	P	Alijó	-	46 719 886	1 362 823	9 404 949	2 403 561	105,3%	1 906 615	156	10 486
CM	P	Aljezur	-	27 561 078	749 373	1 364 310	988 546	21,9%	2 158 280	205	6 045
CM	P	Aljustrel	-	39 027 761	-621 846	2 986 880	4 466 191	73,5%	2 166 927	203	8 874
CM	G	Almada	-	577 028 539	7 472 273	17 944 286	10 335 195	27,7%	42 097 159	1 748	177 268
SMAS		SMAS de Almada	100%	46 368 544	3 080 036	2 056 545	6 868 729	-	6 458 031	456	-
EM SA		WEMOB – EM, S.A	100%	1 026 301	-156 395	183 080	437 220	-	265 478	-	-
CM	P	Almeida	-	47 163 068	329 887	820 109	1 169 726	16,2%	916 837	145	5 887
CM	M	Almeirim	-	63 279 113	715 416	6 725 914	1 402 046	57,3%	1 408 202	275	22 016
CM	P	Almodôvar	-	62 500 942	-774 069	3 632 040	1 606 602	42,7%	5 602 925	264	6 713
CM	P	Alpiarça	-	54 668 566	-163 967	4 667 693	1 115 828	88,4%	1 400 158	178	6 976
CM	P	Alter do Chão	-	39 848 821	74 098	328 901	650 207	14,0%	1 389 761	130	3 044
CM	P	Alvaiázere	-	46 546 581	-449 169	1 365 419	928 883	33,7%	1 155 520	77	6 239
CM	P	Alvito	-	23 049 180	-403 801	1 366 232	618 543	42,0%	426 543	122	2 282
CM	G	Amadora	-	449 632 693	360 599	8 615 468	11 781 871	20,3%	25 106 830	1 730	171 500

* Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL); N.º relativo a 2020; O n.º de funcionários de 2021 não foi divulgado pela DGAL até à data de publicação do Anuário.

** Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Censos 2021.

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
SIMAR		SIMAS de Oeiras e Amadora	100%	206 602 531	1 399 258	0	14 236 125	–	19 138 532	445	–
EM		Amadora Inovation	100%	417 502	33 213	0	90 010	–	230 607	–	–
CM	M	Amarante	–	119 646 506	1 176 459	20 931 594	4 495 801	85,3%	6 066 417	757	52 119
CM	P	Amares	–	45 159 043	2 252 100	4 456 604	2 068 125	46,6%	3 361 860	213	18 595
CM	M	Anadia	–	108 769 005	–1 201 001	2 229 295	2 210 411	22,4%	3 395 528	288	27 535
CM	M	Angra do Heroísmo	–	161 500 607	5 278 137	7 923 458	2 871 393	60,7%	8 035 227	351	33 779
EIM		TERAMB	60%	26 986 156	44 575	1 850 000	4 951 961	–	918 718	–	–
CM	P	Ansião	–	48 656 791	–875 239	2 730 352	844 647	41,5%	1 748 342	115	11 645
CM	M	Arcos de Valdevez	–	119 400 858	–1 865 254	4 881 769	5 256 138	42,3%	2 620 838	289	20 720
CM	P	Arganil	–	56 706 758	881 254	4 178 173	2 979 047	55,2%	2 360 786	213	11 065
CM	P	Armamar	–	30 381 730	737 084	4 496 103	959 595	71,6%	1 029 268	185	5 678
CM	M	Arouca	–	83 265 129	2 488 363	768 977	1 844 304	14,7%	2 489 662	189	21 154
CM	P	Arraiolos	–	45 014 782	–57 195	2 730 757	1 495 219	48,5%	963 908	159	6 619
CM	P	Arronches	–	39 197 024	678 810	83 766	666 218	8,8%	41 391	95	2 789
CM	P	Arruda dos Vinhos	–	29 419 473	–51 379	4 097 135	2 946 739	61,9%	4 130 322	266	13 992
CM	M	Aveiro	–	246 500 115	9 864 870	62 347 001	14 997 391	130,3%	4 117 408	896	80 978
EM		Aveiro Expo – Parque de Exposições	51%	si	si	si	si	–	si	–	–
CM	P	Avis	–	43 012 238	–2 328 199	702 805	979 011	23,3%	727 157	186	3 812
CM	M	Azambuja	–	56 568 342	–2 182 653	5 674 966	2 775 207	39,2%	5 548 953	407	21 422
CM	P	Baião	–	62 585 257	551 279	4 818 957	3 136 167	51,9%	3 549 063	353	17 535
CM	G	Barcelos	–	180 964 015	5 114 815	3 243 435	10 127 075	21,7%	15 715 872	802	116 766
EM		EMEC – EM de Educação e Cultura	100%	–1 019 922	–135 149	1 250 000	550 622	–	570 338	–	–
CM	P	Barrancos	–	10 553 445	–129 972	511 689	445 276	25,8%	475 436	93	1 440
CM	M	Barreiro	–	117 655 601	845 010	23 381 656	12 798 719	83,3%	15 819 122	792	78 359
SIMAS		SMTC – Transp. Colectivos do Barreiro	100%	2 246 262	–579 394	11 260 740	2 160 394	–	830 007	si	–
CM	P	Batalha	–	63 341 479	–754 821	2 097 324	2 414 435	35,4%	3 556 224	227	15 558
CM	M	Beja	–	122 413 050	646 106	6 510 567	3 055 293	39,7%	4 683 884	483	33 400
EEM		EMAS – EM de Água e Saneamento de Beja	100%	12 057 449	–229 780	5 115 287	3 137 178	–	1 812 236	–	–
CM	P	Belmonte	–	22 182 757	–847 839	3 273 516	7 697 502	174,6%	1 291 801	115	6 205
EM		EMPDS – Promoção e Desenvolv. Social	100%	–34 388	–110 517	0	122 462	–	21 343	–	–
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	0,2%	1 943 164	–53 346	1 655 675	387 097	–	395 548	–	–
CM	M	Benavente	–	80 037 818	2 254 504	2 389 478	2 547 179	25,4%	10 899 650	360	29 716
CM	P	Bombarral	–	52 094 373	936 137	402 584	920 754	13,5%	2 265 274	209	12 750
CM	P	Borba	–	32 694 416	–761 301	4 533 834	1 748 145	88,2%	1 123 003	186	6 428
CM	P	Boticas	–	68 951 428	–1 737 057	164 920	1 000 176	10,4%	3 247 879	165	5 000
CM	G	Braga	–	546 715 241	7 391 657	20 645 830	31 250 565	53,7%	57 321 924	1 647	193 349
EM		AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	51%	80 205 985	6 972 072	32 365 215	36 915 899	–	41 224 329	–	–
EM		BRAGAHABIT – Habitação	100%	14 245 804	–73 050	5 627	1 925 552	–	3 468 833	–	–

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
EM		InvestBraga – Agência p/ Dinamiz. Económica	100%	325 346	3 960	0	562 996	–	383 634	–	–
EM SA		Teatro Circo de Braga	100%	1 683 808	199 946	486 711	432 165	–	833 680	–	–
EM		TUB – Transportes Urbanos	100%	4 609 317	635 090	18 640 839	3 139 435	–	5 459 429	–	–
CM	M	Bragança	–	174 069 097	–1 669 289	2 060 453	5 387 819	16,5%	12 332 580	359	34 589
CM	P	Cabeceiras de Basto	–	79 365 652	–2 474 915	4 051 341	2 255 364	44,7%	1 736 695	333	15 560
CM	P	Cadaval	–	39 194 258	1 338 625	1 326 639	1 441 138	20,5%	1 285 891	201	13 372
CM	M	Caldas da Rainha	–	115 653 444	1 125 495	2 935 921	5 032 310	26,7%	1 245 178	308	50 917
SMTc		SMAS de Caldas da Rainha	100%	33 377 540	–1 588 627	0	1 847 827	–	1 088 691	176	–
CM	P	Calheta (R.A.A.)	–	21 127 358	–125 543	0	347 580	8,2%	100 123	102	3 437
CM	P	Calheta (R.A.M.)	–	46 856 514	176 370	1 933 932	1 000 146	28,4%	1 625 309	169	10 915
CM	M	Câmara de Lobos	–	155 572 403	–294 720	5 689 357	562 830	51,8%	2 360 302	248	32 164
CM	P	Caminha	–	13 882 836	1 537 893	3 908 651	19 272 142	140,6%	2 083 627	342	15 800
CM	P	Campo Maior	–	55 559 794	–2 541 469	256 449	1 254 907	18,7%	4 302 127	227	8 042
EM		CampoMaior XXI	100%	–51 267	–25 083	0	71 947	–	18 086	–	–
CM	M	Cantanhede	–	127 718 734	1 264 807	5 495 474	2 715 232	37,2%	8 424 478	306	34 217
EM SA		INOVA – Emp. Desenv. Ecom. e Social	100%	25 143 283	31 862	4 760 949	2 537 874	–	836 134	–	–
CM	P	Carraceda de Ansiães	–	31 859 684	–2 047 542	360 532	1 062 321	11,5%	1 838 887	143	5 491
CM	P	Carregal do Sal	–	31 902 020	–1 672 888	1 205 355	1 204 607	34,3%	1 045 317	149	9 038
CM	M	Cartaxo	–	3 462 196	871 475	50 641 782	2 349 823	374,2%	18 099 155	330	23 187
CM	G	Cascais	–	793 430 665	49 932 017	21 662 875	22 006 879	20,3%	76 671 907	2 262	214 158
EM SA		Cascais Dinâmica	100%	29 007 157	288 764	700 000	1 350 989	–	1 003 299	–	–
EM SA		Cascais Envolvente	100%	1 733 388	145 120	5 574 991	441 322	–	593 076	–	–
EM SA		Cascais Próxima	100%	3 494 038	22 720	14 922 231	3 324 074	–	12 294 952	–	–
EM SA		EMAC – EM de Ambiente de Cascais	100%	1 843 212	11 807	4 601 088	2 700 889	–	784 279	–	–
CM	P	Castanheira de Pêra	–	23 655 006	87 805	2 039 502	415 450	54,1%	637 006	66	2 657
EM		Prazilandia -Turismo e Ambiente	100%	1 172 019	24 149	49 459	68 662	–	32 642	–	–
EM SA		RIBEIRAPERA	56%	333 647	2 988	32 420	20 052	–	25 376	–	–
CM	M	Castelo Branco	–	425 755 222	–1 416 157	2 288 510	4 863 888	21,2%	6 797 051	537	52 291
SMAS		SM de Castelo Branco	100%	53 011 519	–994 141	0	1 699 705	–	1 741 036	121	–
EM SA		ALBIGEC	100%	435 724	–145 250	0	119 088	–	17 281	–	–
CM	P	Castelo de Paiva	–	31 674 777	1 043 261	3 405 885	2 332 135	52,9%	1 978 053	155	15 589
CM	P	Castelo de Vide	–	48 190 890	–1 837 492	20 650	613 196	11,1%	105 171	166	3 116
CM	P	Castro Daire	–	57 183 736	–4 029 221	3 607 558	2 755 764	38,5%	1 865 632	288	13 736
CM	P	Castro Marim	–	66 189 203	229 168	3 973 694	2 506 545	46,2%	4 487 879	218	6 439
CM	P	Castro Verde	–	41 746 269	–1 573 297	2 494 752	2 765 045	57,5%	1 041 320	263	6 873
CM	P	Celorico da Beira	–	25 985 039	867 242	9 913 564	2 286 038	142,7%	1 845 325	193	6 584
CM	P	Celorico de Basto	–	57 011 495	1 466 610	11 602 470	3 164 817	118,9%	2 036 751	296	17 645
CM	P	Chamusca	–	39 947 155	–374 162	240 778	1 115 959	12,2%	430 529	209	8 530

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	M	Chaves	-	133 978 770	1 501 027	15 800 430	10 562 238	77,8%	7 655 289	475	37 592
EM SA		GEMC – Gestão Equipamentos	100%	1 549 618	-47 233	350 000	205 635	-	247 257	-	-
CM	P	Cinfães	-	46 887 015	1 718 883	968 783	2 018 575	17,0%	1 368 342	317	17 731
EM		Quinta de Tuberaias – Ensino Prof. de Cinfães	100%	si	si	si	si	-	si	-	-
CM	G	Coimbra	-	609 099 278	-808 165	28 639 277	25 945 164	63,1%	38 881 262	1 292	140 838
SM		SMTUC – Transp. Urbanos de Coimbra	100%	7 882 440	-54 898	1 577 333	3 424 116	-	2 553 750	457	-
EM		AC Aguas de Coimbra	100%	58 371 649	-1 209 455	4 000 000	13 486 680	-	9 164 957	-	-
EM SA		iParque – Parque Inov. Ciência, Tec. e Saúde	93%	5 495 023	-119 814	913 050	611 966	-	1 020 188	-	-
EM		PRODESO – Ensino Profissional	69%	272 240	412	101 500	87 802	-	790 710	-	-
CM	P	Condeixa-a-Nova	-	57 548 095	58 613	1 815 450	2 861 123	38,4%	3 908 603	263	16 735
CM	P	Constância	-	24 282 552	-422 449	786 529	690 218	27,6%	1 074 404	124	3 799
CM	P	Coruche	-	109 194 107	1 474 477	1 043 614	2 445 517	18,4%	2 575 399	373	17 356
CM	P	Corvo	-	11 561 053	52 248	208 851	107 544	20,8%	20 332	33	384
CM	M	Covilhã	-	230 443 643	-4 420 808	25 954 915	4 663 243	99,5%	11 766 769	608	46 457
EEM		ICOVI – Infraestruturas e Concessões	100%	76 192 005	-257 714	3 576 085	2 187 322	-	504 392	-	-
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	79,6%	1 943 164	-53 346	1 655 675	387 097	-	395 548	-	-
EM		ADC – Aguas da Covilhã	51%	15 155 526	89 387	5 019 347	10 835 084	-	12 899 608	-	-
CM	P	Crato	-	29 714 937	17 069	2 720 272	946 627	50,2%	648 415	115	3 225
CM	P	Cuba	-	23 029 185	-961 408	2 576 106	1 805 995	88,4%	502 655	143	4 374
Soc.		Centro Estudos e Form. Prof. Diogo Dias Melgaz	100%	si	si	si	si	-	si	-	-
CM	M	Elvas	-	96 788 113	-1 484 798	305 013	3 024 180	13,3%	1 411 449	464	20 733
CM	M	Entroncamento	-	53 558 391	1 434 126	6 227 443	2 514 646	64,8%	6 674 090	302	20 141
CM	M	Espinho	-	108 778 976	-1 209 137	22 057 127	4 694 957	109,9%	8 522 557	552	31 045
CM	M	Esposende	-	107 008 759	2 551 043	6 137 619	4 564 619	45,1%	2 536 182	213	35 138
EEM		EAMB – Esposende Ambiente	100%	22 369 532	14 729	929 156	2 743 507	-	1 062 236	-	-
EEM		ESPOSENDE 2000	100%	451 610	-64 638	250 000	267 479	-	53 159	-	-
CM	M	Estarreja	-	93 837 597	-339 383	3 167 536	3 058 974	37,2%	6 030 807	241	26 224
CM	P	Estremoz	-	42 847 725	-934 236	4 614 102	3 152 464	64,5%	2 402 280	329	12 683
CM	M	Évora	-	103 824 055	-4 392 564	43 974 982	22 684 447	151,4%	10 378 365	987	53 591
EM		HABEVORA – Gestão habitacional	100%	14 974 639	12 189	2 181 768	10 380 240	-	612 481	-	-
CM	M	Fafe	-	106 369 550	1 858 184	3 692 823	5 041 080	25,8%	7 626 321	515	48 506
CM	M	Faro	-	147 560 280	1 560 422	13 776 384	5 255 319	45,0%	2 562 145	874	67 650
SMTCU		Teatro Municipal de Faro – SM	100%	311 896	-20 984	0	96 856	-	85 931	15	-
EM		Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	100%	2 820 629	15 343	9 291 124	1 772 456	-	400 949	-	-
EM		FAGAR – Faro Gestão de Aguas e Resíduos	51%	19 780 602	98 511	1 414 845	5 460 149	-	3 980 158	-	-
CM	M	Felgueiras	-	156 079 286	-6 878 007	7 974 992	7 295 589	42,0%	9 844 991	768	55 855
EM		ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	100%	5 982 007	88 025	325 000	110 396	-	395 406	-	-
EM		EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	99%	169 980	-174 914	105 000	252 672	-	1 333 951	-	-

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	P	Ferreira do Alentejo	-	32 712 410	-603 516	815 143	1 559 026	21,1%	1 033 473	210	7 686
CM	P	Ferreira do Zêzere	-	55 108 333	-2 807 773	0	956 372	7,6%	1 491 063	120	7 801
CM	M	Figueira da Foz	-	209 968 699	-4 137 907	17 030 976	8 727 024	58,2%	22 124 337	807	58 962
EM		Figueira Domus – Gestão de Habitação	100%	7 257 373	609 629	6 455 537	275 944	-	182 162	-	-
CM	P	Figueira de Castelo Rodrigo	-	20 142 024	-218 381	2 796 225	2 794 210	67,5%	917 932	182	5 148
CM	P	Figueiró dos Vinhos	-	20 663 990	-2 547 619	1 404 286	2 262 267	56,7%	673 827	167	5 281
CM	P	Fornos de Algodres	-	6 060 013	151 946	26 866 512	620 195	460,1%	1 037 571	106	4 403
CM	P	Freixo de Espada à Cinta	-	38 084 753	-1 754 015	7 707 793	4 903 026	203,1%	986 641	184	3 216
CM	P	Fronteira	-	35 440 294	-896 566	1 736 150	580 011	49,8%	1 492 868	107	2 858
CM	G	Funchal	-	970 325 337	-40 806 382	33 648 640	13 721 285	64,9%	28 520 970	1 676	105 795
EM		Frente MarFunchal	100%	-362 441	-579 079	262 292	1 577 359	-	134 741	-	-
EM		Sociohabitafunchal	100%	102 135	-39 116	0	286 675	-	80 056	-	-
CM	M	Fundão	-	68 336 320	455 448	51 132 719	2 995 681	226,9%	10 127 098	311	26 509
EM		Viverfundão	100%	si	si	si	si	-	si	-	-
CM	P	Gavião	-	26 263 882	-634 946	1 357 609	902 057	34,9%	4 149 137	147	3 394
CM	P	Góis	-	26 073 600	-85 388	1 315 084	1 153 593	28,5%	1 350 390	176	3 811
CM	P	Golegã	-	29 704 681	-305 763	1 889 988	1 001 559	48,6%	1 197 661	141	5 400
CM	G	Gondomar	-	329 354 178	13 118 081	55 050 051	17 185 502	89,9%	41 118 276	1 617	164 277
CM	P	Gouveia	-	48 493 598	-1 420 757	5 004 841	10 480 571	143,4%	2 824 496	211	12 223
EIM SA		APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	8 323 161	-278 223	500 000	1 678 579	-	4 831 191	-	-
CM	P	Grândola	-	117 968 249	11 575 523	1 912 915	3 803 130	22,3%	8 532 393	471	13 823
EM		Infratroia – Infraestruturas	74%	990 384	111 361	0	1 060 101	-	428 556	-	-
CM	M	Guarda	-	158 060 061	-1 181 775	10 618 119	5 529 108	43,4%	14 986 301	561	40 126
CM	G	Guimarães	-	463 184 029	1 534 161	29 161 722	10 599 342	45,9%	38 200 395	1 490	156 849
EEM		CASFIG – Coordenação das Habitações	100%	549 810	2 941	0	240 139	-	71 025	-	-
EIM		Vimágua	90%	23 043 209	667 639	8 731 103	16 992 027	-	4 689 071	-	-
EM SA		Vitrus Ambiente	100%	2 061 189	344 485	459 537	862 984	-	761 610	-	-
CM	P	Horta	-	55 816 627	-2 167 388	3 189 954	1 105 150	41,9%	1 213 658	166	14 334
EEM		Urbhorta	100%	473 686	-72 864	2 087 952	272 360	-	532 569	-	-
CM	P	Idanha-a-Nova	-	67 351 379	-1 640 207	3 776 401	2 270 380	36,2%	14 898 040	326	8 356
CM	M	Ílhavo	-	160 870 706	228 873	3 186 915	4 945 713	29,8%	12 259 479	501	39 239
CM	M	Lagoa (Algarve)	-	120 066 378	808 112	996 525	3 579 512	6,0%	4 687 627	414	23 734
CM	P	Lagoa (R.A.A)	-	40 880 834	-1 890 018	5 179 654	14 793 854	194,7%	2 158 100	150	14 191
CM	M	Lagos	-	274 020 497	19 953 566	4 045 954	21 260 494	48,2%	26 072 735	839	33 500
EM SA		Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva	100%	1 277 291	-219 448	0	515 927	-	185 267	-	-
CM	P	Lajes das Flores	-	16 295 206	-400 215	319 457	340 313	20,8%	125 220	76	1 408
CM	P	Lajes do Pico	-	30 997 806	341 102	1 577 033	376 901	38,4%	264 150	105	4 340
CM	M	Lamego	-	85 234 839	963 903	23 946 227	3 922 208	139,9%	934 941	279	24 315

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	G	Leiria	-	374 603 351	10 405 159	16 628 609	12 220 558	38,5%	39 003 020	706	128 616
SM		SMAS de Leiria	100%	56 181 195	1 552 506	0	3 339 332	-	3 757 566	143	-
CM	G	Lisboa	-	2 608 306 031	-101 257 156	247 481 898	202 826 404	60,4%	270 974 543	9 567	545 923
EM SA		Companhia Carris de Ferro de Lisboa	100%	114 544 448	11 546 404	24	75 400 516	-	28 907 534	-	-
EM SA		EGEAC – Gest. Equipam. e Animação Cultural	100%	3 911 333	3 459	2 350 000	9 312 662	-	4 737 819	-	-
EM SA		EMEL – EPM de Mobilidade e Estacionamento	100%	40 601 141	29 175	2 475 875	29 623 130	-	7 952 100	-	-
EM SA		GEBALIS – Gest. Bairros Municipais Lisboa	100%	4 023 402	991 866	7 306 667	8 867 975	-	5 590 526	-	-
EM SA		Lisboa Ocidental, SRU	100%	17 255 487	0	15 975 000	25 316 290	-	29 133 176	-	-
EMT SA		TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	100%	25 105 986	24 952	0	32 444 341	-	3 337 476	-	-
CM	M	Loulé	-	429 287 191	22 172 589	13 748 323	15 263 270	20,1%	44 664 472	1 940	72 348
EM SA		Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas	51%	1 431 665	89 335	483 870	2 293 632	-	517 075	-	-
EM SA		Inframoura – Empresa de Infra-Estruturas	51%	1 838 508	402 722	563 991	2 823 433	-	1 219 054	-	-
EM SA		Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	51%	5 655 122	192 662	293 363	2 162 066	-	526 538	-	-
EM SA		Loulé Concelho Global	100%	1 761 838	-189 773	638 310	677 610	-	42 454	-	-
CM	G	Loures	-	1 338 386 042	999 528	19 462 643	23 508 636	35,3%	42 855 117	2 474	201 632
SMAS		SIMAR de Loures e Odivelas	100%	39 432 419	-5 368 593	374 113	14 796 932	-	12 364 226	911	-
EM		Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	100%	2 409 553	-218 463	180 000	711 563	-	87 619	-	-
EM		Loures Parque – Estacionamento	100%	19 255	19 255	0	58 053	-	65 760	-	-
CM	M	Lourinhã	-	92 050 978	-1 799 994	7 103 991	2 414 681	42,3%	2 720 607	551	26 246
CM	P	Lousã	-	61 143 139	-829 522	2 127 088	1 621 319	28,8%	3 154 677	182	17 007
CM	M	Lousada	-	137 232 758	2 710 807	9 357 518	7 522 520	59,9%	6 084 829	666	47 376
EM		Lousada Seculo XXI	100%	238 933	124	66 000	172 864	-	171 661	-	-
CM	P	Mação	-	31 911 101	43 765	2 128 133	1 092 895	36,7%	1 189 296	185	6 402
CM	P	Macedo de Cavaleiros	-	27 571 211	-283 698	12 113 152	4 174 651	98,0%	7 567 126	304	14 252
CM	P	Machico	-	54 339 443	179 243	2 360 697	2 615 081	47,6%	3 925 129	186	19 594
CM	P	Madalena	-	30 872 968	26 152	1 438 707	1 867 488	55,6%	361 533	95	6 323
CM	M	Mafra	-	274 609 613	6 089 858	22 966 921	10 123 021	48,4%	32 535 837	1 006	86 521
SMAS		SMAS de Mafra	100%	48 296 336	982 932	21 506 386	2 054 057	-	2 292 290	90	-
EM SA		Giatul – Gest.. Infra-Estruturas Activ.Turísticas	100%	6 103 482	96 387	2 244 412	2 031 089	-	327 229	-	-
SA		Matadouro Regional de Mafra	93%	1 707 076	171 556	0	494 722	-	478 998	-	-
CM	G	Maia	-	417 919 024	8 108 020	14 596 404	10 812 534	29,3%	49 670 446	925	134 988
SMAES		SMAS da Maia	100%	55 950 467	1 339 115	6 836 431	3 724 679	-	6 030 941	158	-
EM		EMEM – Emp. Metropolitana Estacionamento	100%	524 214	29 302	0	200 560	-	8 449	-	-
EM		Espaço Municipal – Renov. Urb.e Gestão Patrim.	100%	14 655 636	1 627	1 382 257	2 938 748	-	1 647 309	-	-
EM		Maiambiente	100%	3 609 916	3 029	0	2 799 145	-	3 684 892	-	-
CM	P	Mangualde	-	61 155 703	196 080	4 883 989	3 493 756	52,6%	4 448 470	328	18 303
CM	P	Manteigas	-	25 832 518	-463 502	2 150 465	577 370	51,3%	1 283 994	61	2 909

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	0,2%	1 943 164	-53 346	1 655 675	387 097	-	395 548	-	-
CM	M	Marco de Canaveses	-	74 148 384	1 857 128	18 206 890	4 345 712	83,3%	1 508 455	590	49 546
CM	M	Marinha Grande	-	124 265 994	1 107 555	131 451	2 480 952	6,9%	3 357 345	266	39 032
EM SA		TUMG – Transportes Urbanos	100%	637 920	3 980	156 689	198 195	-	244 873	-	-
CM	P	Marvão	-	30 424 360	-1 326 716	431 294	610 553	20,0%	819 656	137	3 021
CM	G	Matosinhos	-	676 249 841	3 408 352	41 933 290	18 004 262	47,7%	48 226 128	1 997	172 586
EM		Matosinhoshabit – Habitação de Matosinhos	100%	823 700	282 538	6 933	414 084	-	361 530	-	-
EM SA		MS Matosinhos Sport	100%	281 502	-2 393	0	1 227 756	-	223 874	-	-
CM	P	Mealhada	-	83 809 944	-295 219	0	2 010 768	10,4%	6 847 561	316	19 355
CM	P	Mêda	-	29 408 621	195 999	2 945 108	1 386 694	56,6%	2 013 703	163	4 633
CM	P	Melgaço	-	62 779 581	109 788	3 524 574	7 488 388	96,6%	2 882 266	280	7 773
EM		Cura Aquae-Termas de Melgaço	51%	1 709 693	-509	901 868	478 081	-	28 684	-	-
EM		Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	100%	10 263 238	-98 592	0	439 590	-	460 463	-	-
SA		Quintas de Melgaço	63%	si	si	si	si	-	si	-	-
CM	P	Mértola	-	65 936 011	992 892	2 362 656	1 307 373	28,1%	1 030 805	273	6 208
CM	P	Mesão Frio	-	14 531 807	144 975	3 989 322	1 449 339	119,4%	835 073	172	3 548
CM	P	Mira	-	111 467 477	-18 178	2 031 141	3 419 745	47,2%	6 297 956	205	12 114
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	8 708 521	-325 268	1 817 291	4 905 671	-	5 211 059	-	-
CM	P	Miranda do Corvo	-	60 856 546	-997 616	842 440	2 750 616	32,4%	1 530 420	172	12 005
CM	P	Miranda do Douro	-	43 810 447	-1 529 748	2 425 276	1 319 387	31,4%	2 744 854	182	6 464
CM	M	Mirandela	-	50 223 837	-2 537 059	7 558 219	6 237 857	63,6%	1 418 023	385	21 394
EIM SA		AIN – Agro-Industrial do Nordeste	49%	3 612 601	-216 903	434 734	572 266	-	1 986 110	-	-
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	-1 567 532	3 021	0	1 839 995	-	1 908	-	-
CM	P	Mogadouro	-	67 545 554	-1 728 603	216 506	1 482 863	7,9%	215 946	188	8 301
CM	P	Moimenta da Beira	-	43 330 716	492 568	758 027	2 823 410	37,2%	2 736 704	127	9 410
CM	M	Moita	-	164 430 279	-2 378 664	3 292 341	5 128 524	22,4%	8 824 685	705	66 262
CM	P	Monção	-	52 449 780	-1 612 854	5 046 512	6 200 711	69,5%	339 573	313	17 818
EM		Matadouro Regional de Monção	100%	si	si	si	si	-	si	-	-
CM	P	Monchique	-	43 278 242	-1 719 448	0	1 479 221	14,6%	1 260 688	231	5 462
CM	P	Mondim de Basto	-	37 753 810	567 845	2 644 969	1 198 859	42,7%	1 523 170	140	6 410
CM	P	Monforte	-	15 173 489	-595 235	2 849 627	1 223 039	78,1%	544 493	177	2 992
CM	P	Montalegre	-	84 064 904	-1 870 696	2 565 549	1 912 890	22,4%	5 665 221	268	9 261
CM	P	Montemor-o-Novo	-	52 527 934	190 122	676 357	4 519 862	29,6%	2 988 790	348	15 804
CM	M	Montemor-o-Velho	-	97 646 357	-828 799	10 345 954	3 175 332	82,1%	5 992 891	294	24 574
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	8 708 521	-325 268	1 817 291	4 905 671	-	5 211 059	-	-
CM	M	Montijo	-	256 446 555	1 392 147	3 377 719	4 212 829	21,3%	11 843 608	965	55 689
SMAS		SMAS do Montijo	100%	21 794 543	-562 292	0	1 338 443	-	1 569 674	98	-
CM	P	Mora	-	27 347 421	216 290	938 197	1 471 285	37,5%	1 696 748	155	4 135

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	P	Mortágua	-	52 366 224	-899 527	1 107 371	1 029 616	23,8%	6 934 368	146	8 965
CM	P	Moura	-	128 969 926	-2 403 651	3 682 562	4 001 297	53,5%	2 276 187	363	13 259
EM		Herdade da Contenda	100%	568 139	147 430	100 000	256 834	-	93 516	-	-
EM SA		Logica – Sociedade Gestora do Tecnológico	79%	1 983 226	37 964	240 000	52 527	-	69 936	-	-
CM	P	Mourão	-	10 874 007	-217 131	5 210 156	1 087 047	118,4%	497 761	165	2 351
CM	P	Murça	-	31 335 724	48 675	1 277 257	2 866 841	56,5%	4 540 968	109	5 245
CM	P	Murtosa	-	72 586 030	-225 295	505 040	924 279	14,4%	1 688 057	73	10 478
CM	P	Nazaré	-	20 883 133	883 831	30 990 150	1 921 364	258,5%	3 271 681	239	14 885
EM		Nazaré Qualifica	100%	37 718	3 851	337 782	349 885	-	91 918	-	-
SM		SM de Nazaré	100%	3 548 952	-806 940	300 000	2 915 426	-	882 501	106	-
CM	P	Nelas	-	27 920 200	-1 576 288	9 688 334	4 320 352	140,5%	7 474 820	225	13 121
CM	P	Nisa	-	48 997 588	371 471	1 540 307	1 312 729	25,8%	1 015 633	215	5 954
CM	P	Nordeste	-	58 521 991	-30 285	13 280 677	399 849	266,7%	572 180	63	4 369
EM SA		Nordeste Activo	100%	831 175	589	1 682 938	420 337	-	163 063	-	-
CM	P	Óbidos	-	80 598 939	332 047	3 153 063	2 060 792	34,5%	4 341 811	254	11 924
EM		Óbidos Criativa	100%	1 734 051	22 445	0	189 908	-	690 295	-	-
CM	M	Odemira	-	92 636 713	2 396 231	2 763 368	4 022 412	21,1%	5 071 528	464	29 576
CM	G	Odivelas	-	334 922 241	2 797 993	13 959 637	12 715 048	31,6%	32 155 737	1 420	148 058
SMAS		SIMAR de Loures e Odivelas	100%	39 432 419	-5 368 593	374 113	14 796 932	-	12 364 226	911	-
CM	G	Oeiras	-	649 357 466	-18 742 605	7 801 771	20 296 918	12,8%	14 793 408	2 707	171 767
SIMAR		SIMAS de Oeiras e Amadora	100%	206 602 531	1 399 258	0	14 236 125	-	19 138 532	445	-
EEM		Oeiras Viva-Gestão Equip. Sócio Cult. e Desp.	100%	870 055	-163 175	0	650 329	-	198 963	-	-
EM SA		Parques Tejo – Parques de Oeiras	100%	4 760 736	-429 729	0	687 952	-	116 768	-	-
CM	P	Oleiros	-	34 639 723	-5 651 795	2 920 314	1 360 850	48,0%	1 357 353	135	4 905
CM	M	Olhão	-	127 163 313	3 011 933	11 246 032	3 567 196	53,9%	3 469 995	593	44 643
EM		AMBIOLHÃO-EM de Ambiente de Olhão	100%	16 631 132	21 794	9 326 080	1 957 820	-	3 879 746	-	-
EEM		Fesnima – Animação de Olhão	100%	1 398 573	6 235	4 160 974	201 317	-	112 554	-	-
EM		Mercados de Olhão	100%	229 937	7 454	5 825	128 025	-	61 815	-	-
CM	M	Oliveira de Azeméis	-	217 008 580	9 497 111	2 394 228	6 741 365	20,9%	13 416 241	780	66 190
CM	P	Oliveira de Frades	-	55 319 678	1 519 022	2 875 676	1 674 174	49,2%	1 847 251	170	9 506
CM	M	Oliveira do Bairro	-	92 988 864	458 539	5 355 357	2 260 659	44,8%	5 622 682	282	23 143
CM	P	Oliveira do Hospital	-	40 165 196	803 584	3 900 277	2 020 167	38,8%	2 832 291	271	19 416
EIM SA		APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	8 323 161	-278 223	500 000	1 678 579	-	4 831 191	-	-
CM	M	Ourém	-	167 938 996	95 118	4 565 915	4 012 819	26,5%	13 611 882	509	44 538
CM	P	Ourique	-	23 275 688	1 829 570	939 139	1 622 364	29,3%	272 437	197	4 840
CM	M	Ovar	-	138 241 552	-6 875 743	2 201 912	6 567 297	26,9%	10 258 915	397	54 968
CM	M	Paços de Ferreira	-	80 032 506	641 044	38 982 548	4 250 755	167,4%	7 500 068	563	55 598
EM SA		Gespaços – Gestão Equipamentos Municipais	100%	10 279 700	-234 592	0	179 148	-	662 211	-	-

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	M	Palmela	-	124 174 431	4 340 033	11 370 901	6 828 279	35,9%	15 894 746	922	68 856
EM		Palmela Desporto	100%	98 073	-190 575	0	376 787	-	58 234	-	-
CM	P	Pampilhosa da Serra	-	53 499 669	1 292 732	288 238	1 097 989	10,9%	1 549 124	189	4 083
CM	M	Paredes	-	179 798 954	-2 294 455	29 016 438	12 735 523	100,2%	14 668 239	618	84 371
CM	P	Paredes de Coura	-	61 174 118	-687 038	3 532 515	1 907 307	48,1%	900 802	154	8 632
CM	P	Pedrógão Grande	-	30 017 137	-664 867	2 324 407	746 104	54,7%	869 252	126	3 391
CM	P	Penacova	-	42 679 200	-1 947 930	2 464 613	1 739 092	38,1%	2 333 953	250	13 113
EM		Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equip.	100%	132 314	19 503	0	38 882	-	22 418	-	-
CM	M	Penafiel	-	165 336 347	2 000 577	5 835 361	11 987 902	51,3%	2 385 567	591	69 630
EEM		Penafiel Activa	100%	536 758	4 341	0	72 586	-	235 814	-	-
EM		Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	100%	11 653 068	188 887	1 931 893	5 971 462	-	1 469 339	-	-
CM	P	Penalva do Castelo	-	34 728 643	81 793	625 217	1 269 693	16,4%	1 420 119	111	7 333
CM	P	Penamacor	-	47 649 314	1 297 516	1 229 976	689 371	19,4%	799 097	92	4 768
CM	P	Penedono	-	38 333 294	464 580	0	479 932	6,9%	1 374 451	88	2 738
CM	P	Penela	-	23 783 564	-383 043	1 772 763	1 082 585	41,0%	1 077 411	111	5 440
CM	M	Peniche	-	33 919 717	-639 666	6 589 949	5 000 125	66,9%	935 095	565	26 431
SMAS		SMAS de Peniche	100%	18 073 431	468 419	0	591 601	-	2 341 493	85	-
CM	P	Peso da Régua	-	34 355 635	-4 747 092	12 427 906	7 795 442	151,4%	2 705 851	311	14 541
CM	P	Pinhel	-	32 132 998	5 327	4 117 252	4 331 464	77,7%	1 349 141	235	8 092
CM	M	Pombal	-	239 117 461	1 161 867	3 539 631	5 301 583	17,9%	7 177 903	463	51 170
EEM		Pmugest – Pombal Manutenção Urbana	100%	891 673	61 119	0	447 733	-	286 315	-	-
CM	M	Ponta Delgada	-	154 982 341	2 271 627	12 753 361	6 207 047	49,2%	11 719 514	735	67 233
SMAS		SMAS de Ponta Delgada	100%	42 582 094	1 774 629	0	1 260 419	-	1 590 491	225	-
EM SA		Cidade em Acção	100%	317 950	-349 247	12 572 710	29 495	-	87 070	-	-
EM SA		Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	100%	10 373 311	-40 826	2 537 623	191 239	-	83 167	-	-
CM	P	Ponta do Sol	-	53 362 519	-277 029	0	694 293	9,5%	916 327	83	8 361
CM	P	Ponte da Barca	-	47 415 017	381 657	4 734 961	4 103 988	82,8%	4 232 079	242	11 049
CM	M	Ponte de Lima	-	161 833 782	-2 426 909	2 046 586	5 566 448	24,2%	9 571 876	555	41 169
CM	P	Ponte de Sor	-	94 818 326	106 061	215 504	3 603 232	23,2%	3 933 052	320	15 249
CM	M	Portalegre	-	103 335 918	1 533 352	10 395 889	3 371 702	87,6%	3 519 515	344	22 341
SMAT		SMAT de Portalegre	100%	si	si	si	si	-	si	56	-
CM	P	Portel	-	34 611 577	-576 988	1 515 571	1 759 402	35,1%	686 393	247	5 747
CM	M	Portimão	-	234 895 558	2 927 401	112 314 896	7 266 170	214,3%	34 385 011	981	59 867
EM SA		EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	100%	48 587 532	2 064 099	0	6 665 490	-	5 020 033	-	-
CM	G	Porto	-	1 724 494 766	26 160 633	16 746 828	48 324 903	28,4%	126 073 750	3 256	231 828
EM		ÁGORA – Cultura e Desporto, EM, SA	100%	2 884 834	37 275	1 228	5 138 257	-	1 375 279	-	-
EM		CMPEA – Águas do Porto	100%	143 444 976	3 584 461	3 000 000	27 744 172	-	15 340 973	-	-

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
EM		CMPH – Domus Social	100%	1 219 428	34 324	0	5 710 608	–	2 287 278	–	–
EM		Empresa Municipal de Ambiente do Porto	100%	5 429 109	533 201	4 471 638	3 731 998	–	3 644 686	–	–
EM		Gestão de Obras Públicas da CM do Porto	100%	1 317 971	3 699	0	5 031 553	–	728 584	–	–
SA		Porto Vivo, SRU	100%	8 540 048	1 364 302	10 260 000	514 373	–	300 267	–	–
CM	M	Porto de Mós	–	67 634 544	1 653 914	966 519	1 666 134	13,4%	4 861 953	296	23 203
CM	P	Porto Moniz	–	23 285 189	601 036	1 116 239	295 354	26,9%	974 615	83	2 517
CM	P	Porto Santo	–	36 391 192	–2 158 965	1 852 254	1 251 947	66,6%	1 885 752	103	5 151
CM	M	Póvoa de Lanhoso	–	65 683 718	–1 190 179	6 595 647	2 256 445	53,0%	4 046 368	234	21 775
EM		EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	100%	622 456	21 774	2 422	288 225	–	396 028	–	–
CM	M	Póvoa de Varzim	–	152 779 778	2 518 536	16 147 332	10 683 534	55,8%	15 202 491	641	64 257
EEM		Varzim Lazer	100%	406 557	7 803	0	249 338	–	117 371	–	–
CM	P	Povoação	–	35 009 008	108 145	3 005 426	1 160 938	67,3%	424 866	100	5 791
CM	P	Praia da Vitória	–	63 134 545	–4 895 667	8 174 206	4 208 628	113,0%	775 525	158	19 465
EM SA		Praia Ambiente	100%	4 079 205	6 722	5 473 324	1 269 801	–	590 034	–	–
EIM		TERAMB	40%	26 986 156	44 575	1 850 000	4 951 961	–	918 718	–	–
CM	P	Proença-a-Nova	–	47 095 405	–1 103 657	1 770 951	1 622 883	34,3%	1 150 994	194	7 170
CM	P	Redondo	–	29 749 582	–1 838 170	338 401	1 500 723	25,4%	915 101	251	6 300
CM	P	Reguengos de Monsaraz	–	39 520 739	–2 287 100	10 399 203	9 750 833	178,8%	2 057 188	279	9 871
CM	P	Resende	–	53 062 400	277 265	3 721 969	1 706 354	50,3%	1 765 784	284	10 051
CM	P	Ribeira Brava	–	90 353 077	485 798	2 735 846	1 228 493	54,2%	1 151 015	104	12 681
CM	P	Ribeira de Pena	–	44 321 845	–1 821 240	6 046 721	2 645 919	78,8%	1 134 875	181	5 885
CM	M	Ribeira Grande	–	152 130 182	2 446 208	21 890 874	1 522 850	124,3%	3 840 426	289	31 388
CM	M	Rio Maior	–	86 711 435	693 730	6 215 168	4 211 996	56,1%	7 005 969	344	21 005
EM SA		DESMOR – Gestão Desportiva de Rio Maior	100%	579 017	57	95 000	445 701	–	184 062	–	–
EM		EPRM – Escola Profissional de Rio Maior	80%	si	si	si	si	–	si	–	–
CM	P	Sabrosa	–	24 986 885	1 138 148	2 149 621	825 789	40,3%	2 795 125	159	5 548
CM	P	Sabugal	–	48 536 667	13 247	3 407 258	2 366 134	32,6%	2 861 188	206	11 283
CM	M	Salvaterra de Magos	–	40 972 019	736 729	3 559 833	1 971 344	45,2%	3 565 742	245	21 613
CM	P	Santa Comba Dão	–	21 330 190	–726 684	5 281 209	2 536 269	103,2%	1 970 706	134	10 641
CM	M	Santa Cruz	–	38 917 661	–398 098	15 402 213	6 185 199	98,0%	10 982 496	348	42 171
CM	P	Santa Cruz da Graciosa	–	28 057 313	129 414	1 137 644	238 425	35,6%	100 705	54	4 091
Soc.		Emp. Transportes Colectivos da Ilha Graciosa	78%	376 691	567	0	25 289	–	37 236	–	–
CM	P	Santa Cruz das Flores	–	21 233 617	–640 777	80 364	196 532	10,1%	203 510	61	2 020
CM	G	Santa Maria da Feira	–	348 509 631	13 436 962	11 704 368	6 646 988	25,7%	26 947 973	755	136 715
EEM		Feira Viva Cultura e Desporto	100%	1 052 706	45 372	1 200 000	1 462 089	–	340 121	–	–
CM	P	Santa Marta de Penaguião	–	20 705 574	–2 083 913	1 552 197	705 141	34,4%	433 500	145	6 100
CM	P	Santana	–	38 528 385	1 379 611	0	516 310	8,2%	587 909	73	6 553
CM	M	Santarém	–	173 198 769	3 735 032	22 448 232	27 347 983	136,4%	15 279 081	728	58 671

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
EM SA		Águas de Santarém	100%	54 297 605	18 333	11 882 211	11 242 879	–	3 682 455	–	–
EM SA		Viver Santarém	100%	86 245	0	0	967 859	–	439 734	–	–
CM	M	Santiago do Cacém	–	133 060 149	1 275 646	4 783 191	2 925 752	31,1%	6 278 967	521	27 773
CM	M	Santo Tirso	–	196 842 611	5 628 724	16 905 180	5 348 847	56,5%	22 699 843	414	67 725
CM	P	São Brás de Alportel	–	26 429 076	–64 468	781 920	1 212 097	16,5%	739 030	286	11 248
CM	M	São João da Madeira	–	148 835 704	–1 060 871	4 096 976	3 779 126	42,3%	6 932 973	276	22 144
EM SA		Águas de S. João	51%	3 204 048	383 490	0	1 454 137	–	1 221 668	–	–
EM		Habitar S. João – Habitação	100%	362 831	–6 053	0	70 796	–	233 793	–	–
CM	P	São João da Pesqueira	–	35 914 884	597 843	6 232 396	1 731 611	83,8%	2 165 863	134	6 775
CM	P	São Pedro do Sul	–	49 578 591	–1 652 135	2 250 174	6 513 518	55,6%	3 320 020	358	15 137
EM SA		Termalistr – Termas	100%	4 089 178	–3 717	9 657 380	802 598	–	1 630 215	–	–
CM	P	São Roque do Pico	–	18 479 900	–1 353 144	2 863 541	330 455	77,8%	769 173	52	3 220
CM	P	São Vicente	–	34 235 591	–2 335 383	925 248	1 563 548	48,2%	802 249	60	4 867
EM SA		Naturnorte – Gestão Eq. Colect. e Prest. Serv.	97%	932 822	–237 072	0	109 141	–	32 024	–	–
CM	P	Sardoal	–	10 619 911	–346 806	3 043 973	1 396 051	78,7%	1 347 601	187	3 518
CM	P	Sátão	–	34 609 580	233 554	76 635	1 743 524	12,8%	1 572 859	180	11 030
CM	M	Seia	–	42 827 384	–89 912	30 511 622	2 301 077	161,2%	6 798 075	391	21 760
EIM SA		APDSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	8 323 161	–278 223	500 000	1 678 579	–	4 831 191	–	–
CM	G	Seixal	–	364 666 159	17 442 137	78 639 239	16 040 544	98,7%	37 067 746	1 557	166 525
CM	P	Sernancelhe	–	54 639 795	627 991	1 037 759	968 054	19,1%	1 659 158	89	5 692
CM	P	Serpa	–	69 855 613	–1 039 779	4 164 163	2 422 043	44,5%	1 293 940	397	13 764
CM	P	Sertão	–	57 724 917	–27 092	1 383 178	1 330 202	17,6%	941 236	240	14 770
CM	M	Sesimbra	–	142 812 541	3 825 401	9 127 610	10 072 878	38,2%	30 188 190	972	52 394
CM	G	Setúbal	–	305 888 871	3 283 293	34 322 698	39 344 346	95,9%	54 752 418	1 380	123 519
CM	P	Sever do Vouga	–	63 308 921	–710 354	787 141	2 303 112	31,0%	2 369 151	114	11 063
CM	M	Silves	–	159 966 088	3 824 314	10 158 472	5 370 219	41,2%	11 001 207	714	37 776
CM	P	Sines	–	151 382 951	7 728 683	9 191 445	3 577 927	66,5%	6 318 368	459	14 200
CM	G	Sintra	–	1 076 231 659	29 813 836	1 995 081	24 255 868	10,3%	70 067 223	3 553	385 654
SMAS		SMAS de Sintra	100%	94 522 109	–1 322 105	18 296	7 074 887	–	11 937 533	961	–
EM SA		EMES – Estacionamento	100%	1 546 591	96 398	0	234 006	–	52 620	–	–
CM	P	Sobral de Monte Agraço	–	23 583 678	162 489	1 434 533	2 188 930	41,4%	2 334 904	178	10 541
CM	P	Soure	–	51 022 207	576 319	3 044 224	1 142 994	32,2%	4 199 462	232	17 261
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	8 708 521	–325 268	1 817 291	4 905 671	–	5 211 059	–	–
CM	P	Sousel	–	27 781 680	78 419	2 463 864	1 905 890	66,7%	920 225	168	4 360
CM	P	Tábua	–	36 482 178	569 621	3 138 186	6 507 053	106,5%	5 134 621	265	11 161
CM	P	Tabuaço	–	30 495 413	286 956	4 026 343	6 591 184	150,4%	1 783 778	92	5 034
CM	P	Tarouca	–	19 857 237	–628 935	6 688 599	5 817 923	146,7%	1 262 697	277	7 364
CM	M	Tavira	–	189 283 584	–6 541 450	4 601 427	2 521 006	24,8%	10 431 218	431	27 530

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
EM		Tavira Verde – Ambiente	51%	5 927 622	933 555	10 019 342	3 396 413	–	893 332	–	–
CM	P	Terras de Bouro	–	31 914 655	–433 852	3 132 468	1 465 836	50,1%	1 603 846	207	6 358
CM	M	Tomar	–	98 602 428	847 690	3 516 066	13 518 491	76,0%	7 605 673	589	36 414
Soc.		Ensino Profissional de Tomar	50%	si	si	si	si	–	si	–	–
CM	M	Tondela	–	79 183 662	504 632	2 779 894	5 060 820	35,0%	6 019 927	308	25 914
CM	P	Torre de Moncorvo	–	33 957 536	598 385	7 153 666	2 219 746	85,6%	507 173	162	6 826
CM	M	Torres Novas	–	141 923 687	1 553 759	9 676 696	3 211 397	56,1%	9 599 907	574	34 114
CM	M	Torres Vedras	–	229 497 427	507 070	12 698 625	6 669 497	40,9%	24 426 559	1 051	83 075
EM		Promotorres – Prom. Eventos e Gest. Equip.	100%	246 959	6 290	17 141	884 375	–	469 052	–	–
SMAS		SMAS Torres Vedras	100%	33 287 153	–616 171	0	2 352 865	–	3 265 325	225	–
CM	P	Trancoso	–	37 863 573	493 620	3 651 918	1 596 240	56,2%	2 005 091	193	8 414
EEM		TEGEC – Gest. Equip. Culturais e de Lazer	100%	si	si	si	si	–	si	–	–
CM	M	Trofa	–	83 396 430	3 775 278	24 514 797	3 421 027	122,7%	8 865 009	335	38 554
EM		Trofa – Serviços Ambientais	100%	3 926 099	–109 468	4 123 581	1 915 052	–	432 945	–	–
CM	M	Vagos	–	65 132 345	–2 500 843	5 232 835	9 030 760	99,6%	7 179 539	247	22 889
CM	M	Vale de Cambra	–	80 512 033	133 817	8 894 962	2 182 563	74,8%	4 395 597	205	21 275
CM	P	Valença	–	52 356 574	622 474	5 381 188	2 359 008	53,3%	5 287 465	274	13 625
EM		Interminho – Soc. Gestora de Parques Emp.	100%	si	si	si	si	–	si	–	–
CM	M	Valongo	–	253 969 732	–3 294 120	21 968 639	6 049 427	63,9%	17 266 806	932	94 697
EM		Vallis Habita – Gestão Empreend. Habitacion.	100%	19 352 647	–37 232	0	101 358	–	144 465	–	–
CM	P	Valpaços	–	92 626 109	–21 997	2 592 605	2 371 915	26,4%	3 740 742	224	14 702
CM	P	Velas	–	33 453 134	976 962	2 140 597	306 611	46,4%	481 155	86	4 936
CM	P	Vendas Novas	–	43 976 102	–842 549	2 532 277	2 352 577	53,6%	2 156 665	215	11 260
CM	P	Viana do Alentejo	–	22 538 681	–414 538	739 333	1 548 218	33,7%	813 397	136	5 319
CM	M	Viana do Castelo	–	206 361 890	4 322 853	26 773 244	13 829 034	74,9%	6 182 921	1 251	85 784
SMVC		SM de Viana Castelo	100%	27 538 345	–2 351 780	33 348	1 547 407	–	3 478 734	115	–
CM	P	Vidigueira	–	26 631 948	–1 409 444	2 879 542	1 415 498	64,7%	1 095 063	218	5 176
CM	P	Vieira do Minho	–	41 877 799	86 182	6 457 793	3 514 317	91,7%	3 076 294	207	11 956
CM	P	Vila de Rei	–	26 540 958	571 898	1 306 577	861 073	36,9%	1 072 431	142	3 279
CM	P	Vila do Bispo	–	33 268 991	2 383 164	689 357	1 634 582	16,8%	3 549 572	236	5 717
CM	M	Vila do Conde	–	254 938 982	–1 023 171	25 050 828	7 714 208	64,9%	17 250 813	1 141	80 831
CM	P	Vila do Porto	–	41 408 621	84 115	286 627	498 547	13,7%	940 422	101	5 408
CM	P	Vila Flor	–	42 908 717	138 916	339 595	1 858 171	16,6%	431 326	166	6 052
EIM SA		AIN – Agro-Industrial do Nordeste	49%	3 612 601	–216 903	434 734	572 266	–	1 986 110	–	–
CM	G	Vila Franca de Xira	–	405 237 181	–16 483 561	23 885 870	8 056 732	43,6%	24 292 382	1 546	137 540
SMAS		SMAS de Vila Franca Xira	100%	62 108 742	1 080 147	0	3 322 481	–	5 085 788	175	–
CM	P	Vila Franca do Campo	–	77 946 755	1 238 084	32 784 732	568 700	401,3%	2 927 582	101	10 323
EM		Marina da Vila – Indústrias Marinas e Recreio	100%	28 425	–56 062	1 838	40 752	–	34 846	–	–
EM SA		SDVF – Soc. Desenv. Habit. Social de VFC	85%	541 235	150 525	1 937 894	29 226	–	2 841	–	–
CM	P	Vila Nova da Barquinha	–	32 932 833	–443 784	1 591 932	1 072 558	38,9%	1 476 709	153	7 019

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
EM SA		CDN – Gestão e Promoção do Parque Emp.	94%	124 912	28 671	0	79 955	–	74 214	–	–
CM	P	Vila Nova de Cerveira	–	51 457 340	–436 505	3 561 531	2 591 345	46,4%	2 830 265	239	8 923
CM	G	Vila Nova de Famalicão	–	289 252 090	3 243 808	26 079 709	11 568 459	42,0%	26 025 080	1 526	133 574
CM	P	Vila Nova de Foz Côa	–	87 417 976	–396 238	0	1 077 254	8,3%	1 060 833	167	6 305
EM		Ribeira da Teja – Produção Energia Eléctrica	56%	5 476 516	788 876	0	268 629	–	41 832	–	–
CM	G	Vila Nova de Gaia	–	891 128 017	14 384 999	73 000 550	32 423 175	74,1%	76 308 212	2 126	303 854
EM SA		Águas de Gaia	100%	62 638 088	304 336	37 095 523	14 194 498	–	6 022 651	–	–
EM		Gaiurb – Urbanismo e Habitação	100%	12 736 506	926 671	69 061	6 671 340	–	3 393 056	–	–
CM	P	Vila Nova de Paiva	–	26 969 632	398 129	1 077 993	911 472	28,2%	210 616	118	4 662
CM	P	Vila Nova de Poiares	–	30 222 218	–779 808	13 320 192	820 044	207,9%	1 588 211	110	6 807
CM	P	Vila Pouca de Aguiar	–	63 557 521	–1 123 394	1 683 852	4 257 193	35,7%	9 319 324	333	11 813
CM	M	Vila Real	–	198 972 596	3 002 709	13 738 848	4 223 671	54,8%	12 400 627	591	49 574
EM		VRS – Vila Real Social	100%	10 253 020	70 066	0	243 594	–	143 789	–	–
CM	P	Vila Real de Santo António	–	83 408 761	–4 737 220	57 264 440	39 946 781	400,2%	33 512 535	416	18 825
EM SA		VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	100%	26 191 173	–1 946 122	34 800 909	29 336 646	–	43 169 953	–	–
CM	P	Vila Velha de Ródão	–	37 432 393	–906 750	60 697	536 769	8,5%	1 504 510	160	3 285
CM	M	Vila Verde	–	95 595 210	4 897 717	12 364 599	4 186 855	58,9%	5 232 691	373	46 446
CM	P	Vila Viçosa	–	17 549 540	–287 894	2 533 789	852 808	50,5%	1 114 831	153	7 388
CM	P	Vímioso	–	31 417 138	291 141	2 048 832	1 430 369	34,0%	1 692 912	173	4 149
CM	P	Vinhais	–	35 577 249	–424 989	1 765 616	1 422 638	24,3%	372 221	188	7 768
EM		Carnes de Vinhais -Soc. Abate Transf. Carnes	100%	1 152	–47 593	32 861	113 030	–	48 630	–	–
EEM		ProRuris – EM de Desenvolv. Rural de Vinhais	100%	104 547	3 228	19 236	108 706	–	63 102	–	–
CM	M	Viseu	–	246 986 953	–1 025 899	11 831 642	16 813 556	47,0%	28 711 218	814	99 561
SMAS		SMAS de Viseu	100%	72 604 496	–959 638	0	6 658 122	–	4 873 178	184	–
EM		Habisolvis – Habitação Social	100%	709 406	1 039	0	174 960	–	70 032	–	–
SA		WISEUNOVO – SRU	55%	981 033	5 149	209 007	241 758	–	241 364	–	–
CM	M	Vizela	–	59 627 471	–50 958	10 143 169	2 573 122	93,7%	6 572 625	279	23 901
EIM		Vimágua	10%	23 043 209	667 639	8 731 103	16 992 027	–	4 689 071	–	–
CM	P	Vouzela	–	53 016 258	–763 593	5 119 782	723 137	70,2%	3 122 186	200	9 580
EIM SA		Águas do Alto Alentejo	(1)	si	si	si	si	–	si	–	–
EIM SA		Águas do Interior Norte	(2)	76 429 236	176 413	13 460 826	7 562 918	–	27 585 462	–	–
EIM		Águas do Ribatejo	(3)	65 074 613	2 009 993	17 899 405	18 688 023	–	5 782 875	–	–
EIM		AMBILITAL – Invest. Ambientais no Alentejo	(4)	17 089 180	251 270	0	4 031 164	–	1 680 416	–	–
EIM		Ambisousa – EIM Tratam. Gestão Res. Sól.	(5)	11 833 912	143 660	0	3 901 587	–	4 212 934	–	–
EIM SA		APIN – EIM Ambiente do Pinhal Interior	(6)	9 467 785	–2 160 139	5 000	12 516 849	–	15 501 368	–	–
EIM		BRAVAL – Valorização e Tratam. Res. Sól.	(7)	11 187 344	18 104	3 982 602	6 279 131	–	5 222 109	–	–
EIM SA		ECOBELRÃO – Trat. Res Sól. Planalto Beirão	(8)	2 657 004	17 680	787 064	8 437 852	–	2 446 232	–	–
EIM		Ecoleziria -Tratamento de Resíduos Sólidos	(9)	si	si	si	si	–	si	–	–
EIM SA		EHATB – Emp. Hidroelét. Alto Tâmega Barroso	(10)	8 656 843	358 285	0	2 837 004	–	1 553 707	–	–

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas a receber	N.º trab. 2020*	N.º hab. 2021**
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
EIM		GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	(11)	13 400 598	388 149	930 436	4 113 578	–	3 237 913	–	–
EIM SA		Matadouro Industrial do Cachão	(12)	–2 160 195	5 117	437 683	2 243 495	–	92 104	–	–
EIM		MINHOCOM – Gestão de Infraestrut. Telecom.	(13)	si	si	si	si	–	si	–	–
EIM SA		Município, SA – Emp. Cartografia e Sist. Info.	(14)	3 268 491	35 882	1 170 358	2 204 829	–	4 712 087	–	–
EIM		MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	(15)	21 949 079	720 454	0	5 337 901	–	1 532 269	–	–
EIM		Naturtejo – Empresa de Turismo	(16)	si	si	si	si	–	si	–	–
EIM		PERM – Parque Emp. de Recup. de Materiais	(17)	1 014 582	172 626	0	1 134 928	–	147 315	–	–
EIM		Resialentejo – Trat.e Valorização de Resíduos	(18)	10 034 273	432 565	1 712 870	5 165 758	–	4 808 719	–	–
EIM		Resíduos do Nordeste	(19)	14 317 505	526 142	544 951	4 402 283	–	3 082 153	–	–
EIM SA		RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos	(20)	1 018 804	65 942	4 301 232	8 525 451	–	3 543 653	–	–
EIM SA		Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	(21)	139 339 622	83 499	7 891	21 330 172	–	40 557 236	–	–
EIM SA		Tejo Ambiente – EIM Ambiente do Médio Tejo	(22)	10 363 717	–895 998	5 215 991	12 559 555	–	16 868 729	–	–
EIM		TRATOLIXO – Tratamento Resíduos Sólidos	(23)	30 696 146	23 505	134 064 701	17 863 237	–	14 414 269	–	–

(1) Alter do Chão (6,92%), Arronches (4,424%), Castelo de Vide (5,435%), Crato (8,174%), Fronteira (6,708%), Gavião (10,031%), Marvão (6,903%), Nisa (14,994%), Ponte de Sor (29,094%) e Sousel (7,317%).

(2) Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

(3) Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

(4) AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51,00%.

(5) Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%.

(6) Alvaíazere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

(7) Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

(8) Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).

(9) RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) – 100%.

(10) Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).

(11) CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%.

(12) AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A.

(13) Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%.

(14) Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaíazere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Távira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora.

(15) AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%.

(16) Associação de Municípios Natureza e Tejo – 87,87%.

(17) Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%.

(18) Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

(19) Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrizada de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%).

(20) Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

(21) Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia.

(22) Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%).

(23) AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

ANEXO II

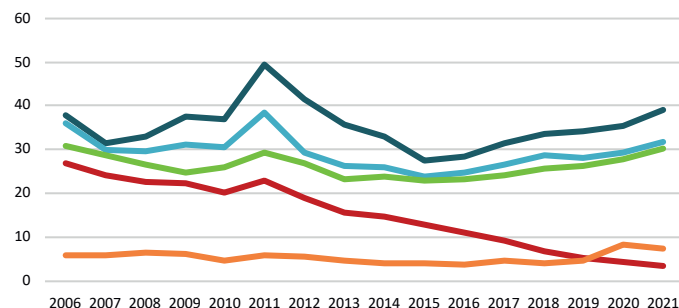
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)*

*Os dados referentes à população são dos Censos 2021

Abrantes

34 336
HABITANTES

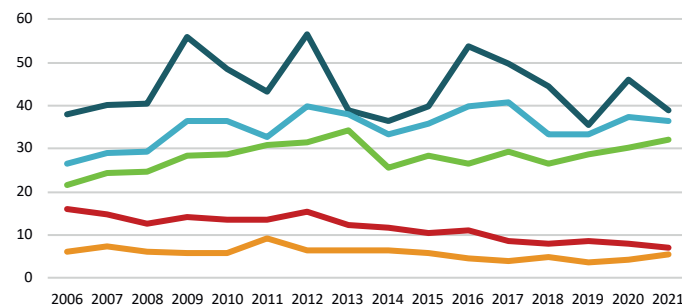
Milhões



Águeda

46 131
HABITANTES

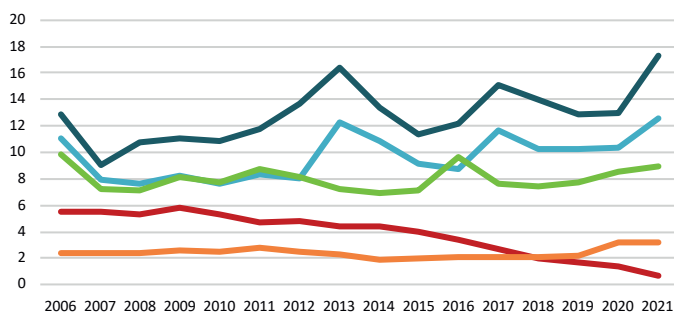
Milhões



Aguiar da Beira

5 231
HABITANTES

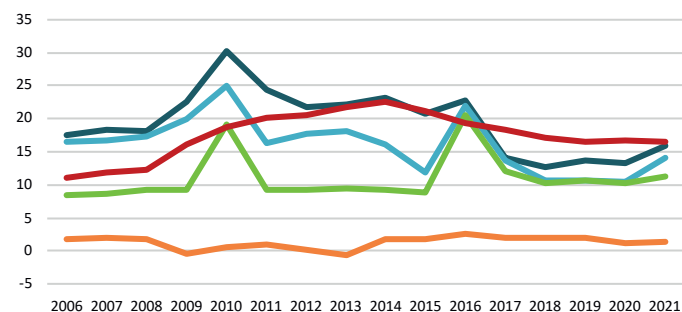
Milhões



Alandroal

5 015
HABITANTES

Milhões



LEGENDA



Grande
>100 000 hab.

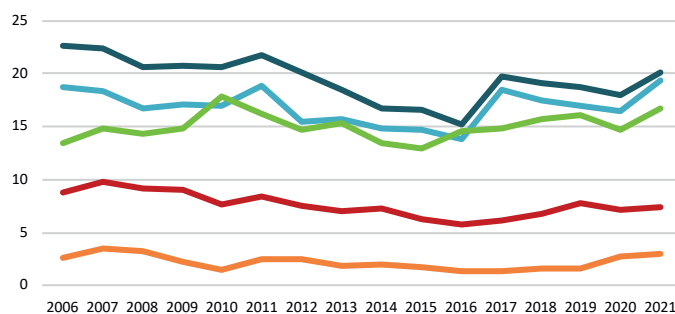
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Albergaria-a-Velha

24 842
HABITANTES

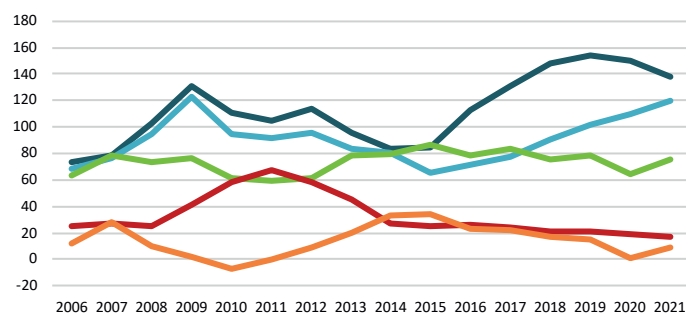
Milhões



Albufeira

44 168
HABITANTES

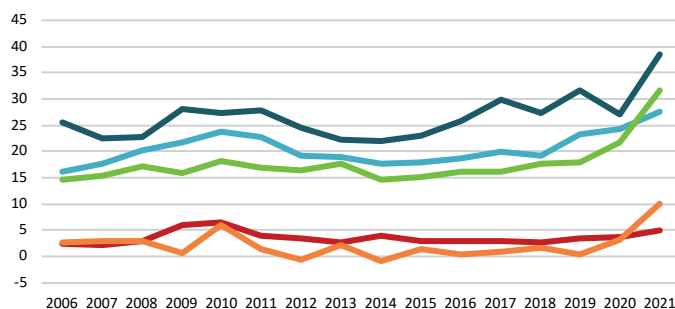
Milhões



Alcácer do Sal

11 113
HABITANTES

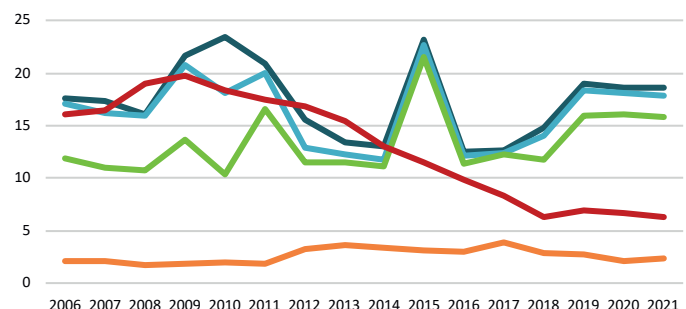
Milhões



Alcanena

12 473
HABITANTES

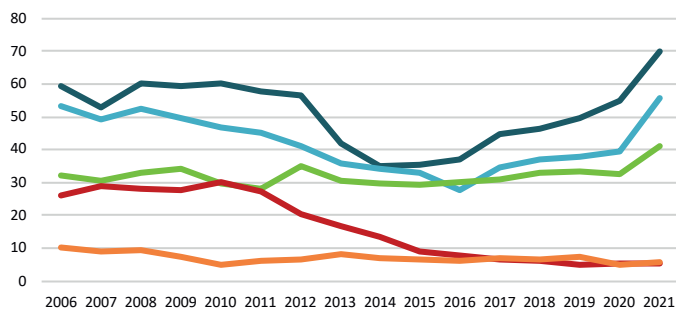
Milhões

Grande
>100 000 hab.Médio
<100 000 hab.Pequeno
<20 000 hab.

Alcobaça

54 973
HABITANTES

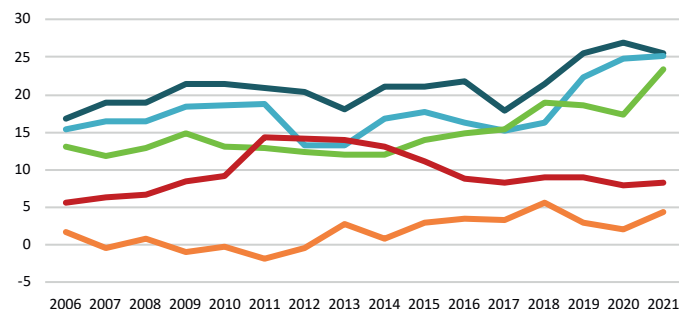
Milhões



Alcochete

19 145
HABITANTES

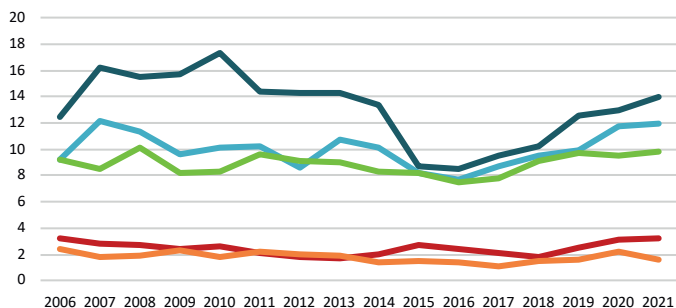
Milhões



Alcoutim

2 523
HABITANTES

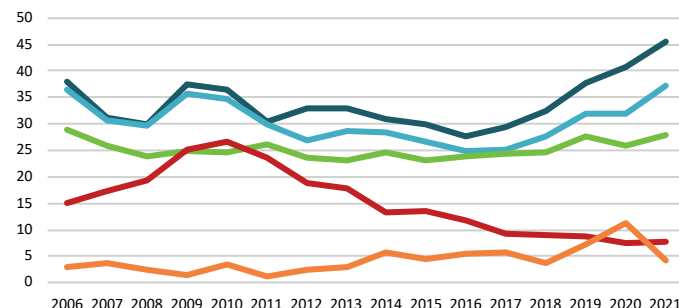
Milhões



Alenquer

44 445
HABITANTES

Milhões

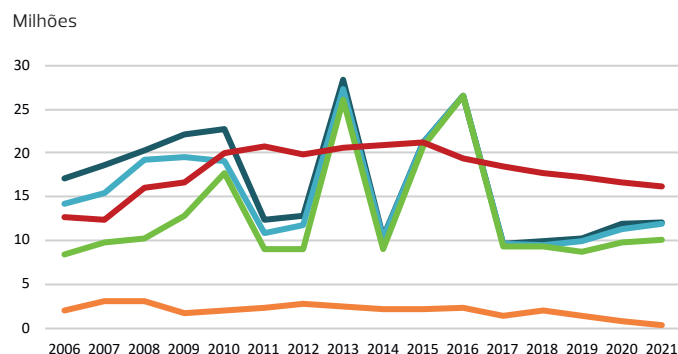


LEGENDA



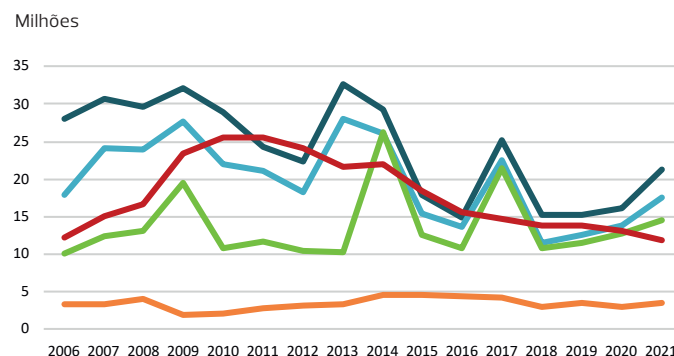
Alfândega da Fé

4 324
HABITANTES



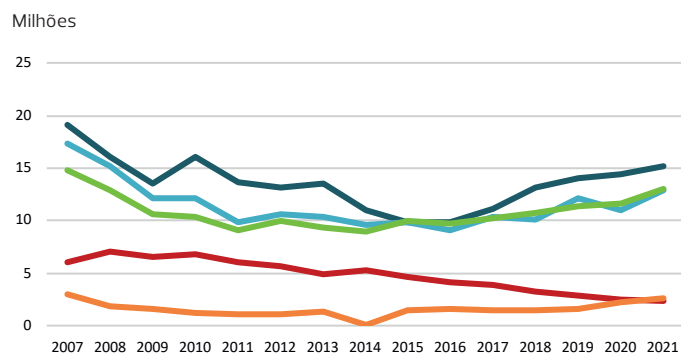
Alijó

10 486
HABITANTES



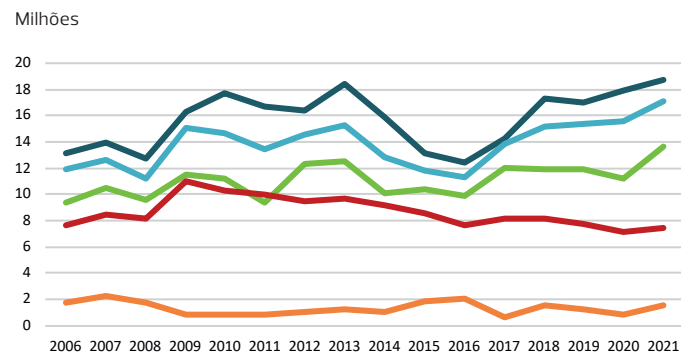
Aljezur

6 045
HABITANTES



Aljustrel

8 874
HABITANTES



— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
 >100 000 hab.

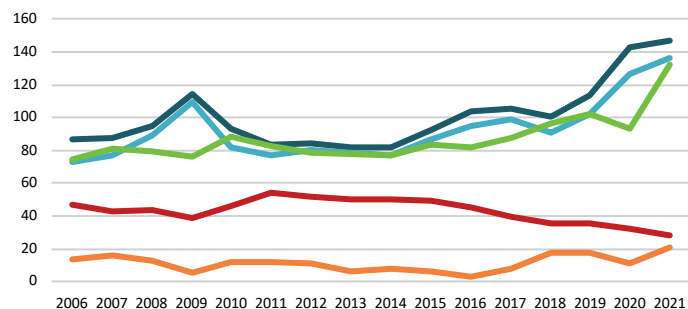
Médio
 <100 000 hab.

Pequeno
 <20 000 hab.

Almada

177 268
HABITANTES

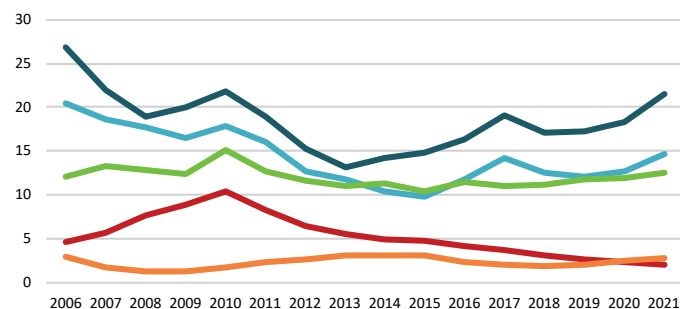
Milhões



Almeida

5 887
HABITANTES

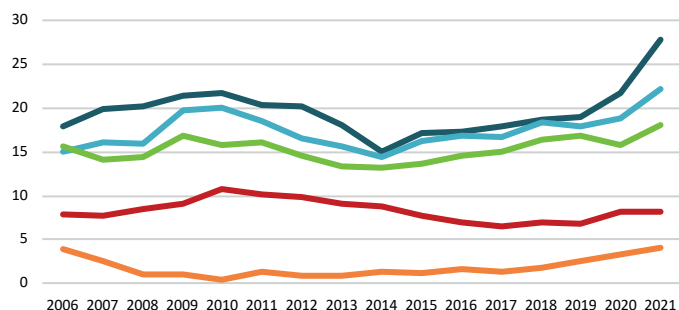
Milhões



Almeirim

22 016
HABITANTES

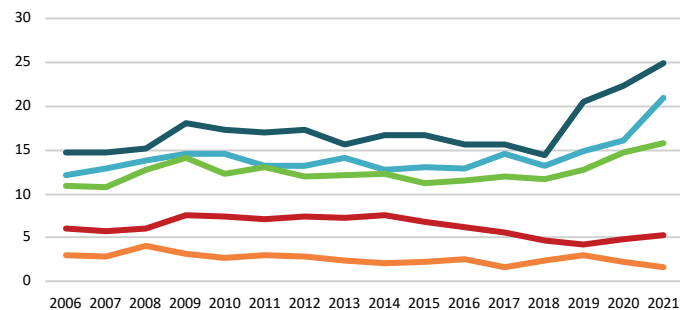
Milhões



Almodôvar

6 713
HABITANTES

Milhões



LEGENDA



Grande
>100 000 hab.

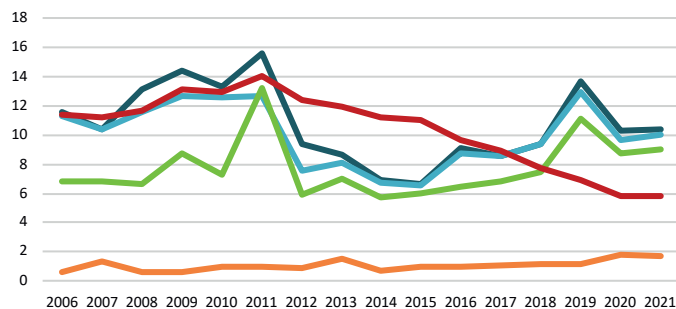
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Alpiarça

6 976
HABITANTES

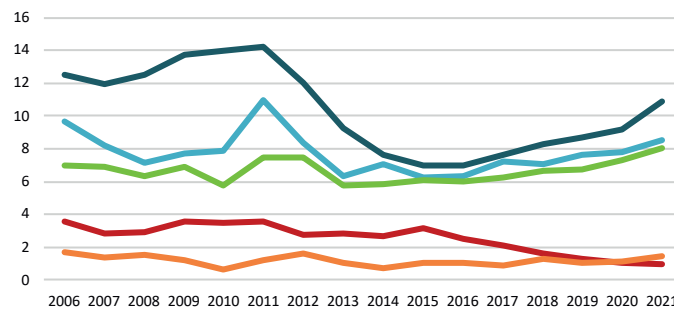
Milhões



Alter do Chão

3 044
HABITANTES

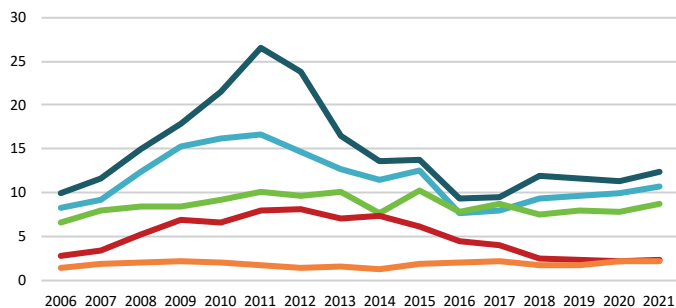
Milhões



Alvaiázere

6 239
HABITANTES

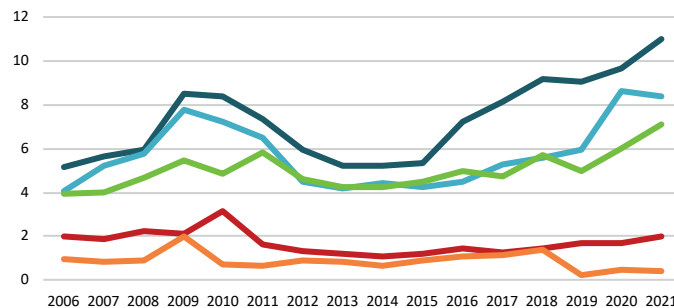
Milhões



Alvito

2 282
HABITANTES

Milhões



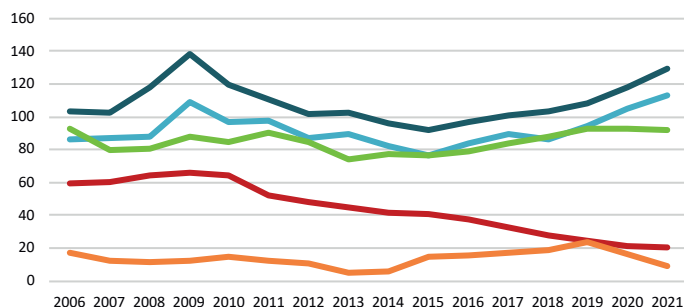
— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
 >100 000 hab.
 Médio
 <100 000 hab.
 Pequeno
 <20 000 hab.

Amadora

171 500
HABITANTES

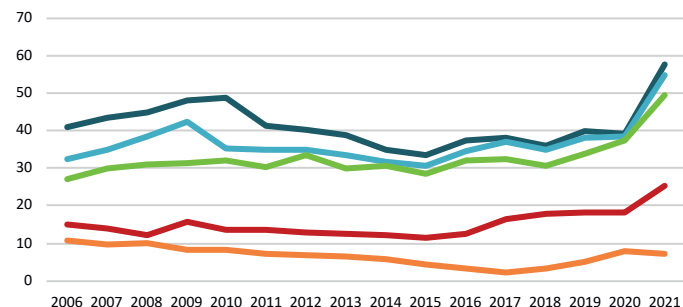
Milhões



Amarante

52 119
HABITANTES

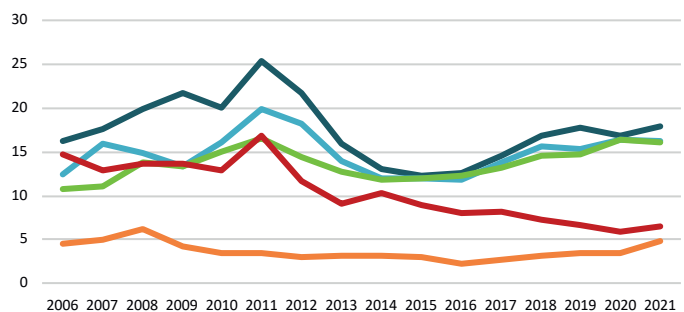
Milhões



Amares

18 595
HABITANTES

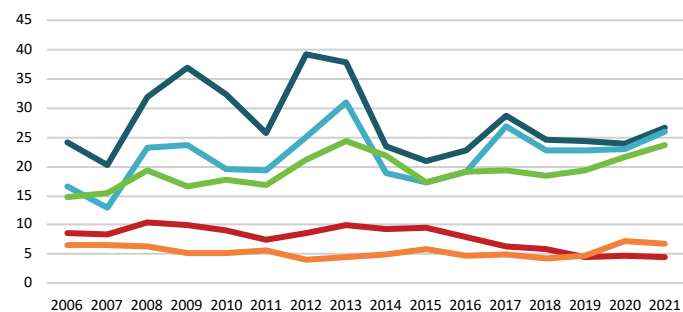
Milhões



Anadia

27 535
HABITANTES

Milhões



LEGENDA



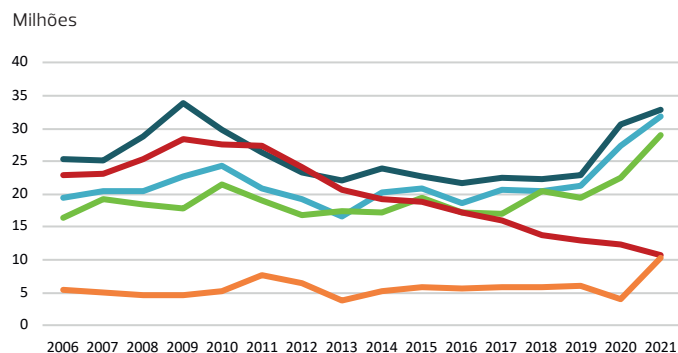
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

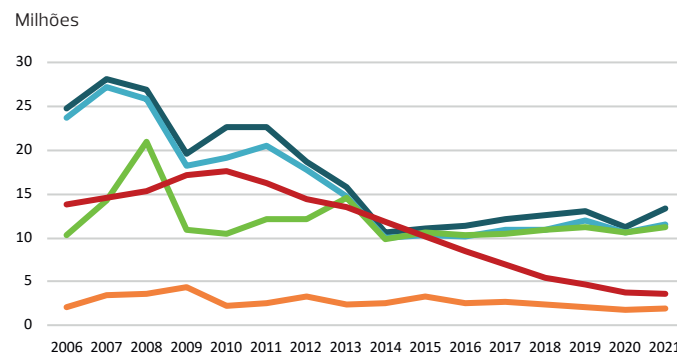
Angra do Heroísmo

33 779
HABITANTES



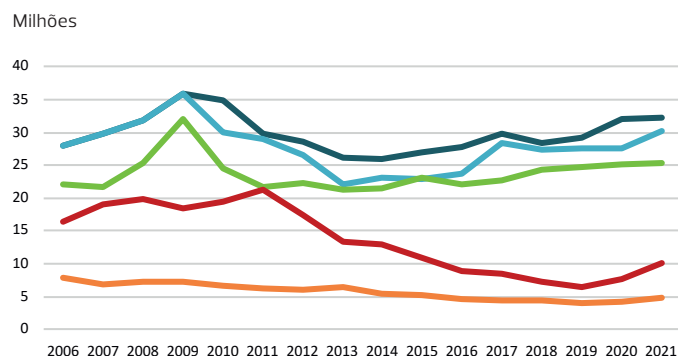
Ansião

11 645
HABITANTES



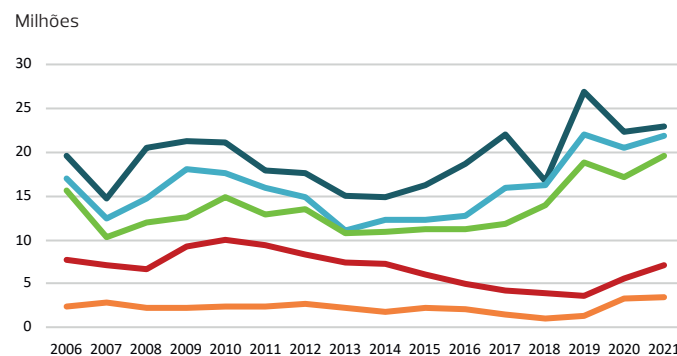
Arcos de Valdevez

20 720
HABITANTES



Arganil

11 065
HABITANTES



Grande
>100 000 hab.

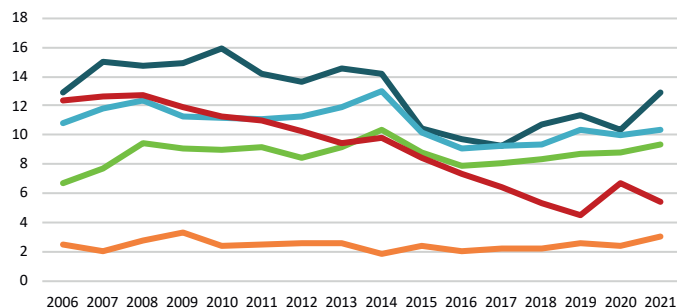
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Armamar

5 678
HABITANTES

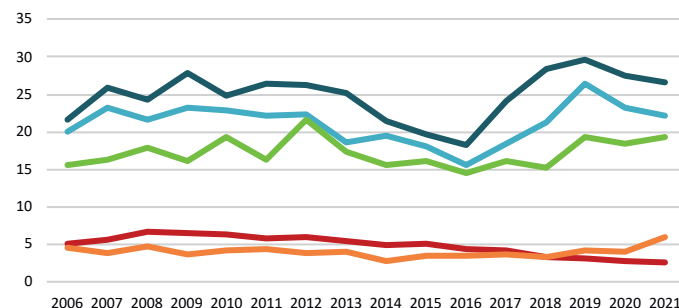
Milhões



Arouca

21 154
HABITANTES

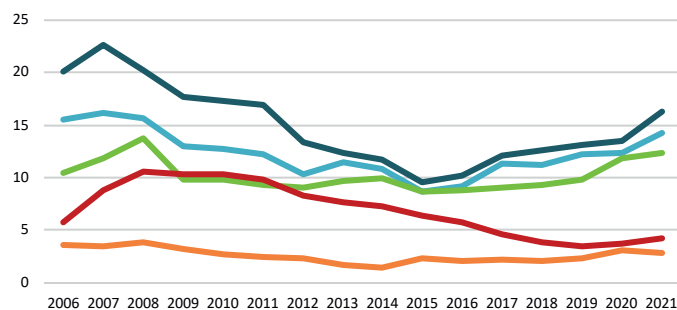
Milhões



Arraiolos

6 619
HABITANTES

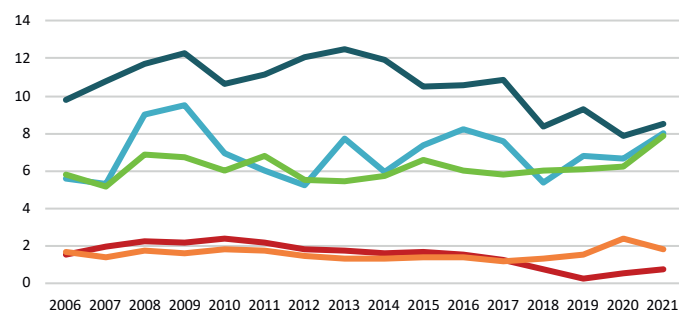
Milhões



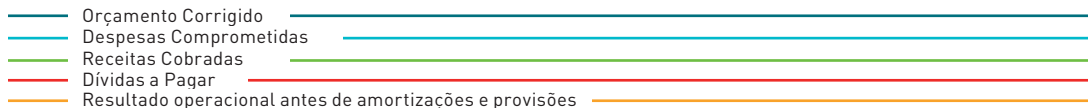
Arronches

2 789
HABITANTES

Milhões

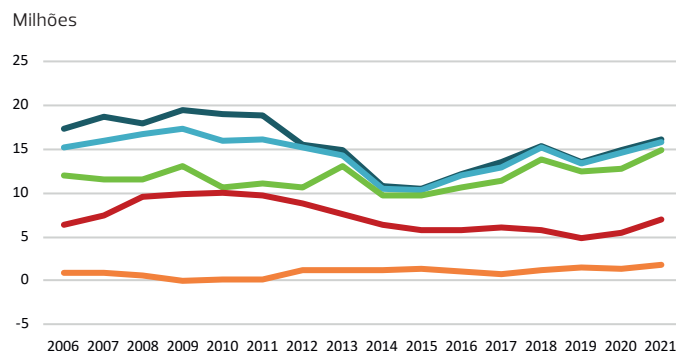


LEGENDA



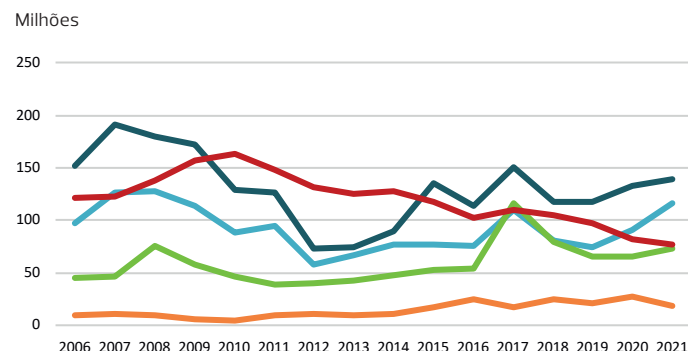
Arruda dos Vinhos

13 992
HABITANTES



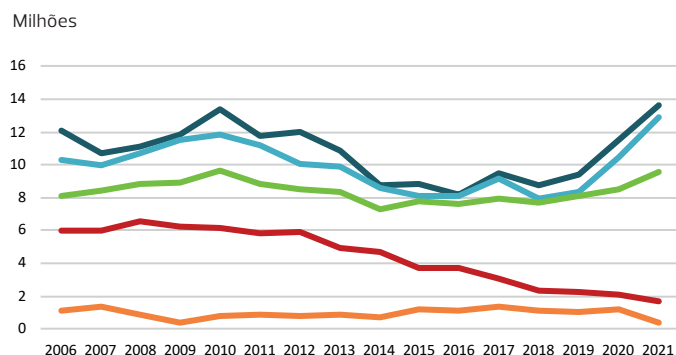
Aveiro

80 978
HABITANTES



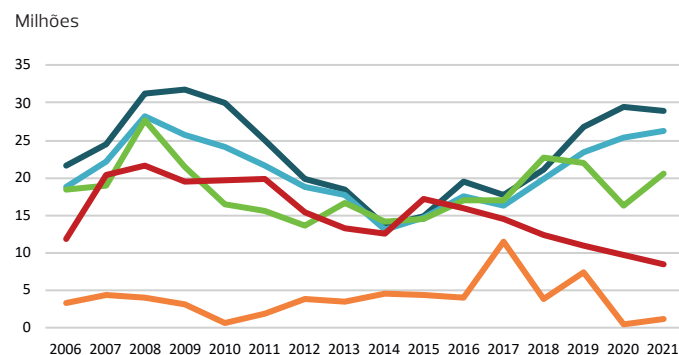
Avis

3 812
HABITANTES



Azambuja

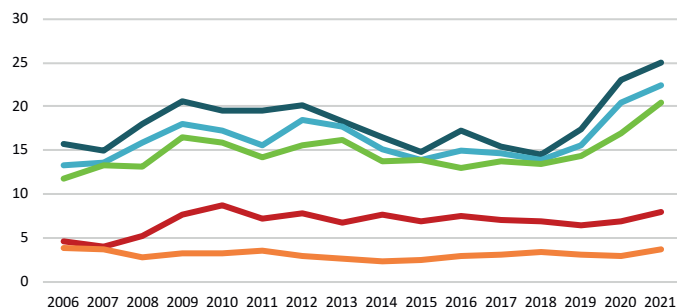
21 422
HABITANTES



Baião

17 535
HABITANTES

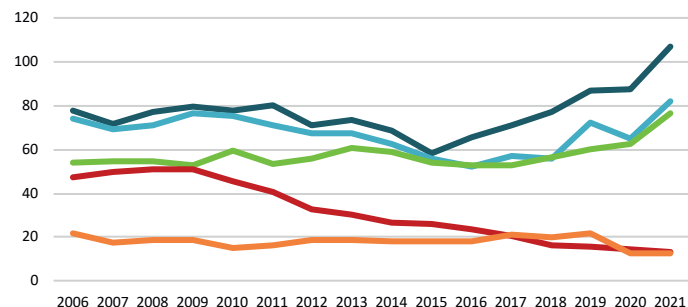
Milhões



Barcelos

116 766
HABITANTES

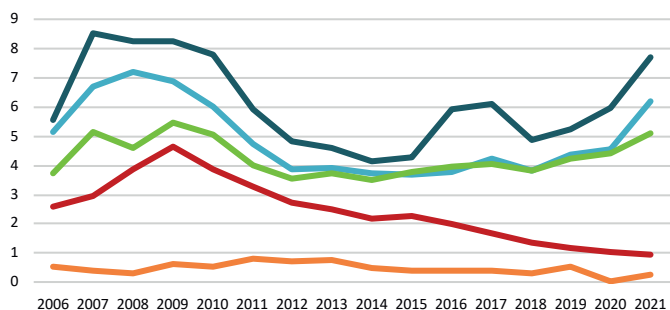
Milhões



Barrancos

1 440
HABITANTES

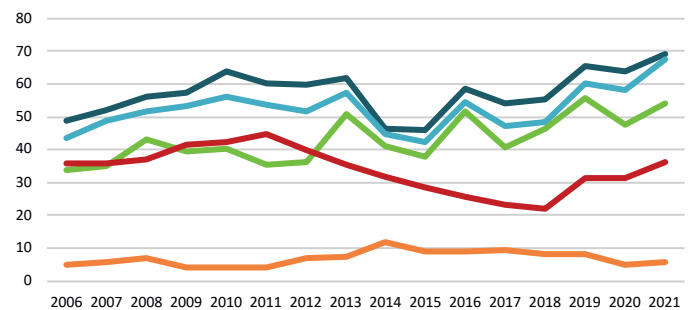
Milhões



Barreiro

78 359
HABITANTES

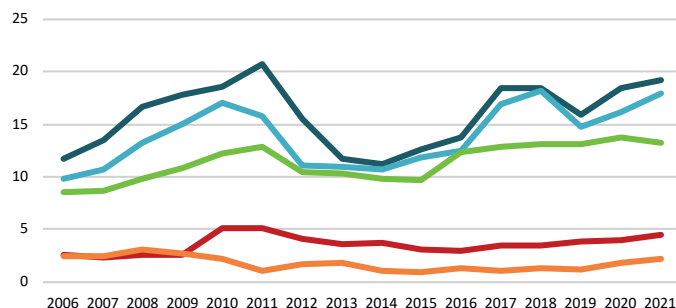
Milhões



Batalha

15 558
HABITANTES

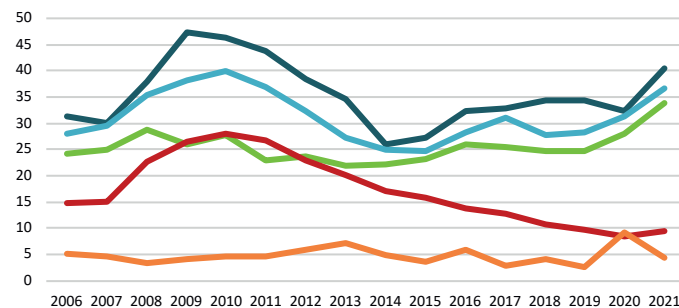
Milhões



Beja

33 400
HABITANTES

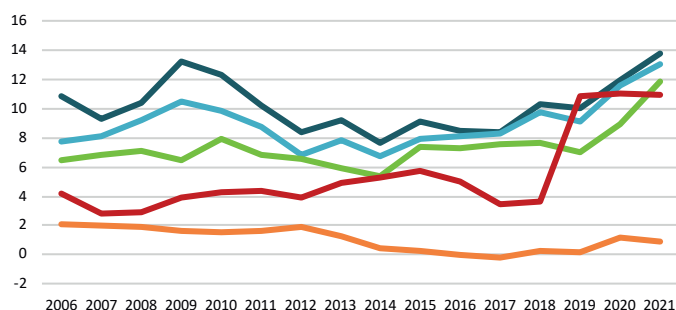
Milhões



Belmonte

6 205
HABITANTES

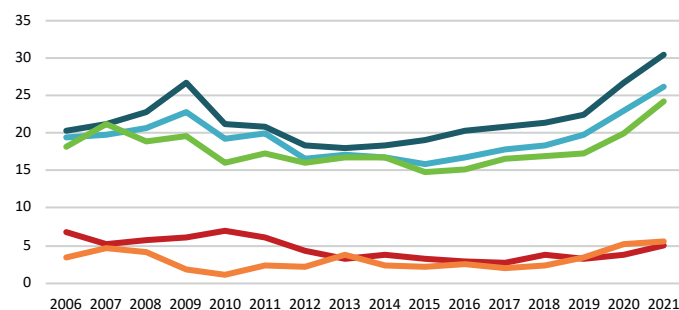
Milhões



Benavente

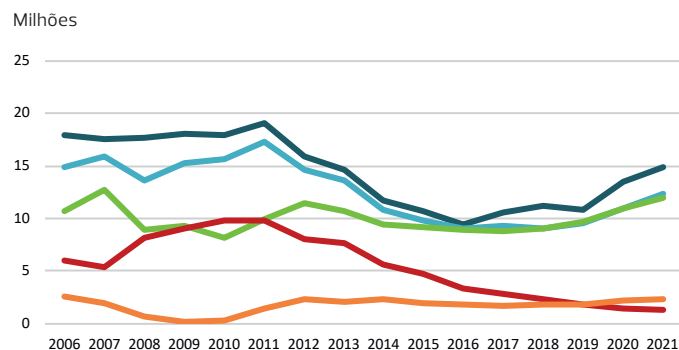
29 716
HABITANTES

Milhões



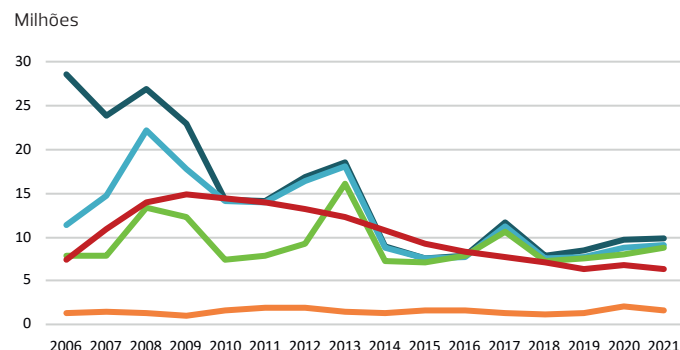
Bombarral

12 750
HABITANTES



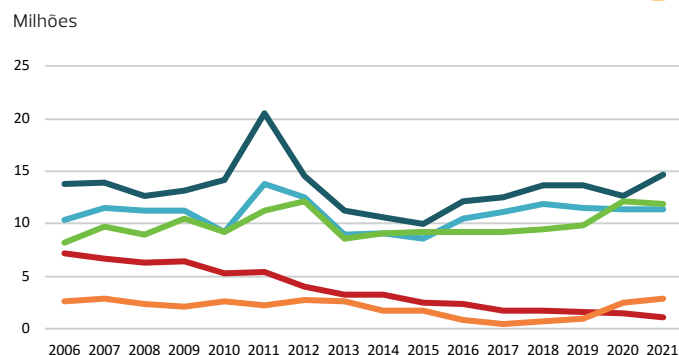
Borba

6 428
HABITANTES



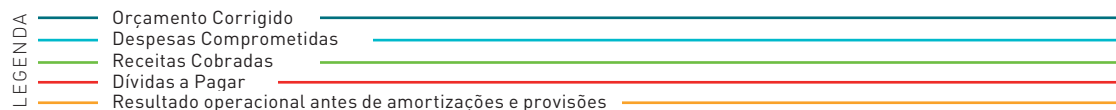
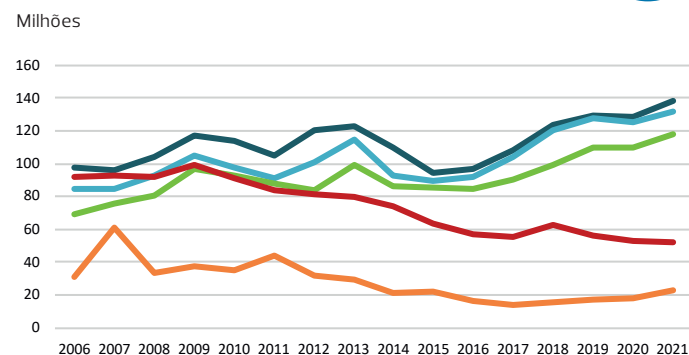
Boticas

5 000
HABITANTES



Braga

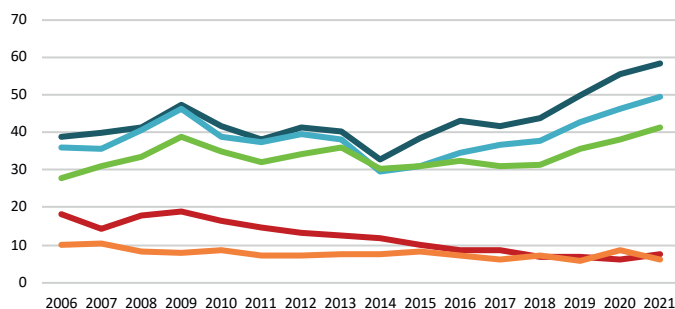
193 349
HABITANTES



Bragança

34 589
HABITANTES

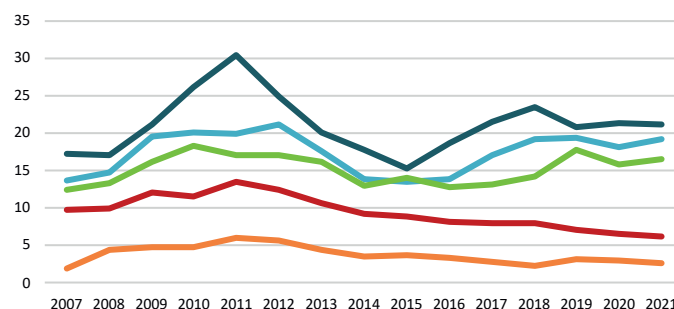
Milhões



Cabeceiras de Basto

15 560
HABITANTES

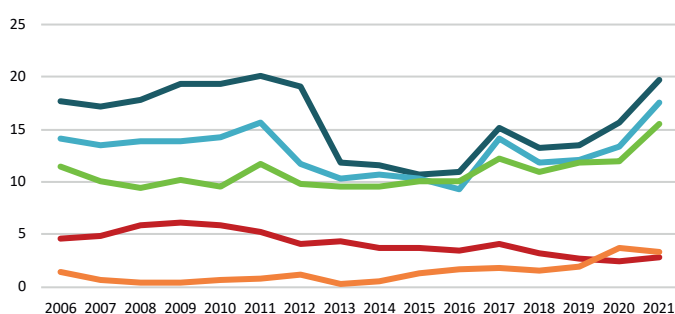
Milhões



Cadaval

13 372
HABITANTES

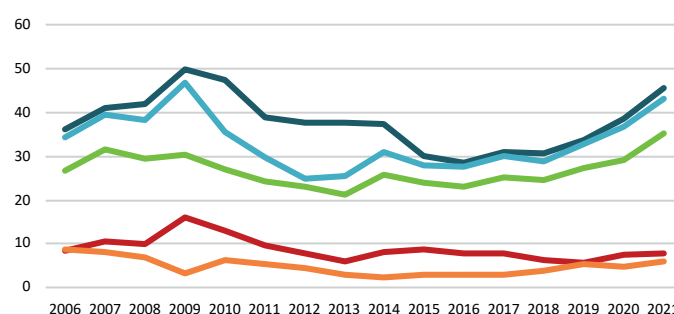
Milhões



Caldas da Rainha

50 917
HABITANTES

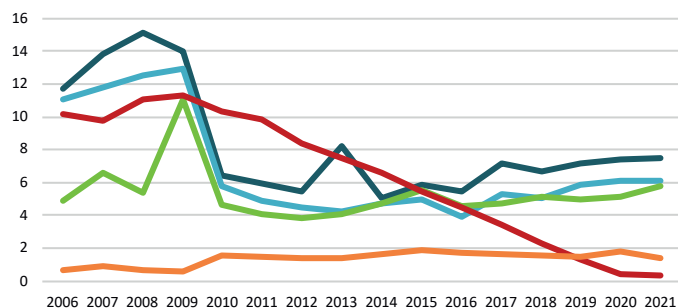
Milhões



Calheta (R. A. A.)

3 437
HABITANTES

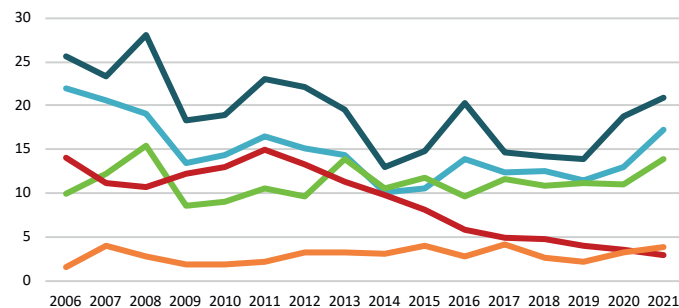
Milhões



Calheta (R. A. M.)

10 915
HABITANTES

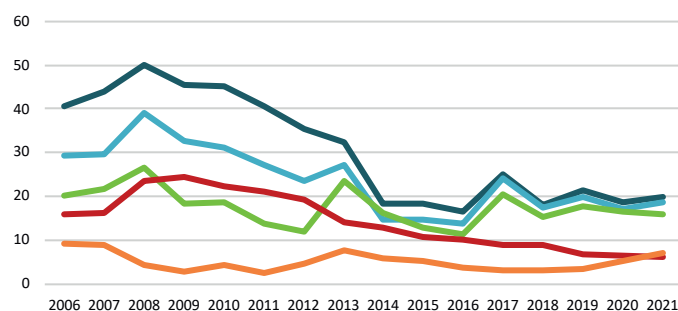
Milhões



Câmara de Lobos

32 164
HABITANTES

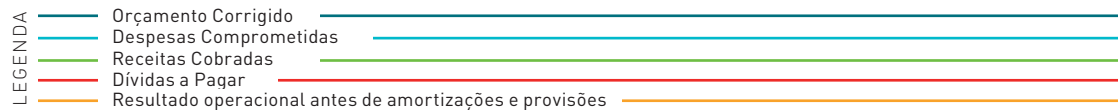
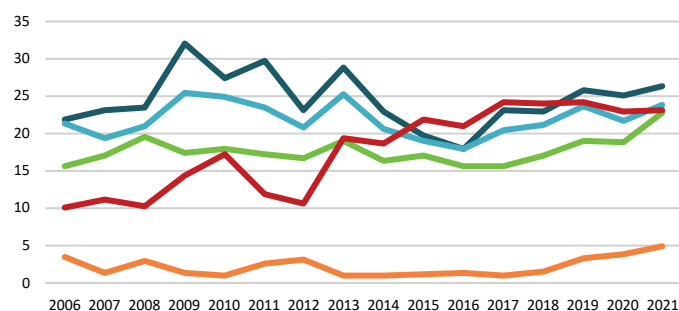
Milhões



Caminha

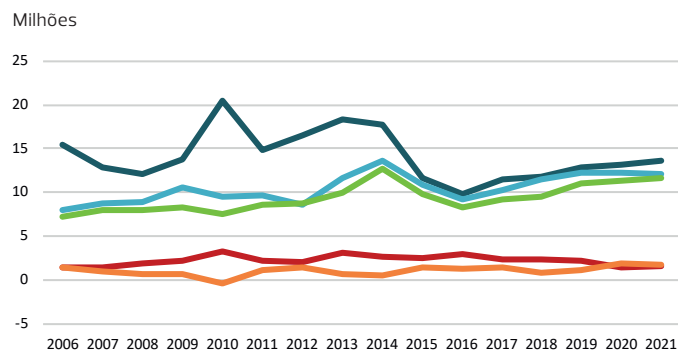
15 800
HABITANTES

Milhões



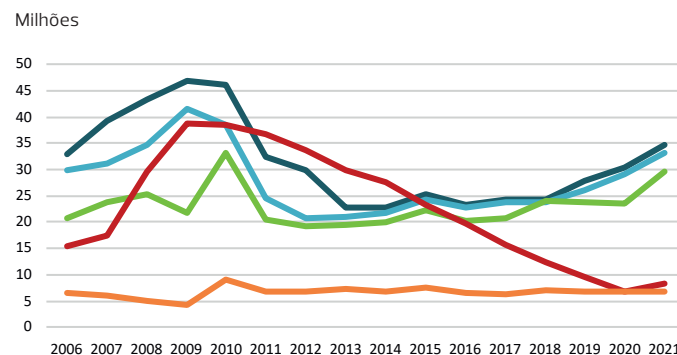
Campo Maior

8 042
HABITANTES



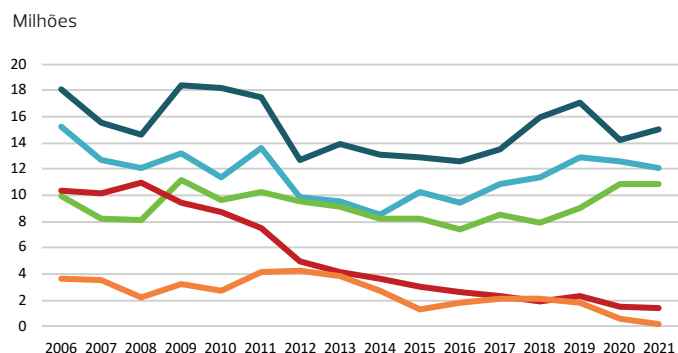
Cantanhede

34 217
HABITANTES



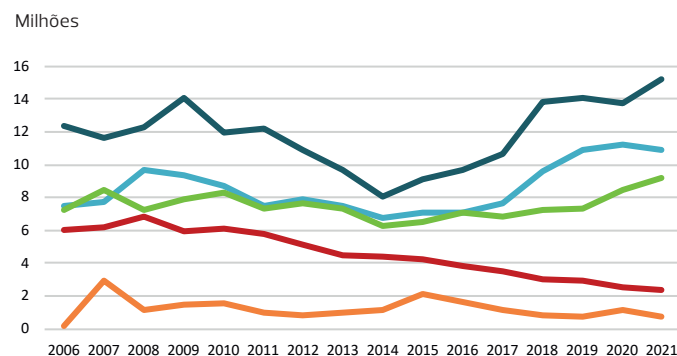
Carrazeda de Ansiães

5 491
HABITANTES



Carregal do Sal

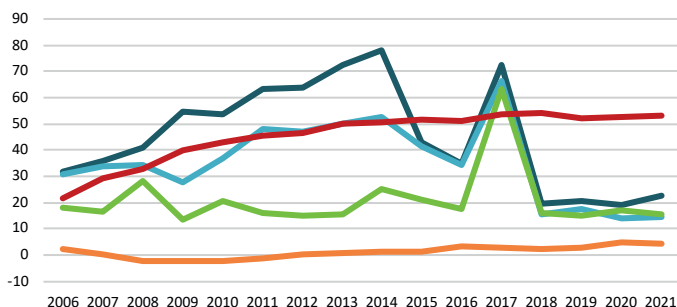
9 038
HABITANTES



Cartaxo

23 187
HABITANTES

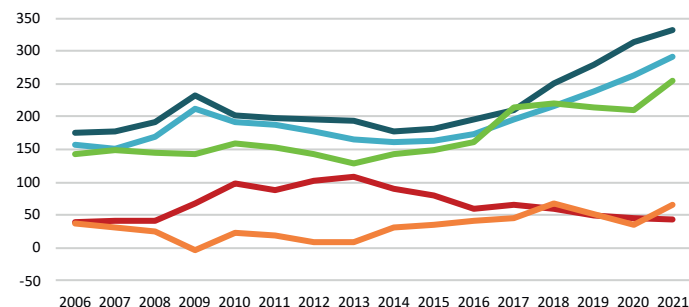
Milhões



Cascais

214 158
HABITANTES

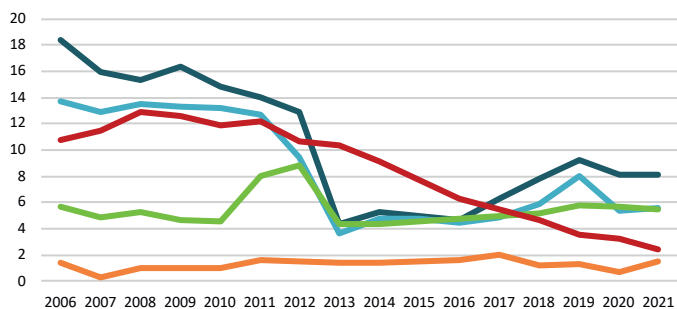
Milhões



Castanheira de Pêra

2 657
HABITANTES

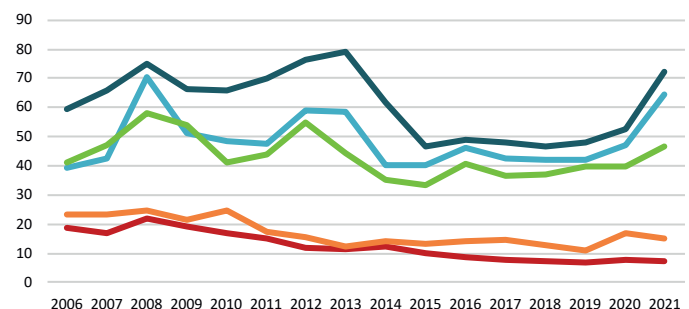
Milhões



Castelo Branco

52 291
HABITANTES

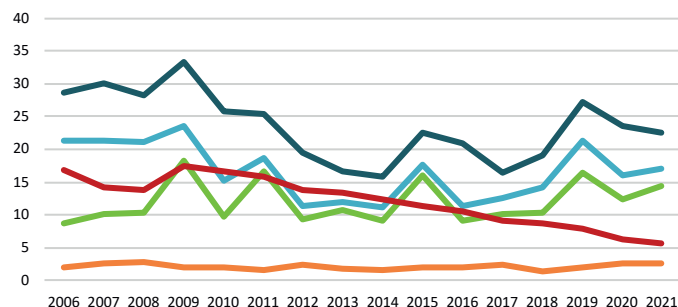
Milhões



Castelo de Paiva

15 589
HABITANTES

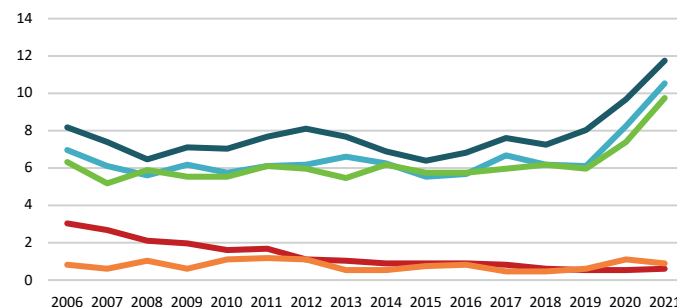
Milhões



Castelo de Vide

3 116
HABITANTES

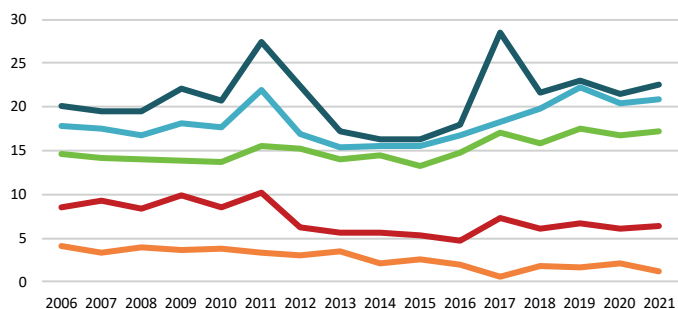
Milhões



Castro Daire

13 736
HABITANTES

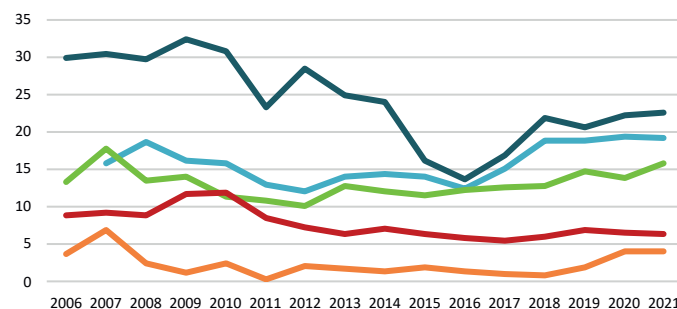
Milhões



Castro Marim

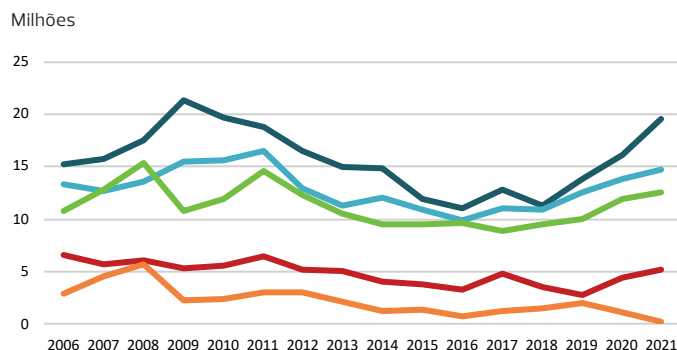
6 439
HABITANTES

Milhões



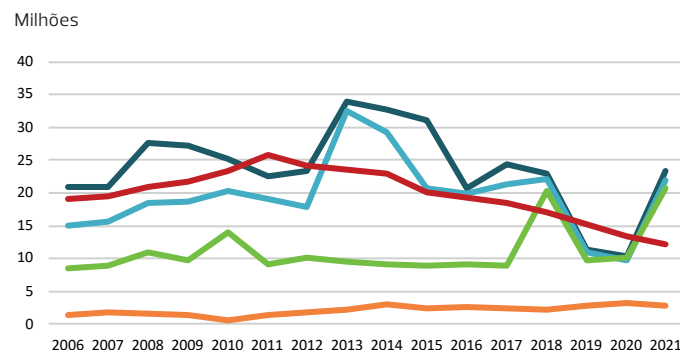
Castro Verde

6 873
HABITANTES



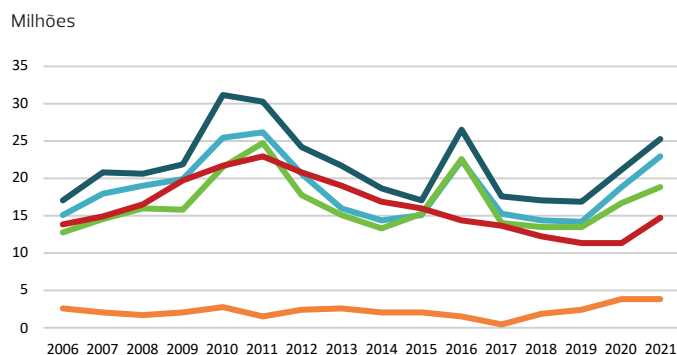
Celorico da Beira

6 584
HABITANTES



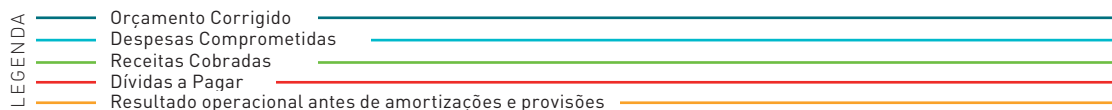
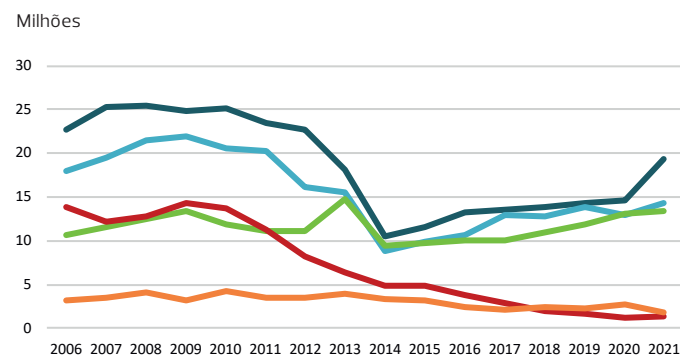
Celorico de Basto

17 645
HABITANTES



Chamusca

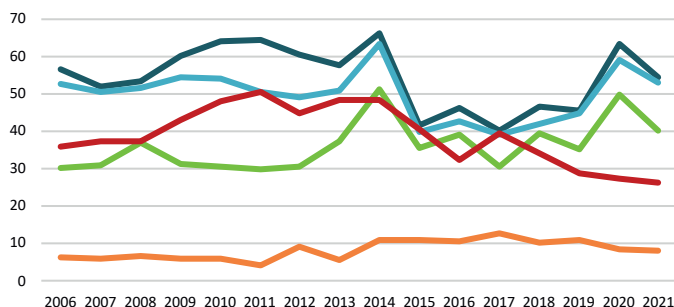
8 530
HABITANTES



Chaves

37 592
HABITANTES

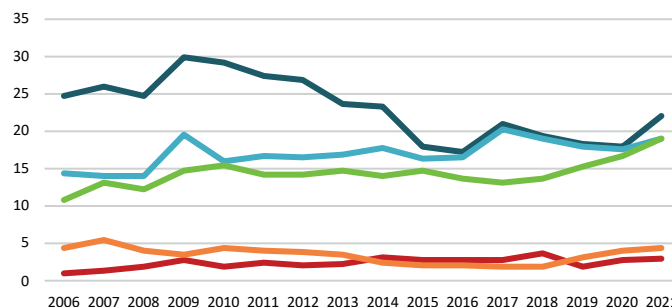
Milhões



Cinfães

17 731
HABITANTES

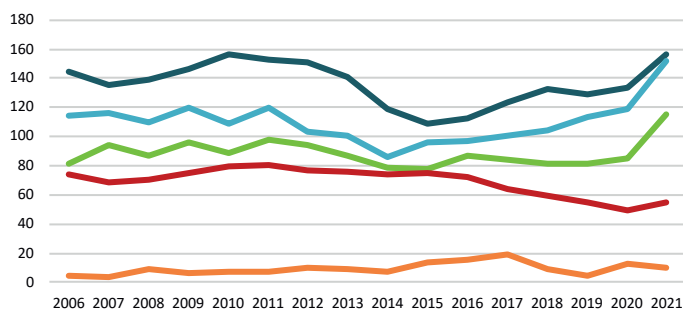
Milhões



Coimbra

140 838
HABITANTES

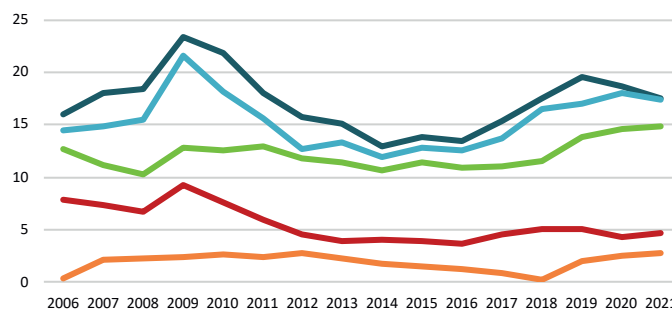
Milhões



Condeixa-a-Nova

16 735
HABITANTES

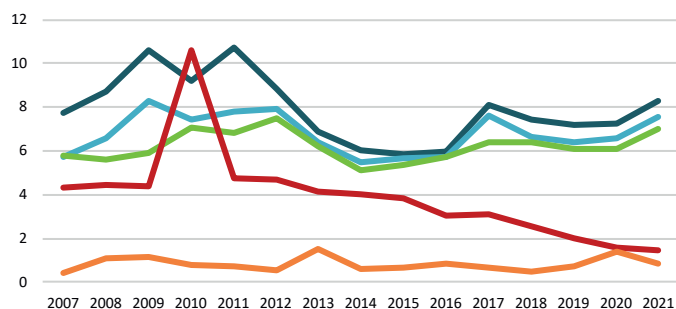
Milhões



Constância

3 799
HABITANTES

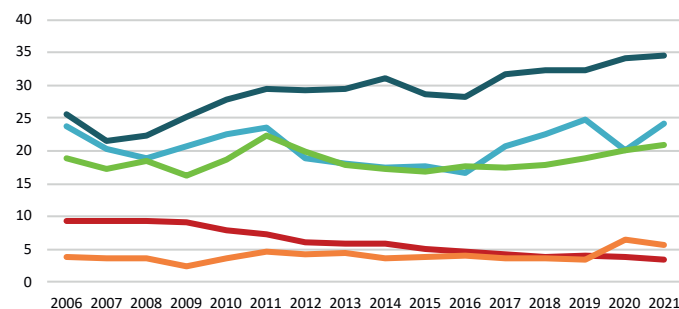
Milhões



Coruche

17 356
HABITANTES

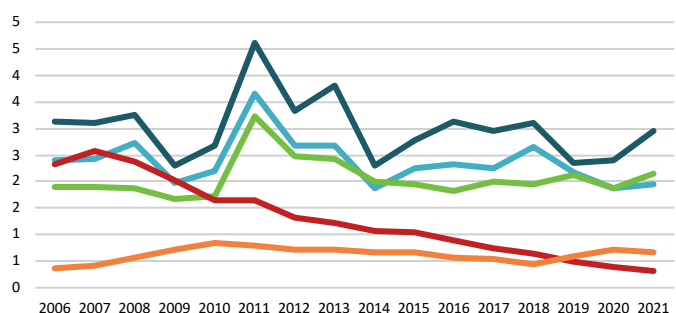
Milhões



Corvo

384
HABITANTES

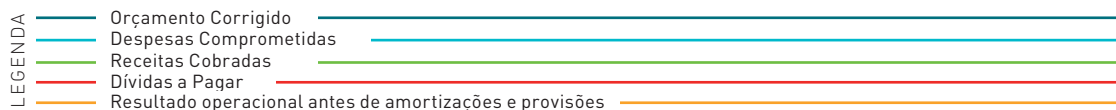
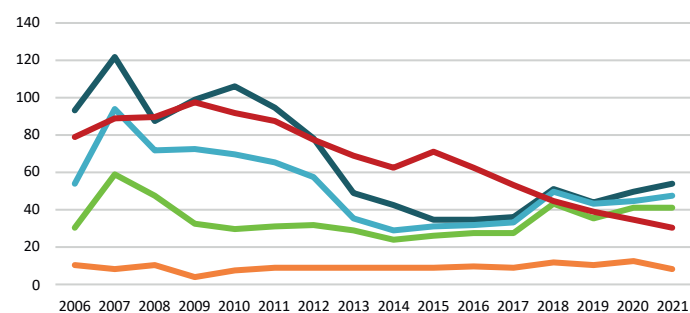
Milhões



Covilhã

46 457
HABITANTES

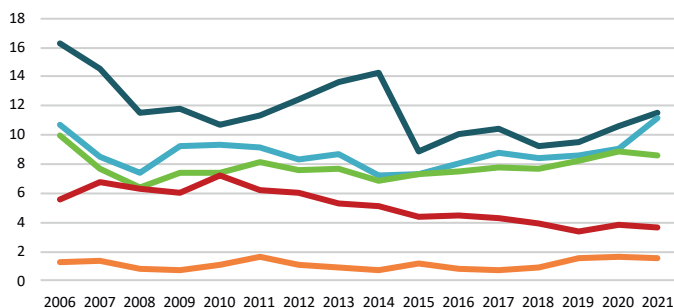
Milhões



Crato

3 225
HABITANTES

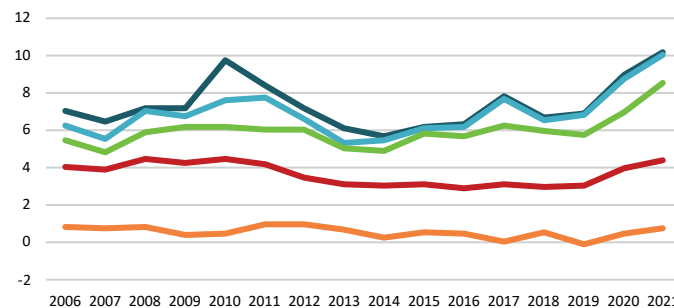
Milhões



Cuba

4 374
HABITANTES

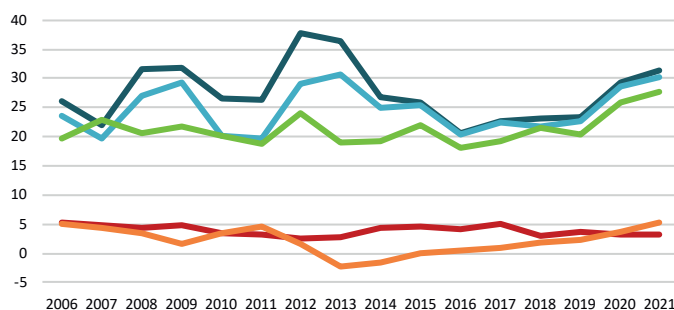
Milhões



Elvas

20 733
HABITANTES

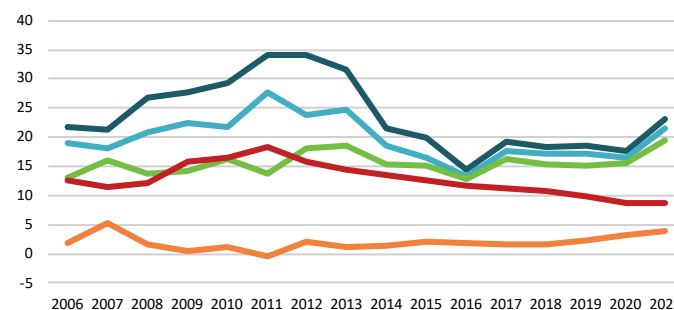
Milhões



Entroncamento

20 141
HABITANTES

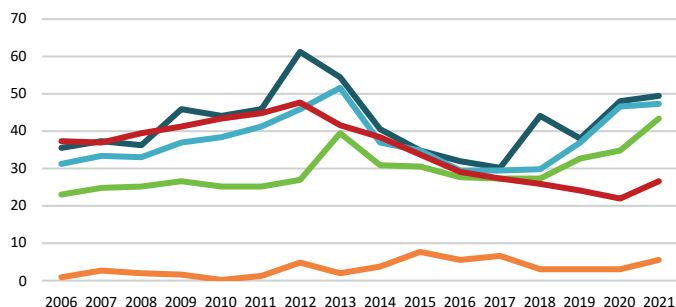
Milhões

Grande
>100 000 hab.Médio
<100 000 hab.Pequeno
<20 000 hab.

Espinho

31 045
HABITANTES

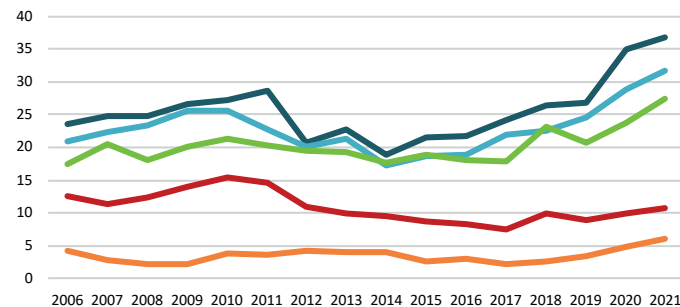
Milhões



Esposende

35 138
HABITANTES

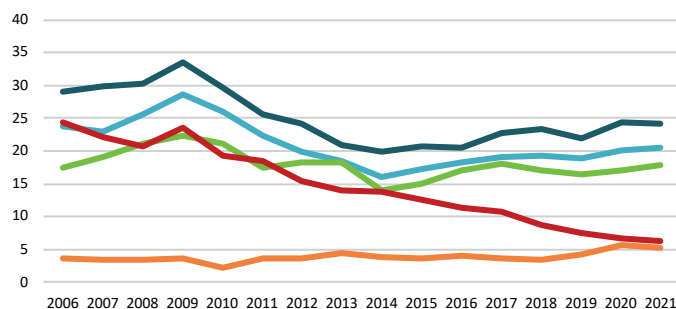
Milhões



Estarreja

26 224
HABITANTES

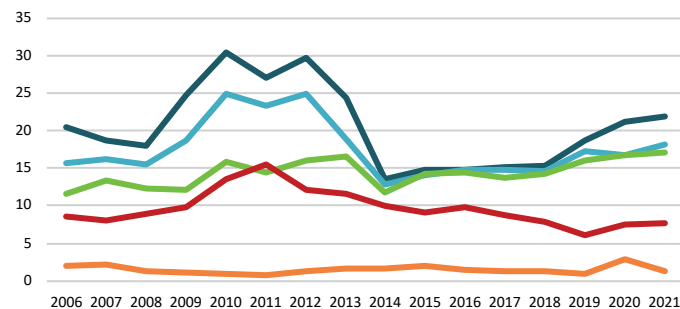
Milhões



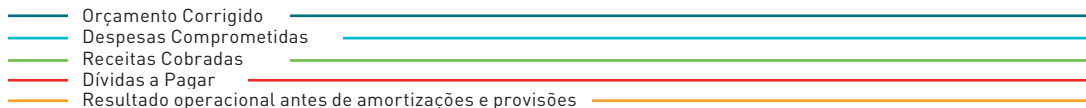
Estremoz

12 683
HABITANTES

Milhões



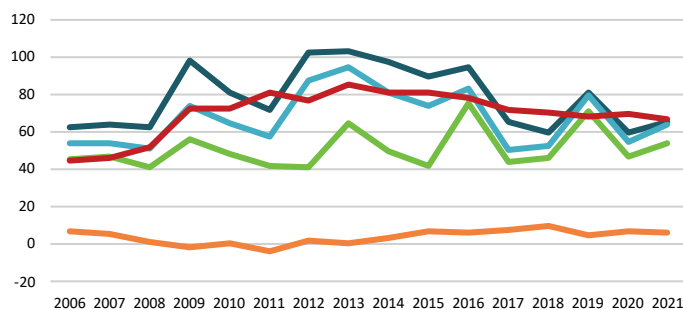
LEGENDA



Évora

53 591
HABITANTES

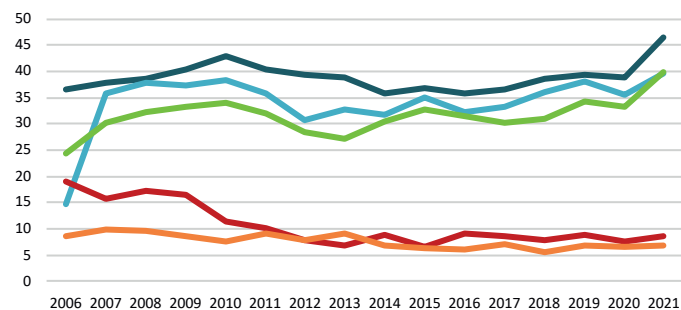
Milhões



Fafe

48 506
HABITANTES

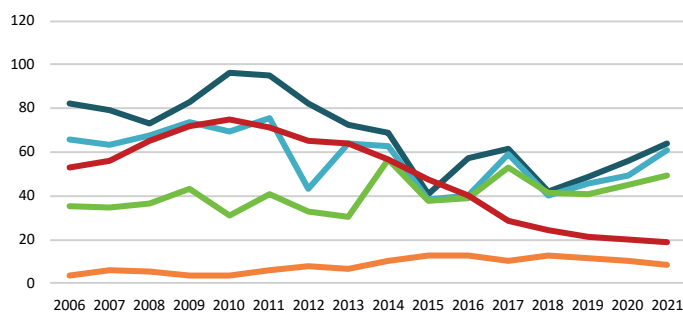
Milhões



Faro

67 650
HABITANTES

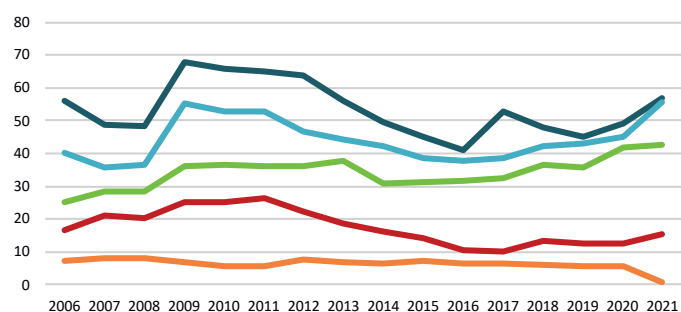
Milhões



Felgueiras

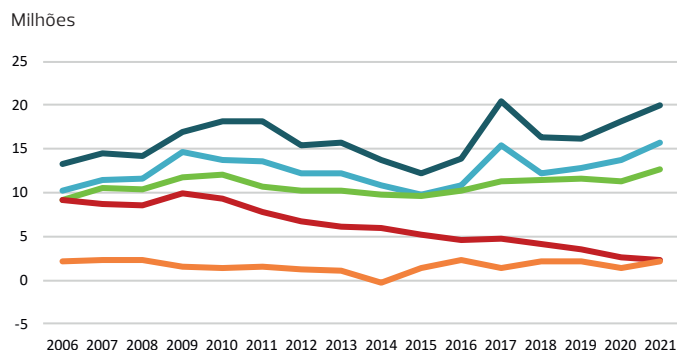
55 855
HABITANTES

Milhões

Grande
>100 000 hab.Médio
<100 000 hab.Pequeno
<20 000 hab.

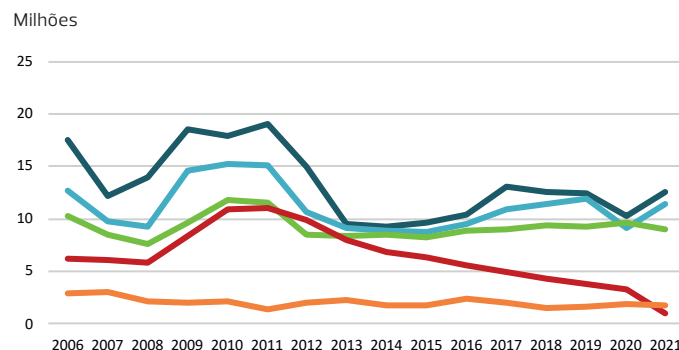
Ferreira do Alentejo

7 686
HABITANTES



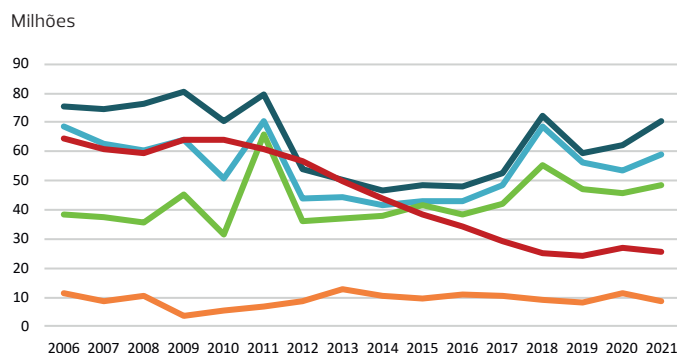
Ferreira do Zêzere

7 801
HABITANTES



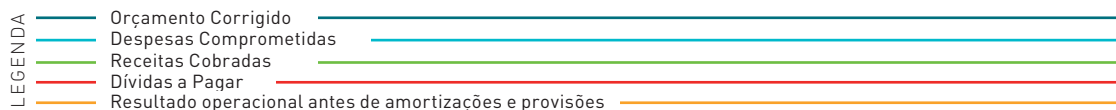
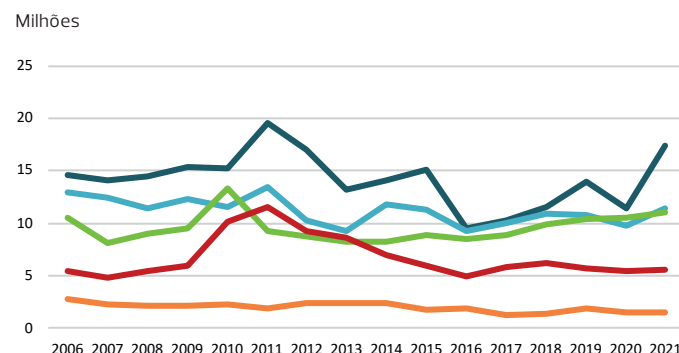
Figueira da Foz

58 962
HABITANTES

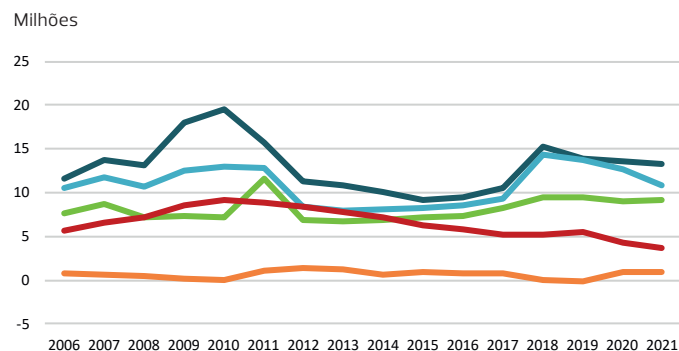


Figueira de Castelo Rodrigo

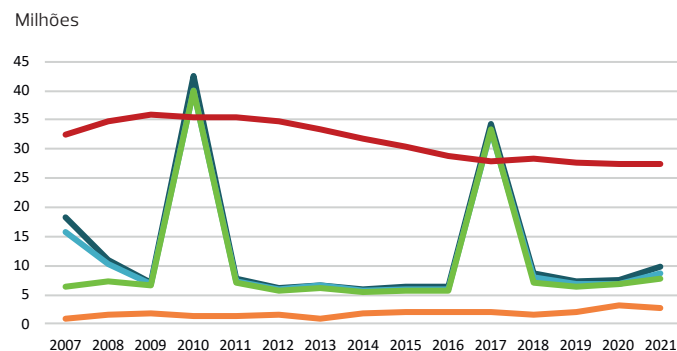
5 148
HABITANTES



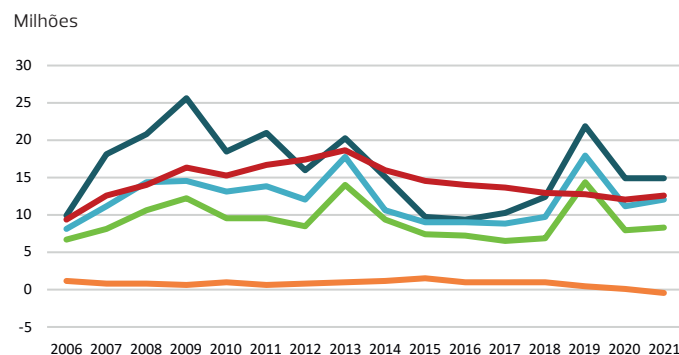
Figueiró dos Vinhos

5 281
HABITANTES

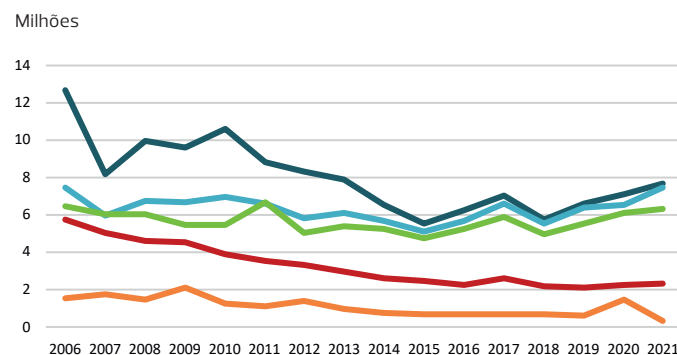
Fornos de Algodres

4 403
HABITANTES

Freixo de Espada à Cinta

3 216
HABITANTES

Fronteira

2 858
HABITANTES

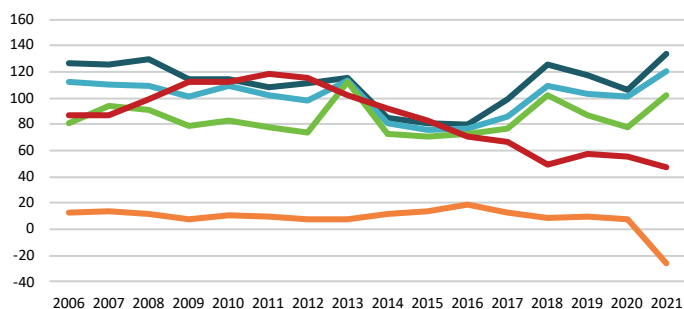
— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.Médio
<100 000 hab.Pequeno
<20 000 hab.

Funchal

105 795
HABITANTES

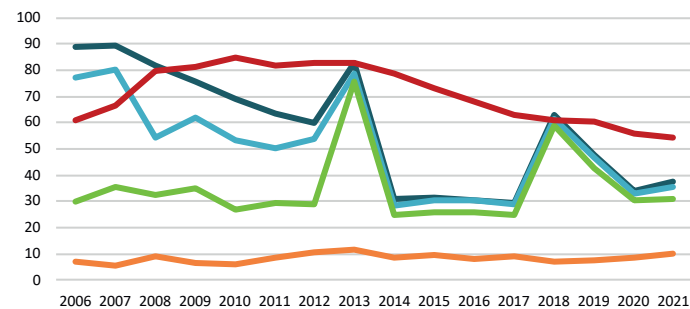
Milhões



Fundão

26 509
HABITANTES

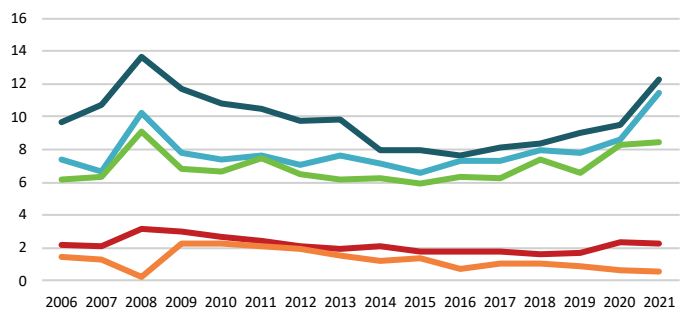
Milhões



Gavião

3 394
HABITANTES

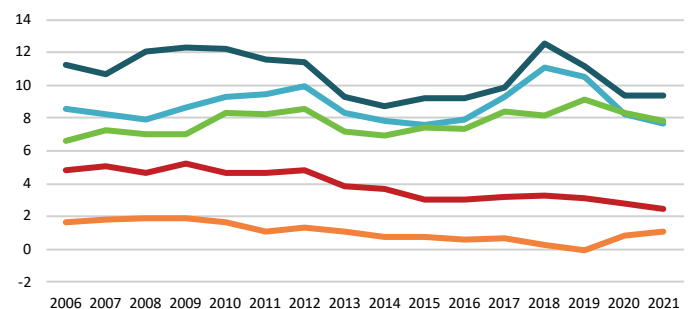
Milhões



Góis

3 811
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

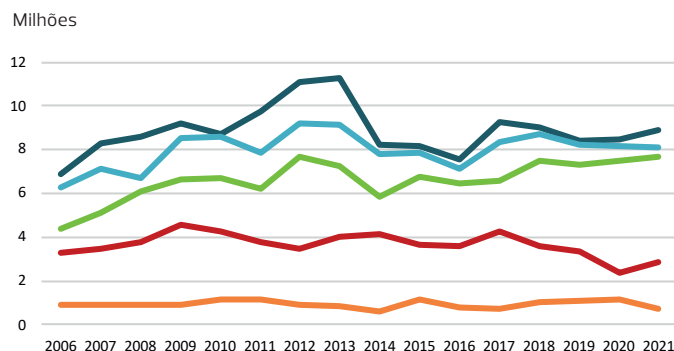
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

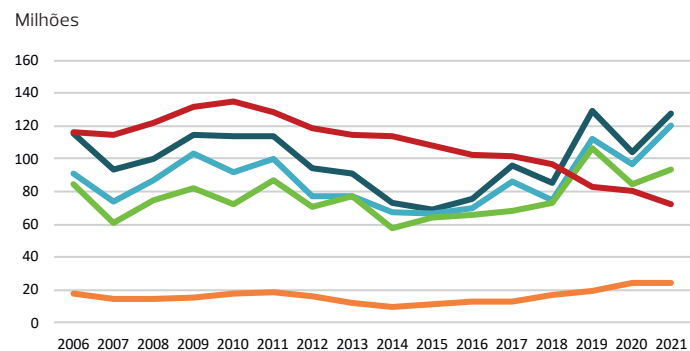
Golegã

5 400
HABITANTES



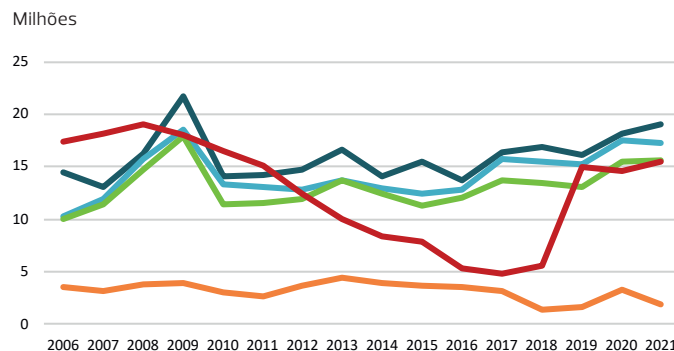
Gondomar

164 277
HABITANTES



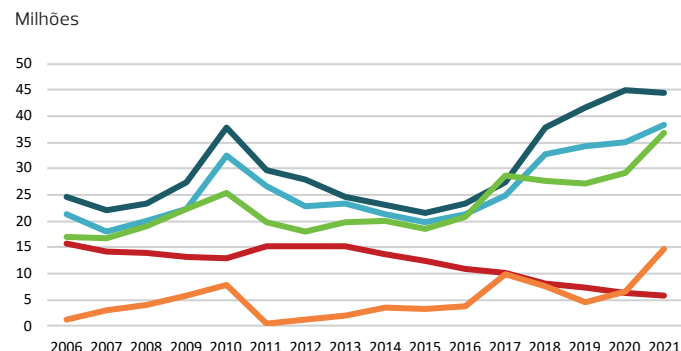
Gouveia

12 223
HABITANTES



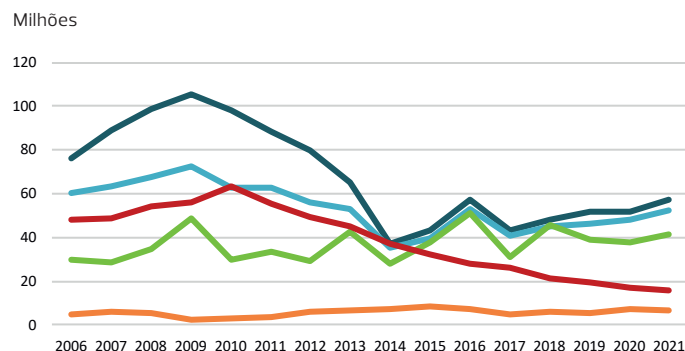
Grândola

13 823
HABITANTES



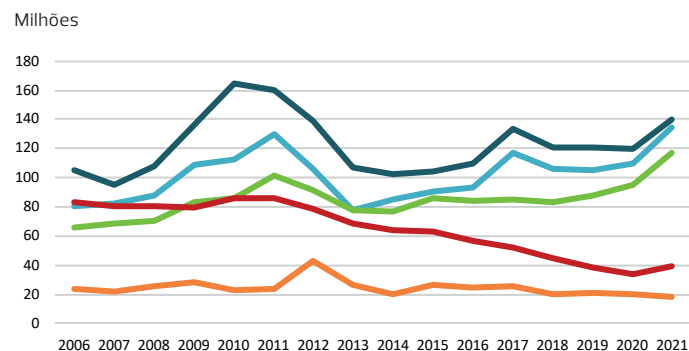
Guarda

40 126
HABITANTES



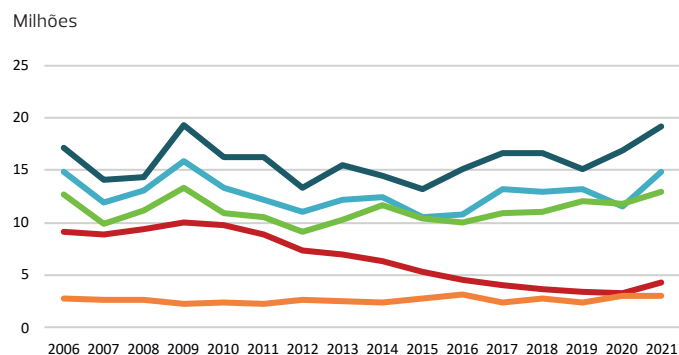
Guimarães

156 849
HABITANTES



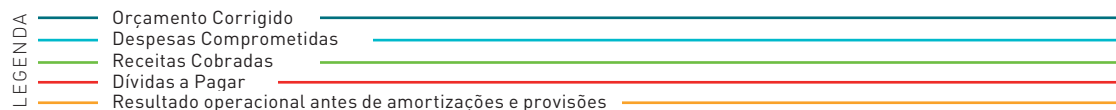
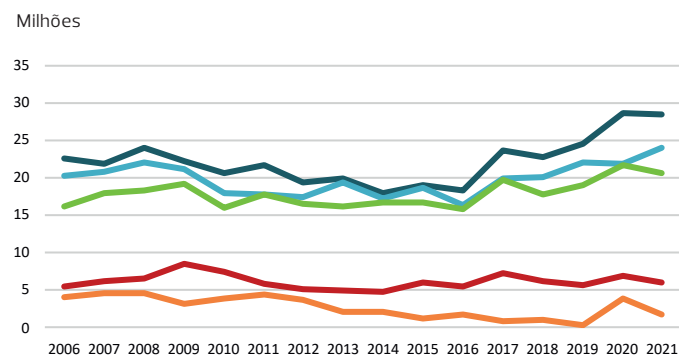
Horta

14 334
HABITANTES



Idanha-a-Nova

8 356
HABITANTES



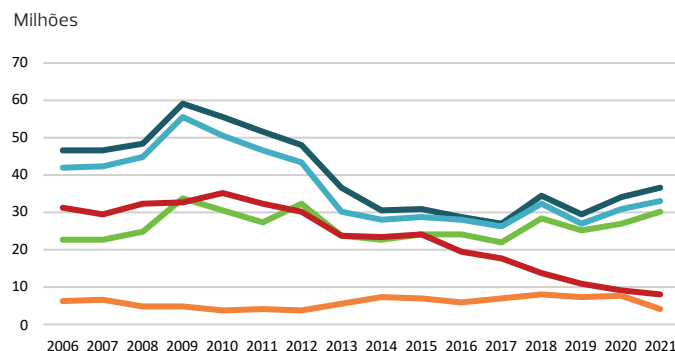
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

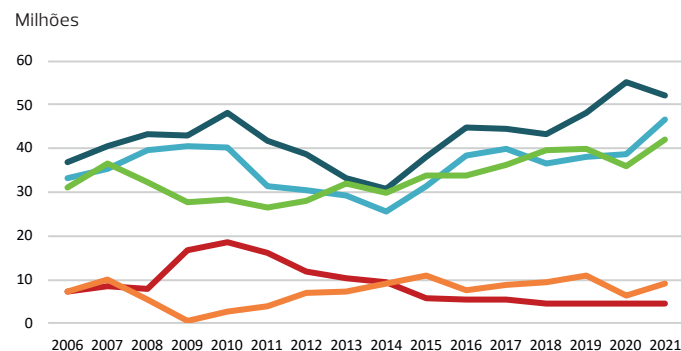
Ílhavo

39 239
HABITANTES



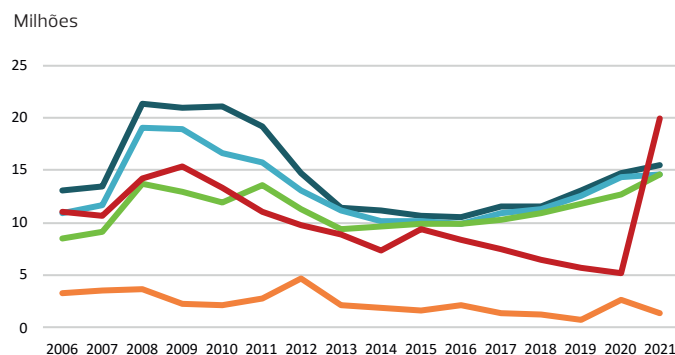
Lagoa (Algarve)

23 734
HABITANTES



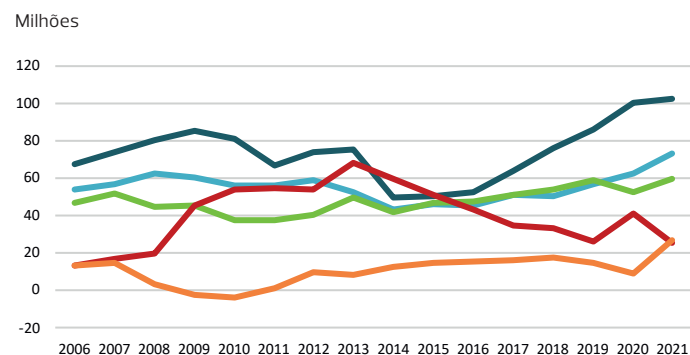
Lagoa (R.A.A)

14 191
HABITANTES



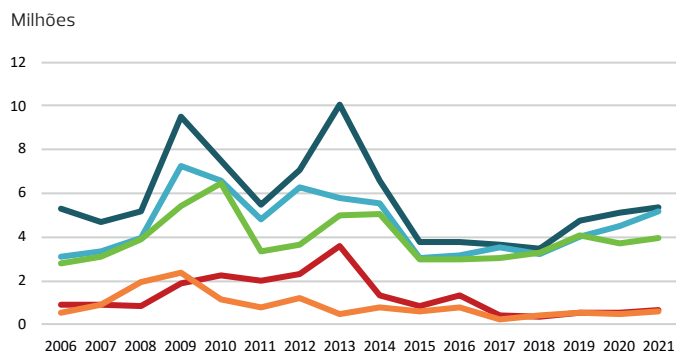
Lagos

33 500
HABITANTES



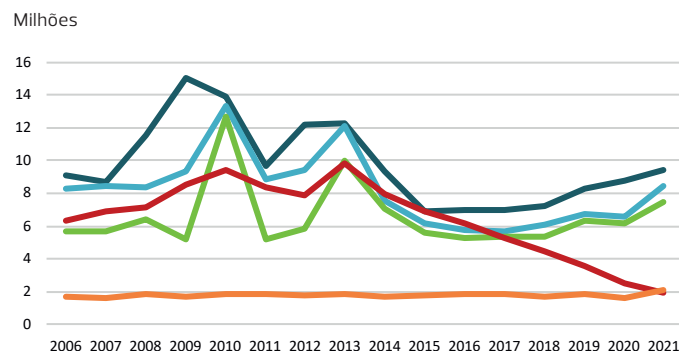
Lajes das Flores

1 408
HABITANTES



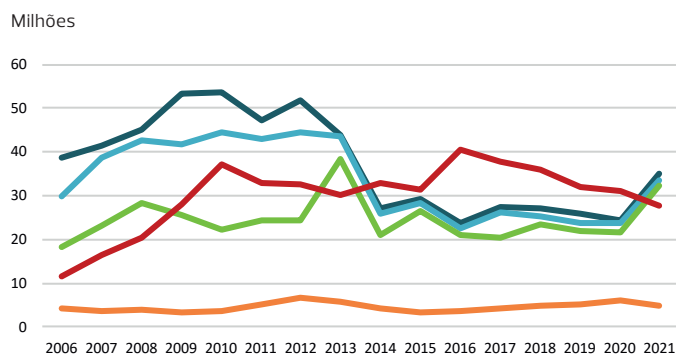
Lajes do Pico

4 340
HABITANTES



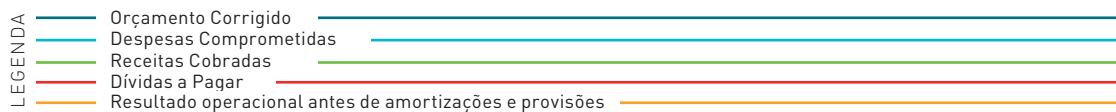
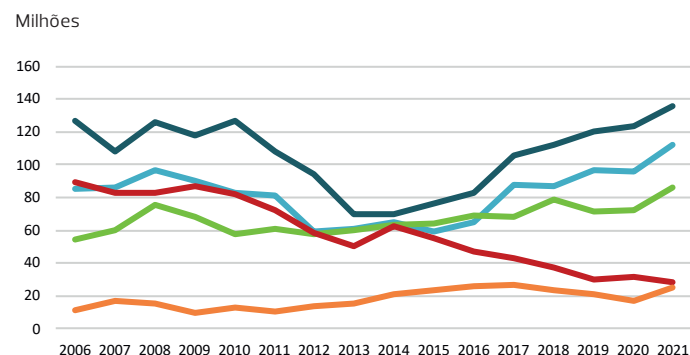
Lamego

24 315
HABITANTES



Leiria

128 616
HABITANTES



Grande
>100 000 hab.

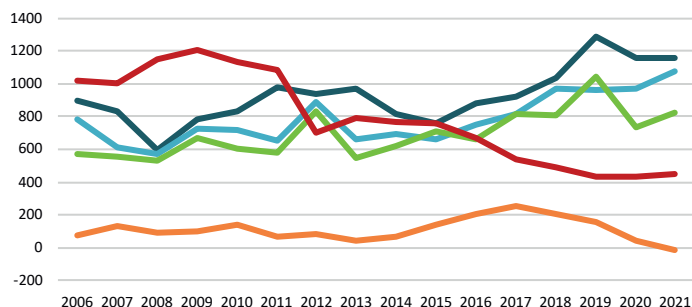
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Lisboa

545 923
HABITANTES

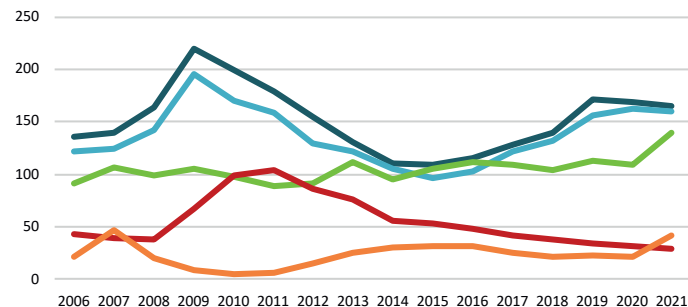
Milhões



Loulé

72 348
HABITANTES

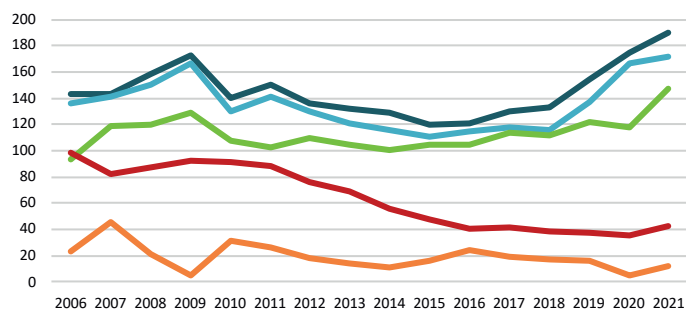
Milhões



Loures

201 632
HABITANTES

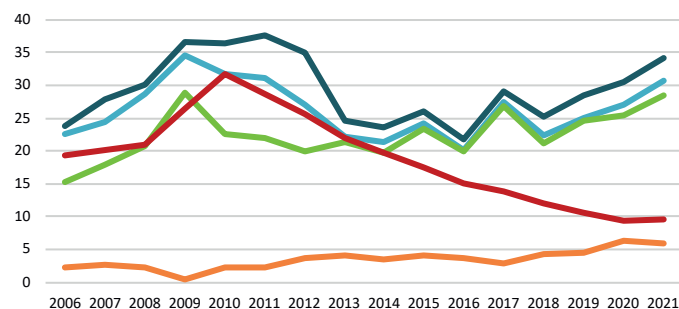
Milhões



Lourinhã

26 246
HABITANTES

Milhões



— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

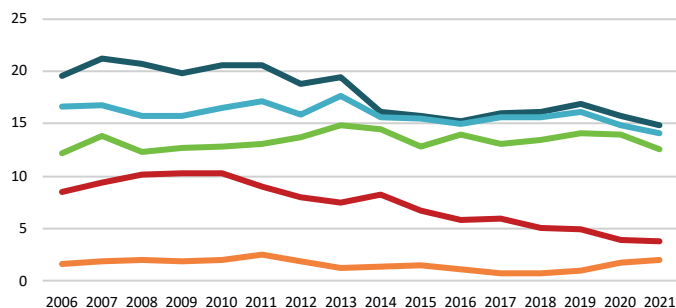
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Lousã

17 007
HABITANTES

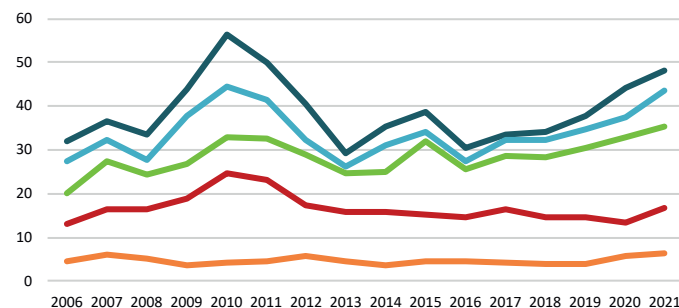
Milhões



Lousada

47 376
HABITANTES

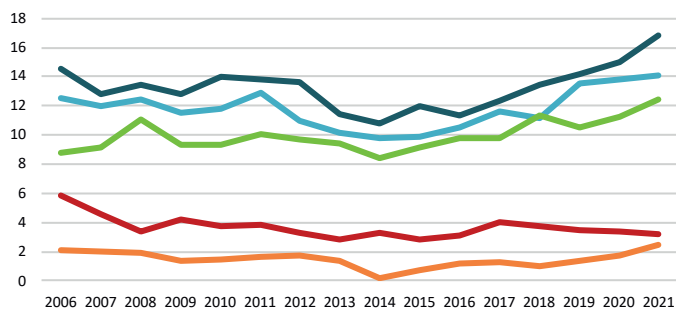
Milhões



Mação

6 402
HABITANTES

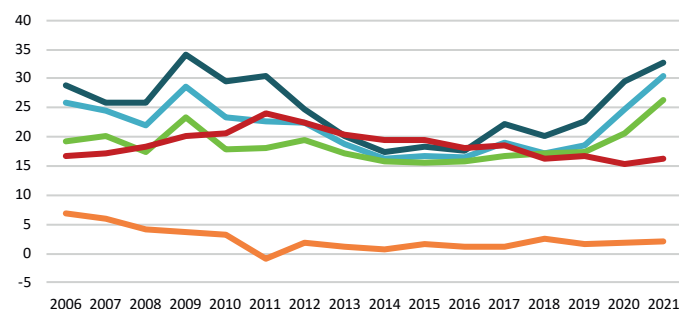
Milhões



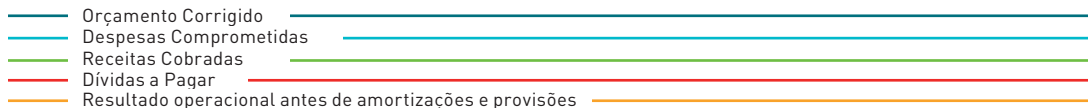
Macedo de Cavaleiros

14 252
HABITANTES

Milhões



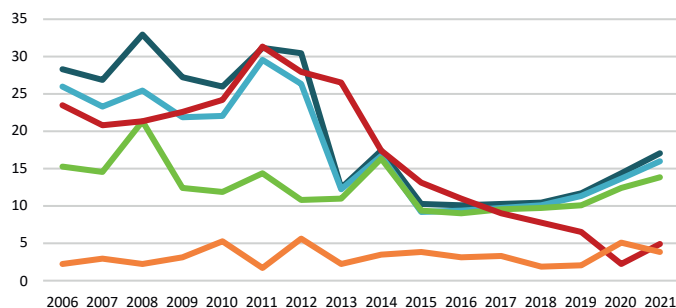
LEGENDA



Machico

19 594
HABITANTES

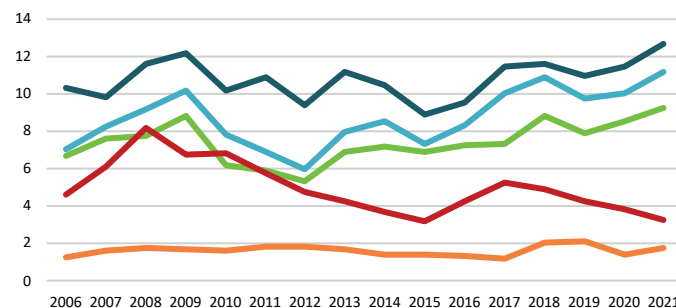
Milhões



Madalena

6 323
HABITANTES

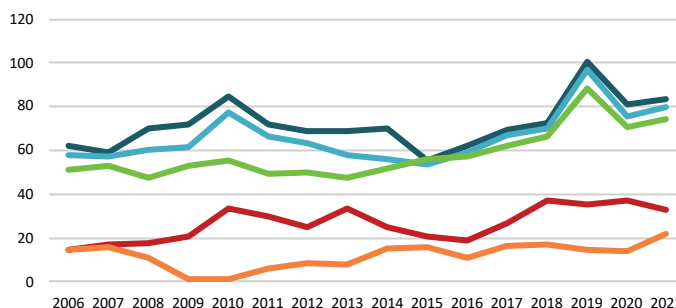
Milhões



Mafra

86 521
HABITANTES

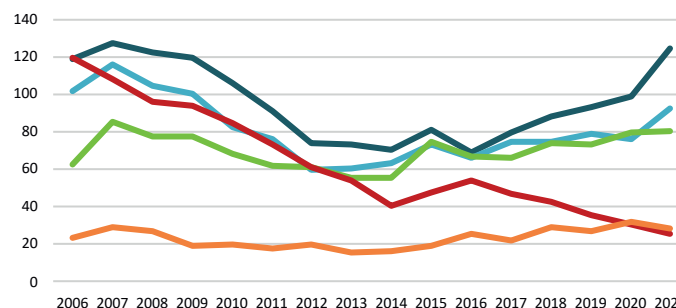
Milhões



Maia

134 988
HABITANTES

Milhões



— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

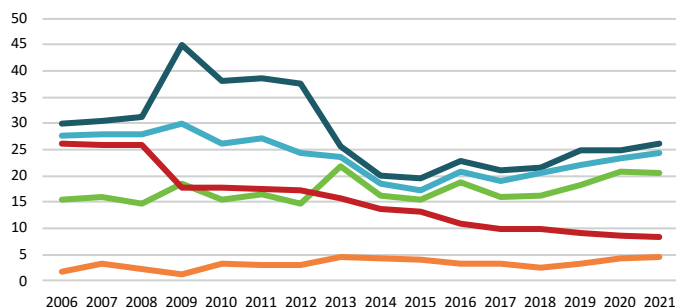
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Mangualde

18 303
HABITANTES

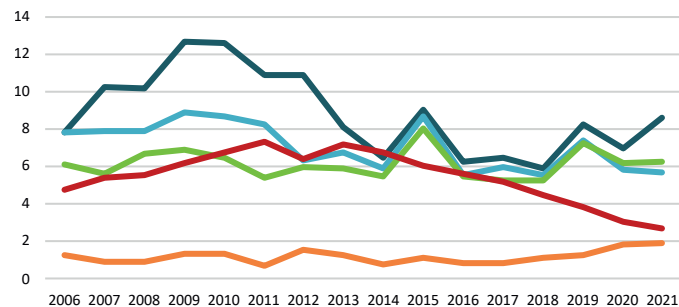
Milhões



Manteigas

2 909
HABITANTES

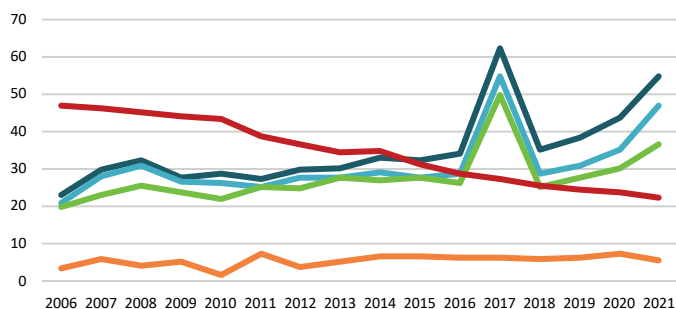
Milhões



Marco de Canaveses

49 546
HABITANTES

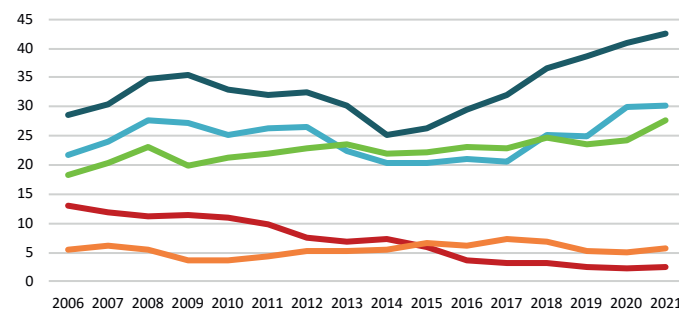
Milhões



Marinha Grande

39 032
HABITANTES

Milhões

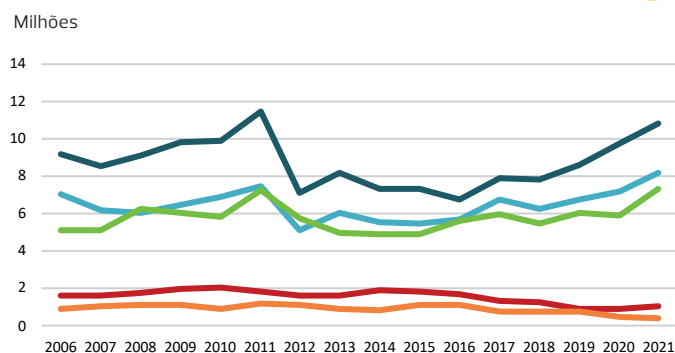


LEGENDA



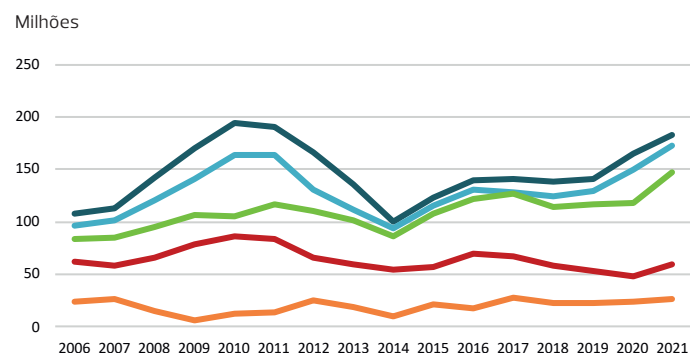
Marvão

3 021
HABITANTES



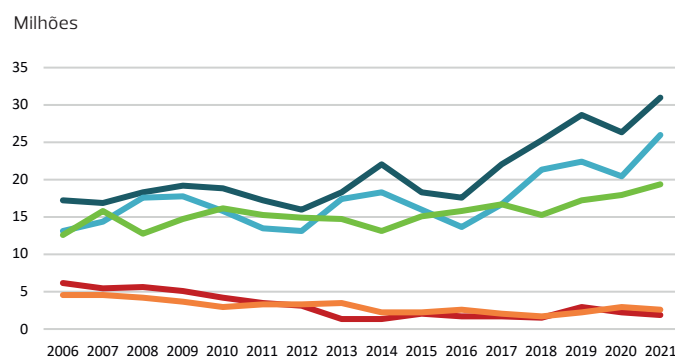
Matosinhos

172 586
HABITANTES



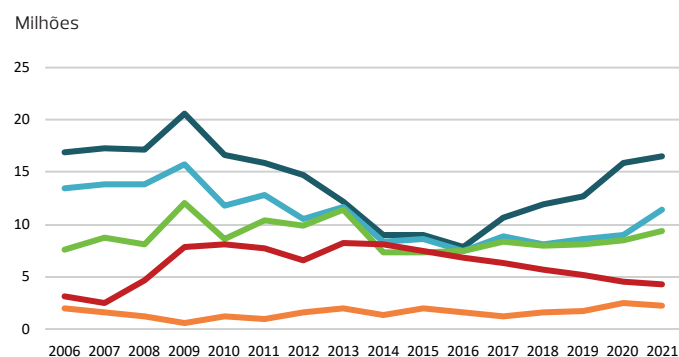
Mealhada

19 355
HABITANTES



Meda

4 633
HABITANTES



— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
 >100 000 hab.

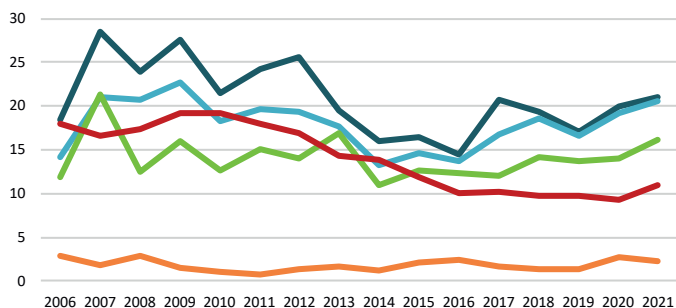
Médio
 <100 000 hab.

Pequeno
 <20 000 hab.

Melgaço

7 773
HABITANTES

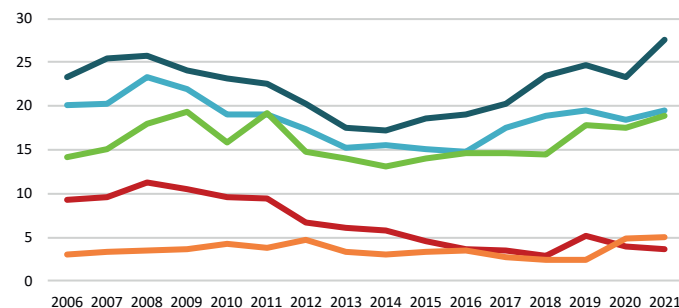
Milhões



Mértola

6 208
HABITANTES

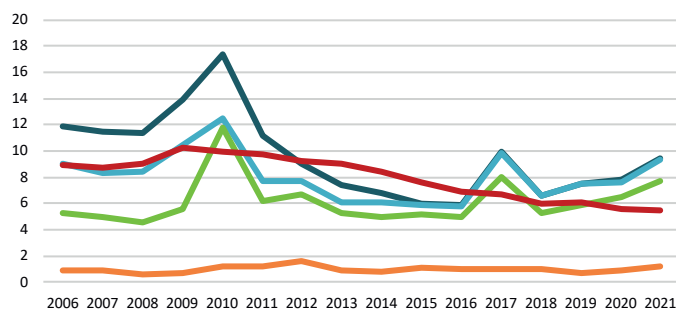
Milhões



Mesão Frio

3 548
HABITANTES

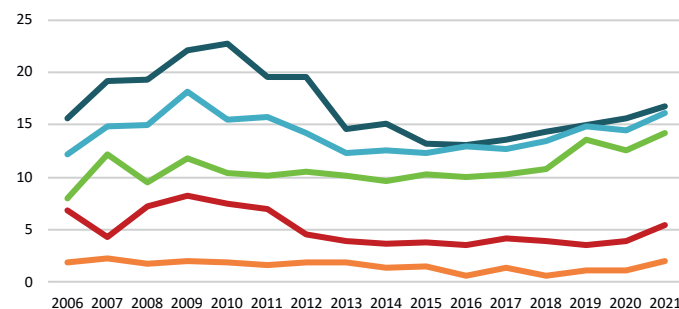
Milhões



Mira

12 114
HABITANTES

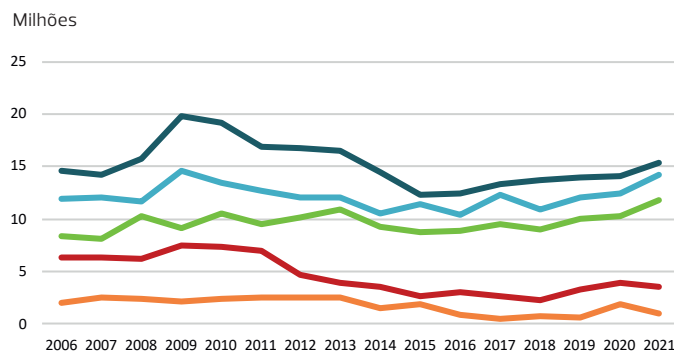
Milhões



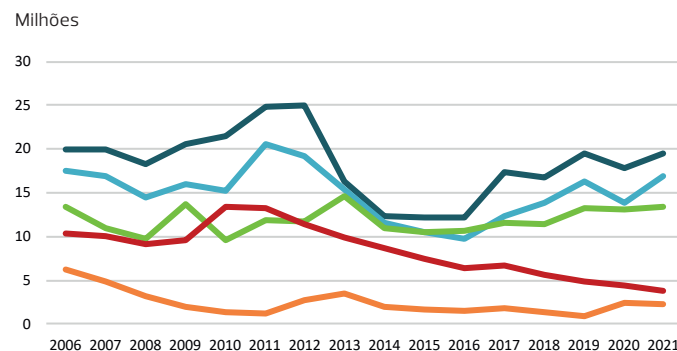
LEGENDA



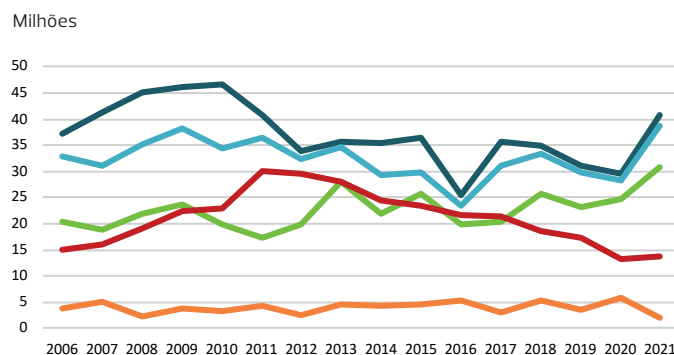
Miranda do Corvo

12 005
HABITANTES


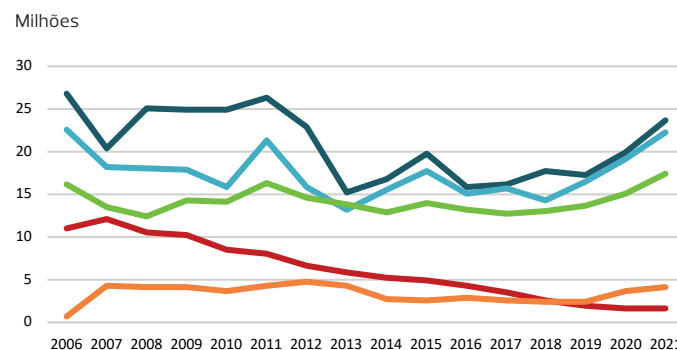
Miranda do Douro

6 464
HABITANTES


Mirandela

21 394
HABITANTES


Mogadouro

8 301
HABITANTES


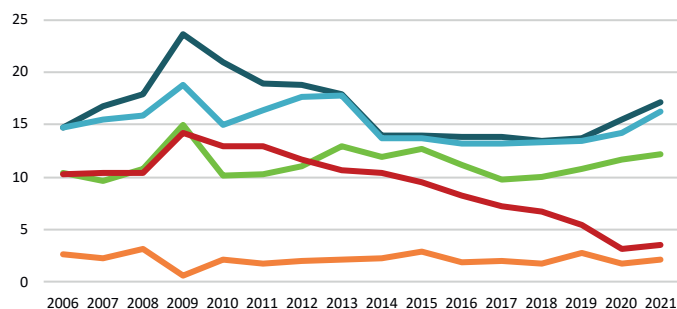
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.
Médio
<100 000 hab.
Pequeno
<20 000 hab.

Moimenta da Beira

9 410
HABITANTES

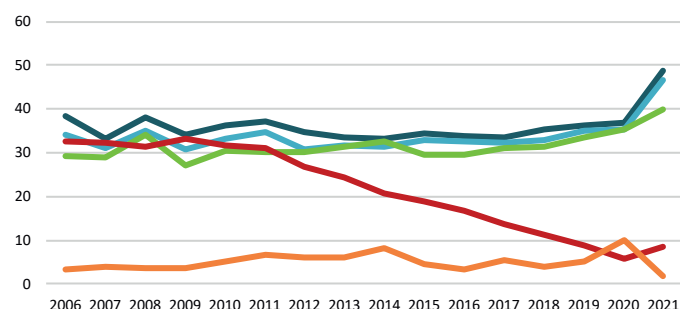
Milhões



Moita

66 262
HABITANTES

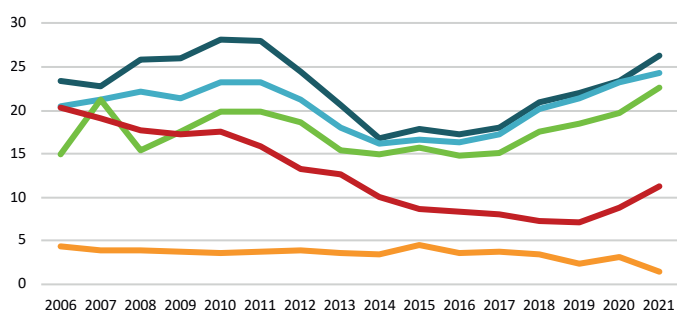
Milhões



Monção

17 818
HABITANTES

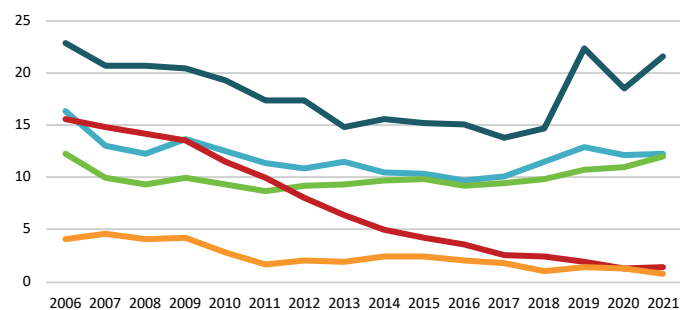
Milhões



Monchique

5 462
HABITANTES

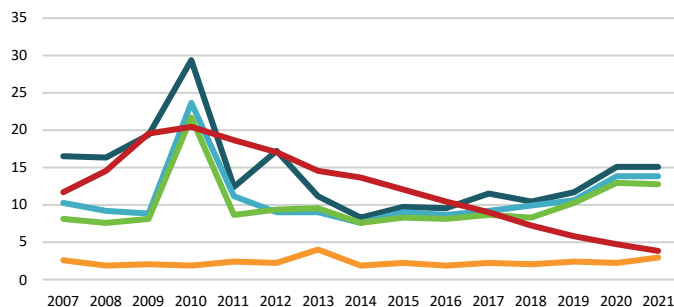
Milhões



Mondim de Basto

6 410
HABITANTES

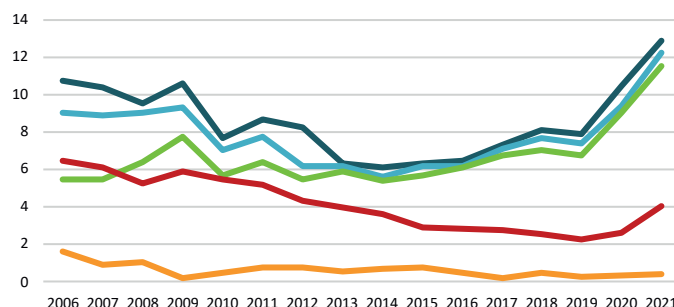
Milhões



Monforte

2 992
HABITANTES

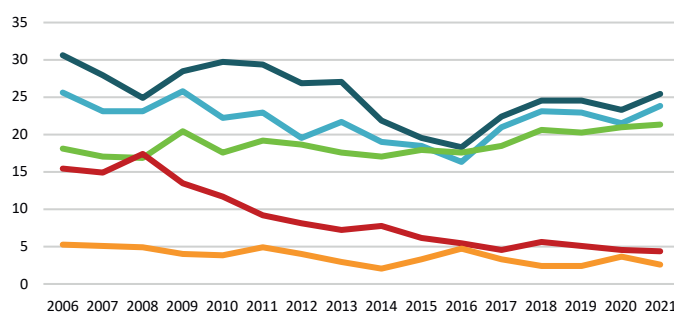
Milhões



Montalegre

9 261
HABITANTES

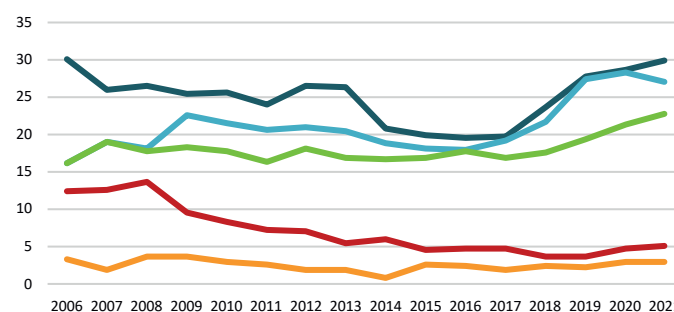
Milhões



Montemor-o-Novo

15 804
HABITANTES

Milhões



— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

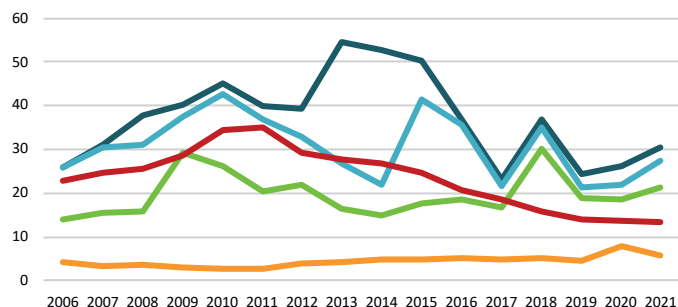
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Montemor-o-Velho

24 574
HABITANTES

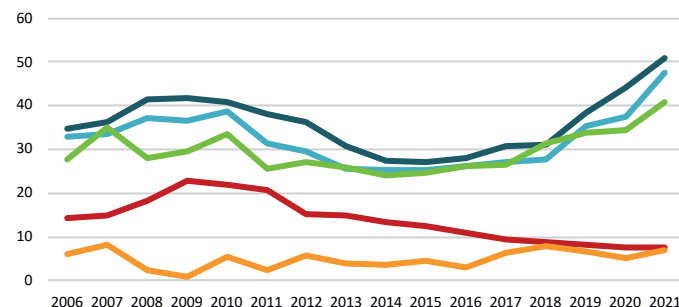
Milhões



Montijo

55 689
HABITANTES

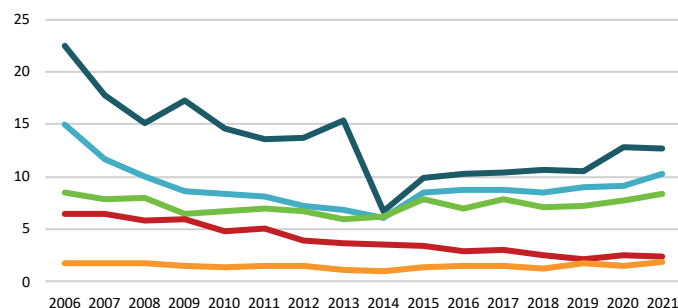
Milhões



Mora

4 135
HABITANTES

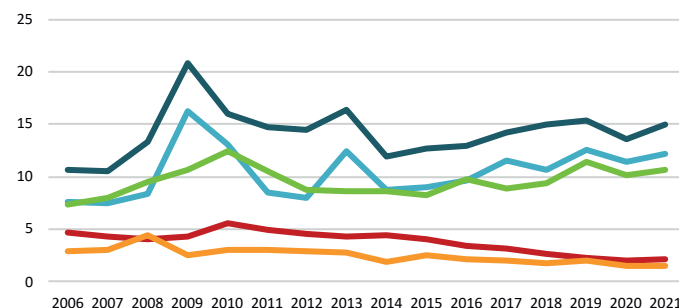
Milhões



Mortágua

8 965
HABITANTES

Milhões



LEGENDA



Grande
>100 000 hab.

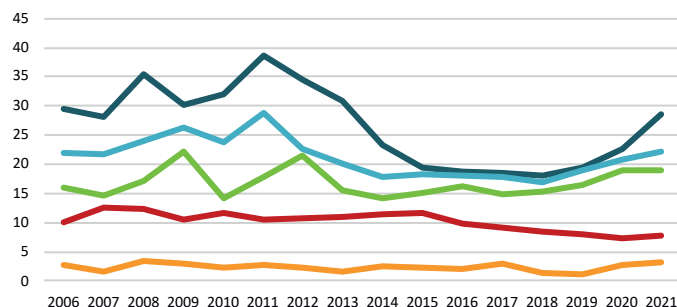
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Moura

13 259
HABITANTES

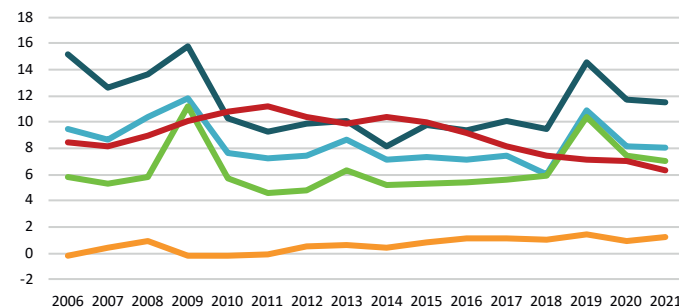
Milhões



Mourão

2 351
HABITANTES

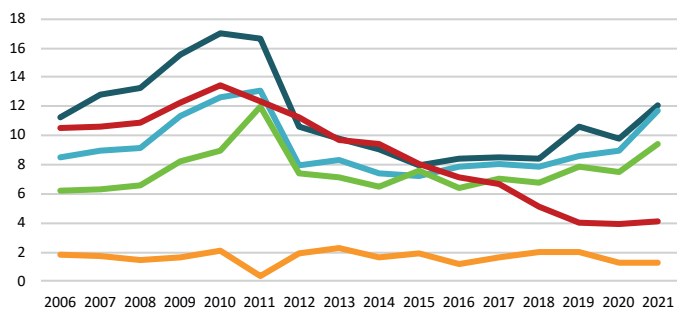
Milhões



Murça

5 245
HABITANTES

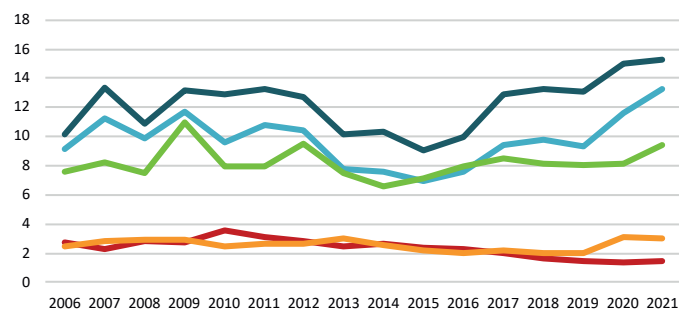
Milhões



Murtosa

10 478
HABITANTES

Milhões



— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

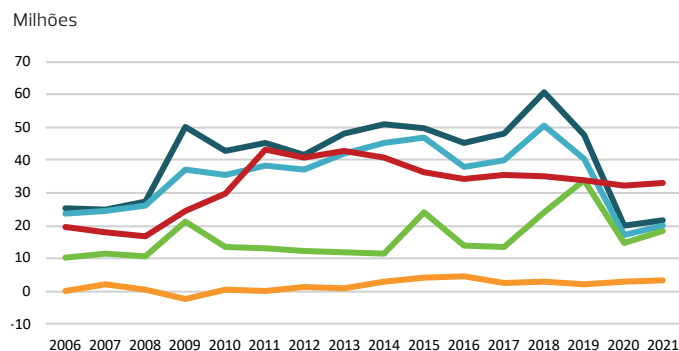
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

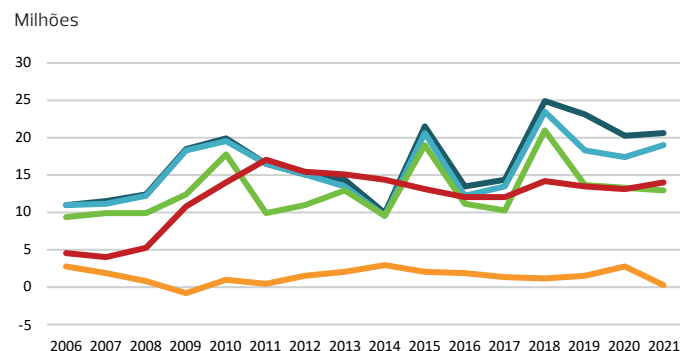
Nazaré

14 885
HABITANTES



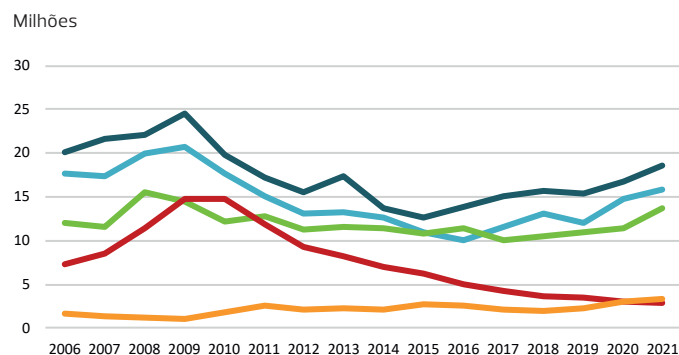
Nelas

13 121
HABITANTES



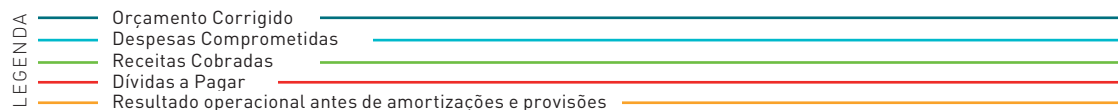
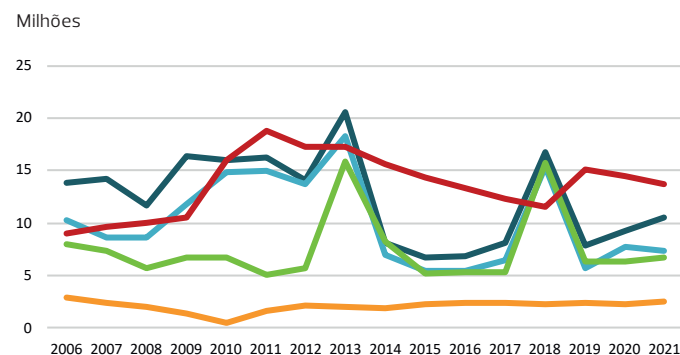
Nisa

5 954
HABITANTES



Nordeste

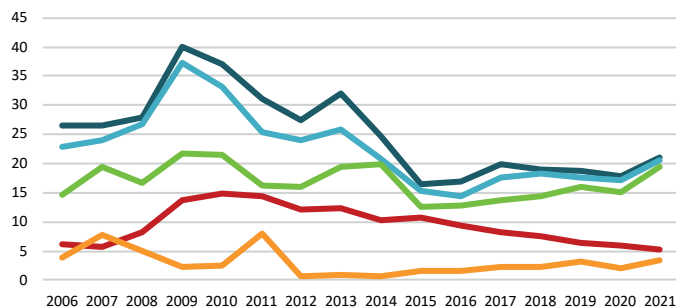
4 369
HABITANTES



Óbidos

11 924
HABITANTES

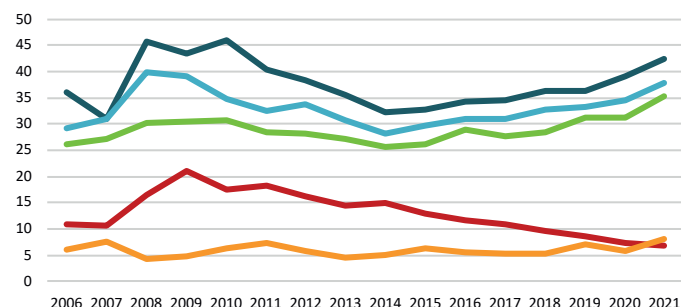
Milhões



Odemira

29 576
HABITANTES

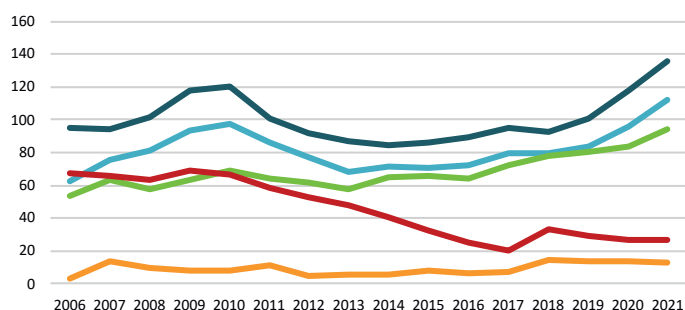
Milhões



Odivelas

148 058
HABITANTES

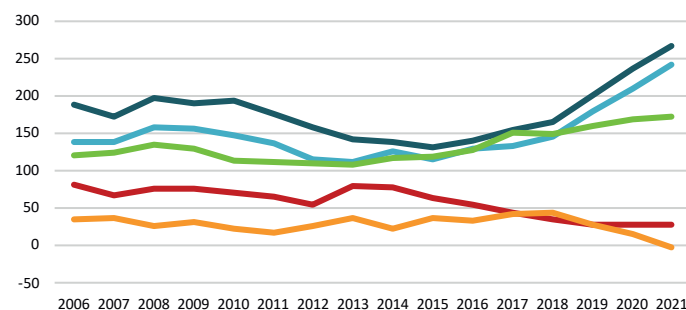
Milhões



Oeiras

171 767
HABITANTES

Milhões



— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

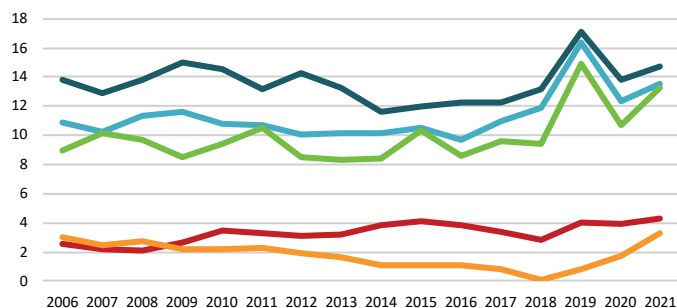
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Oleiros

4 905
HABITANTES

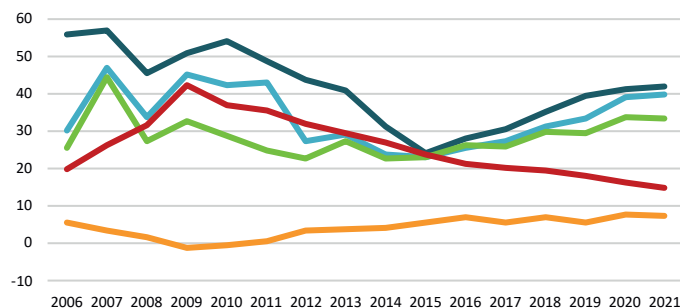
Milhões



Olhão

44 643
HABITANTES

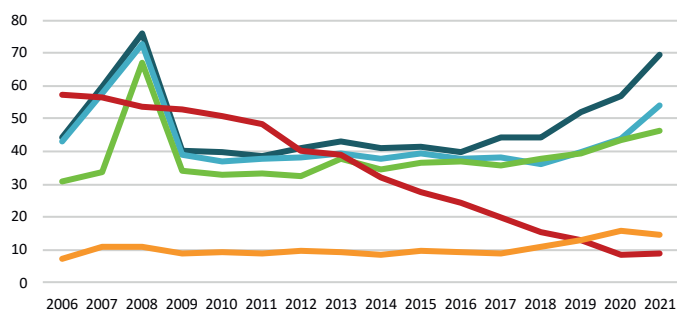
Milhões



Oliveira de Azeméis

66 190
HABITANTES

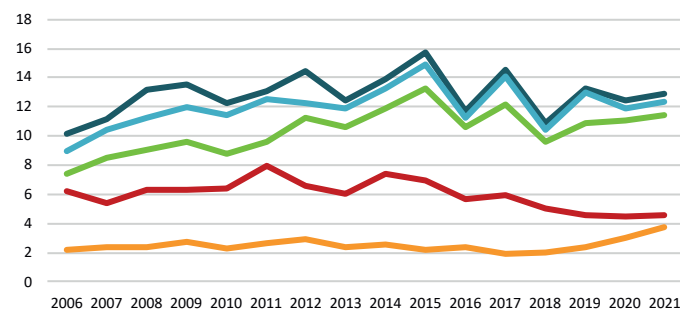
Milhões



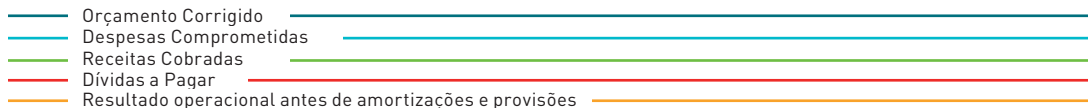
Oliveira de Frades

9 506
HABITANTES

Milhões



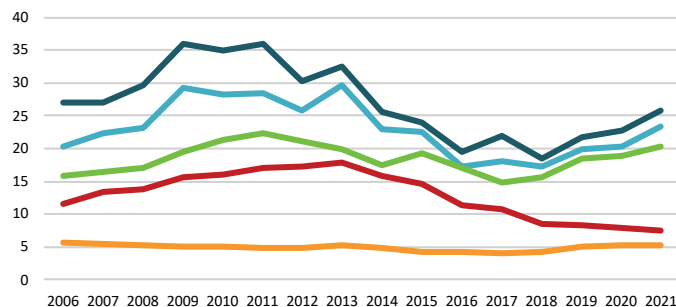
LEGENDA



Oliveira do Bairro

23 143
HABITANTES

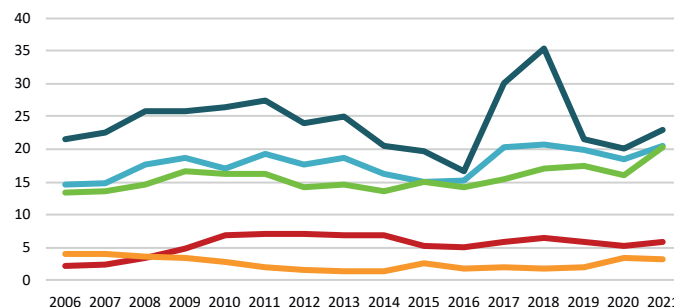
Milhões



Oliveira do Hospital

19 416
HABITANTES

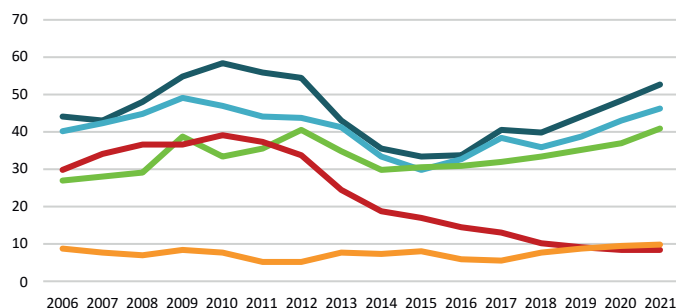
Milhões



Ourém

44 538
HABITANTES

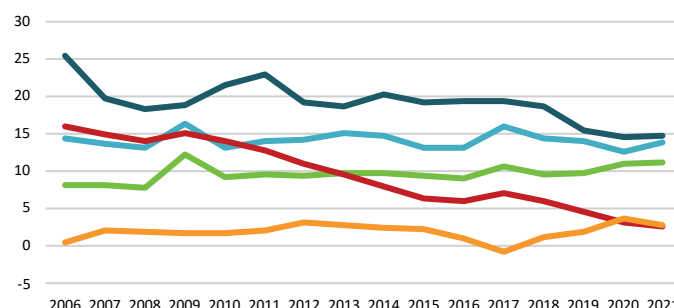
Milhões



Ourique

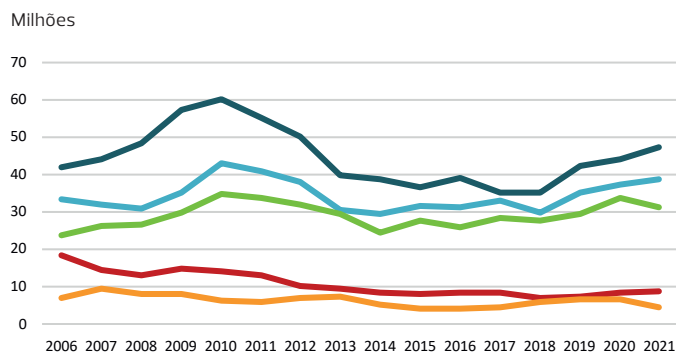
4 840
HABITANTES

Milhões



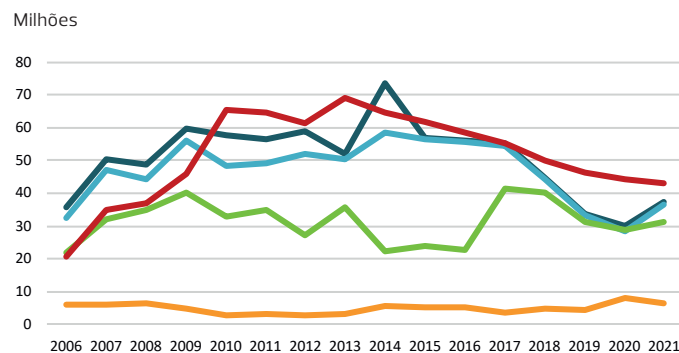
Ovar

54 968
HABITANTES



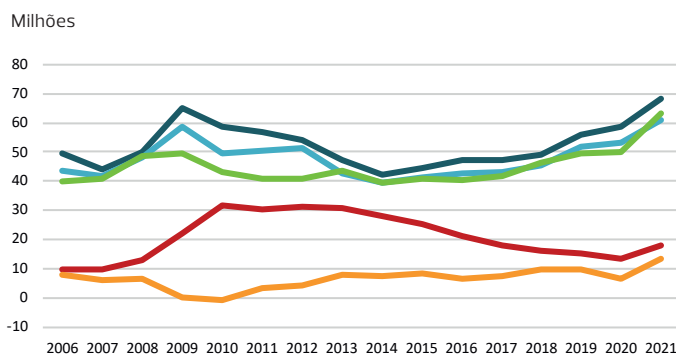
Paços de Ferreira

55 598
HABITANTES



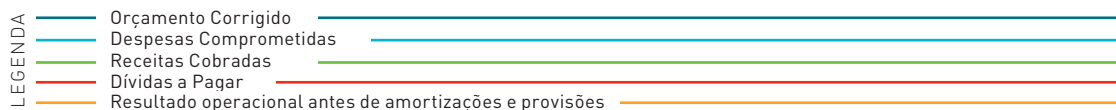
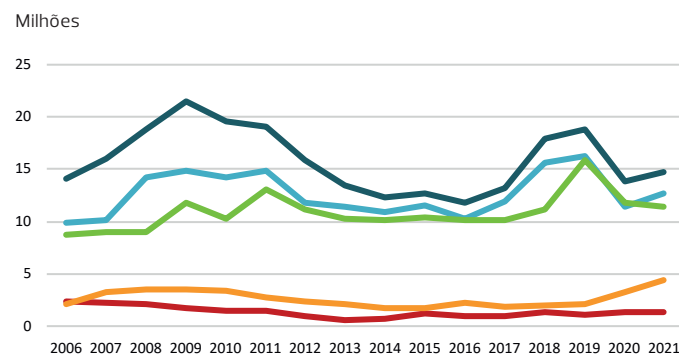
Palmela

68 856
HABITANTES



Pampilhosa da Serra

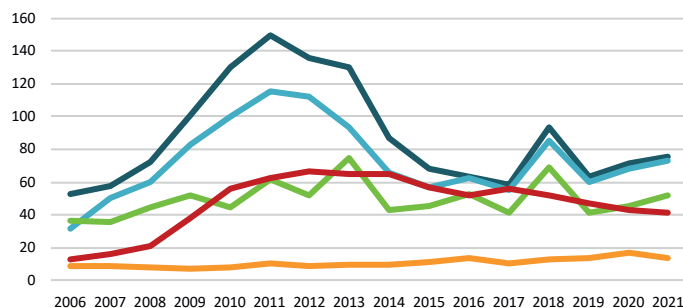
4 083
HABITANTES



Paredes

84 371
HABITANTES

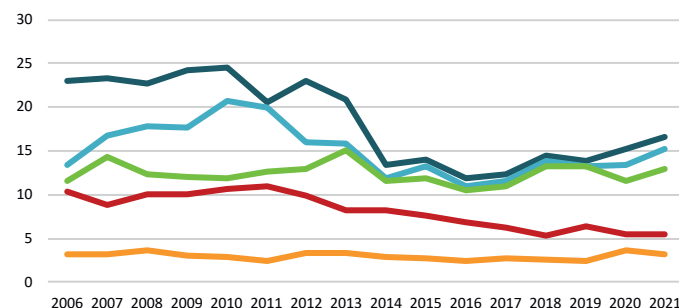
Milhões



Paredes de Coura

8 632
HABITANTES

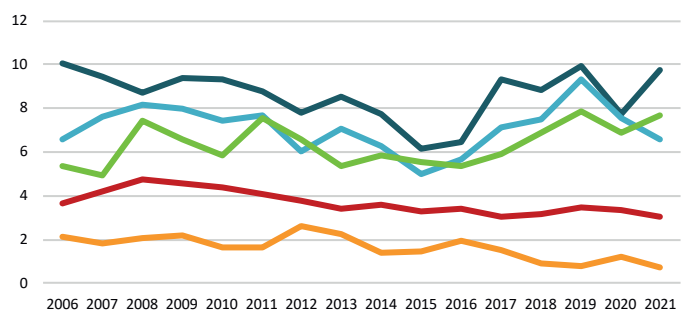
Milhões



Pedrógão Grande

3 391
HABITANTES

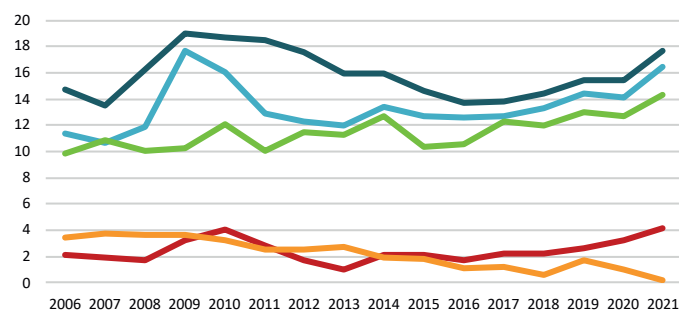
Milhões



Penacova

13 113
HABITANTES

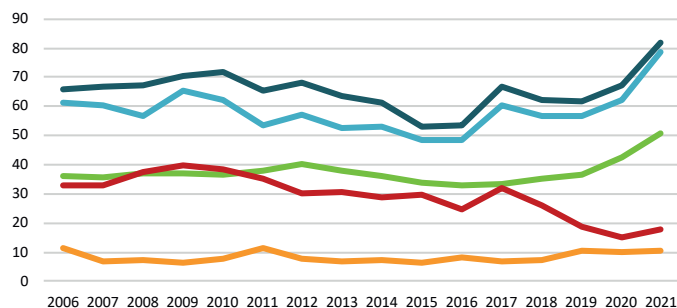
Milhões

Grande
>100 000 hab.Médio
<100 000 hab.Pequeno
<20 000 hab.

Penafiel

69 630
HABITANTES

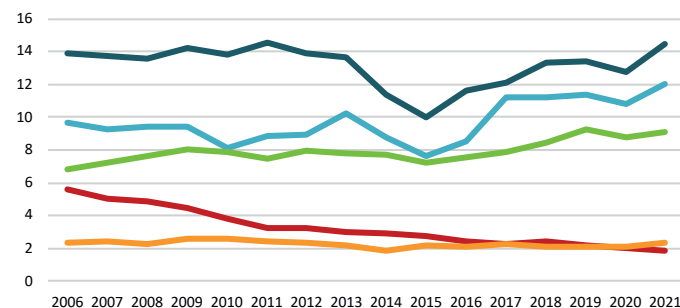
Milhões



Penalva do Castelo

7 333
HABITANTES

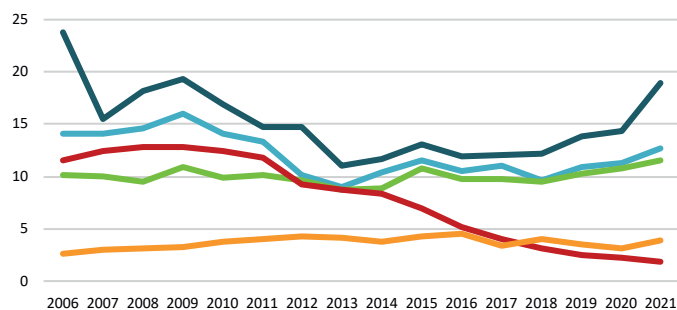
Milhões



Penamacor

4 768
HABITANTES

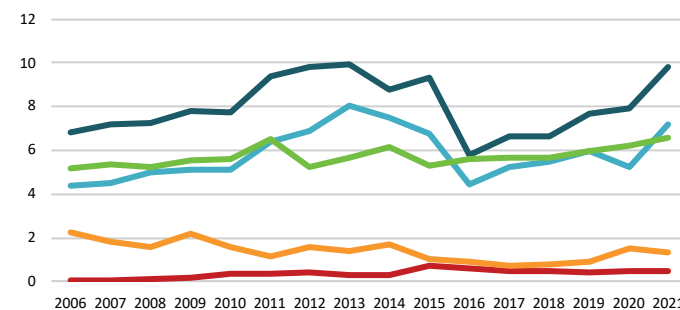
Milhões



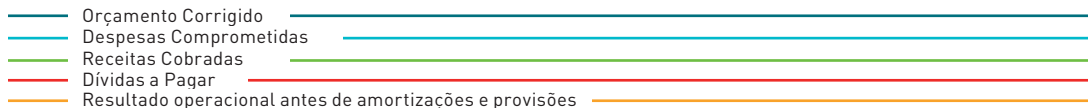
Penedono

2 738
HABITANTES

Milhões



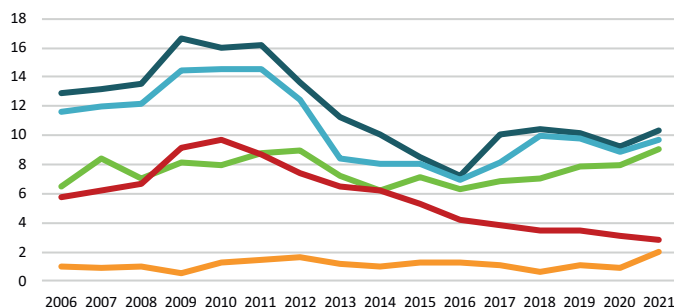
LEGENDA



Penela

5 440
HABITANTES

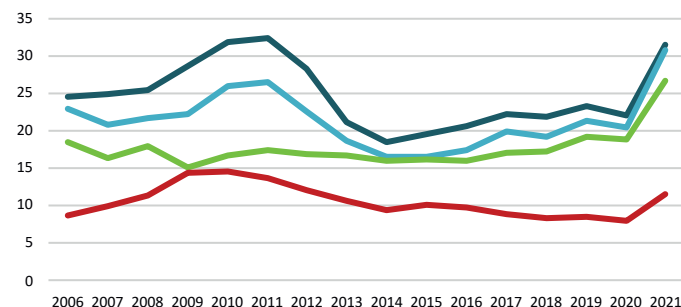
Milhões



Peniche

26 431
HABITANTES

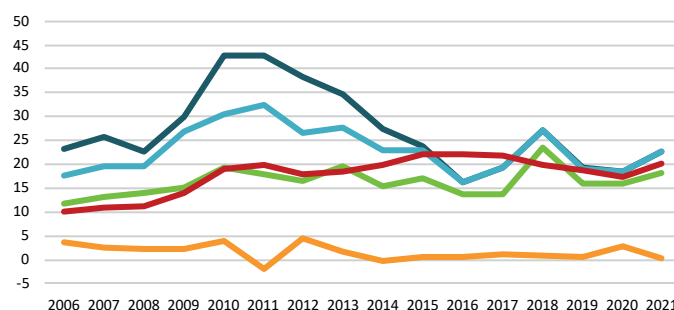
Milhões



Peso da Régua

14 541
HABITANTES

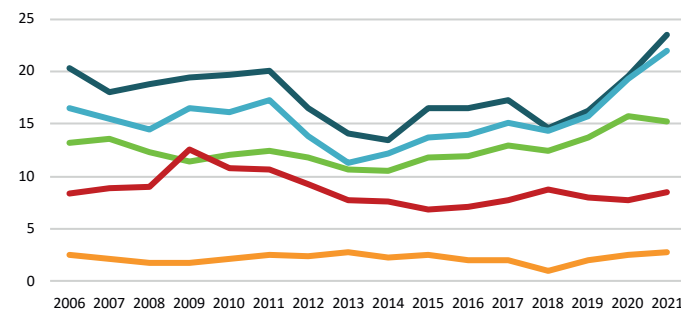
Milhões



Pinhel

8 092
HABITANTES

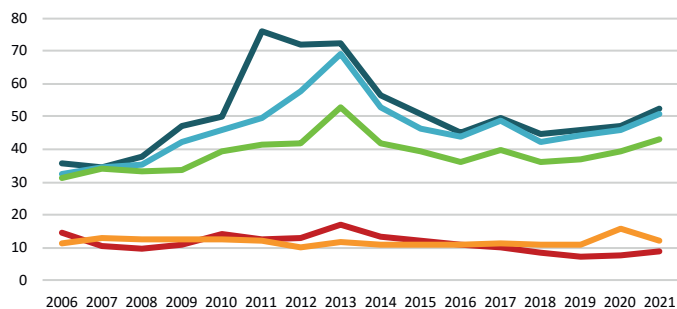
Milhões



Pombal

51 170
HABITANTES

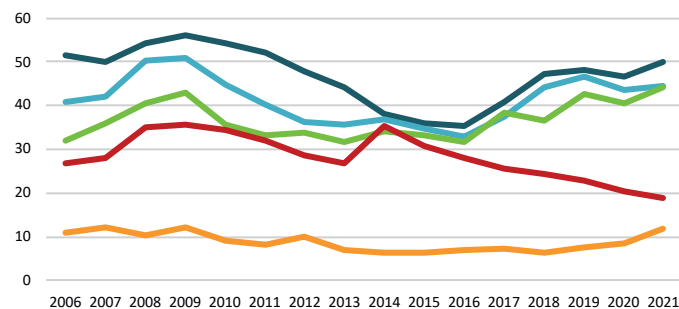
Milhões



Ponta Delgada

67 233
HABITANTES

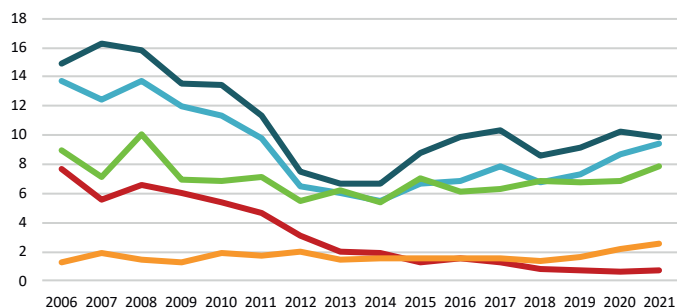
Milhões



Ponta do Sol

8 361
HABITANTES

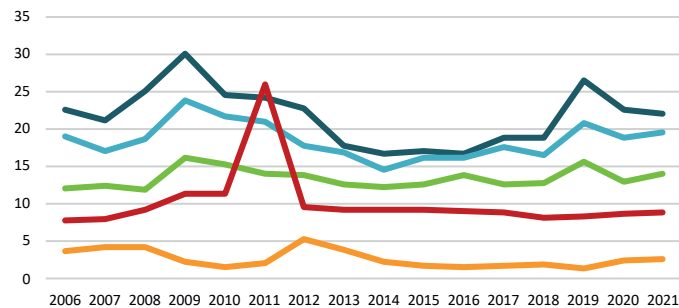
Milhões



Ponte da Barca

11 049
HABITANTES

Milhões



LEGENDA



Grande
>100 000 hab.

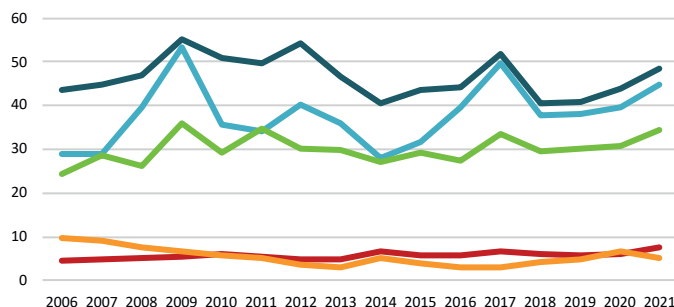
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Ponte de Lima

41 169
HABITANTES

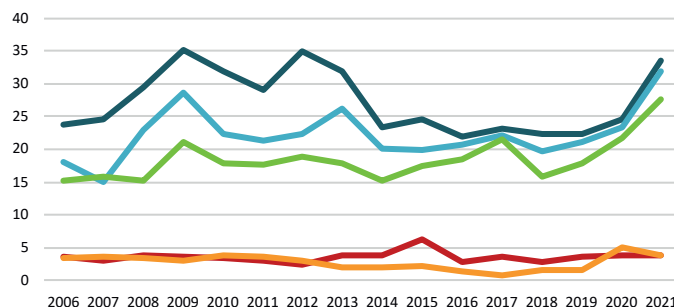
Milhões



Ponte de Sor

15 249
HABITANTES

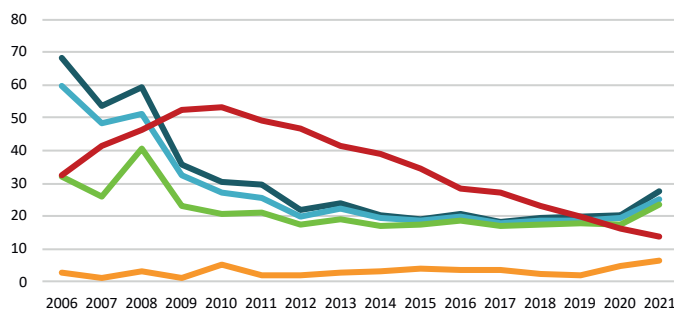
Milhões



Portalegre

22 341
HABITANTES

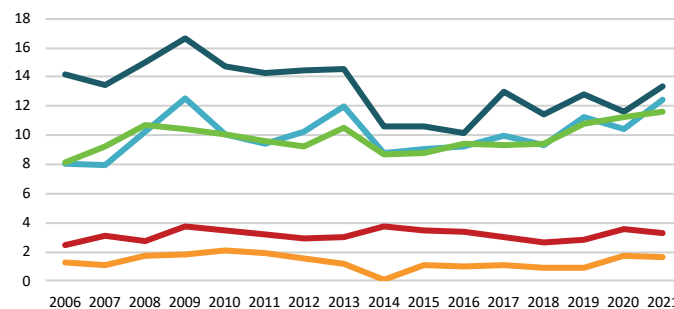
Milhões



Portel

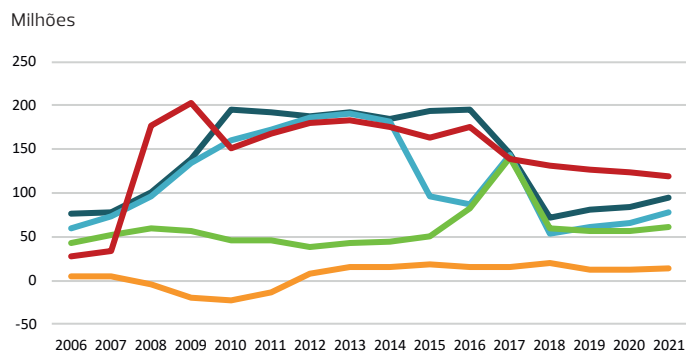
5 747
HABITANTES

Milhões



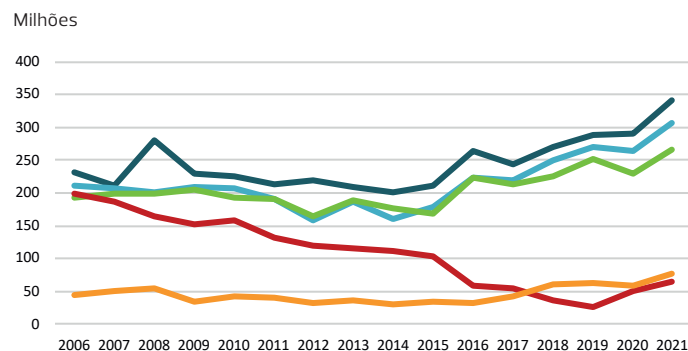
Portimão

59 867
HABITANTES



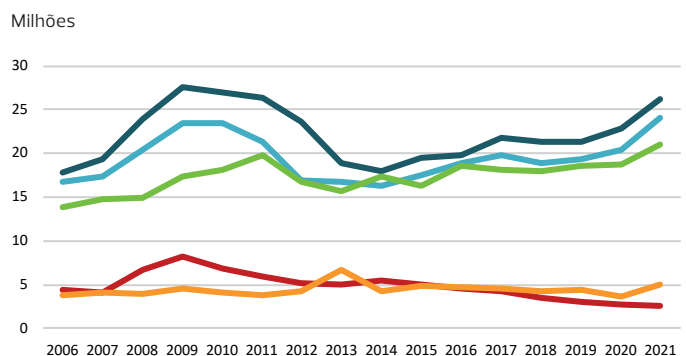
Porto

231 828
HABITANTES



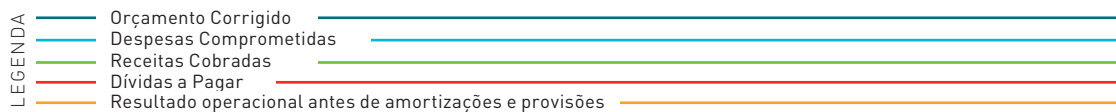
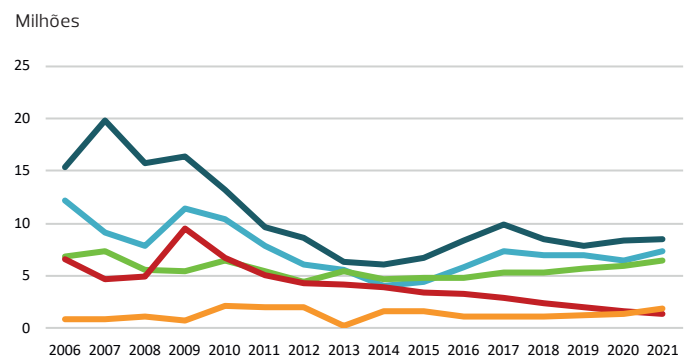
Porto de Mós

23 203
HABITANTES



Porto Moniz

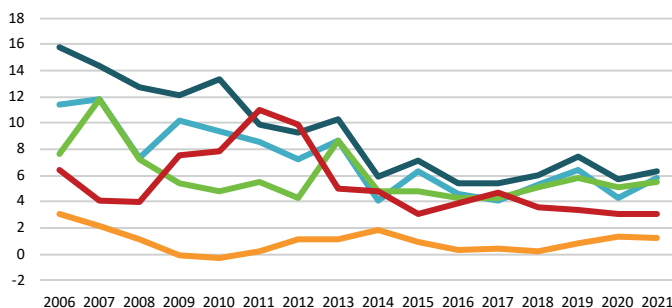
2 517
HABITANTES



Porto Santo

5 151
HABITANTES

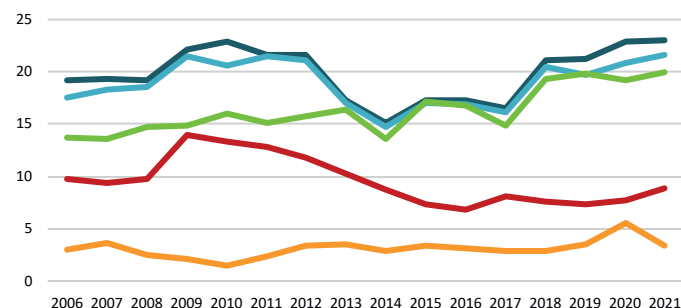
Milhões



Póvoa de Lanhoso

21 775
HABITANTES

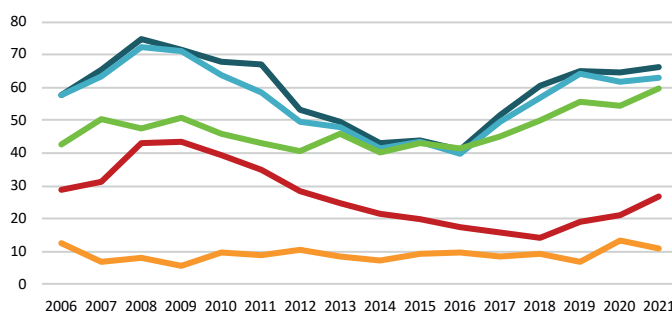
Milhões



Póvoa de Varzim

64 257
HABITANTES

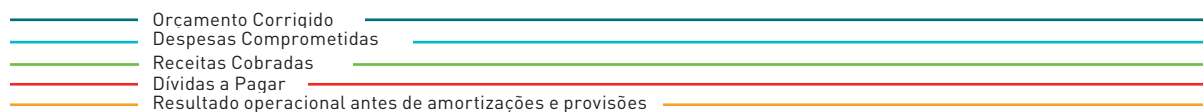
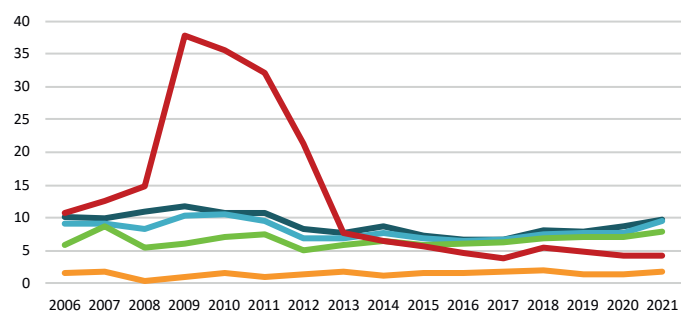
Milhões



Povoação

5 791
HABITANTES

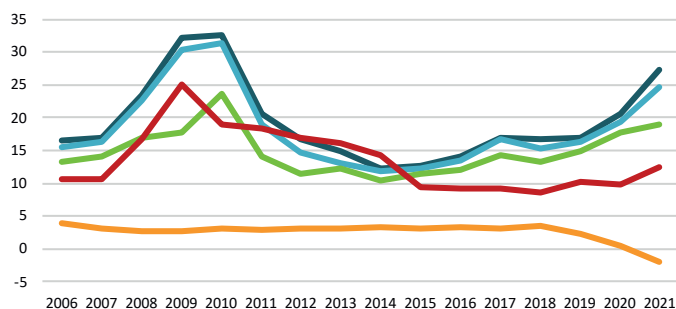
Milhões



Praia da Vitória

19 465
HABITANTES

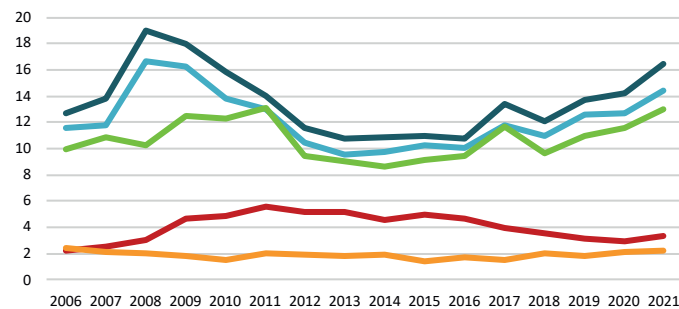
Milhões



Proença-a-Nova

7 170
HABITANTES

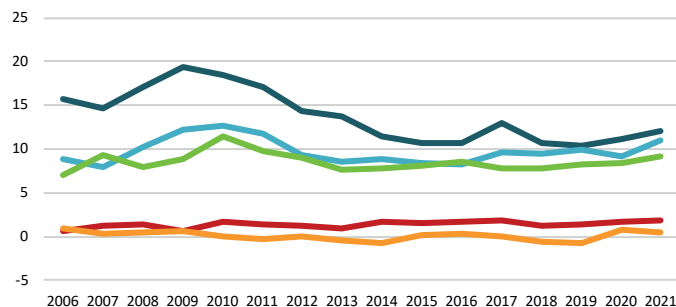
Milhões



Redondo

6 300
HABITANTES

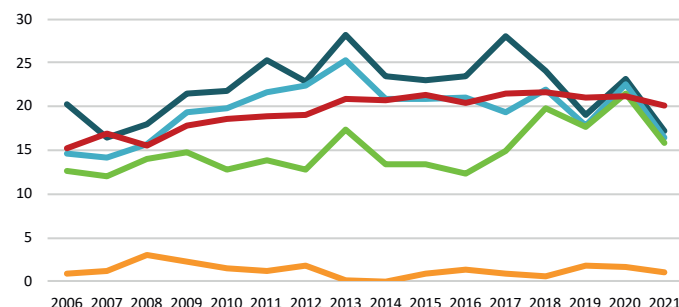
Milhões



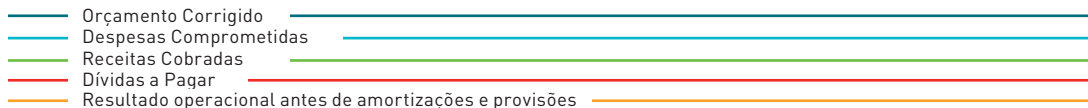
Reguengos de Monsaraz

9 871
HABITANTES

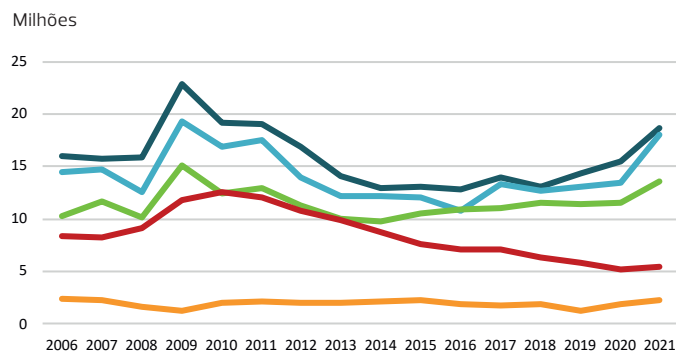
Milhões



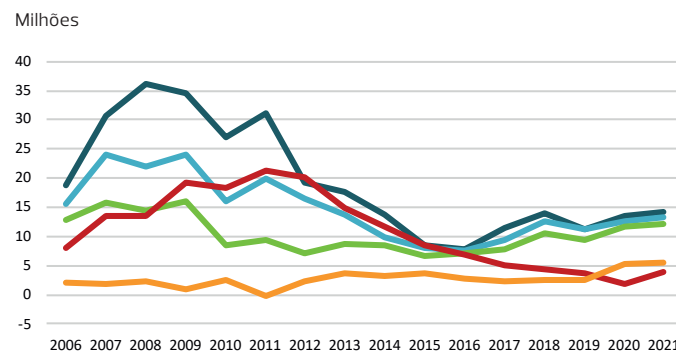
LEGENDA



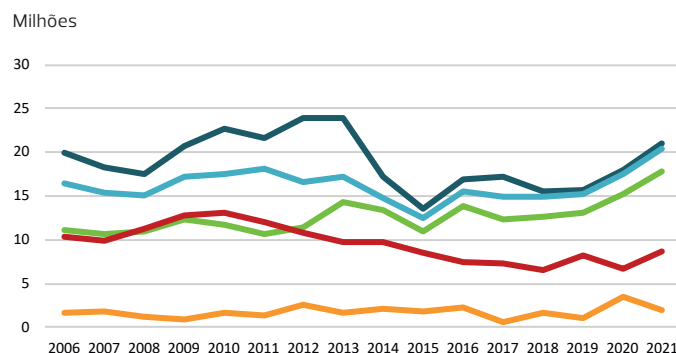
Resende

10 051
HABITANTES


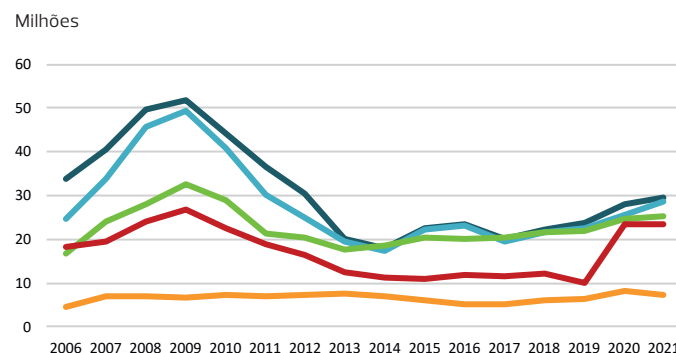
Ribeira Brava

12 681
HABITANTES


Ribeira de Pena

5 885
HABITANTES


Ribeira Grande

31 388
HABITANTES


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

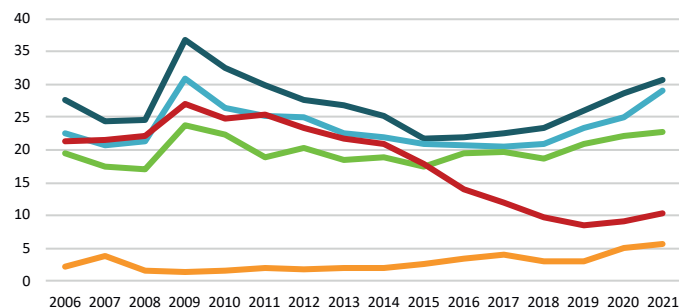
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Rio Maior

21 005
HABITANTES

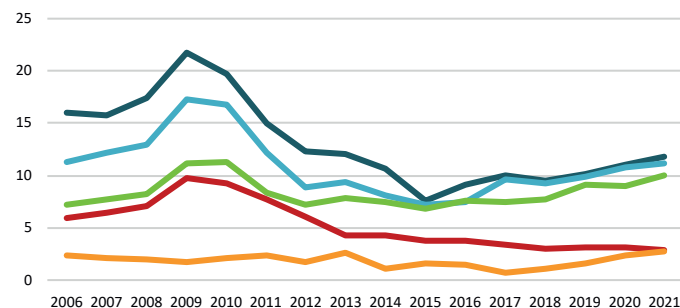
Milhões



Sabrosa

5 548
HABITANTES

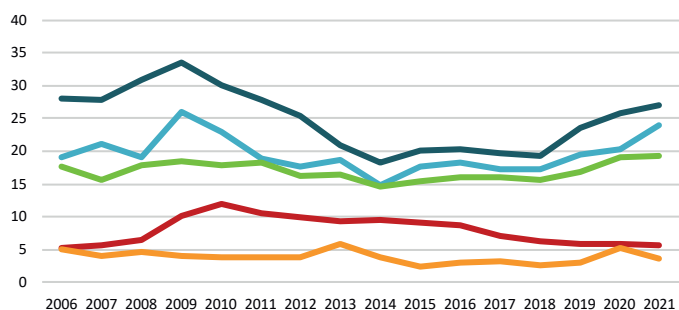
Milhões



Sabugal

11 283
HABITANTES

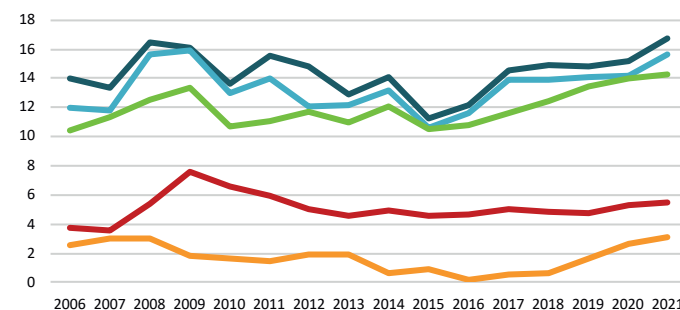
Milhões



Salvaterra de Magos

21 613
HABITANTES

Milhões



LEGENDA



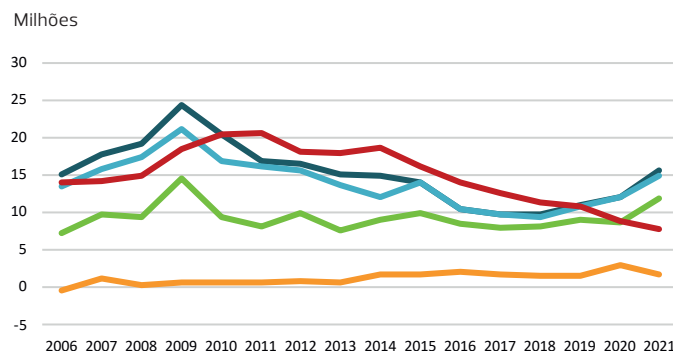
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

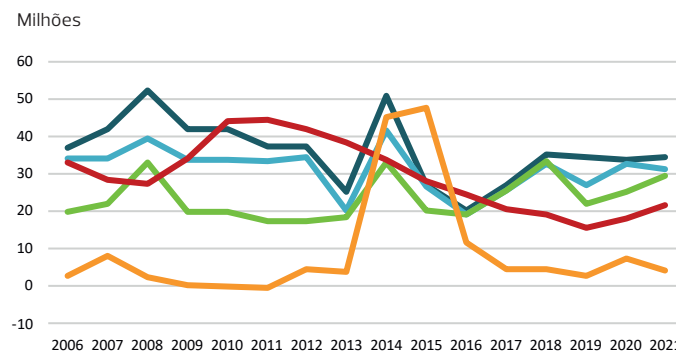
Santa Comba Dão

10 641
HABITANTES



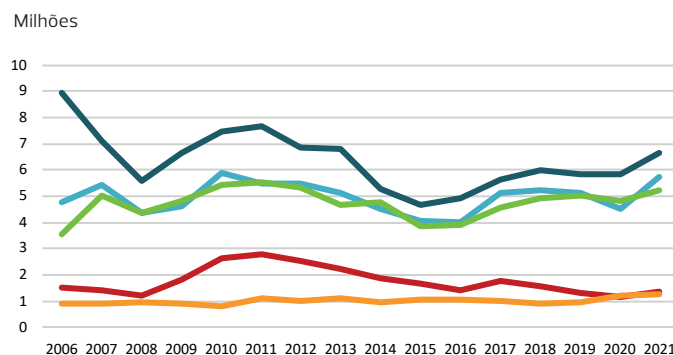
Santa Cruz

42 171
HABITANTES



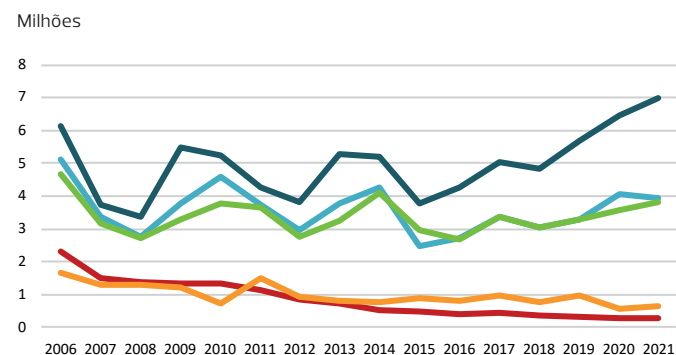
Santa Cruz da Graciosa

4 091
HABITANTES



Santa Cruz das Flores

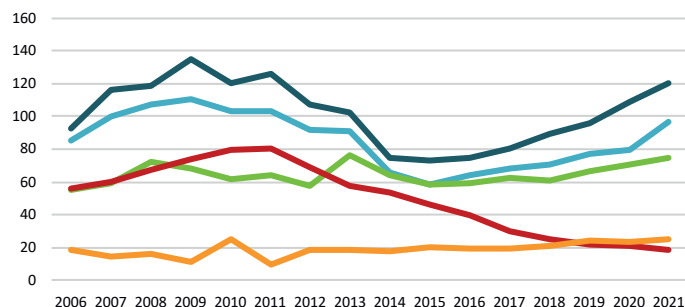
2 020
HABITANTES



Santa Maria da Feira

136 715
HABITANTES

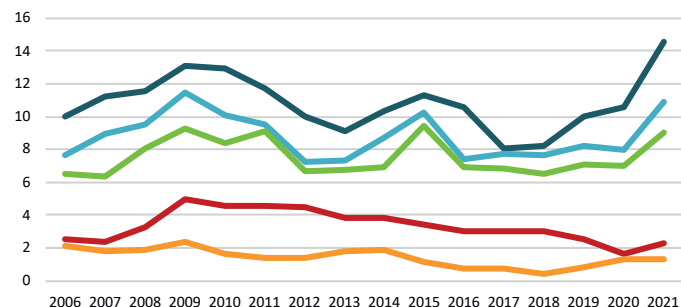
Milhões



Santa Marta de Penaguião

6 100
HABITANTES

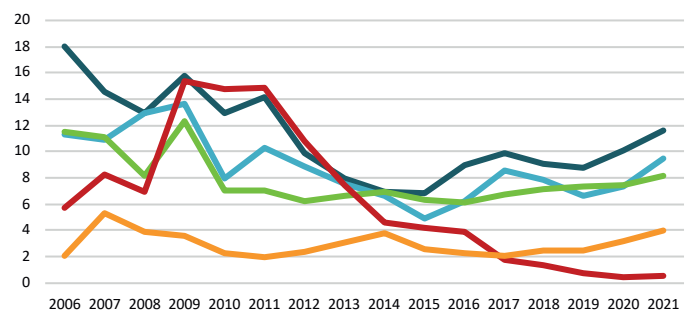
Milhões



Santana

6 553
HABITANTES

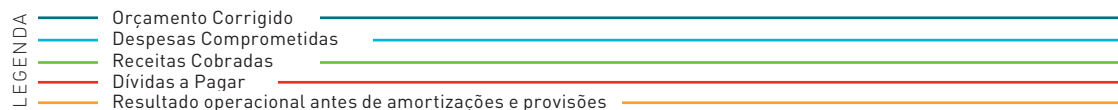
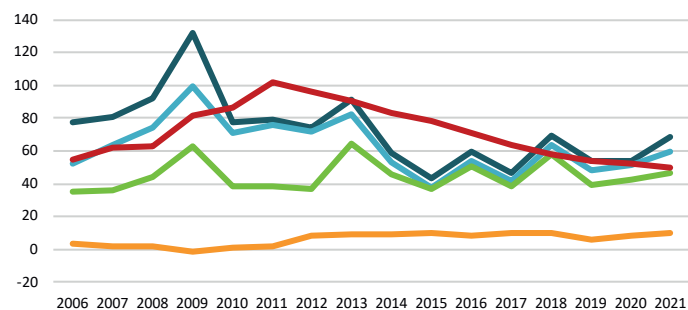
Milhões



Santarém

58 671
HABITANTES

Milhões



Grande
>100 000 hab.

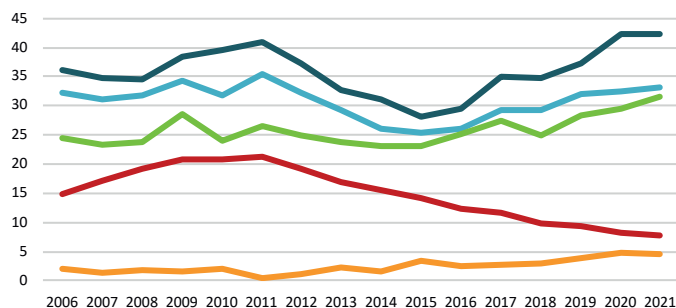
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Santiago do Cacém

27 773
HABITANTES

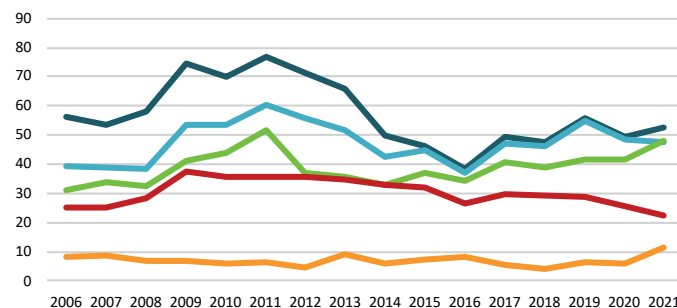
Milhões



Santo Tirso

67 725
HABITANTES

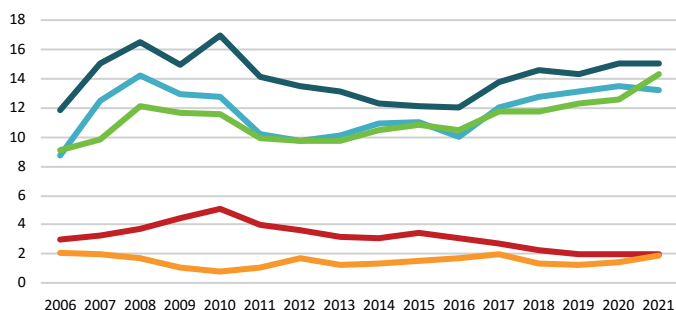
Milhões



São Brás de Alportel

11 248
HABITANTES

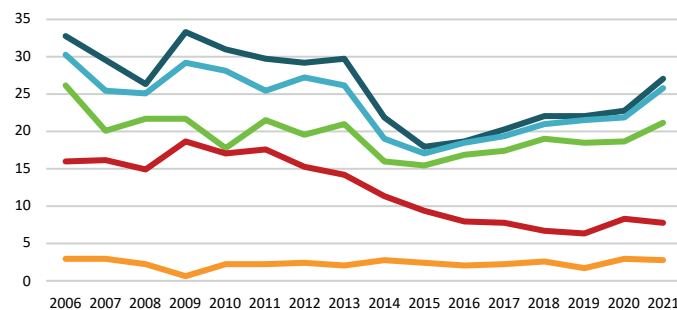
Milhões



São João da Madeira

22 144
HABITANTES

Milhões



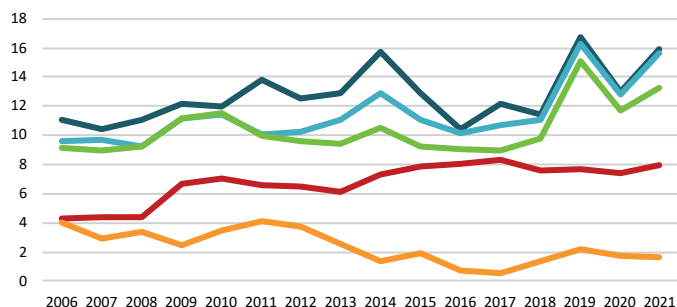
— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.Médio
<100 000 hab.Pequeno
<20 000 hab.

São João da Pesqueira

6 775
HABITANTES

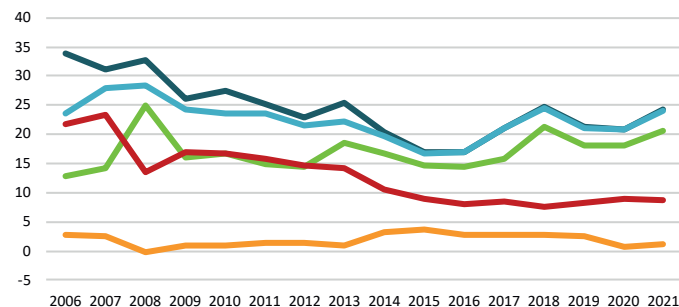
Milhões



São Pedro do Sul

15 137
HABITANTES

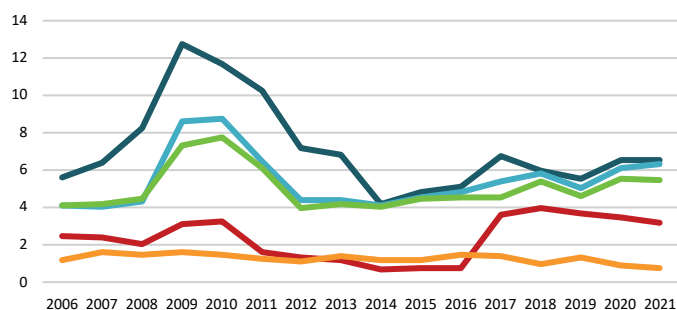
Milhões



São Roque do Pico

3 220
HABITANTES

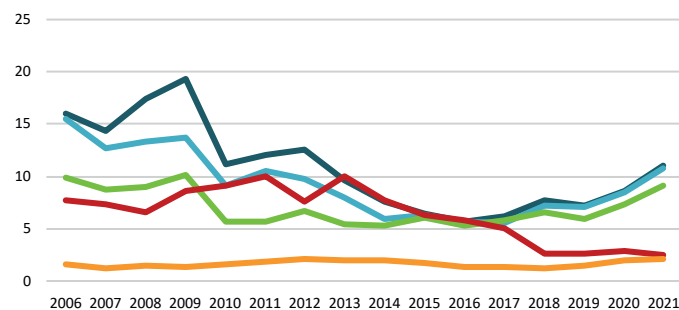
Milhões



São Vicente

4 867
HABITANTES

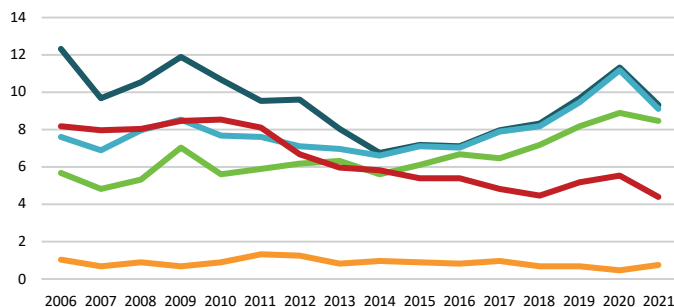
Milhões



Sardoal

3 518
HABITANTES

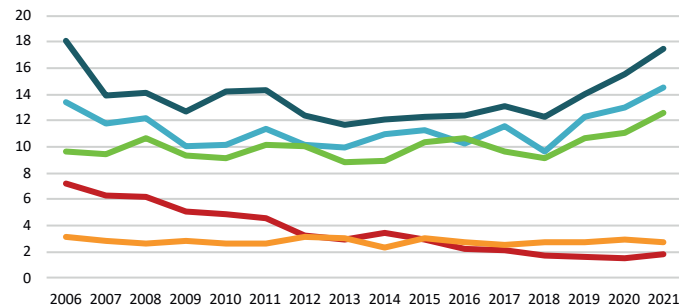
Milhões



Sátão

11 030
HABITANTES

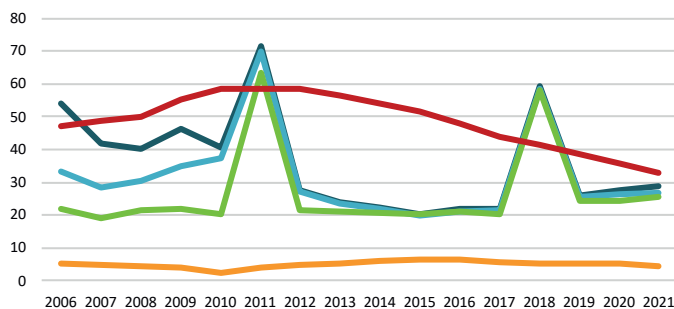
Milhões



Seia

21 760
HABITANTES

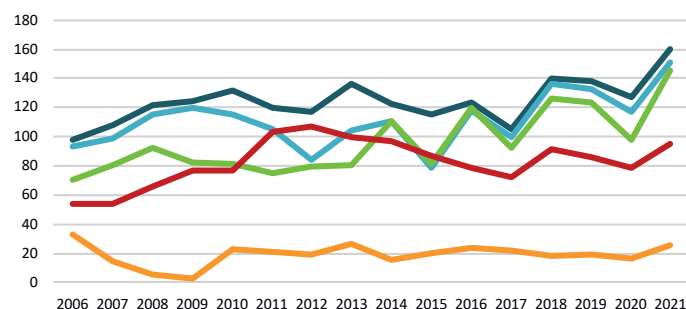
Milhões



Seixal

166 525
HABITANTES

Milhões



— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

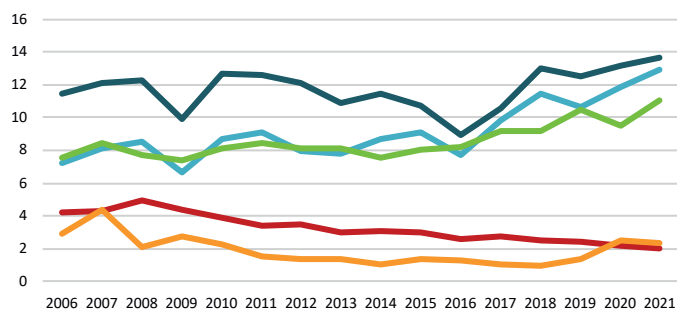
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Sernancelhe

5 692
HABITANTES

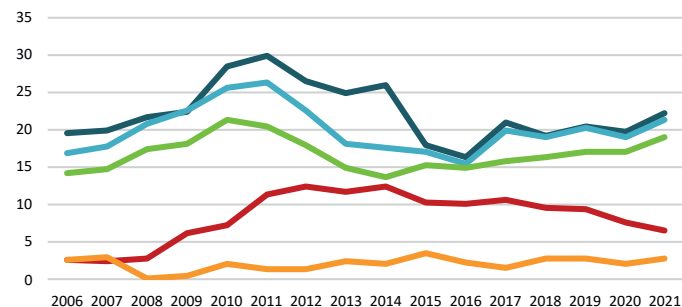
Milhões



Serpa

13 764
HABITANTES

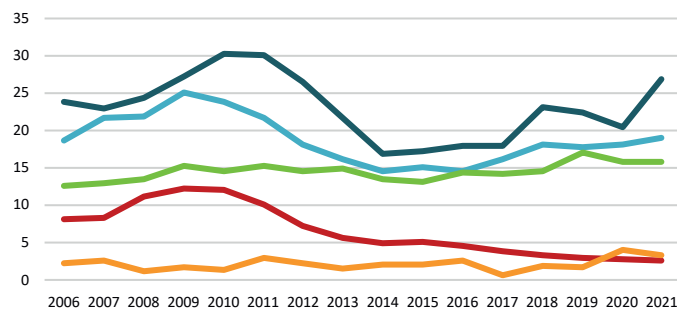
Milhões



Sertão

14 770
HABITANTES

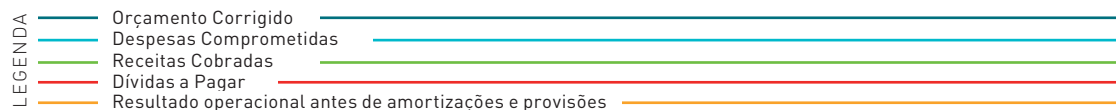
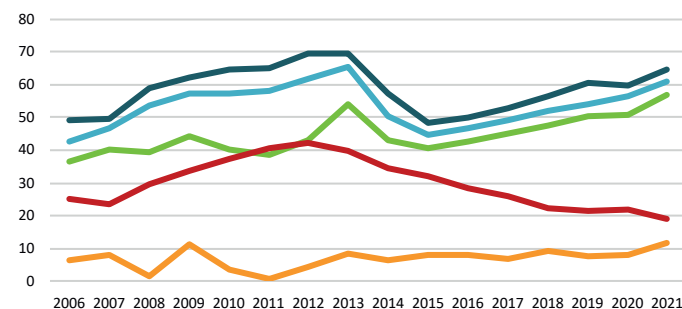
Milhões



Sesimbra

52 394
HABITANTES

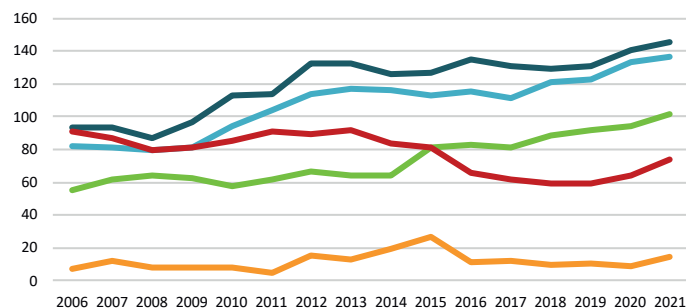
Milhões



Setúbal

123 519
HABITANTES

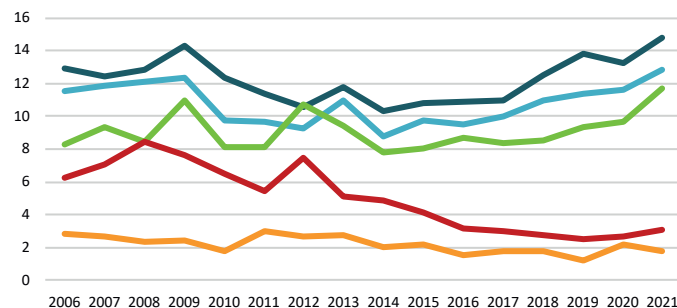
Milhões



Sever do Vouga

11 063
HABITANTES

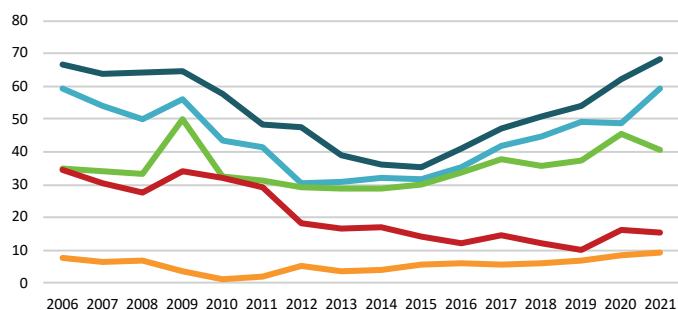
Milhões



Silves

37 776
HABITANTES

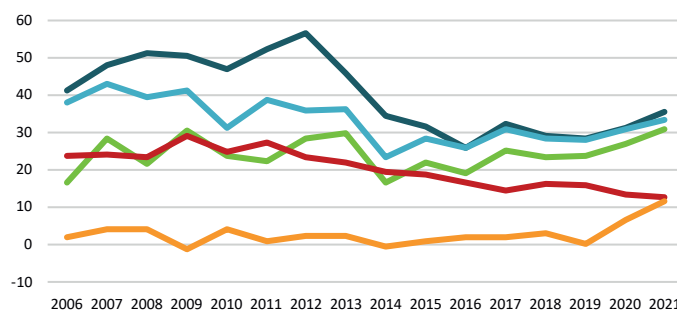
Milhões



Sines

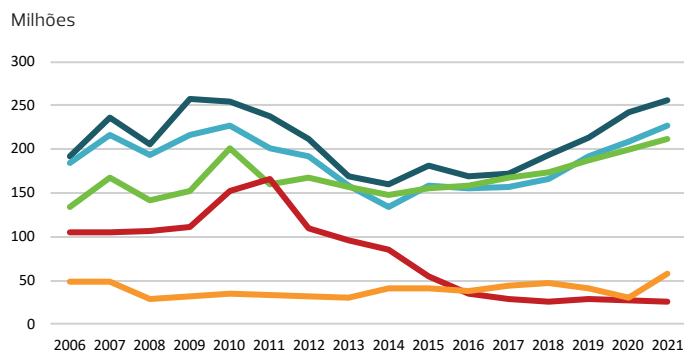
14 200
HABITANTES

Milhões



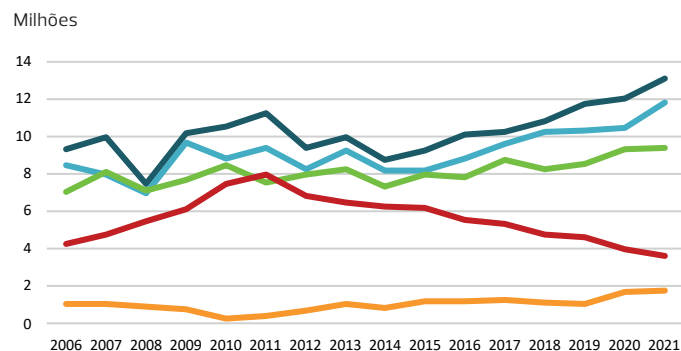
Sintra

385 654
HABITANTES



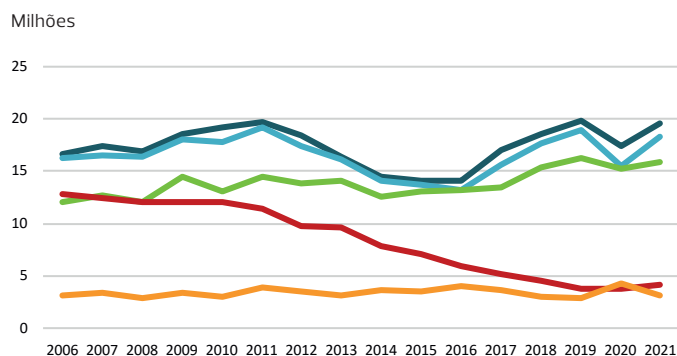
Sobral de Monte Agraço

10 541
HABITANTES



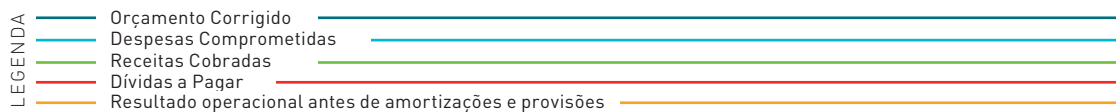
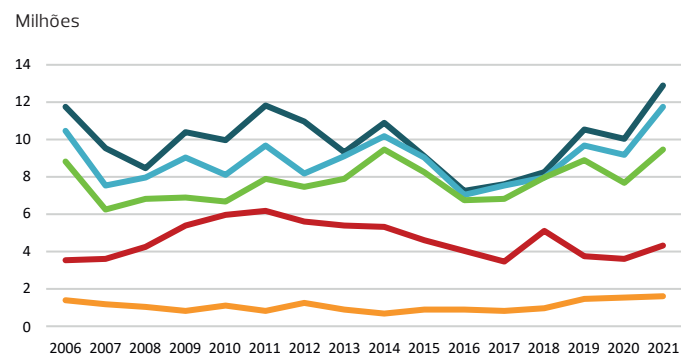
Soure

17 261
HABITANTES



Sousel

4 360
HABITANTES

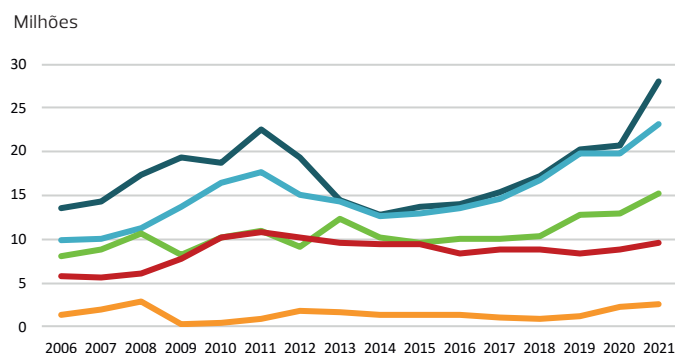


Grande
>100 000 hab.

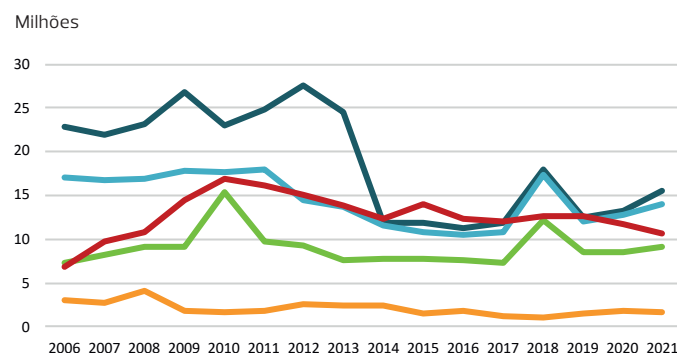
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

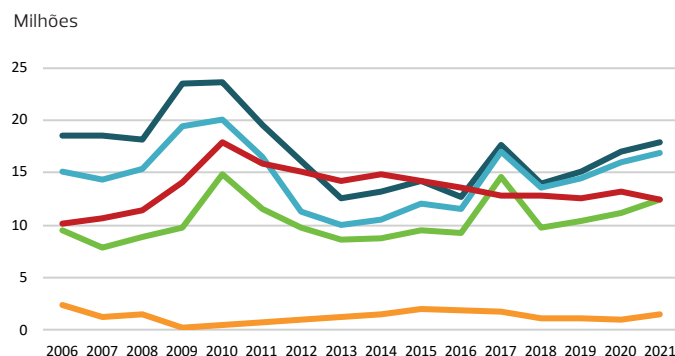
Tábua

11 161
HABITANTES


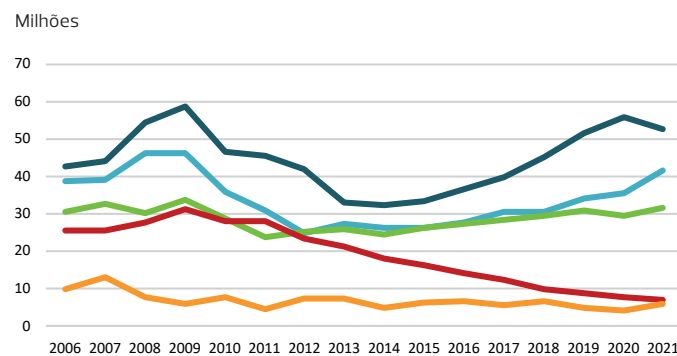
Tabuaço

5 034
HABITANTES


Tarouca

7 364
HABITANTES


Tavira

27 530
HABITANTES


— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

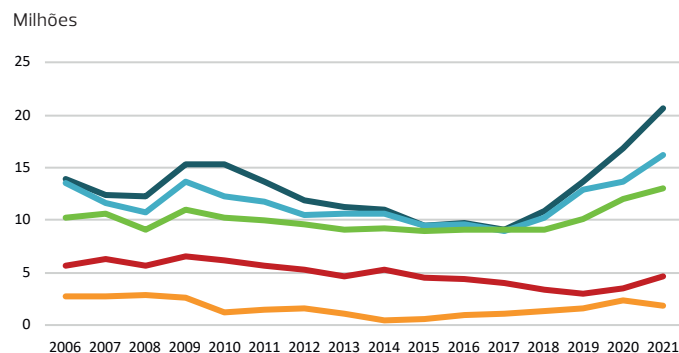
Grande
 >100 000 hab.

Médio
 <100 000 hab.

Pequeno
 <20 000 hab.

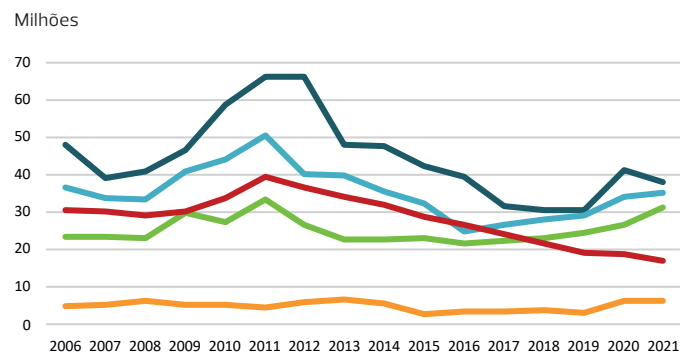
Terras de Bouro

6 358
HABITANTES



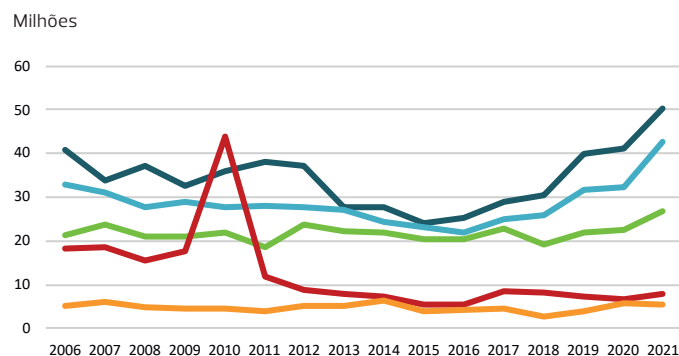
Tomar

36 414
HABITANTES



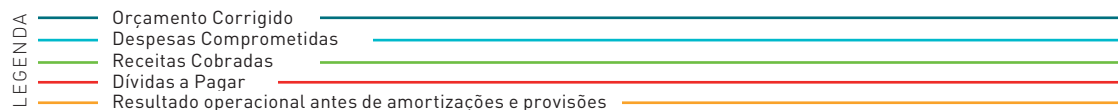
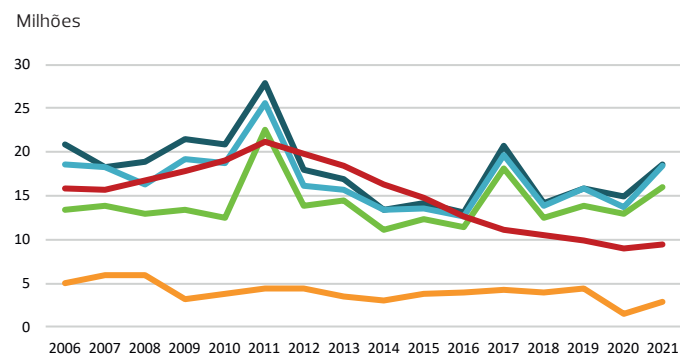
Tondela

25 914
HABITANTES



Torre de Moncorvo

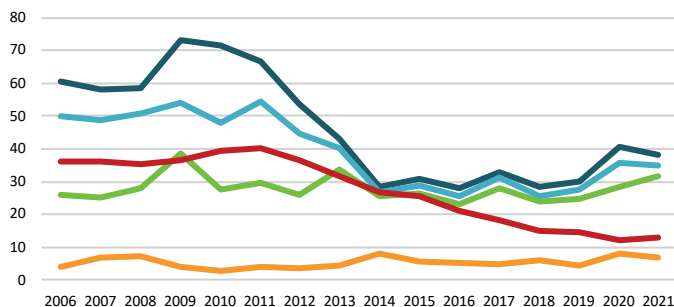
6 826
HABITANTES



Torres Novas

34 114
HABITANTES

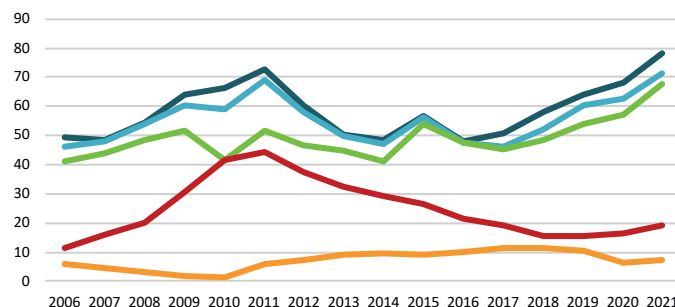
Milhões



Torres Vedras

83 075
HABITANTES

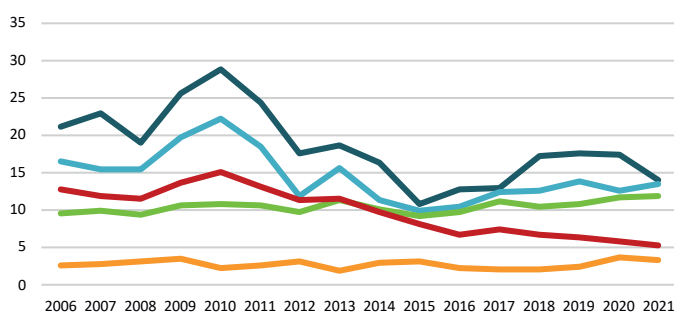
Milhões



Trancoso

8 414
HABITANTES

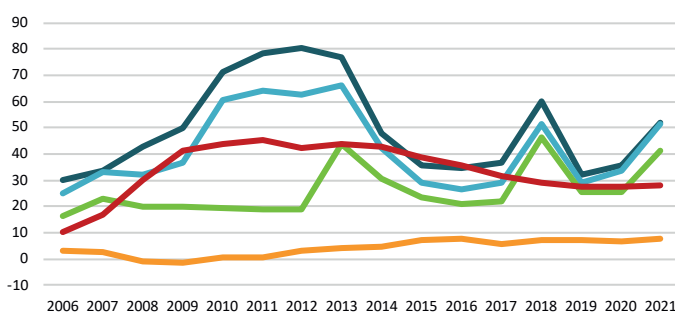
Milhões



Trofa

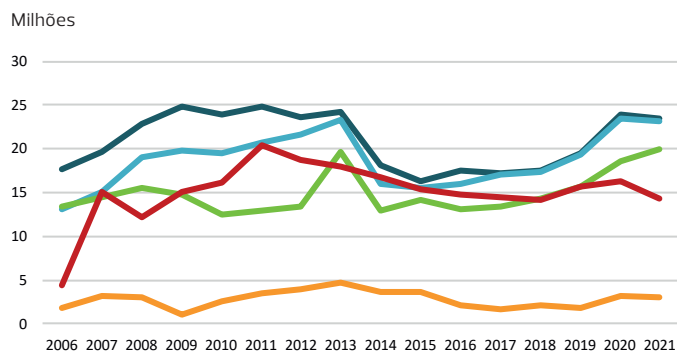
38 554
HABITANTES

Milhões



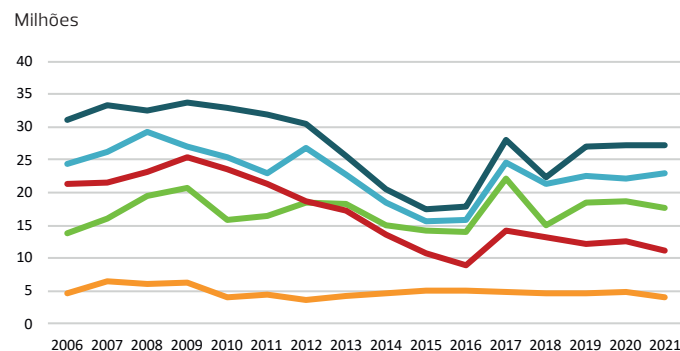
Vagos

22 889
HABITANTES



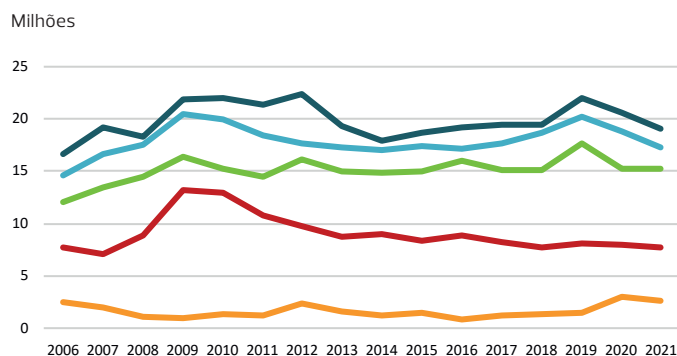
Vale de Cambra

21 275
HABITANTES



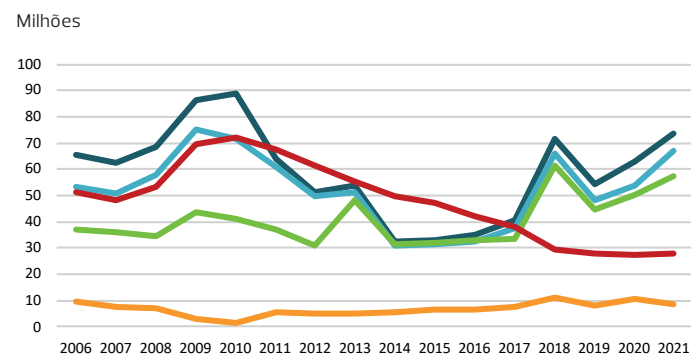
Valença

13 625
HABITANTES



Valongo

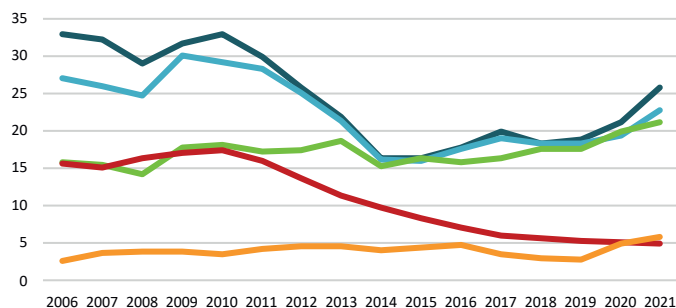
94 697
HABITANTES



Valpaços

14 702
HABITANTES

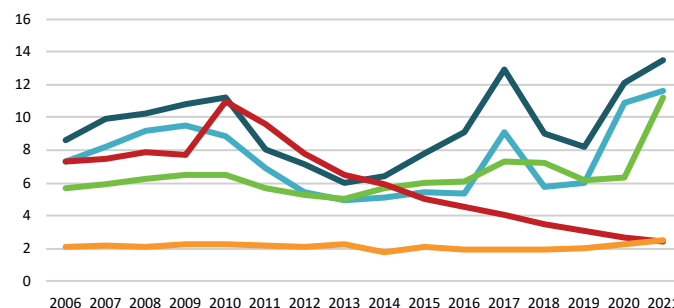
Milhões



Velas

4 936
HABITANTES

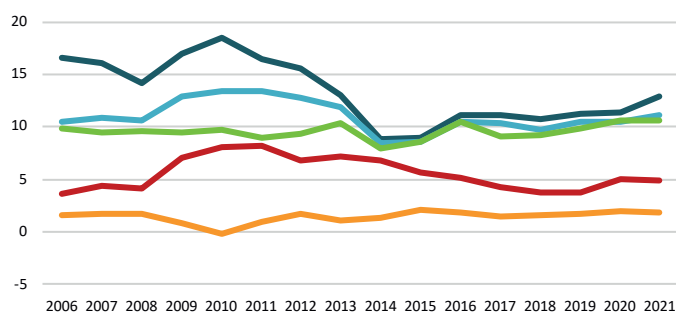
Milhões



Vendas Novas

11 260
HABITANTES

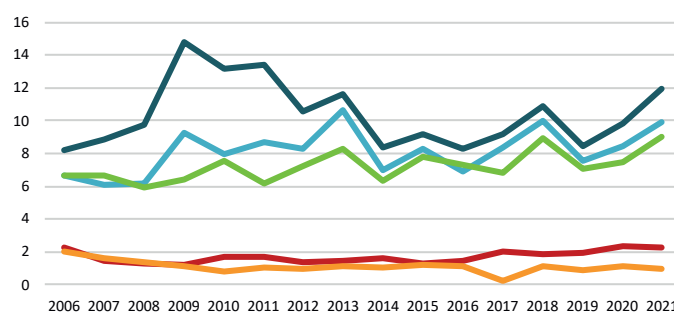
Milhões



Viana do Alentejo

5 319
HABITANTES

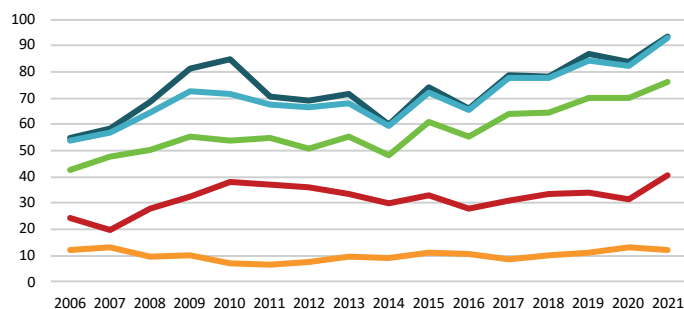
Milhões



Viana do Castelo

85 784
HABITANTES

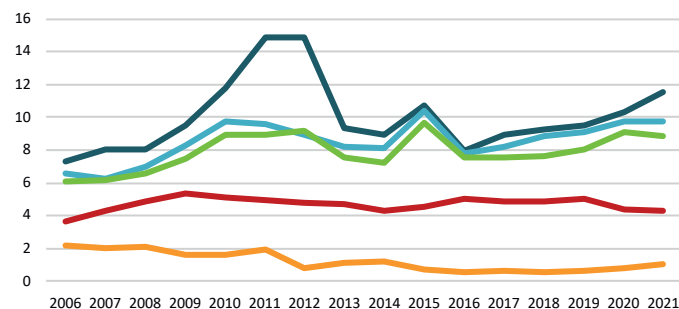
Milhões



Vidigueira

5 176
HABITANTES

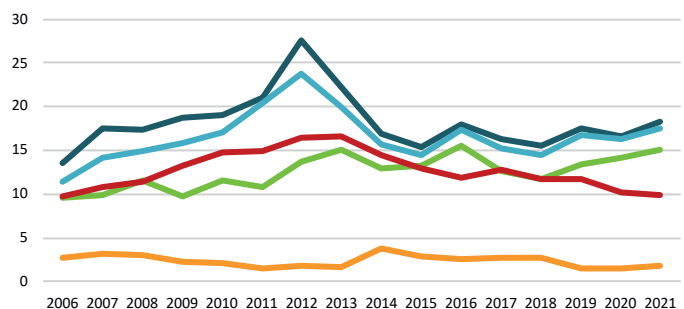
Milhões



Vieira do Minho

11 956
HABITANTES

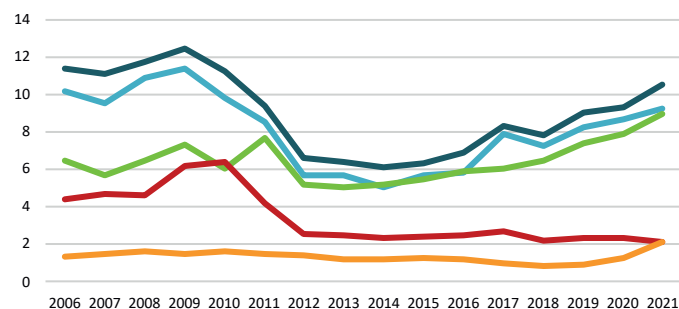
Milhões



Vila de Rei

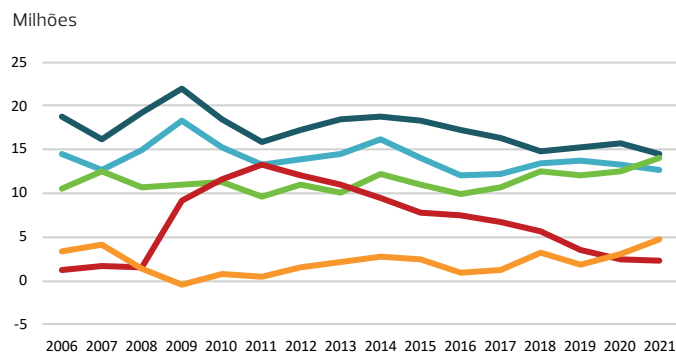
3 279
HABITANTES

Milhões



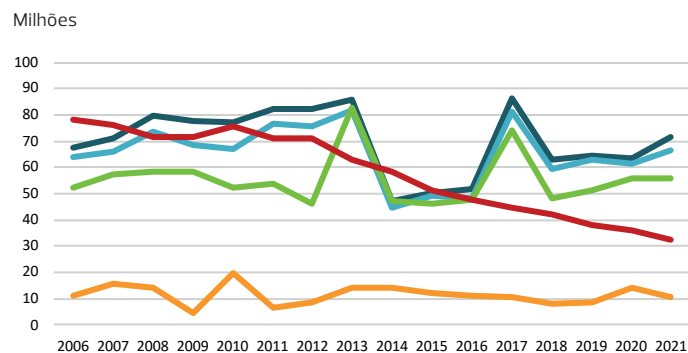
Vila do Bispo

5 717
HABITANTES



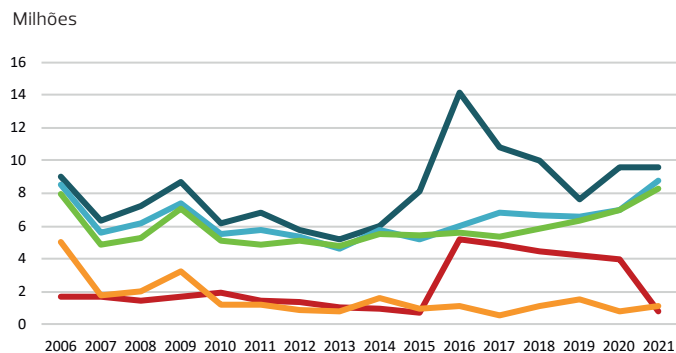
Vila do Conde

80 831
HABITANTES



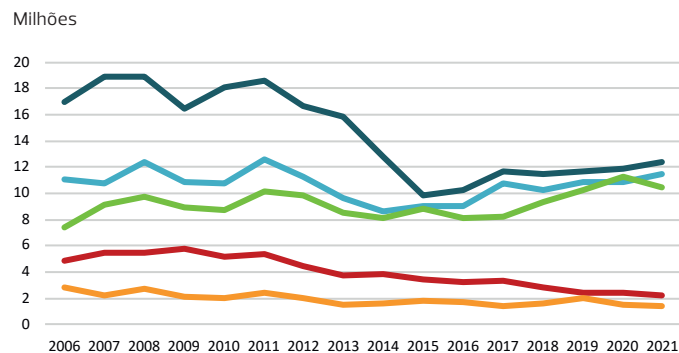
Vila do Porto

5 408
HABITANTES



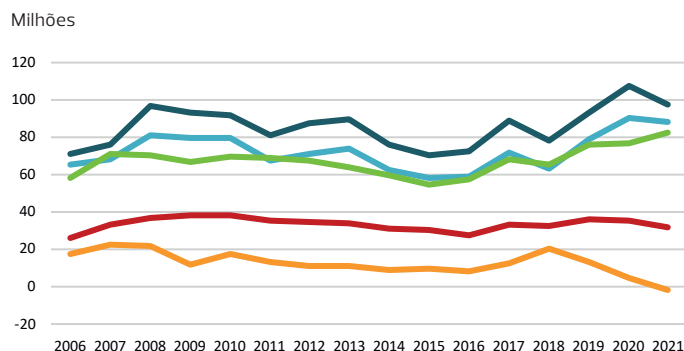
Vila Flor

6 052
HABITANTES



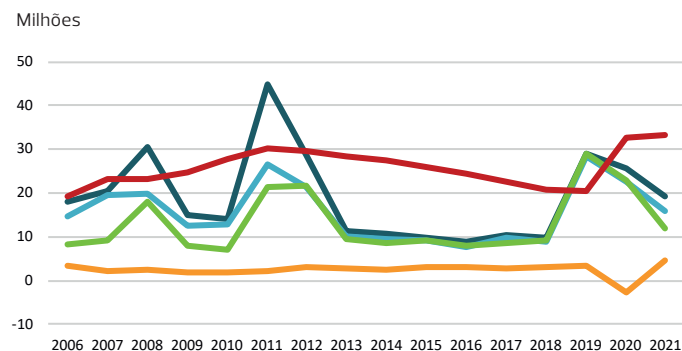
Vila Franca de Xira

137 540
HABITANTES



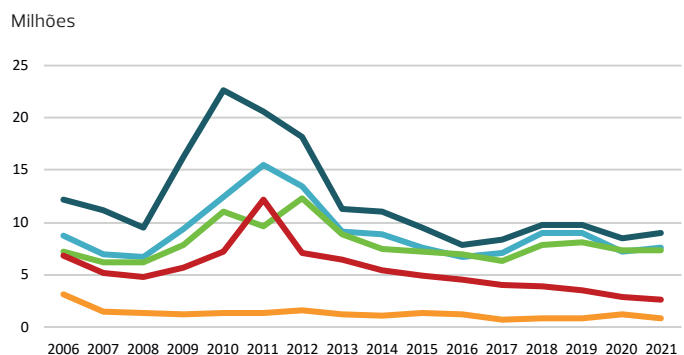
Vila Franca do Campo

10 323
HABITANTES



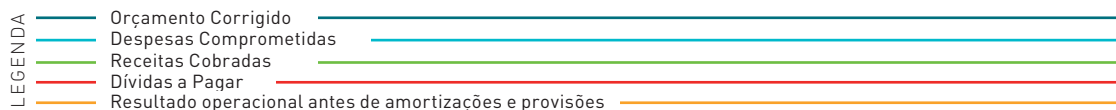
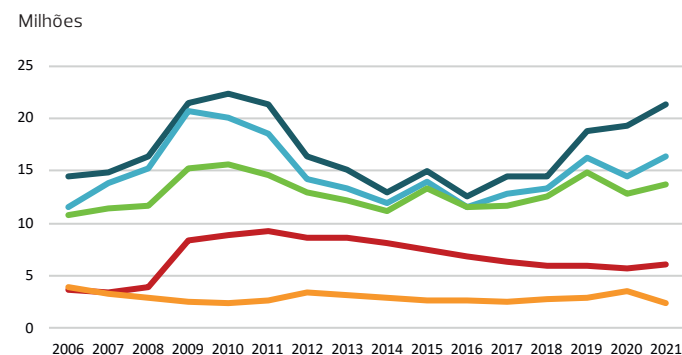
Vila Nova da Barquinha

7 019
HABITANTES



Vila Nova de Cerveira

8 923
HABITANTES



Grande
>100 000 hab.

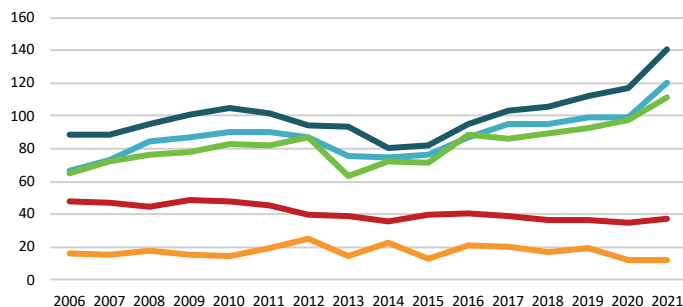
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Vila Nova de Famalicão

133 574
HABITANTES

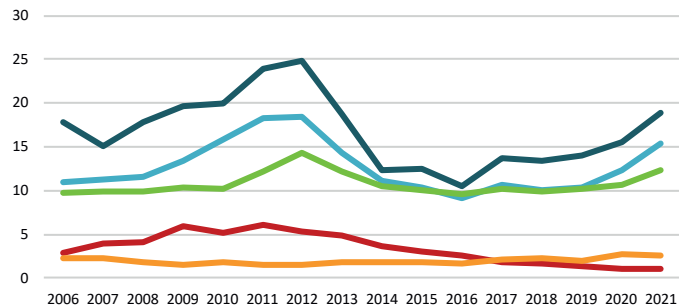
Milhões



Vila Nova de Foz Côa

6 305
HABITANTES

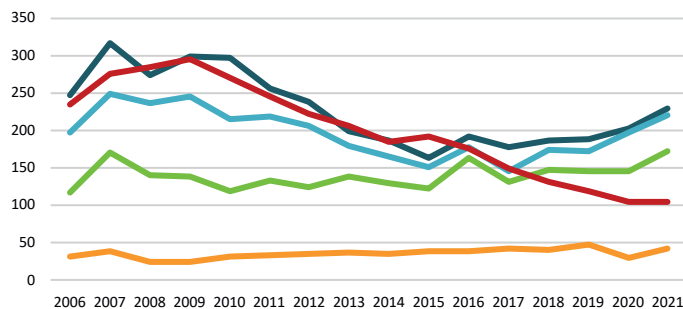
Milhões



Vila Nova de Gaia

303 854
HABITANTES

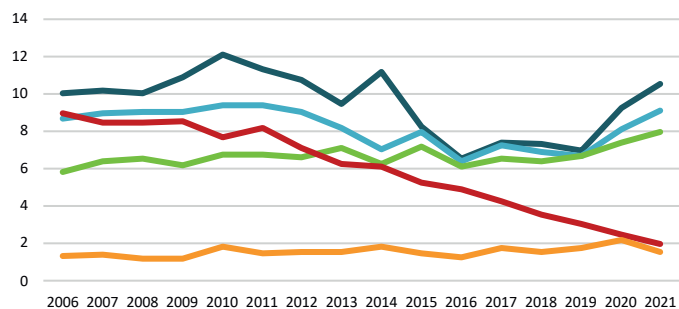
Milhões



Vila Nova de Paiva

4 662
HABITANTES

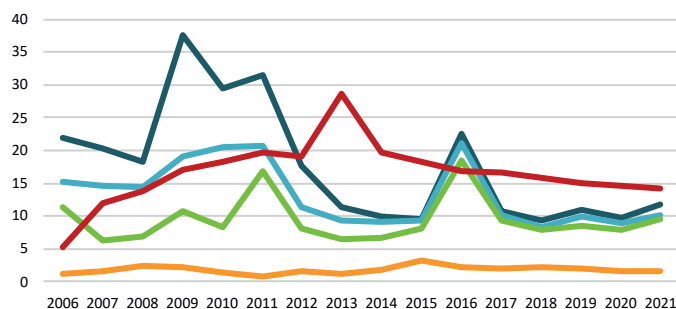
Milhões



Vila Nova de Poiares

6 807
HABITANTES

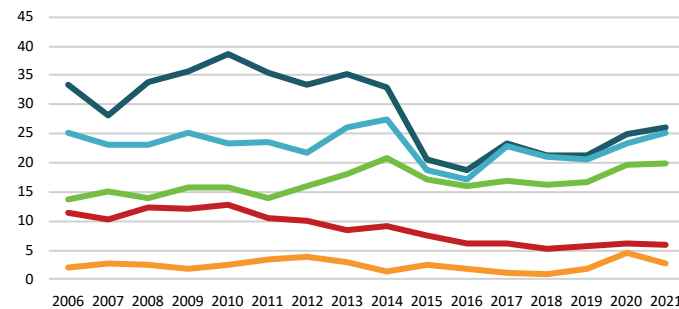
Milhões



Vila Pouca de Aguiar

11 813
HABITANTES

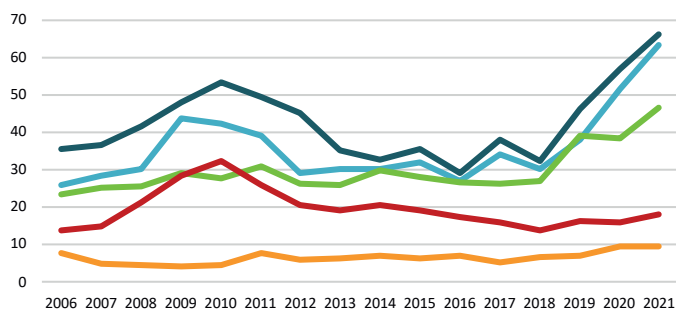
Milhões



Vila Real

49 574
HABITANTES

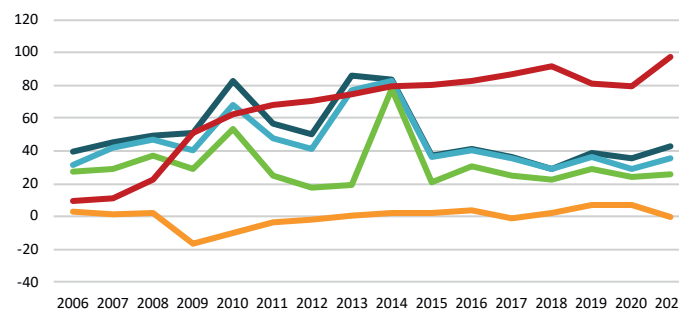
Milhões



Vila Real Santo António

18 825
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

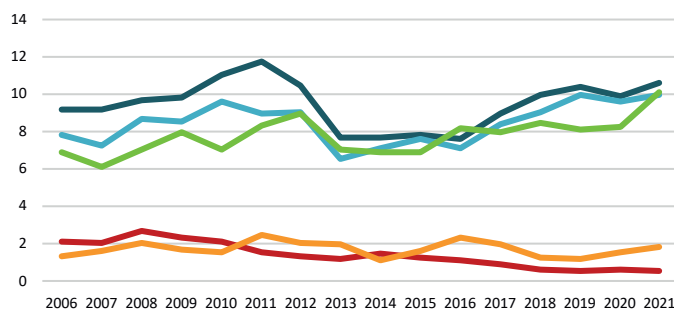
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Vila Velha de Ródão

3 285
HABITANTES

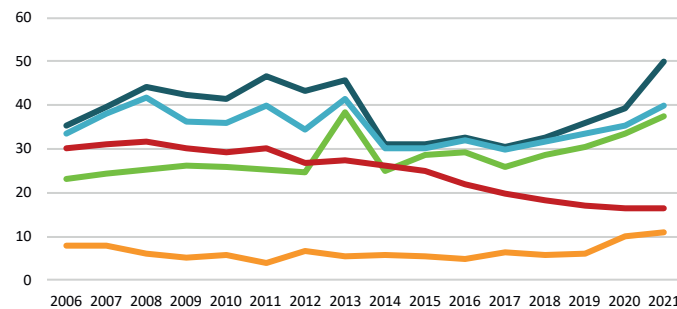
Milhões



Vila Verde

46 446
HABITANTES

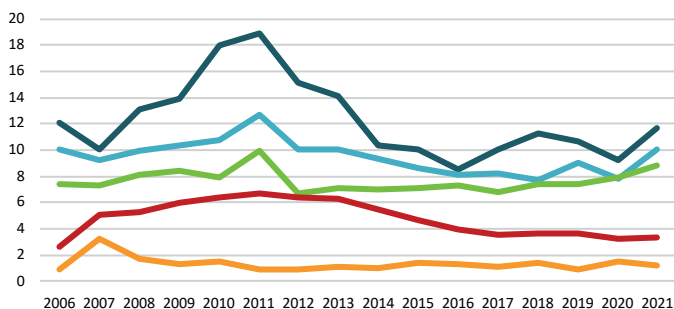
Milhões



Vila Viçosa

7 388
HABITANTES

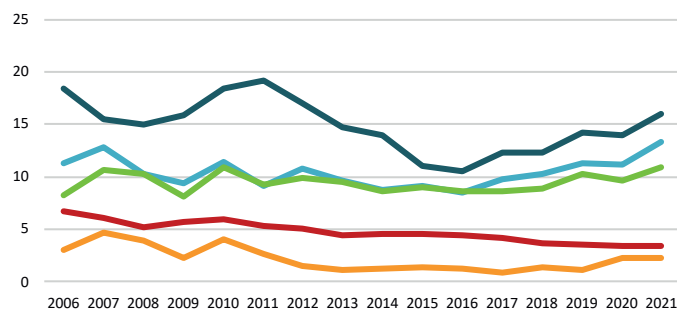
Milhões



Vimioso

4 149
HABITANTES

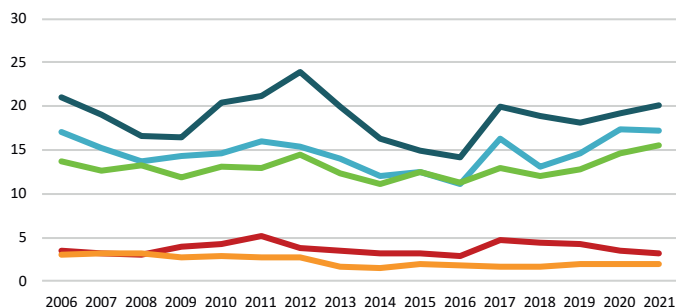
Milhões

Grande
>100 000 hab.Médio
<100 000 hab.Pequeno
<20 000 hab.

Vinhais

7 768
HABITANTES

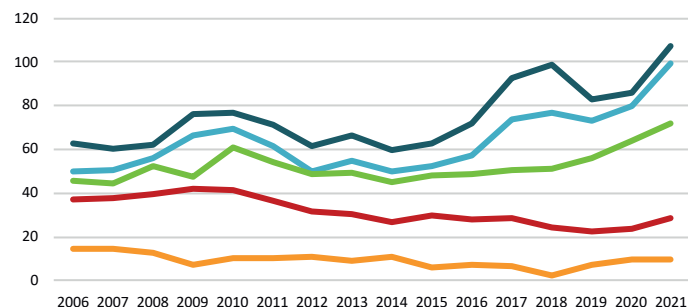
Milhões



Viseu

99 561
HABITANTES

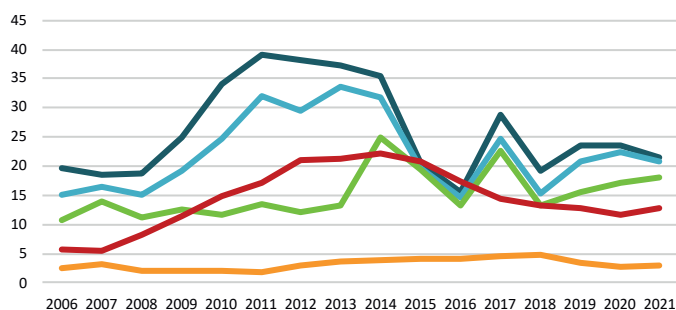
Milhões



Vizela

23 901
HABITANTES

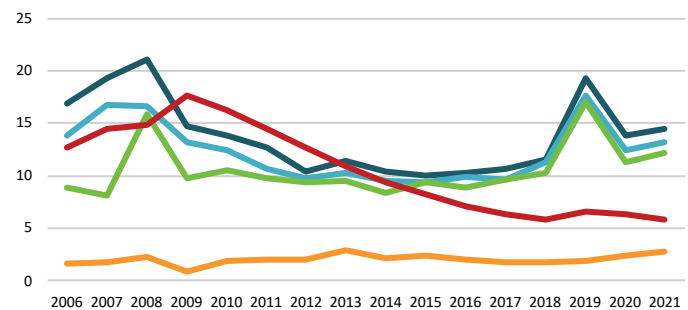
Milhões



Vouzela

9 580
HABITANTES

Milhões



LEGENDA



Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA)

O Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF), unidade de investigação científica do IPCA criada em 30 de março de 2007, tem como Missão contribuir para o conhecimento nas áreas científicas da Contabilidade e da Fiscalidade, através da produção de investigação aplicada de qualidade e da disseminação e transferência de conhecimento para a sociedade.

O CICF tem relações estabelecidas com outras instituições de investigação científica, nacionais e internacionais, com o propósito de fomentar e melhorar a investigação científica aplicada ao contexto nacional, e mantém também um contacto permanente com agentes económicos, enfatizando a realização de projetos de investigação aplicada às regiões locais. São mantidas relações de cooperação com organizações públicas e privadas para o desenvolvimento destes projetos.

De forma a promover a investigação aplicada e aprofundar o conhecimento nos temas mais relevantes e emergentes da Contabilidade e Fiscalidade, acrescentando valor nas áreas nucleares do CICF, este encontra-se estruturado em quatro grupos de investigação: Contabilidade Pública; Contabilidade e Responsabilidade Social; Contabilidade Financeira e de Gestão; e Fiscalidade.

Investigadora
Maria José Fernandes

Colaboradoras
Ana Maria Teixeira
Ana Rita Abreu

Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) – Universidade do Minho

O Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) é uma Unidade de I&D da Universidade do Minho em parceria com a Universidade de Évora, dedicado à atividade de investigação dentro do domínio científico da Ciência Política, articulando perspetivas diferenciadas, mas complementares nesta área. A estratégia de investigação do CICP, desenvolvida por quatro grupos de investigação interdisciplinares e interligados, engloba os domínios da Administração e Políticas Públicas

e Relações Internacionais e sustenta o objetivo de promover para um ambiente de investigação que produza contributos relevantes para a Ciência Política.

Além este objetivo principal, o CICP visa promover ações de formação contínuas, a organização e divulgação de atividades científicas, a prestação de serviços especializados à comunidade nos seus domínios de investigação.

Investigadores
Pedro Camões
Susana Jorge



**TRIBUNAL DE
CONTAS**



IPCA

CICF

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE**



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política